

“Concepções, Rupturas e Permanências”

Memórias e História da
Educação Profissional
e Tecnológica





CENTRO PAULA SOUZA DO GOVERNO

Concepções, Rupturas e Permanências

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador

João Doria

Vice-Governador

Rodrigo Garcia

Secretária de Desenvolvimento Econômico

Patricia Ellen da Silva

CENTRO PAULA SOUZA

Diretora-Superintendente

Laura Laganá

Vice-Diretora-Superintendente

Emilena Lorenzon Bianco

Chefe de Gabinete da Superintendência

Armando Natal Maurício

Coordenadora da Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa

Helena Gemignani Peterossi

Coordenador do Ensino Superior de Graduação

Rafael Ferreira Alves

Coordenador do Ensino Médio e Técnico

Almério Melquíades de Araújo

Coordenadora de Formação Inicial e Educação Continuada

Marisa Souza

Coordenador de Infraestrutura

Hamilton Pacífico da Silva

Coordenadora de Gestão Administrativa e Financeira

Ana Paula Garcia Romero

Coordenador de Recursos Humanos

Vicente Mellone Junior

Coordenadora da Assessoria de Inovação Tecnológica

Emilena Lorenzon Bianco

Coordenadora da Assessoria de Comunicação

Dirce Helena Salles

Cetec Capacitações

Diretora do Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão

Lucília Guerra

Organizadora

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Concepções, Rupturas e Permanências

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

Maria Lucia Mendes de Carvalho (org.)

Concepções, Rupturas e Permanências

Organizadora

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Comissão Científica

Américo Baptista Villela

Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em Campinas

Carlos Alberto Diniz

Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em Matão

Julia Naomi Kanazawa

Centro de Memória da Etec Cônego José Bento, em Jacareí

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica, em São Paulo

Maria Teresa Garbin Machado

Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, em Orlandia

Sueli Soares dos Santos Batista

Fatec/Jundiaí e Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa, em São Paulo

Projeto Gráfico

Marta Almeida

Diagramação

Pedro D. Opka

Capa

Marta Maria Mendonça de Almeida

Diego Pereira dos Santos

Revisão

Fernanda Mello Demai

Editoração, CTP, Impressão e Acabamento

Gráfica CS Eireli

Ficha Catalográfica

Tatiane Silva Massucato Arias – CRB-8/7262

Concepções, Rupturas e Permanências / Maria Lucia Mendes de Carvalho (organizadora). – São Paulo: Centro Paula Souza, 2021.
540 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87877-22-8 (Impresso)

ISBN 978-65-87877-21-1 (Digital)

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. 2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 3. CENTRO DE MEMÓRIA. 4. PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO. I. Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.).

CDD 370.113

SUMÁRIO

Prefácio

Maria Teresa Santos Cunha..... 09

Apresentação

Maria Lucia Mendes de Carvalho 11

Discurso de Abertura Solene

Maria Lucia Mendes de Carvalho 15

Da oficina escola à escola oficina: os anos iniciais da Escola Técnica Estadual Bento Quirino

Américo Baptista Villela 21

O Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, de Orlandia, como protagonista de sua própria história

Maria Teresa Garbin Machado 51

Fontes para a história do ensino profissionalizante no interior do estado de São Paulo: os planos escolares da Etec Sylvio de Mattos Carvalho

Carlos Alberto Diniz 73

As artes menores, o ensino do desenho e a valorização do ofício na sociedade amparense no início do século XX

Camila Araújo Gonçalves..... 95

O curso de mecânica na construção da história da Escola Trajano Camargo

Marlene Aparecida Guiselini Benedetti 109

Concepções, rupturas e permanências no currículo da educação profissional técnica de nível médio brasileira organizado por competências: um estudo de caso do Centro Paula Souza <i>Fernanda Mello Demai</i>	131
A criação da Etec Sylvio de Mattos Carvalho: uma memória entre a materialidade e a oralidade <i>Alexandre Pompeo. Analder Magalhães Honório</i>	161
Os primeiros anos do Ginásio Industrial Estadual da Vila Prudente: revendo e revivendo dados, histórias e memórias <i>Paulo Eduardo da Silva</i>	177
Fatos e relatos: a Escola Industrial de Jaú nas décadas de 1940 e 1950 <i>Lauriberto de Jesus Bertoni Junior</i>	191
Formação docente para a educação profissional em seu processo de expansão: a importância das narrativas dos docentes do Instituto Federal de São Paulo <i>Fernanda Ferreira Boschini. Sueli Soares dos Santos Batista</i>	211
O Centro de Memória Sandra Maria Matavelli e sua importância para a memória da educação profissional <i>Analder Magalhães Honório</i>	229
Centro de Memória da Etec Carlos de Campos (SP): lugar de memória ou de esquecimento? <i>Maria Lucia Mendes de Carvalho</i>	239
Espaço Memória Etec Cônego José Bento: as memórias de um lugar <i>Julia Naomi Kanazawa</i>	277

Olhares sobre as práticas escolares na Etec Dr. Júlio Cardoso (1937 a 1977)	
<i>Joana Célia de Oliveira Borini</i>	291
O acervo de livros raros no Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas	
<i>Camila Polido Bais Hagio</i>	319
O espaço da memória entra para a história: retratos da trajetória do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes	
<i>Daniele Torres Loureiro. Ivani Torres Bragheti</i>	337
Fotografias e publicações jornalísticas da década de 70: referências históricas para o Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto	
<i>Jurema Rodrigues</i>	361
Narrativa sobre a historiografia e as práticas de registros de artefatos no Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu	
<i>Sueli Mara Oliani Oliveira. Paulo Antonio Sacchi</i>	381
As modificações no currículo do curso Técnico em Enfermagem na década de 1990	
<i>Aparecida Helena Costa. Shirley da Rocha Afonso</i>	403
Patrimonialização da cultura, cultura escolar e patrimônio educativo: desafios e possibilidades para os estudos sobre educação profissional	
<i>Sueli Soares dos Santos Batista. Thayssa Martins Morais Ribeiro</i>	423
O projeto de memórias do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, suas concepções, fases e o resgate da história oral da Fatec Ourinhos	
<i>Eunice Corrêa Sanches Belloti</i>	445

Projeto “Dez anos da Fatec Franca”: organização, preservação e difusão da memória institucional	
<i>Liene Cunha Viana Bittar</i>	461
Centro de Memória da Fatec Garça: um projeto em construção	
<i>Luci Mieko Hirota Simas. Nancy Aparecida Guanaes Bonini</i>	479
Resgate da história da educação profissional para organização, preservação e difusão da memória da Fatec Garça	
<i>Maria Alda Barbosa Cabreira. Rafael de Carvalho Andriollo</i>	495
A implantação da Coordenadoria de Documentação e Memória no Instituto Federal de São Paulo – <i>campus</i> São Paulo, como ação de conservação e preservação da memória institucional	
<i>Alba Fernanda Oliveira Brito. Fernanda Ferreira Boschini</i>	513
<i>Sobre os autores</i>	529

PREFÁCIO

O arquivo garante o vínculo entre o passado, presente e futuro: [...] é manifestação ao mesmo tempo da presença e da ausência do passado no tempo presente, [...] registro do testemunho reiterável para o futuro, assegurando, portanto, a conservação e a perpetuação daquilo que foi dito. (p.131) ¹

Os arquivos comportam, em sua essência, vestígios de múltiplos tempos e são considerados como patrimônios culturais por serem portadores de testemunhos de variadas experiências humanas. Mais do que uma mera contribuição à escrita da História e, no caso, da História da Educação Profissional e Tecnológica, a organização, preservação e difusão dos arquivos se reveste de importância por ser uma forma de pedagogia indispensável aos pesquisadores e à formação das gerações futuras. Considerados como *lugares de memória* onde se pode investigar concepções, permanências e rupturas que permeiam o presente de nossos objetos de pesquisa a escolha por investigar os arquivos em suas diversas materialidades se constituiu no mote para a realização do VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, em 2018, que se materializa na publicação deste livro.

Dessa maneira, discutir as interfaces entre arquivos, bibliotecas e centros de memória é o objetivo deste livro que reúne os trabalhos apresentados no VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, realizado pelo Centro Paula Souza, em São Paulo, no ano de 2018 e coordenados desde o primeiro evento, em 2010, pela professora Maria Lucia Mendes Carvalho que, já em 2008, constituiu o *Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História de Educação Profissional*. Este Grupo de Pesquisa emergiu como uma maneira de abrigar estudos na área da educação profissional e se reveste de muita importância haja vista um certo abandono a que tal documentação poderia passar, sendo ignorada e mesmo, esquecida.

Este evento, já tradicional e pioneiro neste campo de investigação, se caracteriza como um fórum qualificado no qual são apresentadas pesquisas sobre a construção de memórias da educação profissional e tecnológica e onde são discutidos temas e abordagens historiográficas pertinentes e que ensejam novos/outros caminhos para sua escrita e inserção qualificada no campo da História.

1 DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010

Neste volume são examinadas múltiplas facetas da educação profissional a partir das contribuições de profissionais de diferentes áreas de conhecimento que demonstram o dinamismo e a amplitude dos seus interesses na pesquisa e no zelo pelos seus locais de realização, os arquivos. Este empreendimento investigativo permite historiar e construir um espaço de discussão e uma forma de disseminação e divulgação da pesquisa acadêmica chamando a atenção sobre a relevância do debate sobre o ensino técnico profissional, a história institucional e a própria história local.

O conjunto de textos competentes, instigantes e provocadores são um convite à leitura sugerindo novos temas de pesquisas arquivísticas tanto na dimensão de pensar a educação profissional como na dimensão de reconhecer e trabalhar com seus patrimônios materiais. Suscitando questões que nos remetem a novas/outras instigantes reflexões sobre a constituição, salvaguarda dos acervos, os trabalhos apresentados que compõem este livro são como um desenho que configura uma arquitetura para a educação profissional. Dá a ver estes materiais é fundamental porque neles repousa esta outra parte da história que poucas vezes nos foi contada, que pouco aparece em livros e que, agora, podemos conhecer ainda mais através dessa produção.

Os textos aqui reunidos buscam oferecer um panorama diversificado de temas e perspectivas/horizontes de abordagens – algumas mais técnicas, outras mais livres- do rico material existente nos arquivos. Propiciam um debate extremamente necessário ao articularem uma rede de pensamentos que privilegia a importância dos arquivos como garantidor de “vínculos entre o passado, presente e futuro”.

O trabalho agora, materializado na sua publicação em livro significa uma contribuição valiosa para as memórias e a história e historiografia da educação profissional no país, além de criar possibilidades para que um público mais amplo tome conhecimento dos esforços investigativos e arquivísticos destes/as pesquisadores/as. Inscrito no tempo presente, o livro reúne discussões para reativar a memória e encadear situações sem apagar as possíveis permanências e rupturas que caracterizam a História.

Publicá-lo é, igualmente imprimir inteligibilidade ao evento do qual é tributário além de evidenciar aspectos dos arquivos para a construção da memória e da História da Educação Profissional no nosso país, uma iniciativa ímpar da Professora Maria Lucia com a força e o alcance de um “testemunho reiterável para o futuro” que são os parâmetros de qualificação.

Este é, afinal, um livro que precisa chegar logo aos leitores e leitoras!

Florianópolis, 2 de maio de 2021

Maria Teresa Santos Cunha

Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC

APRESENTAÇÃO

Os Centros de Memória do Centro Paula Souza contam com a curadoria de professores responsáveis por projetos anuais, acompanhados pela Unidade do Ensino Médio e Técnico (Cetec), desde a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GPEMHEP), em 2008. Por esse motivo, no **VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional**, os trabalhos de estudos e pesquisas apresentados versaram sobre a gestão de documentos em Escolas Técnicas ou Faculdades de Tecnologia, relacionados à organização, à preservação e à difusão de arquivos escolares, homenageando os professores que atuam nesses *lugares de memória* com a **Exposição Comemorativa - 10 anos com Curadoria em Centros de Memória: entre documentos, depoimentos e produção de livros**.

Em 2018, professores de 18 Centros de Memória em Escolas Técnicas e um em Faculdade de Tecnologia e mais seis Acervos Históricos participaram desse encontro com professores e estudantes que pesquisavam e organizavam acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos existentes nas Escolas Técnicas e nas Faculdades de Tecnologia, a fim de divulgar a história institucional e o patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia.

Para celebrar os 10 anos de curadoria em Centros de Memória, foram homenageadas a Profa. Joana Célia de Oliveira Borini, da Escola Técnica Estadual (Etec) Dr. Júlio Cardoso, de Franca, e a Profa. Júlia Naomi Kanazawa, da Etec Cônego José Bento, de Jacareí, por serem membras do GPEMHEP e pioneiras no projeto de **Historiografia da Escolas Técnicas mais Antigas do Estado de São Paulo**, conforme discurso na abertura solene desse encontro, publicado nesta obra.

No Centro Paula Souza, os curadores de Centros de Memória divulgam “Ações Educativas” e promovem a sensibilização, a valorização, a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural histórico educativo e da ciência e tecnologia institucional, desenvolvendo ações de Educação Patrimonial entre professores e estudantes nas unidades escolares, bem como participando de exposições, como a Semana Nacional de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM –, e da Semana Nacional de Arquivos, promovida pelo Arquivo Nacional e a Fundação Rui Barbosa, entre maio e junho, anualmente. Com essas exposições, os curadores buscam fortalecer os laços de pertencimento com a comunidade. Esses professores-pesquisadores também participam do “Programa de História Oral na Edu-

cação”, realizando entrevistas com ex-alunos e ex-professores e difundindo-as no site de memórias institucional¹, o que contribui com estudos e pesquisas dentro e fora da instituição, relacionados com a história da Educação Profissional e Tecnológica.

Esta obra “Concepções, Rupturas e Permanências” foi temática do **VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional**, que aconteceu em São Paulo/SP, entre 20 e 21 de setembro de 2018, promovido pelo Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão e pelo GEPEMHEP na Cetec/Centro Paula Souza, e traz as palestras temáticas que foram selecionadas por avaliação cega por membros da Comissão Científica, relacionadas aos eixos temáticos desse evento: Organização, preservação e difusão da memória em instituições da Educação Profissional; Os lugares dos acervos (arquivísticos, bibliográficos e museológicos) da Educação Profissional no espaço escolar; e Arquivos, Informação e Gestão de Documentos nas escolas e em seus Centros de Memória para estudos e pesquisas sobre a história da Educação Profissional, a história institucional e a história local.

É importante destacar que, dos 25 artigos publicados nesta obra, oito são de curadores de sete Centros de Memória instituídos durante o projeto de **Historiografia da Escolas Técnicas mais Antigas do Estado de São Paulo**, entre 1998 e 2000, o que indica a importância e a continuidade desses Centros de Memória, após 21 anos das suas implantações em Escolas Técnicas do Centro Paula Souza. A partir de 2008, com a criação do GEPEMHEP, são reunidos professores, estudantes de pós-graduação e pesquisadores em encontros, jornadas e cursos de capacitação para formação continuada, com novos Centros de Memória implantados em Escolas Técnicas, culminando com 13 artigos apresentados, dos quais nove artigos são de curadores desses novos *lugares de memória* e quatro de professores de Faculdades de Tecnologia, que estão desenvolvendo projetos para implantação de Centros de Memória. Outros quatro artigos, dois são de mestres e orientadora da Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Paula Souza; um relacionado a dissertação de Mestrado na Unicamp, utilizando fontes de pesquisa localizadas nos arquivos do Centro de Memória da Etec João Belarmino, em Amparo, e o último artigo, do nosso parceiro – o Centro de Documentação e Memória do Instituto Federal de São Paulo – IFSP/CDM.

Com esta obra, espero sensibilizar outros professores e servidores do Centro Paula Souza a engajar-se nas atividades que são propostas pelo GEPEMHEP, considerando que, por meio da cultura material e imaterial, é possível refletir sobre o cotidiano das Escolas Técnicas, das Faculdades de Tecnologia e da Administração Central, buscando-se, na documentação, as suas práticas escolares e pedagógicas e, nos depoimentos de antigos professores e colabora-

¹ Consultar: www.memorias.cpsctec.com.br

dores, assim como nas produções livrescas, as relações entre o presente e o passado, a fim de reconhecer a identidade institucional em cada época.

Maria Lucia Mendes de Carvalho

São Paulo, 21 de maio de 2021.



Figura 1 - Exposição comemorativa - 10 anos com Curadoria em Centros de Memória: entre documentos, depoimentos e produção de livros, Espaço Museológico do Centro Paula Souza.

Fotografia: Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 20/9/2018.



Figura 2 – Participantes do VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional.

Fotografia: Aparecida Helena Costa, em 22/09/2018.

DISCURSO DE ABERTURA SOLENE

Homenagens às professoras curadoras em Centros de Memória

Com o ***VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Concepções, Rupturas e Permanências***, dá-se continuidade à comemoração de “10 anos de Curadoria em Centros de Memória: entre documentos, depoimentos e produção de livros”.

Nesta abertura solene, tenho a intenção de discorrer sobre a temática “Concepções, Rupturas e Permanências”, proposta no grupo de estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional e tecnológica (GPEMHEP) para um balanço de seu percurso nesses *lugares de memória*, com professores-pesquisadores que nesse grupo, atuam, alguns há quase vinte anos, como é o caso das nossas homenageadas.

Narro sobre a minha experiência como coordenadora de projetos a frente do GPEMHEP, atuando em rede com esses professores curadores nos centros de memória e em acervos escolares de escolas técnicas (Etecs), de faculdades de tecnologia (Fatecs) e da pós-graduação, extensão e pesquisa (UPGEP) do Centro Paula Souza. Início destacando a importância do apoio da Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec), coordenada pelo professor Almério Melquíades de Araújo, por possibilitar a realização de projetos de horas atividades específicas, denominados projetos de HAE, para professores-pesquisadores nas unidades escolares, e para coordenadores de projetos, na própria Cetec, atuando com difusão e pesquisa para a formação continuada de professores, ao propor e realizar cursos de capacitação, que nós do GPEMHEP denominamos Clubes de Memórias.

Nesses clubes de memórias, nos apropriamos de referenciais teóricos e metodológicos, apresentando-os em oficinas de leitura ou discutindo, em rodas de conversa, os artigos técnicos e científicos selecionados como contribuição às pesquisas realizadas nos projetos de HAE. Lembrando que, para produzir os depoimentos de ex-alunos ou antigos professores, nós empregamos a História Oral como metodologia em nossas pesquisas, que associada à cultura escolar, ao patrimônio histórico-educativo, e ao patrimônio cultural da ciência e tecnologia, pode-se afirmar que essas memórias contribuem para a constituição da identidade institucional, ampliando o legado do passado para o presente e para o futuro institucional. Com a nossa produção de livros institucionais, buscamos resgatar a historicidade da educação profissional e tecnológica para o Centro Paula Souza.

Nesses 21 anos do ***Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas do Estado de São Paulo***, professores continuam atuando nos oito centros de memória, concebidos entre

1998 e 2001, sob a orientação da Dra. Carmem Sylvia Vidigal Moraes, do Centro de Memória da Faculdade de Educação/USP, e sob a coordenação da professora Julia Falivene Alves, na Cetec, com o apoio da FAPESP, nesse período.

Nos últimos dez anos, novos Centros de Memória foram criados em escolas técnicas ou faculdades de tecnologia. Em alguns casos, houve rupturas por dificuldades em mantê-los, devido à falta de: espaço nas unidades; apoio da gestão ou disponibilidade de docentes para apresentarem projetos de HAE em Memórias e História da Educação Profissional. Atualmente, temos 21 Centros de Memória, três concebidos, em 2018.

Por isso, neste ano, decidimos celebrar os 10 anos de criação do GEPEMHEP, que está há quatro anos no CNPq e foi certificado pela Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (UPGEP), sob a coordenação da Dra. Helena Peterossi, homenageando a professora Joana Célia de Oliveira Borini, da Escola Técnica Estadual (Etec) Dr. Júlio Cardoso, em Franca, criada em 1924, e a professora Júlia Naomi Kanazawa, da Etec Cônego José Bento, em Jacareí, criada em 1935. Rendemos essas homenagens, pelos estudos e pesquisas dessas professoras em história da educação profissional, e pelas suas permanências como curadoras nos Centros de Memória dessas escolas, dando continuidade ao projeto de Historiografia.

A professora Joana Célia de Oliveira Borini, aqui presente, possui graduação em Geografia - licenciatura, pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita - UNESP/Franca, fez Pedagogia pela Faculdade Soares de Oliveira de Barretos e tem dois cursos de pós-graduação lato-sensu na área de educação. A Joana Borini ainda precisa preencher o seu currículo Lattes, mas o currículo institucional demonstra que ela, além das atividades de curadoria, participa de congressos, simpósios e encontros nacionais e internacionais, difundido estudos e pesquisas sobre a história da educação profissional em Franca. Em livros institucionais, publicou, em 2013, o capítulo “As mudanças em currículos dos cursos da Etec Dr. Júlio Cardoso de 1945 a 1965”, e em 2017, “História e Memórias: o Internato Masculino da Etec Dr. Júlio Cardoso”.

Atualmente, a professora Joana Borini é curadora no Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, escola homenageada neste evento e onde atua em equipe, nesse *lugar de memória*, com as professoras Maria Medianeira N. A. Monteiro, no projeto de Historiografia desde 2000, e com Aparecida Helena Costa mais recentemente, por esta ter ingressado no GEPEMHEP em 2014.

Lembro que reunimos neste Encontro professores e estudantes, que atuam no GEPEMHEP, em sua maioria. Encontro este promovido pelo Centro de Capacitações Técnica, Pedagógica e de Gestão da Unidade de Ensino Médio e Técnico, sob a responsabilidade da professora Lucília Guerra. Neste ano, estamos rendendo homenagem, também, à professora Julia Naomi Kanazawa, aqui presente, por sua contribuição constante nas

pesquisas e difusão da história da educação profissional, desde o início da implantação do Centro de Memória da Etec Cônego José Bento, em Jacareí.

A professora Julia Naomi Kanazawa é licenciada em História pela UNESP, é Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo, e doutoranda em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas desde 2017. Atuou em diversas escolas públicas e privadas antes de ingressar no Centro Paula Souza, em 1995. A professora Julia Naomi é curadora de um centro de memória que é referência para nós do GEPEMHEP. Desde a sua implantação, com apoio dos gestores, ocupa a casa que foi moradia de diretores da escola técnica agrícola, possibilitando uma distribuição adequada para salas de exposição, de reserva técnica, de arquivo e de práticas escolares e pedagógicas relacionadas com a sensibilização, valorização e preservação do patrimônio histórico educativo.

O currículo Lattes da professora Julia Naomi Kanazawa é um orgulho para nós que atuamos com estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional no Centro Paula Souza. Desde 2008, a Julia Naomi produz artigos e pôsteres envolvendo estudantes em atividades de estudos e pesquisas no Centro de Memória da Etec Cônego José Bento, incluindo o Arquivo Público Municipal de Jacareí, e contribuindo com publicações em congressos, encontros, jornadas e feiras tecnológicas promovidas pelo Centro Paula Souza. Atua também, envolvendo os estudantes, monitores de memórias, em projetos promovidos para as Feiras de Ciências e Engenharia – FEBRACE, orientando os seus trabalhos, em vários anos: 2009¹, 2011, 2017, além de atuar em outros eventos externos.

As publicações dos artigos de Julia Naomi nos livros de Memórias e História da Educação Profissional são empregadas como referências em pesquisas acadêmicas como, por exemplo, as defendidas em 2018: de doutorado, por Gisele Gutstein Guttschow², na Universidade Federal do Paraná, e de mestrado, por Ivone Barbosa Targa³, na Unidade de

1 Projeto “ETEC Cônego José Bento nas décadas de 1930, 1940 e 1950 nos jornais [...]” apresentado na FEBRACE, na área de Ciências Exatas e da Terra, em 2009, com autoria de Sany de Paula Ramos, Davany Oliveira Santos, Paloma Glacic Schon, com a orientação de Julia Naomi Kanazawa, em 2009, em São Paulo. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=4091>

2 GÜTTSCHOW, Gisele Gutstein. ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI - SC: CRIAÇÃO, CURRÍCULOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1954-1967). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, sob a orientação da Dra. Nadia Gaiofatto Gonçalves na Universidade Federal do Paraná, em 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55035/R%20-%20T%20-%20GISELE%20GUTSTEIN%20GÜTTSCHOW.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

3 TARGA, Ivone Barbosa. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DA ETEC CÔNEGO JOSÉ BENTO – JACAREÍ, SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, sob a orientação do Dr. Roberto Kanaane, na Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Paula Souza, em 2018. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/pos-graduacao/trabalhos-academicos/dissertacoes/gestao-e-desenvolvimento-da-educacao-profissional/2018/ivone-barbosa-targa.pdf>

Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Paula Souza. Esta última realizou pesquisa em fontes primárias no Centro de Memória da Etec Cônego José Bento, em Jacaréí.

A Julia Naomi Kanazawa também participa de eventos online, produzindo curso de formação de professores de História ao divulgar planos de aula, como por exemplo: “Histórias da preta: de fonte histórica à possibilidade de múltiplas abordagens sobre a cultura africana e afro-brasileira”⁴. Por essa dedicação a historiografia da educação profissional, agradecemos à professora, que é uma das fundadoras do GEPEMHEP.



Figura 1 - Joana Célia de Oliveira Borini, Maria Lucia Mendes de Carvalho, Almério Melquiades de Araujo, Fernanda Vieira da Silva⁵ durante homenagem a professora Joana, no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza, auditório laranja, em 20/09/2018.



Figura 2 - Júlia Naomi Kanazawa, Lucília Guerra, diretora do Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão na Unidade de Ensino Médio, e Maria Lucia Mendes de Carvalho, durante homenagem a professora Júlia Naomi no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza, auditório laranja, em 20/09/2018.

4 5ª Olimpíada Nacional em História do Brasil. Curso de Formação de Professores. Disponível em: https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/1-curso/planos_de_aula/plano/821

5 Mestre de Cerimônia – estudante do curso Técnico em Eventos da Etec Professor Camargo Aranha, em São Paulo/SP.

Neste VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: concepções, rupturas e permanências nós homenagearemos as professoras Joana Borini e Júlia Naomi por suas trajetórias social e profissional, e por atuarem como pesquisadoras, deixando rastros, marcas e vestígios para a continuidade do Projeto de Historiografia, em prol da educação profissional e tecnológica no Centro Paula Souza.

É necessário ter clareza, neste momento, que um país sem memórias não pode ter bom futuro, pois estará sempre recomeçando; não constrói, e nós todos sabemos que, para a educação, é preciso tempo, porque a construção é lenta e contínua. Agradeço a todos vocês, curadores em Centros de Memória, porque juntos deixaremos um legado as gerações futuras. Pode ser pouco, mas será sempre uma contribuição para compreensão da evolução cultural e institucional, como nos deixaram Aprígio Gonzaga, Horácio Augusto da Silveira, Arnaldo Laurindo, Francisco Pompêo do Amaral, entre outros professores da educação profissional.

Mais recentemente, professores do Centro Paula Souza e de outras instituições, têm elaborado dissertações e teses de doutorado sobre a nossa instituição, como exemplos citamos: o Dr. Lauro Carvalho de Oliveira, com a tese “Faculdade de Tecnologia de Sorocaba: da gênese à consolidação”, na UNISO, em 2014; o Dr. Lincoln Taira com a tese “Relações históricas no universo da FATEC SP: técnica-tecnologia e educação”, na FFLECH-USP, em 2005, e a dissertação de mestrado, do Rodrigo Bastos Padilha, em 2009, na PUC-SP, publicada em livro sobre a sua pesquisa em arquivos escolares da Alemanha, referente ao nosso patrono Antonio Francisco de Paula Souza.

Nesta ocasião tão especial sou grata pela presença de todos e de todas para prestarmos essa justa homenagem a essas professoras-pesquisadoras da história da educação profissional.

Bom evento e muito obrigada!

Maria Lucia Mendes de Carvalho
GEPEMHEP/Cetec capacitações
São Paulo, 20 de setembro de 2018

DA OFICINA ESCOLA À ESCOLA OFICINA: OS ANOS INICIAIS DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO QUIRINO

Américo Baptista Villela

Escola Técnica Estadual Bento Quirino
Museu da Cidade da Prefeitura Municipal de Campinas/SP

1. INTRODUÇÃO

Dos desfavorecidos da fortuna ao aluno da escola industrial mista Bento Quirino

A educação profissionalizante durante todo o século XIX e mesmo no início do XX foi pensada pelas classes dominantes como opção para os sem opções. Na retórica dos políticos e nos projetos de lei, a escola profissionalizante surgia como benemerência de alguns, assistência social aos órfãos e desvalidos da fortuna para outros. Com a república, essa situação começa a se modificar e a educação passa a ser percebida como instrumento indispensável ao desenvolvimento econômico, social e político do país, bem como para transformar os antigos súditos em *cidadãos úteis à nação*.

O Decreto nº 7.566, datado de 23 de setembro de 1909, que cria nas capitais dos Estados da República as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário gratuito, traz, em sua justificativa, as seguintes palavras:

Considerando:

- . que o aumento constante da população das cidades exige que facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
- . que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;
- . que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. [...]. (BRASIL, 1909)

Sem entrar no debate a respeito da aplicação ou não deste decreto, observa-se que, no início da república, com a perspectiva de ordem e progresso que se instalou, algo de novo começa a surgir no ideário educacional. Em primeiro lugar, há a constatação do aumento da população das cidades e, embora não explícita no texto do decreto, há a ciência, por parte do governo, de que não há oferta de vagas nas escolas para todos. Além disso, há um processo de urbanização que se aprofunda e que levará as cidades a ganharem espaço, tanto no campo econômico e social quanto no campo político. No econômico, com o surgimento de um maior número de indústrias, fábricas, bancos e serviços, o café, embora ainda o principal produto de exportação do país, começa a perder força, e novas formas de investimentos articuladas com a vida nas cidades começam a se apresentar para os capitalistas brasileiros.

Os capitalistas também passam a ver as cidades como instrumento para a reprodução do capital e, nesse processo, contribuem para o surgimento de uma nova classe média urbana composta por profissionais liberais como médicos, jornalistas e advogados, pequenos comerciantes, trabalhadores da administração pública, entre outros, que se organiza em função de novas demandas sociais como a educação e a saúde. No aspecto político, a concentração de operários e as organizações sindicais que surgiam sob inspiração anarquista, socialista e, depois, comunista, eram vistas com temor pelas classes dominantes, e era preciso afastar os operários dessas ideias estrangeiras.

Essa situação volta a se refletir de forma idêntica no texto do Presidente Nilo Peçanha, ao justificar, três anos depois, o referido decreto:

o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime.

Este ideário explica por que em sua justificativa o presidente se direciona, inicialmente, às classes proletárias, para, só depois, referir-se aos desfavorecidos da fortuna. Um novo componente do discurso é que, agora, surge a ideia de se formar o cidadão e não mais apenas dar assistência aos órfãos.

Assim se refere Miguel Couto (1925), médico e presidente da Associação Brasileira de Educação, a respeito da educação:

[...] O analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, nem necessidades nem ambições, o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda idéia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer; pela incúria contrai doenças e pelo abandono as contagia e perpetua. (COUTO, 1925, p. 701)

Para estes homens, membros da elite política dirigente, o problema das diferenças sociais e das condições de vida da classe trabalhadora não era produto da ordem social capitalista, mas sim da ausência da educação. Esta ausência, por sua vez, é o que levava a classe trabalhadora “a indolência” ou “rebelião a toda ideia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça” (COUTO, 1925), ou seja, essa mensagem era dirigida contra o discurso de anarquistas e socialistas que denunciavam as mazelas do capitalismo e a exploração dos trabalhadores pelos patrões.

No projeto dessa elite, representante dos interesses das classes economicamente dominantes ligadas à cafeicultura e à crescente indústria, a educação criaria as condições para que a ordem imperasse e o progresso se realizasse principalmente em uma sociedade que se industrializava e urbanizava, na qual os proletários começam a serem percebidos como uma possível ameaça. Para esse projeto, o cidadão útil à nação é aquele que trabalha e produz a riqueza social sem questionar o destino que é dado a ela, em uma sociedade caracterizada por uma grande concentração de renda, que destina aos trabalhadores baixos salários e uma condição degradante de trabalho.

Como resposta a esse projeto, os proletários começavam a se organizar como classe e a lutar por direitos sob inspiração dos anarquistas e socialistas. Estas organizações eram percebidas pelas fracções da classe dominante como agente catalizador da ameaça, à medida em que elas despertavam a sensibilidade dos trabalhadores para o grau de exploração a que estavam submetidos.

José Damiro de Moraes nos chama a atenção para as práticas anarquistas em relação à educação no período:

Tendo como objetivos aumentar a participação nas organizações e alfabetizar os trabalhadores, os anarquistas procuraram fundar centros, escolas e ateneus ou grêmios culturais. Assim, a

ação dos anarquistas procurava contribuir para aumentar o conhecimento dos trabalhadores, alicerçada na idéia de que uma nova sociedade passava por uma nova educação. Desta forma, muitos trabalhadores foram alfabetizados “através das escolas de militantes, de oradores, fundadas nos sindicatos, as seções de leituras comentadas, os debates ideológicos, as conferências, as controvérsias, os círculos de estudos, os grupos teatrais”. (RODRIGUES, 1972, p.43 *apud* MORAES, s/d)

O mesmo autor prossegue destacando o papel importante que as escolas de militantes, as seções de leituras da imprensa operária e o teatro tiveram para desenvolver a sensibilidade dos trabalhadores para as condições de vida e de trabalho que enfrentavam. Essa sensibilidade estimulava uma identidade entre os trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento de sua organização como classe. Esta situação se torna mais evidente no período da primeira grande guerra, quando os lucros das indústrias cresciam e os salários dos trabalhadores não acompanhavam o aumento do custo de vida, o que culminaria com a greve geral de 1917. A este respeito, é esclarecedora a Tabela 1, na qual é explicitado o descompasso entre crescimento industrial e os salários pagos aos trabalhadores.

Tabela 1 – Custo de vida, salários e produção industrial no Brasil

Ano	Custo de Vida	Salários	Produção Industrial
1914	100	100	100
1915	108	100	118
1916	116	101	140
1917	128	107	197
1918	144	117	171
1919	148	123	209
1920	163	146	188

Fonte: Simonsen, R. C. A Evolução Industrial do Brasil, 1939.

Cristina Hebling Campos (1988), embora reconheça que o impacto da guerra não tenha sido igual para todos os setores industriais, aponta que as indústrias têxtil e

metalúrgica tenham acelerado a produção, enquanto a construção civil e aqueles dependentes das inversões públicas refluíram; observa-se algo em comum: os salários dos trabalhadores não aumentaram,

Mas mesmo onde estava ocorrendo aumento da produção, a expansão não acarretou em aumentos salariais, pelo contrário, eles estavam caindo e o desemprego caindo visivelmente. A pauperização dos trabalhadores era flagrante. Além de diminuídos os salários, os operários sofriam uma inflação que vinha subindo a cada ano, a carestia dos gêneros de primeira necessidade e uma crise de moradias". (CAMPOS, 1988, p. 39)

Frente a esta nova realidade, com cidades crescendo, indústrias surgindo para fornecer os produtos que antes eram importados, com inversão de capital procedente do café em uma expansão industrial que competia com o capital estrangeiro, Campos (1988) aponta que surge a questão social como problema e para tanto destaca:

Ao lado da ação policial, dos regulamentos internos de fábricas e oficinas, das leis repressivas e de expulsão dos estrangeiros ocorreu uma investida por parte da burguesia, do Estado, da Igreja e outros setores da sociedade no sentido de esvaziar o movimento sindical e de ampliar e aperfeiçoar novas formas de controle. Várias estratégias, por vezes pontuais, contribuíram para em conjunto generalizar a ideologia da classe dominante. (CAMPOS, 1988, p. 20)

A autora prossegue apontando iniciativas do sindicalismo reformista custeado pelos patrões, pelas ações da igreja, pelo sentido do nacionalismo entre outros. A educação se apresenta como um campo em disputa no qual, menos para os cafeicultores e mais para a burguesia urbana emergente, é preciso incorporar a demanda popular pela educação transformadora em um ideal de educação universal, mas sob controle das classes dominantes representadas pelo estado republicano. Esta diferença entre a burguesia ligada ao campo e a burguesia urbana se torna mais compreensível porque, no campo, os trabalhadores estão esparsos pelas fazendas cafezeiras, e a ameaça de revolta, pelo menos no imaginário de fazendeiros que habitavam as cidades, era menor. Nas cidades, pelo contrário, a sensação de ameaça era mais próxima, a preocupação com a educação e qualidade de vida dos trabalhadores era maior. As epidemias que, na maior parte das vezes, eram atribuídas à ignorância e à falta de hábitos higiênicos, atingiam

a todos, mesmo que os mais ricos possuíssem mais e melhores meios de acessar os serviços médicos. As greves representavam o caos, e a desordem pública colocava os privilégios desta burguesia urbana em risco.

As escolas criadas pelo Estado ou as escolas criadas pelas classes dirigentes foram instrumento para que a transformação de uma demanda popular pela educação transformadora em um ideal de educação universal ocorresse, mas, nessa nova conjuntura, a educação já não se voltava para os desvalidos da fortuna, mas sim para controlar uma parcela da classe trabalhadora que tinha como expectativa uma ascensão social. A realização dessa ascensão combateria o ideário anarquista e socialista “provando” que era possível ascender socialmente pela educação, tornando-se um cidadão da república e obtendo benefícios materiais dentro da ordem capitalista, e que a educação era chave para o sucesso. Como destaca Hobsbawm em “A Era dos Impérios”:

A instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as faixas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distingui-los das ordens inferiores. (HOBSBAWN, 1988, p. 247)

O autor, ao realizar esta análise, está se referindo à conjuntura europeia entre os anos de 1875 a 1914, na qual começa a surgir aquilo que o ideário burguês definirá “classe média”. Esta não se identificava com os trabalhadores manuais, ou seja, o proletariado fabril, e com a urbanização começava a crescer em número: eram pequenos comerciantes, funcionários públicos etc., que pleiteavam a educação como sinal idiossincrático.

No caso do estado de São Paulo, de urbanização e desenvolvimento industrial tardio, no final do século XIX, logo após a implantação da república, surge essa nova classe. Essa nova classe, embora não detentora do capital, também não se identifica como proletariado e também não se identificava ou era identificada como burguesia ou a aristocracia cafeeira. Para ela, a educação escolar contribuiu para que ela se diferenciasse do proletariado e mesmo rejeitasse as ideias anarquistas e socialistas, rotulando-as de exóticas ou estrangeiras. Foi um recurso ideológico para escamotear o conflito fundamental entre capital e trabalho e forjar novas identidades que impedissem a elaboração de uma consciência de classe proletária.

Acredito que a educação escolar nesse processo e na busca de construção da noção do *novo cidadão* em oposição ao *antigo súdito* teve um peso importante; em especial, a Educação Profissional, por isso as iniciativas do governo federal por meio do Decreto nº 7.566, datado de 23 de setembro de 1909, que cria nas capitais dos Estados da República

as Escolas de Aprendizes Artífices, e do governo do Estado de São Paulo que, com as Leis nº 1.214 e nº 1.245 de 1910 e pelos Decretos nº 2.118-A e nº 2.118-B, de 28 de setembro de 1911, criam duas escolas profissionais em São Paulo, uma em Amparo e outra em Jacaréí.

Era a resposta do governo para combater a proposta anarquista de Educação Profissional que se caracterizava por uma proposta revolucionária na medida em que defendia:

[...] o preparo do trabalhador para a conquista da riqueza social, a sua habilitação técnica para a posse das fábricas, dos campos e oficinas, o seu preparo revolucionário para a obra de expropriação da burguesia. “NÚCLEO de ação e cultura proletária”. (JORNAL A PLEBE, 1933)

A criação das escolas profissionalizantes nessa conjuntura pode ser entendida como uma manifestação antecipada do que seria verbalizado pelo reformista governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, “Façamos a revolução antes que o povo a faça” (MOTA, 2018, p.206), ou seja, era preciso apropriar-se das reivindicações dos trabalhadores para enquadrá-las em esquemas pré-definidos e que não atentassem contra a ordem social capitalista instalada.

Em Campinas, por iniciativa da Liga Operária, foi fundada uma escola livre em 1908, defendendo que:

A escola não deve ser um lugar de tortura física ou moral para as crianças, mas um lugar de prazer e de recreio, onde elas se sintam bem, onde o ensino lhes seja oferecido como uma diversão, procurando aproveitar a sua natureza irrequieta e alegre, as suas faculdades e sentimentos falando mais ao olhar do que ao ouvido, dedicando-se mais à inteligência do que à memória, esforçando-se por desenvolver harmônica e integralmente os seus órgãos. A experiência, a observação direta, a recreação instrutiva serão muito mais favorecidas pelo professor que compreende a sua missão, do que as longas e fatigantes preleções e as recitações fastidiosas e sem sentido. (DOCUMENTO 1, 1992, p.53-54)

Como para Campinas não houve uma iniciativa de ensino profissionalizante do governo federal ou do estadual, a cidade continuasse a se desenvolver e as indústrias a florescer, essas ideias, que também estavam presentes nas elites dirigentes do município, podem explicar a iniciativa de Bento Quirino e seus seguidores. Famosa pelas iniciativas

para o desenvolvimento do país e “berço da república”, com o legado testamentário e como manifestação da vontade de Bento Quirino, surge a Associação Instituto Profissional Bento Quirino dos Santos para formar os futuros trabalhadores artífices de acordo com os padrões de cidadania propostos pela república recém-instalada.

A associação inspirada no ideário já citado, talvez até porque o decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, em seu artigo 16 estabelecia o que se segue:

[...] As escolas de aprendizes artífices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr consignada para este efeito no orçamento no Ministerio da Agricultura, Industria e Comércio. [...] (BRASIL, 1909)

Ou seja, seguir o ideário do governo federal era manter abertas as portas para obter financiamentos para a associação. Os membros da Associação, como já visto anteriormente, articulados politicamente, pensavam em usar os termos deste decreto para obter benefícios para a associação e buscar subvenções.

Devemos atentar ainda para o fato de que, em 1918, ano de início de funcionamento da Escola Profissional Masculina Bento Quirino, foi ministro da agricultura, embora por um pequeno período de tempo, o campineiro Antonio de Padua Salles. Essas ideias acabaram por se manifestar em práticas de seleção que se manifestaram na composição do corpo docente da escola que, em geral, foi composto por simpatizantes do PRP – Partido Republicano Paulista

2. A ESCOLA PROFISSIONAL MASCULINA BENTO QUIRINO (1918 – 1926)

O Instituto Profissional Masculino Bento Quirino dos Santos iniciou suas aulas no dia primeiro de abril de 1918, oferecendo os cursos de marcenaria e mecânica. Como o próprio título demonstra, em seus anos iniciais, a escola atendeu unicamente à população masculina. A forma de acesso, segundo o regimento, era ser convidado pelos membros da diretoria da Associação Instituto Profissional Bento Quirino.

Poucos são os dados sobre o número total de alunos naquele primeiro momento na documentação presente nos arquivos da escola mas, em ata da assembleia geral extra-

ordinária, realizada em 31 de julho de 1921, temos a seguinte referência em documento, que propõe corte de gastos com o custeio da escola:

Os membros da Comissão encarregada da reorganização do Instituto Profissional Bento Quirino, tendo examinado com a devida atenção o projecto do orçamento da receita e despesa para 1921, elaborados pelo seu digno Diretor, o snr. engenheiro Bruno Magro, resolveram propôr as seguintes reduções na despesa, sem prejuizo para o regular funcionamento deste estabelecimento de ensino e nem do louvavel ideal do seu saudoso e benemerito testador: “Administração” – 1 servente – 1:200.000; – “Corpo docente” (quadro n.2) Professores do curso noturno – 3:600.000, contra mestres (2 a 225.000) – 5:400.000 – 9:000.000; – “Operários”(quadro n.3) – Professores do curso noturno, diz-se, 1 carpinteiro a 8 h – 2:400.000, 1 marceneiro a 7 h – 2:100.000 – 4:500.000; – **“Alumnos aprendizes” – 1 de \$800 – 240.000, 1 de \$700 – 210.000, 1 de \$600 – 180.000, 2 de \$500 – 300.000, 4 de \$400 – 480.000, 5 de \$300 – 450.000, 9 de \$200 – 540.000, 10 de \$100 – 300.000(Grifo nosso)** – 2.700.000; – “Luz” – 600.000; – “Material para o curso noturno” – 600.000; – “Jardineiro” – 540.000. Total 19:140.000. Campinas, 9 de maio de 1921. (ASSOCIAÇÃO INSTITUTO PROFISSIONAL BENTO QUIRINO, 1914 – 1972, p. 20)

Da análise desta ata, conclui-se que existe a categoria de *alumnos aprendizes* que, naquele momento, totalizavam 33 alunos. Essa categoria corresponde aos alunos que recebiam uma remuneração da Associação para manter seus estudos ou, como definia o Código Civil de 1916, a atividade de aluno-aprendiz constitui um misto de aprendizado e de prestação de serviços.

A priori, comparando-se o número de 33 alunos aprendizes com o número total de alunos matriculados na sessão masculina em 1927, que era de 98 – após a escola ter sido incorporada pelo governo do Estado de São Paulo e aumentado a oferta de vagas –, considero a possibilidade de que todos os alunos recebessem uma remuneração. Isto esclareceria a caracterização da Associação como instituição de assistência social.

Com relação aos professores do curso noturno, observa-se que são um carpinteiro e um marceneiro, não demonstrando a existência das disciplinas de cultura geral, embora aulas dessas disciplinas existissem no período noturno por iniciativa do governo do Estado, conforme registro existente no Livro de Atas da associação já mencionado. Entre 1923, ano de locação do prédio e das oficinas, até 1927, não há referência formal ao fun-

cionamento da escola; há apenas uma proposta de que o arrendatário oferecesse aulas, mas que não se viabilizou.

Estes dados indicam que, nesta fase inicial de funcionamento da escola, ela se organizou muito próximo daquilo que Luís Antonio Cunha (2000) define como uma oficina escola:

A oficina escola formava o operário no próprio trabalho para o mercado, de modo que um aprendiz ia dominando as tarefas do seu ofício a medida que auxiliava um operário na produção. Nesse modelo, a educação geral da alfabetização ao desenho geométrico era lhe ministrada apenas nas necessidades imediatas. (CUNHA, 2000, p. 119)

É preciso compreender que este modelo de funcionamento foi motivado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação após o término das obras e instalação das oficinas. Dificuldades essas que foram ampliadas em virtude das contingências produzidas pela primeira guerra mundial, pela crise da cafeicultura, pela epidemia de gripe espanhola e, também pela efervescência política, demonstrando as profundas divisões no interior das camadas dominantes e que, no Estado de São Paulo, culminaria com a chamada Revolução de 1924, durante a qual a capital do Estado foi transferida para Campinas.

Nesta etapa, a escola funciona de maneira precária, tornando-se explícita a contradição entre o discurso que a colocava como formadora do cidadão republicano e a prática efetiva. A escola caracterizou-se mais como uma forma de ampliação da oferta de mão de obra para uma industrialização nascente e em expansão do que uma instituição que preparasse para o cumprimento dos deveres cívicos.

3. A ESCOLA PROFISSIONAL MISTA BENTO QUIRINO (1927 – 1935)

Em 1927, com a incorporação da escola pelo governo do Estado de São Paulo, a mesma passará a receber matrículas de alunos de ambos os sexos. Segundo o relatório apresentado pelo diretor da escola profissional mista Bento Quirino em 1934, José Minervino, por ocasião da inauguração das novas oficinas de fundição, o número total de alunos matriculados no período compreendido entre 1927 e 1933, é assim apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Números de matriculados na Escola Profissional Mista Bento Quirino (1927 – 1933)

Ano	Seção Masculina	Seção Feminina	Total
1927	98	236	334
1928	220	320	530
1929	232	268	500
1930	359	409	768
1931	305	390	695
1932	297	386	693 ¹
1933	235	305	540

Fonte: Escola Profissional Mista Bento Quirino, Relatório do diretor de 1934. Acervo do Centro de Memória Orleide Alves Ferreira da Etec Bento Quirino, em 2018.

O primeiro dado que os números oferecem é que existe um crescimento inicial no número de alunos matriculados, mas, a partir de 1930, esse número sofre uma redução. Essa redução está relacionada à crise econômica desencadeada pela quebra da bolsa de valores em Nova York e à crise política que se materializou nas chamadas revoluções de 1930 e constitucionalista de 1932 que contiveram, mesmo que momentaneamente, o crescimento econômico da cidade. Com relação aos alunos, analisando-se o livro de registro de matrículas do período, destaca-se que eles são majoritariamente residentes em Campinas, mas observa-se a presença de alunos procedentes de outras cidades como Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Vila Americana, Cosmópolis e Indaiatuba. Há filhos de pais das seguintes nacionalidades: italianos, portugueses, sírios, espanhóis, alemães, franceses e brasileiros, sendo que em torno de 30% dos alunos são filhos de imigrantes. Em relação à profissão dos pais, há as seguintes profissões mencionadas: lavrador, professor, dentista, ferroviário, militar, funcionário público, comerciante, tipógrafo, motorista, comerciante, inspetor técnico, entre outras. Só há a menção de doméstica em casos de alunos cujos pais eram falecidos; nos outros casos, a profissão ou nacionalidade da mãe não era mencionada. Esta situação era produzida pela falta de visibilidade feminina no espaço público. O homem era representado socialmente como chefe de família e as mulheres só existiam enquanto esposas e mães; porém, esse quadro começa a se alterar e a própria criação da seção feminina no interior da escola é manifestação de parte desse processo.

¹ A soma dos alunos matriculados na seção masculina e feminina corresponde a 683 embora no relatório conste 693.

Elisiana Renata Probst assim sintetiza uma opinião corrente sobre a inserção feminina no mercado de trabalho:

Isso começou de fato com as I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos. (PROBST, s/d.)

Embora considere complicada tal afirmação, tendo em vista que as mulheres já trabalhavam antes dos eventos citados acima, como o demonstra a própria polêmica em torno da motivação da criação do dia da Mulher que nos revela diversas greves femininas ocorridas pelo mundo antes da 1ª e 2ª Guerra Mundial, não podemos deixar de reconhecer que as guerras, em parceria com as lutas das feministas, contribuíram para modificar a percepção do trabalho feminino e sua inserção social.

Além disso, no capitalismo, quanto maior for a oferta de mão de obra, melhor será para os capitalistas maximizarem seus lucros e, assim, era preciso liberar a mulher para o trabalho, dignificando-o. Nesse sentido, a escola contribuirá para a valorização do trabalho em uma sociedade recém-egressa da escravidão, mas também conduzirá o processo de inserção da mulher neste mesmo mercado, definindo atribuições e profissões compatíveis, bem como não a deixando esquecer que seu principal papel social é o de mãe e esposa. Dessa forma, observa-se uma crescente demanda das mulheres pela educação e, secundariamente, pela educação profissional, mais especificamente, as mulheres procedentes da burguesia urbana iriam se formar professoras, ingressando na escola normal e se preparando para ser mães-educadoras, enquanto as mulheres procedentes desse grupo que não se identificava como proletário iriam para as escolas profissionais, onde elas também receberiam, além da educação profissional, noções de puericultura e hábitos higiênicos.

No caso do Instituto Profissional Bento Quirino, verifica-se que a abertura da escola para o sexo feminino fez com que o número de mulheres matriculadas superasse o número de homens já em seu primeiro ano como escola estadual. Nos anos de 1927 e 28, a composição do corpo discente da escola era de aproximadamente 41,5% masculino e 58,5% feminino. Sem dúvida, esse quadro demonstra, em primeiro lugar, uma falta de oferta de vagas nas escolas para o sexo feminino em Campinas, em especial, escolas profissionalizantes. Em segundo lugar, é revelador do crescimento da aceitação da mulher como profissional, ou

seja, começa a se institucionalizar a presença e visibilidade das mulheres no espaço público, mas é bom enfatizar, sempre priorizando o seu papel de mãe e esposa.

Raquel Discini de Campos (2009), em trabalho sobre a condição feminina e sua representação pela imprensa, demonstra que, no início do século XX, se construía uma nova figura de mulher. A ideologia da mulher moderna – que se construía em oposição à mulher da sociedade patriarcal e senhorial – abrangia as qualidades associadas à boa educação, ao interesse pela profissão do marido e ao papel no engrandecimento da nação, como mãe, como educadora e também como trabalhadora, mas desde que autorizada pelo marido. Estes dados são reforçados com a criação do Dispensário de Puericultura em 1932, no qual as alunas serviriam à sociedade cuidando das crianças e, simultaneamente, se qualificariam para o trabalho e para a maternidade, obtendo noções de higiene pessoal, aleitamento e alimentação.

Assim, se a posição da mulher na vida social começa a ganhar destaque, é preciso educá-la para a vida em sociedade. Observa-se, dos números acima, que, no período compreendido entre 1927 a 1933, a presença feminina na escola sempre foi superior a 50% dos alunos, oscilando entre 58,5% nos anos iniciais a 53,3% em 1930, quando constatamos o menor percentual de presença feminina. Além disso, a introdução da seção feminina na escola produziu alterações nas formas de uso do espaço físico, pois a escola, apesar de mista, não permitia o contato ou que alunos de sexos diferentes compartilhassem espaços físicos e aulas (Figuras 1 e 2).



Figura 1 – Alunos da Escola Profissional Mista Bento Quirino, em 1929.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2018



Figura 2 – Alunas da Escola Profissional Mista Bento Quirino, em 1927.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2018

Mas quem são essas meninas que estudaram na Bento Quirino?

Analisando-se o Livro de matrículas da escola, os dados apresentados são bem próximos dos dados já apresentados dos alunos. Observa-se a presença de alunas procedentes de outras cidades como Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Vila Americana, Cosmópolis, Indaiatuba e acresce-se as cidades de Cordeiro, Jaguary e Rocinha, atuais Cordeirópolis, Jaguariúna e Vinhedo. Há filhos de pais das seguintes nacionalidades: italianos, portugueses, sírios, espanhóis, alemães, franceses e brasileiros, mas, no caso da seção feminina, o percentual de filhos de imigrantes sobe para algo em torno de 50% das alunas. Em relação à profissão dos pais, há as seguintes profissões mencionadas: lavrador, ferroviário, militar, funcionário público, comerciante, motorista, entre outras. Novamente, só há a menção de doméstica em casos de alunas cujos pais eram falecidos, nos outros casos, a profissão ou nacionalidade da mãe não era mencionada.

Os dados acima apresentados dos alunos e alunas permitiram perceber que a escola recebia alunos de cidades com as quais Campinas mantinha ligação ferroviária, principalmente pelas vias da Companhia Paulista e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. A diferença seria Indaiatuba, cuja conexão com Campinas era realizada pela via Sorocabana. Isso revela, em primeiro lugar, uma centralidade do transporte ferroviário no período em questão, mas também evidencia que os alunos procedentes destas cidades arcavam com um custo de deslocamento para estudar na Escola Profissional Bento Quirino.

Da análise das profissões apresentadas pelos pais, conclui-se que não há nenhum desempregado; mais do que isso, existem profissões com exigência de algum nível de qualificação e formação profissional, em especial, entre os pais dos alunos onde constam professores, dentistas, tipógrafo, inspetor técnico elétrico. Além disso, há uma grande presença de comerciantes, enquanto há a menção a um único comerciário. Essa situação demonstra que os pais dos alunos, embora não possam ser considerados membros das classes dominantes, como cafeicultores, banqueiros, industriais, detinham determinado poder econômico e isto lhes garantia o exercício de alguns direitos.

Esta nova realidade, marcada:

1º – pelo predomínio de filhos de trabalhadores com alguma qualificação profissional, profissionais liberais e comerciantes no corpo discente;

2º – com a ampliação das disciplinas ofertadas, que passam a incluir disciplinas da cultura geral, e;

3º – o fim da figura do aluno aprendiz, pois agora a Associação Instituto Profissional Bento Quirino passa a conceder prêmios aos melhores alunos apontados pelos membros do corpo docente.

Isso nos permite identificar uma alteração na proposta que de oficina escola agora se tornara uma escola oficina.

Assim Luís Antonio Cunha (2000) define a escola oficina:

[...] na escola oficina, os conhecimentos científicos, senão ao todo ao menos em parte do ensino primário, assim como conhecimentos e práticas da arte, sobressai no currículo, sem contudo, descartar-se a prática da oficina. (CUNHA, 2000, p. 1119)

Outro dado interessante é que, na documentação oficial da escola analisada, ou seja, livros de matrículas e registro de notas, não há nenhuma menção às referências étnicas e raciais. Há um silenciamento das questões raciais e étnicas como se essas tivessem sido resolvidas como a abolição da instituição escravista. As referências à presença dos negros na escola só puderam ser obtidas quando analisamos as fontes iconográficas produzidas pela direção escolar e armazenadas no Centro de Memória Orleide Alves Ferreira, que funciona no interior da Etec Bento Quirino.

A partir de 1927, houve uma preocupação sistemática por parte da direção escolar em se produzir registros fotográficos do cotidiano. É obvio que, ao analisar esta documentação, foi levada em consideração a intencionalidade do responsável pela produção

deste registro e, também, de que era uma determinada imagem da escola que pretendia construir e preservar.

Neste trecho é necessário explicitar o que entendemos como negro, ao analisar essas imagens, pois esse é um conceito muito discutido, porém pouco esclarecido. Para alguns, ser negro é aquele que se percebe como tal, bem como é identificado pelos outros dessa forma; para outros, são aqueles que possuem uma ascendência africana ou afrodescendente. Afinal o que é ser negro no Brasil no início do século XX ao se trabalhar com imagens? Partindo do princípio de que os conceitos anteriores não são aplicáveis à análise das fotografias com as quais trabalhamos, pois não há como identificar ascendência dos fotografados, bem como não é possível averiguar como cada um dos retratados se representavam. Sendo assim, utilizamos como critério elementos visíveis que aproximassem os retratados aos descendentes da África subsaariana, ou seja, traços físicos perceptíveis nas imagens que os aproximassem daquilo que os antropólogos chamariam de negróides.

Partindo desse conceito, percebe-se a presença de alunos e alunas negras, porém eles são em pequeno número, principalmente na seção feminina, e diminuem conforme se avança na seriação escolar, revelando que, conforme o passar dos anos, vai se excluindo ainda mais essa parcela da população. Essa situação corrobora os dados de nacionalidades, tendo em vista que, entre os pais de alunas, há um número maior de imigrantes, enquanto na seção masculina existe um número maior de pais brasileiros e, nesse grupo, estariam inseridos os poucos alunos negros. Adicione-se a isso, apesar de não estarmos preocupados com uma análise técnica da imagem, que a presença negra, embora registrada, nunca se manifesta em primeiro plano ou parte central das imagens. Avalio que o objetivo era demonstrar a presença de alunos negros, mas não identificar a escola como sendo escola para negros. Além disso, não havia nenhum negro como membro do corpo docente.

Considerando todo o exposto acima: ou seja, a profissão dos pais dos alunos, a sua ascendência, a pequena participação negra na escola como corpo discente e sua ausência como corpo docente, conclui-se que o discurso de que as escolas profissionalizantes ou técnicas no período teriam como público-alvo “os desvalidos da fortuna” não se sustenta. Situação semelhante foi observada por Nosela e Buffa (1999) a respeito da escola profissional de São Carlos:

Em síntese, os alunos e alunas da escola profissionalizante industrial não eram propriamente pobres e desvalidos. Como vimos, eram filhos de trabalhadores manuais, em sua maioria. Havia alguns (poucos) alunos filhos de profissionais liberais e de proprietários. (NOSELA; BUFFA, 1999, p. 99)

A diferença é que, em São Carlos, há a predominância de filhos de trabalhadores manuais, enquanto que na Bento Quirino há uma diversidade, porém com presença marcante de funcionários públicos, comerciantes e militares. Embora presente no discurso dos membros da Associação Instituto Profissional Bento Quirino, os desvalidos da fortuna estariam longe de acessar os bancos escolares daquela escola, pois não há citação a filhos de trabalhadores desempregados ou órfãos de pai e mãe, como no caso da escola do povo criada por Ferreira Penteadado ou o Liceu Salesiano, que contou com o apoio do Barão Geraldo de Resende.

Além disso, ao considerar os índices de analfabetismo no Brasil no período que ora estudamos (Tabela 3), acredito que os mesmos demonstram que os desvalidos da fortuna estariam longe de acessar os bancos escolares.

Tabela 3 – Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais segundo os censos demográficos – Brasil (1920 – 2000)

Ano	Número de analfabetos (em milhões)	% sobre o total da população
1920	11,4	64,9
1940	13,2	55,9
1960	15,9	39,6
1980	18,7	25,5
2000	16,2	13,6

Fonte: (FERRANO, 2003 *apud* RIBEIRO s.d.).

No período compreendido entre 1920 e 1940, o índice de analfabetismo caiu de 64,9% para 55,9% o que demonstra uma preocupação em se elevar a escolaridade e alfabetização da população, bem como de práticas concretas para reduzir o número de analfabetos. Para melhor compreensão desse quadro, é preciso considerar que alfabetização e escolarização não são palavras sinônimas.

Hoje em dia, quando se disseminou o conceito de analfabeto funcional, é possível ou provável que a escolarização não resolva o problema do analfabetismo, sendo que existam analfabetos escolarizados; porém, no período que é nosso objeto, a relação é inversa, pois, provavelmente, havia mais alfabetizados do que escolarizados, tendo em vista

a existência de diversas formas de alfabetização que prescindiam da educação escolar: tais como preceptores, tutores, ordens religiosas, entidades sindicais. Sendo assim, é improvável que os desvalidos da fortuna estivessem inseridos entre os poucos alfabetizados que totalizavam 35,1%, em 1920, e 44,1%, em 1940, e, se nem alfabetizados os desvalidos eram, muito menos teriam tido acesso às escolas.

No caso da Bento Quirino, é notório nos livros de registros de matrículas que os alunos eram descendentes de uma parcela da população que se urbanizou e, por isso, pretendia se distinguir dos trabalhadores rurais que, embora economicamente importantes, eram representados como “atrasados”, como nos revela a figura do Jeca Tatu construída por Monteiro Lobato. Além disso, eles também pretendiam se diferenciar de uma massa de desempregados ou subempregados que vivia nos cortiços da cidade, como Aloísio Azevedo representou na obra “O Cortiço”.

3.1. A Organização da Escola Profissional Mista Bento Quirino

A Lei nº 2228, de 20 de dezembro de 1927 (DOESP, 1927), que cria uma Escola Profissional Mista com o nome de Bento Quirino em Campinas, em seu parágrafo único, do artigo 1º, estabelece:

§º O pessoal da Escola será o seguinte:
um director
uma inspectora de almoxarife;
um guarda livros;
um professor de portuguez;
uma professora de portuguez;
um professor de arithmética e geometria;
uma professora de arithmética;
um mestre de desenho profissional;
uma mestra de desenho profissional;
uma mestra de costuras;
uma ajudante de costura;
uma ajudante de roupas brancas;
uma mestra de bordados;
uma ajudante de bordados;
uma ajudante de bordados a machina ;
uma mestra de flores e chapéus
uma ajudante de flores e chapéus

uma mestra de economia domestica;
uma ajudante de economia domestica;
um mestre de mecanica ;
um mestre de ferraria;
um mestre de fundição;
um mestre de marcenaria;
um mestre de entalhação ;
um ajudante de marcenaria;
um porteiro;
seis serventes. [...].
(DOESP, 24 de dezembro de 1927)

Analisando a composição desse quadro funcional, algumas preocupações e práticas governamentais se tornam evidentes. Em primeiro lugar, observamos que para as *Aulas Geraes*: as disciplinas de português e aritmética seriam contempladas com a contratação de um professor com formação específica, enquanto as disciplinas de história e geografia nem são mencionadas. Outro detalhe é que a composição do corpo docente era caracterizada pela divisão sexual: na seção feminina, professoras, enquanto na seção masculina, professores, mas a chefia cabia a um diretor do sexo masculino.

A tabela de padrão de vencimentos, publicada em anexo no mesmo Diário Oficial, também traz dados interessantes: o primeiro deles diz respeito às diferenças salariais. O maior salário é o do diretor do estabelecimento, que corresponde a 12:000\$000 (Doze contos de réis) que, no caso da Bento Quirino, ainda foi isento do pagamento do aluguel para morar na casa do diretor que a Associação Instituto Profissional Bento Quirino possuía, o que corresponde a um acréscimo de salário indireto. O segundo maior salário era o pago à inspetora-Almoxarife e ao mestre de mecânica que, individualmente, recebiam 7:200\$000 (sete contos e duzentos mil réis). Fica evidente que o salário do mestre de mecânica era o maior de todos os salários de mestres, tendo em vista que os salários de um mestre de marcenaria, fundição, ferraria e entalhamento correspondia a 6:000\$000 (seis contos de réis). Já as mestras em desenho, costura, bordados, flores e chapéus e economia doméstica receberiam 5:760\$000 (cinco contos, setecentos e sessenta mil réis) cada uma delas. O mesmo valor é o salário recebido por um professor, ou seja, identifica-se que os salários pagos aos mestres da seção feminina e aos professores eram menores que os salários pagos aos mestres da seção masculina. Os ajudantes, por sua vez, independentemente de sua lotação, marcenaria (seção masculina), economia doméstica, flores e chapéus, bordados, bordados a máquina, roupas brancas ou costuras

(seção feminina) receberiam cada um o valor de 4:260\$000 (quatro contos, duzentos e sessenta mil réis). Nessa situação, constata-se que não há distinção entre a remuneração de homens e mulheres.

O segundo dado interessante é que, no caso dos professores e das professoras, também não há diferença no padrão de vencimento entre os sexos. Esse é um dado de realidade que me leva a questionar uma generalização: a generalização de que os salários pagos às mulheres eram menores, pois, segundo os valores daquela sociedade, não cabia a elas a responsabilidade pela manutenção da casa. No caso dos professores, caberia a eles essa responsabilidade e, nem por isso, eles tinham vencimentos maiores. Talvez a explicação para isso seja a de que, naquele momento, já se encararia com naturalidade que os professores exercessem jornada dupla para conseguir sobreviver, muito embora as professoras não, pois tinham que zelar pelo marido e pelos filhos. Mais do que isso, não há menção aos (às) professores (as) de história e geografia, dos quais não tive como aferir os vencimentos, muito embora haja o registro das notas dessas disciplinas nos livros.

O organograma da escola, conforme publicado nos relatórios dos anos de 1933 e 1934, era organizado conforme a Figura 3.

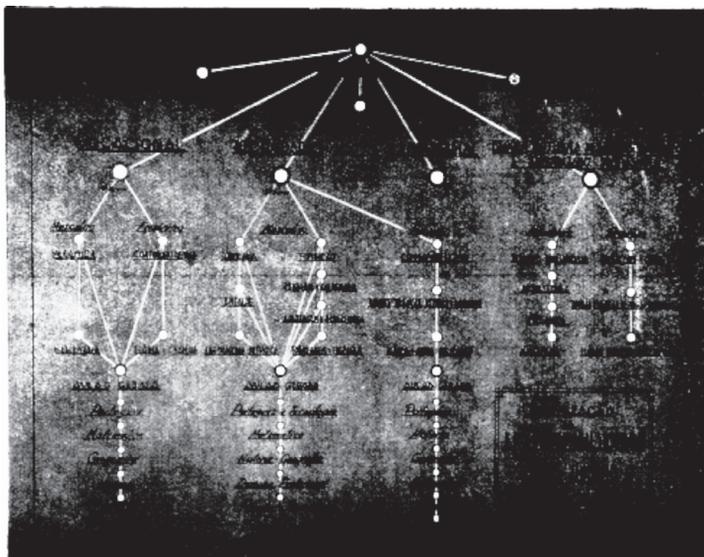


Figura 3 – Organograma da Escola Profissional Mixta Bento Quirino (1933 e 1934)
Fonte: Acervo do Centro de Memória Orleide Alves Ferreira da Etec Bento Quirino, em 2018.

Analisando-se a Figura 3 é evidente que a diretoria era o topo da organização hierárquica, estando diretamente subordinada a ela a secretaria, a inspetoria e a assistência à primeira infância, da qual fazia parte o dispensário de puericultura. À diretoria cabia dirigir a escola, representá-la junto a outras instâncias governamentais ou da sociedade, zelar pela conservação do patrimônio, bem como pelo bom andamento das aulas. À secretaria cabia manter a escrituração da escola, como registro de notas, matrículas, arquivos; já à inspetoria cabia acompanhar o fluxo de materiais, bem como adquirir os materiais necessários ao bom andamento das aulas.

O dispensário, criado em 1933, como já relatado, tinha como objetivo primeiro ensinar as alunas da seção feminina a zelarem pela saúde, higiene e alimentação das crianças, mas também prestava atendimento às crianças e mães da cidade de Campinas. Dessa forma, esperava-se, no interior da escola, formar as futuras mães e esposas para zelarem pela saúde do marido e filhos, bem como contribuir para o futuro da nação, através do cuidado com os seus filhos. No seu exterior, pretendia-se, através do dispensário, transmitir valores e conhecimentos para as mães e crianças atendidas. Para as classes dirigentes daquela sociedade, embora houvesse projetos alternativos de vida para a mulher como o materializado nas propostas anarquistas, não se colocava para a mesma a possibilidade de seguir caminho diferente que não fosse o casamento com obediência ao marido e à maternidade. Segundo Moraes (2002),

[...] à medida que o discurso racionalizador invade o espaço social, propondo-se a domesticar a classe operária, surge uma nova concepção do papel a ser desempenhado pela mulher trabalhadora: o de esposa e mãe". (MORAES, 2002, p. 188)

No organograma da Escola Industrial "Bento Quirino", abaixo da secretaria, da inspetoria e da assistência à primeira infância, vem a estrutura organizacional dos cursos oferecidos, a saber: vocacional, secundário, industrial e a escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial. Em 1933, o Código de Educação do Estado de São Paulo (Decreto nº 5.884, de 21 de abril) reconhece o curso profissional como ensino secundário, com três anos e precedido do curso Vocacional, de um ano, porém permanece a separação, inclusive física, entre a seção masculina e a seção feminina. Essa estruturação das escolas profissionais foi dada pelo Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933:

[...] o Código determina que as escolas profissionais sejam equiparadas às acadêmicas, recebendo a denominação de Escolas Profissionais Secundárias, são instalados os cursos vocacionais, uma espécie de estágio preliminar de um ano, para os candidatos às escolas profissionais secundárias [...]. (MORAES, 2002, p. 196)

Ainda segundo Moraes (2002), essa inovação pretendia atender a uma antiga reivindicação do magistério profissional ao instituir a sua carreira, mas acredito que, também, procura valorizar a Educação Profissional ao equipará-la às escolas acadêmicas mais valorizadas, por atenderem estudantes membros da burguesia.

Nadai (1993) entende que essa reforma também é resultado da acelerada urbanização e industrialização, que aumentaram a demanda popular pela educação, bem como pretende torná-la mais prática e menos teórica. A este respeito afirma:

[...] aceleradas urbanização e industrialização minaram as bases do ensino secundário elitista e propedêutico e atuaram no sentido de sua generalização, enquanto inspiração, para amplos setores das camadas médias urbanas e populares, insistindo as críticas em sua inutilidade e inoperância". (NADAI, 1993, p. 155)

No caso do nosso objeto de estudo, na modalidade vocacional, observa-se que a seção masculina oferecia os cursos de Mecânica e Marcenaria, e a seção feminina os cursos de Costura e Rendas e Flores e Bordados. Além das disciplinas profissionalizantes, ainda havia um grupo de aulas comuns para homens e mulheres, mas que eram ministradas separadamente por gênero, que eram as *Aulas Geraes*, compostas pelas seguintes disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia e Desenho. Nesta etapa do processo de formação do educando, pretendia-se averiguar as habilidades e talentos dos alunos para melhor dirigi-los no secundário.

No curso secundário, eram oferecidos os seguintes cursos na seção masculina: Tornearia, Entalhe e Serraria Artística como desdobramento do curso vocacional de Marcenaria; aos alunos que haviam realizado o vocacional de Mecânica, havia a possibilidade de cursar Fundação, Ferraria e Calderaria, Ajustagem e Serralheria, Torneagem e Frezagem. As *aulas geraes*, nesse nível, passam a ter grade diferenciada entre a seção feminina e a masculina, mas é comum no interior da seção. No caso da seção em análise, estas aulas eram: Português e Tecnologia, Matemática, História e Geografia, Desenho Profissional e Plantas e Orçamentos. Na seção feminina eram oferecidos os seguintes cursos: Confecções e Corte, Roupas Brancas, Rendas e Bor-

dados, Flores e Artes Aplicadas. As *aulas geraes* eram: Português, História, Geografia, Matemática, Desenho, Economia Doméstica e Puericultura.

A escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial oferecia cursos rápidos de profissionalização que eram realizados, em sua maioria, por alunos adultos já alfabetizados. Os referidos cursos eram distribuídos entre a seção masculina que oferecia os cursos de Desenho Profissional, Arquitetura, Mecânica e Marcenaria, e a feminina tinha os cursos de Confecções e Corte, Roupas Brancas e Bordados, Flores e Chapéus e Artes Aplicadas.

Com relação ao número de matrículas realizadas em cada uma das seções, a ata da assembleia do dia 26 de julho de 1931, ao transcrever trechos do relatório apresentado pelo diretor, decompõe os números já apresentados neste trabalho. Sobre o número de alunos matriculados, referindo-se ao ano de 1930, a ata traz o seguinte dado:

[...] A matrícula em 1930 foi de 768 alunos sendo de 299 para a seção masculina e 247 para a feminina e de 222 para o curso de aperfeiçoamento [...]. (ASSOCIAÇÃO INSTITUTO PROFISSIONAL BENTO QUIRINO, 1914 –1972, p. 61)

Inicialmente observa-se que, do número total de matriculados, 29,8% vinculavam-se à escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial. Ainda comparando estes números com os números apresentados no relatório de 1934 sobre o ano de 1933, no qual afirma que o número de alunos matriculados em 1930 era de 768. Estes eram divididos entre 359 alunos na seção masculina e 409 alunas na seção feminina, conclui-se que 60 eram os alunos da escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial e que 162 eram as alunas, ou seja, há uma presença significativa de alunas estudando no período noturno. Infelizmente tais dados não estão disponíveis em relação aos outros anos, porém podem revelar a necessidade de formação rápida para os cursos oferecidos pela escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial, e que estes se dirigiam às mulheres que necessitavam complementar a renda de seus maridos, mesmo que trabalhando em casa.

Essa situação em parte pode ser compreendida à luz da grande depressão provocada pela quebra da bolsa de valores em 1929, que minimizou a capacidade exportadora dos países industrializados, reforçando a necessidade da produção em território nacional. A este respeito, Felipe Pereira Loureiro (2007), analisando o desenvolvimento da indústria têxtil paulista salienta:

Até o final dos anos 20, percebe-se que o desenvolvimento da indústria doméstica resumiu-se, em grande parte, à instalação de fábricas produtoras de bens de consumo não-duráveis (tecidos, alimentos, sapatos, chapéus, fumo, moagem de cereais, etc.). (LOUREIRO, 2007, p. 56)

Além disso, a depressão econômica provocou que o Estado brasileiro assumisse um protagonismo na condução da economia e que, em Campinas, se manifestou na elaboração e início da execução do plano de melhoramentos urbanos pela prefeitura municipal. A cidade ainda se beneficiou da abertura de diversas estradas como: Campinas – Jundiá, Campinas – Ribeirão Preto, entre outras. Essa conjuntura aumentou em muito a demanda por mão de obra nas áreas de desenho e arquitetura, mas não houve correspondente ganho salarial, o que tornava necessário que as mulheres trabalhassem. Em alguns casos, a indústria têxtil da cidade absorveu essa mão de obra feminina, porém, na maior parte das vezes, as alunas continuavam a trabalhar domesticamente, prestando serviços e cuidando dos filhos.

As diferenças entre as grades das seções sugerem, ainda, que há um reconhecimento das diferenças de perfis profissionais e pessoais que são esperados de alunos e alunas. Essas diferenças de expectativas são ampliadas conforme avança a idade dos educandos, como podemos observar da grade comum no vocacional e o surgimento das diferenças no secundário. Na questão da profissionalização, se espera que os alunos se coloquem nas grandes indústrias, enquanto para as alunas há a possibilidade de ir para a indústria têxtil, como é evidenciada pela existência de uma ajudante de bordados a máquina, mas é priorizada a possibilidade dela se dirigir para as atividades domésticas e, mesmo trabalhando em casa, complementar a renda do marido. Essa situação era reforçada pela própria disciplina Economia Doméstica e Puericultura, que pretendia prepará-las para o exercício da maternidade e da administração do lar. Não podemos nos esquecer da própria superestrutura jurídica que estava posta naquela sociedade.

O Código Civil de 1916 sustentou os princípios conservadores, mantendo o homem como chefe da sociedade conjugal, limitando a capacidade da mulher a determinados atos como, por exemplo, a emancipação, que será concedida pelo pai, ou pela mãe apenas no caso do pai estar morto. Vai mais além o Código Civil, quando prevê, no artigo 186, que em havendo discordância entre os cônjuges prevalecerá a vontade paterna. Ainda o artigo 380 do mesmo código dá ao homem o exercício do pátrio poder, permitindo tal exercício à mulher apenas na falta ou impedimento do marido. Seguem as discriminações do diploma no artigo 385, que dá ao pai a administração dos bens do filho e à mãe somente na falta do cônjuge varão. Quer nos parecer que a discriminação do código culminou com o artigo 240 que, definitivamente, colocou a mulher em situação hierárquica completamente inferior ao homem, quando dizia: “A mulher assume, pelo casamento,

com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família". Observa-se, ainda, o artigo 242 que restringia a prática de determinados atos da mulher sem a autorização do marido.

- Art. 242 – A mulher não pode, sem o consentimento do marido:
- I. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.
 - II. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.
 - III. Aceitar ou repudiar herança ou legado.
 - IV. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus públicos.
 - V. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.
 - VI. Exercer profissão
 - VII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.
 - VIII. Aceitar mandato (BRASIL, 1916)

Os artigos citados deixam indubitável a relegação da mulher ao segundo plano. Com o Código Eleitoral de 1932, surgiu um avanço nos direitos da mulher, quando se permitiu à mulher exercício do voto aos vinte e um anos de idade, tendo a Constituição Federal de 1934 reduzido esta idade para dezoito anos.

Essa realidade era justificada socialmente através do gradativo reconhecimento da necessidade e direito da mulher ao trabalho, porém ainda lhe era destinada uma importância maior como mãe e como esposa. Isto se materializava nas instalações físicas e nas práticas escolares, pois a seção masculina era caracterizada como a reprodução do ambiente fabril com oficinas, máquinas, mestres e encarregados. Já a seção feminina era caracterizada como um ambiente mais doméstico, onde a mestra-mãe-enfermeira preparava a aluna-filha-esposa para cuidar da saúde da família, em especial das crianças que eram representadas como o futuro da nação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo problematiza uma questão que usualmente é apresentada pela Historiografia da Educação como consensual, a saber: a Educação Profissional se destinou a atender às demandas das camadas economicamente desprestigiadas, ou como definido nos discursos políticos, os desvalidos da fortuna. Se tal afirmação pode ser válida

durante o período Imperial no qual vigoraram as relações de trabalho escravistas no Brasil, ao analisarmos as fontes documentais armazenadas no Centro de Memórias “Orleide A. Alves Ferreira” da Etec Bento Quirino, acreditamos que esse consenso não se aplicava à realidade da Escola Profissional Mista Bento Quirino no período que é objeto de análise nesse trabalho logo após o fim da escravidão e da proclamação da república.

Os resultados da nossa pesquisa demonstram que a escola foi pensada como um instrumento de luta política ideológica pelos membros do Partido Republicano em Campinas, que pretendiam se contrapor a propostas pedagógicas que vinham sendo pensadas e aplicadas por grupos de militantes anarquistas e socialistas na cidade. Mais do que isso, a escola foi o instrumento para a construção de uma determinada noção de cidadania que preservasse a manutenção da ordem social, ao mesmo tempo que adequava a cidade para uma modernização das relações sociais caracterizadas pela urbanização acelerada e que incorporava as mulheres ao mercado de trabalho, promovendo avanços à condição feminina, sem romper com a dominação masculina.

5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO PROFISSIONAL BENTO QUIRINO. **Livro de Atas de 1914 – 1972**. Acervo do Centro de Memória “Orleide A. Alves Ferreira” da Etec Bento Quirino, Campinas, em 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitães dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm . Acesso em: 26 jan. 2021.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O Sonhar libertário**, Campinas, Editora Pontes, 1988.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920 – 1940**: educação e história. São Paulo; Ed. UNESP, 2009.

COUTO, Miguel. A educação popular. **Educação**, v. X, nº 5 e 6, Rio de Janeiro: Albuquerque Neves, 1925, p. 701.

CUNHA, Luis Antonio. O ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, RJ, mai. – ago., 2000, nº 14, p. 89-107.

CUNHA, Luis Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: Flacso, 2000b.

CUNHA, Luis Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: Flacso, 2000c.

DOCUMENTO 1, Uma Escola Livre. In: RODRIGUES, Edgar. **Quem tem medo do anarquismo?** RJ, Achiamé, 1992.

DOESP. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 24 de dezembro de 1927. **Lei nº 2.228, de 20 de dezembro de 1927**. Cria uma escola profissional mixta na cidade de Campinas, com a denominação de Escola Profissional Mixta «Bento Quirino». Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei-2228-20.12.1927.html>

HOBBSBAUWM, Eric J. **A era dos impérios**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JORNAL **A PLEBE**. São Paulo, 29 de abril 1933.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Balanço das transformações da indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950). **História e Economia Revista Interdisciplinar**, vol. 3 - n. 1 – 2º semestre 2007, p. 56-69.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene (orgs) **Contribuição para a Pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo**. Inventário de Fontes Documentais, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002a.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene (orgs) **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002b

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O Ideário Republicano e a Educação:** O Colégio Culto a Ciência de Campinas (1860 – 1892) Dissertação de Mestrado, SP, USP/FE, 1981.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A Socialização da Força de Trabalho:** Instrução Popular e Qualificação Profissional no Estado de São Paulo 1873 a 1934, Tese de Doutorado, SP, USP/FFLCH, 1990.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. Instrução “Popular” e Ensino Profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (orgs.). **Brasil 500 anos:** tópicos em História da Educação. São Paulo: Edusp, 2002.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ensino libertário e a relação trabalho e educação:** algumas reflexões, s.d. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT02-6971- Int.pdf>

MORAES, José Damiro de. **Educação Anarquista no Brasil da Primeira República.** Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html.

MOTA, Danyllo Di Giorgio Martins. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o personalismo na memória sobre a revolução de 1930. In: **Faces de Clío Revista** Discente do Programa de pós graduação em história da UFJF, V4, N8, JUL/DEZ 2018 Disponível em https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/8_L3_Danyllo-Di-Giorgio-Mota-Artigo-Livre-197_213.pdf

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p.143-62, set./ago. 1992 – 1993.

NOSELHA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater.** A Antiga Escola Normal de São Carlos 1911 – 1933, São Carlos Editora da UFSCar, 1996.

NOSELHA, Paolo; BUFFA, Ester. **A Escola Profissional de São Carlos, SP:** CEETPS, São Carlos: Editora da UFSCar, 1998

PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Revista do Instituto Catarinense de Pós-Graduação.** 2014. Disponível em: https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021

ESCOLA PROFISSIONAL MISTA BENTO QUIRINO. **Relatório do Diretor de 1934**. Acervo Centro de Memória “Orleide A. Alves Ferreira” da Etec Bento Quirino, Campinas, em 2018.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado. **Lei nº 1214 de 24 de outubro de 1910** Auctoriza o Governo a realizar uma operação de credito até a quantia, de 10.500:000\$000, destinado á construcção de predios escolares e dá outras providencias. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1910/lei-1214-24.10.1910.html>

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado. **Decreto nº 2118-A de 28 de setembro de 1911** Organiza as Escolas de Artes e Officios de Amparo e Jacarehy e dá lhes regulamento. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2118A-28.09.1911.html>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado. **Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911**. Organiza as Escolas Profissionaes da Capital, de accôrdo com a lei n 1214, de 24 de outubro de 1910 e dá-lhes regulamento. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2118B-28.09.1911.html>

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado. **Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933**. Institue o código de educação do estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html> . Acesso em: 26 jan. 2021.

SIMONSEN. R. C. **Evolução Industrial do Brasil e Outros estudos**. 1939. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/398/1/349%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

O CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, DE ORLÂNDIA, COMO PROTAGONISTA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

Maria Teresa Garbin Machado

Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado

1. INTRODUÇÃO

Instalada em 1949 como Curso Prático Profissional, a Escola Técnica Estadual (Etec) Professor Alcídio de Souza Prado de Orlândia tem uma trajetória de desafios e sucessos em seus 69 anos de história. Com uma equipe atualmente constituída de 66 professores e 35 funcionários, firmou-se como uma escola pública de qualidade, oferecendo cursos de Ensino Médio, Ensino Técnico Integrado ao Médio – ETIM, Ensino Médio com Habilitação Profissional em Administração e cursos técnicos de nível médio, para 924 alunos matriculados no início do ano letivo de 2018. (ETEC PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2018)

Como muitas outras escolas instaladas na mesma época, inicialmente ofereceu Curso de Ajustadores Mecânicos, para 30 meninos, e Serviços Domésticos, para 40 meninas. Em 1954, com 100 matrículas iniciais no ano letivo, o Curso Prático Profissional foi transformado em Escola Artesanal e, em 1959, mudou para um prédio mais amplo, após dez anos de funcionamento. Em 1963, com a denominação alterada para Escola Industrial, além dos cursos profissionais, passou a oferecer o curso ginásial para 99 alunos, perfazendo, neste ano, um total 129 alunos. Em 1965, como Ginásio Industrial Estadual de Orlândia, contava com 168 matrículas. O nome do patrono, professor Alcídio de Souza Prado, foi incorporado em 1968, com a clientela aumentada para 378 matrículas iniciais. (MACHADO, 2014)

Ao ser transformada em Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado em 1976, a escola, instalada em prédio próprio, viu sua clientela ser ampliada significativamente para 1137 matrículas, ao receber alunos de outras escolas, por ser a única a oferecer o curso de segundo grau da cidade. Com o curso ginásial industrial sendo extinto gradativamente, em 1978 passou a chamar-se Escola Estadual de 2º grau Professor

Alcídio de Souza Prado. Outras denominações se seguiram, sendo que, em 1980, tornou-se Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau e, em 1989, Escola Técnica de Segundo Grau, sempre com o nome do patrono. Finalmente, a partir de 1994, ao ser incorporada à rede de escolas do Centro Paula Souza, recebeu a denominação que persiste até os dias atuais, de Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado. (MACHADO, 2007)

Em sua história, a escola passou por mudanças de secretarias de estado e leis educacionais, entre outros percalços; porém, diante dos desafios apresentados, sempre visou ao atendimento aos anseios da comunidade escolar, seja na construção da cidadania, ou no preparo e inserção para o mercado de trabalho.

Portanto, nada mais justo e oportuno do que o estudo e registro desta história, representativa do ensino profissional, por meio da concretização dos centros de memória, verdadeiros salvaguardas do passado como depositários de artefatos, materiais pedagógicos, documentos e registros iconográficos, entre outros.

2. OS CENTROS DE MEMÓRIA NO CENTRO PAULA SOUZA

Embora o cuidado de preservação tenha sido despertado de forma mais recente na instituição à qual a escola pertence, era comum, entre as unidades escolares, a precária situação dos acervos documentais das escolas técnicas. Diante deste cenário, esforços foram reunidos para o desenvolvimento de um projeto comum, capaz de promover o encontro da pesquisa e atividade pedagógica. (MORAES; ALVES, 2002b)

Uma pesquisa realizada, de 1992 a 1996, pela professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes, da Universidade de São Paulo (USP), envolvendo oito das primeiras escolas profissionais oficiais do Estado de São Paulo, confirmou a precária situação dos acervos documentais dessas escolas, quanto à dispersão, deterioração e perda de documentos, demandando a necessidade de providências urgentes da instituição, para a preservação da memória institucional. (ALVES, 1998)

Sendo assim, em 1997, a Coordenadoria do Ensino Técnico (Cetec) lançou o projeto “Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo”, com a finalidade de organizar e preservar os acervos documentais das escolas e abrir o acesso a seus materiais escritos, iconográficos, audiovisuais, museológicos e outros (ALVES, 1998).

Ainda conforme Alves (1998), no ano de 1997, o projeto foi implantado em 11 Escolas Técnicas (ETEs), com funcionamento iniciado nas décadas de 1910, 1920 e 1930, com a incorporação de uma escola técnica agrícola (ETAE) em 1998, que foram: ETE Carlos de Campos e ETE Getúlio Vargas (São Paulo), ETE Dr. Domingos Minicucci Filho (Botucatu), ETE Júlio de Mesquita (Santo André), ETE Bento Quirino (Campinas), ETE João Belarmino

(Amparo), ETE Armando Bayeux da Silva (Rio Claro), ETE Fernando Prestes (Sorocaba), ETE Aristóteles Ferreira (Santos), ETE Joaquim Ferreira do Amaral (Jaú), ETE Salles Gomes (Tatuí), ETAE Cônego José Bento. (Jacareí)

Em continuidade ao trabalho desenvolvido, em 1998 foi iniciado o projeto “Pesquisa sobre o Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais regionais”, pelo Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CMFEUSP), em cooperação com o Centro Paula Souza, por meio da Coordenadoria do Ensino Técnico (Cetec), em oito escolas da instituição. Tal iniciativa recebeu o apoio da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. (MORAES; ALVES, 2002b)

Tendo como principal critério a antiguidade e importância histórica no ensino profissional e, em seguida, a presença de interesse e disponibilidade institucionais, as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) contempladas no projeto foram as seguintes: Carlos de Campos e Getúlio Vargas, em São Paulo; João Belarmino, em Amparo, todas as três criadas em 1911; Bento Quirino, de 1915, em Campinas; Júlio Cardoso, de 1924, em Franca; Fernando Prestes, de 1929, em Sorocaba; Cônego José Bento, de 1935, em Jacareí; Aristóteles Ferreira, de 1978, em Santos, que foi incorporada à pesquisa devido à origem de suas raízes históricas estar ligada à Escola Estadual Escolástica Rosa, de 1908, na mesma cidade, cujo acervo foi também trabalhado, embora pertença à rede de ensino da Secretaria da Educação e não ao Centro Paula Souza. (MORAES; ALVES, 2002a)

Conforme Moraes e Alves (2002b), o projeto consistiu, entre outras ações, na instalação de Centros de Memória nas oito escolas participantes, com acervos documentais organizados, bancos de dados informatizados, espaço para exposição de fotos e de objetos museológicos, salas de trabalho e salas de consulta e pesquisa. Esses ambientes também tiveram a finalidade de proporcionar acesso ao público em geral e pesquisadores, de documentos textuais, iconográficos, museológicos, bem como às entrevistas e depoimentos de ex-alunos, ex-professores e funcionários.

Em cada uma das escolas técnicas, três pesquisadores bolsistas constituídos por professores e funcionários administrativos e dezenas ou centenas de alunos voluntários do Ensino Médio e Técnico receberam capacitação teórica e técnica por especialistas do Centro de Memória da Educação/FEUSP em Arquivística, tratamento, conservação e preservação de papéis, fontes iconográficas; Museologia; História Oral; técnicas de revelação de fotografias; Informática e outros. (MORAES; ZAIA, 2013)

Ainda segundo as autoras, no final de 2002, o Centro Paula Souza deu continuidade ao trabalho anterior que havia sido finalizado, por meio do projeto “Vitalização e Dinamização dos Centros de Memória das Escolas Técnicas Estaduais” desenvolvido por professores da rede da instituição, que receberam capacitação e apoio da instituição por meio da concessão de horas-atividade específicas. (HAES)

Em 2008, uma nova iniciativa do Centro Paula Souza veio impulsionar as atividades em desenvolvimento nos Centros de Memória das escolas técnicas, com a criação do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP”. Constituído de professores das unidades de ensino, sua finalidade consiste em levantar, analisar e divulgar informações de estudos e pesquisas a respeito das origens das escolas técnicas, da organização dos currículos de cursos técnicos e tecnológicos, das práticas escolares e pedagógicas, da cultura escolar e das políticas de educação e saúde no ensino profissional. (MORAES; ZAIA, 2013)

Entre os Centros de Memória das diversas Etecs, merece destaque o Centro de Memória da Educação Profissional do Centro Paula Souza – CMEPCPS –, com projetos propostos no Plano de Metas Institucional, integrante dos projetos do Gabinete da Superintendência e realizados por meio horas-atividade específicas (HAes) na Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico (Cetec). O CMEPCPS está localizado na antiga sede do Centro Paula Souza, no edifício Paula Souza, que se encontra tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) desde 2002, por ter abrigado a Escola Politécnica em seu surgimento, em 1895. Carvalho (2017a) apresenta as finalidades do Centro de Memória da Educação Profissional do Centro Paula Souza:

Neste espaço, pretende-se dar continuidade à implantação do Arquivo Histórico Institucional para preservar obras raras da educação profissional, possibilitando a pesquisadores de história da educação profissional dispor desse espaço relacionado com o mundo do trabalho, com uma diversidade de temas do passado, do presente recente e referentes aos currículos e disciplinas de cursos técnicos e tecnológicos, e com a identidade institucional. (CARVALHO, 2017a. p. 20)

A partir de 2009, a Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico (Cetec), em continuidade às iniciativas anteriores, passou a promover cursos de formação continuada para docentes, por meio de Clubes de Memórias, no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza, com envolvimento de professores nas organizações e publicações de encontros e jornadas de memórias e história da educação profissional e tecnológica.

Nos Clubes de Memórias, o período da manhã destina-se a discussões de categorias de investigações ou de experiências bem-sucedidas em instituições que atuam com patrimônio histórico educativo. O período da tarde é dedicado a rodas de conversa que oportunizam aos professores discussões das práticas em desenvolvimento nos projetos de

HAEs, que compreendem a atribuição de cinco a 12 horas semanais, nas Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia, para os docentes envolvidos. (CARVALHO, 2017b)

O primeiro Clube de Memórias, intitulado de Clube de Memórias I, ocorreu em 26 de março de 2009. Os seguintes receberam a denominação numérica sequencial em algarismos romanos, sendo que, neste mesmo ano de 2009, ocorreram mais três encontros; em 2010, dois encontros; em 2011, foram programados seis encontros (porém um deles não aconteceu); em 2012, foram três encontros; em 2013, três encontros; em 2014, dois encontros; em 2015, foram três encontros; em 2016, ocorreu um encontro; em 2017, foram três encontros e, neste ano de 2018, aconteceu recentemente o encontro de número XXVIII. (CENTRO PAULA SOUZA, 2018a; CARVALHO, 2017b)

Os próximos Clubes de Memórias deste ano estão agendados para 14 de agosto e nove de novembro, conforme ofício recebido por e-mail, datado de 18 de janeiro passado e enviado pela Cetec, a respeito dos projetos de HAE para o ano de 2018. (CETEC, 2018)

Além dos Clubes de Memórias, a instituição, juntamente com a responsável pelo GEPEMHEP, Professora Doutora Maria Lucia Mendes de Carvalho, também cuidou do oferecimento de seis encontros de memórias e educação profissional, quatro jornadas, e outros eventos. (CENTRO PAULA SOUZA, 2018b)

Ainda sob a organização da responsável do GEPEMHEP, Maria Lucia Mendes de Carvalho, foram publicados quatro livros até o presente ano de 2018, com artigos de colaboradores diversos e integrantes do grupo, a saber: Cultura, Saberes e Práticas (2011), Patrimônio, Currículos e Processos Formativos (2013), Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico da Educação Profissional (2015) e Coleções, Acervos e Centros de Memória, em 2017. (CENTRO PAULA SOUZA, 2018b)

O Centro Paula Souza, ao promover os Clubes de Memórias e os encontros a cada dois anos para a preservação, sensibilização e difusão do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural e tecnológico, contribui não apenas para as gerações futuras, mas, principalmente, para a gestão institucional voltada para planejamento estratégico, organizacional, possibilitando, a geração de informação para a produção de conhecimentos e da inovação tecnológica. (CARVALHO, 2017b)

3. O CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC ALCÍDIO

Como já foi mencionado, em 2008, o Centro Paula Souza deu um grande impulso no sentido de apoiar as iniciativas do grupo de professores da instituição envolvidos com

a história do ensino profissional, ao incentivar a continuidade dos centros de memória nas unidades da rede. A Professora Maria Lucia Mendes de Carvalho, como coordenadora dos professores com projetos de HAEs, também definiu os eixos temáticos para o I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, ocorrido em novembro de 2008, com a finalidade de comemorar dez anos de continuidade do projeto de Historiografia do Centro Paula Souza. Nesse encontro, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP. (CARVALHO, 2017b)

A autora deste trabalho, então Diretora da Etec de Orlandia, motivada a participar deste encontro em novembro de 2008, decidiu pela implantação do Centro de Memória da unidade escolar. As HAEs correspondentes para tal ação foram atribuídas para Rosângela Miliossi Marques, professora de História e Coordenadora do Ensino Médio.

A professora Rosângela Miliossi Marques foi a primeira pessoa responsável pelo Centro de Memória da Etec Alcídio, com o projeto “Historicizando a trajetória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, a partir de 1993 até os dias atuais”, com oito HAEs. Em seu projeto, os resultados esperados foram: Democratizar a história resgatada da Etec, no período de 1993 aos dias atuais, através do site da Etec e de confecção de jornais, com enfoque na relação dos cursos oferecidos e o contexto do mundo do trabalho de cada momento histórico, dentro do Eixo Temático “Cultura, Saberes e Práticas Escolares e Pedagógicas nas Escolas Técnicas e Tecnológicas” e participação nos encontros propostos pelo Clube de Memórias I, com apresentação de artigo no encontro agendado para novembro de 2009.

Na Etec Alcídio, as dependências físicas da escola, além do prédio principal, são constituídas por um bloco do salão de eventos, a casa de zeladoria e um pequeno prédio, construído confrontante à quadra de esportes, que abrigava o Laboratório de Gestão e uma sala destinada ao Grêmio Estudantil. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2008)

Esta última sala, destinada ao Grêmio Estudantil, passou a ser compartilhada com o recém-instalado Centro de Memória, com proveito do mobiliário existente, ao qual foram acrescentados dois armários, abarrotados de fotos e artefatos encontrados em outros ambientes escolares.

No entanto, o ano de 2009 nesta unidade escolar apresentou algumas dificuldades para a devida implantação definitiva do Centro de Memória, entre estas o fato de que o prédio se encontrava em reforma, em atendimento ao Plano de Expansão do governo do Estado de São Paulo, que consistiu na ampliação dos prédios escolares para acomodação de mais turmas de alunos.

Sacilotto (2016) enfatiza que, conforme a Revista do Centro Paula Souza em 2007, a previsão do Plano de Expansão era de dobrar o número de Faculdades de Tecnologia (Fatecs), passando de 26 (unidades implantadas até o final de 2006) para 52, até 2010. Nas

Etecs, a ampliação em 2010, tanto para o Ensino Técnico quanto o Médio, era de atingir 160 mil matrículas nos cursos técnicos. A ampliação de unidades de ensino e de vagas, com a finalidade de melhorar significativamente o acesso da população ao ensino público, objetivou aliviar o nível de concorrência no exame classificatório para ingresso, no qual mais de 290 mil candidatos disputaram, em 2007, 66 mil vagas. A ampliação das vagas do ensino médio, restringidas desde 1998, também teriam ampliação para aumentar o ingresso de alunos da rede pública no ensino superior, à vista dos “excelentes resultados no Exame Nacional de Ensino Médio”, obtidos pelos alunos das Etecs.

O Plano Escolar de 2009 apresentou, no segmento dedicado ao espaço físico do Observatório Escolar, a seguinte observação. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2008):

A escola está passando por algumas reformas, otimizando espaço físico. Desta forma, acredita-se que houve uma melhoria muito grande dentro das possibilidades, para realização de eventos sociais e diversos, embora a clientela escolar tenha sido ampliada significativamente, apresentando uma diversificação, com novos desafios a serem enfrentados. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2008, p. 32)

De uma certa forma, a reforma no prédio provocou muitos deslocamentos de móveis, artefatos e outros, que, considerados como “coisas antigas”, foram oportunamente resgatados e depositados no Centro de Memória da Etec.

O ano de 2009 também ficou demarcado pela continuidade da expansão da rede institucional, por meio do Programa de Expansão da Educação Gratuita no Estado de São Paulo, que consistiu na ampliação do número de vagas para o ensino técnico. Com a criação de classes descentralizadas, em parceria tríplice com a Secretaria de Desenvolvimento e da Educação do Estado de São Paulo com o Centro Paula Souza, este programa visou à democratização do ensino técnico gratuito, por meio do compartilhamento de salas de aula, em períodos diferentes com a rede estadual de ensino. (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2009)

Na unidade escolar de Orlândia, foram criadas as classes descentralizadas em Sales Oliveira, e a clientela escolar, constituída de 923 alunos no primeiro semestre de 2008, passou para 1213 alunos matriculados no primeiro semestre de 2009, com mais 120 alunos acrescidos no segundo semestre de 2009, referentes a matrículas nas classes descentralizadas de Sales Oliveira, nos cursos de Técnico Jurídico, Logística e Secretariado. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2008; 2009)

As reformas do espaço físico e o aumento da clientela não impediram que a escola realizasse a comemoração de seus 60 anos, completados em 25 de junho de 2009, que demandou no esforço e atenção de toda comunidade escolar, inclusive da professora designada para a implantação e manutenção do Centro de Memória. As comemorações constaram de um projeto inserido no Plano Plurianual de Gestão 2009 – 2013, conforme abaixo. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2009)

CELEBRAÇÕES DOS 60 ANOS DA ETEC ALCÍDIO Responsável(eis):
Eliana Eduardo da Silva / Letícia Garcia da Silveira Maria Inês Cutlac
/ Marcelo A. M. Pugim.

Data de Início: 27/05/2009

Data Final: 25/06/2009

Descrição:

Neste ano a escola comemora 60 anos de história, e para tanto uma comissão de festividades foi composta para organizar as ações voltadas às comemorações do aniversário. Diante da relevância e grande representatividade da Etec perante a cidade de Orlândia e região, a comissão decidiu que seriam feitas várias comemorações, não só no dia 25 de junho que é a data de aniversário, mas também ao longo do ano de 2009, incluindo vários eventos. O enfoque principal das comemorações elencado pela comissão, formada por professores do ensino médio e técnico, representativos da equipe escolar, foi o resgate da história da escola, bem como a importância de todas as pessoas que aqui estão e as que aqui estiveram. Sendo assim, várias ações foram planejadas, visando democratizar as comemorações entre a equipe escolar, alunos e comunidade em geral. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2009, p. 52)

Juntamente com o projeto acima, as comemorações dos 60 anos da Etec incluíram um concurso de selo comemorativo, cujo projeto também constou do Plano Plurianual de Gestão 2009 – 2013, conforme abaixo. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2009)

Concurso do Selo Comemorativo dos 60 anos da ETEC – (abril) – Dentro das disciplinas projeto do Ensino Médio, foi realizada uma sensibilização dos alunos a respeito da história da escola através de montagem de vídeos, selos, stands, dança, poemas e, também um jornal da escola. Alguns trabalhos serão apresentados na Feira de Cursos, a ser realizada em abril, e uma comissão será instituída por coordenadores de área e professores, para elabo-

ração de regulamento e posterior seleção de selos elaborados de forma criativa pelos alunos, os selos selecionados serão disponibilizados no site da escola para serem votados pela equipe escolar. Os alunos poderão manifestar sua preferência votando cada um com sua senha e RM (registro de matrícula), com o resultado a ser divulgado na Feira de Cursos em abril. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2009, p. 52)

O selo comemorativo dos 60 anos da escola foi lançado na cerimônia solene de comemoração, do período da noite, pelo gerente da agência da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) local, Weber Luís Parreira.

Com o título “60º Aniversário da ETEC Alcídio”, o jornal local Feitiço da Vila (60º Aniversário, 2009) apresentou um resumo das comemorações que foram realizadas, juntamente com fotos alusivas à cerimônia solene, no período da noite:

Nesta quinta-feira, 25, a Etec Alcídio de Souza Prado comemorou 60 anos de história. Sempre ligada às causas de interesse da comunidade, novamente a instituição abriu suas portas para o maior número de pessoas compartilhar suas comemorações, o que levou sua diretora, Maria Teresa Garbin Machado a exultar: “Simples, mas perfeitas”. Não foram tão simples assim. Desde a manhã, com cerimônias cívicas e artísticas, destacou-se o plantio de uma árvore, como presente às futuras gerações e uma demonstração que devem ter com o meio ambiente. Na parte da tarde, solenidade comum com os corpos docente e discente homenageou os ex-diretores, descerrando placas honoríficas em ambientes variados da escola. Estiveram presentes Lázaro de Oliveira, Luiz Fregonesi Filho, Edna Segantini, Flávio Mishima (representando seu falecido pai Emílio Misao Mishima), Adonae Rodrigues de Lima e Maria Inês Cutlac. O período ainda marcou o lançamento de um selo postal comemorativo à efeméride, com direito a carimbo da data. À noite, a escola recebeu diversas autoridades locais e da região para outras comemorações significativas. O executivo esteve representado por seu chefe, Rodolfo Tardelli Meireles e sua esposa, e pela vice-prefeita dra. Flávia Mendes Gomes; o Legislativo, pelos vereadores André Parreira, Edson Rodrigues Vieira e José Cláudio Tritto. De Ribeirão Preto veio o deputado estadual Rafael Silva; de Brasília o deputado federal Fernando Chiareli; Sales Oliveira enviou seu Secretário da Educação João Luiz Piloto, o Secretário da Saúde, Manoel Luro Costa, o presidente da Câmara Municipal, Carlos

André Gomes, o presidente da Associação Comercial e Industrial, José Mário Guerreiro, o diretor do colégio municipal “José Coutinho Pereira”, José Donizeti de Jesus Perón e a diretora da Escola Getúlio Lima, Miriam Almeida Barros; de Batatais veio o diretor da Etec local, Luís Senjo; de São Joaquim da Barra, a representante da diretoria Regional de Ensino, Aparecida Ivizi Mantovani, e dos professores da Etec de Franca vieram dois representantes do deputado Roberto Engler, de Orlândia, professora Aniz de Carvalho Mendes, diretora do Colégio Logos, a representante da Coordenadoria de Educação, Eliana Alves Vansolin, o Delegado do CRC, Nelson Carvalho, Débora Delefrati, representante da Coordenadoria de Esportes, Célia Piai, representando a Coordenadoria da Cultura, o gerente da Agência dos Correios, Weber Luís Parreira, Carmen Caetano, diretora da escola Oswaldo Ribeiro Junqueira, professores, pais e alunos da instituição. (JORNAL FEITIÇO DA VILA, 2009, p. 8)

O concurso do selo comemorativo foi descrito em reportagem de jornal local Empório Cultural (2009), com o título “60 anos da Escola Alcídio: Concurso do Selo Comemorativo”.

A Escola Técnica Professor Alcídio de Souza Prado completa 60 anos em 25 de junho de 2009 e, para comemorar esta data, muitos eventos foram planejados. Um deles foi o concurso de um selo comemorativo, aberto com inscrições anônimas aos alunos da escola. Uma comissão foi constituída por Coordenadores de Área e professores, que elaboraram um regulamento e, através de uma pré-seleção, dentre 38 inscritos, disponibilizaram dez selos no site da escola para votação, sendo que 670 pessoas, entre alunos e professores, puderam expressar sua preferência, votando cada um com sua senha e RM (registro de matrícula). O resultado foi divulgado e a premiação ocorreu na IV Feira de Cursos da escola, em 29 e 30 de abril, com os seguintes vencedores: 1º lugar: Alison Fernando Medeiros Souza, do 2º D – Ensino Médio, 2º lugar: Maria Elizabete Vidal Curti, do 2º Técnico em Enfermagem e 3º lugar: Nayla da Silva Rosa, do 3º A – Ensino Médio. Conforme o regulamento do concurso, os selos comemorativos serão utilizados nas comemorações e eventos, ofícios e documentos durante o ano de 2009. A ETEC Alcídio agradece a participação de todos os alunos, que demonstraram uma postura de cidadania e colaboração. (JORNAL EMPÓRIO CULTURAL, 2009, p. 02)

Fatores incentivadores foram importantes para a manutenção do Centro de Memória da escola: o apoio da direção da escola, com mandato reconduzido até 2012, e a realização de clubes de memórias, cujas pautas vieram reafirmar a capacitação para a inclusão de clubes de memória nas unidades de ensino.

O Clube de Memórias I, em 26 de março de 2009, teve a pauta voltada para o tema “Como elaborar projetos dos Centros de Memória”, com roda de discussão a respeito de História Oral; e o Clube de Memórias II, de 03 de julho de 2009, com a pauta dedicada ao papel do parecerista/ orientador nos projetos de memória e história da educação profissional nas unidades escolares, com roda de discussão a respeito da cultura escolar (CARVALHO, 2017b).

Nos anos seguintes de 2010 e 2011, não foram apresentados projetos voltados ao Centro de Memória na Etec Alcídio, uma vez que as reformas do espaço físico se estenderam durante estes anos, conforme relatos dos pontos fortes constantes no Observatório Escolar de 2010: “Pontos Fortes da escola: [...] a Infraestrutura, que adquiriu várias melhorias com reformas sucessivas, de maneira a oferecer um ambiente agradável e adequado ao aprendizado.” (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2010, p. 59)

A continuidade das reformas no ano seguinte foi registrada na gestão do espaço físico, integrante do relato do Observatório Escolar de 2011 (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2011):

A escola passou por algumas reformas, otimizando o espaço físico, com melhorias dentro das possibilidades, para realização de eventos sociais e diversos. Embora este espaço esteja plenamente ocupado pela clientela escolar, ampliada significativamente, a escola procura sempre atender as reivindicações na medida do possível, principalmente quanto ao calor da região, que é muito intenso. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2011, p. 50)

No ano de 2012, o Centro de Memória da Etec de Orlandia (Figuras 1, 2 e 3) foi reativado por dois professores, Guilherme Nonino Rosa, com o projeto “A escrita da história a partir de imagens: construção de material iconográfico da Etec Professor Alcídio de Souza Prado”, com cinco HAEs, em parceria com a Professora Ana Cláudia Pedrosa Massaro, que apresentou o projeto “Construindo um memorial iconográfico da Etec Professor Alcídio de Souza Prado: período de 1970 a 1990”, também com cinco HAEs, que desenvolveram um trabalho admirável quanto à digitalização do material iconográfico.

Fotografias dispersas em vários ambientes da escola como biblioteca e em outros locais, armazenadas em caixas de papelão e depositadas sem nenhum cuidado,

quanto à preservação, foram coletadas. O Centro de Memória, desativado por dois anos, foi encontrado servindo como depósito de materiais de Educação Física e outros.

As primeiras ações para a realização dos referidos projetos consistiram na localização de fotografias na unidade escolar e seu deslocamento para a sala do Centro de Memória. Tais imagens foram localizadas, em sua maioria, em armários da biblioteca, inseridas em caixas de sapatos, sem qualquer tipo de organização ou tentativa de conservação. (MASSARO; ROSA, 2012)

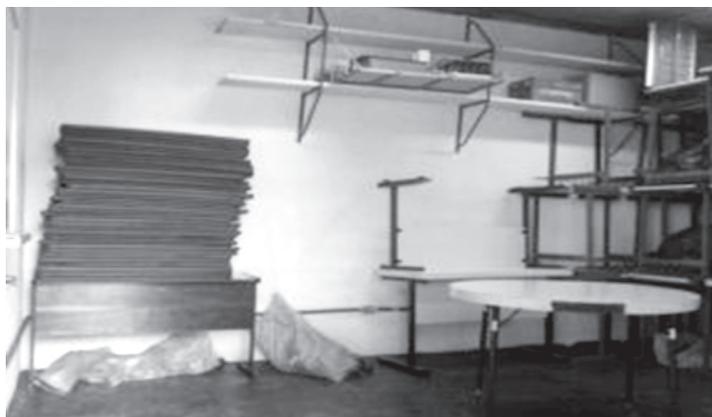


Figura 1 – Espaço destinado ao Centro de Memória, utilizado como depósito de diversos materiais, em 2012.

Fotografia: Guilherme Nonino Rosa, 2012.



Figura 2 – Espaço destinado ao Centro de Memória, utilizado como depósito de diversos materiais, em 2012.

Fotografia: Guilherme Nonino Rosa, 2012.



Figura 3 – Centro de Memória da Etec Orlândia, em suas primeiras instalações, em 2012.

Fotografia: Guilherme Nonino Rosa, 2012.

O trabalho desenvolvido pode ser representado, em parte, pelo relato da Professora Ana Cláudia Massaro (MASSARO, 2012):

Em um primeiro momento, foi necessário montar um local para o armazenamento, organização e classificação das fontes, tanto imagéticas quanto materiais. Após montada a sala, as fotografias foram separadas cronologicamente e por eventos, buscando-se reconhecer as pessoas presentes. Para auxiliar nesse reconhecimento, foram feitas entrevistas com antigos professores, diretores e funcionários da escola, os quais relembrou vários acontecimentos vividos por eles na instituição. Em uma das entrevistas, o entrevistado disse que seria mais fácil se lembrar das pessoas nas fotos e dos eventos se estivesse junto dos seus colegas que viveriam o mesmo que ele. Pensando nisso, foi feito um encontro dos antigos professores, diretores e funcionários, o “Chá do Reencontro”, o qual contou também com os alunos da escola. Finalmente, as fotos foram digitalizadas e publicadas no perfil do Centro de Memórias da Etec no Facebook.

Um evento significativo foi organizado pelos professores Guilherme Nonino Rosa e Ana Cláudia Massaro, intitulado “Chá do Reencontro”, em 19 de outubro de 2012, relatado abaixo (ROSA, 2012):

O Centro de Memória organizou, em 19 de outubro de 2012, um chá da tarde com os antigos diretores, professores, funcionários e alunos da escola, buscando, com isso, trazer à luz lembranças sobre essa instituição de ensino. Para tanto, convidou-se, de forma informal, tais pessoas, assim como a população orlandina, por meio da mídia local, representada pelas emissoras de rádio, de jornais da cidade, e sites, inclusive o da Etec. O evento aconteceu no Salão de Eventos da Etec Professor Alcídio de Souza Prado. Foi apresentada no telão uma síntese daquilo que os professores envolvidos no projeto de reconstrução da memória da escola já fizeram, assim como fotografias antigas, as quais ajudaram a recuperar as lembranças. Além disso, o evento foi registrado por imagem e vídeo, os quais, posteriormente, se tornarão documentos históricos que contribuirão para a construção da história dessa instituição. Na tentativa de incluir os alunos do primeiro ano do Ensino Médio, os quais já haviam participado, em fevereiro, de atividades referentes à história da escola, foi proposta uma mesa redonda com a participação dos presentes, cujos temas para discussão foram indicados pelos alunos. Esses foram presenteados com as palavras dos convidados, os quais mostraram o funcionamento da escola e a relação educador-aluno quando lecionavam. (ROSA, 2012, p. 22)

Em 2013, a Professora Gisele Regina Fachini apresentou um projeto com o título “Clube de Memória”, que foi indeferido, devido ao fato de que a professora, sendo da área de Enfermagem, foi convidada para escrever a história deste curso, juntamente com a Coordenadora de Enfermagem do Centro Paula Souza, professora Shirley Afonso. Sendo assim, declinou do trabalho a ser desenvolvido com o Centro de Memória, que, portanto, ficou novamente desativado. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2014)

A partir de 2014, o Centro de Memória da Etec Alcídio passou a ter como responsável a autora deste trabalho, que, juntamente com o Diretor da Escola e incentivador, Professor Luiz César Petita, providenciou a mudança para uma sala mais ampla, no “hall” de entrada da casa da zeladoria da unidade escolar (Figuras 4 e 5). O espaço foi todo ocupado com artefatos diversos, troféus, materiais pedagógicos e maquinarias coletados anteriormente, considerados como testemunhos de diversos momentos históricos da escola.



Figura 4 – Fachada da casa da zeladoria da Etec Alcídio, em 2014.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Alcídio, 2018.



Figura 5 – Interior do Centro de Memória da Etec Alcídio em 2014.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Alcídio, 2018.

Neste ano, as Professoras Maria Lucia Mendes de Carvalho e Shirley Afonso visitaram o Centro de Memória, nos dias 14 e 15 de abril, conforme comunicado constante no ofício nº 83/ 2014, enviado anteriormente (CETEC, 2014):

Com o intuito de conhecer as instalações do Centro de Memória e da Biblioteca dessa escola técnica, comunicamos que realizaremos uma visita técnica à unidade escolar, entre 14 e 15 de abril. Esta ação se faz necessária para enriquecer os eventos

relacionados aos projetos de **Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza**, do qual a Etec de Orlandia tem participado efetivamente, contribuindo com o grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e História da Educação Profissional e Tecnológica – GEPEMHEP. (CETEC, 2014)

Como o espaço físico das instalações na casa da zeladoria se tornou insuficiente, novamente o Centro de Memória foi deslocado para o local que ocupa até os dias de hoje, constituído por uma ampla sala, localizada no bloco do Salão de Eventos e voltado para a Rua 12. (Figura 6)



Figura 6 – Atual espaço do Centro de Memória, antes de sua instalação, em 2015.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Alcídio, 2018.

As novas instalações físicas mereceram uma reinauguração em 14 de novembro de 2015 (Figura 7), com a presença da equipe escolar, alunos e comunidade em geral, e com o título de “Reinauguração do Centro de Memória da Etec Alcídio” foi notícia no jornal local (JORNAL FEITICO DA VILA, 2015):

Com a presença da comunidade escolar, foi reinaugurado o Centro de Memória da Etec Alcídio, em 14 de novembro de 2015, às 10h30min. Instalado em uma das salas da Etec, tem por objetivo o resgate e preservação da memória da escola, desde sua instalação em 1949, sendo parte integrante do projeto “Clube de Memórias”, que envolve muitas Etecs do Centro Paula Souza. O Centro de Memória encontra-se aberto para visitação, mediante agendamento. (JORNAL FEITICO DA VILA, 2015, p. 6)



Figura 7 – Centro de Memória da Etec Alcídio em 2018.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Alcídio, 2018.

A partir de 2014, projetos da autora deste trabalho têm sido desenvolvidos anualmente na Etec e devidamente inseridos nos Planos Plurianuais de Gestão, até o corrente ano de 2018. Além das atividades a nível local, como resultados esperados, tem sido registrada a participação nos Clubes de Memórias, Encontros e Simpósios e na Semana Nacional dos Arquivos em 2018.

Os projetos de HAE apresentados e desenvolvidos neste período, estão indicados na Tabela 1.

Tabela 1 – Projetos do Centro de Memória Etec Alcídio, entre 2014 e 2018.

Ano	Título do projeto	Nº HAE
2014	A Etec Alcídio e sua inserção no Centro Paula Souza	10
2015	A história a partir de fontes primárias: dinamização do Centro de Memória da Etec (1º semestre)	10
	As fontes primárias: contribuição para a construção da história da Etec Professor Alcídio de Souza Prado e a dinamização de seu Centro de Memória (2º semestre)	8
2016	Revisitando a história da Etec Alcídio por meio de objetos: Diários de Classe de professores	7
2017	Os artefatos e objetos do Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, como patrimônio cultural e tecnológico da educação profissional	7
2018	Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado: organização museológica de seus artefatos e objetos	10

Fonte: Elaborada pela autora, em 2018.

O Centro Paula Souza, como instituição voltada à história do ensino profissional, tem oferecido grande apoio ao desenvolvimento deste trabalho. No Estado de São Paulo, as escolas do Centro Paula Souza corresponderam à dedicação do GEPEMHEP com a criação de Centros de Memória, sendo que, atualmente, estes compreendem a totalidade de 19, conforme Tabela 2, que constitui uma memória coletiva do grupo de professores envolvidos.

Tabela 2: Centros de Memória das Escolas Técnicas e Fatecs do Centro Paula Souza

Nº	Etec/ Fatec	Cidade	Data de instalação
01	Etec Getúlio Vargas	São Paulo	2000
02	Etec Carlos de Campos	São Paulo	2000
03	Etec Cônego José Bento	Jacaréí	2000
04	Etec Dr. Júlio Cardoso	Franca	2000
05	Etec Bento Quirino	Campinas	2000
06	Etec João Belarmino	Amparo	2000
07	Etec Fernando Prestes	Sorocaba	2000
08	Etec Dona Escolástica Rosa	Santos	2000
09	Etec Professor Alcídio de Souza Prado	Orlândia	2008
10	Etec José Rocha Mendes	São Paulo	2011
11	Etec Philadelpho Gouvêia Netto	São José do Rio Preto	2012
12	Etec João Gomes de Araújo	Pindamonhangaba	2013
13	Fatec Deputado Ary Fossen	Jundiaí	2013
14	Administração do Centro Paula Souza	São Paulo	2014
15	Etec Professor Matheus Leite de Abreu	Mirassol	2015
16	Etec Trajano Camargo	Limeira	2015
17	Etec Pedro Ferreira Alves	Mogi Mirim	2015
18	Etec João Jorge Geraissate	Penápolis	2016
19	Etec Sylvio de Mattos Carvalho	Matão	2017

Fonte: Elaborada pela autora, em 2018

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de um Centro de Memória é cheia de desafios, envolvendo mudança de postura da equipe escolar, ao considerar que tal espaço não é um depósito de “coisas velhas”, ou de arquivo inativo, ou de arquivo morto. Outro desafio envolve apoio da equipe gestora da unidade de ensino, que, muitas vezes, pressionada pela necessidade de mais espaço disponível na escola, acaba declinando da instalação ou manutenção do espaço destinado ao Centro de Memória.

Felizmente, assim como a trajetória da própria escola, seu Centro de Memória encontra-se plenamente instalado e, com atividades e visitas, incorporou-se à rotina da escola, como um lugar cristalizado e dinâmico. Em seu papel de resgate da história da escola e do ensino profissional, possui em seu acervo objetos e artefatos que evidenciam, como fontes primárias, múltiplas realidades do cotidiano escolar, sendo depositário de lembranças das pessoas que permearam a trajetória histórica da escola. Seu acervo, constituído de documentos, fotos, artefatos científicos e pedagógicos, jornais e panfletos de eventos constitui uma fonte inesgotável para pesquisas diversas.

Carvalho (2017b) salienta o emprego de objetos da ciência, da técnica e da tecnologia como fontes primárias em estudos e pesquisas, inventários de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos nos Centros de Memória ou acervos escolares, a fim de relacionar os documentos durante a elaboração das biografias dos objetos, bem como a seleção de objetos que possam ser musealizados para sensibilização, valorização e preservação do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural da ciência, da técnica e da tecnologia no Centro Paula Souza, com o intuito de conservação e divulgação em exposições institucionais e em práticas escolares e pedagógicas.

A pesquisa do patrimônio histórico das escolas e seus acervos permite uma memória coletiva que se mistura com o significado individual do que é percebido em um espaço educativo, que pode ser um centro de memória, um museu escolar – que não são somente lugares de aprendizagens científicas e culturais, mas lugares nos quais as emoções emergem e tocam a todos os tipos de pessoas. (SILVA, 2017)

Embora muitos desafios ainda estejam presentes, como a sistematização de registro do patrimônio histórico-documental, a criação e preservação dos Centros de Memória representam um cenário de sucesso no sentido da preservação da história do ensino profissional.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Júlia Falivene. Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo. **Revista Syntesis**. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo. 1998. n. 5, p. 31 a 38.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (org.). **Cultura, Saberes e Práticas: memórias e histórias da educação profissional**. Centro Paula Souza. São Paulo. 2011.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. Apresentação. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (org.) **Coleções, Acervos e Memória**. Centro Paula Souza. São Paulo. 2017a.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. Arquivo Histórico Institucional: a importância para a história da educação profissional tecnológica no Centro Paula Souza. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (org.) **Coleções, Acervos e Memória**. Centro Paula Souza. São Paulo. 2017b.

CENTRO PAULA SOUZA. Unidade do Ensino Médio e Técnico. Cetec. **Área do participante**. São Paulo, 2018a. Disponível em http://www.cpscetec.com.br/ceteccap/area_participante. Acesso em: 22 mar. 2018.

CENTRO PAULA SOUZA. Unidade do Ensino Médio e Técnico. Cetec. **Memórias**. São Paulo, 2018b. <<http://www.memorias.cpscetec.com.br/eventos.php>> Acesso em: 22 mar. 2018.

CETEC. Unidade do Ensino Médio e Técnico. Cetec capacitações. **Ofício nº 083/2014**: Visita técnica referente ao Centro de Memória e Biblioteca da Etec. Prof. Alcídio de Souza Prado. São Paulo. 2014.

CETEC. Unidade do Ensino Médio e Técnico. **Centro de Memórias e História da Educação Profissional**: Projetos HAE 2018. Ofício. Centro Paula Souza. São Paulo. 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Plano Escolar de 2008**. Orlandia: SP, 2008. 255 p.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Plano Plurianual de Gestão – 2009 – 2013**. Orlandia: SP, 2009. 67 p. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/planoescolar>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Plano Plurianual de Gestão – 2010 – 2014**. Orlandia: SP, 2010. 71 p. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/planoescolar>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Plano Plurianual de Gestão – 2011 – 2015**. Orlandia: SP, 2011. 76 p. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/planoescolar>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Plano Plurianual de Gestão – 2014 – 2018**. Orândia: SP, 2014. 71 p. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/planoescolar>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Plano Plurianual de Gestão – 2018 – 2024**. Orândia: SP, 2018. 204 p. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/planoescolar>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GOVERNO DE SÃO PAULO. **Manual de Gestão Compartilhada**. São Paulo. 2009. 4 p. Disponível em: <<http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/geslinf/convenios/manual.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2018.

JORNAL FEITIÇO DA VILA. **60º aniversário da Etec Alcídio**. Orândia, Ano XII, n. 515, p. 8, 27 jun. 2009.

JORNAL FEITIÇO DA VILA. **Reinauguração do Centro de Memória da Etec Alcídio**. Orândia, Ano XVIII, p. 6, 20 set. 2015.

JORNAL EMPÓRIO CULTURAL. **60 anos da Etec Alcídio**. Concurso do selo comemorativo. Orândia. Ano I, n. 06, p. 02, jun. 2009.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **Uma análise histórica do Ensino Profissional: do ensino artesanal à implantação do currículo por competências numa unidade da rede de ensino técnico estadual paulista**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, São Paulo.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970: trajetória na cidade de Orândia**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo.

MASSARO, Ana Cláudia Pedrosa. **Breve relato do Chá de reencontro**. Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado. Orândia: São Paulo. 2012. 2. p.

MASSARO, Ana Cláudia Pedrosa; ROSA, Guilherme Nonino. A escrita da História a partir de imagens: construção de um memorial iconográfico da Etec Professor Alcídio de Souza Prado. In: **Caderno de Resumos**. III Encontro de História e Memórias do Ensino Profissional: Patrimônio, currículos e processos formativos. Centro Paula Souza. São Paulo: SP. 2012.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. (org.). **Inventário de fontes documentais**: contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. Centro Paula Souza. São Paulo. 2002a. v. 1.197 p.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. (org.). **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo**: uma história em imagem. Imprensa Oficial do Estado. Centro Paula Souza. São Paulo. 2002b. v. 1. 239 p.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar. Arquivos escolares e pesquisa histórica: novas fontes para o estudo do ensino técnico no Estado de São Paulo. In: NASCIMENTO, Adalson. CHAMON, Carla Simone. **Arquivos e História do Ensino Técnico no Brasil** (orgs.). Belo Horizonte: Minas Gerais. Mazza Edições, 2013. p. 47-73.

ROSA, Guilherme Nonino. **A escrita da História a partir de imagens**: construção de um memorial iconográfico da Etec Professor Alcídio de Souza Prado. Relatório Final de Curadoria de 2012, do Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado. Orlandia: SP. 2012. 30 p.

SACILOTTO, José Vitório. **A educação profissional na agenda de políticas públicas de educação no Estado de São Paulo e a expansão do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza**. 2016. Tese. (Doutorado em Educação). – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

SILVA, Suely Ramos da. Os “restinhos” de memória nos porões escolares: salvaguarda e os limites da hibernação. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. (org.) **Coleções, Acervos e Memória**. Centro Paula Souza. São Paulo. 2017. p. 27- 38.

FONTES PARA A HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: OS PLANOS ESCOLARES DA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO

Carlos Alberto Diniz

Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho

1. INTRODUÇÃO

Criada em 3 de junho de 1986, a Escola Técnica Estadual (Etec) Sylvio de Mattos Carvalho tem atendido, desde então, à comunidade matonense e de localidades circunvizinhas a partir dos cursos que ela oferta, nas áreas industrial, da saúde, da informática e gestão, além do ensino médio e, mais recentemente, do ensino médio integrado ao técnico (ETIM).

O objetivo desta comunicação é discutir a relevância e a potencialidade informativa dos Planos Escolares e/ou Planos Plurianuais de Gestão (PPGs) como fontes para a pesquisa histórica em educação profissional. A análise toma como referência o corpus documental constituído por 29 planos escolares da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, unidade 103 do Centro Paula Souza, produzidos entre os anos de 1987 e 2017.

Tal documentação, sob a guarda do Centro de Memória Professora Sandra Maria Matavelli, desta unidade escolar, foi reunida, entre outros documentos, por uma equipe de docentes que têm desenvolvido projetos nesse Centro de Memória à luz da história cultural, da história oral e da história das instituições escolares.

O plano escolar, elaborado anualmente, apresenta a proposta de trabalho da Etec, no qual são explicitados os valores, as crenças e os princípios pedagógicos da escola. A concepção coletiva dos projetos a serem desenvolvidos parte dos objetivos e metas estabelecidos por meio da análise dos contextos interno e externo, da reflexão sobre o instituído e da escola almejada pela comunidade. Por esse viés, tal documento traz consigo elementos importantes para uma melhor compreensão do cotidiano escolar de uma Etec, sobretudo das práticas escolares que nela são desenvolvidas ao longo do ano letivo e, ao mesmo tempo, permite-nos verificar quais dessas ações foram incorporadas à cultura da escola, bem como as que foram substituídas.

Sob a denominação de Plano Plurianual de Gestão, o plano escolar passou a ser elaborado num formato de abrangência quinquenal com revisões anuais, possibilitando assim à comunidade escolar uma reflexão multidimensionada sobre o estabelecimento de ensino, de modo dinâmico, contínuo e de construção colaborativa, permitindo, sobretudo à sua equipe de colaboradores, uma visão ampliada da realidade institucional, servindo-lhe de instrumento para o estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazos, no trabalho de planejamento e (re)definição das diretrizes que norteiam todo o trabalho escolar, de acordo com a sua vocação institucional e respeitando sua natureza e especificidade.

O mapeamento dessa documentação oferece ainda dados sobre aspectos infraestruturais, quantidade de alunos matriculados, professores, servidores técnicos e/ou administrativos, entre outros aspectos. Com efeito, o cotejamento dessa documentação com outras fontes como, por exemplo, legislação educacional e institucional, fotografias, troféus, livros de atas de reuniões, prontuários de alunos e/ou de servidores, recortes de jornais, torna-se fundamental para se compreender a complexidade das relações estabelecidas no âmbito de uma escola técnica.

Na primeira parte do texto, discorreremos sobre aspectos conceituais dos planos escolares e, na segunda parte, discutimos a potencialidade informativa dessa fonte para a história da Educação Profissional no Estado de São Paulo.

2. PLANOS ESCOLARES: ASPECTOS REGIMENTAIS E INSTITUCIONAIS

Plano escolar é correntemente definido como a proposta de trabalho que uma escola pretende realizar. A propósito, Menezes e Santos (2001), esclarecem:

É a apresentação sistemática e justificada do que a escola pretende realizar e que deve ser traduzida num documento que registre o que a escola pensa fazer, como fazer, quando fazer com que e com quem fazer [...]. Para que a escola tenha um plano escolar é preciso que ela defina suas finalidades e objetivos, estabeleça um rumo, um horizonte de trabalho.

Nessa direção, cabe destacar que o plano escolar está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), objetivando a organização das escolas, no "Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; (BRASIL, 1996).

No âmbito das Escolas Técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o plano escolar faz parte do Plano Plurianual de Gestão, conforme indica o Regimento Comum desses estabelecimentos de ensino:

CAPÍTULO II

Do Plano Plurianual de Gestão e Outros Planos

Artigo 12 – O Plano Plurianual de Gestão apresentará a proposta de trabalho da Etec constituindo documento norteador da sua ação educacional, com vigência de cinco anos, devendo ser atualizado, complementado ou alterado, se necessário.

Artigo 13 – O Plano Escolar será elaborado anualmente, incorporando-se ao Plano Plurianual de Gestão e deverá ser encaminhado à Unidade do Ensino Médio e Técnico até a segunda quinzena do mês de março de cada ano letivo.

Artigo 14 – O Plano Plurianual de Gestão, o Plano Escolar, e os demais planos de trabalho serão elaborados conforme diretrizes próprias expedidas pela Unidade do Ensino Médio e Técnico do CEETEPS. (SÃO PAULO, 2013)

O Regimento Comum das Escolas Técnicas destaca ainda que a tarefa de promover a elaboração, o acompanhamento, a avaliação e o controle da execução do Plano Plurianual de Gestão e do Plano Escolar cabe à Direção da Etec, que é o núcleo executivo encarregado de administrar as atividades da Etec, exercida pelo Diretor de Escola Técnica e pelos responsáveis pela Coordenação Pedagógica, setores administrativos e de relações institucionais, além do corpo docente:

Artigo 17 – A Direção da Etec, sem prejuízo de outras constantes em documento próprio do CEETEPS e da legislação, terá as seguintes atribuições:

[...]

IV – promover a elaboração, o acompanhamento, a avaliação e o controle da execução do Plano Plurianual de Gestão e do Plano Escolar;

[...]

Artigo 92 – São direitos dos membros do corpo docente:

[...]

II – participar da elaboração do projeto político-pedagógico, do Plano Plurianual de Gestão da escola e do Plano Escolar; [...].

(SÃO PAULO, 2013)

Revisados anualmente, o Plano Plurianual de Gestão (PPG) e o Plano Escolar ocupam um espaço central no cotidiano escolar das Etecs, cabendo ao Conselho de Escola a sua aprovação:

- Artigo 11 – O Conselho de Escola terá as seguintes atribuições:
- I – deliberar sobre:
 - a) o projeto político-pedagógico da escola;
 - b) as alternativas de solução para os problemas acadêmicos e pedagógicos;
 - c) as prioridades para aplicação de recursos.
 - II – estabelecer diretrizes e propor ações de integração da Etec com a comunidade;
 - III – propor a implantação ou extinção de cursos oferecidos pela Etec, de acordo com as demandas locais e regionais e outros indicadores;
 - IV – aprovar o Plano Plurianual de Gestão e o Plano Escolar;
 - V – apreciar os relatórios anuais da escola, analisando seu desempenho diante das diretrizes e metas estabelecidas.
- (SÃO PAULO, 2013)

Ademais, no atual processo de autoavaliação das Etecs, conhecido por Observatório Escolar¹, aplicado anualmente, o Plano Plurianual de Gestão é objeto de cinco questões – de um montante de 223 questões – que se encontram distribuídas pelos blocos de questões intitulados “Comunicação e Documentação Escolar” (três questões) e “Pedagógico” (duas questões).

A primeira questão se refere ao grau de participação da comunidade escolar na elaboração do Plano Plurianual de Gestão:

A Direção se reúne com representantes de todos os segmentos da Unidade Escolar, incluindo professores da(s) Classe(s)

¹ Criado em 1998 pela Cetec como uma ferramenta para orientar as Etecs na difusão das boas práticas e estabelecer procedimentos comuns, o Observatório Escolar foi, ao longo dos anos, sofrendo alterações de formato a fim de incorporar novas tecnologias e novas demandas institucionais, sem perder seus objetivos originais. O Observatório Escolar tem como objetivo, para todas as unidades escolares, verificar as condições objetivas e evidenciáveis – uma escola limpa, bem conservada, segura, com equipamentos utilizáveis, com espaços adequados, abertos e acessíveis – aliadas a uma equipe presente e comprometida e uma comunidade atuante e participante neste cotidiano. Ao mesmo tempo, difundir as práticas escolares entre as Etecs para que possam assim ser aproveitadas, adaptadas e utilizadas em outras de maneira que as condições ambientais interfiram de maneira positiva, tanto para os que estudam como para os que trabalham, transformando a escola toda em uma comunidade aprendente de novas práticas, técnica e ideias.

Descentralizada(s), quando houver, para elaboração do Projeto Político Pedagógico, metas e projetos a serem registrados no Plano Plurianual de Gestão e registra em ata.
(CENTRO PAULA SOUZA, 2018)

A segunda questão chama atenção para a importância da socialização do Plano Plurianual de Gestão junto à comunidade escolar, para que esta conheça quais são as ações e metas propostas e como são acompanhados pela equipe escolar:

A UE divulga por meio escrito ou eletrônico o Plano Plurianual de Gestão – PPG para a comunidade, detalhando o que é, para que serve e incentiva o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos e o atingimento das metas propostas.
(CENTRO PAULA SOUZA, 2018)

A terceira questão tem por objetivo verificar em que medida o PPG e demais indicadores institucionais e extrainstitucionais são discutidos no cotidiano escolar à luz de possibilidades de melhoria contínua dos seus processos:

Os resultados do SAI, do Observatório Escolar, das metas do PPG e do Saresp são divulgados, discutidos e registrados com o objetivo de identificar causas e estabelecer ações visando a melhoria dos processos.
(CENTRO PAULA SOUZA, 2018)

Já a quarta questão (primeira do Bloco Pedagógico) procura evidenciar a importância do uso de indicadores na elaboração de projetos educativos:

Os projetos elaborados pela escola e desenvolvidos na Unidade Escolar, sejam eles articulados ao Plano Plurianual de Gestão – PPG ou na forma de Horas Atividades Específicas – HAEs, são definidos a partir de indicadores institucionais e refletem situações-problemas identificados e relacionados às habilitações profissionais oferecidas.
(CENTRO PAULA SOUZA, 2018)

Por fim, o quinto aspecto listado no Observatório Escolar a respeito do PPG traz à reflexão dessa avaliação aspectos que concernem à importância do acompanhamento, avaliação e divulgação dos projetos desenvolvidos em âmbito escolar:

Os projetos previstos no PPG – Plano Plurianual de Gestão ou atividades específicas – HAE, são acompanhados e avaliados pela Direção, Coordenação Pedagógica e/ou de Curso e socializados com a comunidade escolar.
(CENTRO PAULA SOUZA, 2018)

Com efeito, o Plano Plurianual de Gestão possui grande relevância no contexto da *modus operandi* das Etecs do Centro Paula Souza, seja tanto na sua concepção, mas, sobretudo, no seu desenvolvimento e avaliação por parte da própria comunidade escola.

3.OS PLANOS ESCOLARES COMO FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito dos planos escolares e/ou Planos Plurianuais de Gestão aqui considerados, analisamos 29 documentos. O exame detalhado dessa documentação tem se mostrado de enorme valor para a compreensão, em nível macro, da importância das Etecs no cenário da educação profissionalizante do Estado de São Paulo – em nível micro, da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, no contexto educacional do município de Matão. A relevância dessa fonte de pesquisa pode ser observada considerando três aspectos: a) a caracterização da escola; b), a identificação dos atores escolares implicados no cotidiano escolar; c) as práticas escolares construídas ao longo do tempo e sua representação para a comunidade escolar e extraescolar.

Elaborados anualmente, optamos por analisar as fontes dividindo-as em três períodos: o primeiro, de 1987 a 1994, período em que esse estabelecimento de ensino era administrado pela Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais (DISAETE), vinculada à Secretaria de Estado da Educação; o segundo, de 1994 a 2009, período iniciado com a Etec Sylvio de Mattos Carvalho, passando para a administração do Centro Paula Souza; e o terceiro, de 2009 a 2018, período em que o Plano Escolar passou a ser parte integrante do Plano Plurianual de Gestão e disponível para atualização e consulta no site www.cpscetec.com.br/planoescolar. Optamos por adotar esse critério cronológico por entendermos que os planos escolares analisados nesses períodos foram elaborados a partir de um roteiro pré-definido com poucas alterações dentro de cada intervalo de tempo.

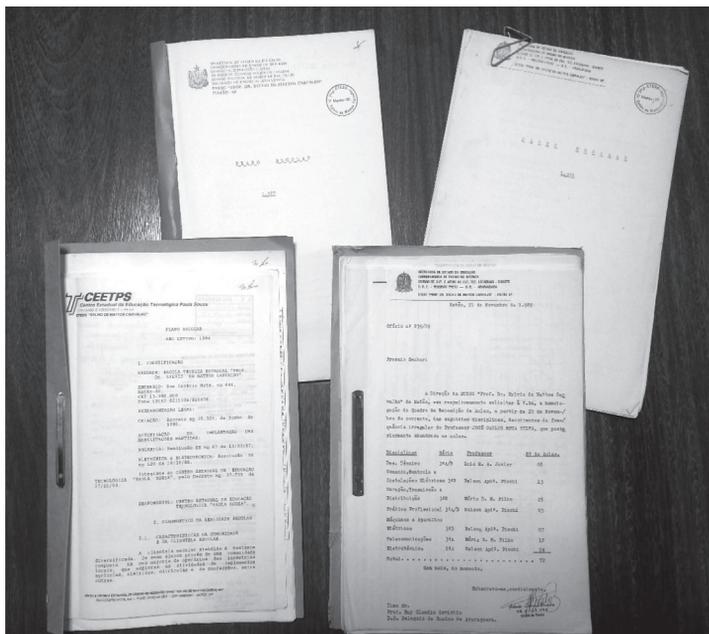


Figura 1 – Planos Escolares de 1987, 1988, 1989 e 1994
Fonte: Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2018.

No primeiro período verificamos que os Planos Escolares eram documentos, em quase sua totalidade, datilografados. Traziam inicialmente a identificação do estabelecimento de ensino – sua denominação, endereço, diretoria de ensino a que pertencia. Na sequência, eram apresentados dados demográficos e socioeconômicos do município de Matão. O item intitulado “Recursos da Sociedade” tinha por objetivo elencar as entidades socioculturais, esportivas, administrativas, bancárias, assistenciais, de segurança pública, educacionais e religiosas.

Apresentado o município, a parte seguinte do plano escolar tinha por objetivo descrever o estabelecimento de ensino, iniciando-se pela caracterização da clientela escolar. O plano escolar de 1987 (o primeiro da Etec Sylvio de Mattos Carvalho) trouxe as seguintes informações, evidenciando que os alunos, em sua totalidade, eram trabalhadores, e boa parte destes tinham idade superior aos 19 anos, ou seja, não estavam em idade escolar:

Origem dos Alunos:

Os alunos matriculados nessa Unidade Escolar de modalidade de ensino técnico de 2º grau, residem nos mais diversos bairros da cidade.

Idade:

Por se tratar de Escola de 2º Grau,

- 15 anos (02);
- 16 anos (20);
- 17 anos (10);
- 18 anos (17);
- 19 anos (14);
- Acima (73).

Todos os alunos estão integrados na força do trabalho, principalmente na maioria, exercendo atividades correlatas às habilitações pretendidas nas mais diversas empresas da cidade.

Nível Sócio Econômico da Família

De características gerais, os alunos apresentam nível razoável de condições sócio-econômicas.

De família de pequena e média renda, e de ensino, com instrução primária.

(ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 1987, p. 8-9)

Tais informações nos levam a compreender a composição do corpo discente que a escola atendia nos seus primeiros anos de funcionamento. A Habilitação Plena de Técnico em Mecânica, a primeira a ser oferecida, apontava claramente a razão inicial da criação da Escola Técnica em Matão: formar profissionais para as indústrias locais do setor metalomecânico, além de qualificar aqueles – em sua maioria, maiores de 18 anos – que já estavam inseridos nesse segmento produtivo.

Outra informação elencada nos planos escolares analisados desse primeiro recorte se refere aos recursos físicos, materiais, equipamentos, de segurança, humanos e institucionais disponíveis na escola, evidenciando a precariedade do início das atividades de uma instituição pública de ensino, muito comum na história da educação brasileira. Espaços compartilhados, salas adaptadas, mobiliário insuficiente, entre outros aspectos marcaram o início das atividades da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, como bem descreve o seu Plano Escolar de 1987:

Sala de aula comum: 11 salas de aulas, sendo que neste ano, no período da noite, 07 salas são usadas pela Escola Municipal de 1º e 2º grau “Adelino Bordignon” (Curso Supletivo), 03 salas usadas pelas 03 primeiras séries da Escola. No período diurno, 04 salas de aula estão sendo ocupadas pela EEPG “José Inocêncio da Costa” no período da manhã e da tarde. E 01 sala de aula está sendo ocupada pela Guarda Municipal de Matão.

[...]

Salas Ambientes: 01 sala de aula adaptada para o laboratório de Física, Química e Biologia (deverá estar parcialmente instalada até o final do ano letivo). 01 sala de aula adaptada para Desenho Técnico (aguardando o mobiliário específico).

[...]

Recursos Materiais e de Equipamentos

Totalmente prejudicado.

OBS.: O mobiliário que está sendo usado, foi remanejado de outra Unidade Escolar, a saber: EEPG do bairro São José, EEPG “João Manoel do Amaral” – Araraquara-SP.

[...]

Recursos de Segurança

Prejudicada em hidrômetros e mangueiras, 01 extintor de espuma ou pó. (ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 1987, p. 10-11)

Outro item importante do Plano Escolar, intitulado de Prioridades da Escola, apresenta as ações que a equipe escolar pretendia realizar durante o ano letivo. Em 1987, entre as prioridades prefiguravam a instalação da biblioteca escolar, da APM e do Centro Cívico, bem como adequação da oficina mecânica, reforma do prédio escolar e aquisição de mobiliário, máquinas, equipamentos e material de secretaria. Ao mesmo tempo, eram apresentados os objetivos e metas da instituição escola, sobretudo no que se referia à formação técnica dos alunos e no trabalho docente.

Desse modo, a quinta parte do Plano Escolar apresentava a organização administrativa da escola, desde o Conselho de Escola – em conformidade com o Artigo 95 da Lei Complementar n. 444, de 28 de novembro de 1985 (SÃO PAULO, 1985), retificada em 31 de dezembro daquele mesmo ano – passando pelo Conselho de Classe, Associação de Pais e Mestres e Grêmios Estudantil, este último à luz da Lei Federal n. 7.398 de 04 de novembro de 1985. (BRASIL, 1985)

Para fins de estudos historiográficos, o item intitulado Sistemática de Escrituração Escolar pode ser visto como um elemento importante para historiadores da Educação Profissional, por apresentar a sistemática adotada para a escrituração escolar, além de mencionar os tipos de documentos que faziam parte do cotidiano escolar naquele período, sua fundamentação legal, a maneira como deveriam ser elaborados e a periodicidade em que deveriam ser atualizados, notadamente: a) prontuários de docentes, pessoal administrativo e de alunos; b) Registro e Controle do Rendimento Escolar e Ata do Conselho de Classe; c) papeleta bimestral e menção final; d) livro de posse e exercício; e) livros de atas de reuniões do Conselho de Escola, Conselho de Classe, Reuniões Pedagógicas e

Administrativas, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil, Atribuição de Classes e Aulas; e f) registros em livros próprios de exames médico-biométricos e dispensa de Educação Física; registro de protocolo; registro de adaptação – equivalência de estudo; estágios supervisionados dos alunos; compensação de ausências; cadastro do pessoal docente; livro de recortes do Diário Oficial; transferências recebidas.

No item denominado Programações das Atividades Curriculares se concentravam informações por áreas de estudo: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências. Além destas também eram descritos os objetivos das áreas de estudo ligados à formação específica, ou seja, a formação profissional. No caso do Plano Escolar de 1987 da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, as áreas de estudo de formação específica se dividiam em Mecânica, Produção Mecânica, Eletricidade, Desenho e Organização e Normas. Já a partir do Plano Escolar de 1988, constam as matrizes curriculares dos cursos oferecidos pela escola.

Outro elemento importante do plano escolar desse período refere-se aos projetos que seriam desenvolvidos ao longo do ano letivo pela coordenação pedagógica, orientação educacional e setores administrativos, incluindo a Direção e a Secretaria da Escola.

O item Avaliação do Plano Escolar, acompanhado do Termo de Aprovação do Plano Escolar assinado pelo Diretor da Escola, sintetizavam todo o documento e, ao mesmo tempo, o *modus operandi* adotado pela equipe escolar a partir de então.

Em 1994, as escolas técnicas administradas pela DISAETE passaram ser administradas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e, nesse momento, os planos escolares, aos poucos, começaram a ter outro formato, seja na apresentação, mais especialmente em seu conteúdo, conforme podemos verificar a partir da Figura 2. Nesse momento, a representação da escola enquanto instituição preocupada com sua função social de formar profissionais para atender às necessidades e expectativas do setor produtivo ficava cada mais evidenciada:

A Escola que queremos é aquela que possibilita uma formação tecnológica, humanista e ética e que educa as pessoas para a aprendizagem permanente.

[...]

A ETE “Sylvio de Mattos Carvalho” pretende ser em 1999, uma escola renovada em sua estrutura e em seus processos e sempre mais centrada em seus resultados, oferecendo um ensino de qualidade e uma educação séria e continuada, convencendo as pessoas a se comprometerem com o processo educativo.

(ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 1999, p. 3)

ÍNDICE

ASSUNTO	FOLHA
03 – Apresentação do Plano.....	03
04 – Identificação da Unidade Escolar.....	04
05 – Proposta Educacional da Escola.....	06
06 – Diagnóstico da Realidade Escolar.....	07
6.1 – Caracterização da Comunidade.....	08
6.2 – Caracterização da Clientela.....	13
6.3 – Recursos Físicos, materiais, Humanos, Financeiros e Institucionais (APM).....	15
6.4 – Movimentação e Desempenho Escolar.....	41
6.5 – Visão Geral do Diagnóstico.....	43
07 – Proposta, Objetivos, Metas e Avaliação.....	44
08 – Organização da Unidade Escolar.....	52
8.1 – Cursos e Habilitações.....	52
8.2 – Grades Curriculares.....	56
8.3 – Horários de Funcionamento da Escola.....	57
8.4 – Síntese do Sistema de Avaliação.....	58
8.5 – Recuperação de Alunos.....	60
8.6 – Sistemática do Funcionamento do Conselho de Classe.....	61
8.7 – Transferências de Alunos.....	63
8.8 – Adaptação.....	64
8.9 – Aproveitamento de Estudos.....	65
8.10 – Progressão Parcial.....	66
8.11 – Classificação e Reclassificação.....	67
8.12 – Educação Física.....	69
8.13 – Calendário Escolar.....	70
8.14 – Comissão para Avaliação Docente.....	71
09 – Planos de Trabalho Setoriais.....	72
10 – Projetos de Capacitação e Avaliação de Docentes.....	84

Figura 2 – Índice do Plano Escolar de 1999

Fonte: Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho (2018)

Como bem observa Magalhães (1998), a história de uma instituição educativa constrói-se entre a materialidade, a representação e a apropriação. Entendamos por representação a interpretação da comunidade para essa escola, a partir do contexto sócio-histórico de um sistema educacional profissionalizante marcado pela preocupação com

a formação de profissionais qualificados, em sua maioria alunos provindos das camadas populares, que veem na Escola Técnica uma oportunidade para se profissionalizar e, conseqüentemente, adentrar no mundo do trabalho. Nesse aspecto,

A escola como instância central dos sistemas educativos modernos e contemporâneos, estatais ou não, assumiu funções de produção e reprodução sócio-cultural, funções de controle e conformação ao nível dos comportamentos, ideologias, representações e expectativas, mas também funções de mobilidade, libertação, construção. Uma história muito rica e diversificada, nos planos estrutural e conjuntural, marcada por grandes investimentos teóricos e práticos, nos planos macro, micro e meso [...]. (MAGALHÃES, 1998, p. 60-61)

Ricos em detalhes, os Planos Escolares da Etec Sylvio de Mattos Carvalho desse período permitem uma melhor compreensão do cotidiano desse estabelecimento de ensino, a partir de informações organizadas e distribuídas nos itens indicados na Figura 2.

Elementos importantes dos planos escolares desse período são os formulários destinados à avaliação da proposta pedagógica apresentada pela Escola e à análise do plano escolar para fins de homologação (Figura 3). Quanto ao primeiro, referia-se à avaliação de metas estabelecidas pela equipe escolar no ano letivo anterior ao da avaliação para fins de planejamento do ano letivo seguinte, mediante análise realizada sob quatro aspectos: a) ações desenvolvidas para consecução da meta; b) resultados obtidos; c) elementos facilitadores; e d) elementos dificultadores.

O segundo formulário, destinado à análise do plano escolar (Figura 4) para fins de homologação, tinha por objetivo checar se os itens indicados pela Supervisão Escolar do Centro Paula Souza na elaboração do Plano Escolar tinham sido contemplados pela equipe escolar.

Após essa análise, o Plano Escolar era homologado pelo Supervisor de Ensino da Diretoria de Ensino da região e pela Supervisão Escolar da Cetec. Com base nesse formulário, o Coordenador do Ensino Técnico do Centro Paula Souza homologava o Plano Escolar mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (Figura 5).

Em 2009, o Plano Escolar foi incorporado ao Plano Plurianual de Gestão, implantado pela Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza:

De acordo com o disposto no Capítulo II do Regimento Comum das Escolas Técnicas do CEETEPS, o Plano Plurianual de Gestão – PPG apresenta a proposta de trabalho da ETEC. Conta, como eixo norteador, com o Projeto Político Pedagógico – PPP, no qual são explicitados os valores, as crenças e os princípios pedagógicos da escola. A concepção coletiva dos projetos a serem desenvolvidos parte, necessariamente, do PPP, dos objetivos e metas estabelecidos por meio da análise dos contextos interno e externo, da reflexão sobre o instituído e da escola almejada pela comunidade.

O Plano Plurianual de Gestão tem uma vigência de cinco anos, com replanejamento, no mínimo, anual. A atualização anual, com inclusão de novos projetos, garante o horizonte permanente de cinco anos. (CENTRO PAULA SOUZA, 2018)



CEETEPS
 Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 Governo do Estado de São Paulo
 ETE Sylvio de Mattos Carvalho

ETE Sylvio de Mattos Carvalho Unidade 103 Matão

Avaliação da Proposta Pedagógica / Plano Escolar 99

I – Avalie as Metas estabelecidas para o ano de 1999:

META	Ações desenvolvidas para a Consecução da Meta	Resultados Obtidos	Elementos Facilitadores	Elementos Dificultadores
Oferecer pela menos 2 cursos de capacitação aos professores (1 por semestre), além dos cursos oferecidos pela CEETEPS	A meta porposta não foi atingida por não haver recursos da APM para cobrir os gastos para a realização dos cursos.	Os cursos de capacitação ficaram restritos aos oferecidos pelo CEETEPS.	Cursos de capacitação envolvendo todas as áreas, oferecidos pelo CEETEPS.	Falta de recursos da APM para contratar profissionais.
Diminuir em 50% o número de ausências mensais dos professores	O trabalho conjunto da Direção da Escola e Coordenação de área na conscientização dos professores de que suas faltas prejudicam o bom desempenho dos trabalhos escolares, inclusive para avaliação de assiduidade foi muito bom. Tivemos em 1999 um número bem reduzido de faltas/aula, índice considerado satisfatório em relação aos anos anteriores. Os pedidos de Licença-Saúde foram apenas dois.	Como foi reduzido o número de falta dos professores, houve pouca necessidade de reposição de aulas.	Disposição dos professores em aceitar as solicitações para que não faltassem, a não ser em caso de necessidade.	Não ocorreram.

Figura 3 – Formulário de Avaliação da Proposta Pedagógica / Plano Escolar de 1999

Fonte: Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2018



**DOCUMENTO DE ANÁLISE DO PLANO ESCOLAR
 PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO**

ETE "Sylvio de Mattos Carvalho"	Cód.: 103
Município: Matão	Ano Letivo - 1999

Nº	Item	Sim	Em Parte	Não
01	Apresentação	X		
02	Identificação	X		
03	Diagnóstico	X		
04	Projeto Pedagógico	X		
05	Objetivos	X		
06	Metas / Indicadores / Responsáveis	X		
07	Critérios de Agrupamento / Quadro de Classes, Série / Turno / Habilitação	X		
08	Classes de Extensão (convênios)	-	-	-
09	Divisão de Classes em Turmas	X		
10	Recursos Humanos	X		
11	Recursos Físicos e Materiais	X		
12	Matrizes Curriculares	X		
13	Calendário Escolar	X		
14	Normas de Convivência	-	-	-
15	Normas Legais (vide obs.)	(*)		
16	Convênios, Prestação de Serviços, Parcerias, etc.	X		
17	Projetos da Escola	X		
18	Eventos Internos e Externos		X	
19	Capacitação	X		
20	Avaliação do Plano Escolar			X

Observações: Item 3 - Os problemas da escola que devem ser levantados no diagnóstico estão às fls. 42.

43. A ênfase é para os de ordem material.

Item 4 - Elaborado sob a forma de objetivos.

Item 6 - As metas em sua maioria são claras e passivas de acompanhamento (definem prazo e estão quantificadas), abrangendo soluções materiais e pedagógicas.

Item 7 - Não define critérios de agrupamento, não apresenta quadro de agrupamento de

Educação Física.

Item 9 - Divisão de Turmas: O quadro de autorização juntado não define corretamente o nº proposto de turmas. Deve ser substituído.

(*) Item 15 - Normas legais em desacordo com o novo Regimento. As normas deste é que devem prevalecer.

Figura 4 – Formulário de Análise do Plano Escolar de 1999 da Etec Sylvio de Mattos Carvalho para Fins de Homologação

Fonte: Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2018

Portaria do Coordenador de Ensino Técnico do CEETEPS

Homologando Planos Escolares
 O Coordenador de Ensino Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, no uso de suas atribuições e com base na análise realizada pelos membros do Grupo de Supervisão Escolar, cuja competência foi delegada pela Resolução SE - 210 de 26/08/93, expede a presente Portaria de Homologação de Planos Escolares de 1999, apresentados pelas unidades escolares abaixo:

ESCOLA	MUNICÍPIO
ETE PREFEITO ALBERTO FERES	ARARAS - SP
ETE VASCO ANTÔNIO VENCHIARUTTI	JUNDIAÍ - SP
ETE PEDRO FERREIRA ALVES	MOGI MIRIM - SP
ETAE DR. CAROLINO DA MOTTA E SILVA	ESPIRITO SANTO DO PINHAL - SP
ETAE ENG. HERVAL BELLUSCO	ADAMANTINA - SP
ETE PROF. EDGEO LUIZ VICENTE	ADAMANTINA - SP
ETE PROF. ANNA DE OLIVEIRA FERREZ	ARAQUARIANA - SP
ETE PEDRO D'ARCADIA NETO	ASSIS - SP
ETE CORONEL RAPHAEL BRANDÃO	BARRETOS - SP
ETE ANTONIO DE PADUA CARDOSO	BATATAIS - SP
ETAE ASTOR DE MATTOS CARVALHO	CABRALIA PAULISTA - SP
ETAE PROF. HELDY M. MARTINS AGUIAR	CAELANDIA - SP
ETAE PROF. LUIZ PRIES BARBOSA	CÂNDIDO MOTA - SP
ETAE PROF. CARMELENA BARBOSA	CRICIUMA - SP
ETAE PROF. CARMELENO CORRÊA JUNIOR	FRANCA - SP
ETE JÚLIO CARDOSO	FRANCA - SP
ETAE DEP. PAULO CORVELLAS C. BARROS	GARÇA - SP
ETE MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO	GARÇA - SP
ETAE ANTÔNIO JUNCIERA DA VEIGA	SARAPUANA - SP
ETE PEDRO LEINE BROLLA SCORINNO	PALISSU - SP
ETE ANTÔNIO DEVISATE	MARILIA - SP
ETE SYLVIO DE MATTOS CARVALHO	MATÃO - SP
ETAE LAURINDO ALVES DE QUEROZ	MIGUELÓPOLIS - SP
ETE PROF. ALCIDIO DE SOUZA PRADO	ORLANDIA - SP
ETE AMIN JUNDI	OSVALDO CRUZ - SP
ETE JACINTO FERREIRA DE SÁ	DURVINHO - SP
ETAE AUGUSTO TORTORELO ARAÚJO	PARAGUACU - SP
ETAE PROF. DR. ANTÔNIO EULFRASO TOLEDO	PAULISTA - SP
	PRUDENTE - SP
	QUATÁ - SP
ETAE DR. LUIZ CESAR COULTO	RANCHARIA - SP
ETAE DEPUTADO FRANCISCO FRANCO (CHOUATO)	RIBEIRÃO PRETO - SP
ETE JOSÉ MARTIANO DA SILVA	SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP
ETAE ORLANDO QUAGLIATO	SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP
ETAE MANOEL DOS REIS ARAÚJO	SANTA RITA DO PASSA QUATRO - SP
ETE PAULLINO ROTELHO	SÃO CARLOS - SP
ETE PEDRO BADRAN	SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP
ETAE PROF. FRANCISCO DOS SANTOS D	SÃO SIMÃO - SP
ETE DR. ADAL NUNES DA SILVA	TALHARITINGA - SP
ETE ELIAS NECHER	CATANDUBA - SP
ETE DE LHA SOLTIERA	LHA SOLTIERA - SP
ETAE PROF. MATHEUS LEITE ABREU	MIRASSOL - SP
ETAE PADRE JOSÉ NUNES DIAS	MONTE APRAZIVEL - SP
ETAE JOÃO JORGE GERNAISSE	PENÁPOLIS - SP
ETE PHILADELPHO GOUVEIA NETO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
ETAE FRIE ARNALDO MARIA DE ITAPORANGA	VOTUPORANGA - SP
ETE MACHADO DE ASSIS	CAÇAPAVA - SP
ETE DE CACHOEIRA PAULISTA	CACHOEIRA PAULISTA - SP
ETE PROF. JOSÉ SANT'ANA DE CASTRO	CRUZEIRO - SP
ETE PROF. ALFREDO DE BARRIS SANTOS	QUARATINGUETÁ - SP
ETE ENG. AGR. NARCISO DE MEDEIROS	IGUAPE - SP
ETAE CÔNEGO JOSÉ BENTO	JACAREÍ - SP
ETE PRESIDENTE VARGAS	MOGI DAS CRUZES - SP
ETE ADOLPHO REZEBIN	MONCAÇUÁ - SP
ETE JOÃO GOMES DE ARAÚJO	PINDAMONHANGABA - SP
ETE JÚLIO DE MESSOLITA	SANTO ANDRÉ - SP
ETE ARISTÓTELES FERREIRA	SANTOS - SP
ETE LAURO GOMES	SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP
ETE JORGE STREET	SÃO CAETANO DO SUL - SP

ETE ALBERT ENSTEN	SÃO PAULO - SP
ETE CARLOS DE CAMPOS	SÃO PAULO - SP
ETE GETULIO VARGAS	SÃO PAULO - SP
ETE GUARACY SILVEIRA	SÃO PAULO - SP
ETE JOSÉ ROCHA MENDES	SÃO PAULO - SP
ETE MARTIN LUTHER KING	SÃO PAULO - SP
ETE PROF. APRIGIO GONZAGA	SÃO PAULO - SP
ETE PROF. BASÍLIDES DE GODOY	SÃO PAULO - SP
ETE PROF. HORÁCIO AUGUSTO SILVEIRA	SÃO PAULO - SP
ETE PROFESSOR CAMARCO APARNA	SÃO PAULO - SP
ETE DE SÃO PAULO	SÃO PAULO - SP
ETE COMENDADOR JOÃO RAYS	BARRA BONITA - SP
ETE DR. DOMINGOS MINICUO FILHO	BOITUCATU - SP
ETAE PREFEITO JOSÉ ESTEVES	CERQUEIRA CESAR - SP
ETAE PROF. EDSON GALVAO	ITAPETINGA - SP
ETAE MARTINHO DI CERVO	ITAPEVA - SP
ETAE PROF. LURAS FERREIRA	ITU - SP
ETE JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL	JAUÍ - SP
ETE DONA SEBASTIANA DE BARROS	SÃO MANUEL - SP
ETE FERIVANDO PRIES	SOROCABA - SP
ETE RUBENS DE FARIA DE SOUZA	SOROCABA - SP
ETAE DR. DARIO PACHECO PEDROSSO	TAGUAJARI - SP
ETE SALES GOMES	TATUI - SP

Figura 5 – Fragmento de publicação do Diário Oficial referente à homologação dos Planos Escolares de 1999 das Etec

Fonte: Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2018

Nesse momento, o PPG passou a ser elaborado a partir da inserção de informações em um sistema próprio acessado via Web (www.cpsctec.com.br/planoescolar):

CENTRO PAULA SOUZA
COMPETÊNCIA EM EDUCAÇÃO PÚBLICA PROFISSIONAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Plano Plurianual de Gestão

Unidade
Etec Sylvio de Mattos Carvalho

Plano Plurianual de Gestão 2018 - 2022 ▼
Plano Plurianual de Gestão 2009 - 2013
Plano Plurianual de Gestão 2010 - 2014
Plano Plurianual de Gestão 2011 - 2015
Plano Plurianual de Gestão 2012 - 2016
Plano Plurianual de Gestão 2013 - 2017
Plano Plurianual de Gestão 2014 - 2018
Plano Plurianual de Gestão 2015 - 2019
Plano Plurianual de Gestão 2016 - 2020
Plano Plurianual de Gestão 2017 - 2021
Plano Plurianual de Gestão 2018 - 2022

© Copyright 2008, Centro Paula Souza - Desenvolvido por P2S Tecnologia

Figura 6 – Janela do Site do PPG
Fonte: Centro Paula Souza, em 2018

Boa parte dos quesitos utilizados nos planos escolares até então foram incorporados ao Plano Plurianual de Gestão. Alguns destes ainda foram renomeados, a exemplo do tópico Elementos Facilitadores do Formulário de Avaliação da Proposta Pedagógica, que se tornou um item do Plano Plurianual de Gestão intitulado Pontos Fortes. Contudo, outros itens foram adicionados aos já existentes, conferindo ao PPG a sua estrutura atual: a) Introdução; b) Participantes; c) Projeto Político Pedagógico; d) Atos Legais; e) Histórico; f) Caracterização (Níveis e Modalidades de Ensino; Agrupamento Discente; Classes Descentralizadas; Recursos Humanos; Recursos Físicos; Recursos Materiais; Recursos Financeiros; Serviços Terceirizados; Colegiados, Organizações e Instituições Auxiliares); g) Planejamento Estratégico (Missão; Visão; Características Regionais; Características do Corpo Discente; Avaliação do Cumprimento de Metas do Ano Anterior; Indicadores; Pontos Fortes; Situações-Problema; Prioridades; Objetivos; Metas;

Projetos – que serão realizados no ano letivo –; e Projetos Futuros); h) Parecer do Conselho de Escola; e i) Avaliação do Plano.

Com a criação das Supervisões Educacionais Regionais, a avaliação do PPG passou a ser de responsabilidade do Supervisor Educacional Regional que, por sua vez, emite um parecer sobre tal documento. Ademais, cabe destacar que o site do PPG possibilita aos seus usuários realizar inclusões, exclusões e correções no texto do Plano Plurianual de Gestão das Etecs dentro do prazo estabelecido para sua finalização. Após sua homologação, o PPG da Etec Sylvio de Mattos Carvalho é impresso e disponibilizado na biblioteca e no site da escola para consulta da comunidade escolar. No ano seguinte, quando um novo PPG é elaborado, o documento do ano anterior é enviado para o acervo do Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli que fica localizado na sala n. 04 do prédio principal da Etec Sylvio de Mattos Carvalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, podemos dizer que os planos escolares, seja no formato de documento datilografado ou digitado, seja no formato disponível na WEB para consultas *on-line*, têm se revelado interessantes fontes de pesquisa para o estudo das Etecs do Centro Paula Souza, pois evidenciam a atuação interna dos atores escolares no âmbito das escolas técnicas por meio das práticas escolares desenvolvidas, da organização curricular dos cursos oferecidos, dos ritos, do tempo e da cultura escolar que permeia o cotidiano desses estabelecimentos de ensino.

Ao mesmo tempo, os planos escolares indicam também a preocupação permanente da escola em atuar junto à comunidade onde está inserida, objetivando, entre outros aspectos, a formação de profissionais qualificados para atender às expectativas do segmento produtivo em que os cursos técnicos oferecidos estão correlacionados, especialmente no que se refere às inovações tecnológicas implementadas em nível global nas duas últimas décadas. Tal preocupação se dá, em boa parte, da representação da escola de boa qualidade que se pretende construir das Etecs e que, ao que tudo indica, tem se concretizado em bom termo, seja pela política educacional encampada pelo governo estadual nos últimos anos, seja pela necessidade iminente de aperfeiçoamento profissional face à grave crise econômica pela qual passa o Brasil.

Como qualquer fonte de pesquisa, ela também deve ser objeto de uma crítica aprofundada e deve ser cotejada com outras fontes no desenvolvimento da investigação histórica. Não obstante, é inegável o seu potencial analítico, particularmente pelos indícios

que oferece para o historiador da educação compreender o modus operandi das Etecs, do Centro Paula Souza, e do ensino público profissionalizante no Estado de São Paulo.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º grau e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 06 mai. 2018.

CENTRO PAULA SOUZA. **Observatório Escolar**. Disponível em: <http://oe.cps.sp.gov.br/>. Acesso em 15 jun. 2018.

CENTRO PAULA SOUZA. **Plano Plurianual de Gestão**. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/planoescolar/>. Acesso em 15 jun. 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1987**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1988**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1989**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1990**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1993**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1994**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1995.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1996.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1997.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1998.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1999.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2000.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2001.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2002.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2003.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2004.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2005.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2006.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2007.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2008**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2009 – 2013**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2010 – 2014**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2011 – 2015**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2012 – 2016**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2013 – 2017**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2014 – 2018**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2015 – 2019**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2016 – 2020**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2017 – 2021**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, C. P.; CATANI, D. B. (orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete plano escolar. In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/plano-escolar/>. Acesso em: 29 de jun. 2018.

SÃO PAULO. **Lei complementar n. 444, de 27 de dezembro de 1985.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1985. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/lei.complementar-444-27.12.1985.html>. Acesso feito em 05 jun. 2018.

SÃO PAULO. **Deliberação CEETEPS n. 003, de 18-7-2013.** Aprova o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

AS ARTES MENORES, O ENSINO DO DESENHO E A VALORIZAÇÃO DO OFÍCIO NA SOCIEDADE AMPARENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Camila Araújo Gonçalves

Universidade Estadual de Campinas/Unicamp

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, inserida no eixo temático “Organização, preservação e difusão da memória em instituições de educação profissional”, dedicou-se a análise da produção do mobiliário dos alunos de marcenaria e entalhação da então Escola de Artes e Ofícios, atual Etec João Belarmino, da cidade de Amparo no período entre as décadas de 1910 a 1950. Atividade na qual a arte e a técnica se misturam em um momento de valorização da técnica em detrimento ao artífice e do saber fazer, devido às mudanças advindas do surgimento das indústrias no Brasil e que teve significativa importância social para a cidade do interior paulista. O período abordado justifica-se pelas mudanças que ocorreram no início do século XX, em uma recém-formada república, que tentava se modernizar – e foi quando surgiram as primeiras escolas profissionais.

A ideia para a pesquisa surgiu a partir do interesse nas artes e ofícios e no objetivo de entender como se deu a passagem de um trabalho voltado para as artes para um trabalho permeado pela técnica e como isso se deu em uma sociedade que se transformava. Essas transformações no campo do trabalho puderam ser analisadas através da criação dos Liceus e Escolas Profissionais, com enfoque no Estado de São Paulo, que surgiram como resposta às novas necessidades das indústrias que necessitavam, e cada vez mais, de mão de obra capacitada.

A relação entre a arte a técnica também foi exposta a partir da produção do mobiliário produzido pelos alunos do Liceu de Artes e Ofícios de Amparo, que se matriculavam na escola para aprender um ofício que desse alternativas de vida em uma sociedade que era predominantemente rural, mas que já despontava para a realidade industrial. Nesse contexto, em que a técnica começou a se sobrepor à arte, as escolas ainda mantinham como disciplina obrigatória a todos os alunos o Desenho,

mas não apenas as escolas, como o Estado também passou a valorizar esse desenho para preparar seus alunos. Na década de 1930, no Estado de São Paulo, foi criada a Superintendência do Ensino Profissional que regulava as Escolas Profissionais, numa tentativa de padronização do currículo, e que também ficou responsável pelo envio dos desenhos que os alunos de marcenaria copiavam para produzir o mobiliário. Nesse campo dos móveis brasileiros, a cópia dos estilos europeus se deu até meados da década de 1940 (BLEICH, 2016, p. 138), sofrendo forte resistência dos artistas à massificação da produção do mobiliário, atribuindo a esse tipo de produção a falta de design e qualidade.

É a partir da década de 40 também que se inicia a reivindicação de um estilo brasileiro de mobiliário e não mais uma simples cópia do que se havia feito na Europa. No acervo do Liceu de Amparo há um conjunto de fotografias dos móveis produzidos pelos alunos de marcenaria, em que se percebem características de um móvel compatível com a realidade do Brasil.

A cidade de Amparo está situada no leste do interior paulista (a 138,7 km da capital); inseriu-se no ideal republicano de civilização e progresso, pois, na segunda metade do século XIX, com o advento da produção do café, a preocupação das elites amparenses era de remodelar a cidade de acordo com um projeto urbanístico racional que incluiria a criação de bairros operários, áreas para instalação de indústrias, novos traçados para as ruas, jardim público, introdução de novos modelos arquitetônicos etc. (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO BELARMINO, 2011). Tal projeto, assim como o estilo de vida, os padrões de consumo de bens e serviços espelhavam-se nos modelos europeus, principalmente franceses e ingleses. Para as elites, progresso, civilização e modernidade também significavam eliminar tudo aquilo que pudesse contradizer essa visão. Desta forma, os mendigos, os ociosos, desocupados e meninos de rua, por eles vistos como representantes do atraso, teriam que ser resgatados daquela situação de flagelo. Uma alternativa moderna para resolver a situação e diversificar atividades como prestação de serviços e formação profissional para o setor industrial foi a criação de uma escola que capacitaria esses jovens para o mercado de trabalho; esse projeto se consolidou com a criação do Liceu de Artes e Ofícios no início da década de 1910.

Amparo, no início do século XX, apresentava-se como um dos grandes polos produtores de café do interior paulista, mas a crise da superprodução no setor cafeeiro fomentou ideais alternativos para substituir as atividades agrícolas e, assim, veio o interesse em criar na cidade uma escola como a Escola de Artes e Ofícios. Assim como em todo o Brasil e, principalmente no Estado de São Paulo, o café foi o propulsor da indústria,

assim como as primeiras fábricas surgem em seu beneficiamento e, a partir de seu capital, a decadência do mesmo proporcionará o desenvolvimento da indústria no Brasil.

A industrialização no Brasil chegou com cerca de 100 anos de diferença em relação à Europa, a mão de obra capacitada ainda era muito dependente dos estrangeiros e, no início, ainda as fábricas nacionais eram vistas com qualidade inferior. Por isso e pelos novos anseios da república anteriormente citados, liceus e escolas profissionais são criados no país. Na capital paulista, foram criadas as Escolas Profissionais Masculina e Feminina do Brás, pelo Decreto nº 2118-B, em de 28 de novembro de 1911. Estas voltavam-se ao público a partir de 12 anos de idade, mas incluíam o público adulto.

Nesse contexto, o coronel João Belarmino Ferreira de Camargo, político da cidade com influências no governo do estado e membro ativo da elite amparense, com objetivo de inserir a cidade nos moldes da capital que criou liceus para atender à demanda industrial do início do século XX, iniciou o projeto de trazer para a cidade o Liceu de Artes e Ofícios (Figuras 1 e 2), escola que teve início às suas atividades em 1º de fevereiro de 1913 e, segundo o livro de matrícula nº12, desse mesmo ano, matricularam-se 36 alunos no curso de eletricidade, 38 no curso de marcenaria e 32 no curso de correaria. (ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS DE AMPARO, 1919, p. 1)



Figura 1 – Fachada da Escola de Artes e Ofícios de Amparo, década de 1910.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec João Belarmino, em 2016.

2. A ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS DE AMPARO

A Escola de Amparo, no transcorrer de sua existência, sofreu várias transformações em relação aos cursos e aos currículos, além de ter mudado de nome diversas vezes. O primeiro nome dado à escola foi Escola de Artes e Offícios de Amparo. Depois, vieram outros nomes: Escola Profissional, Escola Industrial, Ginásio Industrial, Centro Interescolar, Colégio Técnico, Escola Estadual de Segundo Grau, Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau e atualmente Escola Técnica Estadual sendo que, a partir de 1936, passou a utilizar o nome do “Coronel João Belarmino”, em homenagem a seu patrono, que financiou a implantação da instituição.



Figura 2 – Alunos em atividades na Seção de Marcenaria, na década de 1940

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec João Belarmino, em 2016.

No momento da criação do Liceu, a indústria de mobiliário no Brasil ainda era incipiente - é, na verdade, praticamente inexistente até a década de 1930, contavam com poucas fábricas destinadas a essa produção, conforme Marcia Bleich (2017) aponta em seu texto sobre o mestre Tenreiro. Existiam, nesse período, em São Paulo, poucas fabriquetas que desenvolviam mobiliários mais simples para a classe dos assalariados e cinco fábricas que se dedicavam à produção de móveis de luxo de alta qualidade (BLEICH, 2017, p. 140), e que resistia à produção em massa, valorizando

muito a arte e o desenho. Contudo, apesar da indústria amparense ser iniciante, na verdade a produção de mobiliário deu-se na cidade através de oficinas, ainda havia a possibilidade de se empregar em fábricas de outras localidades, como foi descrito pelo diretor Horácio Augusto da Silveira no relatório da Superintendência da Educação Profissional de 1936. (SILVEIRA, 1937)

O que nos leva a acreditar que a Escola de Artes e Ofícios de Amparo não só formava mão de obra para a localidade, mas também para atender à demanda de operários das grandes cidades. Além disso, alguns alunos, como Sylvio Vichi, formado na primeira turma da Escola Profissional de Amparo, tornou-se mestre, lecionou no curso de marcenaria por muitos anos. Enquanto outros construíram suas próprias oficinas na cidade e em outras regiões – o que atesta a contribuição do Liceu para as atividades na região. O projeto, que incluía a criação da instituição, tinha como objetivo fazer com que o excedente populacional do campo fosse qualificado na sua própria cidade, para depois partir para as fábricas de São Paulo e região. Isso pode ser observado a partir do texto do cartaz informando sobre a abertura das matrículas para 1930:

Os officiaes diplomados pela Escola de Amparo, são avidamente procurados pelas grandes e pequenas industrias do Estado de São Paulo. Dos proprietários de officinas mechanicas e de marcenarias, de São Paulo e de outras importantes cidades do Estado, tem o Director da Escola recebido cartas, solicitando-lhe o encaminhamento para suas officinas, dos rapazes diplomados por este estabelecimento, o que prova o valor do ensino profissional aqui ministrado. (ESCOLA PROFISSIONAL DE AMPARO, 1930)

Entre 1911 e 1931, as escolas profissionalizantes no Estado de São Paulo estavam submetidas à Secretaria do Interior de São Paulo; já entre 1931 a 1934, passaram a ser subordinadas à Secretaria de Educação e Saúde do Estado. Apenas a partir de 1934, que se organizam de forma independente, visto que a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica estava diretamente subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública.

3. SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

A Superintendência do Ensino Profissional vai ser de importância para os estudos dos mobiliários produzidos pelos alunos de Amparo. Nos primeiros anos da Superintendência (1936 a 1947), quem presidiu o órgão estadual foi Horácio Augusto da Silveira, antigo diretor da Escola Profissional de Amparo.

Em sua gestão na Superintendência, Silveira implantou formas administrativas que já havia experimentado enquanto era diretor da Escola de Artes e Ofícios de Amparo, em que consistia realizar exposições com os trabalhos realizados pelos alunos. Podemos dizer que o Liceu de Amparo, como mantém o status até hoje, mas nunca sendo de fato um Liceu, teve uma atuação bastante precisa na cidade, com exposições periódicas de móveis, máquinas e artefatos projetados e executados pelos alunos. A escola chegou a ter uma exposição permanente para vendas dos produtos do trabalho dos alunos e professores em um prédio adquirido pela escola no centro da cidade. No período compreendido entre 1920 a 1950, a seção industrial de Marcenaria era responsável pela maior parte da renda conseguida na escola.

Os primeiros cursos oferecidos pela instituição foram: Desenho, Matemática, Eletricidade, Carpintaria e Selaria. O curso de Desenho e a Seção de Plástica constituíram-se como instrumentos importantes na configuração dos demais cursos e suas seções, especialmente para as Seções de Marcenaria e Entalhação.

Os cursos funcionavam segundo uma estrutura escolar dividida em curso teórico, considerado com base comum, ministrado pelos professores de Português, Matemática e Desenho e, pelo curso prático, ministrado pelos mestres nas oficinas e que se destinava à formação profissional.

Os alunos/artífices aprendiam a construir móveis, seus estilos e ornatos. Na década de 1930, os desenhos de móveis e peças, oriundos da Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo, serviam de modelos para serem estudados pelos alunos. Nas oficinas, esses desenhos/modelos eram utilizados para a produção dos móveis e para os entalhes, segundo um programa pré-determinado, que exigia constante avaliação dos mestres, seguindo as etapas subsequentes, consolidando um processo de produção do mobiliário artístico, atendendo a uma solicitação do mercado. (Figura3)

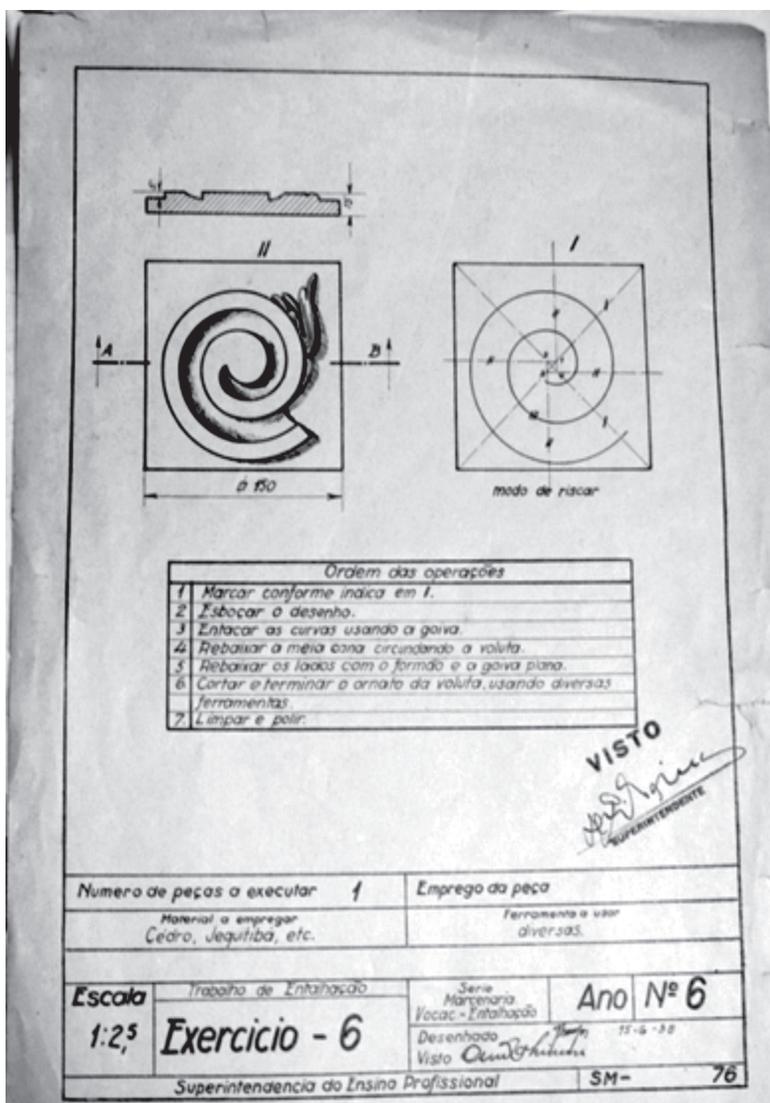


Figura 3 – Exercício das séries metódicas utilizadas pelos alunos de Marcenaria do Liceu de Artes e Ofícios de Amparo e que foram enviados pela Superintendência do Ensino Profissional (SILVEIRA, 1937)

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fotografia: Camila Araujo Gonçalves, em 2016

Era o desenho que dava o primeiro passo para o processo de criação e a produção do mobiliário artístico e de outras peças. Se por um lado o desenho norteava e disciplinava os alunos para a confecção de produtos nas oficinas, por outro exaltava o caráter artístico. Os móveis, produzidos na Escola de Artes e Ofícios de Amparo, baseavam-se no repertório de modelos e estilos largamente utilizados nos Liceus de Artes e Ofícios do Brasil para a produção do chamado mobiliário artístico. Na instituição de Amparo, entre os estilos predominantes na época, destacavam-se o Chippendale, o Regence, o Colonial Português, o Rococó e o Renascença Italiana, que foram difundidos e utilizados nas Seções de Marcenaria e Entalhação. (BORGES, 2007)

As seções industriais capacitaram os alunos a entrar no mercado de trabalho mais capacitados técnica e artisticamente pois, apesar de ser uma prática mecânica, os alunos tinham contato com diversos estilos artísticos. Há alguns estilos recorrentes nos desenhos enviados pela Superintendência, estilos europeus que pareciam não se adequar ao clima e às condições encontradas no Brasil, porém a história do mobiliário brasileiro remonta-se ao mobiliário europeu. Lúcio Costa, arquiteto e urbanista brasileiro do século XX, no texto escrito para a introdução de um álbum de fotografias de móveis brasileiros, que não foi impresso, destinado à Feira Internacional de Nova Iorque, escreveu que o mobiliário brasileiro é o desdobramento do mobiliário português, já que o Brasil foi colônia de Portugal até 1822. (COSTA, 1939)

Os estilos eram copiados, principalmente dos portugueses, mas a matéria-prima era brasileira (Figuras 4 e 5). Os mestres artesãos, na América portuguesa, eram portugueses ou filhos deles, os nacionais, sejam eles negros ou índios, eram os ajudantes que ficavam sob os olhos dos mestres¹. A partir da discussão já estabelecida sobre os objetivos da criação das escolas profissionais, nas primeiras décadas do século XX, a intenção era de capacitar o trabalhador nacional, assim como os estrangeiros eram capacitados.

Esses mobiliários, hoje, são encontrados dentro da Escola Técnica Estadual João Belarmino, um conjunto de escritório, produzido na década de 30, que compõe o mobiliário da sala da direção (Figura 6). Há relatos de móveis nas casas de ex-alunos e filhos de ex-alunos (estes que se orgulham muito de falar sua ligação com a escola). E há também um altar produzido pelos alunos de marcenaria (Figura 7), que compõe o mobiliário da igreja matriz da cidade (PEREIRA, 2007). Como podemos ver na série de doze fotos, realizadas nas dependências do *Liceu* de Amparo, na Seção de Marcenaria.

¹ Marcelo Mac Cord (2009) trabalhou essa relação entre negros e brancos dentro da oficina e a formação de negros como artífices no Liceu de Artes e Ofícios de Recife.



Figura 4 – Desenho de uma mesa elástica para jantar, estilo D. João V, enviado pela Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec João Belarmino, em 2016.

Fotografia: Camila Araujo Gonçalves, em 2016.

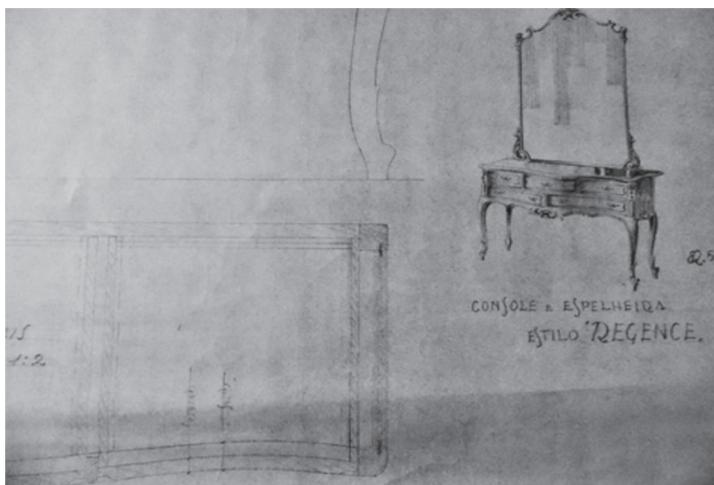


Figura 5 – Desenho de penteadeira estilo Regence enviado pela Superintendência do Ensino Profissional.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec João Belarmino

Fotografia: Camila Araujo Gonçalves, em 2016.



Figura 6 – Fotografia da sala da direção da Etec João Belarmino
Fotografia: Camila Araujo Gonçalves, em 2016.



Figura 7 – Grupo de alunos e professores que participaram da construção do Altar do Congresso Eucarístico de Amparo, nas dependências da Seção de Marcenaria da Escola, 1944.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec João Belarmino, em 2016.

Na ocasião da visita de uma comitiva formada por políticos locais e representantes eclesiásticos, selecionei uma delas que apresenta um móvel ao centro, um altar, e um grupo de

pessoas ao seu redor, tendo anotações no verso com os dizeres “Grupo de Oficiais, mestres e demais pessoas que trabalharam na construção do altar do Congresso, 13 de agosto de 1944”.

Esses estilos, considerados ultrapassados para época em relação ao que se tinha na Europa, eram os mais procurados pelos consumidores. Por isso, para os artesãos e as poucas indústrias que existiam nessa época, não havia necessidade de se mexer em algo que tinha saída e procura, conseqüentemente ocorreu uma resistência à produção em massa de artistas, e também a adequação do mobiliário a um estilo que pudéssemos chamar de nacional. – vemos isso apenas com o artesão Joaquim Tenreiro, que trabalhou em indústrias de móveis, mas que defendia o ofício e a arte manual, e nessas indústrias copiava os estilos clássicos, porém já reivindicava um estilo nacional, com matéria-prima do país e com formas leves e mais ergonômicas, que se adequassem ao clima e ao estilo de vida do país, porém nunca perdendo o estilo, a arte como princípio. É dele um dos primeiros mobiliários modernistas do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Escola Profissional de Amparo, encontramos desenhos que tendem a um estilo nacional, porém os móveis encontrados correspondem apenas àqueles referentes aos estilos clássicos. É na década de 50 que a modernização do mobiliário brasileiro ganha força e características próprias, inserindo aí a produção de massa e o fortalecimento da indústria. Percebe-se ainda a tentativa de se aliar arte e técnica, e os alunos de marcenaria de Amparo tentarão se adequar a essa nova demanda.

Percebemos isso a partir da análise de fotografias das exposições ocorridas no prédio pertencente à escola, na rua 13 de maio, no centro de Amparo, em que os mobiliários eram vendidos. A partir da análise das fotografias das exposições, de documentos e através do próprio mobiliário, tentou-se entender se havia alguma reivindicação por parte dos alunos e do mercado de produzir móveis com uma identidade nacional e, também, a adequação à indústria e sua produção em massa. Tentar entender quem estava comprando esses novos móveis, numa cidade que não teve um grande desenvolvimento da indústria moveleira, mas que teve muitas oficinas criadas pelos ex-alunos do Liceu. A partir da análise desses desenhos e do mobiliário construído pelos alunos de seção de marcenaria de Amparo, não conseguimos identificar uma cópia perfeita dos moldes enviados pela Superintendência – vimos estilos recorrentes e motivos artísticos que se repetem – o que leva a acreditar que se valorizava a técnica, mas ainda falamos de artes e tradição de um ofício, de uma individualidade que se reproduz no trabalho e sua produção.

Conforme defende Richard Sennett (2015) em “O Artífice”, e, em outra obra intitulada “Juntos”, todas as habilidades, até mesmo as mais abstratas, têm início como práticas corporais: o entendimento técnico se desenvolve através da força da imaginação. Acreditar nessa relação é enxergar para além da suposta divisão entre corpo e alma, entre trabalho manual e trabalho intelectual; é acreditar que todo trabalho necessita, ao mesmo tempo, dos braços e da inteligência.

Para John Ruskin (1992), em “As Pedras de Veneza”, na moderna sociedade industrial, devido à opção pela mecanização, haveria uma perda das Artes Menores ou, artes decorativas, por essas terem sido desvalorizadas ao serem separadas das chamadas Grandes Artes. Tanto que William Morris considera “As Grandes Artes” inacabadas quando não acrescentada as “Artes Menores”, em que o mesmo as define como artes decorativas, que foram sendo desvalorizadas quando estas foram separadas das outras artes.

Para Morris (2003, p. 113), que valoriza o trabalho manual, “os homens procuram embelezar seu cotidiano” daí o serviço da decoração “dar prazer na utilização das coisas que forçosamente tem que utilizar e fazer”. Ele complementa que as Artes Decorativas são expressão do homem pela beleza, alegam o trabalho do artesão e dos simples trabalhadores que com ela convive. Ele exemplifica dizendo que povos oprimidos e nações livres tiveram consolo e felicidade com elas. Com o advento das indústrias, essa dissolveu os valores e laços humanos qualitativos em favor de uma uniformização da vida, subjugada por máquinas. A reabilitação do artífice é assim um ponto vital para a compreensão da valorização do desenho e do ensino em pleno século XIX.

Assim, a valorização do trabalho se torna justificativa para a preservação dos mobiliários, que são símbolos importantes para a cidade, mais especificamente da memória do antigo Liceu, pois expõe não apenas a estética e a técnica alcançadas pelos seus alunos, mas o desenvolvimento das artes e dos ofícios e a inserção do artífice na sociedade.

5. REFERÊNCIAS

BLEICH, Marcia Campos. Joaquim Tenreiro: Mobiliário Moderno Artesanal. **Jangada:** Colatina/Chicago, n. 8, jul. – dez., 2016 – ISSN 2317-4722.

BORGES, Adélia. [et. al.]. **Coleção Museu da Casa Brasileira.** São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2007.

COSTA, Lucio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** 1939, p. 149-162.

ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS DE AMPARO. **Livro de Matrículas n. 1 (1913 – 1919)**, p.1. Acervo do Centro de Memória da Escola Estadual João Belarmino, de Amparo, em São Paulo.

ESCOLA PROFISSIONAL DE AMPARO. **Folheto de divulgação das matrículas para o ano de 1930**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual João Belarmino, de Amparo, São Paulo, em 2016.

GABRIEL, José Fernando. Projeto de HAE 2009 no Centro Paula Souza. **A imprensa e o centenário da Etec João Belarmino**: a cobertura jornalística sobre o trabalho, as ciências, as artes e as tecnologias no processo histórico de transformação da sociedade (1900 a 1925). Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual João Belarmino, 2009.

ESCOLA ESTADUAL JOÃO BELARIMINO. **Livro em comemoração aos 100 anos de fundação do Liceu de Artes e Ofícios de Amparo**. Amparo: ETEC João Belarmino. Centro Paula Souza. Governo do Estado de São Paulo, 2011.

MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836 – 1880**. Orientador: Silvia Hunold Lara. 2009, 377 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MORRIS, William. **As artes menores e outros ensaios**. Lisboa: Ed: Antígona, 2003.

PEREIRA, Paulo Roberto Accorsi. **O fazer e o aprender**: uma interação singular na produção de mobiliário artístico da Escola de Artes e Ofícios de Amparo. 163 f. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, SP, 2007.

RUSKIN, John. **As pedras de Veneza**. Tradução Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Trad. Clóvis Marques. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVEIRA, Horácio Augusto. **Relatório da Superintendência da Educação Profissional de Doméstica, subordinada diretamente ao Secretário da Educação do Estado de São Paulo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1937.

O CURSO DE MECÂNICA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DA ESCOLA TRAJANO CAMARGO

Marlene Aparecida Guiselini Benedetti
Escola Técnica Estadual Trajano Camargo

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema de pesquisa apresentado no presente trabalho recaiu sobre o curso de Mecânica da Escola Técnica Estadual (Etec) Trajano Camargo, entre 1953 e 2018, ou seja, da implantação da Escola Industrial Trajano Camargo até hoje. O recorte temporal foi dividido em cinco partes: na primeira, o curso Industrial Básico e o Extraordinário de Mecânica; na segunda, o curso Técnico em Mecânica, nas décadas de 1970 e 1980; na terceira, as mudanças estruturais e curriculares do Técnico em Mecânica, nas décadas de 1980 a 1990; na quarta, a implantação do Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM) – ETIM Mecânica; e, na quinta, a contribuição do curso de Mecânica para a formação do acervo do Centro de Memória da instituição escolar.

A realização desse estudo permitiu, por meio da recuperação de parte do patrimônio cultural de memória e história da escola, perceber como o curso de Mecânica forjou, em certo sentido, o Trajano Camargo como escola técnica de qualidade, em Limeira e região.

As fontes de pesquisa foram os documentos do arquivo escolar: da Diretoria Acadêmica provieram as atas dos resultados de aproveitamento e os prontuários de alunos; da Diretoria de Serviços, os prontuários de professores e os livros pontos e, da Diretoria, as grades curriculares dos cursos. Pertencem ao acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo as entrevistas com alunos e professores, os artefatos, as fotografias, os vídeos usados para a construção da cultura escolar. O material arquivístico, fotográfico, audiovisual, coletado e produzido, foi arquivado em pastas políondas e digitais no Centro de Memória institucional.

2. O ENSINO INDUSTRIAL BÁSICO E O EXTRAORDINÁRIO

O Brasil, na década de 1950, assistiu a um grande crescimento das cidades e de indústrias, muitas delas multinacionais. Tal cenário não era diferente no município de Limeira, no interior do Estado de São Paulo. Ao término de 1959, o valor da produção industrial era de CR\$ 3.098.223,00 (três milhões, noventa e oito mil, duzentos e vinte e três cruzeiros), produzidos por 228 estabelecimentos industriais. Desses, 227 eram de indústrias de transformação. As principais eram de produtos alimentares (com 42 estabelecimentos), minerais não metálicos (32), mecânica (27), metalurgia (21), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (17), mobiliário (16), material de transporte (12), editorial e gráfica (11) e madeira (10), segundo o censo industrial do IBGE (1960). O Suplemento Histórico da Gazeta de Limeira (1980) trouxe que,

As indústrias do ramo metalúrgico-mecânico fabricavam máquinas operatrizes para madeira e beneficiamento de cereais, máquinas de costura industrial, furadeiras, soldadeiras, punçadeiras, prensas e engraxadeiras, mancais e buchas para rolamentos e peças para a indústria automobilística (rodas, cilindros para freios, radiadores, silenciosos e tanques). (GAZETA DE LIMEIRA, 1980, p.42)

O desempenho econômico do município por si só justificaria a instalação de cursos da área industrial, como os de Mecânica na Escola Industrial Trajano Camargo. Em 1953, a escola ofereceu o curso Industrial Básico de Mecânica de Máquinas e o Extraordinário de Torneiro e Ajustador Mecânico. Uma publicação no jornal da cidade, encaminhada pelo diretor da escola Creso Assumpção, traz os objetivos de criação desses cursos e indica que estes estavam claros no edital de matrícula sobre as primeiras séries.

Os cursos Industriais Básicos (diurnos), destinam-se à formação de artefices em Mecânica de Máquinas e Fundição, habilitando-os para o trabalho eficiente nas indústrias, bem como para fornecer-lhes os elementos necessários à continuação dos estudos nos Cursos de Mestría e Técnicos. Os cursos Extraordinários de Iniciação e Continuação visam dar aos operários que trabalham nas indústrias, o aperfeiçoamento necessário ao seu trabalho, habilitando-os à execução de melhores tarefas compatíveis com o conhecimentos que serão adquiridos. (GAZETA DE LIMEIRA, 24 de janeiro de 1954 *apud* BENEDETTI, 2013, p. 325)

Nas palavras de Osmar Bacan (2012), que foi aluno da terceira turma do curso de Mecânica de Máquinas: “Nem todos os estudantes tinham intenção de trabalhar na produção, alguns, montaram sua própria empresa, e outros se tornaram gerentes”. Quanto ao ginásio industrial, era diurno e integral, de quatro anos, começou a funcionar em março de 1953, no prédio finalizado, e voltado para a Rua Sargento Pierroti, e os candidatos, do sexo masculino, deveriam ter entre 12 e 17 anos, e se aprovados no exame de admissão, de Matemática, Português, História e Geografia, podiam se matricular. O currículo se dividia em cultura geral: Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, História/Geografia do Brasil; em cultura técnica: Desenho Técnico, Forja, Fundição, Ajustagem, Serralheria, Máquinas Operatrizes, Tecnologia, Construção e Montagem de Máquinas, Ferramentaria; e nas práticas educativas: Canto Orfeônico e Educação Física.

Durante a análise de prontuários de alunos da década de 1950, identificou-se que a promoção era por nota, de zero a cem, e, com frequência mínima de 75%, nas disciplinas de cultura geral e de cultura técnica, e, por frequência, em práticas educativas.

Em 1954, foi criado o curso de Fundição que sempre teve baixa demanda. A extinção, desse curso foi sugerida pela Comissão Especial do Departamento do Ensino Profissional, na reunião de 9 de janeiro de 1962, quando o diretor Creso Assumpção Coimbra apresentou os dados solicitados pela Circular nº 55 de 13 de dezembro de 1961, reunidos no livro encadernado “Documentos Históricos 1961 – 1962” (ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO, 1962, p.3), e que pertence ao acervo documental do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, desde 2018.

O Curso Industrial Extraordinário, noturno, se destinava aos maiores de 15 anos, do sexo masculino. Após a aprovação nas provas de Matemática e Português, os matriculados começaram a frequentar as aulas, em abril de 1953. As séries recebiam os nomes de Iniciação (1ª), Continuação (2ª) e Complementar (3ª). O currículo era “enxuto”, com as mesmas disciplinas, nos três anos. Em cultura geral: Matemática e Português; em cultura técnica: Desenho, Tecnologia e Oficina. Não eram ministradas aulas de Canto Orfeônico e de Educação Física. As seções eram Torneiro Mecânico e Ajustador Mecânico. Em 1955, foi introduzida a Habilitação de Desenho Técnico Mecânico.

O corpo docente, no geral, era jovem. Os históricos de mestres das disciplinas técnicas consultados na Diretoria de Serviços evidenciaram sua formação em mestría nas escolas industriais de 2º ciclo de Jaú, de Ribeirão Preto e de Campinas. Os professores de cultura geral e de práticas educativas ou eram normalistas ou licenciados. O professor de Português era Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, o de Ciências, em Farmácia, e o de Educação Física, no curso superior de Educação Física. Os cargos eram providos por concurso e por permuta. A nomeação por indicação política ocorria, de acordo com a professora Daisy Santiago Ramello. (2013)

As entrevistas realizadas, entre 2010 e 2013, autorizadas e transcritas, com os professores Celestino Mikami e Júlio Abbade, e com alunos das três primeiras turmas de formandos de 1955, 1956 e 1957, Everaldo Chinellato, Osmar Bacan, José Carlos Faveri, Nairo Ferlin cumpriram a dupla função de fornecer informações para trabalhos escritos sobre o passado escolar e de ampliar o acervo do centro de memória, com doações de fotografias, convites de formatura e diplomas. As narrativas versaram sobre as práticas pedagógicas, os relacionamentos interpessoais, a ocupação do espaço de dimensões reduzidas, o cotidiano. Explicaram, por exemplo, por que o término das aulas no período noturno podia ser às 22 ou 23 horas. Dependia de ter ou não energia elétrica nas salas. Os alunos chegaram a trabalhar nos tornos à luz de velas. Disseram que não havia intervalo entre as aulas, à noite, que não havia cantina, nem almoço para os alunos do curso integral. Também disseram que todos iam para casa, a pé ou de bicicleta, e voltavam para as aulas da tarde. Outras lembranças: que o Prof. Júlio Abbade, de Educação Física, se recorda é que usava as obras da construção do prédio para a prática de exercício, e que os dois serventes, um branco e um preto, de nome Waldemar, eram ex-pracinhas da Força Expedicionária Brasileira. Já a análise de documentos revelou que o diretor Creso Assumpção Coimbra era atento ao cumprimento do horário de trabalho do corpo docente e administrativo, ao cumprimento da lei e do regimento interno. O descumprimento, dependendo da gravidade, poderia resultar em advertência no Diário Oficial do Estado.

Foi lembrado que a escola industrial participava ativamente das festividades da comunidade limeirense, confeccionando em suas oficinas, grandes carros alegóricos para os desfiles cívicos, assim como andor para padroeira, nas procissões católicas.

Os alunos adotaram uniforme e criaram carteirinha para o cinema. Foram marcantes na edificação do nome da escola industrial, como foi dito pelo Prof. Mikami. (2011)

Na década de 1960, algumas mudanças aconteceram na instituição escolar: a conclusão do prédio principal, o que tornou possível a abertura de curso para o sexo feminino (Corte e Costura); a inauguração da Quadra de Esportes; o Troféu Fumagalli recebido pelo coral regido pela Profa. Dyrcea Ciarrochi¹; a contratação de mais professores com licenciatura plena; a aplicação de metodologias inovadoras e a montagem de salas ambiente dinamizaram as aulas de algumas disciplinas; a colocação, no jardim externo, do busto do patrono Trajano Camargo, esculpido em bronze sobre uma coluna de granito. O ginásio industrial se tornou concomitante, funcionando em um único período, com

1 Dyrcea Ricci Ciarrochi lecionou Canto na Escola Trajano Camargo, durante 25 anos (c.1955 – 1980) Com o Coral Limeirense ganhou o Troféu Fumagalli como o melhor conjunto vocal do ano. O Troféu Fumagalli há anos homenageia pessoas e equipes de destaque na sociedade limeirense. O troféu de 1964 foi preservado e hoje faz parte do acervo do centro de memória escolar. D. Dyrcea fez a música do Hino à Limeira.

aulas aos sábados, e mais três horas, no período da manhã, em um dia da semana, para completar a carga horária. As turmas eram mistas nas aulas de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Desenho, mas separadas em turmas femininas e masculinas nas aulas práticas de Canto e de Educação Física.

O relatório apresentado pelo Diretor Creso Assumpção Coimbra, na reunião de 9 de janeiro de 1962, em São Paulo, deu a conhecer os cursos oferecidos pela escola industrial: o Pré-industrial; o Básico Industrial de Mecânica de Máquinas e de Fundição, para o sexo masculino e o de Corte e Costura, para o sexo feminino; o curso Extraordinário de Torneiro Mecânico, Ajustador Mecânico e Desenho Técnico Mecânico; o de Aprendizagem de Mecânica Geral, Modelador de Fundição e Costureira. As vagas oferecidas, em 1962, para o curso Básico Industrial: 35 para o sexo masculino e 35 para o sexo feminino; Mecânica Geral, 20, no diurno, e 22, no noturno; Modelador de Fundição, 8, no diurno; Costureira, 15, no diurno e 15 no noturno. (ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO, 1962, p.1-2)

A Escola Industrial passou a se chamar Ginásio Industrial Estadual Trajano Camargo, a partir de fevereiro de 1965. O ensino de 1º Grau, de oito anos, deixou de ser oferecido, e as últimas turmas de 8ª série², receberam o certificado em 1978.

3. O CURSO TÉCNICO EM MECÂNICA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Do ponto de vista político, desde 1964, o Brasil era governado por militares – marechais e generais do Exército. O período mais opressivo ocorreu a partir de 13 de dezembro de 1968, com a vigência do Ato Institucional nº 5. A política econômica recessiva de anos anteriores foi substituída pela euforia do “milagre econômico”³, de curta duração. A crise do petróleo em 1973 provocou um grande aumento no preço do petróleo importado e cessou a entrada de capital estrangeiro a juros baixos. O crescimento econômico não mais se sustentou, o consumo da classe média foi contido, e o arrocho salarial continuou a ser a política econômica do regime.

2 O certificado de conclusão foi recebido por nove turmas, do período noturno, turmas mistas de Desenho Técnico/Economia Doméstica ou masculinas de Desenho Técnico ou Mecânica de Máquinas, no total, 211 alunos matriculados, sendo que 182 foram promovidos.

3 “Milagre econômico brasileiro” expressão cunhada para designar o período de 1968 a 1973, caracterizado por elevado crescimento do Produto Interno Bruto, ancorado na expansão do crédito e do consumo, marcado por grandes obras públicas e endividamento externo.

Em Limeira, nos anos 1970, estavam em funcionamento, dentre outras, as Máquinas Varga S.A., Indústrias Emanuel Rocco S.A., Indústria Máquinas Invicta S.A., Rockwell do Brasil – Divisão Fumagalli, Equipamentos Varga S.A., Mastra Ind. e Com. Ltda., Newton S.A. Ind. e Com., IGÊ – Irmãos Galzerano, Companhia União dos Refinadores – Açúcar e Café, Indústria de Máquinas Mazutti Ltda., Burigotto S.A. Ind. e Com., Bertolotto & Grotta Ltda., Rodabrás Ind. Bras. de Rodas e Autopeças Ltda. Empresas estrangeiras, estadunidenses, inglesas, alemãs, criaram vínculos com algumas delas – Fumagalli, Invicta, Varga. (GAZETA DE LIMEIRA, 1980, p. 42)

No Ginásio Industrial Estadual Trajano Camargo, em 1974, foi autorizado o funcionamento de uma classe da Habilitação Profissional de 2º Grau de Técnico em Metalurgia. Nos anos seguintes, já com a denominação de Centro Estadual Interescolar (CEI), foram criadas as Habilitações Profissionais de Eletromecânica, Economia Doméstica e Desenhista de Ferramentas e Dispositivos, em 1975; Nutrição e Dietética, em 1976, e Decoração, em 1977.

O Técnico em Mecânica foi autorizado pela Resolução nº 11 de 27/01/78, publicada no Diário Oficial do Estado de 01 de fevereiro de 1978. A primeira turma do Técnico em Mecânica começou como segunda série, em 1978. A primeira série, chamada 2º Grau Básico, funcionava com doze turmas mistas, nos períodos da manhã e à noite. Adriano Alves, antigo aluno do curso técnico, lembrou que “No PIP [Programas de Informação Profissional], a professora nos alertava sobre os diversos cursos existentes no mercado, não só aqui na escola. De repente, nós falávamos de um curso de Contabilidade que não era oferecido no Trajano, na época, mas evidenciava muitos cursos daqui – Metalurgia, Eletromecânica, Nutrição, Mecânica” (ALVES, 2018). A Tabela 1 traz a composição das três primeiras turmas do curso Técnico em Mecânica, de quatro anos: 1ª (1978 – 1980) e 2ª (1979 – 1981), turmas do período noturno, 3ª (1980 – 1982), turmas oferecidas no período diurno e noturno.

Tabela 1 – As três primeiras turmas do curso Técnico em Mecânica, entre 1978 e 1982.

Ano	série	curso	turno	nº de classes	turma	Matriculados.	promo-vidos	retidos	Desis- tentes	transfe- rência
1978	1ª	2º.bas.	M/N	12	mista	500	37,6%	34,2%	23,6%	4,6%
	2ª	mec.	noite	1	masc.	28	53,6%	35,7%	10,7%	0
1979	1ª.	2º.bas.	T/N	10	mista	514	38,1%	11,1%	46,7%	4,1%
	2ª	mec.	noite	1	masc.	50	54%	20%	26%	0
	3ª.	mec.	noite	1	masc.	15	93,3%	0	0	6,7%
1980	1ª.	2º.bas.	D/N	09	mista	421	23,5%	34,7%	34,9%	6,9%
	2ª	mec.	D/N	03	masc.	129	44,9%	24,8%	20,9%	9,3%
	3ª.	mec.	noite	01	masc.	26	84,6	11,5	3,8%	0
	4ª.	mec.	noite	01	masc.	14	85,7%	0	14,3%	0
1981	1ª.	2º.bas.	T/N	08	mista	367	39,2%	27,2%	33,5%	0
	2ª.	mec.	noite	03	masc.	118	50%	5,9%	44,1%	0
	3ª.	mec.	M/N	03	masc.	87	64,4%	11,5%	23%	1,1%
	4ª.	mec.	noite	01	masc.	22	77,3%	0	22,7%	0
1982	1ª.	2º.bas.	M/N	08	mista	401	44,4%	14,7%	40,9%	0
	2ª	mec.	noite	02	masc.	65	49,2%	10,8%	40%	0
	3ª.	mec.	noite	01	masc.	44	70,5%	9,1%	20,4%	0
	4ª.	mec.	noite	01	masc.	49	69,4%	2%	28,6%	0

Fontes: Secretaria Acadêmica. (CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR TRAJANO CAMARGO, 1978 – 1979; ESCOLA DE 2º GRAU TRAJANO CAMARGO, 1980; ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS TRAJANO CAMARGO, 1981 E 1982), em 2018.

Para as Habilitações Profissionais, a partir da 2ª série podia-se receber alunos provenientes de outras instituições escolares de 2º Grau. As elevadas taxas de retenção e de desistências foram observadas nessa série, menores na 3ª e 4ª séries. Mas, na 4ª série, houve desistentes, em número significativo entre 1980 e 1982. Alguns deles foram para a faculdade e abandonaram o técnico, de acordo com Alves (2018). A tabela 2 apresenta a grade curricular do curso Técnico em Mecânica, entre 1978 e 1980.

Tabela 2 – Grade curricular do Técnico em Mecânica, 1ª turma (1978 – 1980)

2ª série (1978)	3ª série (1979)	4ª série (1980)
LPLB	Técnica de Redação em Língua Portuguesa	
Inglês		
Educação Moral e Cívica	OSPB	
História	Órgãos de Máquinas	Órgãos de Máquinas
Geografia	Tecnologia de Materiais, Máquinas e Ferramentas	Resistência dos Materiais
Matemática	Mecânica Aplicada	Mecânica Aplicada
Física Aplicada	Física Aplicada	
Matemática Aplicada	Matemática Aplicada	Tecnologia dos Materiais, Máquinas e Ferramentas
Biologia e Programas de Saúde	Produção Mecânica	Produção Mecânica
Técnicas de Redação em Língua Portuguesa		Ensaio Tecnológicos dos Materiais
Eletrotécnica	Organização e Normas	Organização e Normas
Desenho Técnico de Mecânica	Desenho Técnico de Mecânica	Desenho Técnico de Mecânica
Educação Física	Educação Física	Educação Física
Ensino Religioso	Ensino Religioso	Ensino Religioso
Estágio Supervisionado		360 horas

Fontes: Diretoria (CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR TRAJANO CAMARGO, 1978 - 1979; ESCOLA DE 2º GRAU TRAJANO CAMARGO, 1980), em 2018.

Com base na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1971), referente à educação geral, havia o núcleo comum com as matérias de Comunicação e Expressão (conteúdo específico de língua portuguesa e literatura brasileira – organização social e política brasileira, a partir de 1978), Ciências (Matemática, Física, Química, Biologia e Programas de Saúde). Na parte de formação especial, a parte diversificada, com as disciplinas instrumentais e o mínimo profissionalizante; Estágio Supervisionado de 360 horas.

A entrevista com Alves (2018) trouxe algumas informações sobre a cultura material escolar no CEI Trajano Camargo, entre 1979 e 1982. Afirmou que os professores eram rígidos, mas muito amigos. Como exemplo, citou o Prof. Luiz Carlos Zacharias, de Física: “Ele era muito duro, mas explicava e tirava dúvidas fora da sala de aula, muitas vezes, e sem reclamar. Fazia, à mão, listas de exercícios com as respostas, reproduzidas no mimeógrafo, que eram distribuídas para os alunos que quisessem”.

Alves (2018) relatou que o Prof. Celestino Mikami, de Oficina, além da parte prática da Mecânica, se preocupava em envolver os estudantes com a história do Brasil. Acrescentou que tanto esse professor como outros – André Fior e Arnold Baccan, foram seus colegas de trabalho na empresa Fumagalli. Deu um destaque ao Professor Paulo Silveira⁴, de Resistência dos Materiais, que “dava uma aula tão bem dada e a nossa formação era tão boa que, quando fui para a engenharia, eu via o pessoal sofrendo doidamente com Física e Resistência dos Materiais e eu, nadando de braçada”. Disse que as notas variavam de A até E. Se o aluno ficasse com 11 pontos, ou menos, ia para o exame final, em dezembro, e que “tirar nota não era fácil e as provas eram bem complicadas, bem elaboradas”, dizendo que,

[...] O Laboratório de Mecânica ficava no mesmo lugar de hoje, no canto da Rua Santa Cruz com a Sargento Pierroti. Nós tínhamos tornos, plaina limadora, fresadora. Mas não eram máquinas novas, eram máquinas um pouco ultrapassadas. [...] Eram suficientes para as aulas. Havia bastante ferramentas como lima, esquadro, martelo. Havia tornos, mas não eram modernos, eram um pouquinho ultrapassados já. (ALVES, 2018)

Durante a entrevista, o Prof. Paulo Silveira (2018) destacou que as máquinas da Oficina de Mecânica

[...] eram antigas, com correia, algumas com engrenagem. Os melhores tornos (havia vários) eram os Romi. Já o torno inglês, o Cardiff, era o xodó dos professores. Só alguns alunos tinham a chance de mexer com ele. Eu tive essa oportunidade. Mas as máquinas eram bem mais simples do que as de hoje, com muito menos recursos. Para você fazer alguma coisa específica tinha dispositivos e dispositivos para pôr na máquina. Hoje, o torno CNC faz brincando em muito menos tempo e produz muito mais. (SILVEIRA, 2018)

4 O Prof. Paulo César Pires da Silveira lecionou várias disciplinas técnicas no Trajano Camargo, entre 1980 e 2001. Foi paraninfo da turma de 1982 de Técnico em Mecânica. Adriano Alves lembrou que a colação de grau foi no auditório da escola, que a missa foi rezada na Igreja Santa Terezinha e que a formatura foi simples, sem festa.

4. MUDANÇAS ESTRUTURAIS E CURRICULARES NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Entre fevereiro de 1980 e maio de 1994, ocorreram algumas mudanças na escola Trajano Camargo, como as várias denominações: Escola Estadual de 2º Grau (EESG), de fevereiro de 1980 a fevereiro de 1982; Escola Estadual de 1º e 2º Graus (EEPSG), de fevereiro de 1982 a dezembro de 1990; e Escola Técnica Estadual de Segundo Grau (ETESG), de dezembro de 1990 a maio de 1994. (BENEDETTI, 2018, p. 89)

Outras mudanças foram quanto aos cursos oferecidos: a extinção do curso Técnico de Economia Doméstica, em 1981; a criação de seis classes de 1ª a 4ª série do 1º Grau, com a transferência de alunos e professores da EEPG Cel. Flaminio Ferreira de Camargo para o prédio do Trajano Camargo, em 1984; o início da Habilitações Plenas de Técnico em Secretariado e de Técnico em Química e a Habilitação Parcial de Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas, em 1987; a extinção do curso de Técnico em Decoração, em 1988, e de Desenho de Ferramentas e Dispositivos, em 1990; a autorização para manter classes de 5ª a 8ª séries do 1º Grau, em 1990; a instalação da Habilitação Parcial Auxiliar Técnico de Eletroeletrônica, em 1992; a implantação da Habilitações Parciais de: Auxiliar Técnico de Metalurgia, Mecânica, Química, Nutrição e Dietética e Eletroeletrônica; e a substituição do curso de Técnico de Eletromecânica pelo de Técnico em Eletroeletrônica, em 1993.

Por fim, em 1994, ocorreu a transferência da administração da escola Trajano Camargo da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e, em seguida, para a o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza⁵, autarquia com cursos técnicos e tecnológicos.

Mas, antes dessa transferência de secretarias, quase cem escolas técnicas fizeram parte, durante três anos, da Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais (DISAETE), órgão responsável pelo ensino técnico em São Paulo.

Para ilustrar esse período de mudanças, foi selecionada a grade curricular da Habilitação Profissional Plena de Técnico em Mecânica, entre 1992 e 1995, conforme a Tabela 3. Essa grade curricular estava de acordo com a Lei Federal nº 5.692/71 que, na parte comum (anteriormente denominada educação geral) abrangia as matérias do núcleo comum – Português, Estudos Sociais, Ciências e Matemática e os correspondentes

5 A ETESG foi transferida da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico por meio do Decreto nº 34.032 de 22 de outubro de 1991 (DOE. de 23/10/91), a partir de 1º de janeiro de 1992. A transferência para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza foi concretizada pelo Decreto nº 37.735, de 27/10/93 (DOE de 28/10/93), a partir de 1º de janeiro de 1994. O Trajano Camargo passou a ser Escola Técnica Estadual (ETE).

componentes curriculares (antes, denominados conteúdo específicos) mais os componentes do art. 7º. (Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica). Na parte diversificada, constavam matérias do mínimo profissionalizante e matérias de livre escolha da escola (art. 5º). A carga total do curso era de 4.480 horas, com 360 horas de estágio supervisionado: 60+100+200, respectivamente, na 1ª, 2ª e 3ª séries.

Tabela 3 – Técnico em Mecânica: grade curricular para o turno noturno/diurno (1992 – 1995)

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira
Inglês	Inglês		
Educação Artística	Educação Moral e Cívica	Mecânica Aplicada	Mecânica Aplicada
História	Organização e Normas		Órgãos de Máquinas
Geografia			
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Física	Física	Física	
Química	Química	Resistência dos Materiais	Resistência dos Materiais
Biologia			Eletrotécnica
	Produção Mecânica	Produção Mecânica	Produção Mecânica
	Tecnologia dos Materiais, Máquinas e Ferramentas	Tecnologia dos Materiais, Máquinas e Ferramentas	Projetos de Ferramentas e Dispositivos
	Desenho Técnico de Mecânica	Desenho Técnico de Mecânica	
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física
Ensino Religioso	Ensino Religioso	Ensino Religioso	Ensino Religioso

Fonte: Diretoria (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU – 1992 a 1995), em 2018.

A grade curricular do Técnico em Mecânica apresentada na Tabela 3 se aplicava aos turnos noturno e diurno, com a duração de 40 semanas, nos anos de 1992 e 1993, e 36 semanas, nos anos de 1994 e 1995. Uma outra mudança curricular anotada foi que, de 1993 a 1996, coexistiam duas grades curriculares, uma para o período diurno – curso integral de três anos, com 4.720 horas e 800 horas de estágio. Outra, para o noturno, com quatro anos de duração, sem estágio. A 4ª série correspondia ao estágio.

Em 1997, teve início, na ETE Trajano Camargo, o curso de Técnico em Mecânica em três semestres ou três módulos. Com base na Lei Federal – era a de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, a chamada “organização curricular – curso Técnico em Mecânica – área industrial” teve início no 1º semestre de 2001. Assim foi até 2010, quando passou a ter quatro módulos, tal qual os cursos Técnicos de Química e de Eletroeletrônica. Os cursos Técnicos de Administração, Metalurgia, Nutrição e Dietética eram cumpridos em três módulos.

5. A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO – ETIM MECÂNICA

A modalidade de ensino técnico integrado ao médio (ETIM) foi implantada na Etec Trajano Camargo em 2014. No 1º semestre, foram formadas quatro classes de 1ª série das Habilitações Profissionais de Técnico em Administração, Eventos, Mecânica e Nutrição e Dietética. Geralmente, as aulas da manhã eram dadas por professores da formação geral (Base Nacional Comum) e, à tarde, pelos professores da formação profissional. Oito turmas de ensino médio – 2ª e 3ª séries, matutino, dividiam o espaço escolar. Os alunos dos cursos técnicos modulares frequentavam as aulas ou no período da tarde ou da noite.

A matriz curricular do ETIM Mecânica, para os anos de 2014, 2015 e 2016 era a seguinte: 1ª série, em formação geral as áreas de Linguagem (Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional, Inglês e Comunicação Profissional, Artes, Educação Física, História, Geografia, Filosofia e Sociologia), área de Matemática (Matemática) e área de Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia), totalizando doze disciplinas. Nas 2ª e 3ª séries, as mesmas disciplinas, menos Artes. A primeira turma de ETIM Mecânica concluiu a 3ª série em 2016. A tabela 4 discrimina a qualificação e as disciplinas técnicas do ETIM Mecânica, nas três séries.

Tabela 4 – Qualificação profissional técnica e disciplinas da Habilitação Profissional de Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio (2014 – 2017)

1ª série	Assistente Técnico em Processos Industriais	Desenho Técnico Mecânico; Metrologia; Tecnologia Mecânica; Segurança do Trabalho e Meio Ambiente; Ética e Cidadania Organizacional; Processos de Fabricação I – 6 disciplinas
2ª série	Assistente Técnico em Mecânica	Desenho Auxiliado por Computador; Processos de Fabricação II; Resistência dos Materiais e Ensaio Tecnológicos dos Materiais; Automação Industrial I; Organização Industrial; Aplicativos Informatizados – 6 disciplinas
3ª série	Técnico em Mecânica integrado ao médio – 4.240 horas; TCC- 120 horas	Processos de Fabricação III; Projetos Mecânicos; Automação Industrial II; Organização Industrial; Manutenção Mecânica e Soldagem; Planejamento e Desenvolvimento do TCC em Mecânica – 6 disciplinas

Fonte: (CENTRO PAULA SOUZA, 2013).

Algumas considerações podem ser traçadas sobre as mudanças nos componentes/disciplinas nas grades/matrizs curriculares, a partir da década de 1970. A introdução de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, nos anos 70, teria o objetivo de despertar a brasilidade, o nacionalismo, o pertencimento ao país comandado pelos militares. O Ensino Religioso, facultativo para o aluno, mas obrigatório para a escola, com uma aula semanal, atenderia à influência da Igreja Católica, posto que a população era (ou dizia ser) predominantemente católica. Não há registro se essas aulas foram ou não ministradas, se os alunos assistiram ou não. Quanto a Português, foi ministrado com denominações e conteúdos variados: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira; Técnica de Redação em Língua Portuguesa; Leitura e Produção de Texto; Linguagem, Trabalho e Tecnologia; Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional.

Certas disciplinas técnicas permaneceram ao longo desses quarenta anos como Organização e Normas (hoje, Segurança do Trabalho, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente), Resistência dos Materiais, Produção Mecânica, Tecnologia dos Materiais, Mecânica Aplicada. A Matemática e Física Aplicadas hoje, no ETIM, são Fundamentos da Matemática e da Física Aplicados à Mecânica. As disciplinas de Metrologia, Projetos Mecânicos, Automação são mais recentes. O Estágio Supervisionado deu lugar ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O Desenho Técnico Mecânico está presente em todas as grades. Contudo, como observou o Prof. Paulo Silveira (2018) durante entrevista:

[...] Desenho mudou muito. Uma das coisas que mais mudou no curso de Mecânica foi essa questão de desenho, porque desenho, antigamente, era na prancheta. Para fazer um desenho, dependendo do desenho, demorava dias e dias – era aquele papel pardo, a lápis, depois passava no papel vegetal com caneta nanquim para poder tirar cópia. Hoje em dia, com o computador, essa questão de desenho facilitou muito, muito, muito. Um dos programas é o AutoCAD. O próprio dispositivo tem lá armazenado parafusos, rolamentos, engrenagens que você pode ir agregando, não precisa desenhar. Então, desenho é uma coisa que facilitou muito. Mas o cara tem que ter a base do desenho, tem que saber riscar alguma coisa, se não, não vai conseguir fazer também no AutoCAD. (SILVEIRA, 2018)

Se os primeiros alunos não tinham nem prancheta para desenho, hoje podem aprender desenho técnico no computador, com a ajuda de *softwares*. Esse foi o recado incluso na entrevista que o professor José Henrique Heydman Jr.⁶, concedeu, em 2016, a um grupo de alunos ingressantes no ETIM:

[...] os laboratórios de Química, de Mecânica, de Metalurgia, eram muito pobres em equipamentos. Aos poucos a gente foi ganhando muita coisa da indústria e foi-se montando os laboratórios. Hoje, nós não temos laboratórios de primeira, mas atendem a todas as especificações técnicas mínimas para um curso técnico na área que você for fazer. [...] Então as oficinas nossas, hoje, são oficinas boas. A nossa parte de *software* é uma das partes mais modernas. Nossos *softwares* são atualizados anualmente. Então, hoje, o Trajano, em termos, principalmente, de Mecânica, que é a área de vocês, está bem. Se vocês fizeram o curso direitinho, fizeram bem feito, estudarem, levarem a sério, com certeza, vocês vão conseguir alguma coisa, porque material tem, uma oficina boa de mecânica tem, laboratório de ensaios está muito bom, tem equipamentos bons para medição para aula de Metrologia [...] tem principalmente o *software*, *AutoCAD*. Todos os *softwares* aí, *SolidWorks*, estão aí, são de primeira qualidade. [...] Eu, como coordeno estágio aqui, recebo

⁶ José Henrique Heydman Jr. (2016) foi aluno da escola Trajano Camargo no Ginásio, formou-se em Engenharia Mecânica, foi Professor, Coordenador dos Cursos de Mecânica, Metalurgia e Eletroeletrônica, Diretor por oito anos (2004 – 2012) e é o atual Auxiliar Técnico Administrativo (ATA). Em 2016, concedeu uma entrevista a alunos da 1ª série do Etim Mecânica. Era um trabalho para a disciplina de Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional.

muito pedido de empresa precisando de técnico, de estágio. Para vocês, é mais difícil porque estudam o dia inteiro, mas eles querem pessoas que tenham essa noção boa de *AutoCAD* e de usinagem, que saibam calcular. Com certeza, vão conseguir um emprego legal, ou irem para faculdade e se darem muito bem. [...] O curso de Mecânica é o que mais emprega, se for ver, tudo tem mecânica. Se o aluno se dedicar e estudar bastante ele vai ter muito campo. Pode ir para uma área de projeto, uma área de manutenção, área de produção, de gerente, enfim, tem muita coisa para fazer. Se ele fizer uma engenharia então, vai ficar mais preparado. (HEYDMAN JR., 2016)

Nos dias de hoje, as aulas práticas no Laboratório de Mecânica são ministradas para grupos de até vinte alunos, usando o equipamento de proteção individual (EPI): sapato de bico de aço ou de PVC, óculos de proteção e calça jeans. Não são permitidos luvas, boné, máscara, pulseira, relógio, camiseta com manga comprida. Cabelos compridos devem estar presos. O Prof. Darci José Mestre utiliza o desempenho, a disciplina, a organização e a limpeza das máquinas no laboratório como um dos critérios de avaliação. O material para as aulas práticas é preparado pelo Auxiliar de Ensino, Reinaldo Dibbern, formado em Engenharia de Produção Mecânica.

O laboratório conta com dois tornos Nardini, duas fresadoras ferramenteiras, furadeira de piso, uma guilhotina, prensa viradeira “dobradeira”, calandra. Em 2018, recebeu uma bancada com diversos elementos de máquinas e um instrumento de aplicação de torque (torquímetro de estalo). Os equipamentos estão dentro das normas de segurança. O professor Darci afirmou que o laboratório é bom e funcional para as aulas e para o Trabalho de Conclusão de Curso. Todavia, não tem torno CNC, fresa e centro de usinagem CNC, nem tridimensional (máquina CNC para fazer a parte de metrologia das peças). Essas informações verbais foram prestadas para enriquecer a pesquisa e, como ele disse, “para nossas memórias não se perderem”.

6. CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE MECÂNICA NA FORMAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA

Um levantamento patrimonial dos bens materiais, realizado em 2014, levantou todas as ferramentas, máquinas e equipamentos do Laboratório de Mecânica, por determinação do Centro Paula Souza. Com o objetivo de conhecer alguns desses objetos para os estudos sobre o patrimônio cultural da escola, que tem sido coletado e organizado

há anos, faz-se uma breve descrição de alguns artefatos. Mas nenhum deles fazem parte do acervo do centro de memória escolar ou por serem grandes, serem inventariados e patrimonializados, ou por estarem em uso:

- **Furadeira manual:** máquina ferramenta ou máquina de trabalho que executa furos em ferro, madeira, plástico e alvenaria. Encontrava-se no almoxarifado do Laboratório de Mecânica. Foi substituída pela furadeira elétrica manual;
- **Compassos:** instrumentos científicos para medir diâmetros internos e externos e para traçar. Estavam guardados no almoxarifado do Laboratório de Mecânica. Esporadicamente, eram utilizados nas atividades práticas docentes;
- **Suta:** instrumento ajustável utilizado para medir e traçar ângulos. Uma haste de alumínio se conecta à lâmina de metal por meio de um parafuso borboleta. É uma peça simples;
- **Ferramentas variadas:** alicates, brocas, chaves de fenda, tesouras, talhadeiras e outras;
- **Fresadoras:** máquinas que transformam as peças cilíndricas em engrenagens. Eram usadas para fins didáticos. Na Oficina de Mecânica havia três: duas Sanches Blanes, sem data de fabricação, uma foi para descarte e a outra para a Etec Lauro Gomes. A outra fresadora era a modelo Sajo⁷. Essa máquina foi fabricada pela Sandés, Suécia, em 1951, em ferro fundido e aço, com 1.550 mm de altura, 1.330 mm de largura e 1.210 mm de comprimento. Com o tempo, apresentou problemas nos eixos X e Z. Quatro alunos do 3º módulo de mecânica (2013) decidiram reformá-la, como trabalho de conclusão de curso (TCC). Foi entregue ao Laboratório de Mecânica, em perfeitas condições de uso. Em 2016, foi transferida para a Etec Lauro Gomes, de S. Bernardo do Campo;
- **Plaina limadora** – Sanches e Blanes: máquina de aplainar superfície de peças chatas. Fabricação: outubro de 1976. Na Oficina de Mecânica há duas unidades;

7 Uma fresadora “Sajo”, universal – UF-48M, equipada com um aparelho divisor, um por quarenta (1:40); um cabeçote vertical com inclinação de trezentos e sessenta (360°) graus; um jogo de engrenagens; dois discos de furos; um macaco mecânico pequeno de apoio; uma barra tirante suporte, uma placa universal de oito (8) polegadas; três eixos porta frezas; um motor elétrico de três HP, duzentos e vinte/trezentos e oitenta (220/380) volts, cinquenta/sessenta (50/60) ciclos segs.; uma moto bomba para refrigeração, com condutor e torneira. Cor cinza aço. Descrição sob no. 18, fl. 2, do livro Escola Industrial “Trajano Camargo” de Limeira, Documentos Históricos 1961 – 1962, sem enumeração de página/folha.

- **Tornos mecânicos:** máquinas automáticas não programáveis para tornear peças cilíndricas. A Oficina de Mecânica tinha dois tornos IMOR, modelo Oficina 420, fabricados em 1970, barramento de 0,50m; 1 torno IMOR, modelo P 400, barramento de 1,20m, fabricado em 1970; oito tornos Micro Nardini, modelo 500 ES, fabricados em 1973 e construídos para as escolas técnicas (BENEDETTI, 2017);
- **Calibrador traçador:** instrumento para traçar ao redor de peças retas e cilíndricas, marca Mitutoyo;
- **Graminho:** traçador de peças cilíndricas.

Em 2017, alguns bens materiais de ensino foram transferidos para o Centro de Memória da Etec Trajano Camargo (Figuras 1, 2 e 3), com possibilidades de tornarem objetos musealizados, devido a esses artefatos terem fichas de registro de objeto, embora com algumas lacunas, e que estão descritos a seguir:

- **Arco de serra:** de uso nas aulas de artes industriais dos anos 1960, com cabo em madeira e arco em aço carbono, mas sem a serra;
- **Riscador:** em aço comum de baixo carbono, feito por antigo aluno;
- **Morsa nº 3:** fabricada em ferro fundido e aço, ferramenta montada sobre uma bancada, com mordentes, em bom estado e em funcionamento;
- **Compasso:** para medição profunda interna e externa, feito em aço inox;
- **Esquadro:** régua graduada em aço carbono e cabo em alumínio fundido, fabricado na Inglaterra;
- **Graminho:** réplica em miniatura, em aço inox usinado. Fabricação de Everaldo Chinellato, aluno da 1ª turma do curso Extraordinário de Torneiro Mecânico (1953 – 1955). A peça foi, por ele doada ao centro de memória;
- **Lunetas de apoio:** ferramentas usadas na usinagem de peças longas, acessórios de tornos mecânicos, feitas de aço carbono e ferro fundido, no total de cinco, como a luneta móvel de duas pontas ou sapatas.



Figura 1 – Graminho: traçador de peças cilíndricas

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, em 2018

Fotografia: Josiane Stahl, 2014



Figura 2 – Graminho

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, em 2018

Fotografia: Gleydson Souza, 2015

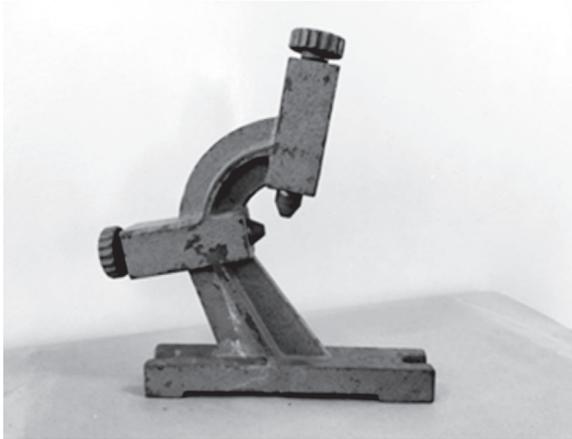


Figura 3 – Lunetas de apoio

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, em 2018

Fotografia: Gabriel Catai, 2017

Uma outra contribuição do curso de Mecânica para a construção da história da escola Trajano Camargo está materializada nos vários troféus esportivos conquistados nas décadas de 1960 e 1970, pelas equipes masculinas do curso ginásial de Mecânica de Máquinas, principalmente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “O curso Técnico de Mecânica na Escola Trajano Camargo” não foi esgotado. Essa seria a primeira parte, e a pesquisa poderá prosseguir com uma consulta aos alunos do período noturno e do ETIM sobre o ensino, os laboratórios, os professores e o mercado de trabalho. Poder-se-á apresentar gráficos dos resultados finais, contar com depoimentos orais dos atuais professores, coletar dados dos prontuários dos docentes para conhecer sua formação acadêmica.

Apesar das possibilidades futuras, o passado e o presente revelaram que os conteúdos e as habilidades desenvolvidas no curso Técnico e, antes dele, no Industrial Básico e no Extraordinário de Mecânica, tornaram possível àqueles empenhados e dedicados estudantes não só se tornarem profissionais competentes na produção, no chamado “chão de fábrica”, como se tornarem gerentes e mesmo empresários. (BACAN, 2012)

Enfim, o curso de Mecânica contribuiu com seus alunos, mestres e professores, para tornar essa instituição educacional uma escola técnica de qualidade que vem fazendo jus à figura de seu patrono, o Engenheiro Trajano de Barros Camargo, um dos pioneiros da indústria limeirense.

8. REFERÊNCIAS

ALVES, Adriano. **Entrevista concedida à professora Marlene A. Guiselini Benedetti**, em 30 de janeiro de 2018, na Sala de Reuniões da Etec Trajano Camargo, em Limeira. Disponível em: http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/percurso/HOEmtd_DocRE_AA2018.pdf Acesso em: 7 fev. 2021.

BACAN, Osmar. **Entrevista concedida à professora Marlene A. Guiselini Benedetti**, na Sala 4 do Centro de Processamento de Dados da Etec Trajano Camargo, em Limeira, 2012.

BENEDETTI, Marlene Aparecida Guiselini. A Escola Trajano Camargo de 1953 a 1956: o curso industrial básico e os extraordinários. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013, p. 317-334.

BENEDETTI, Marlene Aparecida Guiselini. Centro de Memória Trajano Camargo: organização do acervo. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Espaços, Objetos e Práticas**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018, p. 79-92.

BENEDETTI, Marlene Aparecida Guiselini. O patrimônio cultural da escola Trajano Camargo: um registro dos bens materiais. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Coleções, Acervos e Centros de Memória**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017, p. 325-342.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+PL+6416/2009. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR TRAJANO CAMARGO. Secretaria Acadêmica. **Livros de Registro e Controle do Resultado final do Rendimento Escolar, de 1977 a 1979**, 2018.

CENTRO PAULA SOUZA. Unidade de Ensino Médio e Técnico. **Plano de Curso da Habilitação Profissional de Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio**, 2013.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAU TRAJANO CAMARGO. Secretária Acadêmica. **Atas de Resultado Final de 1981 e de 1982**, em 2018.

ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU TRAJANO CAMARGO. Secretaria Acadêmica. **Livro de Ata de Registro de Resultados do Rendimento Escolar de 1980**, em 2018.

ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. Diretoria de Serviços. **Documentos Históricos 1961 – 1962**. Acervo do Centro de Memória Trajano Camargo, 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL TRAJANO CAMARGO. Secretária Acadêmica. **Livro de Registro e Controle do Resultado Final do Rendimento Escolar, de 1977 a 1982**, 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL TRAJANO CAMARGO. Diretoria. **Grades curriculares do curso Técnico de Mecânica, de 1978 a 2018**, 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU. Diretoria. **Grades curriculares do curso de Mecânica, 1992 – 1995**, 2018.

FERREIRA, Daisy Santiago Ramello. **Entrevista concedida à professora Marlene A. Guiselini Benedetti**. Residência em Limeira, 2013. Disponível em: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/historiaoraldocVer.php?cma=98&vol=9>. Acesso em: 7 fev. 2021.

GAZETA DE LIMEIRA. **Suplemento Histórico-1826 – 1980**. Limeira: Limeira Artes Gráficas, de 15 de setembro de 1980.

HEYDMAN JR. José Henrique. **Entrevista concedida a Gabriel Cordelina**. Sala da Diretoria da Etec Trajano Camargo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo industrial de 1960, São Paulo**. VII Recenseamento Geral do Brasil.Série Regional Vol. III. tomo VI, novembro de 1966, versão eletrônica.Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000363&m=2575&n=censodem1960rvol1t8. Acesso em: 7 fev. 2021.

MIKAMI, Celestino. **Entrevista concedida à professora Marlene A. Guiselini Benedetti**. Sala 5 do Centro de Processamento de Dados da Etec Trajano Camargo, 2011.

SILVEIRA, Paulo Cesar Pires da Silveira. **Entrevista concedida à professora Marlene A. Guiselini Benedetti**. Sala de Reuniões da Etec Trajano Camargo, 2018.

CONCEPÇÕES, RUPTURAS E PERMANÊNCIAS NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO BRASILEIRA ORGANIZADO POR COMPETÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO DO CENTRO PAULA SOUZA

Fernanda Mello Demai

Unidade de Ensino Superior de Graduação

1. INTRODUÇÃO

O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). A instituição administra 223 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e 71 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), reunindo cerca de 300 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos, em mais de 300 municípios. O Centro Paula Souza (CPS) dispõe, atualmente, de aproximadamente 100 cursos técnicos, classificados em 12 Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC – CNCT. A missão do CPS é, segundo sua página oficial, “Promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho”. (CENTRO PAULA SOUZA, 2018)

O Currículo Escolar (em Educação Profissional Técnica de Nível Médio) diferencia-se pela característica principal de direcionar-se à formação de perfis profissionais técnicos, ou seja: o conjunto de competências e atribuições que um profissional técnico é capaz de desempenhar em determinado cargo ou função ou como profissional autônomo.

A instituição organiza e desenvolve currículos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com a utilização de “competências profissionais” como categorias organizadoras do Currículo desde 2000. Abordaremos aspectos da institucionalização e características das ideologias subjacentes a esse tipo de organização curricular, a partir do estudo conceptual-terminológico a que nos propomos.

A materialização das competências profissionais, a unidade organizadora dos currículos do Centro Paula Souza, se dá a partir da formação de capacidades de mobilização de aparato teórico-prático, nos âmbitos científico, técnico, tecnológico, cultural e social, para intervenção profícua no mundo do trabalho – julgamos ser esse o diferencial curricular eufórico (positivo) do Centro Paula Souza, com o qual pretendemos justificar esse trabalho.

Neste trabalho, objetivamos demonstrar aspectos da concepção e da utilização dos conceitos ‘organização curricular por competências’ e ‘organização curricular por conteúdos’, em uma perspectiva de ‘concepções, rupturas e permanências’, que vai ao encontro do tema do evento VI Encontro de Memória e História da Educação Profissional: Concepções, Rupturas e Permanências, que aconteceu no Centro Paula Souza, em setembro de 2018, no âmbito do Eixo Temático – “Organização, preservação e difusão da memória em instituições de educação profissional”.

1.1 Rupturas e permanências em relação às categorias organizadoras do currículo

Nos paradigmas educacionais brasileiros concernentes à Educação Profissional e Tecnológica, há uma série de rupturas e permanências em relação às categorias organizadoras do currículo. As ‘competências’ e os ‘conteúdos’, muitas vezes, são tratados como conceitos opostos. Com a marca dessa tensão ideológica, provinda de fatores políticos, sócio-históricos e culturais, há uma oscilação legal (e das instituições) na adoção da categoria ‘competências’ para a organização de seus currículos, além de uma oscilação dos atores educacionais (professores, coordenadores, gestores) responsáveis pela execução e pela gestão dos currículos nas unidades escolares, seja por posicionamento consciente, seja por lapsos de apropriação de concepções pedagógicas. A natureza da escola técnica, por confundir-se, muitas vezes, com uma escola “padrão” de ensino médio, é múltipla: nela, coexistem professores da chamada ‘formação profissional’ e também professores da chamada ‘formação geral’. Há também alunos que se dizem mais interessados na formação geral ou na formação profissional, conforme seus objetivos de vida, nos casos de cursos que oferecem a formação profissional de forma integrada ao Ensino Médio.

A missão das instituições de ensino técnico de nível médio é justamente oferecer Educação Profissional Técnica, com os melhores padrões de qualidade, com o máximo de interação com todos os setores da sociedade, sobremaneira o setor produtivo, não obstante a forma de oferecimento do ensino técnico: articulada

(integrada/ concomitante) e subsequente ao Ensino Médio. O conceito de competências, que também é utilizado na Formação chamada “Geral”, muitas vezes é rechaçado pela vertente que o aproxima do setor produtivo, de uma certa “mecanização”, ou “alienação” de um “sujeito integral de um mundo ideal”.

2. APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Adotamos a acepção de *Terminologia* como estudo do termo técnico e ou científico; *terminologia* também pode significar o conjunto de termos de uma determinada área; assim, podemos nos referir à “terminologia da Educação”. De modo análogo, nos referimos à “literatura” da Educação, como conjunto de textos técnicos e ou científicos que representam o conhecimento especializado da área.

Nosso referencial teórico é composto por obras de autores que idealizaram e ou que trabalham com a Teoria Comunicativa da Terminologia e com a Teoria Sociocognitiva da Terminologia; essas duas teorias valorizam principalmente o estudo dos termos técnicos e ou científicos sob perspectivas do uso efetivo e significado dessas palavras nos textos fidedignos da sociedade “real”, que é marcada por interesses e tensões ideológicas, políticas e culturais.

Assim, busca-se valorização de aspectos sociológicos e de aspectos históricos que influenciam as linguagens de especialidade, considerando-se que os termos técnicos são palavras como as outras que não são técnicas ou científicas e que, assim, são condicionadas pela cultura, pela História e por fatores socioeconômicos, além das próprias características linguísticas (formação de palavras, significado, questões “gramaticais” e textuais pertinentes a todas as palavras. (BARBOSA, 2007); (CABRÉ, 1993); (CABRÉ, 1999); (DEMAI, 2014); (TEMMERMAN, 2001)

A metodologia a ser utilizada é pautada em análise conceitual e descrição terminológica, a partir da fundamentação teórico-metodológica extraída de teorias da Linguística e da Terminologia que preconizam o estudo de conceitos e de termos conforme suas funções comunicativa, social, cultural e histórica. O estudo é descritivo e as fontes são exclusivamente escritas, que se constituem em textos legais e por textos institucionais. Após a extração de termos com maior frequência, serão descritos os conceitos subjacentes, como foco nas categorias de organização curricular ‘competências’ e ‘conteúdos’.

2.1. Textos e termos técnicos e ou científicos, suas fontes e critérios para seu tratamento qualitativo e quantitativo

O *corpus* ou *corpus* textual é o conjunto de textos organizado de forma que possa ser analisado, conforme os objetivos da pesquisa terminológica.

Para a composição do *corpus* textual, foram selecionados textos representativos da área-tema; os textos foram produzidos em um período de 16 anos (2000 – 2016). As fontes constituem-se em documentos legais (legislações educacionais federais e estaduais), trabalhos acadêmicos, livros de pesquisadores independentes.

O *corpus* de análise é o conjunto de unidades terminológicas ou termos extraídos do *corpus* textual. Para esta pesquisa, estamos trabalhando com 23 termos, como amostragem de *corpus*. Termos são palavras técnicas e/ou científicas que representam o conhecimento especializado de uma área ou subárea do saber humano.

Como critério qualitativo para a seleção de unidades terminológicas, utilizamos a neologicidade ou a novidade ou inovação: foram coletados termos considerados neológicos ou novos (que surgiram nos textos depois do ano 2000, ano que marcou a instauração do paradigma da Educação Profissional por Competências no Brasil).

Como critério quantitativo, foi utilizada a frequência, o número de ocorrências: foram selecionados os termos com maior frequência.

Para a extração de termos, foi utilizada uma metodologia híbrida, aliando-se a análise humana, a leitura dos textos e a coleta “manual” das unidades terminológicas a uma ferramenta informatizada, o programa WordSmith Tools, cujos recursos preveem a extração e a ordenação de palavras, o cálculo da frequência, a extração das palavras-chave (mais representativas) e a extração de frases em que aparecem as palavras ou expressões (combinação de palavras, palavras compostas) (SCOTT, 2017).

As instituições pesquisadas, cujos textos serviram à extração de termos, foram: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (estado de São Paulo), Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego (governo federal do Brasil), além do trabalho de pesquisadores autônomos, conforme indicado nas referências, seguindo a metodologia de extração de termos e palavras de *corpus* linguístico.

3. PROPOSTA DE ANÁLISE CONCEITUAL E DESCRIÇÃO TERMINOLÓGICA

Apresentamos a seguir os termos que se constituem em nossa amostragem de *corpus* e as definições e análises linguísticas propostas, sempre em uma perspectiva de um estudo linguístico que visa enfatizar aspectos sociais, cognitivos e comunicativos da terminologia.

Para cada termo, serão apresentados dois campos: <definição> e <referência/ contexto sociocultural brasileiro>, descritos a seguir:

<**Definição**> = enunciado que descreve as principais características do termo definido, como a classe a que pertence e os elementos de significação que o diferenciam dos demais. Por exemplo, para a definição do termo “gato” em um dicionário de termos da Zoologia, o enunciado poderia iniciar-se por “felino” ou “mamífero” (=classe geral a que o termo definido pertence), com o acréscimo das características que particularizam o significado de gato, de modo que não seja confundido com outros termos da mesma classe, a exemplo de “tigre”, “leão”, “leopardo”, entre outros.

Especificamente sobre o tema deste trabalho, o termo: ‘avaliação por competências’ recebe a definição: ‘processo que aprecia e mensura o aprendizado, com atribuição de conceito relativo ao desenvolvimento de competências’ ou seja: trata-se de um processo que mensura o aprendizado (avaliação = classe), com a particularidade de ser uma avaliação de “competências” e não de outra coisa.

<**Referência/ contexto sociocultural brasileiro**>: este campo traz uma descrição geral da natureza das fontes em que o termo definido é encontrado, ou seja, se é efetivamente usado em textos legais, em trabalhos acadêmicos, em livros. Este campo não se confunde com referências bibliográficas, as quais podem ser consultadas sob a forma de listagem no fim do trabalho. A função desse campo é demonstrar que o termo existe nos textos da área, no Brasil.

Termo 1 – Currículo em Educação Profissional por competências

Definição:

Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado pelas categorias competências.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro: A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e dos respectivos planos de curso de uma expressiva representatividade das instituições de Ensino Técnico. A expressão consta de textos sobre Ensino Técnico.

Termo 2 – Currículo por conteúdos

Definição:

Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado pelas categorias conteúdos.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos, sobretudo de autores independentes, sobre Ensino Técnico.

Termo 3 – Avaliação por competências

Definição:

Processo que aprecia e mensura o aprendizado, com atribuição de conceito relativo ao desenvolvimento de competências, caracterizadas pela capacidade de mobilizar saberes das diversas áreas do conhecimento e capacidades pessoais, intelectuais e motoras, para a necessária solução de problemas do mundo real, sociais, do trabalho e da vida cotidiana.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

Avaliação por competências é um princípio da Educação por Competências. É um termo recorrente em artigos, livros, trabalhos de pesquisa, legislação que utilizam o termo nessa configuração, com esse sentido fixo. A expressão é recorrente na área de Educação.

Termo 4 – Avaliação por conteúdos

Definição:

Processo que aprecia e mensura o aprendizado, com atribuição conceito relativo ao desenvolvimento de conteúdos relacionados aos saberes das diversas áreas científicas, técnicas, tecnológicas e culturais, sem uma necessária aplicação desses conteúdos na solução de problemas da vida social, cotidiana ou do trabalho.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

“Avaliação por conteúdos” é conceito que aparece nos textos da Educação por Competências, justamente por ser considerado contraditório. É um termo recorrente em artigos, livros, trabalhos de pesquisa, legislação que utilizam o termo nessa configuração, com esse sentido fixo. A expressão é recorrente na área de Educação.

Termo 5 – Contextualização do ensino-aprendizagem

Definição:

Adequação do ensino-aprendizagem às circunstâncias, ambiente, espaço, tempo e fatores sócio-históricos, políticos e ideológicos.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

É um termo frequente em artigos, livros, trabalhos de pesquisa, legislação que utilizam o termo nessa configuração, com esse sentido fixo. A expressão é recorrente na área de Educação Geral.

Termo 6 – Educação por projetos

Definição:

Desenvolvimento de conhecimentos e habilidades ligadas ao saber humano e às práticas sócio-históricas, políticas e culturais realizado a partir da concepção de projetos.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

É um termo frequente em artigos, livros, trabalhos de pesquisa, legislação que utilizam o termo nessa configuração, com esse sentido fixo. A expressão é recorrente na área de Educação Geral.

Termo 7 – Solução de novos problemas**Definição:**

Processo e objetivos educacionais direcionados para o desenvolvimento de capacidades laborais, principalmente ligadas à adaptabilidade e à inovação de processos e de técnicas.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

É um termo frequente em artigos, livros, trabalhos de pesquisa, legislação que utilizam o termo nessa configuração, com esse sentido fixo. A expressão é recorrente na área de Educação.

Termo 8 – Solução de problemas**Definição:**

Processo e objetivos educacionais direcionados para o desenvolvimento de capacidades laborais, principalmente ligadas a contextualização de processos e de técnicas.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

É um termo recorrente em artigos, livros, trabalhos de pesquisa, legislação que utilizam o termo nessa configuração, com esse sentido fixo. A expressão é recorrente na área de Educação.

Termo 9 – Área profissional

Definição:

Categoria organizadora de currículos de Educação Profissional no paradigma brasileiro que vigorou de 2000 a 2009.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico. A expressão é recorrente nas áreas de Recursos Humanos/ Gestão, além da área de Educação Profissional e Tecnológica.

Termo 10 – Bases tecnológicas

Definição:

Conjunto sistematizado de conceitos, princípios, técnicas e tecnologias resultantes, em geral, da aplicação de conhecimentos tecnológicos a uma área produtiva, que dão suporte ao desenvolvimento das competências e das habilidades.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e de uma expressiva representatividade das instituições de Ensino Técnico.

Termo 11 – Competências

Definição:

Capacidades teórico-práticas e comportamentais direcionadas à solução de problemas do mundo real, que incluem questões sociais, do cotidiano e do trabalho, neste caso relacionadas a processos produtivos e gerenciais, em determinados cargos, funções ou de modo autônomo.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e de uma significativa representatividade das instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de textos de Educação Geral.

Termo 12 – Componente curricular da formação geral

Definição:

Divisões do currículo que organizam o desenvolvimento de temas afins relacionados ao Ensino Médio e às áreas científicas que o embasam. Compreendem conhecimentos e competências pertinentes a diversas áreas do saber, classificadas geralmente em linguagens, matemática e de ciências (tradicionalmente designadas por humanas, exatas, naturais), entre outros. Podem apresentar-se em forma de projeto interdisciplinar, envolvendo outros componentes da formação geral, bem como componentes da formação profissional.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e dos respectivos planos de curso de uma significativa representatividade das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

Termo 13 – Componente curricular da formação profissional

Definição:

Divisões do currículo que organizam o desenvolvimento de temas afins, pertinentes a saberes técnicos, científicos e tecnológicos que embasam o ensino técnico de nível médio. Correlacionam-se com atribuições, responsabilidades, atividades, competências, habilidades e bases tecnológicas, bem como uma ou mais funções produtivas. Podem apresentar-se em forma de projeto interdisciplinar, envolvendo outros componentes da formação profissional, bem como componentes da formação geral.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e dos respectivos planos de curso de uma significativa representatividade das instituições de Ensino Técnico.

Termo 14 – Conhecimentos**Definição:**

Conjunto sistematizado de conceitos e princípios resultantes, em geral, da aplicação de conhecimentos científicos a uma área produtiva, que dão suporte ao desenvolvimento das competências e das habilidades.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e dos respectivos planos de curso de uma significativa representatividade das instituições de Ensino Técnico. A expressão é recorrente na área de Educação Geral.

Termo 15 – Educação Brasileira tradicional**Definição:**

Processo e produto do ensino institucionalizado, formal, organizado por conteúdos curriculares canônicos (tradicionais, considerados relevantes no contexto científico, técnico, tecnológico e cultural, explicitados em diretrizes e parâmetros curriculares oficiais e veiculados em cursos de formação de docentes e em materiais didáticos).

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico. A expressão é frequente na área de Educação Geral.

Termo 16 – Eixo tecnológico

Definição:

Categoria organizadora de currículos de Educação Profissional no paradigma brasileiro a partir de 2009, que objetiva enfatizar a lógica da integração do conhecimento e das atividades inerentes às diversas áreas profissionais, bem como a inovação e a pesquisa contínua.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e dos respectivos planos de curso de uma expressiva representatividade das instituições de Ensino Técnico.

Termo 17 – Habilidades

Definição:

Capacidade de agir prontamente, mentalmente e por intermédio dos sentidos, com ou sem o uso de equipamentos, máquinas, ferramentas, ou de qualquer instrumento, mobilizando habilidade motora e uso imediato de recursos (partes e capacidades do próprio corpo, ferramentas e componentes físicos e virtuais) para a solução de problemas do mundo do trabalho

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e dos respectivos planos de curso de uma significativa representatividade das instituições de Ensino Técnico.

Termo 18 – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Definição:

Instrumento legal do governo federal do Brasil que regula a oferta dos cursos técnicos de nível médio, disciplinando nome, o perfil profissional, o mercado de trabalho, a carga horária mínima e as possibilidades de temas para cada curso técnico.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

O “Catálogo Nacional de Cursos Técnicos” constitui-se em um dos principais instrumentos legais que disciplinam o Ensino Técnico desde 2008, a ser seguido pelas instituições que ofertam cursos técnicos, tanto públicas como privadas.

Termo 19 – CBO

Definição:

Sigla de Classificação Brasileira de Ocupações, que se constitui em um catálogo descritivo de ocupações, profissões, cargos, classificados em famílias ocupacionais, que abrange o mundo do trabalho no país, tanto com vínculo empregatício, como de natureza autônoma.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão é recorrente nas áreas de Recursos Humanos/ Gestão. A CBO pode ser utilizada como um dos referenciais para a estruturação dos currículos dos cursos técnicos, bem como correlaciona-se com os cargos e ocupações encontrados em empresas e no universo do trabalho autônomo, podendo ser também um dos referenciais para políticas de cargos e contratações.

Termo 20 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Definição:

Legislação federal que regula a oferta de cursos pertinentes a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, disciplinando quesitos como carga horária, natureza e destinação de cursos técnicos, formas de planejamento, execução e gestão da Educação Técnica e utilização de instrumentos de referência e padronização de currículos (parâmetros e catálogos curriculares)

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

Constitui-se na principal diretriz legal para o Ensino Técnico de Nível Médio, emanada pelo poder federal e seguida pelas instituições de todo o país que ofertam esse tipo de ensino, tanto as escolas públicas como as particulares.

Termo 21 – Mundo do trabalho

Definição:

Descrição do campo de trabalho / emprego nos mais diversos setores da sociedade, que caracteriza as áreas, setores e atividades profissionais, além das condições, tendências e dinâmica do trabalho com vínculo empregatício ou do trabalho autônomo.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos sobre Ensino Técnico. A expressão é recorrente nas áreas de Recursos Humanos/ Gestão.

Termo 22 – Referenciais Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Definição:

Conjunto de diretrizes que regulam a oferta de cursos técnicos de nível médio, geralmente acompanhadas de conteúdos programáticos ou competências sugeridas; têm função de direcionar áreas ou eixos que organizam as habilitações profissionais.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

Constitui-se na principal diretriz legal para o Ensino Técnico de Nível Médio, emanada pelo poder federal.

Termo 23 – Perfil profissional

Definição:

Descrição sumária das atribuições, atividades e das competências de um profissional de uma área técnica, no exercício de um determinado cargo ou ocupação ou em trabalho autônomo.

Referência/ contexto sociocultural brasileiro:

A expressão consta de textos, sobretudo de autores independentes, sobre Ensino Técnico. A expressão é recorrente nas áreas de Recursos Humanos/ Gestão.

4. DISCUSSÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS CATEGORIAS “COMPETÊNCIAS” E “CONTEÚDOS” NA ORGANIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO: O LUGAR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Em uma abordagem epistemológica, ou seja, da discussão do conhecimento, de seus frutos, métodos e concepções, não concebemos as competências profissionais como categorias opostas, antagônicas ou “inimigas” do conhecimento, ou de um conhecimento pleno de um “ser humano integral”; a organização curricular por competências favorece o desenvolvimento de várias capacidades (de resolver problemas, de adaptar-se a situações novas, de utilizar conhecimentos prévios em situações-problemas conhecidas ou inéditas, de buscar novos conhecimentos para atender novas necessidades – que é o princípio da inovação).

Os termos relativos às competências no currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm referência no universo extralinguístico, no âmbito do contexto sociocultural brasileiro – ou seja: não são termos unicamente teóricos ou sem uso – sua aplicação é prática e atestada nos textos que fundamentam e disciplinam esse tipo de Educação. Perrenoud (1999) opõe a abordagem por competências ao enciclopedismo, mas não ao estudo da cultura geral:

A abordagem pelas competências não se opõe à cultura geral, a não ser que esta última receba uma orientação enciclopédica. Ao reduzir-se a cultura geral a uma acumulação de *conhecimentos*, por mais ricos e organizados que sejam, delega-se sua transferência e a construção de competências às formações profissionalizantes, com a exceção de certas competências disciplinares consideradas fundamentais. Essa não é a única concepção possível. A própria essência de uma cultura geral não será preparar os jovens para entender e transformar o mundo em que vivem? Por que a cultura iria tornar-se menos geral, se a transformação não passasse apenas pela familiarização com as obras clássicas ou pela assimilação de conhecimentos científicos básicos, mas também pela construção de competências que permitem enfrentar com dignidade, com senso crítico, com inteligência, com autonomia e com respeito pelos outros as diversas situações de vida? Por que a cultura geral não prepararia para enfrentar os problemas da existência?. (PERRENOUD, 1999, p. 35)

Dessa forma, direcionamo-nos para uma perspectiva de convergências e não de exclusões ou disparidades: as competências estão ligadas a um pleno desenvolvimento, além da atuação no mundo do trabalho.

A Educação por projetos, aliada a uma educação motivada (a que se atribui um conjunto de razões, de “funções” para existir) é uma das faces da Educação por Competências: é muito profícuo aliar o estudo à aplicação, com o oferecimento e avaliação de evidências de que o estudo tem seu valor, de que “serve” para quem o praticou nas situações de sua vida.

O Centro Paula Souza utiliza as categorias organizadoras do currículo “competências profissionais” para a educação profissional técnica de nível médio (em um *continuum* do paradigma dos anos 2000), assim como outras instituições públicas e privadas.

A descrição das competências, juntamente com a descrição das atribuições de um cargo, atividade ou função, forma o conjunto descritivo, sintético do perfil profissional, que se constitui em um único parágrafo, na maioria das vezes, que é a “alma” do currículo – desde currículos de cursos superiores, ou de cursos de nível médio, há um perfil subtendido – qual é o perfil do profissional egresso de um curso de Licenciatura em Letras – uma das atribuições possíveis seria “Ministrar aulas relacionadas à sua formação”? – uma atribuição do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas seria “Desenvolver softwares”? – ou “Programar computadores”? – haveria competências relacionadas a essas atribuições, como “Analisar softwares conforme as necessidades de usuários” ou “Correlacionar técnicas de ensino a processos de aprendizagem”?

Todas as áreas possuem um perfil profissional, como síntese de competências e atribuições. A oscilação legal não se justifica, pois os cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC (CNCT MEC) continuam apresentando um perfil profissional, como síntese de competências e atribuições, inclusive com referência explícita às famílias ocupacionais da CBO, a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, o que é mais que justificado, visto que o ensino profissional deve formar perfis para os quais haja trabalho, em um cargo, função ou de modo autônomo.

A seguir, exemplificamos um perfil de um curso do CNCT MEC, a fim de demonstrar sua constituição por descrição de competências e de atribuições.

4.1 TÉCNICO EM CONDOMÍNIO – 800 horas

Perfil profissional de conclusão

Executa as ações de procedimentos organizacionais, de recursos humanos, materiais, financeiros decorrentes das decisões das assembleias condominiais. Supervisiona a conservação e manutenção predial. Conduz reuniões e assembleias de condomínios. Elabora atas e relatórios de prestação de contas. Promove a integração dos condôminos.” (MEC. CNTC, Técnico em Condomínio, 2016)

No perfil indicado, o Técnico em Condomínio apresenta um conjunto de atribuições (famílias de atividades ligadas a um cargo, função ou trabalho autônomo) e competências (capacidades para a solução de problemas do universo do trabalho). Caso não fossem necessárias as competências como categorias organizadoras do currículo, seriam apresentados somente os conteúdos, ou temas, sem a discriminação das ações que são esperadas do profissional técnico – assim, verifica-se uma disparidade, pois o MEC hesita no postulado das competências, mas apresenta todas as descrições de perfis profissionais organizadas por competências.

São as competências que permitem “dosar” e direcionar o conteúdo, os temas, assim como são elas que permitem a avaliação se o problema foi resolvido ou se apenas o conteúdo foi absorvido e devolvido de forma exclusivamente memorizada. Além disso, com a organização do currículo por competências, é possível validar e justificar os conteúdos aprendidos, permitindo atribuição de significação ao que é ensinado

A fim de ilustrar essas considerações, citamos uma das frases que compõe o perfil profissional: “Executa as ações de procedimentos organizacionais, de recursos humanos, materiais, financeiros decorrentes das decisões das assembleias condominiais.” (MEC. CNTC, Técnico em Condomínio, 2016)

Para executar essas ações, quais capacidades são necessárias? Seria uma competência relacionada “Correlacionar decisões das assembleias condominiais às ações de procedimentos organizacionais, conforme as necessidades e demandas apontadas”? ou ainda “Dimensionar recursos humanos e recursos materiais necessários à execução das ações decididas em assembleias condominiais”? Poderiam ser associadas habilidades ou capacidades práticas “Selecionar recursos materiais e humanos para a execução de ações condominiais”? De todo modo, para atingir esse perfil, pensamos em competências, habilidades e atribuições, não em conteúdos, pois o conteúdo será selecionado e direcionado ao desenvolvimento de capacidades e não à memorização ou fins exclusivos de acúmulo de saberes – esses conhecimentos deverão ser utilizados e deverão “fazer sentido” nos processos de ensino e de aprendizagem.

Passemos à análise de outro item, que compõe a página do curso Técnico em Condomínio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC – “Infraestrutura mínima requerida”. (MEC. CNTC, Técnico em Condomínio, 2016)

– “Biblioteca e Videoteca com acervo específico e atualizado.
Laboratórios de Informática com programas específicos.”

Essa descrição sintética de infraestrutura, bem geral, indica que o curso precisa de acervo, softwares, laboratórios. Esse instrumental e esses espaços didáticos diferenciados destinam-se ao desenvolvimento de competências e de habilidades. Se tratássemos de um curso organizado por conteúdos, talvez a delimitação de espaços e recursos ficasse mais “livre”, pois dependeria da ênfase dada pelo docente ou pelo projeto pedagógico da escola a um ou a outro tema, o que também não deixa de ter seu mérito e seu valor – entretanto, se há essa exigência mínima e determinada de uma infraestrutura é porque esta é e deve ser totalmente adequada e pertinente ao perfil profissional organizado por competências e não exclusivamente por temas e conteúdos.

Vejamos a continuação do descritivo do curso: “Campo de atuação: Empresas de administração de condomínios”. (MEC. CNTC, Técnico em Condomínio, 2016)

Aqui, verifica-se que há a necessidade de atrelar a formação ao universo do trabalho: os cursos da Educação Profissional devem estar ligados diretamente às possibilidades de trabalho, como também para a continuidade de estudos. Os campos seguintes corroboram essas afirmações:

- “Ocupações CBO associadas: 510110-Administrador de Edifícios” (MEC. CNTC, Técnico em Condomínio, 2016)
- O perfil do curso técnico, intimamente ligado ao trabalho, já apresenta a família ocupacional da CBO – Classificação Brasileira de Ocupações relacionada.
- “Possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo: Zelador” (MEC. CNTC, Técnico em Condomínio, 2016)
- Este campo demonstra possibilidade de que o aluno já obtenha um certificado parcial relativo a um conjunto de competências que correspondem a um cargo ou ocupação, mas que não corresponde a uma formação técnica de nível médio.

- “Possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo: Especialização técnica em sustentabilidade. Especialização técnica em comunicação.” (MEC. CNTC, Técnico em Condomínio, 2016)

Esse campo prevê a possibilidade de oferecer um curso de especialização técnica de nível médio, conhecido informalmente como “pós-técnico” ou “pós-médio” – essa formação complementar corresponde a um conjunto de competências diferenciadas da formação técnica, mas que estão relacionadas ao curso técnico; pode ter foco na especialização de um ramo, atividade; trata-se do aprofundamento em um assunto, a essência da especialização. Para ingressar nos cursos de especialização técnica, é necessário ter completado um curso técnico, como requisito de ingresso.

- “Possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo: Curso superior de tecnologia em processos gerenciais. Bacharelado em administração.” (MEC. CNTC, Técnico em Condomínio, 2016)

Esse campo prevê também o aprofundamento de estudos, mas em nível superior de graduação. As instituições podem promover mecanismos de otimização da verticalização curricular, processo pelo qual se permite “subir”, metaforicamente, para outros níveis de ensino, como do médio-técnico para o superior de graduação e, deste, para a pós-graduação. Os cursos previstos num dado processo de verticalização curricular devem ser relacionados em termos de área profissional, eixo tecnológico ou campo de atuação.

Quanto aos instrumentos legais que normatizam a Educação Profissional, são verificadas também oscilações, rupturas e permanências, em uma espécie de *continuum* que vai do menos para o mais “marcado”.

Marcar-se em prol ou contra um fundamento ou uma prática pode ser ação sutil, como verificado na legislação brasileira. Em 2000, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, o Ministério da Educação (MEC) marcou-se de forma mais explícita em relação a romper o paradigma de Currículo em Educação Profissional Técnica focado em ‘conteúdos a serem ensinados’, com vistas a um novo paradigma, com foco nas ‘competências a serem desenvolvidas’. Em 2008, o paradigma do Ensino Técnico foi remodelado, deixando-se implícita a lógica das ‘competências profissionais’ no instrumento e respectiva regulamentação do “Catálogo Nacional de Cursos Técnicos”, do MEC. Cabe, agora, às instituições de nível técnico moverem-se por si, no *continuum*, marcando-se adeptas ou não das categorias ‘competências’ na organização dos currículos do Ensino Técnico. Essas marcas ou

escolhas feitas pelas instituições e pelas pessoas, com seus interesses e objetivos, são ideológicas, como não poderia deixar de ser.

A ideologia, como conjunto de ideias persuasivas, tem um caráter altamente manipulatório. Cada grupo pode criar uma ideologia que reforça sua conduta social – assim como a conduta social fortalece e mantém a ideologia.

Segundo o Dicionário de Filosofia de Abbagnano (1970),

[...] Em geral, portanto, pode-se denominar I. [Ideologia] toda crença usada para o controle dos comportamentos coletivos, entendendo-se o termo *crença* (v.) em seu significado mais amplo, como noção empenhadora para a conduta, que pode ter validade objetiva. [...] O que torna I. uma crença não é de fato sua validade ou falta de validade, mas unicamente sua **capacidade ao controle dos comportamentos em determinada situação.** (ABBAGNANO, 1970, p. 508, grifos nossos)

Logo, a ideologia configura-se como um ideário que possibilita controle, a persuasão e o poder. Como o currículo é ideológico (representa o controle do conhecimento, das condutas e dos comportamentos em determinado contexto sócio-histórico, político e cultural), não deixa de ser um instrumento de poder – por isso deve ser racionalizado e parametrizado em várias fontes, em uma tentativa de se fazer as escolhas mais adequadas para o público-alvo e conforme os objetivos educacionais estabelecidos.

É necessário ressaltar o fato de que o CNCT do MEC é extremamente sucinto em relação às informações apresentadas – denominação do curso técnico, carga horária, eixo tecnológico ao qual o curso técnico está ligado, perfil profissional, mercado de trabalho, possibilidades de temas a serem abordados e infraestrutura recomendada.

Nos Referenciais Curriculares de 2000, eram apresentadas, por área profissional, as matrizes de referência organizadas por funções e por subfunções produtivas, além do detalhamento de competências, habilidades e bases tecnológicas de cada subfunção. A nosso ver, a disposição do CNCT MEC não fornece subsídios suficientes para uma padronização curricular (que ficou a cargo das instituições de ensino), exceto o fato de normatização das denominações dos cursos, o que é salutar para instituições de ensino, mercado de trabalho e alunos, desde que as formas de análise e integração de novas denominações fossem mais rápidas, dinâmicas e eficazes. Note-se aqui que usamos o termo “padronização curricular” no sentido de “estruturação, criação de um padrão curricular mínimo, a ser apropriado e modificado em cada escola, em cada sala

de aula". O padrão, nesse caso, não tem o sentido de tirar possibilidades de variação, mas sim de criar um núcleo passível de rearranjos e otimização constante. Esse núcleo existe em função do perfil preexistente, pertinente à formação profissional.

Dessa forma, não julgamos que a organização de um currículo por competências distancia-se ou impede uma organização de um núcleo interdisciplinar e transversalmente organizado por componentes curriculares direcionados à formação cidadã, para a vida e para o trabalho.

5. APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TERMOS E DE CONCEITOS PEDAGÓGICOS: O LUGAR DE PROFESSORES E DE GESTORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Por parte dos atores educacionais, é necessária uma apropriação de conceitos pedagógicos, a exemplo do conceito de "competências" – para o desenvolvimento dos currículos organizados por competências, nada mais importante que apropriar-se dos conceitos e das práticas que envolvem essas categorias organizadoras do currículo para o planejamento, execução e gerenciamento das atividades docentes.

Essa apropriação de conhecimentos pedagógicos é um processo contínuo, ou deve ser, visto que cursos iniciais de preparação de docentes não contemplam "tudo" que é necessário para a profissão – no universo da Educação Profissional e Tecnológica, os conceitos pedagógicos podem estar ainda mais "obscuros", visto que há professores que não provêm de carreiras docentes e sim de áreas técnicas, tecnológicas e científicas.

A formação contínua de docentes, a atualização, tanto por iniciativa própria de cada professor como por iniciativa das instituições de ensino é uma das formas de promoção e otimização da obtenção de novos conhecimentos e, no caso, conceitos e práticas relacionados ao "como" e "com que objetivos" ensinar.

Em relação aos professores, com as perspectivas de trabalho docente integrado em áreas profissionais, com o desenvolvimento de projetos temáticos, interdisciplinares, não há justificativa para a dicotomia "Professores da Educação Geral" e "Professores da Educação Profissional", de todos os professores de uma escola técnica, que desenvolve perfis profissionais técnicos, considerando a abrangência das redes federal e também de redes estaduais, como o Centro Paula Souza, do estado de São Paulo, que oferta gratuitamente a Educação Profissional em todos os níveis e formas presentes na legislação educacional do país.

6. INTERESSES E EXPECTATIVAS: O LUGAR DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Em relação ao interesse dos alunos pelos cursos técnicos e pelas escolas técnicas, o candidato indica a opção pela habilitação profissional, seja em qualquer forma de oferecimento, concomitante, integrada ou subsequente ao Ensino Médio. Vários fatores condicionam essa indicação da “opção” pela habilitação profissional, como influências da sociedade, familiares, amigos e até “modismos” e até mesmo o rol de cursos técnicos de uma escola, que não deixa de ser limitado, por maior e mais diversificada que uma escola seja. Esses fatores condicionantes vão além do que o simples “querer”, a vontade, o poder volitivo do aluno. Junte-se a isso o fato social da postergação do senso de responsabilidade do adulto e do jovem adulto, para quem sempre é “muito cedo para tomar decisões”, “muito cedo para escolher e ingressar em uma profissão” Assim, a opção pela escola técnica e pelo curso técnico pode não ser condicionada pelo apreço por uma profissão mas sim pelo curso disponível, em escola próxima, gratuita, considerada de boa qualidade em termos de aprovação em concursos vestibulares. As experiências em sala de aula constatarem depoimentos dessa natureza por parte de alunos de cursos técnicos. Como condutores do caminho, do currículo, professores e gestores educacionais estão à mercê desses condicionantes, mas também possuem o poder de trazer esses alunos para uma formação mais significativa, mostrando aspectos da integração das áreas e dos conhecimentos – seja em qualquer profissão ou atividade futura, a única certeza que temos é a necessidade de contínua adaptação e novos aprendizados, além da competência de resolver problemas – o que não dispensa o conhecimento, muito pelo contrário.

A integração das áreas da chamada “formação geral” e da “formação profissional” é um potencial gerador de interesse dos alunos que, como todos, possuem preferências e objetivos de vida distintos.

Amenizar a dicotomia entre “Ensino Médio” e “Ensino Técnico” é essencial para estabelecer um ensino mais atrativo em uma escola técnica, que visa a desenvolver perfis profissionais, com a mobilização de diversos componentes curriculares, áreas do conhecimento, áreas técnicas, científicas e tecnológicas em geral. O oferecimento de cursos técnicos integrados ao ensino médio é uma perspectiva da escola técnica, que carrega a ideologia do trabalho e o desenvolvimento de capacidades de intervenção profícua na sociedade.

A diversificação das formas de oferecimento da Educação Profissional promove uma ampliação do público-alvo das escolas técnicas, pois cursos subsequentes ao Ensino Médio podem atender a uma população adulta, além dos recém-egressos do Ensino Fundamental, na faixa etária considerada “ideal”. Existem possibilidades de integração do ensino

técnico ao ensino médio com o oferecimento tanto de habilitações como de qualificações profissionais, inclusive nas formas previstas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em relação à expectativa dos alunos, pais, familiares, responsáveis e da sociedade em geral, a ideia é trabalhar para minimizar a dicotomia entre técnico e médio ou entre técnico e superior, pois o próprio instrumento legal CNTC MEC aproxima os níveis de ensino com base nas possibilidades de verticalização curricular e, retomando Perrenoud (1999), a cultura geral não é parte extrínseca do mundo “real”, ao qual o trabalho pertence. O poder de intervenção é formado a partir de mobilizar saberes para a solução de problemas de natureza prática.

Dessa forma, professores, familiares e responsáveis por alunos, gestores educacionais podem e devem pensar em uma integração de possibilidades do ensino chamado “geral” e do ensino chamado “profissional”, e em uma integração dos tipos e níveis de ensino, médio, técnico e superior.

Longe de uma perspectiva estanque, é salutar aproveitar e otimizar o oferecimento da Educação Profissional em vários níveis e formas, tanto para os jovens que ainda estão escolhendo e testando caminhos, como para adultos, que têm mais chances de já terem passado por experiências profissionais, desejando aprofundar seus conhecimentos ou, até mesmo, mudar de área ou atividade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi proposto para o eixo temático Organização, preservação e difusão da memória em instituições de educação profissional”, uma das categorias do VI Encontro de Memória e História da Educação Profissional. Tivemos o objetivo de demonstrar aspectos da concepção e da utilização dos conceitos ‘organização curricular por competências’ e ‘organização curricular por conteúdos’, em uma perspectiva de ‘concepções, rupturas e permanências’, tema central do evento.

Discorremos sobre a característica primordial do Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio: direcionar-se à formação de perfis profissionais técnicos, ou seja: o conjunto de competências e atribuições que um profissional técnico é capaz de desempenhar em determinado cargo ou função ou como profissional autônomo.

Abordamos também algumas especificidades dos paradigmas educacionais brasileiros concernentes à Educação Profissional, no que concerne às rupturas e permanências em relação às categorias organizadoras do currículo.

Procuramos demonstrar que as ‘competências’ e os ‘conteúdos’ não são contraditórios entre si (um não nega o outro).

Observamos marcas da tensão ideológica provinda de fatores políticos, sócio-históricos e culturais, a partir da análise da oscilação legal (e das instituições) na adoção da categoria ‘competências’ para a organização de seus currículos, além de uma oscilação dos atores educacionais (professores, coordenadores, gestores) responsáveis pela execução e pela gestão dos currículos nas unidades escolares – além de posicionamento consciente, existem lapsos de apropriação de concepções pedagógicas, que podem ser decorrentes da formação inicial ou da carência de formação continuada de professores. Esses problemas de formação ou especialização docente podem levar a dificuldades de condução do processo de ensino por competências, bem como a uma falta de precisão ou conscientização de “o que é uma escola técnica”, “qual a missão de uma escola técnica”, “como otimizar a apreensão, por parte dos alunos, do papel da escola técnica” – a formação contínua, por iniciativa própria de professores e por ações e programas das instituições de ensino pode ser um caminho para subsidiar um posicionamento mais fundamentado e consciente dos atores da Educação Profissional.

Quanto aos instrumentos legais que normatizam a Educação Profissional, em 2000, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, o Ministério da Educação (MEC) marcou-se de forma mais explícita em relação a romper o paradigma de Currículo em Educação Profissional Técnica focado em ‘conteúdos a serem ensinados’, com vistas a um novo paradigma, com foco nas ‘competências a serem desenvolvidas’.

Em 2008, o paradigma do Ensino Técnico foi remodelado, deixando-se implícita a lógica das ‘competências profissionais’ no instrumento e respectiva regulamentação do “Catálogo Nacional de Cursos Técnicos”, do MEC.

Cabe, agora, às instituições de nível técnico, marcarem-se adeptas ou não das categorias ‘competências’ na organização dos currículos do Ensino Técnico.

O estudo de caso apresentado tem como foco de análise o Centro Paula Souza, rede de Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia do estado de São Paulo, com base em amostragem de textos que legislam, normatizam e discutem a Educação Profissional e Tecnológica.

Foi analisada a proposta do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC para a habilitação profissional “Técnico em Condomínio”, análise pela qual demonstramos que há um perfil profissional, que sintetiza as principais competências e atribuições ligadas a uma profissão, cargo, função, ocupação, de natureza autônoma ou com vínculo empregatício – desse modo, a oscilação legal, bem como a “insegurança conceitual” dos

atores educacionais, como professores e gestores da Educação Profissional e Tecnológica não se justifica, pois o próprio instrumento legal que institui e normatiza os cursos técnicos traz esse perfil formado por competências e por atribuições, correlacionado a um código da CBO – Classificação Brasileira de Ocupações –, que demanda ambientes e recursos destinados ao desenvolvimento de competências específicas (“infraestrutura mínima requerida”, composta por laboratórios, acervo bibliográfico e de diferentes mídias e programas de computador específicos). O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos traz as possibilidades de certificação intermediária de um conjunto intermediário de competências que correspondam a uma qualificação profissional, bem como um descritivo do possível “campo de atuação”, assim como possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica que correspondam a um conjunto de competências que permitem aprofundamento de conhecimentos e atuação nas atividades de uma área ou subárea correlata a uma habilitação profissional. Além disso, estão previstas as possibilidades de verticalização curricular relacionadas ao aprofundamento dos conhecimentos e construção de um rol de competências pertinente a cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias.

A metodologia utilizada foi pautada em análise conceitual e descrição terminológica, a partir da fundamentação teórico-metodológica extraída de teorias da Linguística e da Terminologia que preconizam o estudo de conceitos e de termos conforme suas funções comunicativa, social, cultural e histórica.

Como critérios para a extração de termos, foram utilizados: a. critério qualitativo, a inovação ou novidade dos termos, seu grau de “novidade” ou neologicidade (neo = novo), ou seja, termos mais recentes nos textos representativos da área. b. critério quantitativo, a frequência, ou seja, os termos que ocorreram mais vezes, em maior quantidade nos textos da área.

Para a extração de termos, foi utilizada uma metodologia híbrida, aliando-se a análise humana, a leitura dos textos e a coleta “manual” das unidades terminológicas a uma ferramenta informatizada, o programa WordSmith Tools, cujos recursos preveem a extração e a ordenação de palavras, o cálculo da frequência, a extração das palavras-chave (mais representativas) e a extração de frases em que aparecem as palavras ou expressões (combinação de palavras, palavras compostas).

Seguindo os preceitos dessas teorias, para os termos foram elaborados enunciados descritivos das principais características dos respectivos conceitos, a exemplo da classe, categoria geral a que pertence o termo, com o acréscimo das características específicas que permitem diferenciar, individualizar cada termo, não permitindo que seja confundido com outros termos da mesma classe ou com termos de outras classes. O campo denominado <definição> foi utilizado para conter e apresentar esse enunciado descritivo para

cada um dos termos. Assim, a função comunicativa dos termos é valorizada e explicitada, pois cada termo comunica, expressa, difunde um conceito especializado, técnico e ou científico de uma área do saber. A definição permite apreender o que o termo comunica, no universo da área.

Os 23 (vinte e três) termos estudados foram analisados de modo que houvesse uma “âncora histórica”, ou seja: onde os termos são encontrados, nos textos de quais áreas, de autores de quais linhas de pensamento, que se constitui nas características gerais de “referências” e de “marcas socioculturais”. O campo <Referência/ contexto sociocultural brasileiro> foi utilizado para apresentar essas informações. O estudo tem natureza descritiva, ou seja: descreve os fatos e itens observados segundo os critérios estabelecidos, sem pretensão de padronizar as unidades terminológicas, ou de eliminar as unidades consideradas fora de um padrão. As fontes são exclusivamente escritas, que se constituem em textos legais e textos institucionais, além do trabalho de pesquisadores autônomos.

Procuramos uma perspectiva de aproximação e não de contradição, tendo em vista as potencialidades da organização curricular com a utilização das categorias ‘competências’ e também as características e missão das escolas técnicas e das várias possibilidades de integração da chamada “formação geral” com a chamada “formação profissional”, no desenvolvimento dos diferentes perfis profissionais, para o atendimento das expectativas dos alunos, professores, gestores educacionais e também às expectativas da sociedade, que incluem as necessidades do mundo do trabalho e da construção do conhecimento.

Como próximos passos, procuraremos ampliar o conjunto de textos sob análise (*corpus* textual), aumentando a quantidade e a abrangência conceitual de termos para análise (*corpus* de análise).

Consideramos que o trabalho terminológico, com os pressupostos da análise conceitual e de construção das respectivas definições terminológicas, é uma perspectiva para a difusão dos conceitos da área de Currículo Escolar em Educação Profissional e Tecnológica organizado por competências, contribuindo para sua apreensão e para a construção de saberes e posicionamentos críticos bem fundamentos (função cognitiva e função comunicativa da Terminologia), assim como para a otimização do processo de ensino e da construção histórica dos discursos e práticas que compõem a cultura escolar, que deve ser diferente e diferenciada em escolas técnicas, não apartadas da cultura geral, mas sim aliando os saberes mais gerais à construção de perfis profissionais específicos de cargos, ocupações e funções de nível técnico (função social da Terminologia).

O poder da ideologia, como conjunto de valores que “trazem” outros conosco deve ser utilizado de modo reflexivo e refletido, levando-se em conta a natureza da escola técnica e as expectativas e demandas da sociedade.

A responsabilização de professores e gestores educacionais por apropriar-se das teorias pedagógicas subjacentes à construção curricular por competências é um dos possíveis caminhos para a construção de uma Educação motivada, com objetivos bem definidos – o que não exclui, de modo algum, o poder de crítica e de proposição fundamentada de mudanças. Uma Educação construída de modo consciente certamente conduzirá os alunos pelos mais diferentes percursos, de modo eficaz, pois as trilhas ou “currículos” são muitos, é necessário oferecê-los e orientar o percurso, que será diverso para cada aluno, a despeito da unificação curricular sintetizada pelo perfil profissional.

Espera-se que, na escola técnica, esse percurso direcione para o trabalho, para uma profissão ou ocupação e para as capacidades de inserir-se no “mundo real” e de adaptar-se constantemente a novas demandas e a novas configurações da sociedade.

8. REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 1. ed. em português. Tradução coordenada e revista por: Alfredo Bosi. Vários tradutores. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

BARBOSA, M. A. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de aplicação. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, v. 3. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 433-445.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.MEC. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.MEC. **Parecer CNE/CEB n. 39/2004, de 8 de dezembro**. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.MEC. **Resolução CNE/CEB n. 3/2008, de 9 de julho**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf>. Acesso em 2 fev. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.MEC. **Parecer CNE /CEB n. 11/ 2008, de 7 de julho.** Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.MEC. **Resolução CNE/CEB n. 4/2012, de 6 de junho.** Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10941-rceb004-12&Itemid=30192>. Acesso em: 3 fev. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.MEC. **Resolução CNE/CEB n. 6/2012, de 20 de setembro.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 2012c. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).** 2002 e atualizações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.394/ 1996, de 20 de dezembro.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). 7. ed. Atualizada em 25.10.2012. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Federal 5154/ 2004, de 23 de julho.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 27 fev. 2016.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.741/2008, de 16 de julho**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 4 fev. 2016.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/ Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística aplicada/ Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. Página Institucional. **Missão**. Disponível em: <<http://www.cps.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2018

DEMAI, F. M. **Processos de terminologização**: descrição e análise da neologia da área de Educação do Campo. 2014. 417 f. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MEC (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MEC (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **CNTC (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos)**. 3. ed. 2016. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 10 jun. 2018.

MEC (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Técnico em Condomínio**. CNTC (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos). 3. ed. 2016. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jun. 2018.)

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SCOTT, M. WordSmith Tools version 7, Stroud: Lexical Analysis Software. 2017. [versão mais recente consultada]. Disponível em: <http://www.lexically.net/publications/citing_wordsmith.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.

TEMMERMAN, R. Sociocognitive Terminology Theory. In: **Terminología y cognición**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 2001.

A CRIAÇÃO DA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO: UMA MEMÓRIA ENTRE A MATERIALIDADE E A ORALIDADE

Alexandre Pompeo. Analder Magalhães Honório
Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho

1. INTRODUÇÃO

O século XX foi o século do trabalho. Foi o século em que este deixou de ser um fato entre outros da existência humana e se tornou seu aspecto central. Deixou de estar submetido aos tempos da natureza e às variáveis climáticas e passou, ele próprio, a reger o tempo dos homens. Deixou ainda de ser apenas meio de subsistência e tornou-se, para um número cada vez maior de pessoas, elemento constitutivo de identidade (KRAWULSKI, 1998). No Brasil, o trabalho do século XX também foi marcado por seu caráter familiar, no qual muitos conhecimentos, principalmente dos profissionais liberais, eram passados de pai para filho. Além disso, independentemente da origem da família, após certa idade a criança já ajudava no sustento da casa, auxiliando o pai no trabalho e tomando para si o conhecimento necessário para se ‘ganhar o pão de cada dia’.

Mas estes tempos modernos e a industrialização, impulsionada principalmente após a década de 1940 no Brasil, exigiram políticas públicas de educação profissionalizante. Assim surgiram, sobretudo no Estado de São Paulo, muitos ginásios oficiais, nos quais o ensino regular de disciplinas como: português, matemática, química ou física passou a ser tratado como algo que deveria caminhar juntamente com uma profissão.

Considerando estes fatos, este trabalho tem como principal tarefa interpretar, por meio de entrevistas concedidas pelos atores do universo escolar, a realidade da Escola Técnica Estadual (Etec) Sylvio de Mattos Carvalho, unidade 103, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza localizada em Matão, no interior do Estado de São Paulo, sob uma perspectiva histórico-cultural, dada sua relevância para a sociedade matonense.

Esta atividade tem gerado informações com aproveitamento bilateral, uma vez que a história delineada em um contexto micro (o escolar) compartilha significados com os acontecimentos de um cenário macro (do município), conforme destaca Magalhães

(1998), para quem a história de uma instituição educativa se constrói entre a materialidade, a representação e a apropriação.

Entendamos, dessa forma, que a interpretação da escola pela comunidade é assim definida como representação, e que esta compreenderá um rico material a ser estudado a partir deste trabalho. Ao destrinchar informações relevantes presentes também nas reportagens publicadas no jornal A Comarca¹, periódico de circulação semanal no município, cujas notícias permitem uma investigação pormenorizada dos fatos, apontar-se-á ainda para o conceito de representação pelo qual Chartier (1990, p.17) define o objetivo da História Cultural: identificar “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.

Dessa maneira, a primeira parte deste trabalho se incumbirá de apresentar os fatos históricos que descrevem desde a implantação do ginásio municipal até a criação da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, enquanto a segunda parte apresentará relatos oriundos de entrevistas realizadas com o primeiro diretor da escola técnica e com 1 (um) ex-aluno da Habilitação Profissional de Eletrônica, que estudou na unidade entre os anos de 1992 e 1996.

2. APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL A PARTIR DO GINÁSIO MUNICIPAL EM MATÃO

Por iniciativa do poder público municipal, o Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros foi criado em Matão através do Decreto Lei nº 42 de 31 de dezembro de 1940 e iniciou suas atividades no ano seguinte. Sem um prédio para abrigá-lo, teve suas aulas iniciais provisoriamente realizadas nas dependências do primeiro grupo escolar, onde hoje funciona a Escola Estadual José Inocêncio da Costa. No dia 8 de fevereiro de 1942 foi lançada a pedra fundamental do edifício do ginásio municipal, inaugurado em 30 de dezembro de 1943.

A construção do prédio se deu com a previsão de transformá-lo em um ginásio estadual num futuro próximo, mas a manutenção pelo município se tornou muito onerosa

1 O jornal A Comarca foi criado em 04 de janeiro de 1925 pelos irmãos Ítalo e Augusto Ferreira, com o objetivo de “trabalhar pela criação da Comarca de Matão”, expresso no editorial de sua primeira edição publicado nessa data. Ressaltamos que o jornal analisado neste trabalho, mesmo dada a sua importância, não foi tomado como questão de pesquisa, mas como fonte privilegiada no que tange à reconstrução das representações ligadas aos atores políticos que estavam envolvidos na expansão do ensino secundário no interior paulista, e como elas eram apresentadas à sociedade local. (DINIZ, 2012, p. 35-36)

mesmo com subvenção parcial dada pelo Estado na época, o que fez com que, através do Decreto Lei nº 76 de 18 de abril de 1944, o ginásio municipal fosse arrendado à iniciativa privada pelo prazo de dez anos, através de concorrência pública vencida pelo Colégio Anglo Latino de São Paulo.

O colégio assumiu a gestão do ginásio em 5 de julho do mesmo ano e ficou por apenas dois anos e sete meses. Depois desse período, um novo Decreto Lei, desta vez de nº 16.871 de 10 de fevereiro de 1947, fez com que o ginásio municipal fosse incorporado ao Estado. (SÃO PAULO, 1947)

Em 1950 foi criado o Curso Normal no Ginásio Estadual de Matão e a escola passou a se chamar Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (ENGE). Em 1961 foi criado o segundo ciclo do ensino secundário, ou seja, o curso colegial. Ainda nesse mesmo ano, a escola recebeu o nome do seu patrono: Henrique Morato. A partir de 1965, o ginásio estadual tornou-se o Instituto Estadual de Educação Professor Henrique Morato e, com o aumento do número de alunos, o prédio começou a ficar pequeno. Por esse motivo foi dado início à construção de outro prédio próximo, onde hoje funciona a Escola Estadual Prof. Henrique Morato. Para lá foram transferidos os alunos e, com isso, o ginásio municipal ficou por algum tempo desocupado. Em 1975, através do Decreto Federal nº 76.065 de 31 de julho, foi autorizada a instalação da Faculdade de Ciências e Letras de Matão, que deu novamente atividade ao prédio e funcionou regularmente até 1985, ano da última turma formada.

Finalmente, a Etec Sylvio de Mattos Carvalho foi criada aos 3 de junho de 1986 por meio do Decreto Estadual nº 25.326. Neste íterim, a DISAETE (Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais)² regulou o funcionamento das ETEs (Escolas Técnicas Estaduais) até 1994, quando, por decisão do Governo do Estado, foi extinta. A partir deste momento, todas as 82 escolas técnicas dessa secretaria passaram a ser administradas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, referência em educação profissional na América Latina, criado em 1969.

Denominada pelo documento oficial como Escola Técnica Estadual de 2º Grau de Matão, a Etec Sylvio de Mattos Carvalho compreendeu importante conquista para a cidade. Em um momento no qual outras escolas profissionalizantes começavam a se formar na região central do Estado de São Paulo, foi de interesse da classe política matonense a implantação de uma unidade que pudesse suprir a demanda por mão de

2 A Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais pertencia à Secretaria de Educação e compreendia uma divisão responsável pela organização e manutenção das escolas profissionalizantes. Mais tarde, foi extinta e suas escolas incorporadas à Divisão Estadual de Ensino Tecnológico (DEET). Por meio do decreto estadual n. 37.735, de 27 de outubro de 1993, foi definitivamente transferida para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. (SÃO PAULO, 1993)

obra qualificada e os constantes pedidos das grandes empresas do setor de máquinas e implementos agrícolas que gozavam de bom desempenho no agronegócio.

Sob o prisma socioeconômico, a cidade já cruzava a metade da década de 80 ajudando a alavancar a economia do país e crescia em todas as frentes. Na saúde, a Santa Casa do município, então Hospital de Caridade, recebia pesados investimentos do GEMA (Grupo Empresarial de Matão) para construção de um novo e moderno hospital, posteriormente denominado Carlos Fernando Malzoni. E nestes propósitos é que a cidade despontava como uma das mais promissoras do interior paulista.

À época, o semanário local, jornal “A Comarca”, noticiou a criação da escola, colocando que se tratava “de uma escola diferente, de cunho profissionalizante”, onde seriam formados “os profissionais de amanhã” (Figura 1). A mesma notícia destacava a importância da conquista para a cidade do interior, pois “nada melhor do que formar a mão-de-obra na cidade de origem, sem a necessidade de se deslocar a outros municípios”. (A COMARCA, 1986, nº 3.283)



Figura 1 – Reportagem do jornal A Comarca sobre a assinatura do decreto de funcionamento da Escola Técnica em Matão
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2018.

Sendo assim, é possível perceber, por intermédio dessas e outras descrições acerca do fato, quão significativa foi a inauguração de uma escola técnica em meados da década de 80 para um município cujo parque fabril se mostrava pujante, crescente e

sedento por mão de obra qualificada. Essas indústrias se destacavam sobremaneira no cenário nacional e suas produções eram direcionadas, majoritariamente, para os setores metalomecânico e agroindustrial, conforme descrito anteriormente.

3. ATORES ESCOLARES: A ESCOLA POR QUEM A TORNOU REALIDADE

Um dos protagonistas na instalação da escola, com trabalho que compreendeu desde as primeiras conversas com o governo estadual até a efetiva assinatura do decreto, o prefeito à época, Jayme Gimenez, destacava que o governo “estava pagando uma dívida para com Matão, que carecia de uma escola dessa natureza. As indústrias, por sua vez, poderiam utilizar a força de trabalho da cidade” (A COMARCA, 1987, nº 3.319), configurando o cenário de grande expectativa da população para o início das aulas.

No ano de 1987, sob a direção do professor Luiz Manoel Frattini (Figura 2), a ETESG Prof. Dr. Sylvio de Mattos Carvalho ofereceu 136 vagas para o ensino técnico de 2º Grau na habilitação profissional de Mecânica, e uma análise do plano escolar de 1987 permitiu à unidade escolar conhecer um pouco do perfil dos alunos na época. Naquele momento, a maior parte dos alunos possuía idade acima de 19 anos, sendo poucos com idade superior a 30 anos.



Figura 2 – Professor Luiz Manoel Frattini

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2021

O plano escolar de 1987 (o primeiro da Etec Sylvio de Mattos Carvalho) trouxe informações evidenciando que os alunos, em sua totalidade, eram trabalhadores, e

boa parte destes tinham idade superior aos 19 anos, ou seja, não estavam em idade escolar. Dessa maneira, os alunos matriculados na Unidade Escolar de modalidade de ensino técnico de 2º grau residiam nos mais diversos bairros da cidade. Os dados que corroboram a informação supracitada acerca da idade destes alunos registraram, portanto, indivíduos de 15 anos (02), 16 anos (20), 17 anos (10), 18 anos (17), 19 anos (14) e acima de 19 anos (73). No referido plano, também estava relatado que todos os alunos estavam integrados na força do trabalho, principalmente na maioria, exercendo atividades correlatas às habilitações pretendidas nas mais diversas empresas da cidade.

Quanto ao nível socioeconômico da família, os alunos apresentavam “nível razoável. De família de pequena e média renda, e de ensino, com instrução primária”. (ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 1987, p. 8-9)

Quando entrevistado, o professor Luiz Manoel Frattini, doravante Frattini, descreveu a motivação política e os esforços para que a escola técnica matonense saísse do papel:

Eu era professor em Jaboticabal; havia sido removido de Campinas, onde participei do primeiro colégio técnico estadual vinculado, como professor de desenho. E o colégio para o qual eu fui era o antigo Ginásio Industrial ‘Joaquim Batista’, porque quando cheguei haviam sido extintos os ginásios industriais naquele momento. Aí fui convidado para instalar cursos pré-profissionalizantes de Mecânica em Monte Alto. O Jayme Gimenez, prefeito na época, ficou sabendo e me chamou para que eu montasse um ginásio igual ao de Monte Alto. O prefeito Jayme foi meu colega de escola. Certo dia, ele me ligou e disse: ‘Frattini, você quer trabalhar no Clube do Leitinho ou quer instalar a Escola Técnica?’. Então decidi vir pra cá. É interessante observar isso, porque não depende só da gente, depende da força política e também do entendimento que as pessoas têm, da comunidade, os grandes empresários [...] e qualquer que seja o setor, do comércio, da indústria, tem que ter a pessoa que vai precisar desse funcionário para trabalhar. A gente estava saindo de uma coisa empírica para uma coisa mais exata. (FRATTINI, 2018)

Da mesma maneira, o professor descreveu o início das atividades e o desenrolar das iniciativas tomadas pela administração municipal, por ele e pelos demais atores nos primeiros momentos da escola, com vistas às melhorias necessárias para o bom andamento das aulas:

Veja bem, aqui era tudo taco. Todos soltos os tacos do chão. Então foi raspado o chão e jogados todos os tacos fora. Enceramos todo o piso de ardósia e tinha só uma servente. Tudo limpo e lavado, apesar de ser bem antigo. Os alunos também, eles ajudaram a construir a oficina. Eu parava a aula na sexta-feira e a gente ia sentar lá naquele balcão da oficina. Eu, os alunos e todos os professores, pra discutir as metas que a gente tinha que alcançar. (FRATTINI, 2018)

Ainda na descrição, fica visível o grande esforço coletivo dispendido para a organização do barracão da oficina mecânica, essencial para o desenvolvimento das atividades práticas (Figura 3).

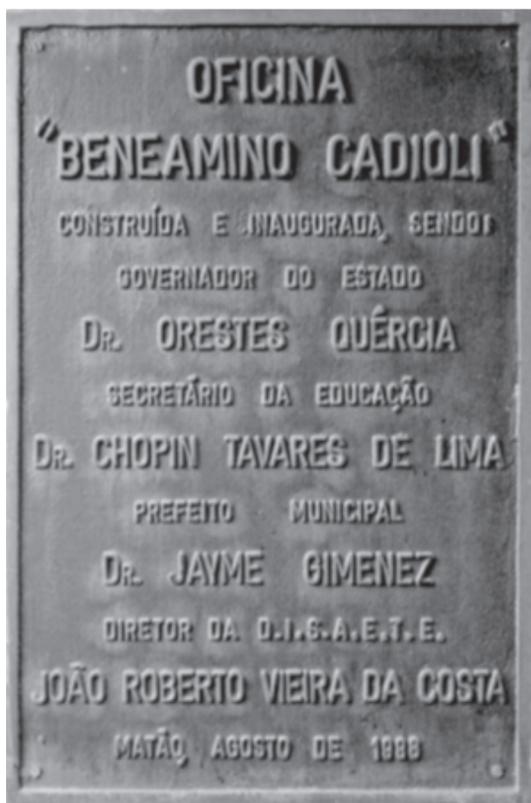


Figura 3 – Placa da oficina mecânica com nomes dos governantes e responsáveis à época da inauguração na escola técnica

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2018

Acerca desse fato, estavam no Plano Escolar, intitulado de “Prioridades da Escola”, as ações que a equipe escolar tinha por objetivo realizar no transcorrer do ano letivo. Em 1987, constavam entre as prioridades, além adequação da oficina mecânica, a instalação da biblioteca escolar, da APM e do Centro Cívico, assim como a reforma do prédio escolar e aquisição de mobiliário, máquinas, equipamentos e material de secretaria. De igual maneira, as metas da escola no que tange à formação técnica dos alunos também eram abordadas. Dados sobre essa situação foram extraídos da edição especial do aniversário de 118 anos de Matão publicada pela revista “A Comarca” no ano de 2016, na qual o professor apresenta em detalhes o transcorrer dos trabalhos:

A DISAETE não tinha dinheiro; a Prefeitura comprou o transformador e reformou o prédio. E aqui funcionava, junto com a ETE, o antigo supletivo. Então organizei os planos de curso de Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica. Depois disso convidei o Zezé Trevizaneli (José Reynaldo Trevizaneli, engenheiro eletricitista; o José Arnaldo Bottesini, engenheiro eletrônico; o Paulo Cavichioli e o José Antonio Mantoani, ambos engenheiros mecânicos). Fui para Itatiba, onde uma escola havia sido desativada, e trouxemos duas jamantas (cedidas pela empresa Citrosuco) com máquinas ociosas para a oficina. Depois sobramos equipamentos também em uma escola de Pinheiros; tinha muita ferramenta, tudo parado, encostado e novo! Mas eram equipamentos remanejados com autorização da supervisão da DISAETE. Muitos que estavam sucateados foram recuperados aqui; a Baldan reformou dois tornos e a Citrosuco ainda encaminhou, por meio do Nelson Martins, muitos equipamentos eletrônicos da parte de telefonia. A DISAETE mandou o mobiliário, carteiras, pranchetas de desenho técnico. O Zezé Trevizaneli era engenheiro eletricitista da Central Citrus e trazia os funcionários da empresa, amigos dele e alunos, para instalar todos esses equipamentos. Seu ‘Angico’ Ferro, Rodolfo – cujo sobrenome alemão não me lembro. Sentávamos eu, os professores e os alunos da mecânica no chão da oficina para decidir o que fazer em determinados casos. Foi iniciada nessa escola a valorização do ensino. Aqui ninguém nunca rabisou nada, nunca riscou o chão, parede. Ninguém sujava uma prancheta de desenho. Tanto é que a sala de aula era até encerada. Fui o iniciante de tudo e fico muito satisfeito cada vez que passo e vejo o que se esperou dessa escola e o que aconteceu. (FRATTINI, 2016)

Com tanto esforço coletivo para configurar o espaço escolar de maneira adequada, contemplando as mínimas condições para o seu funcionamento, o valor destas

iniciativas teve efeito direto não só para as empresas privadas pelos frutos que poderiam ser colhidos como também norteou os incentivos destas mesmas empresas para que a escola possuísse as melhores condições na busca pela excelência do ensino, caracterizando sua importância em um restrito escopo de opções educacionais para capacitação técnica.

Por esse motivo, quando as aulas requisitaram da direção escolar materiais e insumos, a mesma direção foi ao encontro dos empresários e, considerando a reputação adquirida e da confiança dos próprios empresários na proposta, tais insumos foram prontamente fornecidos pelas empresas sem que, para isso, fossem necessários esforços extras.

Essa condição deixava claro que, para as grandes representantes da agroindústria matonense, as quais apresentavam alta produtividade, forte mercado consumidor e demanda constante, auxiliar a escola na formação de mão de obra qualificada não compreendia nada menos que uma contrapartida essencial para o sucesso da educação profissional no município durante seus primeiros passos:

Como eu tinha amizade com todos eles [...], falei com o Zé Luiz Marchesan (José Luiz Marchesan, da Tatu Marchesan S/A): “Zé Luiz, nós precisamos de régua paralela para o desenho técnico da escola” e ele me respondeu: “De quanto você precisa?” Assinou um cheque, mandou e fizemos a compra. A cópia do cheque deve estar guardada até hoje. (FRATTINI, 2018)

Dado o prestígio vivido pela escola, o curso de técnico em Mecânica, primeiro a ser oferecido, continuou como pilar da unidade até o momento em que, diante da projeção da ETESG perante a comunidade local, foram solicitados mais cursos para Matão. Nesse momento, a preocupação com a manutenção da única habilitação até aquele momento se estendeu para a oferta de novos cursos, visando atender a uma demanda cada vez maior das empresas locais:

Nós convivemos aqui no começo com uma habilitação de Mecânica. E eu, conversando com a Tomoko, uma japonesa do Centro Paula Souza, expliquei para ela: “Professora, uma escola profissionalizante, técnica, com uma habilitação só, ela desmotiva. Como Matão tem um mercado na área da metalurgia, cabe a Matão, além da Mecânica, a Eletrônica e Eletrotécnica”. (FRATTINI, 2018)

A partir desta solicitação, a escola passou a contar com as duas habilitações citadas por Frattini: Eletrônica e Eletrotécnica. Neste novo momento, a sólida representação

da unidade perante a sociedade contribuiu para que o Centro Paula Souza autorizasse os novos cursos, garantindo a consolidação dos mesmos e a oferta de vagas a partir do final dos anos 80 e início da década de 90.

Como aluno da instituição nesse período, o analista de Tecnologia da Informação Rogério Donizeti Amancio (Figura 4) estudou em escolas do Centro Paula Souza, em três ocasiões, sendo a primeira delas entre os anos de 1992 e 1996, no curso de técnico em Eletrônica da ETESG 'Sylvio de Mattos Carvalho'.



Figura 4 – Rogério Donizeti Amancio, ex-aluno da escola técnica
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2021

Naquele período, as matrizes curriculares existentes previam o cumprimento de disciplinas pelo prazo de quatro anos, tempo mínimo necessário para a obtenção da titulação na habilitação técnica almejada. Devido às dimensões e população do município, bem como a existência de poucas faculdades, centros universitários ou universidades na região, o ex-aluno relata um panorama educacional bastante destoante daquele que é possível encontrar em dias atuais, no qual era difícil o acesso dos alunos ao nível superior. Esse panorama, por si só, já traduzia a importância de uma escola técnica para a comunidade:

Era uma época em que se trabalhava muito o jovem, né. Então, o que a gente buscava era não perder tempo. O curso superior não era uma realidade pelo menos para nós aqui na região, para nossa camada social. Me lembro vagamente, isso já um pouco mais no

final dos anos 90, que uma faculdade mediana aqui no interior custava em torno de R\$ 600 (Seiscentos reais). O salário mínimo era de aproximadamente R\$ 260 (Duzentos e sessenta reais) na época. Então a faculdade era uma coisa muito cara. A gente queria fazer um colegial, como a gente chamava na época, mas já com o curso profissionalizante. E o vestibulinho da ETE era o funil. A gente queria passar na escola para sair profissional, se possível antes dos 18 anos. (AMANCIO, 2018)

Devido ao seu aspecto provinciano, de cidade pequena da década de 90, Matão também permitia que o inter-relacionamento pessoal e o contato social entre alunos, mestres e familiares também interferissem na rotina escolar, aumentando as expectativas sobre os alunos. Esse forte caráter de integração social da escola fica claro nas palavras de Rogério Amancio:

Como a cidade era menor e os professores eram conhecidos dos pais, então nosso contato era muito próximo. Era um relacionamento praticamente familiar. O Toninho (Antonio Pinto do Nascimento Neto), aqui, por exemplo, já era professor na época, morava na mesma quadra que eu e o pai dele era amigo pessoal do meu pai. Os dois trabalhavam na indústria juntos. O irmão dele trabalhava comigo numa área elétrica. Então, a relação era muito direta. Tanto na 'dura' dos professores durante as aulas quanto na assiduidade das aulas e a gente com a cobrança profissional. Era mais legal ainda quando a gente ia para a indústria e encontrava o professor que trabalhava ali na indústria também. Era uma cobrança, uma coisa legal, porque a gente vivia aquilo. (AMANCIO, 2018)

Além disso, a educação para o trabalho possuía forte apelo no que tange à dedicação e consequente cobrança dos familiares, atribuindo à instituição grande respeito e consideração por parte da comunidade local. Sem graves reclamações acerca do desempenho do corpo discente, a escola agregou prestígio e responsabilidades:

A cobrança social era de que, se você não era mecânico, você sairia daqui mecânico e se você fizesse o curso de elétrica, você seria capaz de resolver qualquer problema. Era o que a família, a comunidade e a vizinhança cobravam. Se passasse por aqui, você teria a obrigação de saber. 100% falava bem da escola. Comentários negativos sobre a escola eram pontuais. Talvez sobre um professor

ou sobre a qualidade de uma ou outra aula. Mas não me recordo de alguém que abandonou o curso porque não aprendia. No máximo, por falta de aptidão, mas não tinha comentário negativo, principalmente quando a gente ia pro mercado fazer as entrevistas, né. Já era uma estampa de que você estava num bom curso, em alguma coisa séria. (AMANCIO, 2018)

No que tange à assiduidade, a cobrança junto aos alunos também refletia no ambiente escolar. Da parte dos docentes, partia a consciência de que os alunos estavam em uma boa instituição de ensino, mas que tal condição exigia disciplina e compromisso:

Os próprios professores [...]. Eles focavam muito nisso, né. Você já são especiais porque estão aqui nos primeiros dias de aula, continuam aqui no primeiro semestre, passaram no vestibulinho, que na época já era concorrido. E não tinha opções de estudo como tem hoje, faculdades financiadas. Então a gente já começava inspirado nesse sentido. Você são diferenciados, vieram para a aula, estão aqui. A gente não podia perder aula. Se você perdesse uma aula laboratório, na aula seguinte você ficava deslocado. Então a gente tinha compromisso e orgulho. Havia essa cobrança social e profissional de não perder aula, principalmente as de laboratório. (AMANCIO, 2018)

E quanto aos hábitos escolares, até mesmo o fumo de cigarros se tornou motivo de reuniões ou plenárias junto aos alunos, constituindo um momento de participação efetiva da comunidade escolar nas escolhas que afetariam a rotina da sala de aula. Sendo lembrado, tal momento evidencia a importância que era devida à escola na sua função educativa, não só em cunho profissionalizante, mas também moral e social. Contradições e transgressões eram trazidas à tona, colocando em evidência a pluralidade do ambiente educacional:

No começo dos anos 90, o pessoal fumava na sala. Eu lembro de um professor que ficou revoltado com a nova norma de não fumar na sala de aula. E, um dia, ele e um outro aluno que fumava apagaram o cigarro na placa. E virou aquela briga, teve convenção na escola para decidir se podia fumar ou não. Porque era algo muito novo na época, mas era interessante, porque os alunos participavam das discussões. É uma escola muito séria, as pessoas prezavam por isso. (AMANCIO, 2018)

Considerando os relatos, verifica-se que a Etec 'Sylvio de Mattos Carvalho' se constituiu, desde o início de suas atividades em 1986, como uma instituição educacional de grande representatividade no município, construindo sua história com a comunidade de maneira a fazer parte e deixar-se fazer parte em inúmeros aspectos. Sob a visão subjetiva dos atores que integram parte fundamental nesse processo, ou seja, professores e alunos, foi possível identificar alguns valores atribuídos à escola pela sociedade, como protagonista e principal responsável no processo educacional para o trabalho de milhares de matonenses. Tais valores ainda estão presentes no ambiente escolar e compreendem peça chave na formação de bons profissionais, cujo comportamento é reflexo daquilo que lhes foi transmitido em sala de aula.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primeiros dias de seu funcionamento até os dias atuais, é importante salientar que a Etec Sylvio de Mattos Carvalho foi completamente transformada, atualizada e melhorada no que tange à sua estrutura física, mas mantém sua essência, no que diz respeito aos princípios da educação, que prepara de forma competente para o trabalho, sem abrir mão da ética, da responsabilidade social e do espírito colaborativo que a fortaleceram como espaço de construção coletiva do conhecimento.

Sendo assim, dadas as várias possibilidades de interpretação acerca da realidade do universo escolar, este trabalho buscou apresentar, a partir de entrevistas e dados extraídos de veículos de comunicação em determinado período histórico, alguns destes posicionamentos sociais que culminaram na grande valoração deste organismo educacional, bem como os desdobramentos de seu crescimento na cidade de Matão. Ademais, e não menos importante, o impacto social provocado pela sua chegada e como seu papel foi indispensável ao fortalecimento da economia e da comunidade matonense como um todo, fato que, por si só, reafirma a função da escola como norteadora das ações progressistas e que buscam a evolução ininterrupta da sociedade.

5. REFERÊNCIAS

AMANCIO, Rogério Donizete. **Entrevista concedida à Alexandre Pompeo**. Matão, em 2 de julho de 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União. **Decreto nº 76.065, de 31 de julho de 1975**. Autoriza o funcionamento dos cursos de Letras e de Estudos Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Matão, mantida pela Associação Matonense de Ensino Superior, com sede na Cidade de Matão, Estado de São Paulo, 1975.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

DINIZ, C. A. **A educação secundária no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940 – 1965)**. Dissertação de Mestrado. Araraquara: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras, 2012.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1987**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, em Matão, 2018.

FRATTINI, Luiz Manoel. **Entrevista concedida à Alexandre Pompeo**. Matão, 18 de junho de 2018.

JORNAL **A COMARCA**. Junho, edição nº 3.283, ano 62, 7 de jun. 1986. 1 p.

JORNAL **A COMARCA**. Fevereiro, edição nº 3.319, ano 63, 21 fev. 1987. 1p.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, C. P.; CATANI, D. B. (orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MATÃO. Câmara Municipal. **Registro de Leis, Decretos e Atos, de 30/01/1917 a 09/09/1943**. 1917 – 1944, v. 1.

MATÃO. Câmara Municipal. **Registro de Leis, Decretos de 06/12/1943 a 30/12/1954**. 1943 – 1954, v. 2.

SÃO PAULO. **Decreto-lei nº 16.871, de 10 de fevereiro de 1947**. Dispõe sobre a criação de um Ginásio Estadual. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1947.

SÃO PAULO. **Lei nº 684, de 12 de abril de 1950**. Determina que passem a funcionar como colégio os ginásios estaduais de São Roque, Andradina e Igarapava, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, 1950.

SÃO PAULO. **Lei nº 6.173 de 14 de julho de 1961**. Dispõe sobre o funcionamento, como Colégio, do Ginásio de Matão. Diário Oficial do Estado, 1961.

SÃO PAULO. **Lei nº 9.179, de 13 de dezembro de 1965**. Transforma em Instituto de Educação o Colégio Estadual “Prof. Henrique Morato”, de Matão. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1965.

SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo. **Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969**. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas., 1965.

SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo. **Decreto nº 25.326, de 03 de junho de 1986**. Cria a Escola Técnica Estadual de 2º Grau de Matão., 1986.

SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo. **Decreto nº 37.735, de 27 de outubro de 1993**. Autoriza a transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e dá providências correlatas, 1993.

OS PRIMEIROS ANOS DO GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL DE VILA PRUDENTE: REVENDO E REVIVENDO DADOS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Paulo Eduardo da Silva

Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo nasceu inspirado em pesquisas anteriores por nós realizadas nos anos de 2011 e 2012. Naquela época, demos os primeiros passos na montagem de nosso centro de memória instalado na Escola Técnica Estadual (Etec) José Rocha Mendes e começamos a escrever os primeiros artigos relativos à história de nossa escola. Nestes primeiros artigos procuramos montar um “painel” dos quase cinquenta anos vividos por nossa unidade, articulando alguns fatos marcantes destas cinco décadas, ao mesmo tempo em que tentamos traçar um perfil de como a escola havia se transformado ao longo dessa trajetória.

O ano de 2012 foi também o ano em que nosso centro de memória começou a trabalhar com uma ferramenta relativamente nova da historiografia moderna – a história oral. Começamos então a realizar entrevistas com figuras importantes de nosso passado escolar e angariar novos fatos que passariam a se somar aos artigos escritos até então. A essa altura, já havíamos conseguido traçar um perfil socioeconômico e pedagógico da Rocha Mendes da década de 1960. O quadro que havíamos montado a partir das pesquisas realizadas nestes dois anos de participação no grupo de memórias e história da educação profissional e tecnológica (GPEMHEP) nos mostrava uma escola com várias características singulares.

A escola que começou a se desenhar a partir dos primeiros documentos pesquisados tinha características bastante singulares. Era formada apenas por meninos, com uma expressiva presença de nisseis, oriundos do interior paulista e, também, com um significativo índice de desistências. Na época atribuímos este elevado índice de desistências às muitas dificuldades enfrentadas pelos alunos nesses primeiros anos de existência da escola, afinal, eles tinham sido transferidos do bairro do Brás (onde se localizava até então, a Getúlio Vargas). Outro aspecto causador de dificuldades foi o fato dessa escola estar recém-implantada num bairro ainda em formação e com vários problemas de transporte e infraestrutura. Tudo isso somado nos levou a acreditar que muitos destes primeiros alunos pudessem ter se sentido desmotivados, o que os levaria a abandonar os cursos.

Sabíamos também de antemão que a indústria exercia um efeito perversamente nefasto sobre o aluno das escolas profissionalizantes. A oferta de empregos e salários a esses estudantes acentuavam os índices de evasão, sendo que o aluno acabava por trocar o banco de escola pelo macacão da oficina. Pudemos comprovar sobejamente essa sedução da indústria sobre o estudante nesse mesmo ano de 2012, quando realizamos uma pesquisa nos arquivos da Etec Getúlio Vargas, em que encontramos farto material que se referia continuamente ao abandono dos cursos em função da busca por um salário. Especialmente o curso de “Plástica” (escultura), nessa instituição, foi um dos que apresentou o maior índice de evasão. Este curso, durante muitos anos, não formou um único mestre. Pela documentação que pudemos analisar, muitas referências são feitas “à necessidade do aluno buscar um emprego”. Tudo levava a crer que a Rocha Mendes, em seus primeiros anos de existência, sofria do mesmo mal. Corroborava também esta análise o pesquisador Mário Saito que, em seu livro “Os Egressos da GV do Brás”, nos diz:

[...] O diploma era conferido apenas a uma minoria dos alunos que frequentavam as aulas. A pobreza e a dificuldade de acompanhar as aulas de cultura geral eram os principais motivos da evasão escolar. Muitos dos que estudavam na escola, ao arrumarem um emprego, acabavam abandonando o curso, até mesmo no último ano. (SAITO, 2010, p.08)

Entretanto, ao realizar as primeiras entrevistas com ex-alunos da década de 1960, algumas discrepâncias começaram a surgir entre a documentação disponível e os depoimentos coletados. Notadamente, o que mais nos causou estranheza foi o problema do enorme número de desistentes que encontramos logo nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Industrial. Ao questionar os entrevistados acerca deste aspecto da escola, estes ex-alunos ignoravam completamente o problema e mais: rebatiam o argumento alegando que, em suas turmas, não houve uma única desistência, ou, na pior das hipóteses, apenas uma ou duas.

2. CONTRADIÇÕES ENTRE A DOCUMENTAÇÃO E OS DEPOIMENTOS

Na época em que as entrevistas foram realizadas, atribuímos essa discrepância à possível falta de memória dos entrevistados ou, talvez, a certas “ilusões” que a memória cria, afinal, nós tínhamos pilhas e pilhas de pastas de alunos matriculados que haviam

sim abandonado os cursos ainda no primeiro ano. Era inegável a enorme quantidade de desistências com que a escola teve de lidar nesses primeiros anos de funcionamento, o que, com certeza, deve ter provocado muitos problemas e aborrecimentos.

O trabalho no centro de memória prosseguiu, e outros artigos foram produzidos nos anos seguintes, mas a contradição entre a documentação e os depoimentos coletados nunca deixou de nos intrigar. Afinal, poderiam os entrevistados ter se enganado e se confundido tanto? E como explicar as centenas de pastas de prontuários em que praticamente nenhum aluno chegou ao término do curso? Deveria haver uma maneira de se responder a essa questão, mas, pelo menos naquele momento, o “jeito” foi conviver com a dúvida inconveniente. Outros temas vieram a ocupar nossa atenção e nossa curiosidade – a despeito desta grave contradição nunca ter sido colocada de lado.

Fomos alertados a respeito de certas contradições no trabalho com a história oral. Em seu livro “História Oral – como fazer, como pensar”, José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda (2013) apontam para certas características que este tipo de pesquisa traz em seu bojo:

[...] Um dos pontos mais prezados na consideração da história oral está exatamente no fato de ela abrigar possibilidades de enganos, mentiras, distorções e variações dos fatos registrados e conferidos por outros documentos. (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 60)

Apenas neste ano de 2018, com mais experiência e um pouco mais de conhecimento acerca do passado da escola e da Educação Profissional, é que nos sentimos aptos e preparados para retornar aos arquivos, levantar novos dados e reescrever este capítulo do início de nossa história. Se tivermos êxito, poderemos mesmo alterar o próprio perfil que traçamos da escola nesses primeiros dias.

Retomar um tema que, durante tantos anos, foi deixado de lado, exigiu um levantamento de dados bem mais detalhado e minucioso. Devido a certa escassez de documentação específica relativa ao tema, tornou-se necessária uma pesquisa muito mais morosa, fazendo o levantamento da vida escolar de cada aluno em seu respectivo prontuário. Era necessário saber quantas classes existiam, quais cursos eram ministrados, quantos matriculados e quantos formados. A falta de vários livros de registro nos deixava sem meios de fazer simplesmente um levantamento estatístico – era necessário agrupar as turmas a partir dos prontuários. Um trabalho imenso.

Iniciamos os trabalhos procurando pelos livros de matrícula daquele período e, para nossa grande decepção, constatamos que o livro nº 01 de matrículas não se encontrava no arquivo permanente. O termo de abertura deste livro havia sido lavrado ainda na Getúlio

Vargas do Brás e, quando ocorreu a separação das três escolas (Getúlio Vargas, Luther King e Rocha Mendes), junto com os alunos vieram também livros e prontuários. Para complicar ainda mais as coisas, entre a nossa primeira pesquisa, em 2011, e o atual projeto de 2018, o arquivo permanente havia sido transferido do piso térreo da escola para o 1º andar. É bem possível que este livro tenha sido, inadvertidamente, colocado em alguma caixa ou gaveta e, em breve, se torne novamente disponível para consulta, ou, pelo menos, assim esperamos. De qualquer forma, não havia “remédio”. O jeito era mesmo consultar cada prontuário e procurar acompanhar a evolução das turmas “remontando” as classes e observando os diplomados e desistentes para, dessa forma, responder de vez à antiga dúvida acerca do grave problema dos desistentes. Acredito ser desnecessário dizer que também não existiam registros de notas do período em questão e que os livros de registro de diplomas nos davam apenas o número de formados, mas não o de desistentes e transferidos (ou seja, aqueles que ficaram pelo caminho).

Constatando estas e mais outras dificuldades que foram se apresentando ao longo do primeiro mês de pesquisa, lembrei-me de uma passagem do livro de Mario Saito (2010), que parece ser uma espécie de maldição que acompanha todo pesquisador:

[...] Muitas foram as dificuldades encontradas para finalização desse trabalho em decorrência da falta livros e documentos que se perderam ao longo do tempo de sua existência. O manuseio do acervo consultado foi feito com extremo cuidado, com uso de luvas e máscara, como equipamento de proteção individual pela insalubridade e, também para proteção do material consultado. (SAITO, 2010, p. 3)

Havia ainda uma dificuldade suplementar: fazer a pesquisa ao longo de vários anos, nos moldes em que a documentação disponível se apresentava, se tornaria uma tarefa impraticável, tendo em vista, ainda, as poucas horas de que dispomos para dedicar efetivamente ao levantamento de dados. Necessitávamos de outra abordagem e outros critérios que nos permitissem responder a certas indagações e, ao mesmo tempo, tornassem o trabalho exequível do ponto de vista prático.

3. QUESTÃO DE MÉTODO

Optamos então por uma metodologia pragmática. Elegemos o ano de 1966 como aquele ano que, por excelência, estabeleceria os paradigmas daquilo que procurávamos

saber a respeito da composição do corpo discente da escola em seu início. Tal escolha não foi, de forma alguma, aleatória. Nos pareceu que o ano de 1966 poderia representar, ao mesmo tempo, uma escola que dava seus “primeiros passos” logo após sua fundação (que ocorreu em 1964) e, por outro lado, confirmar ou negar de vez a tese da excessiva evasão, já que os principais testemunhos que tínhamos do período negavam veementemente este fato. Outra vantagem na escolha deste ano para iniciarmos a análise do período é que aproximadamente metade da escola (1^{os} e 2^{os} anos) tinham suas matrículas realizadas na Vila Prudente, ao passo que 3^{os} e 4^{os} anos eram egressos da Getúlio Vargas. Determinada a metodologia a ser adotada, só nos restava mesmo remover as cinco décadas de pó depositadas sobre os prontuários e começar por “remontar as classes, cursos e estatísticas”.

Apesar de muito moroso, o levantamento de dados feito diretamente nos prontuários se tornou, ao mesmo tempo, um trabalho bastante interessante. Ter contato direto com uma documentação tão rica nos permitiu acompanhar cada aluno “mais de perto”. Quando apenas trabalhamos com livros de estatísticas, livros de registro de matrículas ou livros de registro de diplomas, isso nos mostra apenas o balanço final de um processo muito mais longo. Trabalhando dessa forma, o resultado é apenas o número frio, o gráfico, a estatística desprovida dos rostos e das muitas histórias que formavam aquela escola naquele período.

Pelo método que fomos praticamente obrigados a adotar nesta “revisão” que nos propomos a fazer, algumas histórias surgiram, outros documentos se fizeram presentes e outra escola surgiu bastante diferente, aliás, daquela por nós projetada em 2011. Algumas das dúvidas que nos motivaram a iniciar esta revisão foram sanadas, outras necessitarão de outras pesquisas, mas, acima de tudo, o trabalho deste ano nos apresentou algumas surpresas até certo ponto desconcertantes.

Para poder exemplificar e tratar das dúvidas que nos trouxeram até aqui e das “surpresas” que nos apresentaram uma escola totalmente diferente daquela que imaginamos na pesquisa de 2011, precisamos antes analisar a composição do Ginásio Industrial em 1966.

4. PERFIL DO GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL DE VILA PRUDENTE EM 1966

Primeiramente, os dois cursos que eram o “carro-chefe” da escola – Mecânica e Eletricidade – funcionavam no período da manhã. Obviamente este era o período de elite

da escola, como em geral até hoje assim o é na maioria das escolas públicas e privadas. A escola, naquela época, utilizava uma nomenclatura singular para definir suas turmas e o curso como um todo.

O aluno que ingressava na escola na primeira série do ginásio começava o curso pelo período da tarde. As turmas de primeiro ano, então, eram denominadas A1, A2, A3, ... sucessivamente. Os segundos anos, B1, B2 e B3. Ao passar para o terceiro ano, o aluno deveria optar por uma “formação específica” em Mecânica ou em Eletricidade. Aparentemente, havia, na época, uma demanda maior pelo curso de Mecânica, pois, especificamente no ano de 1966, havia duas turmas de Mecânica no terceiro ano C1 e C2 e apenas uma de Eletricidade C3. O mesmo quadro se repetia com o quarto ano – D1 e D2 para Mecânica e D3 para Eletricidade.

Uma das surpresas que tivemos na análise mais detalhada da documentação foi perceber que a primeira impressão que tivemos quanto ao perfil étnico dos alunos estava um tanto distorcida. No perfil por nós traçado em 2011, chegamos à conclusão de que 51% dos alunos eram nisseis. Grosso modo, poderíamos considerar que havia um equilíbrio entre nisseis e não nisseis. Nossa análise mais apurada deste ano mostrou que, na verdade, havia um enorme desequilíbrio a favor dos nisseis. Na atual análise, individualizamos as turmas, o curso seguido e o período do dia em que estudavam. Considerando apenas o número de formandos do período da manhã no ano de 1966, chegamos ao espantoso percentual de 66% de nisseis e apenas 34% de não nisseis. Ou seja: se, para nós, já era espantoso que, na década de 1960, metade da escola fosse composta por descendentes de japoneses, muito mais espantados ficamos ao constatar que, na verdade, dois terços do período tido como a “elite” da escola fosse tomado por esses descendentes. Particularmente em duas turmas específicas (D2 e D3 – Mecânica e Eletricidade, respectivamente), a estatística se repete: dois terços de cada uma dessas turmas era composta por nisseis, havendo um menor desequilíbrio das proporções apenas na turma D1. (Mecânica)

Para a grande massa de brasileiros típicos, restava apenas fazer o curso noturno que, em absolutamente tudo, se diferenciava dos períodos diurnos do Ginásio Industrial Estadual de Vila Prudente.

5. PERFIL DOS CURSOS NOTURNOS NO GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL DE VILA PRUDENTE

Aqui cabem algumas considerações acerca do período noturno dentro do contexto da Educação Profissional e brasileira. Tradicionalmente, o período noturno sempre foi relegado

a segundo plano, em função de suas características – aluno trabalhador, inferiorizado, com alto índice de abandono dos cursos e com formação, em geral, deficiente. Toda essa carga negativa pesa sobre os cursos noturnos já há muito tempo. Podemos validar essa informação através de um relatório do próprio Aprígio Gonzaga de 1926, que corrobora tal noção:

O curso noturno é um mal necessário. Ainda há pouco no Uruguai, depois de alguns inquéritos, ficou estabelecido que se lhe desse ampla divulgação, porque ainda é o único meio de que se dispõe para reeducar e aperfeiçoar obreiros [...] Se se pudesse obter dos Srs. Industriais e patrões, dias especiais na semana para que os jovens operários lograssem receber aulas de desenho e das matérias necessárias para seu progresso, isso seria preferível à prática das aulas noturnas, cujas inconveniências são tais que por várias vezes temos pensado em propor outro horário que não esse para as aulas do curso de aperfeiçoamento de obreiros”. (GONZAGA, 1926, p. 60)

Exatamente quarenta anos após o relatório de Aprígio Gonzaga, os cursos noturnos do Ginásio Industrial transferidos do Brás para a Vila Prudente continuavam ruminando os mesmos dissabores do início do século XX. Para nossa grande surpresa, porém, aparentemente as coisas haviam piorado bastante.

Pelo que pudemos apurar através de nossa pesquisa, o período noturno deste meado da década de 1960 era composto de diversos cursos, na época chamados de “cursos extraordinários”. Basicamente o período noturno era composto por vários cursos que, como pudemos comprovar (inclusive pelos relatórios de Aprígio Gonzaga), existiam há décadas na Getúlio Vargas do Brás. O período noturno do Ginásio Industrial oferecia as seguintes qualificações:

Mecânica e Reparo de Máquinas;
Desenho Mecânico;
Eletricidade;
Reparo de Rádio receptores;
Marcenaria;
Desenho;
Pintura de Letras e Cartazes.

No entanto, algo ocorreu durante a divisão das três escolas e a instalação desses cursos na Vila Prudente. O que nós verificamos, através da documentação disponível: o

mais extraordinário nesses cursos é que alguns deles simplesmente não existiam. O caso mais emblemático é, sem dúvida, o curso de “Reparo de Rádio receptores”, grafado na documentação disponível simplesmente como curso de Rádio. Nesta habilitação, não só não encontramos nenhum formando no ano de 1966, como também não encontramos nenhum aluno. Existem caixas e mais caixas com pilhas de prontuários, certidões de nascimento e fichas de matrícula, porém nenhum desses alunos cursou sequer o primeiro ano. Tudo o que encontramos nos prontuários foram as notas atribuídas no primeiro bimestre daquele ano letivo e, logo depois, a documentação silencia. As fichas de notas permanecem em branco e nenhum outro documento é acrescentado. O aluno praticamente “evapora no ar”, deixando, da mesma forma, o pesquisador.

Podemos citar também o curso de Marcenaria, no qual “topamos” apenas com um único aluno que, por sinal, também desistiu de se formar sem maiores explicações.

O que mais nos chamou a atenção, considerando o quadro que se apresentou a partir da tabulação dos dados, foi o verdadeiro “apartheid” étnico-social que se estabeleceu na escola logo em seu início. Como dois terços dos alunos da manhã eram nisseis, a menor parte desse período era ocupada por outros estrangeiros e brasileiros. A grande massa dos brasileiros se concentrava mesmo no curso noturno, com toda sua carga discriminatória e todos os problemas inerentes ao período.

Pior ainda é constatar que uma parte infinitamente pequena desses brasileiros se formou. Esse fato nos obriga a refletir sobre as muitas questões culturais e sociais envolvidas e que resultaram nessa cisão que segregou os filhos de brasileiros dos nisseis. Mais ainda: além de isolados no período menos privilegiado da escola, a imensa maioria desses brasileiros foi condenada a não se formar. Foi refletindo sobre essas questões que me lembrei da entrevista que havia feito em 2012 com o Sr. Victor Cañedo (Figura 1).



Figura 1 – Victor Cañedo, em 2012.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec José Rocha Mendes, em 2018.

Sintomaticamente, este senhor era imigrante espanhol, foi aluno do diurno, formou-se e, posteriormente, tornou-se engenheiro mecânico e empresário. Ou seja, tudo aquilo que não era reservado à massa de brasileiros ilhados no curso noturno. O Sr. Cañedo, em sua entrevista, abordou uma faceta muito marcante do caráter da família japonesa e que aparentemente não consta da formação do brasileiro. Transcrevo aqui parte da entrevista concedida em 2012 e que toca em uma diferença cultural. a meu ver, bastante significativa entre a família do imigrante japonês e a família brasileira. Diz o Sr. Cañedo, a respeito da fama de que dispunham os nisseis no Ginásio Industrial:

Aqui, eram uns dois ou três descendentes de espanhol. Eu descendente de espanhol e tinha um lituano e uns europeus. E a gente comentava que eles [nisseis] estudavam três vezes mais do que nós. Ou seja, a carga necessária para eles era muito maior do que a nossa. Não víamos eles como inteligentes, víamos como esforçados. Não tínhamos aquele conceito de “japonês inteligente”, tínhamos o conceito de “japonês esforçado”. Faziam as lições pontualmente e não bagunçavam. Nós, europeus, já éramos bagunceiros. Havia uma diferença até cultural entre nós e eles. (CAÑEDO, 2012)

Não tenho certeza de que seja um consolo, mas o Sr. Cañedo acabou colocando os europeus no mesmo nível dos brasileiros no que se refere ao “desleixo” com os estudos e à “bagunça” nas aulas. Quase sem querer, o entrevistado faz uma análise sociológica dos valores que envolvem a família japonesa no Brasil. O estudo é visto como algo primordial a ser perseguido e conquistado. Aparentemente, brasileiros e europeus ficaram lado a lado em relação à aplicação aos estudos. Se somarmos esses poucos imigrantes que Cañedo citou, podemos ver que a participação brasileira no “período de elite” do Ginásio foi, sem dúvida, ainda menor.

6. PERÍODO FANTASMA

As surpresas relacionadas ao curso noturno não param por aí. Além do enorme número de desistentes, a tabulação de dados nos mostrou uma grande duplicidade de matrículas, especialmente no curso de Rádio. Quer dizer, determinado aluno podia estar simultaneamente cursando Desenho Mecânico e Rádio, ou Eletricidade e Rádio. No entanto, isso não alterava em nada o vazio instalado neste curso. Fosse como fosse, o aluno de Rádio apresentava apenas notas no primeiro bimestre do ano e nada mais era acrescentado.

Para confundir um pouco mais o quadro que se desenhava, conseguimos apurar um número inversamente desconcertante: apenas e tão somente doze alunos do período noturno efetivamente se formaram no ano de 1966 e em apenas dois cursos – sete deles em Desenho Mecânico e cinco em Eletricidade. Todos os demais cursos não apresentam um único formando, o que nos deixa com muitas interrogações a respeito de como era a dinâmica de funcionamento da escola nessa época. O que transparece é que o noturno era inexpressivo para fins estatísticos, praticamente um “período fantasma” e com turmas quase inexistentes. Todos esses dados ainda reforçam para nós uma faceta da escola que já se mostrava muito saliente e que neste atual estudo recebe uma confirmação esmagadora. Assim como a Getúlio Vargas analisada por Mario Saito, o Ginásio Industrial Estadual de Vila Prudente era, também, uma “escola de imigrantes”.

Se tudo isso já não fosse suficientemente complexo, descobrimos, ainda, que turmas formadas em 1969 tiveram seus diplomas emitidos apenas em 1974. Podemos atribuir todas essas “bizarrices” escriturais talvez ao fato dessa escola ainda estar se estruturando. Podemos mesmo supor que essa estruturação foi se dando aos poucos, “atacando-se” cada problema à medida que a necessidade se apresentava.

Por exemplo, para dar consistência às nossas suposições, recorremos novamente ao importante relato do Sr. Victor Cañedo. Através de seus relatos, ficamos sabendo que, nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio de Vila Prudente, a prioridade no curso de Mecânica foi a montagem e instalação das máquinas e equipamentos. Em determinado ponto da entrevista, este ex-aluno nos diz:

[...] Aqui fiz três anos de mecânica. Foi até uma vantagem porque no primeiro ano, ajudei a montar as máquinas. Então, a gente pegou uma bagagem muito maior e, por exemplo, eu que tinha mais ligação com o professor por ser um pouco maior, eu aprendi bastante aqui em termos de mecânica, e em termos de elétrica. Também, as oficinas eram meio misturadas, então saímos daqui com uma boa base. Não fomos prejudicados com a mudança de lá [do Brás] pra cá. (CAÑEDO, 2012)

Assim como houve a necessidade de se “pôr ordem na casa” com a montagem das máquinas para a oficina, painéis para as aulas de eletrotécnica, laboratórios de química e biologia, acreditamos que também a escrituração e a burocracia, de maneira geral, sofreram com a instalação no novo endereço. Isso explicaria o enorme intervalo entre a conclusão do curso pela turma de 1969 e a efetiva emissão dos diplomas apenas cinco anos mais tarde. Cabe também frisar que a organização desta parte da burocracia escolar só veio a partir da troca da direção da escola e a chegada do Professor Edem Della Bella ao

cargo. Este personagem já citado em outros artigos nossos, teve destacada participação em muitos momentos cruciais do Ginásio Industrial. Como não poderia deixar de ser, Prof. Edem esteve também à frente da escola no momento do resgate dessas dívidas que a escola tinha para com alguns alunos “esquecidos” pela burocracia.

Em tantos momentos o Prof. Edem esteve à frente, atendendo às muitas demandas necessárias à comunidade escolar, que recebeu uma justa homenagem em 2009, quando da inauguração do novo auditório. Este, passa então a se chamar Auditório Edem Della Bella.

Não pudemos ainda deixar de notar que o “transplante” dos cursos do Brás para o bairro do Tatuapé e da Vila Prudente não tenha saído conforme o esperado e que as novas escolas tivessem de se adaptar à nova clientela da melhor maneira possível. Como sempre, no Brasil, “o jeito foi improvisar”, sustentar a escola o quanto fosse necessário e, se possível, buscar alternativas para sua adaptação à nova realidade.

Nesse ponto, a documentação disponível silencia novamente, e temos de tatear às escuras, procurando sempre um caminho possível entre os lapsos, os vazios e as incertezas. Mesmo o excelente levantamento documental feito por Mario Saito não pode nos dar respostas muito claras a respeito do porquê os cursos noturnos não puderam continuar sua existência no novo endereço da Vila Prudente.

O que pudemos aferir, com certeza, a partir da documentação disponível, é que aquela longa relação de “cursos extraordinários” mantidos no período noturno entrou rapidamente em extinção, assim que chegou à nova escola. Já no ano de 1964, portanto, o primeiro ano de existência do Ginásio Industrial Estadual de Vila Prudente, o noturno formou apenas quatro alunos em “Pintura de Letreiros e Cartazes”, três em Marcenaria e dois em “Artes Gráficas”. O ano de 1965 foi ainda pior – formaram-se dois em Pintura e um “Compositor Manual”.

Buscando compreender um pouco melhor este quadro, recorremos ao livro de Mário Saito, mas este sequer cita os cursos noturnos nos anos anteriores à divisão da Getúlio Vargas e sua transferência para o Ipiranga. É bem provável que tais registros nem existam mais, pois caso existissem, o vigoroso trabalho de Saito certamente faria referência aos formandos destes cursos. Só podemos ver nisso outro sintomático indicador do tratamento dado aos cursos noturnos no que diz respeito ao registro documental.

Nossa hipótese é a de que esses cursos já se encontravam em decadência nos últimos anos de existência da GV do Brás e que a transferência desses cursos para a Vila Prudente e o Tatuapé apenas tenha acelerado o processo. Se essa decadência é resultado apenas de mudanças nas demandas da indústria daquele momento, ou de novas políticas de governo, é uma pergunta que ainda carece de maiores pesquisas para ser respondida.

A certeza que temos pelos dados compilados até aqui é que os cursos extraordinários desapareceram no ano de 1966 e, pelo menos até o início da década seguinte, nenhum outro curso foi criado para cobrir o vazio deixado por eles, especialmente no período noturno.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito curioso notar que foi relativamente fácil montar um painel do que era o Ginásio Industrial Estadual de Vila Prudente nos períodos diurnos da década de 1960. Inversamente, tivemos enormes dificuldades ao montar o mesmo painel do curso noturno. Este período apresentava tantas discrepâncias e tantas particularidades estranhas que se tornou um verdadeiro enigma sua compreensão dentro da dinâmica da escola em meados dos anos 1960.

Para nós, o que permaneceu foi o quadro de um “período fantasma”, de salas de aula esvaziadas, enorme evasão, alunos com duplicidade de matrículas em cursos que ocorriam simultaneamente, alunos “esquecidos” pela burocracia escolar, registros desaparecidos e livros perdidos. De fato, para nós fica a imagem de que, sob todos os aspectos, o período noturno dessa época era realmente “um curso extraordinário”.

8. REFERÊNCIAS

CAÑEDO, Victor. **Entrevista concedida à Paulo Eduardo da Silva**, em 22 de setembro de 2012.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Caixa de Prontuários nº 521/560**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Caixa de Prontuários nº 561/600**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Caixa de Prontuários nº 601/640**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Caixa de Prontuários nº 641/680**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Caixa de Prontuários nº 681/720**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Caixa de Prontuários nº 721/740**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Caixa de Prontuários nº 741/790**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Livro de Registro de Matrículas 1968. Curso Noturno**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Livro de Registro de Matrículas 1968 – 1972**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Livro de Registro de Diplomas – 1964/1967**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Livro de Registro de Diplomas – 1967/1971**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Livro de Registro de Diplomas – 1972/1974**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Livro de Registro de Diplomas – 1964/1969 – Curso Noturno**, em 2018.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. Secretaria Acadêmica. Arquivo Permanente. **Pasta de Recortes do DOE** – Secretaria Acadêmica Etec José Rocha Mendes, em 2018.

GONZAGA, Aprígio. **Relatório anual da Escola Profissional Masculina**, da Capital, de 1926. Disponível em: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/galeria/ArpiggioGonzaga1926.pdf> Acesso em: 31 jan. 2021.

MEIHY, José C.S.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PATANÉ, Edson João. **Entrevista concedida à Paulo Eduardo da Silva**, em 18 de agosto de 2012.

SAITO, Mário Izumi. **Os Egressos da “GV” do Brás** – Escola Técnica “Getúlio Vargas” (1911 – 1963). São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/livros/memorias/egressosgv.pdf> Acesso em: 31 jan. 2021.

FATOS E RELATOS: A ESCOLA INDUSTRIAL DE JAÚ NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Lauriberto de Jesus Bertoni Junior
Prefeitura Municipal de Bariri

1. INTRODUÇÃO

Os estudos na área da Educação, especificamente a profissional, devem ser desenvolvidos e ampliados, uma vez que, por meio das abordagens, é possível considerar as particularidades e singularidades, permitindo um direcionamento assertivo da pesquisa, quanto resgate histórico das instituições de ensino, identificando as intencionalidades de suas edificações, métodos e procedimentos pedagógicos compartilhados, tido como necessários nos contextos de suas constituições. “[...] a Educação profissional, personificada pelos cursos técnicos, permite que homens e mulheres tenham seus valores fortalecidos, que sejam preparados para o mundo de trabalho e permite o relacionamento entre os pares”. (BERTONI JUNIOR, 2017a, p. 390)

Por conta disso é pertinente destacar que as escolas disseminam a educação formal, assim como representam a comunidade que encontram inseridas, sendo possível afirmar que ela “[...] passa a apresentar um sentido relevante e autêntico, articulando seu projeto político-pedagógico com os repertórios dos envolvidos” (BERTONI JUNIOR, 2016, p. 58). O estudo dessas escolas possibilita não apenas levantamento histórico, mas o entendimento da rotina em que foram edificadas, determinado a realidade e os objetivos para quais foram criadas, representando grupos, culturas, ideologias, classes sociais, e não se limitam somente a materialidade de suas constituições.

Para tanto, a pesquisa e a preservação são complexas, não podendo se limitarem somente a uma visão superficial ou da representação de um grupo. Vale mencionar que os Centros de Memória concretizados e em construção, partes das propostas do Centro Paula Souza e idealizados pelos membros do grupo nos Clubes de Memórias, constituem um significativo exemplo de preservação da história da educação profissional, pois permitem manter vivos os aspectos mais amplos das atividades, das personagens, dos arquivos escolares e dos materiais das escolas ao longo das décadas.

Levando essas perspectivas em consideração, o presente estudo realiza um levantamento histórico da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, da cidade de Jaú, entre as décadas de 1940 e 1950, pois se refere ao período em que ocorreu sua edificação, ao franco processo de urbanização e industrialização da cidade, assim como o decreto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1961, sob a Lei nº 4.024, como verificado em Bertoni Junior. (2017b)

O objetivo central da pesquisa é analisar a Escola Industrial de Jaú entre as décadas de 1940 e 1950. Quanto aos específicos, destacam-se: verificar a importância do resgate da Educação Profissional no período em questão; abordar a relevância da história oral e da arquivística no resgate histórico da escola; identificar o significado da Escola Industrial para a cidade e a região.

Desta forma, é possível a criação de uma relação entre o universal e o particular, possibilitando que se atinja os objetivos propostos, percebendo a intencionalidade e a articulação direta da criação e fortalecimento da escola estudada com o cenário em que se encontra inserida, além de permitir o resgate e a preservação desta importante instituição de educação profissional nas suas primeiras décadas de funcionamento.

2. METODOLOGIA

O referido artigo foi construído e estruturado utilizando-se os estudos realizados na Escola Técnica Estadual (Etec) Joaquim Ferreira do Amaral para o desenvolvimento da dissertação defendida em fevereiro de 2017 no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Carlos (BERTONI JUNIOR, 2017b), e que resultou na publicação do livro “Escola Industrial de Jaú: criação e primeiros tempos (1939 – 1960)” pela Editora Novas Edições Acadêmicas (BERTONI JUNIOR, 2017c), assim como os estudos realizados pelos professores que integram o Grupo de Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) do Centro Paula Souza.

Inicialmente foram utilizadas fontes impressas e digitais, responsáveis por comporem a revisão bibliográfica, servindo para dar cunho científico, por meio de citações diretas e paráfrases, cujas fontes foram livros, revistas e artigos científicos, trabalhos de conclusão de cursos, jornais, sites especializados, utilizados na íntegra, capítulos, trechos ou apenas como fonte de consulta, realizando resenhas, resumos e fichamentos.

O levantamento de dados na internet ocorreu em bancos de dados como SciELO e Google Acadêmico, tendo por descritores: ensino profissional, ensino industrial, Clube

de Memórias, história oral, arquivística, Jaú, Joaquim Ferreira do Amaral. As pesquisas nas bibliotecas das Faculdades Integradas de Jaú, na Universidade Federal de São Carlos, no Centro de Documentação Municipal de Jaú, no Museu Municipal da cidade e nos arquivos da Etec Jaú também foram relevantes.

Especificamente na unidade de estudo, as fontes foram documentação escolar, fotografias, leis, decretos, materiais e maquinários utilizados em sala de aula, além de conversas informais com funcionários e consulta em materiais disponíveis para desvendar o cenário. Vale também destacar as entrevistas realizadas com Caruso Bertrami, professor na unidade desde 1942; Honório Sérgio Conti, aluno nos anos de 1946 e 1947; Maria Thereza Pasqualotti, aluna entre os anos de 1948 e 1953; Pedro Zafra Anaya, aluno entre 1949 e 1955, e professor da escola a partir de 1955; Therezinha Grossi Zafra, aluna de 1955 a 1958; Julião Perianez (*in memoriam*), funcionário desde 1963, sendo que o último, mesmo ingressando após o período de estudo, concedeu informações úteis, e o pesquisador prestou uma homenagem póstuma pelos quase 54 anos de serviços na instituição.

A realização do levantamento bibliográfico, da pesquisa na escola, no Centro de Documentação e no Museu Municipal ocorreram entre os meses de setembro de 2015 e julho de 2016. A pesquisa na internet, por sua vez, foi atualizada entre os meses de abril e junho de 2018.

3. A FUNDAÇÃO DA ESCOLA: A DÉCADA DE 1940

O desenvolvimento industrial evidente no Brasil e iminente no Estado de São Paulo possibilitou alterações na estrutura educacional, sobretudo no que concerne ao ensino profissional, reforçando a necessidade de preparação de mão de obra especializada para o setor. “A Educação Profissional no Brasil veio se desenvolvendo juntamente com a expansão industrial que, em função disso, demandou uma crescente formação de mão de obra qualificada, principalmente para os setores produtivos” (VIEIRA, 2010, p. 23), intensificando, inclusive, as relações capitalistas.

Segundo Machado (2014), a expansão industrial precisava de trabalhadores com conhecimentos especializados, letrados, que realizassem serviços que atendessem às exigências do mercado, pois “os fatores econômicos também exerciam pressão no sentido de ser melhorada a mão de obra dos estabelecimentos fabris” (FONSECA, 1986, p. 173), necessitando de providências pelo governo federal, respondendo com a articulação de estabelecimentos de ensino profissional ligados aos setores industriais. (BERTONI JUNIOR, 2017c)

Surge no setor industrial nos primeiros tempos da República a necessidade de preparação para o trabalho nas indústrias e no comércio. Torna-se indispensável a formação da mão de obra devido ao crescimento do setor econômico brasileiro. Espaço o qual a educação também se mostrava inteirada das questões emergentes e delas se fazia direcionar para a busca de soluções que suprissem a demanda da mão de obra na esfera social imposta pela economia crescente [...]. (ZANLORENSE *et al.*, 2012, p. 765)

Diante do cenário, destaca-se que o final da década de 1930 é marcado pela adequação das instituições e sistemas de formação profissional, incluindo aspectos organizacionais e curriculares, respondendo às demandas “de composição qualitativa e quantitativa da força de trabalho em função do modelo de inserção do país no atual estágio das relações sociais capitalistas internacionais e das transformações técnicas e de gestão dos processos produtivos”. (LIMA FILHO, 2002, p. 270)

Na década de 1940, nas diversas partes do Brasil, incluindo o interior paulista, as escolas industriais passaram a formar o aluno-trabalhador, instruindo especialmente filhos das classes trabalhadoras, capacitando-os para comporem o mercado de trabalho, marcado por significativo desenvolvimento da industrialização e da urbanização. De acordo com Marx (2003, p. 255-256), “[...] em todas as formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância”, citação essa que permite compreender a referida década.

Segundo Bertoni Junior (2017b), diversas leis foram instituídas, visando a regulamentar o ensino industrial nas esferas federal e estadual. Quanto às leis propriamente ditas, essas foram denominadas Leis Orgânicas da Educação Nacional, baixadas através de Decreto: no ano de 1942, foram decretadas as Leis Orgânicas do Ensino Secundário e Normal e do Ensino Industrial; no ano de 1943, a Lei Orgânica do Ensino Comercial; em 1946, as Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Agrícola, como verificado em Vieira (2010).

Em Santos (2003), constata-se que as Leis Orgânicas da Educação Nacional tinham objetivos específicos, ou seja: os ensinos secundário, normal e superior destinavam-se às elites que conduziam o país, e o ensino profissional atendia aos filhos dos operários e os considerados desvalidos da sorte e os menos afortunados, os quais necessitavam ingressar de maneira precoce no mercado de trabalho.

As Leis decretadas na década de 1940 possibilitaram a criação de diversas entidades especializadas, entre elas o SENAI, por meio dos Decretos nº 4.048 e nº 4.481/42, e o SENAC, pelos Decretos nº 8.621 e nº 8.622/46, além de transformarem as “antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas”. (SANTOS, 2003, p. 217)

De acordo com Bertoni Junior (2017b), a conjuntura permite compreender o que representou o desenvolvimento da indústria no país e a edificação da Escola Industrial em Jaú/SP, julgando que a ocorrência não foi mera condição do acaso, mas se atrelou a uma nova realidade que, gradativamente, se instaurou nas mais diversas regiões do país, entre elas o Centro-Oeste paulista.

Tal consciência da condição em que a cidade de Jaú se encontrava converge no que se estruturava no Brasil, como pode ser observado a seguir:

Jaú compreendeu que tinha que se preparar no esforço de completar o seu ciclo econômico, interpretando o futuro na certeza de que logo adviria o período industrial com todo o seu imenso cortejo de progresso. Como acontecera com a agricultura, na qual nenhum outro rincão excederia o seu trabalho ali realizado, a fase industrial também teria de repercutir nas terras jauenses, colocadas privilegiadamente no ponto mais central da carta geográfica da terra bandeirante. (FERNANDES, 1955, p. 3)

A industrialização e o progresso foram a máxima do período, destacando a alteração das relações desencadeadas no momento histórico em questão. “[...] no decorrer da década de 1920 há mudanças qualitativas e quantitativas na atividade industrial paulista. Em números, o crescimento industrial supera o resto do país” (BARROS, 2013, p. 98), o que explica as características evidentes no Estado, quando comparadas às demais áreas brasileiras.

A realidade posta resultou em alterações significativas no mercado de trabalho, passando a absorver um número considerável no setor industrial e nos serviços que se desenvolveram nas cidades, incluindo Jaú (BERTONI JUNIOR, 2017c). Entretanto, a “capacidade de geração de emprego das atividades industriais e dos novos setores de serviços urbanos públicos e privados, que emergiram com o processo de integração nacional” (DEDECCA, 2005, p. 99), passaram a exigir mão de obra especializada, qualificada, que em um primeiro momento foi sendo suprida pelo trabalho imigrante, marginalizando, muitas vezes, a população que até então se dedicava ao trabalho agrícola.

Em razão disso, a exigência do fluxo produtivo nos moldes capitalistas de produção reforçou a intencionalidade estatal do operário qualificado, o qual deixou de utilizar somente o trabalhador imigrante europeu, pois, em um cenário de desenvolvimento e urbanização, o combate à mendicância e à pobreza tinha como ideologia a ocupação por meio do trabalho e a educação técnica daqueles “desprovidos economicamente”. (BERTONI JUNIOR, 2017c, p. 64)

Nessa vertente, Joaquim Ferreira do Amaral, patrono da Escola Industrial de Jaú, acompanhou as mudanças vividas pela cidade, especialmente quanto à urbanização, industrialização e necessidade de formação de mão de obra técnica para o ofício. (BERTONI JUNIOR, 2017b)

[...] viu Jaú evoluir até a formação de seu urbanismo, dotado dos melhoramentos essenciais a uma cidade adiantada. E como a Jaú tudo devia, quis testemunhar-lhe o seu reconhecimento, com uma doação que concorresse para o preenchimento do que lhe pareceu uma necessidade indispensável; a instalação de um estabelecimento técnico adequado, em que, pela aprendizagem de artes e ofícios, reclamados pela vida local, os filhos de seus moradores aqui mesmo se adestrassem em suas profissões, evitando o seu êxodo para os grandes centros. (FERREIRA, 1953, p. 41)

Para concretizar seus projetos, Joaquim Ferreira do Amaral doou um terreno ao poder público, através de escritura pública, em 27 de setembro de 1928, lavrada nas notas do 8º Tabelião da Capital. Segundo Ferreira (1953), compareceram como outorgante doador Joaquim Ferreira do Amaral e como outorgada donatária a Fazenda do Estado, representada pelo subprocurador Dr. Raul Vicente de Azevedo. A área doada compreende um quarteirão situado entre as Ruas Paissandu, Humaitá, Bento Manoel e Floriano Peixoto, cuja área foi 8.627 m².

Apesar de oficializada na data acima citada, a entrega do terreno ao Governo ocorreu anteriormente, através do Secretário do Interior, Dr. Fabio Barretto, responsável por denominar a escola como “Joaquim Ferreira do Amaral”, em solenidade de lançamento da pedra fundamental, no dia 22 do mesmo mês e ano.

Para a construção do edifício e suas dependências, Ferreira (1953) apresenta que foi organizado o orçamento específico, mas, a Revolução de 1930 foi responsável pela suspensão e interrupção do ritmo administrativo do Estado e, por consequência, a construção da escola. Em 1939, através do Decreto n. 9.988, de 7 de fevereiro, foi criada a Escola Profissional Secundária Mista “Joaquim Ferreira do Amaral (SÃO PAULO, 1939). Contudo, novamente o projeto esbarrou em problemas, já que o início das obras foi marcado por “orçamentos [...] elaborados desconexamente, sofriam nos seus reajustamentos finais e anuais, cortes imprevistos. Havia choques, conflitos, incertezas, ou mutilações de verbas [...]”. (FERREIRA, 1953, p. 44)

Além disso, Vieira (2010) apresenta que o doador do terreno e patrono da escola presenciou suas obras em construção, mas não viu seu funcionando, pois faleceu em 1941.

Por conta de todos esses percalços, o início das atividades pedagógicas e técnicas ocorreu somente em 1942, em espaço cedido na Rua Marechal Bitencourt, no centro da cidade, sendo que a utilização do prédio próprio da escola se deu no segundo semestre do mesmo ano. Entre as primeiras atividades, se destacam a 1ª Série Vocacional, disponibilizando os cursos de Fundição, Mecânica de Máquinas, Marcenaria e Corte e Costura.

O ano letivo de 1942 foi acrescido em Jaú de mais um setor de ensino e a Escola Profissional Secundária abriu suas portas para abrigar pouco mais de 50 jovens de ambos os sexos, que aqui vinham, em busca de instrução técnica, que os habilitassem a vencer na vida prática. Um ano de esforço, dedicação, abnegação mesmo de todos os funcionários, desde o diretor até o mais humilde servidor. (FERREIRA, 1953, p. 101)

A escola, desde os primeiros anos de funcionamento, foi bem aceita pelas diversas empresas. De acordo com Julião Perianez, em entrevista concedida em 12 de setembro de 2014: “Na época os alunos que eram muito procurados eram da Mecânica, tinha fila para pegar aluno quando se formava, empresas de São Paulo, Ford, General Motors vinham já em dezembro buscar os alunos”.

A questão da empregabilidade também pode ser constatada na entrevista de Honório Sérgio Conti, concedida em 02 de novembro de 2016: “Muita gente que estudava lá arrumava emprego. Por exemplo: muitos arrumavam emprego fora, como Campinas, Jundiaí, eles vinham [as empresas] e pegavam alunos da Industrial. Fábricas de carros de São Paulo vinham sempre”.

Ao abordar a característica de formação do operário, essa era clara para a população da cidade, pois as famílias de classe média e, obviamente, da elite, viam a Escola Industrial como aquela destinada aos menos abastados. “Aqui sempre foi para trabalhador, no Instituto era para os mais ricos. Aqui era uma escola que vinha mais pobre” (PERIANEZ, 2014). Segundo Maria Thereza Pasqualotti, em entrevista concedida em 22 de novembro de 2016: “Apesar de toda importância se percebia uma diferença entre os alunos da Industrial e de outras escolas. O meu professor de Matemática dava aula aqui e no Instituto; lá ele era bem remunerado. A Industrial era uma escola mais para trabalhador [...]”.

A divisão de classes no período era evidente, a qual se estendia à formação nas instituições de ensino, que converge para o caráter de formação do aluno-trabalhador da Escola Industrial da cidade. Segundo Therezinha Grossi Zafra, em entrevista concedida em 27 de dezembro de 2016: “O pessoal de lá [Instituto] era uma classe com um nível monetário, um pouco mais, mas eu não me arrependo nem um pouco de estudar aqui

[Industrial], eu não me sentia diminuída. Tiveram pessoas de famílias mais abastadas que estudaram aqui e não foram diminuídas”.

A preocupação em oferecer o ensino profissional àqueles que necessitavam de especialização para as funções da indústria era clara, assim como o oferecimento de curso para as mulheres, como Corte e Costura, possibilitando a formação do operário e da mulher nos afazeres domésticos, evitando o ócio e a vadiagem.

O caráter formativo e técnico da escola sempre esteve presente. Em entrevista concedida em 05 de novembro de 2016, Pedro Zafrá Anaya destaca: “Naquela época que a gente estudava o curso era mais intensivo, estudava em um período só aula teórica e no outro período era só aula prática, então os alunos tinham muita aula de prática”.

Desde o início do educandário, procurou a direção amparar os jovens operários que desejassem aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, permitindo-lhes o ingresso em cursos especializados com funcionamento noturno. Desde o ano da criação destes cursos [...] viu-se a escola povoada de jovens que, todas as noites vão modelar seus conhecimentos e enriquecer o seu patrimônio de conhecimentos na escola-oficina. Mais de três centenas deles já levaram seus certificados de habilitação, pelos cursos de Ajustador-mecânico, Torneiro-mecânico, Desenho Arquitetônico, Rádio, Alfaiataria, Corte e Costura, Rendas e Bordados, Desenho Artístico, etc. (FERNANDES, 1955, p. 8)

Além da formação dos alunos, o ano de 1949 foi significativo para a história da escola, pois a Lei nº 373, de 25 de julho de 1949 foi responsável pela criação dos cursos do ensino industrial básico e do curso de Mestria. Por meio dela, na Escola Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú, foram criados, no ensino industrial básico, os cursos de Alvenaria e revestimentos, Aparelhos elétricos e telecomunicações, Pintura. “[...] Artigo 3º – A instalação dos cursos ora criados será feita a partir de janeiro de 1950, de acordo com as necessidades do ensino e as dotações orçamentárias”. (SÃO PAULO, 1949a, art. 3º)

Ainda no mesmo ano, em 20 de outubro, a Lei nº 490 (SÃO PAULO, 1949b) criou os cursos de mestria em escolas industriais do Estado, cujo artigo 1º destaca que estas escolas, além do ensino industrial básico, passaram a ministrar o ensino de Mestria, visando a atender às necessidades regionais em matéria de técnicos mais habilitados. Como resultado, a Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral passou a oferecer os cursos de Mestria de Mecânica de Máquinas, de Máquinas e Instalações Elétricas, de Fundação, de Marcenaria, de Corte e Costura com frequência exclusiva de mulheres.

Assim, por meio das informações apresentadas, foi possível verificar que a escola cumpriu, na década de 1940, o papel designado desde a sua constituição, formando o aluno-trabalhador para uma realidade industrial evidente. Para dar andamento à abordagem, o próximo tópico analisa a realidade da instituição na década de 1950.

4. A CONTINUIDADE DOS TRABALHOS: A DÉCADA DE 1950

A década de 1950 foi extremamente significativa para o ensino profissionalizante pois, “durante o Período Democrático [...], permitiu-se a equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes” (VIEIRA, 2010, p. 27), na medida em que a Lei Federal nº 1.076/50 concedeu aos alunos que concluíam os cursos profissionais possibilidade para darem continuidade aos estudos acadêmicos, integrando os níveis superiores. Para tanto, seria necessário que eles prestassem exames daquelas disciplinas não cursadas, assim como provassem apresentar nível de conhecimento indispensável à realização dos referidos estudos.

Segundo Bertoni Junior (2017b), ao analisar a Lei Federal nº 1.821/53, se verifica sua disposição quanto às regras para a aplicação do regime de equivalência mencionado acima nos diversos cursos de grau médio. Contudo, essa Lei somente foi regulamentada no final de 1953, através do Decreto nº 34.330/53, cujos efeitos se efetivaram a partir de 1954.

O modelo proposto para a formação do trabalhador especificamente era “[...] de curta duração, baixo custo, centrado no ensino aplicado, dissociado da pesquisa e da extensão, flexível e em conformidade com as demandas imediatas dos setores produtivos” (LIMA FILHO, 2002, p. 286). Destaca-se que, diante do iminente desenvolvimento industrial no contexto, apresentado anteriormente, reforça-se a necessidade de um trabalhador cada vez mais especializado, técnico e capaz de compor a mão de obra deste setor, reflexo da intencionalidade que reforça a tendência urbanizadora, ancorada pela ideologia de quebra do paradigma de um país essencialmente agrícola.

Na realidade explanada, principalmente na década de 1950 configura-se, inclusive, a conveniência de mudanças e articulações no ensino ministrado no país no que concerne ao ensino profissional, ancorado por políticas de desenvolvimento econômico que estavam sendo praticadas durante o governo Kubitschek (1956 – 1961), abrindo a discussão quanto ao modelo escolar responsável por se ajustar às necessidades da sociedade, mas que não se desvinculava do modelo de desenvolvimento industrial, responsável por privilegiar a técnica, almejando o alcance da melhor eficácia organizacional do processo de trabalho. Nesta vereda tornou-se indispensável uma modalidade de ensino

industrial, um pouco mais flexível, autônoma, sintonizando os currículos escolares com o perfil que se de pretendia formar, atendendo, por consequência, as exigências do sistema produtivo, condição que culminou na Nova Reforma do Ensino Industrial, por meio da Lei nº 3.552/59, ideias essas compartilhadas por Silva (2013). A publicação da referida Lei passou a assegurar à administração da escola a possibilidade de organização do quadro do pessoal docente e administrativo que, até este momento, centrava-se no Ministério da Educação, através da Diretoria de Ensino Industrial.

Quanto à contratação de docentes, Silva (2013) destaca que a escola tinha garantida a possibilidade de fazê-la através de contratos por tempo determinado de, no máximo, um ano, sem direito à renovação, mediante, somente, apresentação de títulos, condição esta restrita aos casos em que, com a abertura das inscrições para preenchimento de vaga, não houve candidato interessado, assim como substituições eventuais ou transitórias.

Por meio das informações apresentadas, confirma-se a tese de que “[...] acompanhando os anseios capitalistas, o Brasil toma iniciativas de organização do ensino e passa a criar as escolas técnicas e assim responder às necessidades de formar o trabalhador para as indústrias nascentes”. (ZANLORENSE, *et al.*, 2012, p. 769)

[...] o papel da educação profissional oferecida pelo Estado é o de estruturar o sistema educacional para fazer com que o trabalhador internalize, legitime e se conforme com a posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, ao passo em que se constrói a noção de Estado benefitor, devido à preocupação com a situação de fragilidade econômica da classe trabalhadora. Por sua vez, a classe trabalhadora, em geral pobre, é vista como desvalida, desafortunada e presa fácil da vadiagem, motivo pelo qual o Estado justifica a necessidade de ocupá-la com o trabalho; fato que faz com que a escola profissionalizante se torne um instrumento de eugenia social, pelo qual se extirpará da sociedade o mal do crime e do vício. (FLORO; DAL RI, 2015, p. 306)

Confirma-se, por meio da citação, a ideia de que o desenvolvimento econômico da nação viabilizou a constituição das escolas de caráter técnico, industrial e profissional, as quais correspondiam aos interesses de continuidade da economia capitalista, formando novos trabalhadores, instruídos mediante o anseio dos ideais republicanos (BERTONI JUNIOR, 2017c). O propício contexto de progresso econômico passou a direcionar o empenho de variadas formas de ensino, investindo no ensino profissional para os diferentes setores da economia, como ocorreu com a Escola Industrial de Jaú, constituída na cidade em 1942 e tema do presente estudo.

Nesse cerne, evidencia-se a necessidade da criação e desenvolvimento de aptidões para o trabalho em uma sociedade cada vez mais urbana e industrial, através “[...] da permanente atualização técnico-produtiva da força de trabalho escolarizada. Neste aspecto, formação profissional identifica-se com ensino técnico-profissionalizante ou, conforme o discurso oficial, educação profissional.” (SOUZA, 2002, p. 54). A oferta de meios educacionais para que as classes trabalhadoras recebessem formação para incorporarem-se ao mercado de trabalho tornou-se uma necessidade evidente:

[...] o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável ensino técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (FONSECA, 1986, p. 163)

Particularmente na cidade de Jaú, na década de 1950, o declínio da produção agrícola local possibilitou que a atividade industrial calçadista se configurasse como opção viável para a retomada do crescimento econômico, cujo conhecimento familiar transmitido no setor constitui elemento significativo do saber-fazer local, o que consolidou em uma indústria especializada (FUINI, 2013). A partir do final desta década, a produção local se inclinou para o calçado feminino, recebendo estabelecimentos componentes da cadeia produtiva do setor.

Vale mencionar que a proliferação do setor calçadista se ligou à especialização da mão de obra disponível, assim como sinalizou para a possibilidade de vários operários deixarem de ser trabalhadores e se tornarem proprietários (BERTONI JUNIOR, 2017b). Como destaca Contador Júnior (2004, p. 120-121), “a estrutura industrial foi criada e produzir calçados passou a ser a meta também para os filhos e sobrinhos dos pioneiros, que hoje produzem o calçado através de uma estrutura empresarial familiar”.

Em Almeida Prado (2012, p. 40) nota-se que “o espaço territorial do município [...] sofreu alterações provocadas pelas empresas e pessoas envolvidas no processo de fabricação do calçado, o que deu origem a um clima de ‘convivência industrial’, no polo mono industrial [...]”. Diante da conjuntura reforça-se a ideia de um cenário extremamente propício ao desenvolvimento da Escola Industrial na cidade, uma vez que, gradativamente, foram sendo necessários operários, também, para o segmento.

De acordo com essa vertente, o referido período consolida o papel da instituição no contexto, cumprindo aquilo a que foi criada, especialmente em um cenário em que a indústria de calçado feminino se tornou um importante segmento para a cidade. A frase de Ferreira (1953, p. 51) marca bem as informações apresentadas: “Aqui está esta Escola. Em 1928, era um gesto. Em 1951, é um monumento”.

A partir do seu início, a escola foi se transformando num polo de cultura e de formação de profissionais qualificados para o trabalho. Na década de 50 foram criados os cursos de Mestria, Mecânica e Corte e Costura, preparando profissionais para a Indústria e para o próprio Ensino Industrial [...]. (VIEIRA, 2010, p. 89)

A escola, como resultado dos trabalhos desenvolvidos, passou a se destacar pelos artigos que eram produzidos pelos alunos. Como pode ser verificado na entrevista concedida por Caruso Bertrami, em 21 de novembro de 2016: “Todo ano fazíamos uma exposição, com a Mecânica, Desenhos, Bordados, Marcenaria, Fundição, quase todas as seções concorriam para que a exposição tivesse êxito”. O Professor continua: “Nós fazíamos exposições maravilhosas, o povo todo ia para escola, então tinham três, quatro dias de exposição; a seção de Fundição colocava as pecinhas deles lá, a Mecânica fazia alguma máquina e expunha também, bordados, desenho também”.

Segundo Pasqualotti (2016): “As feiras [...] eram muito importantes, os móveis eram maravilhosos. A escola já era muito conceituada na região, inclusive participava da escolha da princesa entre as escolas da cidade”.

Além das feiras anuais realizadas pela Escola Industrial, havia eventos solicitados pela Prefeitura Municipal, como o ocorrido no 1º Centenário de Jaú. Na organização de uma das exposições ocorreu algo inusitado, como destaca Bertrami (2016):

Lembro de uma ocasião em que íamos fazer uma exposição lá embaixo [Paço Municipal] [...], o terreno era declive, o caminhão tombou e derrubou a máquina que íamos fazer a exposição, era um torno, torno mecânico, e depois foi aquela correria, quebrou algumas peças [...], a ponta do barramento do torno bateu na minha testa, abriu um pedacinho, tive que correr na Santa Casa botar um esparadrapo.

No relato de Zafra (2016) se constata que as alunas, nas aulas, tinham o hábito de confeccionar roupas para uso próprio e para a comunidade:

Na quarta série nós aprendíamos a confeccionar roupas, aliás, na terceira série nós fazíamos também o bordado, as roupas e nós fazíamos roupas para as pessoas, apesar de falarem que nós íamos receber, mas nunca recebemos. No terceiro ano fazíamos roupas íntimas, aqueles jogos de lingerie, tudo com aplicação, bordados, tudo mais para as pessoas, a escola que recebia, ou se cobrava também, não sei, porque como a gente era aluno, fazia o que a professora mandava. Depois na quarta série aprendíamos fazer a parte de roupas, vestidos, casacos, tudo isso daí, então nós fazíamos em papel de seda, diminuía a escala e depois fazíamos normal para a gente ou para as pessoas. (ZAFRA, 2016)

A escola também participava frequentemente dos eventos cívicos da cidade, sendo possível observar disputas entre a Industrial e o Instituto:

A gente competia nos desfiles, 7 de setembro, Aniversário da Cidade, um queria fazer mais que o outro, tinha fanfarra lá também; aqui a gente desfilava, nós fazíamos o uniforme para desfilarmos, ia tudo direitinho, nós mesmos que confeccionávamos, a saia geralmente pregueada, era azul marinho, a blusa era branca, nos desfiles a gente fazia gravata. [...] Desfile tinha todo ano, desfilava também no aniversário da Industrial, [...]. Eles faziam churrasco que dá certo que o seu Mizael Barbosa tinha fazenda e ele doava o boi, então o churrasco era feito na parte de lá onde era a Fundação, no galpão de lá. (ZAFRA, 2016)

A importância da escola se tornou tal que, em 1951, em 30 de julho, o Decreto nº 20.655 (SÃO PAULO, 1951a, p. 1, grifo nosso) declarou ser “de utilidade pública o imóvel situado no município e comarca de Jaú, [sendo necessária] à ampliação da Escola Industrial local”. O Decreto mencionado foi extremamente significativo, pois, além de ressaltar a relevância da escola, expandiu a possibilidade de atendimento de um maior número de alunos, ampliando, por consequência, a oferta de mão de obra para a indústria da cidade e diversas outras regiões, em acelerado processo de expansão.

A Lei nº 1.546A, de 28 de dezembro de 1951 (SÃO PAULO, 1951b), foi responsável por transformar em Escola Técnica a Escola Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú, atendendo à previsão da Lei Orgânica do Ensino Industrial vigente no período, “continuando a atual escola industrial, ali existente, a constituir o primeiro ciclo da escola técnica ora transformada”. (SÃO PAULO, 1951b, art. 1º)

Além disso, por meio do artigo 2º, manteve os cursos extraordinários, industriais e de mestria, passando a oferecer, também, os cursos técnicos de Fiação e Tecelagem, Desenho Técnico, Química Industrial, e Construção de Máquina e Motores.

Gradativamente a escola ampliou a oferta de cursos industriais, atendendo ao mercado de trabalho, sendo que os de Mecânica de Máquinas e Ajustagem Mecânica se mostravam extremamente promissores, pois, no momento em estudo, a indústria de calçados femininos passava a se desenvolver na cidade, condição que fez com ela passasse a ser conhecida como “Capital do Calçado Feminino” no contexto atual.

Segundo Bertoni Junior (2017b), na década de 1950, o ensino técnico e industrial foi se estruturando sob a nova égide capitalista, especialmente porque, além da carência de profissional especializado, em muitos momentos a carência de docentes também se evidenciava nestas instituições, incluindo a jauense, condição que foi sendo resolvida, ao longo de sua história, sobretudo a partir de 1959.

De acordo com Silva (2013), a

[...] tentativa de formação de um grupo de professores que atendesse à demanda da estrutura curricular definida pela Lei Orgânica – Decreto-lei nº 4.073/1942 [...], com os cursos constituídos por matrizes curriculares que incluíam disciplinas de cultura geral e uma diversidade maior de disciplinas de cultura técnica, numa realidade de poucos profissionais habilitados para trabalhar nesse campo de ensino, ajudou a fortalecer a centralidade do poder de indicação na figura do diretor. Por outro lado, atestava a ineficiente política de formação de docentes para o ensino profissional existente no país. Considerando que, até o ano de 1959, foram mantidas, nas escolas industriais e escolas técnicas, as estruturas curriculares definidas pela Lei Orgânica de 1942 – Decreto-lei n. 4.073/1942 [...], tornou-se importante identificar o perfil dos professores. (SILVA, 2013, p. 2-3)

A industrialização foi relevante para delinear no novo contexto que se evidenciou no século XX, inclusive na rotina da escola em estudo, pois, segundo Marson (2012), o setor industrial causou impacto dinâmico sobre os diversos setores da economia, assim como no ambiente social, urbano e institucional.

A indústria mecânica possui uma característica especial, uma vez que seu desenvolvimento dá apoio à expansão de outros setores industriais, ou seja, seus produtos são destinados a aparelhar os outros setores por meio da oferta de máquinas e

equipamentos. A forma mais comum de aperfeiçoamento técnico no processo de industrialização dá-se mediante mudanças tecnológicas, principalmente com o desenvolvimento de máquinas para construir máquinas. Portanto, o desenvolvimento da indústria mecânica é fundamental no processo de industrialização. (MARSON, 2012, p. 13)

A perspectiva destacada quanto ao segmento industrial apresentado foi oportuna para a Escola Industrial, sobretudo no oferecimento do curso de Mecânica, tradicional na instituição e ainda oferecido pela mesma.

Outra condição que influenciou a rotina da escola estudada foi o movimento higienista identificado no contexto abordado, haja vista, inclusive, que, para o ingresso aos estudos, exigia-se um atestado de aptidão de saúde, apontando, ainda, a vacinação contra varíola. Em Coimbra e Nascimento (2005) constata-se que o movimento higienista extrapolava o meio médico, envolvendo a sociedade brasileira como um todo, incluindo a cidade de Jaú, condição justificada pelo ideário modernizador e urbanístico.

Desta forma, por meio dos apontamentos discorridos na pesquisa que se finaliza, foi possível identificar que a edificação e o desenvolvimento da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú ocorrem em um momento extremamente propício da cidade, a qual, articulada com o contexto mais amplo, urbanizou-se e teve um progresso industrial significativo no Estado, necessitando, como consequência, operários qualificados, técnicos e instruídos para comporem seu quadro social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término do artigo científico permitiu identificar a intencionalidade que envolve a criação e fortalecimento da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú, não apenas na cidade, mas na região, articulando referencial teórico específico com entrevistas e documentos contidos na instituição, no Centro de Documentação e Museu Municipal da cidade. Por meio das informações levantadas, foi possível analisar a relação criada entre o particular e o universal no que concerne à Educação Profissional, cujo sonho, inovação e articulação de projetos permitiu a concretização dessa instituição escolar.

Por conta disso é relevante destacar a necessidade de preservação de tal história, condição possível por meio da Arquivística, da preservação das fotografias, da História Oral e da criação do Centro de Memória, mantendo viva a representatividade da mesma ao longo das décadas.

Particularmente as entrevistas utilizadas neste artigo e realizadas com professores, alunos e funcionários da época em estudo reforçam o papel da escola no contexto, mantendo viva a memória da instituição, criando documentos e permitindo entender o cenário, reforçando a ideia de que a história é viva, cotidiana e formada por diversos atores.

Vale destacar, também, que o levantamento de dados e a consulta de diversas fontes reforça a necessidade de preservação de documentos e fotografias, muitas vezes perdidos ao longo do tempo, e que, juntos, não relatam somente a história do local, mas possibilitam analisar e entender o meio regional e nacional.

Em razão disso, reforça-se a ideia de que a edificação e a disseminação do conhecimento técnico da Escola Industrial de Jaú estavam em sintonia com o que ocorria no cenário mais amplo, nacional, momento em que o ideário desenvolvimentista, urbano, industrial e capitalista ditava posturas, hábitos, costumes, ações e práticas.

A cidade de Jaú, já no início do século XX, encontrava-se em acelerado processo de modernização e urbanização, condição que permite entender que ela tinha condições de receber uma escola preocupada em formar trabalhadores para as indústrias que se destacavam, além de fornecer mão de obra para outras cidades do Estado. Além disso, a formação de uma elite burguesa e dominante, inicialmente dedicada à lavoura cafeeira e posteriormente ligada à industrialização, necessitava de um centro urbano que exaltasse a riqueza do momento, que ostentasse o caráter higienista, que combatesse o ócio, a vadiagem, condições convergentes às propostas capitalistas.

Desta forma, ao término deste estudo, verificou-se a intenção e o papel da escola, de sua constituição ao final da década de 1950, reforçando a importância de tais levantamentos, seja para o resgate histórico e preservação da memória da escola, como para o entendimento do contexto, na medida em que, diante da relevância, destaca-se que ela não se esgota nesse momento, especialmente porque a pesquisa científica não se finda em um estudo, pois pontos de vista e abordagens permitem novos olhares e novas abordagens, ancorados pelas realidades em que os fatos acontecem, criando relação com as ações do homem sobre o meio.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA PRADO, Monica Faria de. **Conforto térmico nos edifícios das indústrias de calçados de Jaú**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

BARROS, Amanda Mergulhão Santos. Dispersão e concentração geográfica da indústria paulista do final do século XIX – anos 1970. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 89-103, set./dez. 2013.

BERTONI JUNIOR, Lauriberto de Jesus. A contribuição da Educação Profissional no resgate da cidadania da mulher. **Anais do IV Simpósio dos Ensinos Médio, Técnico e Tecnológico**: empreendedorismo e docência na educação profissional, Centro Paula Souza, p. 389-394, ago. 2017a.

BERTONI JUNIOR, Lauriberto de Jesus. **Escola Industrial de Jaú**: contexto político-econômico da criação e os primeiros tempos (1939 – 1960). Mestrado (Dissertação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017b.

BERTONI JUNIOR, Lauriberto de Jesus. **Escola Industrial de Jaú**: criação e primeiros tempos (1939 – 1960). Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017c.

BERTONI JUNIOR, Lauriberto de Jesus. O papel da Educação no resgate da cidadania da mulher vítima de violência doméstica e familiar. **Publ. UEPG Appl. Soc. Sci.**, Ponta Grossa, v. 24, n. 1, 51-62, jan./abril. 2016.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes**: Revista de Estudos sobre Juventud, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.

CONTADOR JÚNIOR, Osvaldo. **Tecnologia e proteção ambiental nas indústrias do couro e calçados na região de Jaú-SP**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, Araraquara, 2004.

FERNANDES, José. **Vultos e fatos da História de Jaú**. Edição conjunta extraordinária do Correio do Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça, comemorativa do Centenário de Jaú, abr. 1955.

FERREIRA, Tito Livio (org.). **O primeiro século de Jaú**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” Ltda., 1953.

FLORO, Elisângela Ferreira; DAL RI, Neusa Maria. Ensino Superior nos institutos federais: inserção flexibilizada e experiências com a diversificação dos cursos. **Espaço Pedagógico**, v. 22, n. 2, Passo Fundo, p. 302-326, jul./dez. 2015.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. v. 1.

FUINI, Lucas Labigalini. Território e desenvolvimento em Jaú – São Paulo: arranjo produtivo local, atores e governança. **VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, UNISC, Santa Cruz do Sul/RS, p. 1-26, 4-6 set. 2013.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 269-301, jul./dez. 2002.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970: trajetória na cidade de Orlândia**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2014.

MARSON, Michel Deliberali. **Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870–1960**. Tese (Pós-graduação em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves a partir da edição francesa; revisão de tradução Carlos Roberto F. Nogueira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SÃO PAULO. **Decreto nº 20.655, de 30 de julho de 1951**. 1951a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1951/decreto2065530.07.1951.html>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 9.988, de 7 de fevereiro de 1939**. 1939. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto998807.02.1939.html>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

SÃO PAULO. **Lei nº 1.546A, de 28 de dezembro de 1951**. 1951b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1951/lei1546A28.12.1951.html>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SÃO PAULO. **Lei nº 373, de 25 de julho de 1949**. 1949a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1949/lei37325.07.1949.html>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

SÃO PAULO. **Lei nº 490, de 20 de outubro de 1949**. 1949b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1949/lei49020.10.1949.html>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. A Escola Industrial de Natal e a constituição do seu quadro docente (1942 – 1968). **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação: SBHE**, Cuiabá, v. 1, p. 1-14, 2013.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

VIEIRA, Sebastião Gândara. **A formação de professores do ensino técnico de nível médio estadual e suas relações com o arranjo produtivo local na cidade de Jahu–SP**. Doutorado em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2010.

ZANLORENSE, Maria Joselia; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SOUSA, Nilvan Laurindo. Contexto e criação das escolas técnicas no Paraná republicano no início do século XX. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 761-775, 31 jul. a 03 ago. 2012.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SEU PROCESSO DE EXPANSÃO: A IMPORTÂNCIA DAS NARRATIVAS DOS DOCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Fernanda Ferreira Boschini^{1,2}. Sueli Soares dos Santos Batista²

1. Instituto Federal de São Paulo. 2. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Paula Souza

1. INTRODUÇÃO

A história do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) inicia-se em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo. Era localizada no Bairro de Santa Cecília, na cidade de São Paulo. Ensinando ofícios artesanais desde 1910, permaneceu assim por mais de vinte anos, até que, nos anos de 1930, com a crescente industrialização e, baseada nas reformas educacionais que ocorreram neste período, sua nomenclatura foi alterada para Liceu Industrial de São Paulo. Em 1942, expandiu-se e transformou-se em Escola Técnica de São Paulo, introduzindo os cursos de nível técnico. A denominação de Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP) surgiu durante o governo militar em 1976, quando a instituição se muda definitivamente para o endereço atual, no bairro do Canindé, ainda na cidade de São Paulo, tendo como principal foco a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e técnicos modulares, na modalidade concomitante ou subsequente.

A partir das reformas educacionais relacionadas à Educação Profissional realizadas nos anos de 1990, cria-se o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, o CEFET-SP, ofertando também ensino superior e pós-graduação, constituindo-se em uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Após a execução do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a Lei nº 11.892/2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que têm como objetivo, além de ministrar a educação integrada, técnica e tecnológica, em cursos de graduação e pós-graduação, articular atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2008). Ainda em 2008, ocorre a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência

e Tecnologia de São Paulo, o IFSP. Em 2018, o IFSP possui uma reitoria administrativa e mais 37 *campi* no estado de São Paulo, incluindo o *Campus* São Paulo (IFSP-SPO), que até hoje está localizado no bairro do Canindé, na cidade de São Paulo.

De acordo com Pacheco (2011), a proposta principal dos Institutos Federais é de uma organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, permitindo que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino. Este modelo permite que alunos destes níveis (médio, superior e até da pós-graduação) possam compartilhar espaços de aprendizagem e integrar-se em suas trajetórias formativas. É importante destacar também que temas relacionados à formação docente (como capacitação, atualização) sempre se mostram presentes nas regulamentações, e analisar a lei de criação dos IFs é importante no sentido de conhecer a instituição e sua identidade, aspectos que são importantes ao se pensar na formação dos docentes que irão atuar na rede. Por meio de sua lei de criação, os Institutos Federais têm também, entre seus objetivos, a formação de professores, como ministrar cursos de Licenciatura e os Programas Especiais de Formação Pedagógica. (CAIRES; OLIVEIRA, 2015)

2. O IFSP – CAMPUS SÃO PAULO E A OFERTA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Com a particularidade de ser a unidade maior e mais antiga do IFSP e que passou por diversas transformações decorrentes das reformas educacionais e das mudanças de nomenclatura já descritas neste trabalho, o IFSP-SPO é, em 2018, o *campus* com a maior quantidade de discentes e docentes da instituição.

Os cursos de formação docente oferecidos pelo IFSP-SPO estão divididos em modalidades como os Cursos Superiores de Graduação (Licenciaturas), Formação Pedagógica (graduações complementares, com aproximadamente um ano de duração) e as especializações *Lato* e *Stricto Sensu* (cursos de mestrado de duração aproximada de dois anos). Em 2018, são oferecidos seis tipos de licenciaturas (Ciências Biológicas, Física, Geografia, Letras, Matemática e Química) em nível de graduação, duas especializações (Formação de Professores com ênfase no ensino superior e Educação especial integrada à Educação Básica na modalidade EJA – Projeja), além de duas pós-graduações *Stricto Sensu* na área do ensino (Mestrado Profissional em ensino de Ciências e Matemática e Mestrado em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT).

Para Lima (2013), na oferta de formação docente para a Educação Profissional nos Institutos Federais no país, há o predomínio da formação de professores para a Educação

Básica, principalmente nas áreas de Ciências e Matemática, em desequilíbrio à formação para a Educação Profissional, que é amplamente destacada na Lei nº 11.892/2008. Como iniciativa desta modalidade, no IFSP – SPO é oferecido, desde 2009, turmas do Curso Superior de Formação Pedagógica para a Educação Profissional em Nível Médio nas modalidades presencial e a distância.

3. O CURSO SUPERIOR DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

Dentro do recorte temporal pesquisado (a partir de 2008), foi localizada a oferta de apenas três turmas de Cursos Superiores de Formação Pedagógica para a Educação Profissional em Nível Médio. Elas foram oferecidas nos anos de 2009, 2012 e 2017, respectivamente. Ao analisar os editais de seleção das três turmas pesquisadas, observou-se um ponto em comum em mais de um edital dos Cursos de Formação Pedagógica para Educação Profissional do IFSP-SPO – a justificativa para a formação de professores, como no Edital nº 108/ 2012-IFSP: [...]“para que, no exercício da docência, contribuam de maneira autônoma, crítica, criativa e participativa para a construção de uma sociedade democrática que valorize o exercício pleno da cidadania com equidade, solidariedade e justiça social” (IFSP, 2012, p. 1). Estes pressupostos estão em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSP. Verifica-se então a formação docente inserida no contexto institucional. Nos editais de seleção analisados, verificou-se que ambos utilizam como base legal a Resolução CNE/CEB nº 02/97 e são destinados a portadores de diploma de bacharelado e tecnologia.

A Resolução CNE/CEB nº 02/97, que “Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino médio e da educação profissional em nível médio” (BRASIL, 1997) regulamentou a estrutura e o currículo dos Cursos Especiais de Formação Pedagógica. Em seu texto, justifica-se em parágrafo único: “Estes programas destinam-se a suprir a falta nas escolas de professores habilitados, em determinadas disciplinas e localidades, em caráter especial” (BRASIL, 1997). A resolução previa que a parte teórica do curso poderia ser oferecida na modalidade a distância e determinava que o concluinte do programa especial fosse certificado com o registro de licenciatura plena. Era prevista também uma avaliação pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) em um prazo de cinco anos.

Baseados na Resolução nº 02/97, os Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) dos cursos de Formação Pedagógica são documentos em que está descrita toda a estrutura de

cada uma das turmas. Ambos possuem PPCs diferentes, e que se baseiam em legislações educacionais vigentes à época, em especial a LDB. Apresentam também o histórico do IFSP, as principais mudanças educacionais (de maneira resumida), além de sua missão e valores institucionais. Os projetos convergem para o foco na prática integradora, a produção de conhecimento e a inserção social. As justificativas para a abertura dos cursos também se assemelham e são baseadas na quantidade de docentes bacharéis e tecnólogos (sem licenciatura) atuantes na instituição. Ainda que haja divergências a serem observadas sobre os dois PPCs, há uma similaridade em relação aos objetivos gerais e específicos, e, além da formação de professores para a Educação Profissional, ambos apresentam como pressupostos a “integração entre teoria e prática e formação humana e integral”, características principais do projeto de criação dos IFs.

Em 2015, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Resolução nº 02/2015, definindo novas diretrizes curriculares para, entre outros, os cursos de formação pedagógica, revogando a resolução nº 02/97. Constatou-se que, no caso de abertura de novas turmas, o IFSP-SPO deverá adequar-se a esta nova resolução, visto que, legalmente, o prazo de dois anos para adaptação findou-se em 2017.

4. METODOLOGIA

Para este artigo, optou-se por observar um perfil dos docentes que concluíram o Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional em Nível Médio pertencente ao quadro do IFSP no período entre 2008 e 2015, no auge da expansão da RFEPECT. Optou-se por escolher docentes efetivos do quadro estadual do IFSP, de diferentes *campi* da instituição. O objetivo geral da pesquisa foi estudar a formação de professores dentro do IFSP por meio de entrevistas de história oral.

De acordo com Delgado (2003), a história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber. Para Carvalho e Ribeiro (2013), a intenção ao se optar pela metodologia da história oral é dar voz ao docente, para que através da memória de suas experiências, possa construir com uma narrativa de sua própria formação. Priorizar a coleta e a análise das narrativas dos atores do processo educativo implica em privilegiar o diálogo, a construção das identidades e das subjetividades a partir da experiência e da memória.

Busca-se, com esta pesquisa, identificar se os colaboradores compreendem os conceitos das relações historicamente construídas entre educação e trabalho no processo de sua formação docente para a EPT e se o processo de formação auxiliou a compreender o

seu papel como docente no IFSP dentro do contexto da expansão dos Institutos Federais, além de qual foi a contribuição deste curso dentro de sua própria formação. A Resolução CNE/CEB nº 02/97 e o curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional em Nível Médio tiveram uma importante responsabilidade na formação destes docentes, por isso a necessidade de contextualizá-lo nesta análise.

5. ENTREVISTAS

Autorizada pelo comitê de ética e pesquisa do IFSP em novembro de 2017, a pesquisa empírica faz parte da dissertação de mestrado de uma das autoras e foi realizada em dezembro do mesmo ano. Ao buscar-se atingir os objetivos deste estudo, foi elaborado um roteiro de entrevistas com o total de 6 (seis) perguntas abertas.

O roteiro de perguntas realizado foi:

1. Você acha que o curso abordou e /ou ajudou na compreensão das relações entre educação e trabalho na formação profissional? Por quê?
2. O curso auxiliou na sua compreensão sobre o papel a ser exercido pelo docente do IFSP? Justifique sua resposta.
3. Você considera que o curso foi útil na sua formação profissional? Justifique sua resposta.
4. Considerando o contexto da Expansão dos Institutos Federais, qual foi a contribuição do curso para a sua formação docente?
5. Quais sugestões você daria para a elaboração e oferta de outros cursos desta natureza?
6. Você teria alguma informação para acrescentar?

As entrevistas foram realizadas com três docentes do IFSP. Realizou-se a transcrição do texto pela autora desta pesquisa, sendo adotado o conceito de Carvalho e Ribeiro (2013) em que a transcrição se define como uma intervenção no texto, quando o pesquisador se apropria do que foi narrado e o edita criando novos sentidos que dialogam com os sentidos registrados.

Os nomes dos entrevistados foram suprimidos das transcrições para que a identidade do colaborador pudesse ser preservada. Os três entrevistados são homens, com idade entre 31 e 70 anos, são bacharéis e apenas um colaborador já possuía licenciatura

anterior ao curso. Um é mestre. Dois já possuem doutorado em suas formações. Os três colaboradores passaram pela indústria antes da docência e se tornaram professores no IFSP a partir da criação do mesmo (2008) e do início do processo de expansão.

No começo de cada entrevista, foi solicitado ao colaborador que se apresentasse e contasse um pouco sobre sua trajetória profissional e acadêmica. Após este momento, seguiu-se o roteiro preestabelecido de perguntas. Ainda assim, ocorreram algumas variações de acordo com o rumo assumido por cada narrativa, porém sempre que possível retornou-se aos objetivos do estudo.

O Colaborador 1, do gênero masculino, tem 58 anos. Realizou o Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional em Nível Médio em 2009. Sua formação principal é em Engenharia de Produção. Atuou anteriormente na área da indústria e da pesquisa tecnológica, e atua no IFSP como docente desde 2009. A entrevista foi realizada em 11 de dezembro de 2017 nas dependências de um dos *campi* do IFSP. A seguir, destacamos a transcrição completa desta entrevista:

Profissionalmente, eu trabalhei por doze anos em um instituto de pesquisas tecnológicas, na área de pesquisas tecnológicas, depois trabalhei por um tempo como gerente de projetos em uma fábrica e, a partir de 2000, comecei a dar aulas para o ensino técnico na ETEC Getúlio Vargas, no Ipiranga. Em 2007, comecei a dar aulas aqui no Instituto Federal, como professor substituto, e em 2009 como professor efetivo no ensino técnico e tecnológico, e todos em matérias técnicas. Falando um pouquinho sobre minha formação, fiz Engenharia, em 2002, fiz Licenciatura em Matemática e depois fiz o curso de Formação Pedagógica, em 2009, acho que foi a única turma na modalidade presencial. Dentro do curso, mais interessante do que aprender a parte pedagógica, foi a troca de informações que tive com outros participantes, todos professores de várias áreas, tanto da parte técnica quanto da parte de humanidades, então essa troca de informações que tivemos, vamos dizer assim, dos meios pedagógicos de ensinar, foi o mais enriquecedor para mim. O curso me auxiliou, pois me senti mais dentro do processo, tanto pedagógico quanto administrativo, dentro também do processo de ensino e aprendizagem. Podemos dizer que nós ficamos mais próximos do discente. Foi útil também na parte pedagógica. A parte pedagógica, para mim, foi a mais legal e importante. A parte que eu achei mais interessante do curso foi a parte histórica da Educação Profissional. Eu acho que isso contribuiu no relacionamento com meus alunos. Eu também acho importante o conhecimento da legislação e, principalmente, que

o professor conheça a história da Educação Profissional. Eu acho que eu senti falta, dentro do curso, na parte de humanidades, de conhecer um pouco da psicologia do adolescente, Como se chama isso? Fisiologicamente, como o adolescente se comporta, qual a formação dele, seu pensamento, coisas que nós descobrimos pelo “fazer pedagógico”, somos pegos de surpresa. Nós não temos esta formação. Ah lembrei! Antropologia. Ter um pouco de antropologia seria interessante. Olha, assim, eu acho interessante que as pessoas tenham interesse em realizar este tipo de pesquisa, acho importante até para ter um *feedback* sobre estes cursos, pois eles vão sendo realizados e não se sabe o retorno, o professor se forma e deveríamos ter um retorno se ele está utilizando o que aprendeu. (COLABORADOR 1, 2017)

O Colaborador 2, do gênero masculino, tem 35 anos. Realizou o Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional em Nível Médio em 2012. Sua formação principal é em Engenharia Elétrica. Atuou anteriormente na indústria e área acadêmica e atua como docente no IFSP desde 2011. A entrevista foi realizada em 12 de dezembro de 2017 nas dependências de um dos *campi* do IFSP. A seguir, destacamos a transcrição completa desta entrevista:

Fiz bacharelado em Engenharia Elétrica, terminei em 2005 e logo na sequência fiz vários processos seletivos, cheguei a passar em alguns lugares, mas ali no meio decidi seguir a carreira acadêmica. Antes de entrar para a indústria, em uma usina de cana-de-açúcar, decidi ir para o mestrado, e vamos dizer assim, eu me encontrei no mestrado, na área acadêmica e gostei muito da pesquisa, então na sequência fiz o doutorado. Então em 2010 terminei o doutorado e fiz vários concursos na sequência, era a época do “boom”, da expansão dos Institutos Federais, fiz em São Paulo, Paraná, Goiás e Brasília. Passei inicialmente no Paraná, e então em 2010 eu já entrei no Instituto Federal do Paraná, permanecendo lá por um ano e oito meses, atuando no curso técnico em eletromecânica, tanto no integrado como no subsequente. Lá fui coordenador de estágio e coordenador de curso também. Em 2011 fui chamado pelo IFSP. Ao chegar fui coordenador de área, e, em 2013, me tornei diretor de *campus*, onde atuo até hoje. Já faz um tempinho que terminei o curso, mas pelo que eu me lembro, tenho quase certeza, que não foram abordadas as questões do mundo do trabalho. Na verdade, o curso de Formação Pedagógica foi mais voltado para a compreensão do processo educacional, de

metodologias, de como abordar diferentes conteúdos e não focado nas questões do mundo do trabalho. E isso tem que acontecer, pois poderíamos pensar nos aspectos positivos que isso traria, no pensar do professor no sentido de qual é o papel deste aluno no mundo do trabalho, vamos dizer assim, o que nós estamos ofertando de educação, o nosso papel dentro da educação, que o aluno se desenvolva plenamente no mundo do trabalho, então eu acho que tem que ter, esta formação é muito importante para isso, e que o professor seja crítico em relação à sua atuação no mundo do trabalho, e isso é muito importante. Eu acredito que o curso, em sua condição EAD, não previa encontros, vamos dizer assim, para discussões um pouco mais profundas. Eu acho que é interessante isso acontecer, principalmente em um curso de Formação Pedagógica, que tem que ter essa interação, faz uma diferença muito grande. O curso em si, para mim, foi muito válido, no sentido de se questionar, né? Eu acho que em toda formação, pelo menos a que a gente vem fazendo lá no *campus*, ela não vem no sentido de dar a receitinha de bolo, faça isso, faça aquilo, mas de realmente se questionar: Será que eu estou fazendo um papel legal, será que o uso desta metodologia é adequada, será que há outras possibilidades? Eu acho que ela coloca uma pulguinha atrás da orelha e mostra que o certo não é só de um jeito, que existem outras possibilidades que podem ser abordadas e diferentes formas de você atingir o aluno, esta é minha percepção. Tenho colegas que não tiveram nenhuma, fizeram o curso de forma obrigatória, Só por ir. Sobre o papel do docente no Instituto Federal, é bem complexo, você já começa nessa divisão em relação aos níveis de curso, vamos dizer assim, tem que saber dosar até onde chegar nestes cursos, em um técnico em relação a um superior (nós temos, por exemplo, uma engenharia e um técnico no mesmo ambiente e no mesmo *campus*). É um papel que precisa ser definido e isso deixa o nível técnico muito fora do padrão e talvez não seria necessária uma abordagem tão teórica e profunda como é feita, então eu acho que o principal papel é saber dosar e entender o que é o mundo do trabalho. E compreender as limitações também. Acho que o principal papel é saber dosar aquilo que cada uma das formações tem e compreender como ele vai executar lá no mundo do trabalho. Eu vejo no *campus* uma exigência muito grande em relação a algumas coisas que acho que não tem muito sentido, vamos dizer assim. Sobre a formação docente, tem que continuar, o instituto tem que continuar investindo nisso (os cursos de Formação Pedagógica) e em outros, e até possibilitar que os docentes possam fazer isso de alguma

forma, tem a resolução de formação docente dentro do IFSP, e lá há um horário obrigatório para ser feito durante o mês, duas horas mensais, no mínimo, mas é, tem que ser feito, né? É importante este tipo de formação para os professores, porque é este desligamento, e uma coisa que o diretor lá do Paraná falava para a gente, e que é importante, é que demora um certo tempo para o bacharel, principalmente, perceber que a docência não depende só dele, porque nós estamos lá, em um curso de engenharia, eu sou engenheiro eletricitista, e tenho aulas com aquele professor que idolatro e tudo mais...ele dando a aula que sempre deu, e aí quando você vem para a docência você quer repetir o que ele fez. O diretor do Paraná falava que se você não tiver alguns estímulos através das formações, e talvez de maneira bem rápida, no início, ao ingressar, o professor vai ficar perdido a vida toda, vamos dizer assim. O papel do professor dentro do instituto é uma coisa bem inquietante e angustiante, porque não depende só de você né? E pelo menos o que o curso trouxe pra mim é que não depende de só cumprir o conteúdo, temos que fazer com que os alunos aprendam, essa é que é a busca que o pessoal tem que entender, e estes cursos possibilitam isso...Claro que tem que ser um pouco mais focado, talvez alguma coisa mais direcionada em relação à forma como a gente trabalha, com estes alunos distintos e tudo mais, a própria vivência dos alunos, e isto tem que ser estimulado no curso, representado de alguma forma. Por exemplo: nós temos os cursos técnicos subsequentes noturnos, ali você tem alunos que normalmente não tem horário de estudos, eles trabalham o dia todo, aos finais de semana. Então não tem como abordar algumas coisas, e isso de alguma forma tem que ser passado para os professores. Uma coisa que eu lembrei agora e que não foi abordado no curso é a questão das necessidades especiais. Eu me lembro de ter tido aulas de Libras, mas eu acho que faltou uma metodologia, de como o professor abordar problemas em sala de aula como: as necessidades especiais e a questão da diversidade de gênero. Então isso são coisas que eu acho que faltaram um pouquinho e que seria interessante incluir. E principalmente, incluir a questão da relação do aluno com o mundo do trabalho, de realmente o entendimento de que não é só colocar um cara lá que vai apertar parafuso, reproduzir e sim um cara pensante, e dar este papel é muito difícil, e até um desafio nestes cursos, ao definir que o IFSP não é uma universidade, e a questão é como trabalhar o aluno ali dentro, de realmente buscar a pesquisa aplicada, e saber que nós temos a necessidade da questão social, que não estamos ali para ser uma escola de elite e tudo isso tem que ser abordado

de alguma forma. Todos os pensadores e educadores trazem esta concepção (social) nos textos que estudamos, no diálogo e na forma de se colocar. Mas o que o pessoal tem que entender é que o IFSP é um local onde nós devemos realizar uma transformação social, então nós vamos pegar o aluno que tem alguma deficiência e fazê-lo crescer, e não eliminá-lo do *campus*. Eu acho que, com a expansão dos Institutos Federais, cresceu muito entre os novos professores a ideologia em criar uma escola de elite, então isso é o que eu acho interessante abordar: A questão das diversidades, do mundo do trabalho, e o papel do IFSP nesta transformação social, o que é muito importante. A gente falou bastante, né? Foi legal, gostei da pesquisa, da forma com que ela tende a contribuir, entendendo agora um pouco das questões, dá para ver que é para contribuir para que a formação seja realmente efetiva. Eu acho que é válida e nós precisamos discutir realmente, no IFSP, o processo de formação continuada, sobre ele ser realmente um espaço de valorização pelos professores, mas infelizmente nós vemos que não. Lá no meu *campus*, por exemplo, nós temos uma equipe muito boa, especializada, com pedagogos, professores, e na área técnica também, pois é a educação e eles trabalham com afinco porque gostam mesmo e até montaram um grupo de pesquisa na área de formação docente. Mas eu vejo que o professor não dá o devido valor no sentido em que as ações são feitas. Uma das coisas que nós pleiteamos junto à diretoria de formação e à diretoria de educação à distância (EAD) é a questão de que não seja obrigatória a presença do professor, é deixar para aqueles que estão interessados, porque infelizmente quando você junta todos, tem sempre uma parcela que não está interessada e vai obrigada, com uma resistência muito grande por acreditar que estão querendo dar pitaco naquilo que eles fazem, criando uma rejeição muito grande às formações. Poderiam ser formados grupos de interesse em relação à formação e temas específicos, cursos pontuais, não os regulares, com carga horária definida. Isso tudo para os interessados, pois uma coisa que falamos bastante é que tem que fazer sentido para a pessoa, porque se deixa de fazer sentido ela não vai absorver nada. Então se você tem módulos específicos e se o docente for sensibilizado de alguma forma, talvez na própria família, ou na sala de aula, nós iremos formando, talvez não de maneira igual, mas de acordo com as necessidades, então seria interessante, digamos assim, as questões mais individuais, mais focadas ou abordagens um pouco mais profundas, acho que seria bem interessante desta forma. (COLABORADOR 2, 2017)

O Colaborador 3, do gênero masculino, tem 68 anos. Realizou o Curso de Formação Pedagógica para a Educação profissional em Nível Médio em 2012. Sua formação principal é Engenharia Civil. Atuou anteriormente na indústria e pesquisa tecnológica. Atua no IFSP como docente desde 2010. A entrevista foi realizada em 20/12/2017 nas dependências de um dos *campi* do IFSP. A seguir, destacamos a transcrição completa desta entrevista:

Sou Engenheiro Civil, fiz mestrado e doutorado, trabalhei por vinte anos com pesquisa tecnológica na Universidade de São Paulo (USP) e durante 15 anos fui projetista de estruturas e após, prestei concurso público para docente no IFSP. Estou aqui desde 2010. Neste ínterim, fiz um curso de oito meses na Itália, no ISMES durante o desenvolvimento do trabalho de Itaipu, foi muito interessante, tem coisas que meus alunos sabem e eu não sei. No meu caso particular, que venho assim de uma vertente tecnicista dentro da profissão, não tinha percebido os fatores que existem dentro do ensino, as personalidades, por exemplo, o papel de *Comenius*, o surgimento dos pedagogos, as preocupações com a Didática, que são reais hoje no Brasil, e os livros dos pensadores brasileiros que eu acho que são demais importantes. Em essência, o curso para mim foi muito importante, muito positivo. Eu acho que o curso foi muito amplo, ele não foi específico em definir o papel do professor de um Instituto Federal. Eu gosto do fato de ter sido amplo, não acho ruim, não foi uma crítica. Mas ele não chegou a abordar essas particularidades eventuais, você entende? Talvez um professor voltado para a prática, um professor semelhante aos professores do Senai, porque nós não temos esta aparelhagem toda, não é tudo desenvolvido. Talvez por isso mais eu acho que o curso se prende, em um primeiro instante, a um professor genérico, este tipo de professor. Não vejo nenhuma particularidade no professor do IFSP. No meu caso mesmo, transito pelo ensino técnico e superior, agora vou dar aulas na engenharia, para mim não tem nada de muito especial, não vejo nada por aí não. O curso foi útil, e como já falei, porque existia uma série de questões que eu desconhecia, né? E como professor, toda essa questão da avaliação eu achei que me apresentou a uma série de coisas as quais eu não estava atento, e por isso acho que valeu a pena sim. Como já falei, eu acho o curso positivo dentro da expansão ocorrida. Acho que o Brasil só domina o setor intermediário no desenvolvimento tecnológico e os nossos jovens têm que estar ali mesmo, né? Nós não estamos nem muito atrás nem muito na frente, na ponta. Então há um setor intermediário no mundo do trabalho que alguém precisaria se aproximar. E é aí onde nossos jovens vão entrar trabalhando, pois é uma realidade imposta pelo capitalismo internacional, uma coisa

pré-estabelecida, participar do desenvolvimento do Brasil. Uma experiência que eu tive aqui é que eu faço sorteio de livros nas minhas aulas e falo: Olhem, eu tenho aqui um livro que eu vou distribuir, e é claro que eu tomo muito cuidado com a escolha do livro. O primeiro foi Viagens de Gulliver, entendeu? Depois História da Ciência, nenhum romance, enfim, nada. Eu acho que, se o professor tiver condição de, ao desenvolver seus mais variados temas, por exemplo, falar de mecânica e conseguir colocar a mecânica em uma perspectiva histórica e então mostrar para os alunos como aquilo se desenvolveu ao longo dos séculos, começando lá trás nas dificuldades da Idade Média (isso um pouco o curso abordou), de uma forma rápida, mas acho que isso deveria ser de forma estrutural dentro dos cursos. O que se chama hoje de conteúdo, não pode ser dado solto, descompromissado, porque aí fica mais difícil para o aluno. Eu tenho vários alunos daqui do integrado que vivem atrás de mim... E com um deles estamos desenvolvendo, tentando montar um projeto do que seria hoje uma dessalinização da água. Isso impacta porque sou baiano e eles têm família nordestina. Eu consegui falar com eles e explicar a importância da dessalinização da água, e eles estão muito interessados. Nós vamos ver uma série de coisas mas, se você colocar outros colegas, e se você apresentar uma coisa que se chama conteúdo (antigamente conhecido como matéria), e puder contar a história daquilo, você prende mais a pessoa, dá uma contexto mais completo ao conhecimento e eu acho que isso diminui mais a evasão, pois é muito difícil gostar do que você não conhece. Estudar uma coisa que é imposta, como eu falei, é trabalho e você tem que fazê-lo. E outra coisa é que você não conhece, não sabe de onde veio, então se o professor tivesse esta possibilidade, poderia ter dado um curso nesta perspectiva, por exemplo, mecânica. Quais são os episódios importantes da mecânica? E da matemática? Como surgiu a geometria? Eu conto isso para meus alunos, por isso que a sala é cheia. Eu diria que estes aspectos sobre educação, trabalho, o que é o trabalho, acho que são dois mundos: O mundo da criança e o mundo do adulto. Então, um dia estive em casa pensando uma coisa. Quando eu era criança, na época do Natal me perguntava: cadê o brinquedo das crianças? E o brinquedo dos adultos? Hoje em dia a criança recebe o mesmo equipamento que o cientista usa, que todo mundo usa. Então eu diria que é preciso olhar para este lado, né? Este lado real do que está acontecendo, e trazer os alunos mais para a realidade que existe, e quando digo isso, a realidade é o mundo do trabalho mesmo, não transformando isso em uma

coisa opressiva, que cause temor, ou seja, punitiva. Se você chega atrasado cinco minutos, você perde uma concorrência e assim, como faz? Então, é por aí que a escola poderia ajudar bastante os jovens, sendo uma aproximação maior com o mundo do trabalho. Novamente não como uma punição mas dizendo: Olha, temos que seguir certos parâmetros, e isso não é muito seguido... todos os professores sabem, mas depois que eu me aproximei destas ideias, tanto do curso de Formação Pedagógica quanto das leituras avulsas que falo, então eu vejo claramente isso. Se você ler a autobiografia de Bertrand Russell você vai ver um instante em que ele diz: “admiro as crianças que ultrapassaram a matemática elementar”. Bertrand Russell, você entendeu? Porque matemática elementar é toda imposta. Isto é fração, tire o mínimo, some assim, some assado, você entende? Na época dele e na minha ainda havia uma “reguada” na mão, uma recompensa, uma coisa impositiva. Muitos meninos, muitos jovens veem este tipo de coisa e saem da matemática. Bertrand Russell chega a admitir isso, que a matemática ensinada fora de contexto, ele admirava quem passava aquele patamar, pois na verdade a matemática fica interessante nos patamares mais altos. Essa parte construtiva da matemática é muito chata mesmo. Algoritmo, isso vai pra lá, isso vai pra cá, enfim, dízima periódica. Então tudo isso eu acho que poderia caber como observação num trabalho como este. (COLADORADOR 3, 2017)

Na primeira pergunta, foi questionado aos entrevistados se o Curso de Formação Pedagógica os ajudou na compreensão das relações entre educação e trabalho. Essa questão teve como objetivo analisar se o docente da EPT é formado para atuar no contexto atual do mundo do trabalho. Todos os colaboradores afirmaram que com certeza não, ou não se lembram de o curso ter abordado as relações entre educação e trabalho. O Colaborador 2 ainda afirma que, ainda que o curso não tenha abordado o assunto, acredita que a abordagem traria contribuições positivas na formação. Ele cita também o pensar em qual “o papel do aluno no mundo do trabalho”, demonstrando preocupação com o tema, conforme também responde o Colaborador 3. Todos os colaboradores, para esta pergunta, afirmaram que o foco do curso foi nas práticas pedagógicas e no processo educacional.

Pode-se perceber também com a fala do Colaborador 1, docente da área técnica, que o encontro com professores de áreas diversas, principalmente os descritos por ele como os da área de “humanidades”, proporcionaram interessantes trocas pedagógicas, que se mostram como um aspecto que se faz necessário para estes docentes bacharéis, corroborada também pela fala do Colaborador 3. A EPT tem características particulares

que foram definidas de acordo com acontecimentos históricos que moldaram o formato dos cursos profissionais ao longo do século XX, até os dias de hoje. Portanto, “conhecer a História da Educação Profissional” (principalmente no Brasil), conforme relatou o Colaborador 1, se faz importante para o docente que atua nesta modalidade.

A segunda pergunta da entrevista, que já se insere no contexto dos Institutos Federais, questiona se o curso superior de Formação Pedagógica para a Educação Profissional auxiliou o colaborador na sua compreensão sobre o papel a ser exercido pelo docente do IFSP e solicita que a resposta seja justificada. De acordo com o Colaborador 2, entende-se ser necessária para a compreensão do papel docente, uma formação que abranja as relações entre educação e trabalho na EPT. Ele ainda considera que poderia haver no curso alguma ação focada na particularidade do IFSP, principalmente em relação à característica discente. A fala pode ser complementada com a resposta do Colaborador 3, que diz que o curso não foi específico em definir o papel do docente do IFSP, e sim de um professor “genérico”. Ainda em relação à pergunta 2, se curso auxiliou na compreensão do papel do docente no IFSP, os três colaboradores, em uma perspectiva geral, consideram que sim, que o curso ajudou nesta compreensão.

A terceira questão pergunta se o colaborador considera que o curso foi útil na sua formação profissional e por quê. De acordo com o Colaborador 2, o curso foi válido no sentido do próprio professor questionar-se se realmente ele está atingindo o aluno. O Colaborador 2 ainda explana sobre uma necessidade inerente de formação docente para os bacharéis. Os três colaboradores consideram, de alguma forma, que o curso foi positivo ou impactou em determinada mudança significativa em sua vida profissional.

A quarta pergunta traz, no contexto da expansão dos Institutos Federais, qual foi a contribuição dos cursos para a sua formação docente. O Colaborador 1 afirma não saber. O Colaborador 2 demonstra uma situação característica dos períodos de expansão, quando diz que “o IFSP é um lugar onde se deve realizar uma transformação social”, citando o papel do IFSP no mundo do trabalho. Em contrapartida, o Colaborador 3 não vê a necessidade de uma formação específica para o docente do IFSP, ainda que em um contexto de expansão. Ainda assim, reconhece a utilidade do curso na questão da formação.

Como quinta pergunta, surgem quais as sugestões os colaboradores dariam para a elaboração e oferta de outros cursos desta natureza. De acordo com o Colaborador 1, a antropologia seria importante em um curso de formação pedagógica. O Colaborador 2 pontua a questão das necessidades especiais e da diversidade de gênero, assuntos atuais e que não entraram no currículo dos cursos de Formação Pedagógica. Ele demonstra ainda uma preocupação com a questão da identidade do docente do IFSP, e se realmente ele conhece os pressupostos institucionais no qual está inserido. A fala do Colaborador 3 relata uma necessidade de formação docente que consiga compreender as relações entre

o conteúdo estudado e os processos históricos. Evidencia-se assim a necessidade de um professor que também problematize e compreenda estes processos.

A sexta pergunta questiona se os colaboradores gostariam de falar alguma coisa ou se possuem algo a acrescentar para esta pesquisa. Na fala do Colaborador 2 surge uma resistência dos próprios docentes em participar destas iniciativas de formação docente dentro do IFSP: “Tenho colegas que não tiveram nenhuma, fizeram o curso de forma obrigatória, só por ir”. O Colaborador 2 ainda achou a pesquisa interessante e salientou a necessidade de discutir internamente no IFSP a formação docente. O Colaborador 3 sente a necessidade de aproximar o jovem ao mundo do trabalho dentro de sua formação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuando desde 1909 na EPT, a instituição pesquisada possuiu várias nomenclaturas, até a denominação IFSP, que surgiu em 2008, com a criação dos IFs. Após a execução do Plano de Expansão da RFEPECT, o IFSP construiu sua trajetória dentro da história da Educação Profissional no Brasil e tornou-se um polo de formação docente para a EPT.

Ao mesmo tempo, as relações entre educação e trabalho enfrentaram mudanças significativas e importantes na formação dos trabalhadores que irão adentrar e permanecer no mundo do trabalho. A qualificação profissional se insere nesta dinâmica quando que se torna necessária uma formação que possibilite o indivíduo a lidar com todas as condições pertencentes ao mundo do trabalho.

Os três colaboradores entrevistados passaram pela indústria antes da docência e se tornaram professores no IFSP a partir da criação do mesmo em 2008, e no início do processo de expansão. Ao perceber que todos estes docentes já ministravam aulas antes do início do curso, pode-se considerar que estes professores buscaram o curso de Formação Pedagógica como modalidade de formação docente na expectativa de compreender os elementos que ultrapassam a formação técnica destes docentes. Todos os colaboradores, sem ressalvas, afirmaram que o curso foi útil para sua formação profissional.

O relato dos professores colaboradores mostra a necessidade de formação docente, e de que forma o curso realizado contribuiu com uma formação específica para a EPT, ao auxiliar na compreensão do papel docente no IFSP e sobre o papel a ser exercido por ele. Outros aspectos importantes sobre a formação docente puderam ser observados, de modo a perceber que os colaboradores almejam compreender as relações entre o conteúdo estudado no curso e os processos históricos, além da real necessidade de um professor que também problematize e compreenda estes processos.

Durante as entrevistas, salientou-se também a necessidade de discutir internamente a formação docente e a questão da identidade do docente do IFSP, ao questionar se ele realmente conhece os pressupostos institucionais no qual está inserido. O uso da metodologia da história oral possibilitou a esta pesquisa buscar na fala do próprio docente suas necessidades em relação às suas formações e como elas impactam em suas atuações. Parte-se do princípio de uma proposta de EPT reflexiva e contextualizada, que está dentro da trajetória das relações entre educação e trabalho.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02 de 26 de junho de 1997.** Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf>. Acesso em: Acesso em 01 jul.2017.

CAIRES, V.G.; OLIVEIRA, M.A.M. **Educação profissional brasileira-Da colônia ao PNE 2014 – 2024.** Petrópolis: Vozes, 2016.

COLABORADOR 1. **Entrevistadora: BOSCHINI, Fernanda F.** São Paulo, dez. 2017.

COLABORADOR 2. **Entrevistadora: BOSCHINI, Fernanda F.** São Paulo, dez. 2017.

COLABORADOR 3. **Entrevistadora: BOSCHINI, Fernanda F.** São Paulo, dez. 2017.

CARVALHO, M. L. M; RIBEIRO, S. L.S. **História Oral na Educação: Memórias e Identidades.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

DELGADO, L. A. N. **História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** Dossiê História Oral 6, p.9-25. UFSC, 2003. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO,%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf>. Acesso em: 20 fev.2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Edital nº 108/2012**. Processo seletivo para o curso superior de formação pedagógica para a educação profissional de nível médio na modalidade à distância. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://email.ifsp.edu.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&id=18004&part=3>. Acesso em: 20 set. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Relatório de Gestão do exercício de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm>. Acesso em: 05 fev.2018

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-2014/2018)**. Instituto Federal de São Paulo: São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>. Acesso em: 20 mar.2017.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Pedagógico do Programa Especial de Formação Pedagógica para a Educação Profissional**. Instituto Federal de São Paulo: São Paulo, 2008. Disponível na Secretaria de Graduação do IFSP- *Campus* São Paulo

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Pedagógico do Curso Especial de Formação Pedagógica para a Educação Profissional em Nível Médio**. Instituto Federal de São Paulo: São Paulo, 2012. Atualização: 2014. Disponível em: <http://eadcampus.spo.ifsp.edu.br/course/view.php?id=388>. Acesso em 20 mar. 2016.

LIMA, F. B. G. **A Formação de professores nos Institutos Federais: Perfil da oferta**. Revista Eixo, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 83-105, jan./jun. 2013.

PACHECO, E. (org.). **Institutos federais - uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, São Paulo: Moderna, 2011.

O CENTRO DE MEMÓRIA SANDRA MARIA MATAVELLI E SUA IMPORTÂNCIA PARA A MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Analder Magalhães Honório
Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho

1. INTRODUÇÃO

A Escola Técnica Estadual (Etec) Sylvio de Mattos Carvalho é uma importante instituição para a Educação Profissional; atendendo à cidade de Matão e suas cidades circunvizinhas, é a principal formadora de mão de obra técnica na cidade. Cabe lembrar que Matão é uma cidade com vocação industrial, sendo que a cidade é sede de renomadas empresas do setor agroindustrial do país. Exatamente por isso a escola também nasceu com a mesma vocação, sendo seus primeiros cursos voltados para a indústria, como os cursos técnicos de Mecânica, Eletromecânica, entre outros, e ainda hoje estes cursos ainda formam inúmeros profissionais na instituição. Com mais de 32 anos desde a sua criação, a escola fez e faz parte da história de muitos matonenses, já que muitos deles passaram pelas salas de aulas da unidade e, pensando em salvaguardar toda esta história, a escola trabalha para preservar esta magnífica história, pois reconhece a importância de seu passado. (Figura 1)



Figura 1 – Fachada da Escola quando o prédio abrigou a Faculdade de Ciências e Letras
Fonte: Acervo do Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, em 2018

Desde 2012, quando o atual diretor, o Professor Doutor Carlos Alberto Diniz assumiu a direção da escola (Figura 2), deu-se início a um trabalho focado na preservação da história; desde então, a escola sempre teve um grupo voltado para pesquisa desta história – é importante citar que este trabalho iniciou-se antes de 2012 com a participação do próprio Carlos, além das Professoras Sandra Maria Matavelli e Rosana Karin Gonçalves nos Clubes de Memórias e também no Simpósio do Ensino Médio e Técnico apresentando artigo sobre a história da instituição. Mas foi em 2012 que o trabalho se intensificou e, a partir de 2014, a escola passou contar com projeto de HAE para estudo e preservação de sua memória.



Figura 2 – Fachada da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2010

Fonte: Acervo do Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, em 2018

O Centro de Memória sempre foi um desejo da comunidade escolar – afinal de contas, a escola contava com um número representativo de documentos históricos que, até então, ficavam armazenados em depósitos que dificultavam o acesso; além disso, os documentos ficavam fragmentados, cada um em uma parte da escola. No ano de 2016, a escola foi contemplada com um grande projeto de reforma e ampliação e, no projeto, contava com uma sala que seria dedicada ao Centro de Memória.

A reforma foi concluída em março de 2018 (Figura 3); no entanto, ainda no final de 2017, a sala do Centro de Memória foi entregue – começou então o trabalho para transformar a sala no tão esperado Centro de Memória. A sala escolhida para abrigar o Centro de Memória foi a sala número 4, que fica no primeiro piso do bloco A, e esta é uma importante sala dentro da história da Etec, haja vista que a mesma abrigou por um tempo a diretoria da unidade, também já foi utilizada como sala de coordenação, mas, se retornarmos num passado ainda mais distante, esta sala foi utilizada como diretoria

quando o prédio foi inaugurado e abrigou o ginásio de Matão e o local também serviu de biblioteca quando o prédio abrigou uma faculdade. A sala fica no centro do prédio principal e é a única que conta com uma sacada com vista para o lado de fora da escola. Entrar no Centro de Memória hoje é fazer uma pequena viagem no passado.



Figura 3 – Fachada da Escola, após a conclusão do projeto de reforma e ampliação, em 2018
Fonte: Acervo do Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, em 2018

O Centro de Memória Professora Sandra Maria Matavelli foi inaugurado no dia quatro de junho de 2018 e recebeu o nome da Professora Sandra em uma justa homenagem a uma professora muito querida por todos na escola. A professora Sandra nasceu em 24 de maio de 1968, passou a fazer parte do quadro de professores da Etec Sylvio de Mattos Carvalho em nove de setembro de 2004, quando foi contratada após ser aprovada em concurso público, passando a lecionar as disciplinas de Inglês e Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Médio, além de Inglês Instrumental e Linguagem, Trabalho e Tecnologia nos cursos técnicos da unidade.

Durante algum tempo, ficou afastada de suas atividades como docente; no entanto, em 22 de setembro de 2009, ela foi readaptada devido a problemas de saúde, e passou a exercer seu trabalho na biblioteca. A professora Sandra (Figura 4) foi uma das primeiras pessoas a se envolver com o trabalho de memórias na escola, juntamente com o Professor Carlos Diniz e a Professora Rosana Karin e, por isso, a escolha de seu nome para o Centro de Memória foi unânime quando submetido ao Conselho de Escola, e também foi prontamente aceito por toda a comunidade escolar, aqui cabe ressaltar que a professora Sandra era muito querida em toda escola, principalmente por toda a luta que teve enfrentando a sua doença. Em 13 de agosto de 2015, a professora Sandra veio a falecer, em decorrência do estado grave de sua doença.



Figura 4 – A Professora Sandra Maria Matavelli em um Clube de Memórias em São Paulo
Fonte: Acervo do Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, em 2018

A inauguração do Centro de Memória foi uma noite memorável e comovente, pois contou com a participação dos pais da Professora Sandra Matavelli e também de seus filhos que, tomados pela emoção, descerraram a placa e cortaram a fita de inauguração; o evento organizado pela equipe de professores responsáveis pelo Centro de Memória da unidade, contou também com a participação de professores e alunos. Para toda a comunidade escolar, é um prazer ter a foto da professora Sandra estampada na porta do Centro de Memória, pois ela foi um exemplo de pessoa, que sempre defendeu a escola e sempre se mostrou forte, mesmo diante de todas as adversidades que a vida lhe submeteu.

2. A IMPORTÂNCIA DO CENTRO DE MEMÓRIA

Borrego e Modenesi (2013) alertam que memória deve ser entendida como fonte, inspiração e provocação da história, numa relação permanente de diálogo e crítica, através de conexões que buscam recriá-la, organizá-la e elevá-la à condição de conhecimento, e por isso, um Centro de Memória é importante para qualquer

instituição, pois a memória é um bem muito valioso e que deve ser preservado. As autoras afirmam ainda que a memória é uma importante ferramenta de suporte à gestão que, ao ser utilizada, agrega valor às instituições. Quando se fala de uma instituição escolar, a memória ganha ainda mais valor, pois é naquele espaço que muitas histórias ganham sentido – dificilmente uma pessoa não terá uma parte importante de sua vida que foi vivida dentro dos muros de uma escola – e, assim, proporcionar às pessoas, a possibilidade de relembrar o seu passado e, principalmente, de sua trajetória, é algo que torna o Centro de Memória ainda mais especial.

Já para Von Simson (2006), memória pode ser entendida como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos como a voz, a música, a imagem, os textos, etc., assim o Centro de Memória deve ser o local para abrigar esses suportes, por isso é importante que o Centro de Memória possua diversos tipos de suporte, já que um auxilia o outro na hora de reconstruir a história. A autora divide ainda a memória em memória individual, onde o indivíduo guarda memórias que se referem às suas próprias vivências e experiências, mas que contém aspectos da memória do grupo social onde ele se formou; já a memória coletiva é formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla, que são aquilo que chamamos de *lugares de memória*, ou seja, são os monumentos, hinos oficiais, quadros e obras literárias, etc. Em um Centro de Memória, temos inúmeros documentos e objetos que dizem respeito à memória coletiva, mas, com toda certeza, a memória individual tem toda a sua importância dentro do contexto, afinal de contas, é com relatos das memórias individuais que conseguiremos remontar a história como um todo.

Pazin (2015) define Centro de Memória como uma área, setor ou unidade dentro de cada instituição cujo objetivo é reunir, organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, que pode estar presente na documentação histórica da instituição e também na memória de seus colaboradores, além, é claro, de outras pessoas envolvidas na vida da instituição. Para a autora, uma parte significativa do trabalho dos centros de memória é justamente coletar a memória destas pessoas envolvidas em todo processo, utilizando-se, para isso, de diversas ferramentas e metodologias de registro, como por exemplo, a história oral onde se realiza entrevistas com tais pessoas. Cabe, portanto, ressaltar que o Centro de Memória deve ser um local capaz de recontar a história da instituição, não apenas com documentos, fotografias e objetos, mas também com a memória oral que, muitas vezes, é responsável por conseguir resgatar dados e informações que não seriam encontrados em nenhum outro tipo de suporte e, portanto, a história oral deve fazer parte constantemente do centro de memória.

3. O ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA PROFESSORA SANDRA MARIA MATAVELLI

Como já foi dito anteriormente, o Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho (Figura 5) só foi inaugurado em quatro de junho de 2018, ou seja, há pouco tempo; no entanto, é importante salientar que os trabalhos para montá-lo começaram ainda no ano de 2017, quando a sala foi entregue após a reforma; assim, antes de inaugurá-lo houve todo um preparativo para que o mesmo pudesse ser entregue à comunidade matonense em condições de uso. Além disso, o acervo que hoje está presente no Centro de Memória é resultado de um trabalho de quase 10 anos de pesquisa. Entre os documentos do acervo histórico estão os planos escolares dos anos iniciais da instituição, 1987, 1988, 1989, etc., além disso, conta com os Planos Plurianuais de Gestão que vieram a substituir os planos escolares. Também conta com todos os planos de trabalhos docentes da unidade – todo esse material fica armazenado em um dos três armários disponíveis no local – o material é importante, pois permite conhecer com detalhes conteúdos programáticos, práticas de ensinos, ou seja, é possível conhecer melhor o passado da escola.



Figura 5 – Entrada do Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli
Fonte: Acervo do Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, em 2018

O Centro de Memória conta ainda com os livros onde estão as atas de reuniões pedagógicas, reuniões de curso, reuniões de conselho de escola e uma infinidade de outras atas, é importante lembrar que existem livros onde constam cópias de e-mails trocados entre professores e coordenadores de curso, trazendo, portanto, informações importantes que ajudam a construir a história de cada uma das habilitações profissionais da unidade, mesmo que algumas delas nem sejam mais oferecidas dentro da instituição.

O material traz ainda uma quantidade significativa de convites de formatura, que talvez sejam os objetos que mais tragam saudades a quem visita o Centro de Memória, embora hoje esteja em desuso, ao que tudo indica, no passado este era um objeto de muito valor dentro da instituição, ainda que não tenha sido feito um estudo, percebe-se que há convites de vários anos, em alguns deles é possível ver mensagens escritas a próprio punho e, em muitos deles, estão gravados os nomes dos alunos e professores de cada uma das turmas que se formaram.

Entre os documentos do Centro de Memória, há uma cópia da lei que dá o nome do Professor Sylvio de Mattos Carvalho à escola – é importante citar que o Prof. Sylvio foi professor naquele mesmo prédio, mas quando ele abrigou o ginásio da escola.

O acervo ainda conta com uma infinidade de documentos que ajudam a contar um pouco mais sobre a unidade, como relatórios de pesquisas como o SAI e o Observatório Escolar, documentos estes que, quando estudados, irão gerar um relatório onde será possível conhecer melhor a escola no passado; estas pesquisas permitem saber a opinião de discentes e docentes a respeito da unidade e, por isso, podem ser importantíssimas quando se pensa em estudar a cultura escolar.

Entre os objetos, o acervo conta com troféus e certificados dos mais variados tipos, entre os troféus infelizmente pouco se sabe da história de cada um e, com certeza, emanará um trabalho de pesquisa para que possam ser nomeados e contar sua história e, certamente, para isso, será necessário recorrer à história oral, já que neles não se encontram o mínimo de informações que se precisa para contar a sua história e sua origem. Ainda entre os objetos que estão expostos no Centro de Memória, existem duas câmeras fotográficas, uma delas de modelo mais antigo, com uso de filme e outra um pouco mais moderna, já da era digital. Conta ainda com um projetor de slides que, infelizmente, não funciona mais, mas que causa muita curiosidade já que conta com alguns poucos slides que provavelmente foram utilizados nas aulas no passado. Há ainda alguns equipamentos de informática que, até pouco tempo, eram utilizados nas aulas de hardware para contar a história da informática. Também conta com uma máquina de escrever que ainda não foi pesquisada, mas que, certamente, foi utilizada na diretoria da unidade logo após a sua inauguração.

Fruto de um trabalho de uma pesquisa elaborado pela Professora Cristina Munaretti, em conjunto com o Professor Carlos Diniz, encontram-se, no Centro de Memória, livros com cópia das reportagens do principal jornal de Matão, “A Comarca”, em que a Etec Sylvio de Mattos Carvalho é citada. Entendemos que é possível reconhecer a importância da escola para o município através do que já foi publicado sobre ela nos jornais. Desta forma, este trabalho de pesquisa foi importante para construir essa linha histórica. Neste jornal, consta, inclusive, a notícia de criação da Etec pelo então governador Franco Montoro.

E, por fim, temos as fotos, que, sem dúvidas, são o que mais ajuda a retomar a memória das pessoas; o acervo fotográfico da escola é muito bom, contando com fotos dos primeiros anos até os dias atuais; hoje o professor Rafael Aguirre realiza um trabalho com tais fotografias, para que se possa organizar melhor tal acervo; infelizmente, por ser grande o acervo, demanda muito trabalho, principalmente no que se diz respeito a identificar fatos e pessoas nas fotos.

É importante citar aqui que, durante todo o mês de junho, em virtude da inauguração do Centro de Memória, houve uma exposição com os principais objetos e documentos do acervo – a ideia foi de aproximar as pessoas do acervo, contando, assim, com um número significativo de visitantes que, em sua maioria, despediam grande parte da visita na seção de fotos, o que nos leva a acreditar que a fotografia é o que mais faz as pessoas resgatarem suas memórias.

Hoje a escola recebe inúmeros alunos nos cursos técnicos, que foram alunos do ensino médio, além, é claro, de muitos alunos que voltam para fazer seu segundo ou até mesmo terceiro curso técnico e, geralmente, eram estas as pessoas que mais tempo ficavam nas fotografias, isso porque buscavam ali recordações do seu passado, da sua turma, de seus amigos, etc. Muitas destas fotos disponíveis hoje no Centro de Memória (Figura 6) são resultados de pesquisas que culminaram nas exposições fotográficas dos 25 anos e 30 anos da instituição, além de uma exposição que buscou recontar a história da feira tecnológica da unidade. Estas fotos trazem alunos e professores nos mais diversos momentos, em sua grande maioria participando dos eventos oferecidos pela escola, como as Feiras Tecnológicas, Festas Juninas, Festas das Primavera, entre outros. Por fim, cabe dizer que, além das fotos impressas que hoje estão disponíveis em álbuns dentro do Centro de Memória, a escola conta ainda com uma infinidade de outras fotos em suporte digital.



Figura 6 – Sala do Centro de Memória

Fonte: Acervo do Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, em 2018

Além do acervo fotográfico do Centro de Memória, a escola montou também um memorial da reforma, em exposição permanente no hall de entrada da escola; a exposição contém fotos do período em que a escola passou pelo processo de reforma e ampliação, assim através deste memorial é possível conhecer um pouco de como a escola era antes e de como está hoje.

Pazin (2015) afirma que, quando tratado corretamente, o acervo histórico é uma fonte para desenvolvimento de projetos e serviços, podendo dar apoio às ações institucionais; para ela, é possível delimitar três grandes áreas em que a memória pode contribuir para a instituição, sendo a primeira delas a reputação institucional e as outras duas a cultura organizacional e a gestão do conhecimento, que também se beneficiam com a existência de uma área voltada à preservação e divulgação da memória da organização. É exatamente por isso que hoje a equipe do Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho se esforça para organização do seu acervo, por entender que é através dele que será possível a criação de uma cultura organizacional que valoriza o passado e sua história, pois só ao compreender que a instituição é o que é hoje graças a todos os atores que estiveram lá no passado, é que as pessoas darão o devido valor à história da instituição. A ideia é permitir que as pessoas possam recorrer ao acervo documental do Centro de Memória sempre que acharem necessário, e que elas busquem cada vez mais isso, e ainda possibilitar às pessoas perceber o quão foram importantes para a instituição no passado e ainda contribuir para que os atores de hoje possam se inspirar nas pessoas importantes do passado, para também buscar ser importantes na história da instituição no futuro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Memória Professora Sandra Maria Matavelli ainda está dando os seus primeiros passos, mas já se revela um importante polo de informação sobre a Educação Profissional na cidade de Matão, afinal ele reconta a história da principal instituição de ensino profissional gratuito da cidade, instituição esta que foi e ainda é responsável pela formação de grande parte da mão de obra técnica do município.

Seu acervo, ainda em fase de catalogação, conta com inúmeros documentos que ajudaram a recontar a história da instituição, com a ajuda da história oral, já que seria impossível compreender toda esta história sem a memória individual daqueles professores que se dedicam à escola há tanto tempo. A equipe de trabalho tem se engajado para deixar o Centro de Memória pronto para ser usado por qualquer pessoa que queira estudar a história da instituição ou mesmo para ex-alunos e ex-professores que queiram recordar sua passagem pela unidade; hoje já se encontra

aberto ao público, embora sua visita deva ter horário agendado, tendo em vista que os professores que ali trabalham têm horário específico para ficarem ali e, desta forma, o mesmo não pode permanecer o tempo aberto.

Seu acervo conta com um número considerável de documentos e objetos, muitos deles do início do funcionamento da unidade, muito embora é preciso recordar que, em 1994, a instituição foi transferida para o Centro Paula Souza e, assim, grande parte de sua documentação foi encaminhada para a Secretaria da Educação, mas alguns documentos permaneceram na instituição e, hoje, fazem parte do acervo histórico do Centro de Memória.

O Centro de Memória proporcionará inúmeras pesquisas, a exemplo do que já vinha acontecendo antes de sua inauguração – no entanto, é possível afirmar que, agora, com uma organização mais sistematizada, as pesquisas possibilitarão gerar melhores resultados, afinal de contas todas as fontes estão hoje reunidas em um único local, separadas de acordo com o seu segmento, o que facilita a pesquisa, cabendo ressaltar que está sendo realizado o fichamento e a catalogação dos itens, o que permitirá um melhor direcionamento na pesquisa.

5. REFERÊNCIAS

BORREGO, Maria Cristina dos Santos; MODENESI, Simone. Centros de Memória Institucionais: métodos, procedimentos, ferramentas e tecnologia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 14, n. 20, 1º sem. 2013, p. 212-219 Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/download/5296/5245>>. Acesso em 29 jun. 2018.

PAZIN, Márcia. **A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade**. Disponível em <<http://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>>. Acesso em 08 jul. 2018.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento**: O Exemplo do Centro de Memória da Unicamp. Disponível em <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.html>>. Acesso em 09 jul. 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC CARLOS DE CAMPOS (SP): LUGAR DE MEMÓRIA OU DE ESQUECIMENTO?

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Unidade do Ensino Médio e Técnico/GEPEMHEP

1. INTRODUÇÃO

“O futuro, tal como o passado, atrai os homens de hoje,
que procuram suas raízes e sua identidade e,
mais que nunca, fascina-os”
(LE GOFF, 2008, p. 228)

Com este trabalho pretende-se mostrar a importância de centros de memória para a construção da história das instituições escolares, ao possibilitarem a realização de estudos e pesquisas sobre sujeitos, que se destacaram na Educação Profissional por suas vivências e experiências, relacionadas aos objetos de ensino preservados nesses *lugares de memória* e de salvaguarda do patrimônio cultural histórico educativo. Para Rueda, Freitas e Valls (2011, p. 82) “ao promover a preservação da Memória Institucional as instituições detêm a possibilidade de disseminá-las com a criação do seu próprio lugar de memória”, principalmente, quando pesquisas são publicizadas em livros ou revistas científicas e, que ao serem difundidos em sites institucionais, possibilitam que professores envolvam a comunidade escolar com a história de atores que contribuíram para a evolução da educação profissional, gerando uma relação de pertencimento com a história local.

O presente trabalho apresenta pesquisas que foram realizadas em centros de memória e/ou documentação, principalmente, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual (Etec) Carlos de Campos, a fim de desvendar as trajetórias profissionais e sociais de professores ilustres da Educação Profissional, o Médico Francisco Pompêo do Amaral (1907 – 1990) e a Dietista/Nutricionista Neide Gaudenci de Sá (1933 – 2018) que, relacionados ao conceito de profissionalidade docente, merecem ser designados patronos de escolas técnicas da rede de escolas do Centro Paula Souza.

Para Gorzoni e Davis (2017, p.1411) “pensar a profissionalidade docente como processo de constituição das características específicas da profissão também implica refletir sobre o desenvolvimento profissional docente, dedicando-se a cuidar do espaço de intersecção entre a atividade individual e a atividade coletiva”, destacam que o conceito de profissionalidade docente tem aparecido devido ao

[...] interesse pelo tema da identidade docente nos trabalhos científicos, também verificado em outros países, deve-se à busca por maior entendimento sobre o processamento das mudanças individuais e coletivas de professores. Na realidade, desde os anos 1980, a profissionalização está ligada ao discurso em prol das reformas no ensino, por meio de negociação de grupos sociais para reconhecimento da autonomia e especificidade de um conjunto de atividades específicas de uma profissão, via formação de indivíduos que se apropriem dos conteúdos de uma profissão existente. Em síntese, a profissionalização implica legislação, condições locais e cultura escolar como requisitos para o desenvolvimento profissional docente, ou seja, para a qualidade do desenvolvimento da profissionalidade dos professores. (GORZONI; DAVIS, 2017, p. 1410)

Em São Paulo, a Lei nº 14.707, de 8 de março de 2012, dispõe sobre a denominação de prédios estaduais e possibilita atribuir nomes de personalidades, se a proposta for acompanhada da biografia e da relação das obras e ações do homenageado, requerendo um abaixo-assinado com, no mínimo, 400 assinaturas de moradores da região da escola, ou manifestação de apoio do Conselho de Escola (SÃO PAULO, 2012). Considerando a importância para a história da profissão docente na Educação Profissional institucional, este trabalho contribui ao fornecer subsídios biográficos de dois professores ilustres, difundindo estudos e pesquisas sobre suas vivências, experiências e dedicação como mestres nos cursos de “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”, do Técnico em Dietética e, finalmente, do Técnico em Nutrição e Dietética, que completou 80 anos de existência em 2019.

A intenção é contribuir com a comunidade institucional sobre a possibilidade de homenagearem Francisco Pompêo do Amaral e Neide Gaudenci de Sá, em um ano comemorativo da gênese do curso Técnico em Nutrição e Dietética no Centro Paula Souza, estimulando as proposições de designações patronímicas em uma das sete escolas técnicas da cidade de São Paulo que ainda levam nomes dos bairros onde se localizam. A trajetória de ambos corrobora o merecimento de terem seus nomes eternizados na rede de escolas cuja história na Educação Profissional ajudaram a construir.

1.1 Centro de Memória da Etec Carlos de Campos: gênese e evolução

O Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, localizado no Brás, em São Paulo, em uma escola que, por dez anos, foi denominada Instituto Profissional Feminino, entre 1933 e 1943, guarda objetos de ciência e tecnologia, obras raras e documentos arquivísticos, desde a sua fundação em 1911, como primeira Escola Profissional Feminina da capital, e que trazem marcas e vestígios de personagens ilustres da história da Educação Profissional paulista.

É importante registrar que o normalista Horácio Augusto da Silveira, diretor dessa escola, entre 1923 e 1938, quando veio da escola de Amparo, contribuiu para a criação da Superintendência do Ensino Profissional no Estado de São Paulo, entre 1934 e 1938, assumindo a direção dessa superintendência, e que ocupou parte do primeiro andar do edifício monumento no Instituto Profissional Feminino.

Em homenagem ao governador do estado de São Paulo, que aprovou o projeto de ampliação da escola, falecido em 1927, esta passou a ser denominada Escola Profissional Feminina Carlos de Campos, entre 1927 e 1930. Lembrando que esse prédio foi tombado, em 2010, com uma sacada frontal majestosa, que expõe mobiliário de metal antigo ainda hoje, espaço que é complemento da sala da direção, e que está difundida no site da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos. (Figura 1)



Figura 1 – Sacada da sala da direção da Etec Carlos de Campos, em 2018.

Fonte: <https://eteccarlosdecampos.com.br/wp52/about/>, Acesso em 10/01/2021.

É fundamental destacar que Laia Pereira Bueno, vice-diretora, substituiu Horácio da Silveira na direção do Instituto Profissional Feminino e que, durante a sua gestão, deu continuidade à organização do “Álbum de Recortes de Jornais e Revistas” sobre a Escola Profissional Feminina¹, de 1911 a 1958, quando se aposentou. Esse documento faz parte do acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos.

Nesse “Álbum de Recortes” encontra-se uma matéria jornalística apresentando o Museu Feminino do Brás, proposto pela Diretora Laia Pereira Bueno e dirigido pela Professora de Tecnologia Maria Vitorina de Freitas, entre as décadas de 1940 a 1950.

A Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes do Centro de Memória da Educação na Faculdade de Educação/USP, juntamente com a bolsista Rita de Cássia Bonadio Inácio, entre 1992 e 1996, realizaram prospecções sobre a situação dos arquivos escolares nas escolas técnicas estaduais mais antigas no estado de São Paulo, durante visitas a oito escolas técnicas (ALVES, 1998). Para Morais e Zaia (2013),

A dimensão de lugar de memória foi e é ainda uma questão nevrálgica nos estabelecimentos públicos de ensino. No caso das escolas técnicas paulistas, os seus acervos documentais encontravam-se, na época, em situação precária o que exigiu providências urgentes no sentido de envolvimento das escolas e de sua administração com a questão da construção/preservação da memória institucional. O trabalho conjunto entre universidade e escola pública visou promover o encontro entre pesquisa e atividade pedagógica por meio da integração dos diferentes agentes das práticas escolares na produção do conhecimento histórico. O envolvimento de alunos, professores, funcionários e comunidade local com a história da instituição escolar, da qual são sujeitos, possibilitou oportunidades de reflexão sobre as relações entre memória e história, e contribuiu para ações efetivas de solidariedade, de valorização de experiências humanas acumuladas, subsídio à implementação de programas e projetos educacionais culturais, técnicos e científicos que visem à melhoria das condições e da qualidade de ensino. (MORAES; ZAIA, 2013, p. 54-5)

Na Etec Carlos de Campos, os objetos do patrimônio histórico educativo foram localizados em uma saleta (Figura 2) e nos porões do edifício monumento, durante a montagem da Sala de Memória (Figura 3) para o projeto “Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais mais Antigas do Estado de São Paulo” entre 1998 e 2001, proposto pela

1 Consultar: Publicações, Arquivo histórico, Etec Carlos de Campos, no site de memórias institucional <http://www.cpsetec.com.br/memorias/livros/carloscampos/albumderecortes.pdf>

Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, coordenado por ela e pela Profa. Julia Falivene Alves da Unidade do Ensino Médio e Técnico (Cetec) do Centro Paula Souza.



Figuras 2 e 3 – Saleta com o acervo do Patrimônio Histórico Educativo, localizado em 1998, e da Sala de Memória da Etec Carlos de Campos, entre 2001 e 2006.
Fotografias: Acervo pessoal de Fabiana Valeck de Oliveira, em 2001.

Em 2001, substituí a Arquiteta Fabiana Valeck de Oliveira no projeto de “Historiografia”, como bolsista da FAPESP (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo) no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, e pude contar com o material de pesquisa que essa professora coletou, localizando ex-alunas e professores para o “Chá Comemorativo de 90 anos da Etec Carlos de Campos”, realizado em 28 de setembro. (Figuras 4 e 5)



Figuras 4 e 5 – Diretora Maria Lucia Pereira de Carvalho, e a Diretora de Serviços, Geanne Pereira da Silva, recebendo antigos professores e ex-alunos no auditório da escola, e, estudantes do curso Técnico em Nutrição e Dietética, participando do Chá Comemorativo dos 90 anos da Etec Carlos de Campos, em 28 de setembro de 2001.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2018.

Durante as comemorações dos 90 anos da Etec Carlos de Campos, quando a Profa. Neide Gaudenci de Sá chegou no refeitório da escola, foi ovacionada pelas professoras do curso Técnico em Nutrição e Dietética, algumas delas, ex-alunas.

Em função dessa aclamação, a convidei para uma entrevista de história oral de vida e, felizmente, a professora aceitou, nos concedendo essa entrevista, em 26 de dezembro de 2001. (Figura 6)



Figura 6 – A Dietista Neide Gaudenci de Sá em entrevista entre as Professoras Maria Lucia M de Carvalho e Eliana Roda Ferreira, na Sala de Memória da Etec Carlos de Campos.
Fotografia: Alfredo de Sá, em 26/12/2001

Esse convite à Profa. Neide Gaudenci de Sá foi devido ao interesse em desvendar as práticas escolares e pedagógicas que aconteceram no Dispensário de Puericultura da Escola Normal de Artes e Ofícios, denominação da atual Etec Carlos de Campos, entre 1931 e 1933. Esse dispensário foi criado pelo Diretor Horácio Augusto da Silveira, em outubro de 1931, e permaneceu em funcionamento até meados da década de 1970, instalado no edifício monumento para atender à comunidade local.

Em 2001, os professores bolsistas da FAPESP tinham como incumbência selecionar fotografias para produção de um álbum fotográfico, referentes aos Centros de Memória participantes do projeto coletivo de Historiografia, sob a coordenação de Julia Falivene Alves na Cetec. (MORAES; ALVES, em 2002) Por esse motivo, para desvendar práticas em imagens e reportagens sobre o Dispensário de Puericultura (Figuras 7, 8, 9 e 10) existentes no acervo documental, questionamos a Profa. Neide Gaudenci de Sá, que foi aluna e professora do curso de “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”, sobre as suas práticas escolares nesse espaço. Durante a sua entrevista nos relatou que:

[...] O Dispensário de Puericultura era uma coisa muitíssimo importante na época, socialmente inclusive, porque atendia as crianças do bairro e orientava sobre higiene, alimentação e assim com um certo rigor.

Eu era aluna do curso de Formação de professores de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação e nós tínhamos aulas práticas de puericultura lá no dispensário, com o Dr. Jorge Morais Barros e Dr. Mário Taddeu. [...] Os arquivos desse Dispensário de Puericultura eram muito importantes, eles seguiam as crianças de zero até trinta meses. [...] Eu utilizei muito desses resultados como professora de nutrição, eu fui ao Dispensário fiz algumas pesquisas, porque me interessava muito alimentação do bebê. (SÁ, em 2001)



Figuras 7 e 8 – Cozinha do Lactário no Dispensário de Puericultura, em 1931. Dr. Jorge Morais Barros com as alunas do curso de Educação Doméstica.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2001.



Figuras 9 e 10 – Salas de Espera e do Gabinete do Médico no Dispensário de Puericultura, da Escola Industrial Carlos de Campos, atual Etec Carlos de Campos, período de 1931 a 1945.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2001.

Essa entrevista com a Profa. Neide Gaudenci de Sá direcionou os estudos e pesquisas que realizei sobre o Dispensário de Puericultura, entre 2001 e 2007.

1.2. Curso “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”, o primeiro no Brasil

Em 2001, localizei no acervo do Centro de Memória o documento “Aula Inaugural” dos cursos de Dietética, ministrada pelo Dr. Francisco Pompêo do Amaral, médico-chefe na Superintendência do Ensino Profissional, relatando que o curso de “Auxiliares em Alimentação”, inaugurado no Instituto Profissional Feminino, em 17 de maio de 1939, era o primeiro no Brasil, criado com base na experiência do Médico Pedro Escudeiro, que fundou a Escola Nacional de Dietistas, em Buenos Aires, na Argentina, em 1938.

Como docente do curso Técnico em Nutrição e Dietética, ministrando os componentes curriculares – Tecnologia dos Alimentos e Bromatologia, localizar esse documento trouxe uma relação de pertencimento e o interesse em desvendar a gênese desse curso institucional pioneiro na Educação Profissional do estado de São Paulo.

Fontanelli (2005), ao pesquisar sobre centros de memória e de informação, ressalta que

Há tempos, desde o surgimento da Escola dos Annales, os estudiosos utilizam, além dos documentos mais convencionais, depoimentos orais, obras de arte, monumentos, enfim outros “Lugares de Memória”, que foram criados com o objetivo de perpetuar eventos, homenagear personagens ou mesmo criticar ou enaltecer algum acontecimento histórico, enfim constituir a memória nacional. (FONTANELLI, 2005, p. 17)

Como bolsista da FAPESP no projeto de Historiografia, localizei no acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, marcas, indícios e vestígios de práticas escolares e pedagógicas deixadas por professores ilustres, como Francisco Pompêo do Amaral (Figura 9) e Neide Gaudenci de Sá (Figura 10), e que podem ser encontradas nos arquivos, nos livros e nos objetos museológicos existentes nesse *lugar de memória*², e que contribuíram com os estudos e pesquisas para desvendar a gênese, a evolução e a salvaguarda desse patrimônio cultural histórico educativo e da ciência e tecnologia, referente ao curso de “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”, o primeiro no Brasil, no campo da alimentação e nutrição. (CARVALHO, 2013 e 2017)

2 Para Nora (1993), os lugares de memórias são antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que chama, porque ela a ignora [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais [...]



Figura 11 – Francisco Pompêo do Amaral, no álbum de formatura de Dietistas, de 1948.
Fonte: Arquivo pessoal de Debble Smaira Passotti, em posse da autora, em 2018.



Figura 12 – Neide Gaudenci no álbum de formatura de “Dietistas”, em 1951.
Fonte: Doação de Neide G. de Sá ao Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2001.

2. CONTRIBUIÇÕES BIOGRÁFICAS PARA DESIGNAÇÕES PATRONÍMICAS A POMPÊO DO AMARAL E NEIDE GAUDENCI DE SÁ, PIONEIROS DA NUTRIÇÃO

Por reconhecer a importância das marcas e vestígios existentes no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos para a história da Educação Profissional, nos objetos

da ciência e tecnologia inventariados sobre as práticas escolares e pedagógicas, relacionadas à profissão docente de Francisco Pompêo do Amaral e de Neide Gaudenci de Sá, e o pioneirismo para a nutrição (CARVALHO, 2017), é que esses mestres merecem ter seus nomes eternizados com designações patronímicas em uma das escolas técnicas estaduais do Centro Paula Souza que oferecem o curso Técnico em Nutrição e Dietética.

Neste trabalho, as pesquisas que foram realizadas e apresentadas em seminários, congressos e encontros e publicadas em livros e revistas científicas, desde 2006, são publicizadas como contribuições biográficas sobre as trajetórias sociais e profissionais de Neide Gaudenci de Sá, que foi aluna, professora e pesquisadora na equipe de dietistas, do médico Francisco Pompêo do Amaral, que criou o primeiro curso no campo da alimentação e nutrição, no Brasil (Quadros 1 a 3).

Lembrando que os Professores Francisco Pompêo do Amaral e Debble Smaíra Pasotti (in memória) e Neide Gaudenci de Sá (Figuras 13 e 14), foram homenageados na “Jornada da Alimentação à Nutrição: 70 anos de educação profissional (1939 – 2009)”³, que aconteceu em 15 de maio de 2009, no auditório da Etec Parque da Juventude, em São Paulo, como os pioneiros no campo da alimentação e nutrição.



Figuras 13 e 14 – Júlio Smaíra da Silva, sobrinho de Debble Smaíra Pasotti; Neide Gaudenci de Sá, Maria Lucia Mendes de Carvalho e Sérgio Henriques Ferreira, filho de Francisco Pompêo do Amaral. Mesa de abertura da jornada comemorativa dos 70 anos do curso Técnico em Nutrição e Dietética, na Etec Parque da Juventude, durante as homenagens aos pioneiros da nutrição, em 15 de maio de 2009.

Fonte: Arquivo pessoal Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2018.

³ Consultar: http://www.cpscetec.com.br/memorias/70_anos/index.html

Quadro 1 – Artigos produzidos a partir de entrevistas de história oral com a Professora Neide Gaudenci de Sá, entre 2001 e 2012.

Ano	Título	Livro/E-book/Revista/Evento
2006	HISTÓRIA DO CURRÍCULO DO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA: na Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, em São Paulo, com ênfase na Puericultura	I Jornada Nacional da Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília/DF. Livro de Resumos... Ministério da Educação, Ideal Gráfica e Editora: 2ª edição revisada, 237p., p.99
2006	DISPENSÁRIO DE PUERICULTURA: Escola Profissional Feminina na Assistência e Proteção à Infância	Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 6. Uberlândia. Caderno de Resumos... Universidade Federal de Uberlândia, 465p., p.171.
2007	DISPENSÁRIO DE PUERICULTURA DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA: reflexões sobre histórias de vida, identidades e cultura escolar	Seminário de Educação, Núcleo de Pesquisa e Extensão. Vozes da Educação: Memória e História das Escolas de São Gonçalo, 3. Rio de Janeiro. Anais... HP Comunicação Editora, p. 52-3.
2011	NEIDE GAUDENCI DE SÁ: professora, pesquisadora e autora no campo da alimentação e nutrição.	IX Encontro Regional Sudeste de História Oral. Diversidade do Diálogo. USP. São Paulo. p. 563-569
2012	HISTÓRIA ORAL: a importância do método em pesquisa no campo da alimentação e nutrição	VII Seminário Nacional do Centro de Memória. Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades. UNICAMP, fevereiro, 2012. In: CARVALHO, M. L. M. RIBEIRO, S. L. S. História Oral na Educação: memórias e identidades. Centro Paula Souza, 2012, p. 80-93.
2018	INSTITUTO PEDAGÓGICO DO ENSINO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO: história da profissão docente	Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo, Campinas (SP), v. 3, n. 2, p. 385-404, jul./dez. 2017

Fonte: Elaborado pela autora, em 2018.

Quadro 2 – Artigos e tese de doutorado apresentados e/ou publicados sobre Francisco Pompêo do Amaral, entre 2009 e 2013.

Ano	Título	Livro/E-book/Revista/Evento
2009	DISCURSO EM HOMENAGEM AOS EDUCADORES NOS SETENTA ANOS DO PRIMEIRO CURSO NO CAMPO DA NUTRIÇÃO NO PAÍS	VII Congresso Internacional da Sociedade de História da Educação Latinoamericana – SHELA, de 23 a 26 de agosto de 2009, São Paulo/SP.
2009	DA ALIMENTAÇÃO À NUTRIÇÃO: 70 anos de educação profissional (1939 – 2009)	IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino Americana, Rio de Janeiro, de 16 a 19 de novembro de 2009, na UERJ, no Rio de Janeiro
2009	A contribuição do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos e da comunicação <i>online</i> na elucidação da origem do primeiro curso no campo da nutrição no Brasil	VI Seminário Nacional do Centro de Memória - UNICAMP, em Campinas, em 2009
2010	FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL criou o curso Auxiliares em Alimentação no Brasil	Congresso de Medicina. Associação Nacional de Medicina. Rio de Janeiro.
2011	FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: Educação e Alimentação do Povo Brasileiro (1939 a 1945)	XXVIII Congresso Internacional do ALAS, de 6 a 11 de novembro de 2011. Recife. UFPE.
2011	FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: professor de dietética e autor de Política Alimentar no Brasil (1945)	XVI Colóquio Nacional de Historia de La Educacion, El Burgo de Osma. Arte y Oficio de ensinar. Valladolid: Graficas Varona, v. 2, p. 213-219.
2012	FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: PROFESSOR E AUTOR DE “A ALIMENTAÇÃO EM SÃO PAULO NO PERÍODO DE 1940 – 1951”	IX Congresso Luso-brasileiro de História da Educação: Rituais, Espaços e Patrimônios Escolares, de 12 a 15 de julho de 2012, em Lisboa
2012	Saúde, Alimentação e Nutrição: os refeitórios nas escolas profissionais, em São Paulo (1939 a 1961)	Livro “Patrimônio, Currículos e Processos Formativos”. Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza
2012	Uma classe de profissionais de que a nação carece (1939 a 2011)	II Seminário Internacional Mundos do Trabalho. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 27 a 30 de novembro.
2013	DESSENDANDO RAÍZES E RETRATOS NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza.	Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 486p.

Fonte: Elaborado pela autora, em 2018.

Quadro 3 – Artigos publicados em livros, revistas ou eventos científicos sobre Francisco Pompêo do Amaral entre 2014 e 2018.

Ano	Título	Livro/E-book/Revista/Evento
2014	FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: sujeito social e seus objetos de ensino em prol da alimentação e nutrição no Brasil	Revista Linhas, Florianópolis, vol. 15, n.28, p.100-126, jan./jun. 2014.
2015	Francisco Pompêo do Amaral: médico, jornalista, professor e escritor científico no campo da alimentação e da nutrição no Brasil	Revista Intellèctus Ano XIV, n. 1, 2015 ISSN: 1676 – 7640
2015	Objetos de ensino da Química no Instituto Profissional Feminino (SP), Brasil (1934 – 1939)	E-book Ser de imagen y de Signo: Abordajes sobre el Patrimonio Cultural. 1aed. Caracas. Fundo Editorial de la Universidad Latinoamericana y del Caribe, v.1, p. 332-352.
2015	Celina de Moraes Passos: formadora de professores e pioneira no campo da alimentação e nutrição no Brasil	Revista Patrimônio e Memória, São Paulo, Unesp, v.11, n.2, p. 67-85.
2016	Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP), Brasil: da arquitetura escolar aos seus artefatos e possibilidades de musealização	VII Jornadas Científicas de la SEPHE y V Simpósio Iberoamericano: História, Educación, Património, Donostia/San Sebastian/ País Vasco, 29 junho a 01 de julho
2016	Patrimônio Cultural da Alimentação em Escolas Profissionais (SP), Brasil (1939 a 1961)	XI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação Investigar, intervir e Preservar: caminhos da história da Educação Luso-Brasileira, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Portugal, de 20 a 23 de junho
2016	Contribuição de Debbble Smaíra Pasotti para a Pesquisa Histórica no Campo da Alimentação e Nutrição no Brasil	Desafios Iberoamericanos: O Patrimônio Histórico-educativo em Rede, org. Maria Cristina Menezes (Campinas: CIVILIS/UNICAMP-RIDPHE-CME/USP, 2016), p. 553-83.
2017	Patrimônio Cultural da Química e da Dietética no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP): Catálogo da pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização	E-book. São Paulo. 1ª Ed.: Centro Paula Souza, 2017, 144p. Produto do Pós-doc em Museologia e Patrimônio, no Programa MAST-UNIRIO, no Rio de Janeiro.
2017	Milk – A National Problem: scientific research instruments in professional education in São Paulo (1940 – 1955)	Revista Circumscribere 20 (2017): 18-42
2018	Pedro Escudero (AR) e Francisco Pompêo do Amaral (BR): sujeitos patriotas em prol da alimentação racional na educação profissional (1920 a 1963)	XIII Congresso Iberoamericano Historia de la Educacion Latinoamericana. Politica, espacio publico y disputas en la historia de la educación en América Latina. Montivideo/Uruguai, de 28 fevereiro a 03 de março

Fonte: Elaborado pela autora, em 2018.

3. NEIDE GAUDENCI DE SÁ: ALUNA, PROFESSORA, PESQUISADORA E AUTORA DO CURSO DE “AUXILIARES EM ALIMENTAÇÃO OU DIETISTAS” AO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

Neide Gaudenci de Sá nasceu em São Paulo, na capital, em 02 de maio de 1933, era filha de Anna Silviano Gaudenci e de João Gaudenci; e sobre a sua história de vida, Neide Gaudenci de Sá escreveu 24 ensaios para o site “São Paulo Minha Cidade – Conte a sua história”⁴, entre 5 de março de 2010 a 03 de março de 2015, onde nos conta da sua infância, a adolescência e velhice. Faleceu em 18 de dezembro de 2018, em Campinas/SP. Quanto a sua descendência deixou registrada no ensaio “Memórias de Criança”, de 5 de março de 2010:

Nasci em 1933 numa maternidade particular que havia na Rua Santo Antonio. Filha de pai paulista (campineiro) e mãe paulistana, ambos descendentes de europeus (Áustria – Tirol e Itália – Sicília). Na época, meus pais moravam na Rua Duque de Caxias, hoje avenida. Nossa casa ficava atrás do salão de barbeiro do meu pai no número 672 e, graças à sua habilidade, aqueles fundos de armazém era o nosso lar, muito confortável, embora diferente. Tínhamos jardim, galinheiro, balanço, horta, além de quartos, sala, banheiro e cozinha que ele foi ajeitando naquele árido espaço comercial. Tivemos também banho quente de chuveiro graças à sua criatividade: ele fez um com serpentina, fogo em álcool numa lata de goiabada. Antes disso, era aquela banheira de latão ou banho frio. Ele ensinou um vizinho latoeiro e muita gente pode ter esse conforto também antes do chuveiro elétrico se tornar acessível. Não é à toa que o apelido dele mais tarde era Professor Pardal [...]. (SÁ, 2010)

Em 2007, enviei dois artigos para apreciação da professora Neide Gaudenci de Sá sobre o Dispensário de Puericultura, por sua vivência na escola profissional e por conter citações de sua entrevista de 26 de dezembro de 2001. Em um dos artigos empreguei como cultura escolar, o livro institucional denominado “Os Cursos de Dietética”, organizado na Superintendência do Ensino Profissional e publicado pela Secretaria da Educação e Saúde Pública, em 1939, e localizado no acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos. Em 3 de junho de 2007, a professora Neide Gaudenci de Sá, respondeu ao meu e-mail,

Maria Lucia: Li com atenção seus dois trabalhos e acho muito importante a sua preocupação em registrar e analisar o que se fez na

4 Consultar: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=4002>. Acesso em: 24 jan. 2012

área de educação desde o embrião das atuais escolas técnicas. No entanto, vc não se refere em nenhum momento ao dr. F. Pompêo do Amaral, autor de um dos livros que são seu ponto de partida; “Os Cursos de Dietética”. O ensino profissional tinha até aquele momento aulas que se referiam à alimentação no dispensário (leite, sucos e sopinhas) e arte culinária. O dr. Pompêo (é assim mesmo, com “o” e acento circunflexo) endocrinologista e nutrólogo era médico-chefe, por concurso, da Superintendência do Ensino Profissional e como tal também tinha ingerência no Dispensário onde as alunas estagiavam. Sua preocupação com as condições de alimentação da população conduziu à criação de cursos específicos (Dietética para Donas de Casa, Auxiliares em Alimentação, etc, etc), lutando bravamente, apesar de todas as dificuldades no sentido de melhorar as condições de alimentação da nossa população e elevar seus índices de saúde. Não era preocupado em aparecer, mesmo porque achava que sua opção política podia atrapalhar, mas ele é o verdadeiro inspirador dos cursos de Nutrição e aí foi o seu começo. Uma verdadeira revolução no ensino profissional feminino (na época). É autor de muitos livros e talvez neles vc encontre referências significativas. Acho que vc cometeria uma omissão importante ao não se referir a ele no seu trabalho onde utiliza um livro que ele escreveu. Em tempo: Na 9ª. Linha da Introdução verifique a grafia: deve-se e não devesse. Não sei se atendi ao seu pedido, mas fiz o que a minha preguiça permitiu. Por favor, acuse o recebimento porque estou em dúvida quanto ao seu e-mail. (SÁ, 3/6/2007, correspondência por e-mail)

Posso dizer que a leitura criteriosa dessa professora sobre os dois artigos instigou-me a partir desse e-mail, a pesquisar sobre a vida e a obra do médico Francisco Pompêo do Amaral, direcionando minhas pesquisas a desvendar a gênese dos cursos de nutrição no Brasil.

Na pesquisa bibliográfica preliminar para identificar o surgimento do primeiro curso no campo de nutrição no país, encontrei dois artigos científicos do Dr. Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos (1999, 2002), destacando as pesquisas de Josué de Castro, no início da década de 1940, no Rio de Janeiro, e de outros pesquisadores, em Pernambuco. Em São Paulo, esse autor citava o curso promovido por Geraldo de Paula Souza, em um período posterior, ao criado por Francisco Pompêo do Amaral.

Esses dois artigos de Vasconcelos (1999, 2002) foram subsídios para identificar que o documento da “Aula Inaugural” do curso de “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas” localizado no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, era um objeto de pesquisa e de questões a desvendar: “Quem criou o primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil?” e “Quais práticas escolares e pedagógicas eram empregadas no primeiro curso no campo da alimentação e nutrição?”

3.1. Neide Gaudenci de Sá: de aluna a professora e escritora de nutrição

A professora Neide Gaudenci de Sá na entrevista⁵ que concedeu, em 15 de maio de 2009, relatou que seu pai valorizava a educação dos filhos, orientando-os para a Educação Profissional. Foi com ele que visitou o Instituto Profissional Feminino, em 1944, em busca de informações para ingressar nessa escola.

Neide Gaudenci de Sá, nessa entrevista, disse que ficou fascinada com a beleza do edifício do Instituto Profissional Feminino, ingressando em 1946, onde, por quatro anos, cursou o vocacional e o secundário. Contou que, durante o curso vocacional, a família a estimulava a fazer “Corte e Costura”, mas logo descobriu que, no curso de Educação Doméstica, as meninas aprendiam “Dietética para Donas de Casa”, e ao ter contato com as alunas do curso de “Auxiliares em Alimentação”, identificou que essa era a sua vocação. E que é perceptível no seu relato:

Eu dava aulas para as galinhas quando criança. Sabia que ia ser professora. Meu pai, descendente de europeus, jamais admitiria uma escola que não preparasse para uma profissão. “Gente pobre vai para escola profissional”. Era para fazer corte e costura e, no máximo, chegar à professora do ramo. Então, eu tinha doze anos, e ficava feito sarna, atrás das alunas que faziam nutrição, ou melhor, “educação doméstica e auxiliar em alimentação”. Elas iam fazer estágio no hospital, estágio na indústria, eu ficava doida atrás. Eu era uma pirralha e ficava atrás daquelas meninas, amolando a paciência. Levei os quatro anos do ginásio, que se chamava industrial básico no ensino profissional, para convencer meu pai. Ele era barbeiro, mas muito estudioso, lia muito. Começou a perceber o que era nutrição e aí consentiu.

Ainda como estudante da Escola Industrial Carlos de Campos, Neide Gaudenci cursou “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”, entre 1950 e 1951. No ano seguinte, foi convidada pelo médico Francisco Pompêo do Amaral e ingressou na sua equipe de dietistas, como docente e pesquisadora.

5 Entrevista de Neide Gaudenci de Sá, concedida aos estudantes do curso Técnico em Museu da Escola Técnica Estadual Parque da Juventude: Carla Brito Souza, Gabriela Carvalho e Rubens Ramos, em 15 de maio de 2009, em São Paulo/SP, durante a Jornada “Da alimentação a nutrição: 70 anos de educação profissional (1939 a 2009)”, e transcrita por Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2010. Consultar: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/historiaoraldocVer.php?cma=64&vol=4>. Acesso em: 21 dez 2020.

Durante a entrevista que concedeu aos estudantes do curso Técnico em Museu, em 15 de maio de 2009, ao ser questionada sobre a origem do curso Técnico em Nutrição e Dietética, Neide Gaudenci de Sá disse:

[...] quando as Dietistas, juntamente com as Nutricionistas, tiveram a sua profissão regulamentada e ficaram no mesmo patamar, portanto de nível superior, aí nasceu o Curso Técnico de Nutrição e Dietética, e eu tenho a honra de ter escolhido esse nome e me baseei no fato que a nutrição é o estudo da ciência e a dietética é a aplicação da ciência. O Técnico em Nutrição e Dietética vai fazer a aplicação, isso não significa que ele não tenha que estudar a ciência, tem que estudar a ciência, mas ele precisa mais dessa parte prática.

Para aprimorar a sua formação profissional, Neide Gaudenci de Sá fez Administração Escolar, e no último ano, em paralelo, o curso de Professor de Cultura Técnica, entre 1964 a 1965, no Instituto Pedagógico do Ensino Industrial ligado ao Departamento de Ensino Profissional no estado de São Paulo. Em 1969, conclui o curso de Pedagogia nas Faculdades Metropolitanas Unidas. Formou-se em Administração Escolar e Supervisão Escolar pela Faculdade Campos Sales, em 1976.

Como professora e autora, contribuiu para o curso Técnico em Nutrição e Dietética, escrevendo livros dentro do seu campo de atuação. Em 1979, lançou o primeiro livro “Nutrição e Dietética” (Figura 15), publicado pela Editora Estrutura e, posteriormente, pela Editora Nobel, em sete edições e inúmeras reimpressões, em São Paulo. Esse livro é um marco importante na difusão de conhecimentos da nutrição humana. Na entrevista que concedeu no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 26 de dezembro de 2001, Neide Gaudenci de Sá disse que:

Durante o curso, não havia livros acessíveis para estudar, eram todos em língua estrangeira. As aulas de bioquímica e de química de Dona Debble eram tão difíceis, que a gente não entendia nada. O industrial básico não tinha dado base nenhuma para entender essas aulas. Eu repetia para as minhas colegas e aprendia muito. Meu pai ia comigo à biblioteca, para traduzir para mim, a Bioquímica de Rondoni, do italiano. Isso explica o meu desejo de fazer um livro básico para os alunos do curso técnico que não tinham dinheiro para comprar um livro de terceiro grau. E mesmo porque esse livro não seria do nível desejado. Foi assim que surgiu o meu primeiro livro. (SÁ, 2001)

O segundo livro “Princípios de Nutrição” foi publicado pela Editora Nobel na Coleção Campo & Cidade, em 1989. Em 2007, a Profa. Neide Gaudenci envolveu ex-alunas e nutricionistas para atualizarem a sua obra, e publicou o último livro “Nutrição – Conceitos e Aplicações”, em coautoria com as Nutricionistas Monica Santiago Galisa e Lelia Maria Biscolla Esperança, publicado pela Editora Nobel e, no ano seguinte, pela Editora M. Books, em São Paulo.

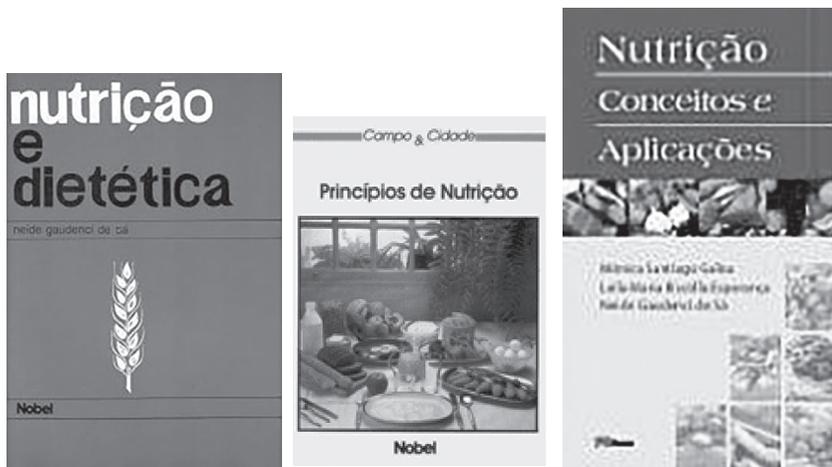


Figura 15 – Livros publicados por Neide Gaudenci de Sá, em 1979, 1989 e 2008.
Fonte: Arquivo pessoal de Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2018.

Neide Gaudenci de Sá participou ativamente do processo de legalização profissional do Técnico em Nutrição e Dietética, levando aos deputados documentos e elementos para a elaboração de Decreto que regulamentasse a profissão. De 1978 a 1984, atuou como consultora de cursos de nutrição, na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Em 1984, Neide Gaudenci de Sá aposentou-se da Escola Técnica de Segundo Grau Carlos de Campos e, no ano seguinte, em 1985, publicou a pesquisa “Custo da Alimentação Correta em São Paulo de 1940 a 1984”, que foi incorporada ao acervo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (CARVALHO, 2013, p. 236-8).

3.2. Neide Gaudenci de Sá reconhecida pelos seus pares em 2002

A Dietista e Professora Neide Gaudenci de Sá, com direitos de ser reconhecida profissionalmente como Nutricionista, de acordo com a Lei Federal nº 5.276, de 24 de abril de 1967, que regulamentou a profissão de nutricionista, e assegurou no artigo 4º o exercício dos cargos e funções de nutricionistas e dietistas aos profissionais que tenham sido providos, em caráter efetivo, na data de entrada da lei em vigor, somente em 1981, recebeu do Conselho Regional de Nutricionistas (CRN-3) o seu registro.

Neide Gaudenci de Sá foi homenageada pelo CRN-3, na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 26 de setembro de 2002. Durante a solenidade, que criou o “Prêmio Destaque Profissional do Ano”, denominado Neide Gaudenci de Sá, para o Técnico em Nutrição e Dietética que se destaca mercado de trabalho, anualmente (Figura 16). Nessa data, o CRN-3, envolvendo os participantes, votaram pelo “Dia do Técnico em Nutrição e Dietética”, como data comemorativa estabelecida para 27 de junho, a partir desse evento.



Figura 16 – Neide Gaudenci de Sá com o Troféu, que leva o seu nome, ao ser homenageada pelo Conselho Regional de Nutricionistas, na Assembleia Legislativa, em 2002. (CARVALHO, 2013)

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2018.

A Profa. Neide Gaudenci de Sá, em maio de 1984, aposentou-se na escola onde foi aluna, professora, pesquisadora, autora, coordenadora e orientadora, tendo lutado

para o reconhecimento legal do curso Técnico em Nutrição e Dietética e, por sua trajetória na Educação Profissional, merece ser patrona de uma escola técnica estadual da rede de escolas do Centro Paula Souza.

4. FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: MÉDICO, JORNALISTA, PROFESSOR E ESCRITOR NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

O arquivo pessoal da Farmacêutica e Professora Debble Smaíra Pasotti, doado pelo Engenheiro Júlio César Smaíra da Silva, em fevereiro de 2009, possibilitou o acesso à maioria das obras de Francisco Pompêo do Amaral não existentes no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos. A leitura desses livros indica que, em suas pesquisas, utilizou dados de práticas escolares e pedagógicas empregadas no curso de “Auxiliares em Alimentação”, com a equipe de dietistas.

É perceptível, após a leitura de suas obras, que o documento da Aula Inaugural do curso de “Auxiliares em Alimentação”, traz no perfil dessa nova profissão na Educação Profissional, estratégias que refletem a trajetória de Francisco Pompêo do Amaral, como professor e pesquisador:

[...] Colocado entre as atividades do Curso de Aperfeiçoamento das Escolas Profissionais – destinados ao preparo de professoras especializadas, para o ensino e direção de estabelecimentos congêneres, em nosso Estado – esse curso será ministrado exclusivamente às alunas que pretenderem dedicar-se à nova profissão. As candidatas a “auxiliares em alimentação” receberão, nesse curso, ensinamentos detalhados relativos aos fundamentos da alimentação racional. Ficarão conhecendo a classificação dos alimentos, as transformações que sofrem em nosso aparelho digestivo, a maneira por que são aproveitados pelas células de nossos diferentes tecidos e como se eliminam de nosso organismo os produtos de sua desintegração. Aprenderão ainda a recolher substâncias alimentares, segundo a sua procedência; a reconhecer os produtos deteriorados, bem como os indícios de fraude, e a recorrer a processos que se empregam comumente na denuncia destas. Torna-se-ão capazes de compor uma ração conveniente para certa pessoa ou para dada coletividade e de exercer sobre as mesmas certo

controle que permita verificar a oportunidade do regime que lhes é ministrado. Ficarão habilitadas a cumprir, com exactidão, as prescrições médicas. Poderão além disso, ser vantajosamente empregadas na divulgação pelas escolas primárias e junto à população, em geral, dos princípios da ciência em que foram iniciadas. Serão aproveitadas, se preciso fôr, na realização de inquéritos relativos às condições alimentares de certa comunidade ou no estudo detalhado de regimes convenientes para as famílias, de acordo com os gêneros alimentícios encontráveis em certa época do ano, no lugar onde habitam e dentro de suas possibilidades econômicas. [...] (POMPEO DO AMARAL, 1939, s/n)

A leitura de cada um dos livros publicados por esse professor possibilitou estudar, analisar e publicar artigos em eventos científicos, culminando com a defesa de tese de doutoramento “Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza”, em 2013. A partir dessa pesquisa, defendida na Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp, comecei a publicar em livros e/ou em revistas científicas, a fim de dar destaque a esse personagem ilustre, que foi Francisco Pompêo do Amaral, como médico, professor, jornalista, escritor e intelectual. Segundo Fontanelli (2005)

A tão conhecida frase “devemos aprender com o passado” ilustra bem a importância da preservação da memória coletiva e da apropriação desta pelo historiador que, ao analisar e escrever sobre os acontecimentos, se torna o divulgador daquela memória que, mesmo sendo uma representação, possui valor e, com certeza, auxiliará as pessoas em suas atitudes futuras. (FONTANELLI, 2005, p. 23)

4.1. Francisco Pompêo do Amaral: de família campineira e aristocrata

O Dr. Francisco Pompêo do Amaral, nasceu em 9 de novembro de 1907, na cidade de Piracicaba/SP⁶, e faleceu em 9 de outubro de 1990, no Hospital do Servidor Público, em São Paulo/SP. Era filho do Médico Abelardo Pompeu do Amaral (1865 – 1945) e de Cândida

6 Pompêo do Amaral nasceu em Piracicaba, por seu pai, funcionário do Instituto Agrônomo de Campinas, e especialista em café, afastado, estar lecionando na Escola Agrícola “Luís de Queiroz” (CARVALHO, 2013, p. 86-7)

Sampaio do Amaral. Uma pesquisa sobre a sua genealogia permitiu identificar que os seus bisavós e avós, além de cafeicultores e escravocratas, eram aristocratas campineiros com títulos de nobreza, por parte paterna.

O seu bisavô Francisco Egidio de Souza Aranha casou-se com sua prima Maria Luiza (Viscondessa de Campinas), em 16 de junho de 1817, e tiveram onze filhos (seis filhos e cinco filhas), entre eles, Gertrudes de Souza Aranha (1838 – 1906) e Joaquim Egidio de Souza Aranha (1821 – 1893), o Marquês de Três Rios. A sua avó Gertrudes de Souza Aranha era casada com Francisco Emilio Pompêo do Amaral (? – 1888), irmão de Ana Guilhermina Pompeu do Amaral (Viscondessa de Indaiatuba).

Segundo Ribeiro (2015, p.15) Francisco Egidio de Souza Aranha (1778/9 – 1860) foi um pioneiro na cafeicultura da vila São Carlos, atual Campinas, evidenciando nos estudos que realizou, a partir do inventário desse fazendeiro, três dimensões de suas atividades ao longo da vida: “grande proprietário de terras com lavouras de cana-de-açúcar e de café; produtor de açúcar, senhor de engenho e cafeicultor, grande proprietário de escravos; e, finalmente, mas, nada desprezível, grande possuidor de dinheiro a prêmio”.

Sabarim (2016, p. 47) na dissertação de mestrado “Capitalistas em Campinas: 1873–1886” apresenta um quadro sobre a movimentação de créditos de capitalistas na cidade, todos cafeicultores, entre esses, constam parentes do Médico Francisco Pompêo do Amaral (1907 – 1990); em 3º lugar, está o tio avô José Egidio de Souza Aranha, e, em 26º lugar, seu avô paterno, Francisco Pompêo do Amaral. Enquanto escravocratas, Gomes e Machado (2014, p. 18-9) citam um processo criminal de 1880, na mesma cidade, destacando um fazendeiro⁷, Francisco Pompêo do Amaral (avô), que ajudou na captura de um escravo:

[...] en el razonamiento del Promotor Publico de Campinas, el cual, con firmeza, denunciaba la presencia de peligrosos quilombolas cometiendo crímenes violentos en las calles de la ciudad. En esta comunicación, la autoridade afirmaba que un alemán había sido assinado en una calle de la ciudad por un quilombola armado de una pistola. El acusado, Bernardo, esclavo de Indiatuba – município cafeiteiro próximo a Campinas – es identificado como huído aquilombado en esta ciudad. Añadía el mismo que tras haber matado al alemán en plena ciudad, Bernardo había conseguido escapar-se, hecho que había dado ocasión a que <desde entonces, este monstruo haya sido

7 Pesquisando sobre Francisco Pompêo do Amaral, fazendeiro e escravocrata, localizou-se na Gazeta de Campinas, de 2 de dezembro de 1871, em obituário, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição: novembro 21, Sebastiana, escrava de Francisco Pompêo do Amaral.

perseguido por la policía; sus quilombos destruídos y quemados, hasta que al final, salido de la vegetación, entró en la tarde del 20 del corriente en esta ciudad en busca de armas, usando para este fin de artimanhas, y fue entonces capturado en la puerta de la casa de Francisco Pompeu Amaral, en la calle de la Constitución, por el mismo, ayudado por Manoel Jorge Graças y por el esclavo Evaristo del Vizconde de Indaiatuba.[...]

É importante relatar, que em Campinas, no final do século XIX, quilombos voltaram a ser formados, e nos clubes da lavoura os fazendeiros discutiam como proceder aos ataques de furtos e assassinatos que ocorriam na cidade. Segundo Galdino (2006),

[...] Em Campinas, ao menos até setembro de 1887, essa posição intransigente que predominava entre os maiores fazendeiros, sobretudo entre os liberais, cujas principais lideranças locais organizaram outra reunião de lavradores para esvaziar a iniciativa de conservadores e republicanos. A convocatória assinada por Antonio Egídio de Souza Aranha, João Ataliba Nogueira, Francisco Pompeu do Amaral, Barão de Itapura, Joaquim Floriano Novaes de Camargo, pelos conservadores Antonio Carlos Pacheco e Silva e o vereador José Bento dos Santos e pelo republicano, Estanislau de Campos Sales, evidente a finalidade com que eram convocados os lavradores campineiros para a sua reunião: “para lhes ser presente uma representação que aos poderes constituídos da nação dirigem, solicitando providências contra a anarquia e a falta de segurança que reina no município. (GALDINO, 2006, p.91)

Francisco Pompêo do Amaral, desde que ingressou na Faculdade de Medicina de São Paulo, atual Universidade de São Paulo, em 1927, embora de família campineira aristocrata, sempre demonstrou em sua trajetória social e profissional, ser um homem atento às necessidades do seu povo. Assim que se formou, em 13 de julho de 1933, ingressou por concurso na Secretária da Educação e da Saúde Pública do Estado de São Paulo, atuando como médico e pesquisador, em paralelo, mantinha colunas semanais nos principais jornais da cidade de São Paulo sobre a sua área de atuação, com ênfase à alimentação e nutrição da população.

4.2 Francisco Pompêo do Amaral: professor, pesquisador e diretor do curso “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”

A convite do Secretário da Educação e Saúde Pública no Estado de São Paulo, Alvaro Guião, ingressou, em 2 de janeiro de 1939, com o cargo de médico-chefe na Superintendência do Ensino Profissional, com a incumbência de criar um curso para uma nova profissão as mulheres, a de técnica em alimentação no Instituto Profissional Feminino, o curso de “Auxiliares em Alimentação”.

A Figura 17 apresenta publicações de Francisco Pompêo do Amaral, entre 1939 e 1958, tendo como conteúdo, em sua maioria, as suas práticas escolares e pedagógicas no curso de “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”. Nessa figura, está a obra “Os Cursos de Dietética”, de 1939, que contém a Aula Inaugural, os decretos de criação dos cursos “Dietética para Donas de Casa” e “Auxiliares em Alimentação”, os currículos desses cursos, e os planos de aulas.



Figura 17 – Obras publicadas por Francisco Pompêo do Amaral, entre 1939 a 1958.
Fonte: Arquivos pessoais de Debbie Smaira Pasotti e da autora, em 2018.

No livro *Política Alimentar*, editado em 1945 pela Brasiliense, dentro da “Coleção Problemas Brasileiros”, Francisco Pompêo do Amaral empregou dados coletados em inquéritos realizados com famílias de jovens estudantes do Instituto Profissional Feminino, acompanhados por sua equipe de dietistas. No prefácio dessa obra, o historiador Caio Prado Júnior (1945) enunciou:

O Sr. Pompêo do Amaral vai ao fundo do problema. Embora situando-se no terreno de sua especialidade, nele não se encerra. E por isso não procura soluções unicamente no setor restrito e próprio da questão alimentar. Suas vistas abrangem o conjunto do problema, e ele reconhece que a matéria da sua especialidade representa apenas um de seus aspectos. É nisto, sem dúvida, que reside a grande e principal mérito da contribuição que traz. Quando um técnico sabe colocar-se num ponto de vista amplo, e sua visão ultrapassa o setor da especialidade de que se ocupa, para situar-se no largo campo do conhecimento geral, ele une a técnica ao espírito filosófico, e realiza com isto a verdadeira obra científica. (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 3 *apud* CARVALHO, 2013, p. 12)

Arnaldo Laurindo⁸ assumiu a Superintendência do Ensino Profissional, em 1947, transformando o Serviço Médico no Setor de Alimentação e Higiene Escolar, coordenado pelo médico Francisco Pompêo do Amaral, e dentro deste, os subsetores de “Alimentação e Nutrição”, e de “Pesquisas e Ensino da Alimentação”, no Departamento do Ensino Profissional.

Em 1952, Neide Gaudenci é designada por Pompêo do Amaral a ordenar e analisar os inquéritos que foram realizados e acompanhamento pelas dietistas Arcelina Ribeiro, Maria Dalva Oliani, Debble Smaira e Yonne Cintra de Sousa⁹, e a dar continuidade à pesquisa higiênicos-sociais relacionada à alimentação. A partir

8 Arnaldo Laurindo (1911 – 1982) é nome da Rua Deputado Arnaldo Laurindo, no Parque Meia Lua, em Jacareí, e outra homenagem é a patronímia da Escola Estadual Professor Arnaldo Laurindo, na Rua Altino de Abreu, 110, no bairro Santo Antonio, na cidade de São Paulo. (CARVALHO, 2013, p. 295)

9 Yonne Cintra de Souza (1919 – ?) formou-se na segunda turma de Auxiliares em Alimentação, em 1940, ingressando como professora no referido curso. Em 1955, era responsável pela chefia da secção técnica de Alimentação e Nutrição no Departamento do Ensino Profissional, e até 1970 tinha o cargo de Técnica em Educação. Em 1975, passou a exercer o cargo de supervisora pedagógica no Departamento de Ensino Técnico, que pertencia à Coordenadoria de Ensino Técnico da Secretaria de Estado da Educação, na capital. Em abril de 1978, atuava como supervisora pedagógica na Delegacia de Ensino de Santo André, e foi nessa cidade que recebeu homenagem “in memória” com a inauguração da creche Professora Yonne Cintra de Souza, na Vila Pires, em 26 de outubro de 2011, por meio do projeto de lei nº 717/96, proposto pelo deputado Clóvis Volpi (CARVALHO, 2013, p. 239-241).

do levantamento desses inquéritos, esse médico redigiu a obra “A alimentação em São Paulo no período 1940 – 1951”, e, em 1954, receberam o Prêmio Nacional de Alimentação do Serviço de Alimentação da Previdência Social. (SAPS)

No livro ata denominado “Documentário de atividades profissionais, volumes I (1938 – 1957)” do arquivo pessoal de Francisco Pompêo do Amaral, doado pelo neto Fernando Rossetti, em 2 de março de 2016, localizei uma fotografia desse médico com sua equipe de dietistas premiados no Rio de Janeiro, em 1954 (Figuras 18 e 19). Segundo Le Goff (2008, p. 460) “é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”.



Figuras 18 e 19 – Francisco Pompêo do Amaral e as Dietistas, Arcelina Ribeiro, do lado direito, Maria Dalva Oliani e Neide Gaudenci, e atrás delas, Debbble Smaíra e Yonne Cintra de Sousa, ao receberem o Prêmio Nacional de Alimentação, no SAPS, no Rio de Janeiro, em 1954

Fonte: Arquivos Pessoais de Pompêo do Amaral e de Debbble Smaíra Pasotti, em 2018

4.3. Francisco Pompêo do Amaral como membro das academias de medicina

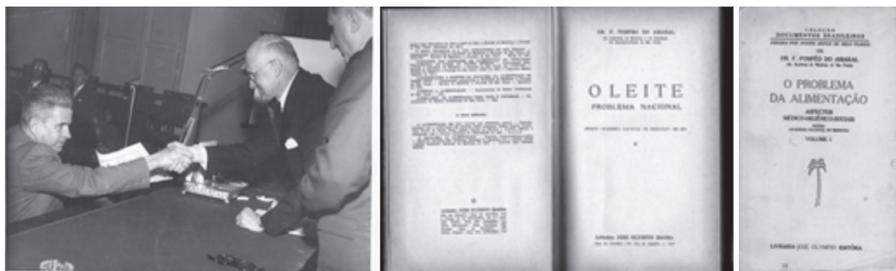
Francisco Pompêo do Amaral foi um profissional também articulado com as associações de classe. Como médico, foi um dos trinta membros titulares da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, atual Academia Paulista de Medicina, e, na revista desta sociedade, publicou diversos artigos localizados na Biblioteca da Faculdade de Medicina/USP. Durante a sua posse, em 4 de julho de 1939, o médico João Alves de Meira discursou:

[...] Deste convívio em que você soube se impor pelo seu valor e pelos seus dotes Morais e intelectuais pude aquilatar da sua firmeza de caráter, da retidão de suas atitudes, dá inteireza de seu proceder, da robustez de suas convicções e de tantas outras qualidades que formam o seu espírito e a sua personalidade. Foi por isso que com jubilo recebi a honrosa designação do exmo. Snr. Presidente para transmitir em nome da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo os votos de boa vinda a esta casa. Conquistando como Você vem de fazer o diploma de sócio titular da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, vence mais uma etapa na sua carreira profissional á qual, sou testemunha, empresta a maior dedicação e exerce com todo entusiasmo. Você realmente faz parte dessa falange de luctadores que, exclusivamente a custa de esforço pessoal, sem medir sacrifícios, scientes de um dever a cumprir e de um ideal a realizar, vae aos poucos assistindo o reconhecimento dos seus próprios méritos. [...] (MEIRA, 1939, p. 218-9 *apud* CARVALHO, 2013, p. 94-5).

Em 1 de agosto de 1944, proferiu a palestra “A alimentação da população no momento que atravessamos”, como membro desta Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, e chamou a atenção para a questão de grande importância, sob o aspecto higiênico, social e econômico, dizendo: “Não somos dos que descreem sistematicamente na ação dos governos e podemos testemunhar até os bons propósitos revelados pelo Interventor Fernando Costa, ao encaminhar, ainda há poucos dias, com todo o acerto, a questão do pão de guerra”¹⁰. (POMPÊO DO AMARAL, 1944, p. 35 *apud* CARVALHO, 2015)

Como intelectual, foi um dos fundadores e colaborador da Revista Brasileira, entre 1955 e 1965. Nesse período, a Livraria José Olympio Editora, conhecida por publicar grandes escritores e intelectuais brasileiros, publicou duas obras premiadas em nível nacional de Francisco Pompêo do Amaral, pela Academia Nacional de Medicina, relacionadas com a alimentação da população brasileira. (Figuras 20, 21 e 22)

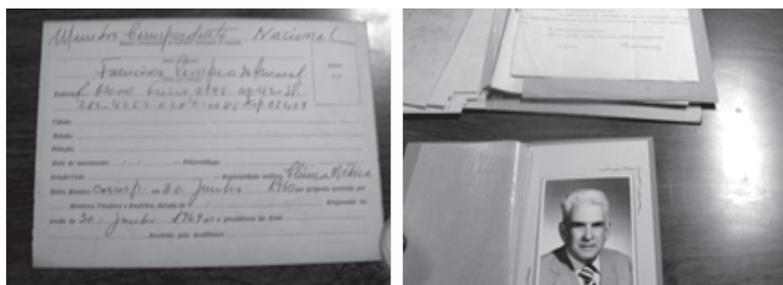
10 Francisco Pompêo do Amaral foi convocado pela Chefia do Estabelecimento de Subsistência da 2ª Região Militar para estudar o problema da alimentação do Exército, em particular, as rações de reserva, criando o curso “Alimentação de Guerra”, que ministrou na Superintendência do Ensino Profissional a jovens da Legião Brasileira de Assistência, em 1943. (CARVALHO, 2013, p. 138)



Figuras 20, 21 e 22 – Francisco Pompêo do Amaral, recebendo o prêmio da Academia Nacional de Medicina, em 1955. Livros premiados, em 1955 e 1956.

Fonte: Acervo Pessoal de Debbble Smaira Passoti, em posse da autora, em 2018.

Em 1961, após a sua aposentadoria no Departamento de Ensino Profissional, esse médico continuou atuando no campo da alimentação e nutrição e escrevendo artigos para revistas conceituadas, sendo eleito “membro correspondente nacional” da Academia Nacional de Medicina, e empossado em 30 de junho de 1969. (Figuras 23 e 24)



Figuras 23 e 24 – Ficha de membro correspondente da Associação Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, de 30 de junho de 1960

Fonte: Arquivo da Associação Nacional de Medicina, em 2011

Fotografias: Maria Lucia M de Carvalho, na ANM, Rio de Janeiro, 18/05/2011.

O trabalho desse médico foi interrompido com o seu falecimento, em 1990, mas sempre será lembrado como um pioneiro no campo da alimentação e nutrição no Brasil.

Adir da Luz Almeida e Washington Dener dos Santos Cunha, na apresentação da Revista Intellectus, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, referente ao artigo sobre Francisco Pompêo do Amaral publicado no Dossiê Intelectuais na Educação (CARVALHO, 2015), declaram que:

Maria Lucia Mendes de Carvalho nos presenteia com o artigo “Francisco Pompêo do Amaral: médico, jornalista, professor e escritor científico no campo da alimentação e da nutrição no Brasil”, trabalhando sua contribuição à Educação em perspectiva multifacetada. Utiliza os livros de Pompêo do Amaral como fonte e objeto, analisando-os em profundidade, e assim apresenta-o, ao leitor, como um intelectual de seu tempo, trazendo as contradições do mesmo. Ressaltamos que as análises feitas não caem na “armadilha” comum e rasteira de resvalar para “argumentos morais” que não contribuem para maior compreensão do repertório de então sobre as “condições sociais da população brasileira”.

Francisco Pompêo do Amaral é nome de rua em Campinas¹¹ e, por seu pioneirismo no campo da Alimentação e Nutrição na Educação Profissional, merece ser patrono de uma das 39 escolas técnicas estaduais que oferecem o curso Técnico em Nutrição e Dietética. Lembrando que sete escolas de São Paulo ainda têm nomes dos bairros onde estão localizadas.

5. CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC CARLOS DE CAMPOS: LUGAR DE MEMÓRIA OU DE ESQUECIMENTO DE PERSONAGENS ILUSTRES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Centro de Memória da Etec Carlos de Campos deveria ser um lugar de memória, celebrado e difundido pela comunidade escolar, considerando que esta é uma escola centenária e que dispõe de um marco histórico de educação e saúde, que é o Dispensário de Puericultura como primazia escolar, devido às práticas escolares e pedagógicas que aconteceram nesse espaço para as alunas dos cursos de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação.

Embora o Centro Paula Souza ofereça a possibilidade de professores atuarem como curadores em centros de memória, por meio de projetos de horas atividades específicas, nesse centro de memória poucas vezes professores mostraram interesse em desenvolver projetos de pesquisa. Segundo Rodrigues e Serres (2013),

11 No Centro de Memória da UNICAMP encontra-se documentação que justificam a designação de Francisco Pompêo do Amaral para nomeação de uma rua, em Campinas, requerida pelo deputado da UDN, Israel Dias Novais (CARVALHO, 2013, p. 178-9)

[...] o museu, denominado instituição de memória e, também de esquecimento, apresenta ações museológicas, como coletar, registrar, catalogar, classificar, registrar e salvaguardar objetos que representam testemunhos históricos contextualizadores de uma época, fatos, vidas e cotidiano, refletindo a sociedade do período. [...] Os autores questionam: Como decidir o que será lembrado e quantas ações ainda serão fadadas ao esquecimento dentro dessas instituições museológicas, as propaladas guardiãs da memória? A discussão continua em aberto e deveria constituir preocupação de todos os profissionais e pesquisadores que trabalham com museu, memória e identidade, pois, aos museus, cabe contribuírem para a formação de uma sociedade mais consciente e responsável com suas culturas. (RODRIGUES; SERRES, 2013, p.43 e 46)

Em 2014, a Profa. Vera Vicchiarelli, Coordenadora de Projetos na Cetec, assumiu a curadoria do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em função de um evento que o GEPEMHEP/Cetec/CPS promoveria, no ano seguinte, o “IV Simpósio Iberoamericano: História, Educação, Patrimônio Educativo”, uma parceria com o CIVILIS/FE/Unicamp, coordenado pela Dra. Maria Cristina Menezes, com a perspectiva de realizar uma visita de professores pesquisadores sobre história da educação, de diversos países, a essa escola centenária (Figuras 25 a 29).



Figuras 25, 26, 27, 28 e 29 – Diretora Lucimeire Gonzaga de Oliveira e as Professoras Edna dos Santos e Hebe Varejão, recepcionaram professores participantes do “IV Simpósio Iberoamericano: História, Educação, Patrimônio Educativo”, durante a visita ao Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 6 de setembro de 2015.

Fotografias: Vera Vicchiarelli, em 6/9/2015.

Durante essa curadoria, entre 2014 e 2016, juntamente com a Profa. Shirley da Rocha Afonso (Figura 30), também Coordenadora de Projetos na Cetec, foi possível organizar o espaço museológico do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, conforme indicam a Figura 31 e o Quadro 4, decidindo pela montagem de duas salas de reservas técnicas visitáveis: “Educação Doméstica” e “Alimentação e Nutrição”, por considerarmos que a maioria dos objetos de ciência e tecnologia existentes nesse acervo são originários de cursos femininos, oferecidos de 1911 até meados da década de 1970, nessa escola técnica.



Figura 30 – Laboratório de Higienização e Conservação, com a autora, Vera Vicchiarelli, ao seu lado, e Shirley da Rocha Afonso, a primeira a direita, em 11 de abril de 2014.

Fonte: Arquivo pessoal Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2018.

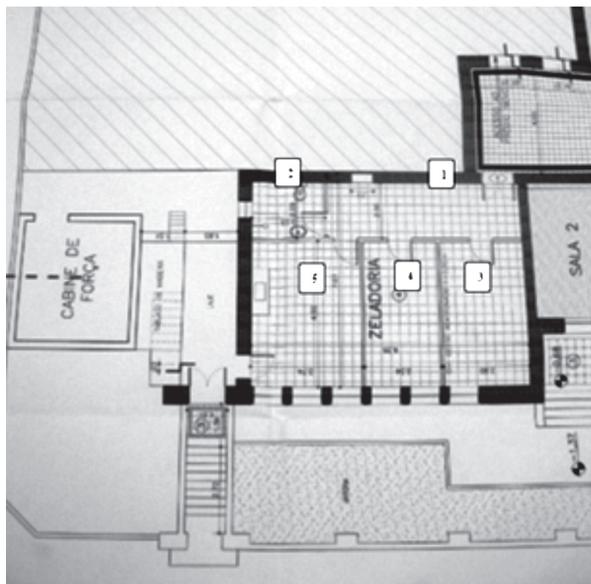


Figura 31 – Planta do pavimento térreo do edifício monumento tombado, em 2010, com destaque da Planta do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos com cinco divisões internas em alvenaria (espaço original do Dispensário de Puericultura), desde 2014.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2016.

Quadro 4 – Distribuição dos espaços no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2014 (CARVALHO, 2017)

No.	Dispensário de Puericultura	Centro de Memória da Etec Carlos de Campos
1	Sala de espera das mães	Espaço de consulta e pesquisa
2	Sala de pesagem de criança	Reserva Técnica
3	Gabinete do médico	Reserva Técnica Visitável de Educação Doméstica
4	Gabinete do médico	Reserva Técnica Visitável de Alimentação e Nutrição
5	Cozinha do lactário	Laboratório de Higienização e Conservação

Entre 2015 e 2016, realizei o inventário dos objetos expostos na Reserva Técnica Visitável de Alimentação e Nutrição, para uma pesquisa de pós-doutorado no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Em 28 de março de 2016, ao retornar ao Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, depois de alguns meses ausente, a fim de complementar dados técnicos de alguns objetos para produção de um catálogo

go, constatamos que esse centro de memória estava infestado de cupim. No mesmo dia, encaminhei um pedido para descupinização à Coordenação Pedagógica da escola (Figuras 32 e 33):

Professora Hebe Varejão,
Hoje o Luiz esteve no Centro de Memória e viu como está terrível o ataque de cupins. Estou enviando as fotografias que tirei para você observar. O Luiz ficou de solicitar a uma empresa que venha fazer orçamento na próxima segunda-feira, quando estaremos trabalhando o dia todo no Centro de Memória. O grande problema é que as portas deveriam ter sido trocadas durante a reforma do prédio de 1930, em 2012, e no Centro de Memória, somente pintaram as paredes, acertaram a parte elétrica e trocaram as luminárias, mas não as portas que já apresentavam problemas. Grata

Maria Lucia M de Carvalho (e-mail de 28 de março de 2016)



Figuras 32 e 33 – Descupinização na sala da Reserva Técnica Visitável de Alimentação e Nutrição no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2016.

Fotografias: Maria Lucia M Carvalho, em 16/06/2016

Em 2016, elaborei um artigo sobre a origem, evolução e situação do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, dando destaque ao processo de transferência

da Sala de Memória para o espaço que pertenceu ao Dispensário de Puericultura da escola, e a reorganização desse centro, entre 2014 e 2015 (CARVALHO, 2018).

Quanto à Reserva Técnica Visitável de Alimentação e Nutrição, do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, foi inventariada por mim para salvaguardar¹² 150 objetos que fazem parte do patrimônio cultural de ciência e tecnologia da Educação Profissional, sendo 75 de Química e 75 de Dietética, que deram origem ao curso de Auxiliares em Alimentação ou derivados deste, e que para difusão gerei um produto denominado “PATRIMÔNIO CULTURAL DA QUÍMICA E DA DIETÉTICA NO CENTRO DE MEMÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CARLOS DE CAMPOS (SP): catálogo da pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização”, dedicado e oferecido à Dietista Neide Gaudenci de Sá, em 2017.

Na apresentação desse catálogo, o supervisor da pesquisa de pós-doutorado, Dr. Marcus Granato, Coordenador de Museologia e Patrimônio do MAST, relatou

Nesse contexto, se inserem outras tantas iniciativas de preservação de conjuntos de objetos que trazem no seu bojo o desejo do homem de eternização e precisam ser divulgadas e valorizadas. É o caso dessa publicação, que nesse contexto tenho o prazer de abrir. O catálogo de pesquisa realizada sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização, tem como um de seus focos bens que fazem parte do patrimônio cultural da química e da dietética e que estão protegidos no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos de São Paulo. A partir de trabalho incansável e metucioso da pesquisadora Maria Lucia Mendes de Carvalho, foi possível preservar em sentido amplo, estufas, microscópios, centrífugas, balanças, recipientes com reagentes, colorímetros, vidraria, mobiliário, utensílios de cozinha, dentro tantos, que documentam procedimentos e atividades de ensino, materializam a atuação de tantos personagens que passaram pela instituição e que dessa forma são revisitados e conhecidos pelo público (GRANATO, 2017 *apud* CARVALHO, 2017)

12 Segundo Miranda (2008, p. 2), com o advento da Constituição de 1988, o inventário foi finalmente alçado, em nosso país, à condição de instrumento jurídico autônomo de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tombamento [...]

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas no acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos sobre esses ilustres professores aconteceram a partir da descoberta do documento “Aula Inaugural” do curso de “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”, em 2001. Mas a pesquisa em fontes primárias de outros arquivos institucionais foi necessária ao identificar que, na comunidade escolar, o Professor Francisco Pompêo do Amaral é um personagem praticamente desconhecido, apesar da vasta publicação desse médico em revistas científicas e da produção de diversas obras – duas delas premiadas pela Academia Nacional de Medicina, e sempre envolvendo as práticas escolares e pedagógicas com as estudantes e docentes da escola.

O Centro de Memória da Etec Carlos de Campos tem duas salas de reservas técnicas visitáveis, uma delas de Alimentação e Nutrição, que precisam de maior difusão para deixar de ser um lugar de esquecimento e se transformar em um *lugar de memória*, principalmente, se esses professores ilustres, Francisco Pompêo do Amaral e Neide Gaudenci de Sá receberem designações patronímicas em uma das sete escolas técnicas da capital que ainda levam nome dos bairros onde se localizam: Cidade Tiradentes, Guaianases, Mandaqui, Santa Ifigênia, São Mateus, Heliópolis e Parque Belém, na cidade de São Paulo.

Neide Gaudenci de Sá foi reconhecida pelos seus pares ao ser homenageada com o troféu “Prêmio Neide Gaudenci de Sá” pelo Conselho Regional de Nutricionistas, em 2002. O CRN passou a oferecer esse prêmio ao Técnico em Nutrição e Dietética que se destaca no mercado de trabalho, anualmente. Enquanto, Francisco Pompêo do Amaral não recebeu ainda um tributo à sua memória como professor ilustre da Educação Profissional pública paulista. A trajetória de ambos corrobora o merecimento de terem seus nomes eternizados na rede de escolas cuja história na Educação Profissional ajudaram a construir.

Lembrando que Francisco Pompêo do Amaral é de família campineira, descendente de Joaquim Egydio de Souza Aranha, o Marquês de Três Rios, irmão de sua avó, que foi proprietário de um palacete onde hoje está construído o Edifício Santiago, no campus São Paulo do Centro Paula Souza, e que faz parte da história institucional e da história da Educação Profissional e Tecnológica.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adir da Luz; CUNHA, Washington Dener dos Santos. Apresentação: Intelectuais e educação na América Latina. **Revista Intelêctus**, ano XIV, n.1, 2015, p.103 – 126.

ALVES, Júlia Falivene. (1998) Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo. **Revista Synthesis**, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, n. 5, out., 31-38.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. **Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza**. 486p. Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. 2013.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Francisco Pompêo do Amaral: médico, jornalista, professor e escritor científico no campo da alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Intelêctus**, ano XIV, n.1, 2015, p.103 – 126.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. **Patrimônio Cultural da Química e da Dietética no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP)**: Catálogo da pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização / Maria Lucia Mendes de Carvalho. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017, 144p.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP): do inventário de artefatos as possibilidades de musealização. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Espaços, Objetos e Práticas**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018, p. 217-247.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de Memória e Ciência da Informação: uma interação necessária. **Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia)** na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo / Silvana Aparecida Fontanelli – São Paulo: S.A. Fontanelli, 2005, 105p. Disponível em: < <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2018

GADINO, Antonio Carlos. **Campinas, uma cidade republicana: política e eleições no oeste paulista (1870 – 1889)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em 2008, 336p.

GOMES, Flavio; MACHADO, Maria Helena P. T. Migraciones, desplazamientos y campesinos negros en São Paulo y Río de Janeiro (Brasil) en el siglo XIX. **Boletín Americanista**, año LXIV 1, nº 68, Barcelona, 2014, p.15-35

GORZONI, Silvia de Paula; DAVIS, Claudia. O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes. **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n. 166, p. 1396-1413, out./dez. 2017

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: 3ª Reimpressão Editora da UNICAMP, 2008. 541p.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1754, abr., 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protexao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>. Acesso em: 19 jan. 2016.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene. (orgs.). **Álbum Fotográfico. Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo**. Uma história em imagens. 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar. Arquivos escolares e pesquisa histórica: novas fontes para o estudo do ensino técnico no Estado de São Paulo. In: NASCIMENTO, Adalson. CHAMON, Carla Simone. **Arquivos e História do Ensino Técnico no Brasil** (orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. p.47-73.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo. V.10, dez. 1993, p. 7-28.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Açúcar, café, escravos e dinheiro a prêmio: Campinas, 1817 – 1861. **Resgate**, vol. XXIII, n. 29, jan./jun. 2015, p. 15- 40.

RODRIGUES, Ana Ramos; SERRES, Juliane Primon. Museu: memória e esquecimento, do individual ao coletivo. **Revista Mouseion**, n. 14, abr, 2013, p. 37-48.

RUEDA, Valéria Matias da Silva. FREITAS, Aline de. VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**. São Paulo, v. 4, n.1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: [http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view File/62/64](http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/File/62/64). Acesso em: 13 jan. 2014.

SÁ, Neide Gaudenci de. **Entrevista concedida às professoras Maria Lucia Mendes de Carvalho e Eliana Roda Ferreira**, na Sala de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, em 26 de dezembro de 2001.

SÁ, Neide Gaudenci de. **Ensaios “São Paulo Minha Cidade – Conte a sua história”**, entre 5 de março de 2010 a 03 de março de 2015. Disponível em: www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=4002. Acesso em: 24 jan. 2012.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **Lei Nº 14.707, de 08 de março de 2012**. Dispõe sobre a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas estaduais. <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2012/lei-14707-08.03.2012.html>. Acesso em: 6 jul 2018.

SABARIM, Fernanda. **Capitalistas em Campinas: 1873-1886**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, agosto de 2016, 170p.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p. 303-316, abr./jun., 1999.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 15, n. 2, mai./ago., 2002.

ESPAÇO MEMÓRIA ETEC CÔNEGO JOSÉ BENTO: AS MEMÓRIAS DE UM LUGAR

Júlia Naomi Kanazawa

Escola Técnica Estadual Cônego José Bento

1.INTRODUÇÃO

O Espaço Memória da Escola Técnica Estadual (Etec) Cônego José Bento, localizado nas dependências da escola técnica, em Jacareí, Estado de São Paulo, é um espaço que vem sendo organizado por um grupo de alunos e funcionários, desde 2017, para se constituir, além do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, como um *lugar de memória*, preservação e difusão do acervo museológico da Educação Profissional.

Este *lugar de memória*, no entanto, fez parte de uma realidade histórica que remonta às décadas de 1950 e 1960, quando ali funcionou o ensino primário típico rural, juntamente com o ensino de iniciação agrícola e, posteriormente, com o ginásio agrícola da Escola Profissional Agrícola e Industrial Cônego José Bento (Figura 1). Assim, o presente estudo teve como objetivo investigar o passado histórico desse espaço por meio de entrevistas com ex-alunos que cursaram essa modalidade de ensino, legislações, fotografias e bibliografias relacionadas ao ensino primário rural no Estado de São Paulo.



Figura 1– Fachada do Espaço Memória Etec Cônego José Bento

Fotografia: Júlia Naomi Kanazawa, junho de 2018

A investigação nas legislações esclareceu as normatizações estabelecidas para essa modalidade de ensino, oferecida pela Escola Profissional Agrícola e Industrial Cônego José Bento, juntamente com o Curso de Iniciação Agrícola e, posteriormente com o ginásio agrícola.

A fotografia conduziu ao tempo e cotidiano escolares dos professores, funcionários e alunos. No entanto, não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele; apesar do seu amplo potencial de informação presente na imagem, não substitui a realidade tal como se deu no passado. (KOSSOY, 1989, p. 72-73)

Os depoimentos dos ex-alunos, por meio da oralidade, constituíram-se em fontes históricas das mais valiosas para recuperar parte do passado da história escolar e remeteram a uma época em que o Espaço Memória abrigou as salas do ensino primário, com um ritmo e cotidiano próprios.

As leituras e sistematizações bibliográficas sobre as escolas primárias rurais, especialmente as típicas rurais no Estado de São Paulo, permitiram contextualizar o ensino primário desse tipo oferecido na Escola Profissional.

2. AS ESCOLAS TÍPICAS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Entre as décadas de 1930 e 1960, segundo Moraes (2014, p. 15), conviveram no Estado de São Paulo dois tipos de propostas pedagógicas para a Educação Rural – o ensino comum, ministrado nas escolas isoladas rurais, e o ensino típico rural, ministrado nas Granjas Escolares, nos Grupos Escolares Rurais e nas denominadas Escolas Típicas Rurais.

Essas modalidades se constituíram em experiências típicas de ensino primário, pois possuíam programas de ensino diferenciados, exigiam formação ou especialização agrícola de todos os profissionais que nelas trabalhavam, tinham critérios específicos para sua instalação como, por exemplo, área de terra destinada à realização de atividades agrícolas e pastoris, dentre outros. (MORAES, 2014, p. 67)

A Lei nº 2.158, de 7 de julho de 1953, dispôs sobre a criação, transferência, conversão, instalação e supressão de escolas típicas rurais no Estado de São Paulo.

Segundo os artigos desta Lei,

a criação de escolas típicas rurais será anualmente proposta ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação até 15 de novembro, pelo Diretor Geral do Departamento de Educação ouvida a Assistência

Técnica do Ensino Rural, que investigará as condições locais relativas ao funcionamento e permanência do professor. (Artigo 1.º)
para criação e transferência de escolas típicas rurais devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I – que o número de unidades típicas rurais não permita a formação de grupo escolar rural;

II – mínimo de 30 (trinta) crianças de 7 (sete) a 14 (catorze) anos, dentro de uma área de dois quilômetros de raio, ou possibilidade de serviço regular de transporte diário, gratuito ou por preço médico;

III – sala de aula que apresente as seguintes condições mínimas:

- a) trinta e cinco metros quadrados de área;
- b) construção de tijolos ou de madeira aparelhada;
- c) cobertura de telhas, ou equivalente;
- d) piso assoalhado ou ladrilhado;
- e) iluminação satisfatória;
- f) janelas envidraçadas ou teladas;
- g) fossa higiênica;

IV – terreno cultivável com provimento fácil de água anexo à escola, com área mínima de um hectare, para a prática de atividades agrícolas;

V – residência para o professor, de preferência anexa ao edifício da escola, ou em pensão condigna, gratuita, ou por preço médico. (Artigo 2.º)

para a instalação de escolas típicas rurais será dada preferência aos lugares em que a municipalidade ou os particulares interessados se comprometam:

I – a doar ao Estado terreno e edifícios nas condições especificadas no artigo anterior;

II – a abrir e conservar estradas que tornem a escola facilmente acessível aos alunos, e a liguem ao centro urbano mais próximo;

III – a organizar e custear serviço de transporte escolar. (Artigo 3.º)
poderão ser convertidas em escolas típicas rurais as escolas isoladas comuns construídas de acôrdo com o Convênio entre o Estado e a União quando vagas ou providas por professores que já tenham realizado curso de especialização para o ensino típico rural, bem como as que preencherem as condições exigidas no artigo 2.º. (Artigo 4.º)

cabe ao Diretor Geral do Departamento de Educação, por indicação da Assistência Técnica do Ensino Rural, propor ao Governo a transferência de local ou a supressão das escolas típicas rurais sem condições de funcionamento, quer por falta de frequência ou por impossibilidade de permanência do professor, bem como a sua conversão em escolas isoladas. (Artigo 5.º) (SÃO PAULO, 1953)

Para o funcionamento das Escolas Típicas Rurais era exigido apenas um hectare de terra. Dessa forma, independentemente do preço da terra, à época, esse tipo de escola era menos oneroso no que se refere ao insumo principal, o terreno, e isso tendia a refletir nos demais quesitos. (MORAES, 2014, p. 65)

O governador Jânio Quadros, em Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em março de 1957, esclareceu que:

O ensino típico rural é uma modalidade de ensino especializado para a criança da roça. Além de programa próprio, relativo ao aprendizado das atividades agrícolas e higiene rural, caracteriza-se por ser ministrado nos grupos rurais mediante um sistema de estudo teórico-prático, que leva o estudante a comparecer à escola nos dois períodos, da manhã e da tarde. Reveste-se êsse ensino, por esse fato, de rico conteúdo educativo, como curso de preparação da criança e do adolescente, para as atividades rurais e o convívio social da zona agrícola, em que reside. Constitui tal ensino uma das faces da solução do problema da educação rural, de tão capital interesse para a economia do Estado e o seu progresso político-social. A especialização do professor para estas atividades é feita pelo Curso de Monitor Agrícola, das Escolas Agro-Técnica de Pinhal, Jacareí, São Miguel. Concorrentemente a Assistência Técnica do Ensino Rural promove a realização de curso de férias intensivos, que se destinam a aperfeiçoar os conhecimentos e as técnicas didáticas destes mestres, no cumprimento de seus encargos docentes. (SÃO PAULO, 1957)

O curso para formação de Monitor Agrícola foi oferecido pela Escola Profissional Mista Agrícola e Industrial Cônego José Bento, no período de 1950 a 1954 e destinado aos professores normalistas, com duração de um ano e que o realizavam em função da especialização em educação rural para atender à proposta pedagógica do ensino típico rural, além da pontuação no magistério.

No ano de 1950, excepcionalmente e conforme determinação do Superintendente do Ensino Profissional, a matrícula do curso de Monitor Agrícola foi aberta para os alunos dos 1º e 2º anos da Escola Normal e Ginásio Estadual de Jacareí e para os professores normalistas e relatada no “Livro de atas do curso de formação de Monitor Agrícola, 1950 a 1954, folha 1, frente”. Assim, a primeira turma de alunos do curso de Monitor Agrícola foi composta por 63 alunos, conforme “Livro de atas do curso de formação de monitor agrícola, 1950 a 1954, folha 3, verso e folha 4, frente”. (ESCOLA PROFISSIONAL MISTA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÔNEGO JOSÉ BENTO, 1954)

O corpo docente e as disciplinas oferecidas foram organizados na seguinte conformidade apresentada no Quadro 1:

Quadro 1 – Das disciplinas ministradas no curso de Monitor Agrícola da Escola Profissional Mista Agrícola e Industrial Cônego José Bento, em 1950, e seus respectivos professores.

Disciplinas	Professores
Olericultura	Fernão Paes Leme Zamith
Jardinagem	Fernão Paes Leme Zamith
Fruticultura	Johel de Souza
Indústrias rurais	Antonio Martins de Castro
Avicultura	José Clóvis Passos Guimarães
Pequenos animais	Daniel Ribeiro Zilli
Higiene Rural	João Victor Lamana
Economia Doméstica	Irene Marques
Máquinas Agrícolas	Hélio de Almeida Manfrinato

Fonte: Livro de atas do curso de formação de monitor agrícola, 1950 a 1954, folha 1, verso. Acervo do Centro de Memória da Etec Cônego José Bento, em 2018.

O Decreto nº 17.698, de 26 de novembro de 1947, no seu artigo 425 e respectivos parágrafos, já previa a especialização de professores que lecionariam nas escolas rurais, inclusive nas escolas típicas rurais:

Para efeito de especialização de professores que se destinem ao magistério rural, o Governo manterá, junto aos estabelecimentos de ensino agrícola, cursos apropriados com a duração mínima de quarenta (40) semanas, (84).

§1.º – Poderão ser admitidos á matricula nesse curso, professores normalistas, com ou sem função no magistério oficial, em turmas, cujo número a Secretária da Educação fixará.

§ 2.º – Os professores com funções no magistério oficial, uma vez matriculados, serão postos à disposição do estabelecimen-

to, sem prejuízo dos vencimentos do cargo, pelo prazo da duração do curso.

§ 3.º – O regimento e o programa desses cursos serão colaboração com a Departamento de Educação em íntima colaboração com a Diretoria do Ensino Agrícola, da Secretaria da Agricultura. (SÃO PAULO, 1947)

Cabia à Assistência Técnica do Ensino Rural orientar, centralizar e coordenar todas as atividades rurais no ensino primário e normal do Estado, conforme artigo 41 do Decreto nº 17.698, de 26 de novembro de 1947, destacando no Parágrafo Único, desse artigo, que: “A ela estavam subordinados os grupos escolares rurais, as escolas isoladas típicas rurais”. No Artigo 42, deste decreto, também competia à Assistência do Ensino Rural orientar a organização dos cursos de agricultura das escolas normais; elaborar programas especiais para o ensino primário rural e normal; promover a organização de cursos especiais intensivos sobre questões ruralistas destinadas aos professores com ou sem função no magistério; estudar a possibilidade de serem convertidos em rurais outros grupos escolares que satisfaçam as condições exigidas por lei; fiscalizar e orientar as atividades dos grupos escolares rurais, das escolas típicas rurais e dos cursos de agricultura das escolas normais e registrar e incentivar as iniciativas desses e de outros estabelecimentos de ensino que visem a despertar na infância ou na juventude o amor pelas coisas da terra e o interesse pelas práticas agrícolas. (SÃO PAULO, 1947)

Dessa forma, no contexto das escolas primárias, especialmente as típicas rurais, surgiu a Escola Mista Típica Rural da Escola Profissional Agrícola Industrial Cônego José Bento nas dependências da Escola Profissional Mista Agrícola Industrial Cônego José Bento.

3. A ESCOLA MISTA TÍPICA RURAL DA ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL CÔNEGO JOSÉ BENTO

A Escola Mista Típica Rural da Escola Profissional Agrícola Industrial Cônego José Bento funcionou, nas décadas de 1950 e 1960, numa das edificações da Escola Profissional Mista Agrícola Industrial Cônego José Bento. Seu surgimento nas dependências da Escola justificou-se, a princípio, porque esta unidade já possuía uma estrutura, tanto física como de ensino, ligada ao aprendizado agrícola. (Figura 2)



Figura 2 – Prédio e alunos do ensino primário, com o Professor Orlando ao fundo, década de 1950.
Fonte: Fotografia (cópia) cedida por Mauro Pacheco, ex-aluno da Escola Mista Típica Rural da Escola Profissional Agrícola e Industrial Cônego José Bento e reproduzida por Júlia Naomi Kanazawa em maio de 2018.

Em relação à Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em março de 1957, pelo governador Jânio Quadros e aos depoimentos dos entrevistados concedidos, em 2018 – Celina Rodrigues Faria, Maria Nogueira e Mauro dos Santos – cabem algumas observações. A primeira delas se refere à afirmação do Governador de que “o ensino típico rural é uma modalidade de ensino especializado para a criança da roça”; os depoimentos, no entanto, indicaram que a maioria do público atendido pela Escola residia em bairros urbanos, situados próximos à escola, como Vila Pinheiro, Avareí e Jardim Mesquita.

A segunda observação é em relação à caracterização do sistema de ensino-aprendizagem em que o estudante comparecia à escola nos dois períodos, de manhã e da tarde – aspecto que também não foi confirmado pelos entrevistados Celina Rodrigues Faria, Maria Nogueira e Mauro dos Santos, que afirmaram terem estudado apenas em um período.

Em 18 de novembro de 1965, pela Lei nº 9.117, já na condição de Grupo Escolar Rural, mas ainda anexada ao Ginásio Agrícola Estadual Cônego José Bento, passou a denominar-se Professor Sílvio Silveira Mello Filho. Pérsio Correa Lara, primeiro Diretor da Escola e que tomou posse em 1961, foi quem se empenhou em mudar o nome da instituição como forma de prestar uma homenagem ao docente, que faleceu em 1957. (EMEF SILVIO SILVEIRA, s/d)

Sílvio Silveira Mello Filho (Figura 3) nasceu em Brotas, Estado de São Paulo, em 13 de julho de 1928 e ingressou na Escola Típica Rural em 1954; fez o curso Industrial e estava habilitado a lecionar as disciplinas de Matemática, Geografia do Brasil, História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais. (EMEF SILVIO SILVEIRA, s/d)



Figura 3 – Certificado de registro de professor de Sylvio Silveira Mello Filho
Fonte: site da escola (EMEF SILVIO SILVEIRA, 2016)

A partir de 1968, o Grupo Escolar passou a funcionar na avenida Danton Siqueira Malta, 380, no Jardim Santa Maria, como Grupo Escolar Rural. Atualmente, com a denominação Escola Municipal de Educação Infantil Professor Sílvio Silveira Mello Filho, é mantido pela Prefeitura Municipal de Jacaré e atende alunos do Ensino Fundamental, ciclo 1.

4. AS MEMÓRIAS DE UM LUGAR NA VOZ DE EX-ALUNOS

Os depoimentos dos ex-alunos, por meio da oralidade, constituíram-se em fontes históricas das mais valiosas para recuperar parte do passado da história escolar e conduziram a uma época em que o Espaço Memória abrigou as salas do ensino primário, com um ritmo e cotidiano próprios. Além disso, como afirma Thompson (1992, p. 25), a entrevista propiciará “[...] um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, já não teriam sido localizados”.

Para Celina Rodrigues Faria (Figura 4), uma das entrevistadas em 2018, as lembranças marcantes de que ali fora a sua sala de aula, é a ponte (Figura 5) – cujo vestígio ainda se encontra presente no espaço escolar – que atravessava para chegar até ela e o

caminho, ao lado do prédio, que conduzia para a mangueira onde tomava, juntamente com os colegas da turma, o leite extraído da vaca, na hora.



Figura 4 – Celina Rodrigues Faria, ex-aluna da Escola Primária
Fotografia: Júlia Naomi Kanazawa, 29 de março de 2018.



Figura 5 – Vestígio da ponte onde os alunos do ensino primário
atravessavam para chegar às salas de aula na Etec Cônego José Bento, em Jacareí/SP.
Fotografia: Júlia Naomi Kanazawa, em junho de 2018

A porta de entrada, rememora ela, era na lateral direita, e o edifício possuía três salas; as carteiras na sua época eram aquelas que se sentavam em dupla; o uniforme era composto de saia com pregas, blusa, meias e sapato; e a merenda, constituída de sopa de fubá, legumes e verduras, era servida pelo professor e feita na própria sala.

Quanto às aulas, consideradas práticas, se recordou das aulas de jardinagem, mas apenas como demonstração.

Faria (2018) estudou até a terceira série, quando repetiu, e solicitou para sua mãe que a transferisse para outra escola, localizada no centro de Jacaréí. Seu irmão Adelino Rodrigues estudou no mesmo prédio, mas em outra sala e série.

A ponte também foi um marco para Maria Nogueira (Figura 6), outra ex-aluna, pois era um monumento que antecedia a chegada para a sala de aula.



Figura 6 – Maria Nogueira, ex-aluna da Escola Primária.

Fotografia: Júlia Naomi Kanazawa, 5 de abril de 2018.

Ela fez parte da primeira turma do ensino primário da Escola, na década de 1950, que era mista; e cursou até a terceira série, pois a Escola só ofertava até essa etapa; concluiu a 4ª série no Grupo Escolar João Feliciano. Seu irmão, Pedro Simão Cobra, também estudou na instituição e teve como professor Sílvio Silveira Mello Filho que, mais tarde, deu nome à escola primária, em 1965.

Relatou que fazia sua refeição no refeitório da Escola Profissional e comia canjica, mingau de aveia e uma sopa de caldo grosso com verduras colhidas no próprio

local; quanto ao leite, ele vinha da mangueira para ser servido e, também, recordou de ter visto o gado de perto, assim como porcos, coelhos, galinhas d'angola e patos. Lembrou do dentista, Dr. Romero, e da costureira que confeccionava os uniformes; o das meninas era uma saia amarela de pregas e uma blusa com gola. Quanto às aulas de caráter prático, rememorou que, em algumas delas, a professora levava os alunos

Mauro Pacheco (Figura 7), natural de Jacareí, São Paulo, outro ex-aluno entrevistado, contou que estudou na década de 1950 na Escola Primária. Veio para cursar a terceira série no período da manhã, pois ficava mais perto da sua residência e era o mais velho da turma. Também se lembrou da ponte e do ribeirão, que atravessava internamente a área escolar; era um dos “braços” do Turi destacou Pacheco (2018). Revelou que ele e seus colegas não usavam uniformes; e a merenda era servida na própria sala de aula. As panelas contendo os alimentos preparados, os pratos, copos e talheres eram trazidos da cozinha da Escola Profissional. Na sala de aula, afirmou que era meio brincalhão, por isso em algumas ocasiões lhe era chamada a sua atenção. A lousa da sua sala, que atualmente abriga o Espaço Memória Etec Cônego José Bento, está exatamente no mesmo lugar quando ele estudou. Isso chamou-lhe a sua atenção, na ocasião da entrevista, pois o remeteu a um fato marcante ocasionado pelo seu comportamento: o castigo imposto pelo professor, ficar em pé logo à frente do quadro.



Figura 7 – Mauro Pacheco, ex-aluno da Escola Primária.
Fotografia: Júlia Naomi Kanazawa, 24 de maio de 2018.

Uma das práticas de ensino relacionadas à atividade agrícola era a horticultura, que era desenvolvida dentro do horário regular das aulas, duas vezes por semana. Nessas ocasiões, Pacheco e demais colegas, acompanhados pelo professor, dirigiam-se ao espaço destinado para as práticas das atividades agrícolas. Lá preparavam a terra, plantavam e colhiam verduras e legumes. (PACHECO, 2018)

Todos os entrevistados relataram que não lhes era permitido circular livremente pela extensa área da Escola Profissional. Logo que entravam já se dirigiam para as salas de aula, e o recreio era feito ao redor da edificação onde funcionava a Escola Primária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do espaço ofereceu a possibilidade de, por meio da investigação da materialidade da escola e de outras fontes, ampliar a compreensão de parte da história da Etec Cônego José Bento em uma determinada época.

Recuperando a trajetória da Escola Mista Típica Rural da Escola Profissional Agrícola Industrial Cônego José Bento, foi possível conhecer aspectos da história da escola primária rural no Estado de São Paulo, especialmente no município de Jacareí, interior do Estado de São Paulo e, dessa forma, contribuir para preservar a memória educativa de um período específico. Como afirma Ribeiro (1999):

Reconstruir a história da origem dos estabelecimentos de ensino, analisar a formação do corpo docente, as disciplinas ministradas, os primeiros professores, etc... é uma forma de preservar a memória educativa, aliado ao desejo de melhorar o que temos atualmente. (RIBEIRO, 1999 *apud* RIBEIRO; AMARO; MARIANO, 2015, p. 880)

A experiência institucional dessa modalidade de ensino, escola primária tipicamente rural, esteve vinculada aos ideários ruralistas, que defendiam uma educação específica, com objetivos, programas de ensino, materiais didáticos, edifício escolar e formação de professores próprios e normatizados no âmbito legislativo estadual e que foi extinta, juntamente com as outras modalidades, com a Reforma de 1968.

6. REFERÊNCIAS

EMEF SILVIO SILVEIRA. **Escola Municipal de Ensino Fundamental Sívio Silveira Mello Filho**. Disponível em: <http://emefsilviosilveira.blogspot.com/p/conheca-mais.html>. Acesso em 03.01.2016.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Livro de atas do curso de formação de monitor agrícola, 1950 a 1954**. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, em 2018.

FARIA, C. R. **Entrevista concedida à Júlia Naomi Kanazawa**, em Jacareí, em 29 de março de 2018.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. SP: Ática, 1989. (Série Princípios)

MORAES, A. I. D. **Ensino Primário Tipicamente Rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares e as Escolas Típicas Rurais (1933 – 1968)**. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/moraes_aid_me_mar.pdf. Acesso em 01.10.2015.

NOGUEIRA, M. **Entrevista concedida à Júlia Naomi Kanazawa**, em Jacareí, em 5 de abril de 2018.

PACHECO, M. **Entrevista concedida à Júlia Naomi Kanazawa**, em Jacareí, em 24 de maio de 2018.

RIBEIRO, A. I. M.; AMARO, E. L. G.; MARIANO, J. L. M. Primeiro grupo escolar e primeira escola de formação superior de professores em Presidente Prudente. **Cadernos de História da Educação**, v.14, n. 3, set./dez. 2015, p.879-897. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/33142/17889>. Acesso em 06.01.2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 17.698, de 26 de novembro de 1947**. Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto nº 17.211, de 13 de maio de 1947. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-17698-26.11.1947>. Acesso em 03. 01. 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.158, de 7 de julho de 1953**. Dispõe sobre a criação, transferência, conversão, instalação e supressão de escolas típicas rurais. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1953/lei-2158-07.07.1953.html>. Acesso em 03.01.2016.

SÃO PAULO (Estado). Governo. **Mensagem apresentada pelo Governador Jânio Quadros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1957**, p. 63. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10012836&parte=1>. Acesso em 06.01.2018.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OLHARES SOBRE AS PRÁTICAS ESCOLARES NA ETEC DR. JÚLIO CARDOSO (1937 a 1977)

Joana Célia de Oliveira Borini
Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso

1. INTRODUÇÃO

A Escola Técnica Estadual (Etec) Dr. Júlio Cardoso, cujo nome de batismo era simplesmente Escola Profissional de Franca, foi inaugurada em 1924. Instalada como estabelecimento masculino de Educação, a Escola de Franca contou, a princípio, com 160 alunos matriculados nos cursos Industriais Básicos de Mecânica de Máquinas e Marcenaria. Inúmeros cursos foram criados desde a sua inauguração. Até a década de 1970, a escola oferecia cursos que correspondiam ao ginásio, período integral e, também no noturno, para os alunos que trabalhavam, além dos extraordinários e de mestría, com disciplinas técnicas e da grade comum como português, matemática, entre outras.

No eixo temático, arquivos, informação e gestão de documentos nas escolas e em seus centros de memória para estudos e pesquisas sobre a história da Educação Profissional, a história institucional e a história local, pretende-se ressaltar as práticas escolares desenvolvidas no período estabelecido de 1937 a 1977. Inicialmente fez-se um levantamento dos documentos que seriam importantes para a realização da pesquisa. Os selecionados foram: relatórios anuais do acervo textual de 1937, 1939, 1940, 1942, 1943, 1944, 1946, 1947, 1951 e 1952, em que estão descritos muitas práticas escolares, ofícios, matérias publicadas nos jornais locais e entrevistas que foram realizadas com antigos docentes e egressos.

O primeiro interesse da pesquisa foi direcionado para o Internato Masculino, criado através do Decreto-Lei nº 21.732/1949, para abrigar alunos desprovidos de recursos que desejavam frequentar os cursos do estabelecimento, residentes no município ou procedentes de outras cidades. Dentro do internato, os alunos seguiam normas disciplinares severas e só perdiam o direito ao internato quando eram reprovados nos exames da escola.

O segundo interesse foi direcionado para as exposições que, desde 1925, eram realizadas no final do ano letivo com as vendas dos produtos produzidos pelos alunos. Ganhavam cobertura da imprensa, contavam com a presença de autoridades locais, eram consideradas vitrines da instituição, e toda sociedade local podia ver e comprar o que os alunos produziam.

O terceiro interesse foi o Dispensário de Puericultura da Escola Industrial, inaugurado em 1942, com os objetivos de fornecer gratuitamente alimentos adequados e medicamentos às crianças reconhecidas necessitadas e implementar práticas pedagógicas para a capacitação das mães e alunas dos cursos femininos. Eram responsáveis pelo dispensário um médico, uma enfermeira auxiliar e as turmas de alunas que revezavam, fazendo a prática de puericultura. Por meio de documentos como informativos e declarações, constatou-se que o Dispensário de Puericultura da escola encerrou suas atividades em 1962, com a demolição de suas dependências para a ampliação da escola.

O quarto interesse foi pelas atividades e funcionamento da Banda Marcial Júlio Cardoso, que surgiu em abril de 1973 no contexto da ditadura militar no Brasil – portanto sua organização foi pautada por uma rigidez que era própria do contexto. O Maestro e Professor Ronaldo Falleiros foi quem organizou o funcionamento da corporação musical.

O principal objetivo da pesquisa foi identificar e apresentar práticas escolares em um período de 40 anos, de 1937 a 1977, bem como o dia a dia do Internato Masculino, das exposições de objetos, do Dispensário de Puericultura e da Banda Marcial.

2.O INTERNATO MASCULINO SRA. EUFRÁSIA AMÉLIA MONTEIRO PETRAGLIA: O INÍCIO DA HISTÓRIA

Por meio do Decreto nº 20.571, de 14 de junho de 1951, foi criado o Internato Masculino para abrigar alunos desprovidos de recursos, residentes no município ou procedentes de outras cidades, que desejavam frequentar os cursos da escola industrial. O imóvel, destinado a tal finalidade, situava-se à Rua Couto Magalhães, tendo sido doado à Sociedade dos Amigos da Escola Industrial pelo Dr. Antônio Petraglia, (Figuras 1 e 2); nos artigos 2º e 3º do referido decreto, estabelecem-se os critérios para a entrada no internato.

[...] a admissão, na qualidade de aluno interno, far-se-á após a realização dos exames de admissão, na ordem estrita da classificação. Os candidatos à matrícula como alunos internos, uma vez aprovados

nos exames, deverão requerer à Diretoria de Escola, juntando os seguintes documentos: **a)** prova de residência da família, passada por autoridade competente; **b)** atestado de profissão dos pais, em que se declarem as pessoas dependentes e respectivos proventos, passado pelo órgão empregador. (SÃO PAULO, 1951)



Figura 1 – Internato Masculino da Escola Industrial de Franca, em 1952
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018.



Figura 2 – Cozinha do Internato Masculino da Escola Industrial de Franca, em 1958
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018.

Apesar dos critérios para a entrada no internato, um ex-aluno José Augusto Brandão, declarou em sua entrevista que:

[...] Fui interno da Escola Industrial nos anos de 1956, 1957 e 1958. Formalmente eu nunca soube dos critérios utilizados para seleção dos alunos. Consegui ser interno graças à benevolência do Prof. Evaristo Fabrício, na época Diretor da Escola Dr. Júlio Cardoso, a quem procurei por não ter moradia em Franca, já que era residente em Igarapava-SP. Era o início do ano de 1956 e a autorização do Prof. Evaristo era válida até segunda ordem, mas felizmente lá morei até o fim do curso em 1958 [...]. (BRANDÃO, 2018)

No primeiro ano de funcionamento, consta no relatório final de 1951 que a alimentação era deficiente:

[...] No que diz respeito à alimentação, a Escola de Franca forneceu no início de 1951 uma alimentação deficiente, melhorando, porém, a partir do mês de junho. Ao analisar o quadro do valor alimentar das refeições, fornecido no decorrer do ano findo, que colabora com a nossa afirmação de que seria preciso, pelo menos 3.500 Calorias diárias. [...]. (ESCOLA INDUSTRIAL DR. JÚLIO CARDOSO, 1951)

Através do Processo 1804/52, São Paulo, 29/07/1952, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, fez a seguinte avaliação:

[...] Essa escola mantém internato e, a quota calórica está muito baixa, pois a média foi de 2.900 por dia, seria preciso, pelo menos 3.500 calorias por dia. A verba deste ano, permite que sejam despendidos até Cr\$ 25.000,00 por mês, e o total de despesa do mês de junho foi de Cr\$ 18.786,40. Sugerimos que se deem mais leite, carne, manteiga, queijo e ovos, sempre que possível. [...]. (ESCOLA INDUSTRIAL DR. JÚLIO CARDOSO, 1952)

O egresso José Augusto Brandão de 1956, em seu depoimento, cita o cardápio do internato, que segundo ele era suficiente:

[...] A estrutura do internato também contava com as cozinheiras, pessoal de limpeza e com uma “dietista” (hoje nutricionista) que

cuidava para que tivéssemos alimentação saudável. A todos, eram fornecidas as refeições matinais, lanches intermediários, almoço e jantar, suficientes e balanceadas adequadamente para os alunos internos. O cardápio do almoço e jantar incluía arroz, carnes, legumes (sem nunca ter faltado batata em nenhuma das refeições, como cozidas, fritas, purê, rosty, com e sem carnes). Após o jantar, com cardápio também a gosto de todos, era servida uma fatia de pão com mel e uma caneca de chá quente. [...]. (BRANDÃO, 2018)

Assim que o internato foi inaugurado, o Sr. José Garcia Peres foi trabalhar de vigilante por indicação de um professor. Ele foi, durante 12 anos, o responsável pela casa e pelos alunos que viviam no internato masculino. No acervo do centro de memória não constam nomes de outros responsáveis pelo internato (LIMA, 2007). Segundo os egressos, o relacionamento do Sr. Garcia com os internos era “firme”, “rígido” e, ao mesmo tempo, paternal, muitos meninos chegavam com 12, 13 anos e choravam a ausência dos pais. A rotina do Sr. José começava pela manhã, colocava os alunos em fila, dois a dois e de mãos dadas, ouviam seu apito, sinal para que seguissem até a escola, distante três quadras.

No início, os internos almoçavam na própria escola e, posteriormente, passaram a fazer refeições no internato. (Figura 3)

O Internato era apenas para meninos, porém o refeitório também servia a algumas garotas. Não tenho o número exato, mas éramos por volta de 60 a 80 internos e recebíamos atendimento completo, com alojamento, refeições e roupa lavada, tudo sob a severa vigilância do Sr. Garcia, espécie de “gerente” no local. (BRANDÃO, 2018)



Figura 3 – Alunos do Internato, dois a dois, de mãos dadas, seguiam até a Escola Industrial, que ficava a três quadras, em 1954.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

Quanto à estrutura e funcionamento do internato, os ex-alunos (CERVILA, 2012; BRANDÃO, 2018) relataram que os banheiros não eram os melhores, deixavam desejar, e o banho era frio. As roupas eram lavadas na lavanderia do internato, gratuitamente, os internos só lavavam as roupas íntimas, lenços, entre outros. Diziam que a rotina era quebrada diuturnamente pelas frequentes “bagunças” promovidas por quase todos. A atividade esportiva se resumia em uma mesa de tênis, que se encontrava no refeitório, o espaço era minúsculo, não existia televisão nem outro meio de diversão.

Como em toda escola pública, o uniforme era de uso obrigatório, havia atendimento médico ambulatorial aos estudantes –, em caso de doença de algum interno, este era tratado normalmente pelos profissionais da escola e, em caso de doenças mais graves, o paciente era isolado ou enviado para sua casa. Nos fins de semana, para “quebrar o tédio”, jogos de futebol de salão (ainda não era futsal) no pátio da escola; idas ao cinema para quem tinha dinheiro para tal “absurdo” (CERVILA, 2012; BRANDÃO, 2018). Ainda contaram que as excursões, quando ocorriam, eram patrocinadas pelo responsável do internato, que alugava um caminhão para passear no domingo com os internos. As férias sempre coincidiam com as escolares, nem sempre era motivo para o fechamento do internato, pois sempre havia alguém com dificuldade financeira de viajar para casa. Raramente os alunos recebiam visitas de parentes. Alguns pais, com alguma capacidade para tal, traziam sacas de arroz e/ou outros produtos para ajudar no abastecimento da cozinha.

3. NORMAS DO INTERNATO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE FRANCA

O egresso Antonio Carlos Cervila, em 2012, relatou que, não raro, as normas eram desrespeitadas, alunos pulavam as janelas e, como punições, ficavam sem a folga do domingo (Figura 4). Todas as ocorrências eram anotadas e comunicadas ao Diretor. O aluno somente perdia o direito ao internato quando fosse reprovado nos exames da escola.

O Sr. José Garcia Peres, responsável pelo internato nos aconselhava, guardava nossos pertences e dinheiro, chegou a abrigar em sua própria casa os alunos que perdiam o direito ao internato, até que terminassem o curso e, por isso, acabava criando um vínculo afetivo muito forte com eles. As normas disciplinares eram severas com horário para acordar e dormir, arrumávamos as camas e tínhamos direito a uma folga no domingo; dia em

que era permitido se ausentar para ir ao cinema, à missa ou a qualquer outro passeio. [...] Algumas normas de disciplina tinham de ser rigorosamente obedecidas, principalmente, respeitar os colegas e funcionários, os horários de despertar, recolher, café da manhã, entrar e sair da escola, jantar, fazer as lições de casa à noite e retorno ao internato nos dias liberados para saídas. Distante oito quadras da Industrial, diariamente, nas idas e vindas, uma procissão de alunos apressados para não chegar atrasados na escola ou na volta mais apressados ainda para chegar primeiro na fila do almoço ou jantar, desfilavam na rua General Carneiro, como um pelotão do Tiro de Guerra. A consideração e respeito dos meninos eram absolutos e incontestáveis pelas meninas que semi-internas, apenas tomavam as refeições no Internato, elas também, alunas da escola, alojavam-se em repúblicas nas proximidades do internato. Jamais a sociedade conservadora da época tomou conhecimento de atos imorais e reprováveis, praticados por casais de namorados na escola. Graças ao internato da Júlio Cardoso e aos professores, hoje, somos cidadãos plenamente realizados. (CERVILA, 2012)



Figura 4 – Caixa d'água externa por onde os internos fugiam para passeio noturno, 1954.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

Sobre a disciplina no internato, José Augusto Brandão (2018) deu o seguinte depoimento:

[...] A disciplina no internato era rígida e não poderia ser de outra forma, já que adolescentes e longe dos pais, se soltos sem um orientador, aprontariam a maior bagunça. Exemplo de rigidez era o horário de dormir: um simples bater de palmas do Sr. Garcia era o sinal para que todos fossem para o quarto e suas camas. O mesmo bater de palmas sinalizava a hora de acordar e sair do internato em direção à escola. A rotina no internato visto por olhos adolescentes da época era diversão e não obrigação, já que as regras, não escritas, diga-se de passagem, eram tão somente aquelas de convivência e manutenção e cuidados com o patrimônio da casa, não incluindo as obrigações de estudo, lições, etc. Passeios só em dois dias da semana, na própria cidade e com horários rígidos de saída e retorno. A Escola, como carinhosamente a chamávamos e como ainda hoje a chamamos quando nós ex-alunos nos reencontramos, foi menos um local de aprendizado e sim o lugar onde nós formamos cidadãos, onde aprendemos a respeitar os símbolos da Pátria, o respeito às regras e regulamentos e sempre conduzidos pelas mãos seguras e firmes de nossos mestres e professores. (BRANDÃO, 2018)

José Augusto Brandão (2018) disse que, apesar de toda rigidez, havia entre os alunos algumas brincadeiras nem sempre saudáveis:

[...] Como em toda comunidade, a convivência entre os internos era marcada por brincadeiras nem sempre saudáveis, mas nada que provocasse inimizades permanentes. Brincadeiras como desarmar camas; colocar “mutucas” (palito de fósforo pré-queimado e aceso na testa de alguém e um pedaço de madeira preso às mãos da vítima) nos dorminhocos; fugir para passeio noturno utilizando tábua que ligava a janela à caixa d’água externa e desta para a rua, e fazendo o retorno pelo mesmo caminho, isto quando algum “sacana” não retirava a tábua e deixava o coitado dormindo no quintal, ao frio e relento; amarrar a perna da calça do uniforme com nós bem apertados e molhados para dificultar o desmanche e outros. Veio-me à lembrança o dia em que, ao me levantar e tentar vestir a calça de brim, descobri que tinham dado um nó na altura do joelho e ainda molhado o referido nó para dificultar o desmanche; resultado: perdi parte da primeira aula e ainda levei bronca do Dr. Baldijão Seixas, professor de português, e muito conhecido pelo seu mau humor, ao contrário de sua esposa, D. Nenê, também professora, de Ciências, conhecida pela delicadeza e simpatia. (BRANDÃO, 2018)

Alguns fatos do cotidiano no internato foram relatados pelo ex-aluno José Augusto Brandão:

[...] Estávamos todos em fila no corredor que levava à lavanderia do internato, quando um de nós viu pela janela da cozinha um enorme queijo parmesão, iguaria que seria servida no almoço daquele dia. Ato contínuo este colega enfiou o braço pela janela e arrancou um belo naco do queijo, no que foi imediatamente seguido por todos da fila, até que do queijo só sobrou a casca que o revestia. À tarde, antes do jantar e já descoberto o assalto ao queijo, o Sr. Garcia reuniu todos no refeitório e alertou: “caso o autor ou autores do delito não se apresentassem, os inocentes pagariam pelos pecadores” e todos estaríamos proibidos de sair do internato até o fim do ano, como punição. Foi então que alguém, no fundo do refeitório alertou: basta olhar as unhas do pessoal! Aí foi “um tal” de limpar as unhas rapidamente antes que o Sr. Garcia as inspecionasse! (BRANDÃO, 2018)

O internato masculino foi de fundamental importância para alunos que vinham não só de cidades da região como de outras localidades. Na década de 1970, quando já havia sido desativado, era comum encontrar nos jornais da cidade notas com os dizeres “Estudantes estão à procura de quartos”. (COMÉRCIO DA FRANCA, 1971)

4. EXPOSIÇÕES NA ESCOLA INDUSTRIAL DR. JÚLIO CARDOSO

Até a década de 1950, os trabalhos elaborados pelos alunos eram feitos em pequena escala e condiziam com a demanda econômica local, visto que Franca ainda era uma região rural. Esses objetos eram colocados à venda e, caso não fossem vendidos, ficavam guardados para a exposição de trabalhos do final do ano. Muitos móveis produzidos se encontram no Centro de Memória, outros estão em diversos lugares da escola, como os que faziam parte do mobiliário da Diretoria, em imbuia com entalhes belíssimos. O interesse pelos móveis era muito grande por parte da comunidade, as pessoas ficavam na fila à noite toda, para comprar o móvel de seu interesse. As exposições abriam às seis horas da manhã, o atendimento era por ordem de chegada, as filas eram enormes (GOMES, 2016). Este evento, que normalmente ganhava cobertura da imprensa, contava com a presença do Prefeito da cidade, de

autoridades locais, e era tido como uma vitrine da instituição, no qual toda sociedade local podia ver e comprar o que os alunos produziam. Os jornais locais sempre noticiavam o evento,

Após a abertura oficial em que foi oferecida uma lauta mesa de chá as autoridades e à imprensa, esteve patenteada ao público a belíssima exposição de trabalhos dessa escola em que se poderia notar o grande desenvolvimento adquiridos pelos alunos deste novo e já tão acreditado estabelecimento de ensino competentemente dirigido pelo professor Paschoal Salgado. Ali se viam esplendidos trabalhos de marcenaria, carpintaria, de sellaria, de pintura de talhe, de ferraria e de plástica que muito acreditam os dignos professores do grande estabelecimento. (AVISO DA FRANCA, 1925 *apud* BORINI, 2018, p. 320)

Um jornal local noticiou:

Como estava anunciado, realizou-se às 13 horas de domingo último a cerimônia inaugural da exposição de trabalhos dos alunos da escola profissional 'Dr. Júlio Cardoso', com a presença das altas autoridades, representantes da imprensa e outras pessoas especialmente convidadas Com a solenidade de todos os anos para cujo brilho nunca faltam o entusiasmo e a admiração do povo da Franca, teve lugar no dia 26 do mês findante a abertura da exposição dos trabalhos pedagógicos e confeccionados pelos alunos dos diversos cursos da escola profissional. (COMÉRCIO DA FRANCA, 1938 *apud* BORINI, 2018, p. 320)

Encontrou-se no acervo do Centro de Memória um livro de demonstração de vendas de artefatos de 1944, apresentava várias tabelas; percebeu-se que os artefatos produzidos pelos alunos podiam ser vendidos durante todo ano, de janeiro a dezembro, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Demonstração das vendas de artefatos, em 1944.

Mês	Valor (Cr\$)
Janeiro	1.174,00
Fevereiro	---
Março	64,00
Abril	130,00
Maio	136,00
Junho	121,00
Julho	160,00
Agosto	155,00
Setembro	93,00
Outubro	123,00
Novembro	505,00
Dezembro	3.016,00
Total em Cruzeiro/Cr\$	5.668,00

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

Os jornais locais sempre noticiavam as exposições com trabalhos de alunos da Escola Industrial (Figura 5):

A exposição de trabalhos estará aberta nos dias 26 e 27 dezembro, das 12 às 16 30 horas. Em virtude de impossibilidade da publicação completa dos trabalhos a serem expostos, levamos ao conhecimento dos interessados, apenas uma parte deles. Durante o ano, foram feitos outros trabalhos, que foram aproveitados na escola. Quanto às exposições e aos artefatos é bom lembrar: “As escolas, seguindo a orientação de ensino que lhes foi traçada, não tem a finalidade de produzir, porém exclusivamente, a de ensinar. Desde que seja possível, entretanto, conciliar as duas funções, a juízo dos serviços técnicos competentes da Superintendência do Ensino Profissional, caberá ao diretor fixar o preço aos produtos manufaturados para venda, de acordo com os elementos para isso fornecidos pelos mestres. (DIÁRIO DA FRANCA, 1948)



Figura 5 – Exposição de móveis produzidos pelos alunos, em 1945.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018.

O relatório anual de 1951 da Escola Industrial Dr. Júlio Cardoso cita a Exposição de Trabalhos de Alunos, informando que:

[...] Dia 11 de Dezembro foi inaugurada a Exposição dos trabalhos, para o que contou com a boa vontade de todos os funcionários desta Escola. Nessa mesma data, presentes várias autoridades civis e eclesiásticas, o Vigário da Paróquia, Frei Manuel Gonzales, procedeu à bênção dos pavilhões. A Exposição apresentou trabalhos de todas as seções, causando boa impressão entre os numerosos visitantes. A Seção Feminina apresentou ricos jogos, trabalhados pelas alunas; trabalhos da seriação; belos trabalhos de enfeite e de arte culinária. A Marcenaria apresentou, além dos trabalhos da seriação, dois ótimos conjuntos, uma copa e um dormitório. A Mecânica de Máquinas expôs quatro tornos de madeira e cinco furadeiras de bancadas, além dos trabalhos de seriação. A Fundição apresentou várias peças fundidas nesta Escola. (ESCOLA INDUSTRIAL DR JÚLIO CARDOSO, 1951)

Outras reportagens noticiavam a exposição na década de 1970,

Será aberto no próximo dia 16, sábado, às 19h30, a tradicional exposição de trabalhos confeccionados pelos alunos do Ginásio In-

dustrial “Júlio Cardoso” e do Colégio Técnico Industrial desta cidade, em suas próprias dependências. [...] Este ano, serão colocados à venda, a preços bem razoáveis, na terça-feira, os trabalhos feitos pelas seções de Marcenaria, Corte-Costura e Bordados, Economia Doméstica, etc. Vários artigos elaborados no Ginásio Industrial e no Colégio Técnico serão entregues à Inspeção Regional do Ensino Profissional, para posterior distribuição às escolas da rede onde serão utilizados. [...]” A exposição anual de trabalhos confeccionados pelos alunos de ambas as seções, foi organizada de acordo com os métodos educacionais aplicados em nossa instituição escolar. Obedecendo aos mais rigorosos e essenciais preceitos de limpeza, ordem e outros fatores pedagógicos, os trabalhos foram dispostos em lugares convencionais, permitindo assim, a sua perfeita visualização, da parte dos visitantes. Durante os dias de exposição, funcionou um pequeno Buffet a cargo da seção de Arte Culinária. Todos os doces, bolos, salgados e refrescos servidos, foram confeccionados pelas alunas do Estabelecimento, que desse modo fizeram uma demonstração concreta do aprendizado da Arte Culinária, tão importante para as futuras donas de casa. “A exposição sob todos os seus aspectos deixou ótima impressão no espírito dos visitantes, observando-se em tudo, perfeita ordem e disciplina”. (COMÉRCIO DA FRANCA, 1972)

Em depoimento, o ex-aluno e Professor Luiz Mozart Carreira (2018) faz referências ao processo de confecção de objetos no curso de Metalurgia e Profissionalização em Mecânica, (Figuras 6 e 7), que eram vendidos nas exposições, e sobre todo processo de transformação da matéria-prima:

As exposições eram realizadas nos finais de cada ano, participei de várias, como aluno e professor. Os objetos ficavam expostos em salas de aulas, cada uma com um curso, por exemplo: Corte e Costura, Rendas e Bordados, Mecânica, Marcenaria, etc. Os móveis maiores ficavam na própria oficina. Para chegar ao produto final, tinha um processo que começava no início de cada ano letivo, quando o professor de cada série já passava as tarefas. Em Metal Mecânica, os alunos realizavam as operações básicas de usinagem (tornerar as peças) em parafuso. Vários objetos eram produzidos individualmente ou em grupos, como as máquinas, a exemplo foi uma furadeira que pesava em torno de 220 quilos. Nas seções masculinas

eram produzidos: armários para banheiros, portas, toalhas, caixas para talheres, sapateiras, bancos para banheiro, saleiros, estantes, arcos de serra, trincos fechaduras, dobradiças, compassos de ponta, compassos de furo, esquadros, pega brasas, riscadores, alargadores, verificadores universais, porcas, morsa, ferramentas diversas, cilindro de pastel, etc. As peças que não eram vendidas, raro acontecer, eram reaproveitadas na oficina ou em outras áreas da escola". (CARREIRA, 2018)



Figura 6 – Exposição de objetos e máquinas, 1973.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

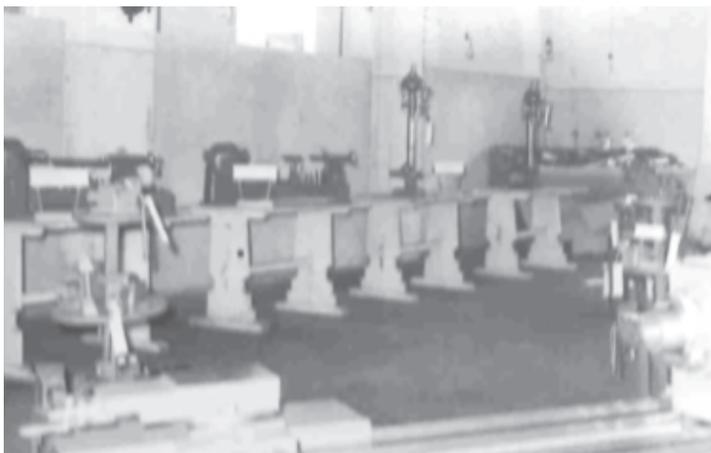


Figura 7 – Exposição de objetos e máquinas, em 1973.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018.

As exposições funcionaram desde o primeiro ano de inauguração da escola. Encontraram-se dois relatórios de 1940 e de 1942, que coincidem com a segunda Guerra Mundial, quando não houve exposição, porém não há documentos que justifiquem tal fato. Até hoje muitos egressos, ao visitarem o Centro de Memória, comentam da importância das exposições para os alunos e comunidade.

5. DISPENSÁRIO DE PUERICULTURA DA ESCOLA INDUSTRIAL DR. JÚLIO CARDOSO

O terceiro interesse da pesquisa foi direcionado para a prática da puericultura, tendo como ponto de apoio o Dispensário de Puericultura.

A puericultura, entendida como disciplina escolar, insere-se no estabelecimento de uma cultura escolar com uma dimensão de normatização dos saberes a ensinar e normas e práticas consolidadas ao longo do tempo no seio das instituições educativas, esta entendida por meio da definição de Dominique Julia (2001): [...] Um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e os comportamentos a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão e a assimilação dos saberes e incorporação destes comportamentos. [...].

Dentro dessa perspectiva, o ensino da puericultura tinha, como principal objetivo, reforçar relações e papéis familiares tradicionais, segundo os quais a educação da mulher teria como fim a vida doméstica, o cuidado dos filhos.

O relatório anual de 1940 traz que, no terceiro ano do programa de puericultura, foi cumprido à risca, a exceção referia-se à falta da parte prática, por não ter o Dispensário para realizá-las. No entanto, em 1942, o relatório anual cita a inauguração do Dispensário de Puericultura da Escola Industrial, (Figuras 8 e 9):

O Dispensário de Puericultura da Escola Industrial, foi inaugurado dia 27/08/1942, com o objetivo de fornecer alimentos adequados e medicamentos, gratuitamente às crianças reconhecidas necessitadas, bem como a implementação de práticas pedagógicas para a capacitação das alunas dos cursos femininos. (ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MISTA DR JÚLIO CARDOSO, 1942)

A Escola Profissional Secundária Mista Dr. Júlio Cardoso traz, nos relatórios anuais de 1942 e 1943, as seguintes descrições:

[...] julho 1942 – com a introdução da parte prática, apresentou melhores resultados. [...] Em 1943, com a instalação do dispensário, foi sanada uma grande deficiência no ensino prático dessa disciplina. Os resultados finais apresentaram elevados coeficientes, pois existiu mais ampla eficiente objetivação do ensino. 1943 – Relatório descreve que a comunidade sempre contribuía com donativos para o Dispensário de Puericultura. (ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MISTA DR JÚLIO CARDOSO, 1942, 1943)



Figura 8 – Consultório do Dispensário de Puericultura, em 1943.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018.



Figura 9 – Sala de espera do Dispensário de Puericultura, em 1943.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018.

Vários concursos de robustez foram realizados; para isso, havia a necessidade de patrocinadores que contribuíssem com os prêmios. No relatório anual de 1952, tem a seguinte descrição:

O Dispensário de Puericultura funcionava, desde o início, tendo o médico o Dr. Chafic Facury (1942 –1946) responsável, uma ex-aluna auxiliar Vera Simões e com turmas de alunas, que revezavam, fazendo a prática de puericultura. Além de leite (mameadeiras), ofereciam gratuitamente remédios. Vários concursos de Robustez foram realizados tendo como comissões organizadoras: a Legião Brasileira de Assistência, a Prefeitura Municipal, a Rádio Club Hertz, Delegacia de Ensino de Franca, o Posto de Puericultura, o Instituto de Proteção à Infância e Maternidade e Escola Industrial Dr. Júlio Cardoso. Para que o concurso fosse realizado havia a necessidade de patrocinadores que contribuíssem com os prêmios, o comércio da cidade entra com a contribuição através: da Casa Betarello, J. Pimenta, Jorge Kairala, Casa Comercial Higino Caleiro e as farmácias: Normal, Modelo, Santana. (ESCOLA INDUSTRIAL DR JÚLIO CARDOSO, 1952)

Vários documentos foram encontrados no acervo do Centro de Memória, como reportagens dos jornais: Diário da Franca, Comércio da Franca, Diário da Tarde. O jornal que mais contribuiu com a pesquisa foi o jornal Comércio da Franca, que anunciou Concurso de Robustez:

Concurso de Robustez. Vai premiar as crianças que revelem melhores condições físicas resultantes de cuidados maternos especiais. Distribuição de prêmios e certificados às crianças inscritas no Dispensário de Puericultura da Escola Industrial. (COMÉRCIO DE FRANCA, 1946)

Todos os anos a “Semana da Criança” era comemorada com palestras, entrega de certificados e prêmios para as crianças vencedoras do Concurso de Robustez. O jornal Comércio da Franca publicou no dia 16 de outubro de 1947, o resultado do concurso, promovido pelo Posto de Puericultura local, e apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Resultado do Concurso de Robustez, em 1947.

Grupo A	Classificação	Criança	Prêmio	Patrocinador
6 a 12 meses	1º lugar	João Miguel G. Pinheiro	Cr\$100,00	Farmácia Normal
	2º lugar	Vera Lúcia Miranda	Cr\$ 50,00	Farmácia Brasil
	3º lugar	Maria de Lourdes Funchal	Cr\$ 30,00	A. Seleta
	Menção honrosa	Luiz Carlos Rodrigues José Bexi Maria Ferreira Lúcia Maria Souza		
Grupo B	Classificação	Criança	Prêmio	Patrocinador
1 a 2,5 anos	1º lugar	Carlos Sérgio Ortiz	Cr\$100,00	Farmácia Modelo
	2º lugar	Djamir Dias	Cr\$ 50,00	Farmácia S. Sebastião
	3º lugar	Wilma Vargas Vieira	Cr\$ 30,00	Casa Betarello
	Menção honrosa	Leonor Aparecida Moreira Lúcia Euripa Lopes Zilda Maria Aleccio de Lima		
Grupo C	Classificação	Criança	Prêmio	Patrocinador
2,5 a 6 anos	1º lugar	Celina Tomaz da Silva	Cr\$100,00	Farmácia Santana
	2º lugar	Augustinho Silveira	Cr\$ 50,00	Farmácia S.Paulo
	3º lugar	José Carlos Oliveira	Cr\$ 30,00	Farmácia S.Paulo
	Menção honrosa	Marcos Luiz Moreira Eurípedes Silveira Tereza Gimenes Toralvo Antônio Bertolini Israel Martins Tristão		

Fonte: COMÉRCIO DE FRANCA, 1947.

Em 1947, no Concurso de Robustez, foi entregue um prêmio especial de Cr\$ 250,00, para a mãe Dona Palmira Braga Reite, que alimentou seu filho, Salvador Reite, exclusivamente no seio, durante os sete primeiros meses. Encontraram-se no

acervo documental do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso várias tabelas dos movimentos do dispensário de puericultura, nos relatórios anuais da direção, apresentadas no Quadro 3. Percebe-se, nesse quadro, que, nos anos de 1943, 1947 e 1948, o número de crianças eliminadas caíram de 26 para 8. Quanto às aulas oferecidas às mães, subiram de 14 para 32. As aulas práticas e teóricas ministradas às alunas teve um aumento considerável de 48, em 1943, para 200 aulas, em 1948.

Quanto ao movimento do lactário, destaca-se o número de consultas sobre alimentação, que passaram de 213, em 1943, para 267, em 1948. As mamadeiras oferecidas às crianças, nos três anos analisados, somaram a quantia de 68.173 frascos (as alunas que preparavam as mamadeiras) e apresentadas no Quadro 4. Quanto às consultas realizadas, foram 790 consultas nos três anos, 403 medicamentos fornecidos às crianças, em 1948, 14 atendimentos domiciliares, indicadas no Quadro 5.

Quadro 3 – Movimento do Dispensário de Puericultura na Escola Profissionalizante “Dr. Júlio Cardoso”, em 1943, 1947 e 1948.

CRIANÇAS ELIMINADAS	1943	1947	1948
Por Óbito	6	1	1
Por Desistência	9	1	7
Por Terminação	6	6	0
Por Abandono	5	1	0
TOTAL	26	9	8
AULAS ÀS MÃES	1943	1947	1948
Coletivas	6	15	12
Individuais	8	17	20
Total	14	32	32
AULAS ÀS ALUNAS	1943	1947	1948
Teóricas	11	30	20
Práticas	37	24	180
Total aulas	48	54	200

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018.

Quadro 4 – Movimento do Lactário do Dispensário de Puericultura na Escola Profissionalizante “Dr. Júlio Cardoso”, em 1943, 1947 e 1948.

MOVIMENTO DO LACTÁRIO	1943	1947	1948
Crianças matriculadas	12	12	16
Vieram do ano anterior	18	9	-
Matriculadas durante o ano	39	15	-
Consultas sobre alimentação	213	229	267
Mamadeiras Fornecidas			
Mistura Albuminoide	502	260	44
Leitelho	815	1.037	2.132
Leite diluído	24.444	12.499	21.563
Leite Integral	-	2.088	3289
Total de frascos fornecidos	25.761	15.384	27.028

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018.

Quadro 5 – Movimento do Dispensário de Puericultura na Escola Profissionalizante “Dr. Júlio Cardoso”, em 1943, 1947 e 1948.

MOVIMENTO DO DISPENSÁRIO	1943	1947	1948
Consultas	294	229	267
Injeções	25	55	120
Medicamentos fornecidos	97	96	210
Visitas domiciliares	-	-	14

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso, em 2018

Maria de Lourdes Parzewski foi aluna da Escola Industrial de 1947 a 1953, quando terminou o curso de Mestria (Corte e Costura) e deu o seguinte depoimento sobre o Dispensário de Puericultura:

Estudei em um período em que funcionava o Dispensário de Puericultura. Durante o período que estudei havia a disciplina

Puericultura que fazia parte das matérias dadas na escola, que eram ministradas só para alunas. Nas aulas se aprendia, a cuidar de bebê, do banho até as mamadeiras, eram aulas práticas. A professora era a Célia Polo Ortiz e Yarami. Eram ministradas quatro aulas semanais. O Dispensário da Puericultura que dava suporte para a parte prática e era muito bem cuidado por todos. O ambulatório do Dispensário estava sempre aberto e atendendo aos inscritos (crianças e mães). As aulas práticas eram supervisionadas pelo médico Dr. Chafic Facuri que era muito eficiente e responsável que dava atendimento às crianças, mães e alunas. A escola organizava atividades para as mães e crianças assistidas pelo dispensário. Eram gincanas e torneios, sempre participei muito. A disciplina sempre foi muito rígida. Era permitido tudo que não ferisse a dignidade de outro aluno. As avaliações eram escritas, orais e práticas. O aluno que não saísse bem nas avaliações era repreendido e reprovado. O uniforme era obrigatório e adequado de cada prática. Gostaria de agradecer essa escola maravilhosa. Porque aprendi para os meus filhos e netos. (PARZEWSKI, 2018)

6. BANDA MARCIAL DR. JÚLIO CARDOSO

O quarto interesse da pesquisa foi direcionado para a Banda Marcial Dr. Júlio Cardoso, que surgiu em abril de 1973, no contexto da ditadura militar no Brasil, portanto sua organização foi pautada de uma rigidez que era própria do contexto.

O Maestro e Professor Ronaldo Falleiros nos concedeu uma entrevista em que detalhou o cotidiano da Banda Marcial Dr. Júlio Cardoso. A escola já possuía uma fanfarras com 120 participantes; com a transformação em banda, passou para 70 integrantes. Essa base permaneceu e se tornou viável na maior parte do tempo de duração da banda. O processo de seleção de alunos para compor a Banda iniciava-se com a visita do diretor e maestro em todas as classes da escola e, em todos os períodos, a fim de convidar os alunos e alunas que tinham interesse em participar da corporação e as condições para serem integrantes da banda. Conforme se apresentavam, faziam-se testes de coordenação motora, assimilação com o instrumento mais condizente, dedicação, interesse etc. Por questões disciplinares e práticas de funcionamento, criou-se o regulamento que foi apresentado à direção, que acrescentou alguns tópicos como desempenho escolar, manutenção de horários, frequência, etc. Após a organização da Fanfarras, foi criado o regulamento e oficializado no dia 14 de junho de 1973, com doze artigos, e o sucesso de todos dependia do seu cumprimento:

1º) Fica instituído o Regulamento Geral da Fanfarra do Colégio Técnico Industrial Estadual de Franca, que é válido para o ano de 1973, e que tem como objetivo organizar a disciplina dos alunos componentes, num incentivo ao melhor aproveitamento possível dentro da Fanfarra e suas funções na escola. 2º) É responsável pela organização geral da Fanfarra, o professor instrutor, cabendo ao mesmo qualquer resolução no que diz respeito à mesma, como toques, evoluções, ensaios, apresentações, excursões, etc. 3º) A Fanfarra só poderá sair da escola para apresentações oficiais, mediante aprovação do Diretor. 4º) Cabe ao professor responsável pela Fanfarra a formação de uma diretoria composta de departamentos, para melhor auxiliar na distribuição dos trabalhos. Também é da responsabilidade do instrutor a escolha ou o afastamento dos elementos escolhidos para essas funções. 5º) Qualquer elemento que tomar decisões próprias dentro da Fanfarra será responsabilizado por tal e fica sujeito às punições da Direção. 6º) O aluno que possuir duas faltas consecutivas sem justificativas nos ensaios ou aulas teóricas, será automaticamente desligado e substituído. 7º) Os atos de insubordinação ou indisciplina serão levados às resoluções do Diretor, como bater instrumentos nos corredores, estragos, etc. 8º) Em qualquer apresentação externa, cabe ao aluno resguardar o nome da escola, da Fanfarra ou mesmo da cidade. 9º) Em ensaios é completamente proibido o uso de cigarro, visto que possuímos peles de nylon e qualquer estrago nas mesmas acarretariam despesas que talvez o aluno não tenha condições de pagar. 10º) O aluno que possuir notas baixas, ou que não tenha aproveitamento e mesmo não se interesse às demais matérias escolares, será desligado. 11º) A cada dois meses, em data oportuna, serão conferidas medalhas aos melhores elementos, por disciplina, participação e trabalho. 12º) Este regulamento é válido a partir dessa data, depois de lido e aprovado pela Direção. (FALLEIROS, 2011)

Os integrantes da banda tinham alguns privilégios, como: quando faltar a ensaios se justificarem, ou quando em viagem em época de provas teóricas ou práticas das disciplinas do núcleo comum, como português, matemática ou da parte profissionalizante e não estarem presentes poderem realizá-las depois. As proibições limitavam-se a comentar fora da escola o que ensaiavam, chegarem atrasados em ensaios, burlar aulas, questionar desempenho de outros colegas. As regras de participação eram rigidamente cumpridas com base no Regulamento Geral. Ao longo da existência da banda, vários alunos foram suspensos e até expulsos pelo não cumprimento destas: falta de disciplina, na escola ou

na banda, falta aos ensaios sem justificativa, mau comportamento em excursões e até agressão (um caso apenas) quando uma aluna agrediu o regente, foi expulsa da escola depois de um conselho formado pela direção. (FALLEIROS, 2011)

Quanto aos ensaios, na primeira fase de fanfarras, eram realizados três vezes por semana, após o fim das aulas da tarde, entre 17h30 até às 19h. Com a Banda Marcial, os ensaios passaram a ser diários, cinco dias por semana, na fase em que a banda tinha muitos compromissos, ensaiavam nos intervalos das aulas da manhã e da tarde em sala fechada com os instrumentos melódicos. (Figura 10)



Figura 10 – Ensaio da Banda Marcial na quadra da escola, em 1973.

Fonte: Arquivo pessoal do maestro Falleiros, 1973.

Assuntos da primeira edição do jornal local:

A banda realizava ensaios diários, inicialmente na quadra da escola, que trazia muitos aborrecimentos para os vizinhos da escola, que apresentaram um abaixo-assinado ao jornal, pedindo que mudassem o local de ensaio, pois eles não aguentavam mais tanto barulho”. (DIÁRIO DA FRANCA, 1974)

Os uniformes, tanto da fanfarras quanto da Banda Marcial (Figura 11), sempre eram confeccionados dentro da própria escola, no Curso de Corte e Costura, e as alunas faziam uma “festa” quando os alunos iam tirar as medidas. As viagens eram sempre realizadas pelos convites que a banda recebia e aprovadas pela direção da escola, da mesma forma para participação de campeonato e concursos abertos. As apresentações na cidade eram

constantes, desde para receber autoridades ou inaugurações importantes. Atendendo a um convite especial do II Exército, a Banda Marcial Júlio Cardoso foi a primeira banda estudantil a apresentar-se dentro do plenário da Assembleia Legislativa do Estado São Paulo e nas ruas da cidade. (FALLEIROS, 2011)

Os ofícios de pedido de apresentação ou convites eram encaminhados à direção da escola que os aprovava ou não. Os concursos que a banda participava eram essenciais para o seu desenvolvimento técnico, principalmente quando traziam os títulos. No ano de 1976, a direção da escola criou uma diretoria independente para a banda, formada por pais de alunos da corporação para auxiliar suas necessidades junto à APM. Todos os segmentos da banda e/ou atividades eram discutidos e apoiados por essa diretoria, sempre em consonância com a direção da escola. (FALLEIROS, 2011)



Figura 11 – Apresentação da Banda Marcial em São Paulo, na Av. Paulista, em 1975.

Fonte: Acervo do maestro Falleiros, 1975.

A Banda Marcial Júlio Cardoso foi um dos maiores orgulhos no campo das atividades educacionais da escola e da cidade de Franca. Em 1974, era composta por 70 figurantes e, em seus quase dois anos ininterruptos de atividades, conquistou mais de 58 troféus em vários campeonatos do gênero, e nas mais distantes cidades do Estado de São Paulo e de estados vizinhos. O sucesso da banda levou a diretoria a pensar no sonho de gravar um LP, foi o que aconteceu e o sonho se tornou realidade. (FALLEIROS, 2011)

[...] Durante o último mês, o assunto dentro da Escola era gravar um disco. Muitas reuniões entre a Diretoria da Banda e da Escola, maestro e componentes. Trocaram ideias, mil sugestões foram apresentadas, falaram sobre a capa, repertório, patrocinadores e preço de venda. (FALLEIROS, 2011)

Para o disco, foi selecionado um repertório bem variado, músicas clássicas, folclóricas e populares, com a aprovação de todos envolvidos na gravação com arranjos do Maestro Ronaldo Falleiros. Após a gravação do LP, a banda seguiu com muitas apresentações em feiras, inaugurações, comemorações cívicas, participações em concursos, na cidade de Franca, região e outros estados. O que foi publicado na época é que a desativação da banda ocorreu devido a vários fatores: segundo a mídia local, a diretoria da escola alegava que a APM, que manteve financeiramente a banda e o ordenado do instrutor, aquisição de instrumentos novos e uniformes, se encontrava em dificuldades. O ex-instrutor da banda, Ronaldo Falleiros, preferiu não comentar sobre os fatos que levaram à extinção da banda, no auge do sucesso. Após um curto período de glória, em 1977, a Banda Marcial Júlio Cardoso encerrou suas atividades. (FALLEIROS, 2011)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, com a pesquisa realizada no acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, por meio da análise de vários documentos e matérias publicadas nos jornais locais, além de entrevistas concedidas por antigos docentes e egressos, foi possível constatar as práticas escolares, bem como o cotidiano do Internato Masculino, do Dispensário de Puericultura, da organização das Exposições Anuais e da Banda Marcial. Observou-se que a escola, no período pesquisado, de 1937 a 1977, sempre pautou pela organização das suas atividades e pela disciplina rígida.

No Internato Masculino, os alunos conviviam com as diferenças de condições sociais, econômicas e religiosas, mas havia predominância da amizade, solidariedade e respeito.

A disciplina de puericultura, ministrada em sala de aula ou pelo Dispensário de Puericultura para as alunas dos cursos femininos, tinha como principal objetivo reforçar relações e papéis familiares tradicionais, segundo os quais a educação da mulher teria como fim a vida doméstica, o cuidado dos filhos, reforçando, assim, o papel da mulher na sociedade da época.

As exposições anuais que ocorriam nos finais dos anos letivos, sempre reconhecidas pela organização, eram resultado de um árduo trabalho. Faziam parte do processo ensino-aprendizagem e evidenciavam as práticas pedagógicas, a dedicação dos alunos e professores e os resultados positivos merecedores de admiração do público.

A Banda Marcial, de 1973, mostrou sua grandeza com as apresentações, prêmios, troféus, diplomas, placas, que fizeram parte do cotidiano da famosa banda. Em seu curto período de existência revelou todo aparato prático-pedagógico desenvolvido durante os ensaios e dedicação do maestro e seus integrantes.

Com essa pesquisa, iniciou-se esse trabalho com a convicção de que os documentos analisados seriam importantes para compreender o cotidiano da escola e, com certeza, as práticas escolares foram claramente evidenciadas.

8. REFERÊNCIAS

AVISO DA FRANCA. **Abertura oficial da exposição de trabalhos da Escola Profissional de Franca**. Nov. 1925. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

BORINI, Joana Célia de Oliveira. Memórias do curso de marcenaria da Etec Dr. Júlio Cardoso. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Espaços, Objetos e Práticas**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018, p. 311-325.

BRANDÃO, José Augusto. **Entrevista com o ex-aluno concedida à professora Joana Célia de Oliveira Borini**, em 15 de abril de 2018. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

CARREIRA, Luiz Mozart. **Entrevista com o ex-aluno e professor concedida à professora Joana Célia de Oliveira Borini**, em 14 de abril de 2018. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018. Disponível em: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/historiaoraldocVer.php?cma=60&vol=5> Acesso em: 5 fev. 2021.

CERVILA, Antonio Carlos. **Entrevista com o ex-aluno concedida à professora Joana Célia de Oliveira Borini**, em 6 de junho de 2018.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Exposição de trabalhos dos alunos da escola profissional “Dr. Júlio Cardoso”**. Dez.1938. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Concurso de robustez**. Out.1946. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Resultado do concurso de robustez**. Out. 1947. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Tradicional exposição de trabalhos**. Dez. 1972. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Vizinhos da escola apresentaram um abaixo-assinado ao jornal**. Jun.1974. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Lançamento do 1º LP da Banda Marcial Júlio Cardoso**. Dez. 1976. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

DIÁRIO DA FRANCA. **Exposição de trabalhos**. Nov. 1948. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MISTA DR. JÚLIO CARDOSO. **Relatório anual de 1942**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MISTA DR. JÚLIO CARDOSO. **Relatório anual de 1943**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MISTA DR. JÚLIO CARDOSO. **Relatório anual de 1947**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MISTA DR. JÚLIO CARDOSO. **Relatório anual de 1948**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

ESCOLA INDUSTRIAL DR. JÚLIO CARDOSO. **Relatório anual de 1951**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

ESCOLA INDUSTRIAL DR. JÚLIO CARDOSO. **Relatório anual de 1952**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

FALLEIROS, Ronaldo. **Entrevista com o maestro concedida à professora Joana Célia de Oliveira Borini**, em 10 de maio de 2011. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

FALLEIROS, Ronaldo. **A História da Banda Marcial Júlio Cardoso 1974 a 1977**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

JÚLIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. n.º 1, 2001, no prelo.

LIMA, Cacilda Comássio. **Educação para o trabalho: a Escola Profissional de Franca (1924 – 1970)**. 2007. 153 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103124>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

PARZEWSK, Maria de Lourdes. **Entrevista com a ex-aluna concedida à professora Joana Célia de Oliveira Borini**, em 08 de abril de 2018, em sua residência, em Franca. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. Departamento do Ensino Profissional. **Processo nº 1804 de 29/07/1952**. Avaliação da quota calórica do internato. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. Departamento do Ensino Profissional. Processo. **Exposição de artefatos, 1951**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 20.571, de 14 de junho de 1951**. Autoriza o funcionamento de internato na escola industrial “Júlio Cardoso”, de Franca, da Superintendência do Ensino Profissional. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/Default.aspx?Data Publicacao=19510615&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=1>. Acesso em: 10 fev. 2018.

O ACERVO DE LIVROS RAROS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC GETÚLIO VARGAS

Camila Polido Bais Hagio
Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Memória da Escola Técnica Estadual (Etec) Getúlio Vargas começou a ser organizado quando a escola participou, juntamente com mais sete escolas, do projeto “Pesquisa sobre o Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo: Memória Institucional e Transformações Histórico-Espaciais”, o qual foi uma parceria entre o Centro Paula Souza (CPS), o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME/USP) e a Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), no período de 1998 a 2002, sob coordenação das Professoras Júlia Falivene Alves (Cetec/CPS) e Carmen Silvia Vidigal de Moraes (CME/FEUSP).

Neste período, contando com o trabalho de docentes e de alunos, foi possível separar, higienizar e identificar grande quantidade de material desde a fundação da escola em 1911 até a década de 1950, aproximadamente, para a formação do acervo inicial de nosso Centro de Memória. Este contava com um espaço físico exclusivo em nossa unidade até meados dos anos 2010, quando o espaço dedicado a ele foi desativado pela direção da unidade.

Apenas no final de 2016 acontece um movimento de retomada da organização do Centro de Memória, e a Etec Getúlio Vargas é integrada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (GPEMHEP/Cetec/CPS), criado em 2008 sob coordenação da Professora Maria Lucia Mendes de Carvalho.

Com o desmanche do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, o acervo ficou espalhado e totalmente desorganizado. O primeiro passo para o resgate de nosso Centro de Memória foi procurar localizar e identificar quais itens foram considerados para a organização de seu acervo. Dos critérios desta seleção, pouco material foi encontrado do projeto desenvolvido anteriormente. Baseado em um relatório síntese, um dos únicos

documentos encontrados relativos ao projeto anterior, e nas publicações realizadas no período, pode-se identificar a organização e a quantidade de itens de cada seção. Dentre as seções, optou-se por, inicialmente, catalogar os livros raros, contabilizados em 181 unidades, porém sem uma relação de títulos.

No desenvolvimento deste catálogo, uma questão importante que surgiu foi qual era o conceito de livro raro, dada a diversidade de datas, tipos e assuntos nos livros encontrados. O presente artigo pretende definir o conceito de raridade bibliográfica e identificar quais os critérios adotados para esta classificação dentro do acervo do Centro de Memória de Etec Getúlio Vargas, apresentando suas reflexões no “VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Concepções, Rupturas e Permanências”, no eixo temático Arquivos, Informação e Gestão de Documentos nas escolas e em seus Centros de Memória para estudos e pesquisas sobre a história da Educação Profissional, a história institucional e a história local.

2. CONCEITO DE LIVRO RARO

Quando se pensa em livro raro a ideia mais comum é que se trata de um livro antigo. Em alguns casos, um livro raro pode ser um livro antigo, porém a idade de um livro não é o único critério, além de não ser um dado essencial para esta classificação.

Retomando brevemente a história do livro, sabe-se que, deste o início das civilizações, o homem utilizou diversos recursos para registrar informações, sejam elas de caráter cotidiano, intelectual ou comercial. Dentre estes recursos, para o livro considera-se que houve um processo de evolução dos suportes, como apresenta Suelen Garcia Soares (2009, p.16), “da argila para o papiro, do papiro para o pergaminho, e do pergaminho para o papel”, diferenciando-se de uma civilização para outra, sendo que, para a civilização ocidental, o livro é tratado como objeto a partir da Roma Antiga.

Além do suporte, a maneira de registro também evoluiu. Primeiramente os livros eram manuscritos; somente no século XV, os livros passam a ser impressos quando surge a invenção do alemão Johan Gensfleisch Zur Lader, mais conhecido como Gutenberg. (SOARES, 2009, p.20)

No Brasil, a história do livro está relacionada com a colonização portuguesa, já que Portugal não permitia o desenvolvimento de indústrias em suas colônias, visando evitar prejuízos para as indústrias da metrópole. Assim, conforme indica Soares, “somente três séculos depois da invenção da imprensa e da chegada dos portugueses ao Brasil é

que se tem notícia da instalação de uma tipografia” (SOARES, 2009, p.24). Data de 1808, com a mudança do governo português para o Rio de Janeiro, a fundação da Imprensa Régia, a qual tinha por obrigação publicar a documentação oficial do Reino. E apenas após a proclamação da república, em 1822, espalham-se novas tipografias por todo o país, inicialmente com foco na impressão de jornais.

Isto posto, apesar da confecção de livros ser uma atividade muito antiga, não é a idade do livro o fator decisivo para torná-lo raro.

Segundo Márcia Carvalho Rodrigues (2006), o conceito de livro raro é uma questão difícil de responder, pois diversos fatores podem ser levados em consideração, como explica,

[...] de maneira bastante simplificada, pode-se dizer que livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele (por exemplo: imperadores, reis, presidentes), ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento (física, biologia, matemática e outras). Enfim, os elementos qualificadores envolvidos são diversos. (RODRIGUES, 2006, p.115)

Na literatura brasileira sobre este assunto, destacam-se dois estudiosos, Ana Virgínia Pinheiro¹ e Rubens Borba de Moraes².

Segundo Soares (2009, p.28), para Moraes, o que faz um livro ser raro é a sua procura. Em seu livro *O bibliófilo aprendiz*, uma espécie de manual, Moraes (2005) destaca algumas particularidades que devem ser observadas na consideração da raridade de um livro, como: sua procura, seu valor internacional, ser a primeira impressão de uma obra célebre, ter sido impresso por um tipógrafo famoso ou ter suas ilustrações feitas por um renomado ilustrador, sua procedência, anotações e assinaturas, ser uma obra censurada, entre outras.

Já para Pinheiro (1989), ainda segundo Soares (2009, p. 29), o conceito de raridade bibliográfica remete ao caráter artesanal da obra e aos seus aspectos bibliológicos, como

1 Ana Virgínia Pinheiro é bibliotecária da Biblioteca Nacional brasileira (BN), desde 1982, e Professora Adjunta da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), desde 1987. É Chefe da Divisão e Curadora de Obras Raras na Biblioteca Nacional. Currículo Lattes; CV: <http://lattes.cnpq.br/1451014589696902>

2 Rubens Borba de Moraes (1899 – 1986) estudou na Faculdade de Letras de Genebra, na Suíça, fundou o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, foi diretor da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e dedicou-se aos livros e à biblioteconomia. Também foi diretor da Biblioteca Nacional durante os anos 1940 e, ao final daquela década, assumiu a direção da biblioteca e do centro de informações da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos, cargo que ocupou por mais de dez anos.

por exemplo, inexistência de página de rosto ou de colofão (data e local de feitura), assinaturas, além de seu valor cultural e das características do exemplar.

Uma diferenciação bastante interessante dos conceitos de raro, único e precioso é feita por Pinheiro (1989 *apud* SOARES, 2009, p.29). Para esta estudiosa, raro é aquilo que é tratado sob esta acepção em qualquer lugar do mundo, único remete à ideia de “exemplar único conhecido”, revelando-se a existência de potencialmente raro, e precioso que abrange noções de posse e identidade.

Ainda segundo Pinheiro (2015),

Uma discussão perene no universo da Biblioteconomia de Livros Raros questiona o caráter do livro raro, único e precioso (Cf. PINHEIRO, 1989) como item de Biblioteca ou de Museu. Essa discussão foi desencadeada, provavelmente, no pioneiro *How to catalog a rare book*, de Paul S. Dunkin (1951, p. 85, tradução e grifos nossos), que afirmou que “o livro raro é um **objeto material** fascinante [...]. Quem o procura apenas para lê-lo pode satisfazer-se com um microfilme ou uma reimpressão. O fato de que o livro raro é um objeto material **deve ser a tônica de qualquer abordagem** sobre ele”. Na verdade, ao longo de sua obra, Dunkin reitera o caráter do livro raro destacado por Gabriel Peignot (1802, 1817), e ainda hoje considerado, sob o aspecto da Bibliografia e da Bibliologia; isto é, o livro raro como conteúdo (o livro que se lê) e como continente (o livro que vê), relevando respectivamente, a informação registrada e a informação material – aspectos indissociáveis, de fato, em qualquer forma de abordagem do livro raro, na Biblioteca ou no Museu.

Diante da variedade de critérios sobre raridade e a inexistência de um padrão que norteie sua determinação, torna-se necessário, portanto, sistematizar uma metodologia a fim de explicitar e justificar os critérios adotados para identificar livros raros dentro de uma coleção.

Na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Rio de Janeiro, os critérios comumente empregados para a qualificação de obra rara são apresentados na Ordem de Serviço 12/1984, assinada em 25/09/1984 pela Diretora da FBN Maria Alice Barroso, baseada nos critérios de raridade elaborados pela Comissão para qualificação de obra rara da FBN, e são os seguintes:

- a) Todas as impressões dos séculos XV, XVI e XVII;
- b) Impressões do século XVIII até 1720;
- c) Obras editadas no Brasil até 1841;

- d) Edições de tiragens reduzidas;
- e) Edições especiais, de luxo, para bibliófilos;
- f) Edições clandestinas;
- g) Obras esgotadas;
- h) Exemplares de coleções especiais, em geral com belas encadernações e “ex-libris”;
- i) Exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo-se dedicatórias. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2012)

Vale ressaltar que estes critérios são exclusivos para a Biblioteca Nacional.

Como afirma Rodrigues (2006, p.115), com a atual falta de uma política nacional que oriente a identificação e a qualificação de acervos raros, cabe a cada instituição elaborar particularmente seus próprios critérios e procedimentos, estes, por sua vez, podem ser baseados nas experiências de outras instituições.

Em sua obra *O que é livro raro?* (1989), Ana Virginia Pinheiro sugere critérios norteadores que podem ser utilizados ou adaptados às realidades de cada instituição. Recomenda a consideração dos seguintes aspectos:

- Limite histórico: observar, por exemplo, os períodos que caracterizam a produção artesanal de impressos, bem como a fase inicial da imprensa em determinado lugar;
- Aspectos bibliológicos: observar aspectos como a presença de ilustrações produzidas artesanalmente, os materiais utilizados para a confecção do suporte na impressão, como tipo de papel, emprego de pedras ou materiais preciosos na encadernação;
- Valor cultural: observar as publicações em pequenas tiragens, personalizadas, censuradas, expurgadas, as primeiras edições etc.;
- Pesquisa bibliográfica: existem dicionários e enciclopédias bibliográficos especializados nesse tipo de publicação, que apontam certas peculiaridades da obra, como preciosidade e raridade;
- Características do exemplar: observar as características particulares do exemplar que se tem em mãos, como a presença de autógrafo ou dedicatória de personalidade importante, marcas de propriedade e outros. (PINHEIRO, 1989 *apud* RODRIGUES, 2006, p.116)

Um outro exemplo para a qualificação de livros raros são os critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul, apresentados na dissertação de Márcia Carvalho Rodrigues (2007), sendo eles:

1. Livros impressos fora do Brasil até 1800;
2. Livros impressos no Brasil até 1860;
3. Livros impressos na região colonial italiana do Rio Grande do Sul até 1914;
4. Edições de tiragem reduzida e/ou limitada até 300 exemplares;
5. Edições especiais;
6. Edições personalizadas;
7. Edições de luxo;
8. Exemplares com anotações manuscritas de importância;
9. Exemplares que, comprovadamente, pertenceram a personalidades importantes;
10. Edições censuradas;
11. Edições clandestinas;
12. Edições esgotadas;
13. Manuscritos;
14. Trabalhos monográficos originais elaborados por personalidades importantes;
15. Trabalhos monográficos originais elaborados pelos antigos proprietários dos fundos da Seção de Coleções Especiais da Biblioteca Central;
16. Obras citadas em fontes bibliográficas fidedignas.

A autora explica que existe a possibilidade de combinação de critérios e, dada a diversidade do acervo, novos critérios podem ser acrescentados no futuro. Após o estabelecimento destes critérios, foi dado o início à catalogação dos livros raros da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul.

3. O ACERVO DE LIVROS RAROS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL GETÚLIO VARGAS

Conforme comentado no início do artigo sobre o projeto “Pesquisa sobre o Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo”, desenvolvido na Etec Getúlio Vargas de 1998 a 2002, foram higienizados, embrulhados em papel neutro e acondicionados em caixas (Figura 1) os livros considerados raros para a formação do acervo de nosso Centro de Memória.



Figura 1 – Caixas com os livros raros no Centro de Memória provisório da Etec Getúlio Vargas.

Fotografia: Camila Polido Bais Hagio, em março, 2018.

Após muito anos de inatividade, uma das atividades de retomada do Centro de Memória foi listar e identificar os livros denominados raros, visto que existia a seção livros raros no organograma desenvolvido para a escola durante o projeto anterior, porém nenhuma lista com a relação de títulos foi encontrada, assim como não estava claro quais foram os critérios para a definição de raridade destes livros.

Segundo a Professora Nilza Camargo, que atuou na fase inicial do projeto, os livros considerados raros estavam na Biblioteca da Etec Getúlio Vargas e foram transferidos para o Centro de Memória, quando se iniciou o processo de higienização. Eram os livros mais antigos, que vieram da Escola Profissional Masculina (primeira denominação de nossa escola, quando ainda estava instalada no bairro do Brás) de assuntos relacionados aos antigos ofícios ou disciplinas, editados, por vezes, em outro idioma ou em língua portuguesa antiga, sem as novas ortografias.

Em contato com a Bibliotecária Gilmeire Andrade de Paula, a maior parte dos livros transferidos já estavam separados em duas estantes de madeira e vidro desde que ela começou a trabalhar na biblioteca, em 1985. Estas estantes fazem parte do mobiliário que vieram na mudança da escola da Rua Piratininga, no Brás, para o prédio atual, no bairro do Ipiranga, e podem ser identificadas em fotografia da biblioteca do Relatório de Direção de 1926, elaborado pelo fundador e primeiro diretor da escola Aprígio de Almeida Gonzaga. (Figura 2)



Canto da Bibliotheca escolar, que conta cerca de 3.000 volumes, fundada e mantida pela associação dos alumnos.

Figura 2 – Biblioteca da Escola Profissional Masculina da Capital
Fonte: Relatório de direção elaborado por Aprígio Gonzaga (1926),
Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018

Alguns outros livros, a Bibliotecária Gilmeire encontrou nas salas destinadas ao curso de Mecânica e encaminhou para o Centro de Memória. Havia uma lista dos livros transferidos para o Centro de Memória, mas esta não foi encontrada pela funcionária.

No livro “Inventário de Fontes Documentais – Contribuição à pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo”, publicado em 2002, fruto das pesquisas desenvolvidas no projeto coordenado pelas Professoras Júlia Falivene Alves e Carmen Silvia Vidigal de Moraes, encontramos como acervo da biblioteca o número de 181 livros raros, com datas variando de 1872 a 1950, somando um total de 82.606 folhas. (MORAES; ALVES, 2002, p.95)

Com estas informações, deu-se início à abertura das caixas para a elaboração de uma relação dos livros raros. Até o momento da redação deste artigo foram abertas, parcialmente higienizadas e com seu conteúdo fotografado, 30 caixas, de um total de 47 caixas identificadas como acervo de livros raros, e estão relacionados em um banco de dados 89 livros das caixas já manuseadas. As caixas estão divididas por assuntos, sendo eles: administração, agricultura, arquitetura e urbanismo, biologia/ciências da

saúde, construção civil, desenhos e pintura, dicionários, direito, diversos, educação, elétrica, enciclopédias, engenharia civil, física, geologia, língua portuguesa, marcenaria e carpintaria, matemática, mecânica, nutrição, psicologia/sociologia/filosofia, química, saneamento e hidráulica, serralheria, tecelagem e topografia.

Pretende-se fazer desta relação um catálogo virtual com acesso público via site da Etec Getúlio Vargas. Desta proposta surgiu a questão de qual é o conceito de livro raro e, como visto no item anterior, este conceito encontra-se bastante aberto, cabendo a cada instituição elaborar seus próprios critérios e procedimentos.

Muitas foram as descobertas na confecção da lista dos livros de nosso acervo, as quais poderão proporcionar os devidos critérios de raridade para o nosso acervo.

Um primeiro elemento de interesse são os carimbos constantes nos livros. Em quase todos os livros analisados são encontrados carimbos, sendo o número de carimbos bastante variável. (Figura 3)

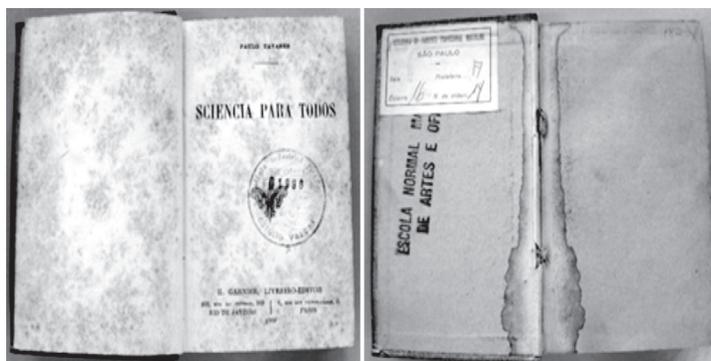


Figura 3 – Carimbos na contracapa e folha de rosto do Livro *Sciencia para todos* (1909)
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

Da análise destes carimbos pode-se reconhecer em qual época o livro pertenceu à biblioteca, já que os carimbos acompanham as mudanças de nome por que a escola passou ao longo de mais de 100 anos de história.

Em 28 de setembro de 1911, por meio do Decreto nº 2.118-B, a escola é fundada com o nome de Escola Profissional Masculina da Capital, funcionando em um prédio alugado na Rua Muller, número 04, no bairro do Brás. Com esta primeira denominação, encontramos dois carimbos, um sendo um carimbo marca d'água com alto relevo em formato circular com o brasão do Brasil ao centro (Figura 4), e outro sendo um carimbo de tinta em formato oval, também com o brasão do país ao centro. (Figura 5)

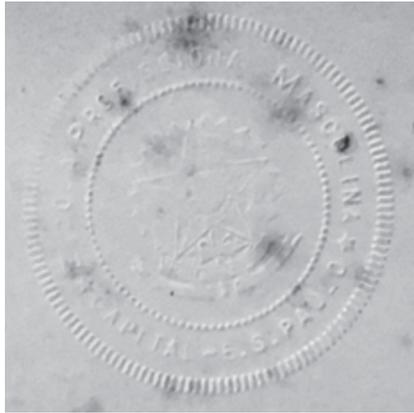


Figura 4 – Carimbo marca d’água da Escola Profissional Masculina
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.



Figura 5 – Carimbo da Escola Profissional Masculina
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

Em vários livros encontramos um carimbo com o nome de Escola Normal Masculina de Artes e Ofícios, conforme mostra a Figura 6, porém, baseado nos decretos oficiais sobre as mudanças de nome da escola, não foi encontrada esta nomenclatura para nossa escola. Verifica-se que a Escola Profissional Feminina da Capital fundada e organizada pelo mesmo decreto que a Escola Profissional Masculina, em 1911, denominou-se, durante o período de 1931 a 1933, Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios, por meio do Decreto nº 4.929 publicado em 13 de março de 1931 (CARVALHO, 2016, Clube de Memória XXIV). Nenhuma menção é feita à escola masculina neste decreto.

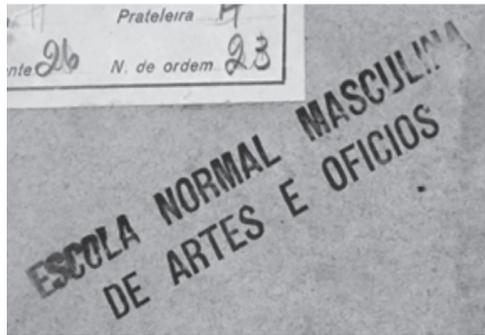


Figura 6 – Carimbo da Escola Normal Masculina de Artes e Ofício
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

Em 27 de janeiro de 1931, o Decreto nº 4.853 converte a Escola Profissional Masculina da Capital em Escola Profissional e Industrial de São Paulo, sendo que, desde 1917, a Escola estava estabelecida em um edifício próprio, localizado na Rua Piratininga, números 95 e 105, no mesmo bairro.

Dois anos depois, a escola é convertida em Instituto Profissional Masculino da Capital, por meio do Decreto nº 5.885, de 21 de abril de 1933. Deste período, encontramos um selo com o nome da escola e a localização dos livros em sua biblioteca e um carimbo com o nome de Instituto Profissional Masculino exemplificado na Figura 7. Alguns livros contêm ambas as identificações, outras apenas o selo, o que se mostra mais comum nos livros relacionados até o momento, em detalhe na Figura 8.

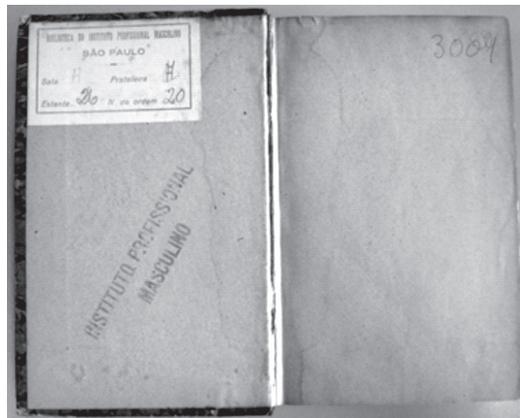


Figura 7 – Selo e carimbo do Instituto Profissional Masculino
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.



Figura 8 – Detalhe do selo colado nos livros do Instituto Profissional Masculino
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

Outro carimbo que provavelmente remete aos anos iniciais é um carimbo circular com a denominação Departamento do Ensino Profissional – Biblioteca (Figura 9). Apenas no ano de 1971, com a extinção do Departamento de Ensino Técnico do Governo do Estado de São Paulo, as Escolas Técnicas passam para a rede de Ensino Básico da Secretaria de Educação.



Figura 9 – Carimbo do Departamento do Ensino Profissional
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

A denominação de Escola Técnica Getúlio Vargas acontece em 1943, por meio do Decreto nº 13.178, publicado no dia 07 de janeiro daquele ano, provavelmente devido a duas visitas oficiais realizadas no ano de 1940 pelo presidente em exercício Getúlio Vargas.

No ano de 1964 a escola é dividida em três unidades (Decreto nº 43.182), ocupando três novos endereços. A única que ficou com a denominação de Escola Técnica Getúlio Vargas foi a unidade do Ipiranga, localizada na Rua Clóvis Bueno de Azevedo, número 70. Segundo o Decreto nº 44.533, de 18 de fevereiro de 1965, a escola passa a denominar-se Colégio Industrial Estadual Getúlio Vargas e encontramos muitos livros com um carimbo com esta denominação conforme mostra a Figura 10.

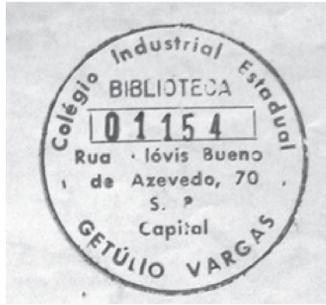


Figura 10 – Carimbo do Colégio Industrial Estadual Getúlio Vargas
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

Nos anos de 1970 é instituída a intercomplementaridade na escola, que passa a se chamar Centro Estadual Interescolar Getúlio Vargas. Em 05 de fevereiro de 1982, é publicado o Decreto nº 18.421, que altera as denominações e integra unidades escolares ao Centro Estadual da Educação Tecnológica Paula Souza. A escola é integrada e passa a denominar-se Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas. Desta integração ao Centro Paula Souza tem-se o carimbo abaixo em alguns livros. (Figura 11)

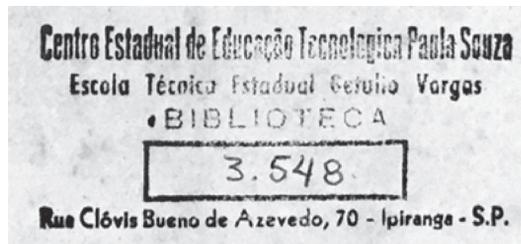


Figura 11 – Carimbo da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas integrada ao Centro Paula Souza
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

Em abril de 2007, por meio de um decreto do Governador do Estado de São Paulo, as Unidades de Ensino Técnico e Tecnológico do Centro Paula Souza passam a denominar-se Etecs e, atualmente, fazem parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Visando elencar critérios de raridade, uma segunda informação interessante pode ser considerada: as anotações manuscritas de importância, como assinaturas e dedicatórias. Como exemplo, foi encontrado um livro doado para a escola aos cuidados do diretor Aprígio de Almeida Gonzaga. (Figura 12)

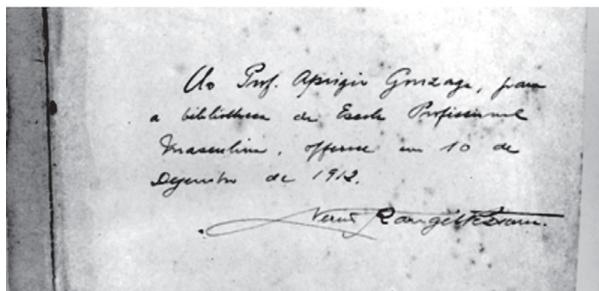


Figura 12 – Anotação de doação de livro para a biblioteca da Escola Profissional Masculina (1912)
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

Em muitos livros encontramos assinaturas remetendo a quem pertenceu tal objeto.

Um outro critério de raridade que poderá ser considerado, como em outras instituições, são as edições de luxo. Para exemplificar, faz parte de nosso acervo o livro “O Ensino Technico-Profissional e Doméstico em São Paulo”, de autoria do Superintendente Horácio da Silveira, publicado em 1935. Este livro tem capa de madeira e a lombada em couro. (Figura 13)



Figura 13 – Livro com capa em madeira e lombada em couro, possível edição de luxo
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2018.

Do critério de idade do livro, o livro mais antigo, relacionado até o momento, intitula-se “Insectos y Pájaros”, publicado em 1895, em Paris pela editora Garnier Hemanos Libreros Editores, na língua espanhola.

Dos 89 livros listados, tem-se que a maior parte concentra-se na década de 1910, anos iniciais da Escola Profissional Masculina. Muitos deles não têm data de publicação. No gráfico abaixo, podemos observar a distribuição dos anos de publicação dos livros de nosso acervo que foram relacionados até o momento. Isto pode auxiliar na colocação de limites temporais e na formação de critérios de raridade para nosso catálogo de livros raros. (Figura 14)

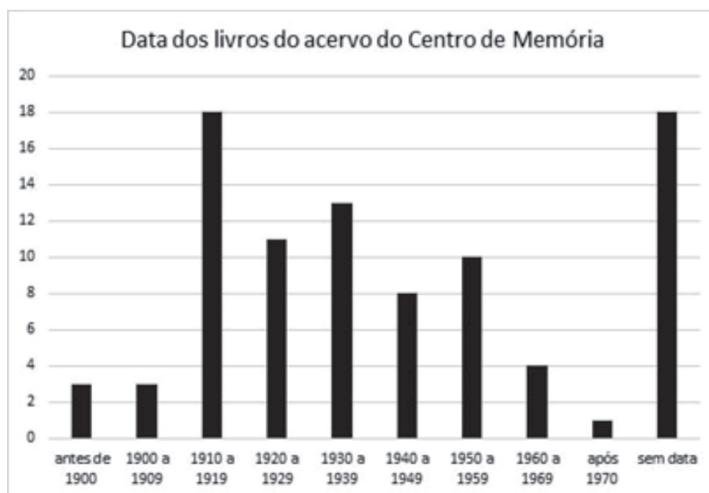


Figura 14 – Gráfico com quantidade de livros por data de publicação.

Fonte: Elaborado pela autora, em 2018.

Como nem todas as caixas foram abertas e os livros identificados, os números tendem a crescer, e um novo estudo deverá ser realizado. Vale ressaltar que muitos livros estão bastante danificados, somada a idade deles, a última higienização realizada havia sido do projeto anterior, assim já se passaram quase 20 anos.

A preservação deste material deve ser uma preocupação constante dos acervos para a salvaguarda de material tão precioso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas pesquisas realizadas sobre o conceito de livros raros, pode-se apurar que não existe um critério nacional estabelecido para esta classificação, cabendo a cada instituição formalizar seus próprios procedimentos, muitas vezes baseados nas experiências de outros

museus e arquivos e em instituições que estudam e norteiam as discussões sobre o assunto, como a IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions), federação esta que orienta e estabelece o padrão da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada, conhecida amplamente por ISBD, necessária atualmente na publicação de livros.

Durante a pesquisa também se tomou conhecimento de uma escola de livros raros chamada de *Rare Book School*, localizada na Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, comprovando a complexidade do assunto.

Para o Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas cabe estabelecer seus critérios de raridade e formalizar seu catálogo de livros raros, visando contribuir para a valorização e preservação da história do ensino profissional em nosso país, guiado pelas considerações de Ana Virgínia Pinheiro (2015),

Vale dizer que a missão da curadoria de livros raros vai além da guarda do registro; pressupõe a ação pró-ativa de salvaguarda, isto é, envolve políticas de preservação que contemplam a materialidade do registro (conservação, restauração, acondicionamento, armazenamento, inventário e segurança), alcançam o conteúdo (microfilmagem, digitalização, reedição, descrição e disponibilidade), e se estendem através de iniciativas que estimulem o sentido de pertencimento da coleção (exposições, oficinas, seminários, visitas técnicas, entrevista de referência, atendimento remoto, edições fac-similares, parcerias – institucionais e interinstitucionais), concretizando e multiplicando possibilidades de acesso e de discernimento, alicerçadas no fundamento de que informação preservada é informação difundida.

5. REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL. (Brasil). **Crítérios de Raridade da Fundação Biblioteca Nacional**. Apresentação. 2012. Disponível em:

<https://www.bn.gov.br/producao/documentos/criterios-raridade-fundacao-biblioteca-nacional>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. **Clube de Memórias XXIV**. O inventário como instrumento de proteção do Patrimônio Histórico Educativo e do Patrimônio Cultural e Tecnológico no Centro Paula Souza (2015). Disponível em:

http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/clube_memoriaxixi.pdf. Acesso em: 27 jun. 2018.

CREVILARI, Vinicius. Biblioteca Brasileira lança livro sobre Rubens Borba de Moraes. **Jornal da USP**, 09 de mar de 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/biblioteca-brasiliana-lanca-livro-sobre-rubens-borba-de-moraes/>. Acesso em: 27 jun. 2018.

GONZAGA, Aprígio. Escola Profissional Masculina da Capital. **Relatório do ano de 1926**. Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.

GONZAGA, Aprígio. Escola Profissional Masculina da Capital. **Relatório do ano de 1927**. Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene (org.). **Escolas públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens** (álbum fotográfico). São Paulo: Centro Paula Souza, 2002a.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene (org.). **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: Inventário de fontes e documentos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.b

PINHEIRO, Ana Virgínia. Livro raro e sustentável. **Revista Museu**, 18 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2015/3098-livro-raro-e-sustentavel.html>. Acesso em 27 jun. 2018.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. **Livros raros na Universidade de Caxias do Sul** (identificação e catalogação descritiva). Dissertação. Universidade de Caxias do Sul, 2007.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a12.pdf. Acesso em 27 jun. 2018.

SOARES, Suelen Garcia. **Organização e preservação de livros raros na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Monografia. Universidade de Brasília, 2009.

O ESPAÇO DA MEMÓRIA ENTRA PARA A HISTÓRIA: RETRATOS DA TRAJETÓRIA DO CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC FERNANDO PRESTES

Daniele Torres Loureiro. Ivani Torres Braghetti

Escola Técnica Estadual Fernando Prestes

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo principal retratar a trajetória do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual (Etec) Fernando Prestes, o qual foi constituído em 1997 e está completando 21 anos. Em função deste especial período e da preocupação em preservar as duas décadas de memória deste importante espaço escolar, pretende-se expor uma breve introdução sobre o processo de criação dos Centros de Memória nas Etecs do Centro Paula Souza, entre eles, o que é objeto deste estudo; descrever sobre os trabalhos desenvolvidos e desafios enfrentados pelos professores curadores deste espaço na Etec Fernando Prestes: Stella Maris Cano Ronzani, Rosemari Santos de Paula, Oswaldo Luiz Casconi, Daniele Torres Loureiro, Renata Alves de Lima Brosco, Ivani Torres Braghetti e José Francisco da Rocha, ao longo do período delimitado.

O artigo tem caráter descritivo; a pesquisa foi embasada por meio de dados coletados em relatórios e em algumas anotações manuscritas sobre os trabalhos elaborados pelos professores curadores ao final de seus projetos; nos registros iconográficos que retratam atividades, visitas, entrevistas, entre outras ações ocorridas neste espaço de tempo e em materiais bibliográficos que abordam a importância da preservação da história das organizações escolares.

Como resultados, o trabalho salienta a importância dos Centros de Memória e dos trabalhos desenvolvidos por seus membros como contributo para a preservação da história da instituição e da Educação Profissional.

2. FATORES QUE IMPULSIONARAM A ORIGEM DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A história da educação ganha destaque na década de 1980. Nas palavras de Magalhães (2004), a criação das licenciaturas em ciências da educação, na década de 1980, gerou uma identidade epistêmica e houve um reconhecimento da educação como campo interdisciplinar e como território e objeto de investigação e de ação, fazendo com que a história da educação fosse evoluindo numa segmentação da história cultural e política, num processo integrado de uma historiografia social e cultural para produção e formação do conhecimento científico.

Furtado (2011) complementa estas colocações quando expõe que as pesquisas nesta área “anteriores à década de 1990, privilegiavam as políticas públicas e a evolução das ideias pedagógicas, muito pouco tratava das práticas escolares, dos alunos e dos professores.”

Na década de 1990, outro cenário passou a se configurar na historiografia educacional brasileira, uma vez que muitos pesquisadores da área passaram a questionar as temáticas tidas como legítimas nos anos de 1970 e 1980, ao criticar os estudos sobre sociedade e educação, os quais não conseguiam abarcar sua complexidade e diversidade dos temas investigados. Isso fez com que os pesquisadores da área de História da Educação passassem a se dedicar a outra proposta de estudo voltada a um pluralismo epistemológico e temático, capaz de privilegiar a investigação de objetos singulares. É justamente nesse contexto, marcado por mudanças e renovações, que os temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares emergem como temas privilegiados e valorizados. (NOSELLA; BUFFA, 2008 *apud* FURTADO, 2011)

Diante deste contexto, a história da instituição escolar passa a ser vista com maior relevância e aspectos como sua criação, origem; o cotidiano da escola; a organização do espaço, sua arquitetura; mudanças ocasionadas por reformas; estrutura organizacional: administrativa e pedagógica; alunos e suas características sociais; a estrutura curricular assim como os métodos e instrumentos utilizados no processo de ensino aprendizagem; além normas internas, cultura escolar e atividades culturais promovidas ou que a instituição participou: festas, desfiles, confraternizações etc. (NOSELLA; BUFFA, 2008, p.16 *apud* FURTADO, 2011) passam a ser importantes objetos de estudo no campo de pesquisa da história da educação.

Rossi (2017) ainda complementa que:

[...] a construção da História da Educação acontece pelas formas de representação que as pessoas dão aos fatos e pela maneira como elas manifestam suas formas de fazer, trabalhar, ensinar, através dos registros documentais que vão deixando ou através das histórias que vão contando. (ROSSI, 2017, p. 113)

Ainda na pesquisa de Furtado (2011), sobre a importância dos acervos escolares, a autora menciona que as políticas de guarda e preservação eram precárias ou inexistentes, apesar da consciência de que “a história das instituições educacionais é facilitada quando a escola mantém o seu arquivo histórico organizado. (PEREIRA, 2007 *apud* FURTADO, 2011)

Frente a esta realidade e diante da necessidade de novas fontes para retratar a história da educação, as instituições de ensino e pesquisadores da área passam a empreender um esforço para formar locais de preservação para os documentos históricos. Seguindo esta tendência, no final da década de 1990, originam-se os Centros de Memória nas Escolas Técnicas Profissionais mais antigas do Estado de São Paulo. Projeto este que foi iniciado na Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec), coordenado pela Professora Julia Falivene Alves, sob a orientação e coordenação da Professora Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, do Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

O propósito inicial deste projeto era oferecer subsídios e contribuir com estudos e pesquisas voltadas à educação escolar e ao mundo do trabalho, por meio da identificação, sistematização dos conjuntos documentais disponíveis nas Escolas Técnicas do Centro Paula Souza, o qual, por sua vez, desde 2008, teve sua continuidade por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPHEM), liderado pela Professora Maria Lucia Mendes Carvalho. Em decorrência, de todas essas ações, em 1997, foi formado o Centro de Memória da Etec Fernando Prestes.

3. A TRAJETÓRIA DO CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC FERNANDO PRESTES AO LONGO DAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Em entrevista realizada em 23 de maio de 2018, com a Professora Leila T. Rolin de Almeida, que foi diretora da Etec Fernando Prestes nos anos de 1990, ela nos contou

que recebeu um convite para participar de um projeto novo do Centro Paula Souza sobre a “Historiografia das mais Antigas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo” e, então, pediu à Professora Stella Maris Cano Ronzani que participasse das reuniões para conhecer mais a fundo sobre o que se tratava a proposta.

3.1. Implantação e desenvolvimento do projeto de Historiografia na Etec Fernando Prestes (1997)

No primeiro relatório estudado, o qual foi elaborado pela Professora Stella Maris Cano Ronzani, de 20 de novembro de 1997, ela descreve: “As experiências e conhecimentos a respeito da ETE Fernando Prestes vêm desde 1989 [...]” (RONZANI, 1997).

Nesta pesquisa, entendeu-se que, ao dar início ao projeto, foi solicitado aos participantes que contassem o que sabiam sobre a história da instituição. No relato de Ronzani (1997), ela cita que seu primeiro contato com a história da escola iniciou-se em 1989, por ocasião dos preparativos para a comemoração dos 60 anos da instituição, quando foi realizado o tradicional “Chá de Santo Antônio”, que, naquela ocasião, completava 40 anos. Ronzani (1997) complementa que as comemorações contaram com apresentações culturais: dança, teatro e música, e que o superintendente do Centro Paula Souza à época, esteve presente no evento. A professora-pesquisadora na Etec Fernando Prestes também se aprofundou nos dados históricos para organizar uma exposição de fotos na praça de eventos de um shopping da cidade por ocasião das comemorações dos 65 anos da escola.

Durante o ano de 1997, como atividades do projeto “Historiografia”, Ronzani (1997) cita o recebimento de materiais para embasar os trabalhos como: a “tese de doutoramento” da Professora Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes e o livro “A voz do passado história oral” de Paul Thompson. Destaca encontros com a coordenação realizados na Cetec e a apresentação de painéis de fotos organizados pelos professores-coordenadores no projeto, que aconteceu em agosto de 1997. Relata ainda a localização de documentos como livros de chamada; recortes de Diário Oficial, prontuários, entre outros materiais em boas condições de pesquisa; a realização de entrevistas com ex-professores (Luis Almeida Marins – Professor de Educação Física da Escola Profissional Mista de Sorocaba e o primeiro a ministrar esta disciplina na cidade; Professora Maria Atie que ministrou “Educação Doméstica”) e ex-alunos (Isabel Crespo Wei; Paulo Afonso “curso de marcenaria da década de 30” e Afonso Celso de Oliveira do mesmo curso e autor da obra “ Tudo começou na Escola Profissional”). Destaca ainda que essas entrevistas tinham o propósito de coletar informações a partir de

imagens e contribuir com a exposição organizada para o encerramento do projeto daquele ano, denominada: “Contando uma História”.

Entre os desafios enfrentados, Ronzani (1997) cita a falta de disponibilidade de outras pessoas com quem fez contato em cooperar com as entrevistas. Também sobre este trabalho, comenta alguns “erros” cometidos como interromper o entrevistado; falar excessivamente e esquecer de colocar o gravador para funcionar. Outro dado relatado e que se considerou importante de ressaltar foi o modo como o novo projeto foi divulgado na escola e na cidade: “A divulgação do projeto foi feita através do jornal da escola; com os alunos comentando o projeto em sala de aula, pela imprensa local – Jornal Cruzeiro do Sul, 19.10.97. Mas a divulgação maior será através do museu no saguão da escola [...]”

Constam ainda no relato a busca de parceria junto à Secretaria da Educação e Cultura para fomentar o projeto; a intenção de trabalhar, junto ao professor da nova disciplina “Ética e Cidadania”, a história da escola, por meio de pesquisas.

Como resultado maior do projeto e atendendo a um pedido da direção da escola “O sonho de ter um museu na ETE”, no ano de 1997, foram elaborados 22 cartazes e colados sobre vidros, retratando a história da antiga “Escola Profissional Mista de Sorocaba”. Esta exposição perdura no saguão da escola até os dias atuais, fomentando permanentemente o desejo de se conhecer e preservar a história da instituição. (Figuras 1, 2 e 3)



Figura 1 – Entrada da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, em 2018.



Figura 2 – Exposição permanente “Historiografia das mais antigas escolas técnicas estaduais de São Paulo”
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, em 2018.



Figura 3 – Exposição permanente “Historiografia das mais antigas escolas técnicas estaduais de São Paulo”
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, em 2018.

3.2. Processo de criação e implantação do Centro de Memória (1998 a 2002)

No ano de 1998, para dar continuidade ao projeto, uniram-se a Professora Stella Maris, os Professores: Rosemarí Santos de Paula e Oswaldo Luiz Casconi, conforme relatório conjunto do segundo semestre de 1998. (RONZANI e PAULA, 1999)

Nesse relatório de 1998, encontra-se, como proposta principal, realizar o envolvimento da comunidade local e comunidade escolar na construção e conservação da memória da instituição. Para o desenvolvimento deste intento, foram realizadas as seguintes atividades: pesquisa cronológica dos diretores da unidade de 1929 a 1998; levantamento das denominações pelas quais a escola passou, sendo até aquele momento “Escola Profissional Mista de Sorocaba” até “ETE Fernando Prestes” e confirmação de dados junto à Delegacia de Ensino; pesquisa sobre a cidade de Sorocaba; roteiro e entrevistas com quatro ex-alunos com destaque para o Sr. Oswaldo Felizardo Nascimento (primeira turma do curso de plástica de 1929). As entrevistas foram transcritas pelas alunas do curso de Secretariado, na disciplina de Biblioteconomia e Arquivística, orientadas pela Professora Maria da Glória Souza.

Também estão registrados nesse relatório de 1998 da equipe formada por Stella Maris Cano Ronzani, Rosemarí Santos de Paula e Oswaldo Luiz Casconi (RONZANI e PAULA, 1998) o encontro de Historiografia realizado em 01 de outubro de 1998 na ETE “Carlos de Campos”, com a presença das Professoras: Dra. Carmen Sylvia Vidigal; Iomar Barbosa Zaia e Dra. Diana Gonçalves Vidal, e a visita de Iomar Zaia, no dia 08 de outubro de 1998, para diagnóstico de documentos e escolha da sala para a montagem da estrutura do Centro de Memória da ETE Fernando Prestes.

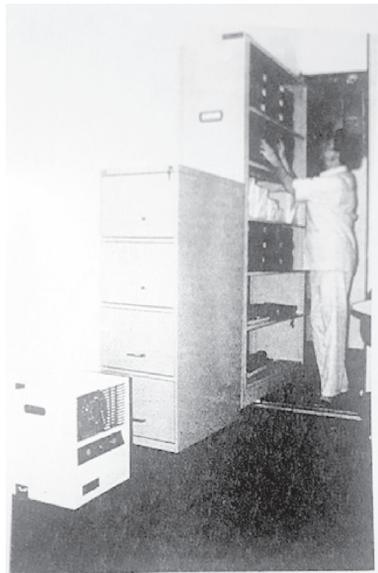
Foram relatados ainda a chegada dos materiais que seriam utilizados na higienização e conservação dos documentos: máscaras, luvas; borracha; trinchas, lapiseiras; papel neutro..., bem como mais três encontros de historiografia, realizados em diferentes locais, sendo um no dia 29 de outubro de 1998, com a Dra. Diana G. Vidal para organização do acervo, arquivos, montagem de organograma e banco de dados, no Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP; outro encontro em 11 de novembro de 1998, realizado na ETE “Júlio de Mesquita”, em Santo André, com a presença da Professora Julia Falivene Alves e representantes das ETes de Amparo, Jacareí, Sorocaba e São Paulo (Getúlio Vargas e Carlos de Campos) e Júlio de Mesquita, com o propósito de realizar entrevista coletiva com ex-alunos e ex-professores da ETE anfitriã do referido encontro. A última reunião registrada no relato de 1998 ocorreu em 10 de dezembro de 1998, com a presença de: Dra. Carmen Sylvia Vidigal; Iomar Barbosa Zaia; Dra. Diana Gonçalves Vidal; Julia Falivene Alves, professoras arquivistas da UNESP/CEDEM e os professores coordenadores do projeto nas seis ETes participantes (“Dr. Domingos Minicucci Filho”, “Carlos de Campos”, “Fernando Prestes”, “Bento Quirino”, “João Belarmino” e “Cônego José Bento”). O objetivo deste encontro foi realizar capacitação em técnicas de entrevistas; conhecer os trabalhos desenvolvidos na UNESP pelo Centro de Documentação e Memória; apresentação de relatórios e cronograma de atividades para o ano de 1999.

As Figuras 4 e 5 apresentam a equipe de estudantes trabalhando com as duas professoras responsáveis pelo centro de memória, em 1998 e em 2002. (RONZANI e PAULA, 1998 e 2002)



Professora Stella Maris Cano Ronzani com a equipe de alunos trabalhando na notação dos boletins do Curso Ferroviário

Figura 4 – Organização de documentos no centro de memória, em 1998
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, em 2018.



Acondicionamento dos documentos já higienizados nos armários deslizantes pela pro^a Rosemari Santos de Paula

Figura 5 – Acondicionamento de documentos nos armários deslizantes, em 2002.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, em 2018.

Estão registradas também, como parte das atividades realizadas em 1998, na ETE Fernando Prestes, oficinas de higienização de documentos; elaboração de pastas de papel neutro e notação com a participação dos coordenadores locais e alunos do Ensino Médio e Técnico. São citadas a organização de documentos do curso de Ferroviários. Algumas destas oficinas contaram com a presença e suporte técnico de Iomar Barbosa Zaia, do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo.

No relato sobre as oficinas e a participação dos alunos observou-se a redução do número de alunos participantes, pois, inicialmente eram 14 (quatorze) alunos, e, na última oficina, contava com “5 (cinco) alunos comprometidos com o projeto”. Observa-se nesta descrição um desafio subentendido. No final do relatório de equipe, do ano de 1998, aparecem descritos, em separado, os trabalhos realizados pelo Professor Oswaldo Luiz Casconi, entre eles: localização das plantas originais; higienização e reprodução dos projetos da Unidade de Ensino em Auto Cad; elaboração da maquete do atual prédio (1998) e levantamento comparativo dos materiais construtivos utilizados na construção original, nas manutenções prediais e levantamento de novos materiais originados com o avanço tecnológico da área. É destacada, nesta parte do relato, a participação no projeto de alunos dos anos terminais que necessitavam de estágio comprobatório. Na maioria, eram alunos do curso de Construção Civil, mas também colaboravam alunos do Ensino Médio e dos Técnicos em Processamento de Dados, Secretariado e Desenho Mecânico.

Finalizando o relatório de equipe de 1998, há a descrição de que os objetivos e metas só foram atingidos por contar com apoio da Direção e Coordenadores dos diversos cursos oferecidos na Unidade de Ensino, bem como da “APM (Associação de Pais e Mestres) no custeio das despesas geradas em função do desenvolvimento do projeto”. Junto ao relatório final da equipe, referente ao ano de 1998, foram encontrados outros dois relatos/questionários individuais, respondidos em separado pelas Professoras Stella Maris Cano Ronzani e Rosemarí Santos de Paula e que trazem informações, em sua maioria, semelhantes às que compõem o relatório da equipe. Nestes documentos, constam respostas para as seguintes questões:

“1. Qual a sua contribuição no projeto de pesquisa (descreva suas atividades)?; 2. Quais foram as mudanças e, eventualmente, os ajustes realizados nas suas atividades de pesquisa? Especifique e justifique cada um deles.; 3. Como a equipe da universidade está subsidiando suas atividades de pesquisa? 4. Em que medida a unidade escolar tem colaborado para a execução satisfatória de seu trabalho de pesquisa (cessão de espaços, disponibilidade de tempo, materiais, etc.)? Explique.; 5. Quais foram, até o momento, as principais contribuições de suas atividades de pesquisa para a unidade escolar?; 6. Qual o

cronograma da próxima etapa de seu trabalho de pesquisa? 7. Há outras observações consideradas relevantes para a análise do projeto, por parte da FAPESP?” (RONZANI, 1988; PAULA, 1998)

Em relatório parcial, feito pela Professora Stella Maris Cano Ronzani, no período de fevereiro a março de 1998, há registro sobre a restauração de uma cristaleira feita por alunos do curso de marcenaria e instalação desta no “Museu da ETE”, contendo objetos como porcelanas e cristais; visitas monitoradas à exposição de longa duração “Contando uma história” e divulgação do projeto na imprensa local – jornais “Cruzeiro do Sul” e “Diário de Sorocaba”.

Nos relatórios individuais Paula (1999) e Ronzani (1999) há registro, igual nos dois relatórios, ressaltando o total apoio da direção da ETE e detalhamento da cessão do espaço para a instalação do projeto; mesas; cadeiras; estante; ventiladores; gravador e computador, além da resposta à questão 7:

“Consideramos relevante o projeto Historiografia nas Escolas Técnicas do Estado de São Paulo, como incentivo ao respeito e ao cuidado com o patrimônio histórico cultural, a conservação e preservação de objetos significativos à construção da memória, além de estimular atividades interdisciplinares. Além do mais, o conhecimento da história do ensino profissionalizante interessa a pesquisadores, educadores, educandos e, de modo geral a qualquer cidadão que se preocupa com a questão “educação” como prioridade para seu país. Acreditamos que as atividades que vêm sendo desenvolvidas na ETE Fernando Prestes estarão contribuindo sensivelmente para a construção e preservação da memória desse ensino profissionalizante que tantas marcas deixou na lembrança de Sorocaba.” (RONZANI, 1999; PAULA, 1999)

Ainda nos relatórios individuais de Ronzani (1999) e Paula (1999), observou-se, nas narrativas, que foi dada continuidade para várias atividades realizadas no ano anterior, acrescentando-se a elas atribuições como: Encontro de Professores do Projeto Historiografia na ETE Fernando Prestes, em 24 de maio de 1999, com enfoque em troca de experiências e visita ao Museu da Estrada de Ferro Sorocabana; Participação na organização das comemorações dos 70 anos da unidade de ensino, realizada no Clube União Recreativo em 11 de junho de 1999 e o desenvolvimento de atividades como: convite a ex-alunos e ex-professores – coleta de dados, nos arquivos do Jornal “Cruzeiro do Sul” para composição do vídeo institucional; organização do protocolo da solenidade;

envolvimento da comunidade escolar para criação da Logomarca 70 anos e divulgação do evento; Visita ao IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) para conhecer os arquivos e o tratamento dado aos documentos, acompanhadas por alunos participantes do projeto e alunos do curso de Secretariado, que tinham Arquivística como uma de suas disciplinas.

Ronzani cita, no relatório de 1999 que, durante o ano de 1998, realizou o curso: Museologia e Turismo – os caminhos para a Educação Patrimonial na Cetec. No campo da história oral, detalha que foram realizadas entrevistas com Jurema Leão Sonetti (ex-aluna e ex-professora de Matemática), Francisco Grando (ex-diretor) e Maria Navarro (ex-aluna do curso de Bordado). Referente à estrutura física e apoio da unidade de ensino, as professoras citam, em seus relatórios de 1999, que a escola mantém a estrutura básica necessária às atividades e, na iminência de receber os arquivos deslizantes da FAPESP, aguardam expansão da área atual (1999).

Quando questionadas sobre as principais contribuições de suas atividades para a pesquisa da unidade escolar, descrevem que foram a sensibilização e o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade local, estimulando depoimentos e doações de fotos e trabalhos para compor o acervo da ETE, e Ronzani (1999) complementa citando a criação da exposição de longa duração “Contando uma história”.

Sobre o subsídio recebido pela Universidade, são citadas as palestras: “História Oral” com a Professora Dra. Diana G. Vidal e “A pedagogia da Imagem” do prof. Orestes Augusto de Toledo; a leitura dos textos de apoio, as trocas de experiências e visitas, além da assessoria técnica dada por Iomar B. Zaia e Leonardo Mattes, na unidade.

No documento intitulado “2º Relatório Parcial da Equipe de Professores sobre as Atividades Desenvolvidas, entre 1999/ 2000” consta descrito que foram higienizados, referenciados, catalogados e informatizados boletins dos anos de 1929 até 1950; o organograma foi adequado, conforme documento anexo ao relatório; atividades alusivas ao carimbo de lançamento dos 70 anos foram realizadas. Neste documento também são listadas 23 referências bibliográficas utilizadas para apoiar as atividades do projeto. No relatório referenciado, está descrita também a participação em dois encontros, um na ETE “João Belarmino, em Amparo, e nesta ocasião, foram realizadas avaliação das atividades das unidades; inclusão de novas escolas no projeto e visitas ao Museu Histórico da ETE e ao Museu Municipal. O outro foi realizado em Campinas, na ETE Bento Quirino, em outubro de 1999, também com o intuito de avaliar as atividades do projeto desenvolvido nas unidades de ensino, trocar experiências e está registrada também a apresentação de vídeo institucional elaborado por alunos.

No relatório do 1º semestre do ano de 2000, da Professora Stella M. C. Ronzani, encontra-se descrito o recebimento dos armários deslizantes; controle de horas trabalhadas pelos alunos participantes do projeto para uma possível emissão de

certificado pela FEUSP ou CEETEPS; higienização e notação de 3000 boletins dos cursos: Ferroviário, Vocacional, Pintura, Confeções – Corte e Costura, Flores e Chapéus, Rendas, Mecânica, Desenho Mecânico, Fundição, Plástica, Desenho de Marcenaria, Desenho Artístico, Tecelagem, Matemática Aplicada, Arquitetura e Aulas Especiais; confecção de 1320 pastas; referência, catalogação e informatização dos boletins no banco de dados “ METHIS”, início das atividades de elaboração do repertório síntese de fontes; higienização de 150 livros raros, confecção de capas e acondicionamento ordenado nos armários; localização, higienização e restauro de 546 fotos do acervo e respectivas jaquetas e cápsulas; localização de 7 álbuns fotográficos com 622 fotos; “Contato verbal com a direção da ETE Rubens de Faria, na tentativa de resgatar parte do acervo da ETE Fernando Prestes que lá ainda se encontra” (RONZANI, 1º sem. de 2000); A imagem de Santo Antônio e busto de Jesus em gesso, patrimônio da ETE Rubens de Faria e Souza, foram doados ao acervo da ETE Fernando Prestes (estas permanecem até hoje, 2018, recolhidas no Centro de Memória).

Ainda no relatório de Ronzani do 1º semestre de 2000, constam descritas, além das atividades comuns aos anos anteriores, a participação no 1º Encontro de Projeto “Historiografia” da CETEC, em 08 de fevereiro de 2000, e a divulgação do projeto junto ao Grupo Imagem de Sorocaba. Neste relatório, há uma informação referente a ajustes ocorridos no projeto, que acreditamos ser relevante citar na íntegra:

As atividades de pesquisa para a elaboração da “Monografia” que estavam sendo desenvolvidas na ETE e fora dela foram suspensas. Ajustes foram realizados para a realização do “Repertório” num recorte temporal e temático, que será utilizado na construção do Guia de Fontes envolvidas no Projeto Historiografia. (RONZANI, 1º sem. de 2000)

Outro ponto que desperta a atenção refere-se à descrição sobre a necessidade de ajustes relativos à “veracidade das informações para o “Guia de Fontes”; raciocínio e criatividade na elaboração dessas informações”. Está descrito também que estas mudanças implicaram em ajustes no cronograma de atividades para o segundo semestre de 2000, mas as atividades de higienização, informatização, organização, restauro e história oral seguiram normalmente e foram adequadas à nova mudança proposta pela equipe do Centro de Memória da FEUSP.

Observou-se ainda que, nos encontros de capacitação, também ocorriam passeios culturais e, no ano 2000, foram realizadas visitas ao Museu de Arte Sacra, Pinacoteca, Museu do Imigrante e viagem de trem a Jaguariúna.

No relato de Ronzani, referente ao 2º semestre de 2000, encontra-se a descrição do apoio da direção da escola ao projeto “Historiografia”, desde seu início em 1997. Descreve que, a partir de 1999, o projeto passou a ocupar duas salas cedidas pela unidade escolar, atendendo à necessidade de acomodar os equipamentos enviados pela FAPESP (computador, impressora, scanner, armários deslizantes, caixas, papéis, máscaras, luvas, fitas de acetato, papel neutro etc.). Encontra-se ainda, no relato, que, naquele ano, no mês de setembro, os móveis inicialmente cedidos pela escola foram substituídos por outros enviados pela FAPESP. Além dos materiais disponibilizados pela instituição de apoio à pesquisa, a unidade escolar disponibilizava ventilador; rádio gravador, fita cassete, filmes e revelações.

Outro fato claramente destacado no relatório de Ronzani (2000) foi que, neste referido ano, a direção da escola mudou, porém, a harmonia entre a gestão da escola e equipe dos professores, bem como o apoio ao projeto continuou com a mesma intensidade da gestão anterior e com a proposta de que, no ano seguinte, os espaços do projeto, até então separados, poderiam ser unificados.

Como atividades de divulgação do trabalho de historiografia, destacam-se os relatos sobre a publicação do projeto no site da escola, novidade para aquele período e um concurso cultural para escolha da logomarca do projeto “Historiografia”, envolvendo alunos do Ensino Médio e Técnico. Para fechar as informações coletadas nos relatórios do ano 2000, mais precisamente no documento “2º Relatório Parcial da Equipe de Professores sobre as Atividades Desenvolvidas entre 1999/ 2000”, destaca-se que as Professoras Stella Maris Cano Ronzani e Rosemarí Santos de Paula realizaram entrevista com a ex-aluna do curso de Costura, formada em 1933, Ondina Dal-Pian e descrevem:

No transcorrer da entrevista (não gravada a pedido da própria pessoa) relatou algumas passagens de seu tempo como aluna (lembranças um tanto vagas) com ênfase para sua participação durante a Revolução Constitucionalista de 1932, prestando serviço como aluna no Refeitório da Escola Profissional Mista de Sorocaba. A equipe deixou a entrevistada à vontade para reviver suas memórias, mas pouco de concreto ficou para nosso registro.

Também descrevem, ao final do documento “3º Relatório Parcial da Equipe de Professores sobre as Atividades Desenvolvidas de Junho a Novembro/2000”, uma observação quanto aos trabalhos desenvolvidos pelo Prof. Oswaldo L. Casconi, “por desenvolver atividades de levantamento e quantificação e qualificação de material necessário às obras de revitalização das ETEs, realiza relatórios individuais”. (estes relatórios não foram encontrados no acervo atual do Centro de Memória)

Para tratar do ano de 2001, tomou-se por base o relatório final da Professora Paula (2001), o qual traz descrições, além das atividades de rotina (higienização, catalogação e organização de documentos; capacitações na Cetec e FEUSP); a participação da Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, (garantido acesso aos documentos arquivados no anexo da Secretaria) naquele ano; foram recebidas alunas do curso de pedagogia da Universidade de Sorocaba, visando também à divulgação dos trabalhos do Centro de Memória da ETE Fernando Prestes. Foi elaborado material (cartazes) alusivos ao Carimbo Comemorativo dos 70 anos da unidade escolar para exposição no Esplanada Shopping (maior shopping da cidade), como parte integrante de um projeto da Prefeitura Municipal, apoiado pela LINC (Lei de Incentivo à Cultura). No relatório Paula (2001), há descrições sobre o desenvolvimento de texto com o Histórico da ETE, legenda de fotos para o álbum fotográfico da escola e registro da visita da Técnica em Arquivística, Maria Cristina Vendrameto.

Nas considerações sobre como a unidade escolar, colaborava para a execução dos trabalhos de pesquisa; são mencionados: o estímulo dado ao projeto pelo do novo diretor da unidade Professor Luiz Antonio Koritiae, a harmonia e a sintonia do trabalho de toda a equipe; são descritos agradecimentos ao apoio de toda equipe escolar e, em especial, ao Departamento Gráfico da ETE pela relevante colaboração no desenvolvimento de atividades (digitação de relatórios, tratamento de fotos e transparências, confecção de convites, elaboração de lay-outs, etc.), assim como é destacado todo o aprendizado adquirido no período de existência do projeto.

No relatório de Paula (2001), há a menção de que, nesse ano, o projeto como bolsista da FAPESP estava se encerrando. Fato este que talvez justifique a lacuna na temporalidade dos relatórios, isto é: no ano de 2002, foram encontrados apenas dois relatórios do projeto, assinados pelas Professoras Paula e Ronzani (2002), sendo um do mês de outubro e outro do mês de novembro, e as atividades descritas referentes a este período são: atividades de rotina (higienização, catalogação e organização de documentos acadêmicos; divulgação das ações junto à comunidade escolar (alunos do ensino médio e técnico em turismo); contato com profissionais da área de informática da Etec para adequação do banco de dados; divulgação da publicação “Escolas Profissionais do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens” (Album fotográfico) e definição das instituições culturais de Sorocaba que receberiam o exemplar: Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS), Biblioteca Municipal, Gabinete de Leitura e Professora Leila Tereza Rolim de Oliveira, grande incentivadora do projeto Historiografia); Organização de um concurso de frases sobre a importância do Centro de Memória como centro de pesquisa e difusão cultural; participação em capacitações no Departamento do Patrimônio Histórico e Arquivo do Estado (DPH) e finalizando com a visita da Professora Viviane Marques da Rocha Sbrama, mestrandia em educação

pela Universidade de Sorocaba com a propósito de conhecer o acervo (do qual levou as melhores impressões) para desenvolver o projeto de pesquisa “Historiografia do Ensino Profissionalizante Feminino em Sorocaba: a primeira escola profissional mixta “Dr. Fernando Prestes”.

3.3. Projeto de revitalização do Centro de Memória da ETEC Fernando Prestes

O ano de 2003 foi marcado por intensas atividades, entre elas a revitalização e unificação do espaço do Centro de Memória que contou, entre outras ações, com a reformulação do layout e comunicação visual externa, ao redor de todo o espaço, indicando o local com clareza. (Figura 6)



Figura 6 – Fachada externa com identificação do Centro de Memória
Fonte: Acervo Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, em 2018.

Visitas ao IHGGS (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba), Biblioteca Municipal, Gabinete de Leitura, Jornais Diário de Sorocaba e Cruzeiro do Sul, Academia Sorocabana de Letras, Universidade de Sorocaba e Secretaria de Educação e Cultura no Paço Municipal para entrega do Álbum fotográfico “Escolas Profissionais do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens”.

Todas as instituições que receberam o álbum teceram comentários elogiosos ao trabalho. Há descrição de projetos desenvolvidos com alunos dos cursos Turismo e Construção Civil para o desenvolvimento de pesquisa sobre o patrimônio histórico de Sorocaba e região, sob a coordenação do Professor Oswaldo Luiz Casconi. Concurso de Frases, com a participação de 320 alunos do Ensino Médio. Para a realização deste concurso, foi realizado um trabalho de sensibilização e reflexão, produção das frases; escolha das duas melhores, feita pela direção e professores da unidade. As frases escolhidas “MEMÓRIAS SÃO MAIS QUE LEMBRANÇAS, SÃO EMOÇÕES ETERNIZADAS” e “NADA É ETERNO, EXCETO A MEMÓRIA” foram registradas em banners, os quais se encontram atualmente no Centro de Memória da unidade. Os trabalhos de divulgação do projeto foram realizados junto aos alunos do curso de Pedagogia da Universidade de Sorocaba (UNISO); Ong Memória Viva e Palestrantes da semana de Design de Interiores; as atividades de tratamento adequado às fotos do acervo foram continuadas.

Uma descrição que chama a atenção é relativa ao levantamento e identificação da descrição dos documentos da ETE e aquelas empregadas no “Inventário de Fontes Documentais” (No relatório de PAULA, RONZANI E CASCONI, referente a junho a outubro de 2003 consta imagem com a demonstração destas diferenças).

Entre os meses de maio e junho de 2003 ocorreu a inauguração do Centro de Memória, após a revitalização do espaço – Momento marcado por palestra do Sr. Sergio Coelho de Oliveira, membro da Academia Sorocabana de Letras, e exposição das frases premiadas. Os membros do Centro de Memória foram responsáveis pela organização geral do evento em comemoração aos 74 anos da ETE “Fernando Prestes”, ocorrido em 13 de junho de 2003.

No relatório do segundo semestre de 2003, constam ainda, como atividades do projeto “Vitalização e Dinamização do Centro de Memória” encontros para acompanhamento, capacitação e avaliação do trabalho desenvolvido nas 8 (oito) ETEs; capacitação de novas equipes de trabalho e algo que nos desperta a atenção é o modo como foi realizado este processo: “Reunião com representantes de classe para a divulgação das atividades desenvolvidas no Centro de Memória, inscrição de interessados e oficinas para o tratamento técnico do acervo” (RONZANI; PAULA; CASCONI, 2003).

Neste ano, de 2003, foram recebidos seis pesquisadores, entre eles o Sr. Marcos de Afonso Marins do Museu de Arte Sacra de Sorocaba e alunos de mestrado e de graduação da UNISO; alunos de Secretariado e Administração da ETE; professores e alunos da escola “Abilio Fontes” de Itapetininga e ONG Memória Viva e a Professora Laura Laganá da Superintendência do CEETEPS.

Outra prática relativa à integração de alunos para auxiliar no tratamento técnico que nos chamou a atenção, nos relatos, foi deixar a cargo dos alunos veteranos orientarem

os novatos sobre o processo de tratamento técnico do acervo, demonstrando autonomia e confiança no trabalho dos educandos. Como última informação dos relatos do ano em estudo, destaca-se a criação do Banco de Fotografias subdividido em séries e subséries do organograma do Centro de Memória da unidade.

Referente ao ano de 2004, não foram encontrados relatórios, apenas um formulário de horas atividades para 2005, da Professora Rosemarí Santos de Paula, no qual as horas atividades relativas ao projeto do ano de 2004 constam em branco.

No ano de 2005, o Professor Oswaldo permaneceu no projeto, e as Professoras Daniele Torres Loureiro e Renata Alves de Lima Brosco assumiram os trabalhos e procuraram dar continuidade às atividades com o mesmo empenho que suas precursoras.

No relatório que retrata o período de junho a dezembro de 2005 (GUIMARÃES; BROSCO; CASCONI) foram descritas a realização das seguintes atividades: higienização e acondicionamento de fichas de matrículas e notas relativas aos anos de 1957 a 1962 e do mapa de movimento do ano de 1929; como atividades de divulgação dos trabalhos realizados pelo Centro de Memória, foi feita exposição oral para funcionários e professores, durante o Chá de Santo António realizado na ETE; no dia 09 de junho de 2005, também foi elaborada e realizada Exposição fotográfica retratando os 76 anos de história da escola “ETE Fernando Prestes na história desde 1929”, realizada no Hipermercado Extra Sorocaba, no período de 26 a 30 de setembro e, na entrada da escola, durante o período de inscrições para o vestibulinho.

Para a realização desta exposição, que teve grande repercussão na cidade de Sorocaba e foi retratada na primeira página do Jornal Cruzeiro do Sul (27.09.2005), contou-se com a parceria de floricultura, alunos, professores e da Padaria Real na doação de produtos para o coquetel de abertura. Como atividade pedagógica, dois grupos de 4 alunos do curso de Informática desenvolveram sistemas de controle de dados, tendo por base as necessidades do Centro de Memória, e apresentaram como TCC. Também é relatado que, no ano de 2005, três alunos do curso de Turismo auxiliaram nos trabalhos de higienização, classificação e acondicionamento dos documentos. A aluna do curso de Informática Náatalia Rodrigues Orsetti realizou trabalhos de manutenção do site do Centro de Memória; oito alunos do ensino médio colaboraram nas atividades de recolhimento e higienização de objetos raros que estavam em depósitos da unidade escolar; o estagiário Bruno Pereira Santos Almeida (atualmente é diretor da Etec de Mairinque) desenvolveu a arte gráfica dos banners confeccionados para a exposição fotográfica, e os alunos dos cursos de Turismo e Secretariado receberam os visitantes. A APM (Associação de Pais e Mestres) custeou a confecção dos banners e respectivos suportes, forneceu ajuda de custo para refeição e condução dos alunos que receberam durante a exposição. O Professor Luiz Antonio Koritiake,

diretor da unidade à época, desenvolveu o projeto dos suportes, e o Sr. José Alberto Bacci executou o respectivo projeto.

No ano de 2006, para facilitar o atendimento aos pesquisadores, foi dado início ao trabalho de reorganização dos boletins em ordem onomástica e cronológica, levantamento de dados do acervo iconográfico e síntese das informações contidas nos livros; as alunas Camila Dias (curso de Turismo) e Maressa Castro Alves (curso de Secretariado) colaboraram na realização destas tarefas. Foram recebidas as visitas do Professor Dr. Luiz Almeida Marins e do Professor Dr. Marcos Afonso Marins, das alunas da primeira turma (1986) e a coordenadora, Sra. Maria Reche Gimenez, do curso de Secretariado; alunas do curso de História da UNISO e estagiárias do Instituto Histórico e Geográfico e Genealógico de Sorocaba e Museu de Arte Sacra de Sorocaba, Professor Bruno Talon e Professora Walkiria Maria Sturem Vecchi Leis, coordenadores do Centro de Memória da ETE “Martinho de Ciero” e a Deputada Estadual Maria Lúcia Amary.

Ainda ao longo do ano de 2006, foram atendidos cinco pesquisadores: Professor Me. José Roberto Garcia (UNISO), Professor Dr. João dos Reis Silva Junior (Unesp São Carlos), Bianca Barbagallo Zucchi (Mestrado da PUC – SP), Adriana de Souza (Pedagogia UNIDERP), Rosely Boreli (Pedagogia UNIDERP) e Valéria Aparecida Oliveira. (Pedagogia UNIDERP)

Como atividades culturais e de divulgação, foi relatado que a exposição fotográfica “ETE Fernando Prestes na história desde 1929” foi realizada no SESC Sorocaba, no mês de abril; no mês de agosto, no espaço de exposições da Universidade de Sorocaba e, em setembro, na ETE “Martinho Di Ciero” (ITU). O acervo iconográfico também foi ampliado com a aquisição de sessenta fotografias do acervo pessoal da família Marins que retratam os cursos de Economia Doméstica, Puericultura, Bandeirantes Técnicos e, principalmente, as aulas de Educação Física masculina e feminina ministradas pelo Professor Luizito, a partir dos negativos emprestados pelo Professor Dr. Marcos Afonso Marins, os quais foram revelados gratuitamente pelo laboratório da UNISO, Universidade de Sorocaba. Esta ação permitiu a produção de mais um banner com fotos das aulas de Educação Física, feminina e masculina, a partir da década de 30. Este material foi acrescentado à exposição fotográfica e exposto no SESC, UNISO e ETE “Martinho Di Ciero”.

Ainda em 2006, foram realizadas entrevistas com o Professor Milton Martins, que atuou no curso de Ferroviários, e com a Sra. Cida Marins, filha do ex-Diretor Diógenes Marins, como medida para ampliar acervo de história oral. Observa-se, desde os relatos iniciais, que a unidade escolar sempre apoiou o projeto e, no ano em estudo (2006), a APM custeou a confecção do banner das aulas de Educação Física e dos adesivos fixados nos banners com a logomarca das instituições que cederam espaço

para a exposição fotográfica; pagou o transporte dos estagiários do Centro de Memória e foram colocadas telas nas janelas da sala do acervo, como medida protetiva, as quais foram confeccionadas pelo Sr. Bacci.

Em 2007, os Professores Oswaldo Luiz Casconi e Renata Alves de Lima Brosco deram continuidade às atividades do projeto, juntamente com a Professora Ivani Torres Bragheti, que passou a integrar a equipe.

No acervo documental, fonte escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa, não foram encontrados relatórios de atividades de 2007 até o ano de 2016, porém, há cópias de formulários para projetos de HAE, dos anos de 2007 e 2008 – neste último, consta uma proposta que se considerou interessante de relatar neste artigo, que foi a intenção de criar a Sociedade Amigos do Centro de Memória.

3.4. Professores-pesquisadores no Centro de Memória da Etec Fernando Prestes ingressam no GEPEMHEP

Em 2017, a Professora Ivani Torres Bragheti e o Professor José Francisco da Rocha retomaram as atividades do projeto, após 8 (oito) anos de inatividade.

Este retorno aconteceu, segundo relato oral da Professora Ivani, depois que ela fez uma visita ao espaço do Centro de Memória e viu o cenário de abandono – logo após, conversou com o diretor à época, que autorizou que ela entrasse em contato com a Professora Maria Lucia Mendes de Carvalho, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP), a quem ela explicou a situação, e foi orientada a desenvolver um projeto de pesquisa, o qual foi autorizado, e, assim, se deu seu retorno às atividades do Centro de Memória, visando desenvolver pesquisa sobre os cursos de educação feminina da década de 1930, bem como revitalizar o espaço.

Neste mesmo período, o Professor José Francisco da Rocha tomou conhecimento da situação e demonstrou vontade de auxiliar nesse processo de retomada das atividades, ingressando também por meio de projeto de horas atividades, junto ao GEPEMHEP, relativo à pesquisa sobre Educação Física na Educação Profissional, dado que esta é sua área de atuação.

No último relatório pesquisado, de autoria de Bragheti (2017), são citadas e mostradas fotos da situação da sala do acervo, a qual estava repleta de objetos não pertencentes ao propósito do projeto, como latas de tintas, pincéis e outros materiais que poderiam inclusive comprometer a segurança do acervo.

Com o apoio do novo diretor, Sr. Carlos Marcelo C. Cruz, da Diretora de Serviços, Sra. Sonia Maria Gonelli e de funcionários responsáveis pela manutenção e limpeza, iniciou-se um trabalho de revitalização do espaço do Centro de Memória.

A Professora Ivani relata que, após esta fase, iniciou pesquisa sobre a origem dos cursos femininos (1929 a 1939); além da pesquisa, foram realizados, junto aos alunos do curso de Agenciamento de Viagem, identificação dos livros acondicionados no arquivo deslizante. Durante esta atividade, livros, objetos e fotos relacionados a pesquisa sobre os cursos femininos da década de 30 foram encontrados; para ampliar o acervo de história oral, há registro da entrevista realizada com o Sr. Antônio Alberto Bacci, ex-aluno do curso de Mecânica, de 1958, e que exerceu a função de Auxiliar de Instrução na unidade escolar até o ano de 2013.

Durante o tradicional Chá de Santo Antônio, realizado no dia 13 de junho de 2017, em comemoração aos 88 anos da escola, está relatado o lançamento do novo logotipo para o Centro de Memória, idealizado pela Professora Ivani e pelo Professor José Francisco. Nesta mesma ocasião, objetos do acervo e banners da exposição “ETE Fernando Prestes na história desde 1929” foram expostos para os convidados do evento. Na entrada da escola, os professores curadores do Centro de Memória do ano de 2017 prepararam e expuseram faixa comemorativa e distribuíram um marca-página do projeto “Historiografia” a todos os participantes. Para esta tarefa, contaram com o Sr. Vanderlei Pereira, funcionário administrativo, que desenvolveu a arte. As frases “O Centro de Memória parabeniza a Etec Fernando Prestes pelos 88 anos de realizações e conquistas!!!”. “Você também pode ajudar a enriquecer nosso acervo!!!” faziam parte do projeto gráfico, com intuito de divulgar as ações do Centro de Memória. Nas imagens e legendas do relatório também constam registros dos participantes do evento, visitando o espaço do acervo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta coletânea de dados sobre os 20 anos do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes não esgota o conjunto de informações que podem ser obtidas nos relatórios de atividades dos professores curadores, pois este material contém, além das informações textuais, muitas imagens, documentos anexos e processos de trabalho que renderiam um novo artigo – porém acredita-se ter conseguido demonstrar que o Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, ao longo de seus 20 anos de existência, por meio atividades de seus curadores, apoio da comunidade escolar, das direções da unidade e do apoio técnico dos idealizadores e coordenadores centrais do projeto “Historiografia”,

conseguiu cumprir com a missão de manter um acervo rico em fontes para a pesquisa em história da educação, bem como desenvolver um trabalho de sensibilização junto a toda a comunidade interna e externa para a importância da preservação da memória institucional e do ensino profissional.

5. REFERÊNCIAS

BRAGHETTI, Ivani. T. Centro Paula Souza. Memórias e História da Educação Profissional. **Relatório de Atividade de Projeto de 2017**. Acervo do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

FURTADO, A. C. Arquivos Escolares e sua Documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da educação. In CID: **Revista Científica da Informação e Documentação**. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.

GUIMARÃES, D. T. L. S.; BROSCO, Renata A. L.; CASCONI, Oswaldo Luiz. **Relatórios de Atividade do 2º semestre de 2005**: Fase de Implementação das Normas e Procedimentos para a Gestão de Documentos e Atendimento aos Usuários do Centro de Memória. Acervo do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

GUIMARÃES, D. T. L. S.; BROSCO, Renata A. L.; CASCONI, Oswaldo Luiz. **Relatórios de Atividade do ano de 2006**: Fase de Implementação das Normas e Procedimentos para a Gestão de Documentos e Atendimento aos Usuários do Centro de Memória e Dinamização do Site. Acervo do Centro de Memória da Etec Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004, 178p.

MORAES, Carmen Silvia Vidigal; ZAIA, Iomar B.; VENDRAMETO, Maria Cristina. Arquivos Escolares e Pesquisa Histórica: fontes para a educação brasileira. **Proposições**, v. 16, n. 1 (46) - jan./abr. 2005.

PAULA, Rosemarí Santos de. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades 1999**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

PAULA, Rosemarí Santos de. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades 2001**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

PAULA, Rosemarí Santos de. **Formulário de Solicitação Horas Atividade de 2005**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades 1997**. Novembro de 1997. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório Parcial de Atividades de fevereiro e março de 1998**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano; PAULA, Rosemarí Santos de. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades do 2º Semestre de 1998**. Fevereiro de 1999. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades 1999**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades do 1º Semestre de 2000**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano; PAULA, Rosemarí Santos de. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades de outubro 2002**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano; PAULA, Rosemarí Santos de. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades de novembro 2002**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano. Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas no Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades do 2º Semestre de 2000**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano; PAULA, Rosemarí Santos de. CASCONI, Oswaldo Luiz. **2º Relatório Parcial da Equipe de Professores referente as Atividades Desenvolvidas entre 1999/ 2000**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano; PAULA, Rosemarí Santos de; CASCONI, Oswaldo Luiz. **3º Relatório Parcial da Equipe de Professores referente as Atividades Desenvolvidas entre junho a novembro de 2000**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

RONZANI, Stella Maris Cano; PAULA, Rosemarí Santos de; CASCONI, Oswaldo Luiz. **Relatório Parcial da Equipe de Professores referente as Atividades Desenvolvidas entre junho a outubro de 2003**. Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, Sorocaba/ SP, em 2018.

ROSSI, C. M. S. Educação Patrimonial e História da Educação: contribuições para a formação de professores. **Horizontes**, v. 35, n. 1, p. 113-120, jan./abr. 2017.

FOTOGRAFIAS E PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS DA DÉCADA DE 70: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS PARA O CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC PHILADELPHO GOUVÊA NETTO

Jurema Rodrigues

Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os registros de fotografias e publicações jornalísticas como referências históricas disponíveis no acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto. O objetivo deste estudo é a preservação e o registro historiográfico dos acontecimentos escolares da década de 70, por meio de pesquisa, coleta de dados e escrita das memórias estudadas, a fim de ampliar o acervo do Centro de Memória de nossa Escola, difundindo a pesquisa para o público escolar, a população do município e pesquisadores da Educação Profissional.

Com a finalidade de fomentar os estudos e pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza, o Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto foi criado em 2012 pelas Professoras Jurema Rodrigues e Sueli Mara Oliani Oliveira. Desde 2014, Jurema Rodrigues é a curadora desse centro de memória.

O Centro de Memória localiza-se no espaço da Biblioteca Escolar, abrigando artefatos, obras raras, dados coletados, fotos escolares, testemunhos de História Oral, além de fotos cedidas dos arquivos pessoais de entrevistados. Como ações educativas, o Centro de Memória realiza encontros com os que fizeram e fazem parte da história da Instituição, como o I Encontro do Philadelpho ocorrido em 2012, e o II Encontro do Philadelpho realizado em 2017.

A Memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado. A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (MOREIRA, 2014, p.1)

A década de 1970 foi um período relevante para a expansão da Instituição, e reportando-se ao histórico escolar: suas atividades iniciaram em 1956 com a Escola Artesanal, cujos cursos eram de iniciação técnica de nível relativo ao Ensino Fundamental. Com a criação do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, em 06 de novembro de 1970, pelo Decreto Estadual nº 52.553, a Unidade Escolar também passou a oferecer cursos técnicos integrados ao nível de Ensino Médio. Em 1975, com o Decreto Estadual nº 7.400/75, extinguiu-se o Ginásio Industrial que oferecia cursos relativos ao Ensino Fundamental, e passou-se a oferecer cursos técnicos somente de nível relativos ao ensino médio. Visto as alterações, o Colégio Técnico Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto”, em 27 de janeiro de 1976, passou à denominação de Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, pela Resolução da Secretaria da Educação S.E. 22 de 1976.

As informações contidas neste estudo remetem às particularidades da história do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto vinculadas à história do município que, por sua vez, fazem parte da história da Educação Profissional e Tecnológica do Estado de São Paulo – logo, faz-se necessário narrar os fatos ocorridos entre Escola e Câmara Municipal/Prefeitura.

2. PRÁTICAS E MÉTODOS DA PESQUISA SOBRE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A metodologia utilizada consiste em pesquisa, análise, preservação e registro de fotografias e recortes jornalísticos sobre a Instituição, articulados à utilização de relatos de entrevista de história oral, tendo em vista que, para Queiroz (1988, p. 19), a história oral é “termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação ou cuja documentação se quer completar”.

A partir do objeto de estudo, fotografias escolares referentes à década de 70, propõe-se a preservação do passado escolar, das memórias de fatos ocorridos de acordo com as vivências, o ambiente, a cultura e, também, o contexto social.

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado. (KOSSOY, 2001, p.45-47)

No tocante às publicações jornalísticas sobre a Instituição, são objetos de estudo que visam compreender os fatos e feitos da história escolar na década de 70.

O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (CAPELATO, 1988, p.21)

3. CHAFIC BALURA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES DE HISTÓRIA ORAL

O testemunho oral com o Professor Chafic Balura, Diretor do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, no período de 16 de março de 1974 a 28 de fevereiro de 1976, é parte fundamental deste estudo, uma vez que o colaborador foi locutor das relações interpessoais entre a equipe escolar e a Câmara do município, o Departamento de Ensino Técnico e a Secretária da Educação do Estado de São Paulo. Com isso, justifica-se a entrevista de história oral para o Centro de Memória, em 10 de março de 2018, na sala dos professores do prédio da Etec Philadelpho Gouvêa Netto. (BALURA, 2018)

Chafic Balura, brasileiro, nascido em 06 de dezembro de 1940, filho de libaneses, Said Chaim Balura e Sálua Balura, casado com Márcia Ayruth Balura, com quem teve dois filhos, André Ayruth Balura e Marisa Ayruth Balura; é Licenciado em Pedagogia, em 1965, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), atual Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE/UNESP); possui Especialização em Didática Geral, em 1973, pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), e Educação – Orientação Educacional, em 1974, pela Universidade de Ribeirão Preto. (UNAERP)

O colaborador representou e corroborou com a instituição na exposição das reivindicações da comunidade escolar quanto à aquisição de terreno e construção do prédio próprio, quanto à busca de resoluções educacionais em prol do ensino técnico de São José do Rio Preto. Além disso, foi mediador, através da mídia do município, pois as matérias jornalísticas publicadas nos meios de comunicação contribuíram com a equipe escolar na concretização de suas metas escolares.

4. PRÉDIO ESCOLAR: FOTOGRAFIAS E RECORTES DE JORNAIS NO ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA

As fotografias e as publicações de matérias jornalísticas do município e da região, que remetem à trajetória escolar da década de 1970, estavam armazenadas no acervo da Instituição de forma desorganizada e com risco de deteriorização; em razão disso, foram higienizadas, organizadas por datas e arquivadas em álbuns para compor o acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Reportando ao passado de 1974, o Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto precisava nomear um diretor, pois o diretor efetivo, Olavo Fonseca, deixara a direção. Diante disso, o Professor Clóvis Sanfelice, Diretor do Ginásio Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto”, convidou o Professor Chafic Balura para exercer a função de Diretor do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto. Desde sua posse, em 16 de março de 1974, o Diretor Chafic Balura articulou a imprensa e a câmara dos vereadores em prol da qualidade do Ensino Técnico.

Narrando os fatos, em 28 de março de 1974, o vereador do município, Rubens Bonvino, encaminhou o Requerimento nº 142/74, registrado na Câmara Municipal, na sala de sessões “Dep. Bady Bassit” (BONVINO, 1974), requerimento esse dirigido à Coordenadoria do Ensino Técnico, situada no Largo do Arouche, na Secretaria da Educação de São Paulo, a fim de congratular a designação de Chafic Balura para a função de Diretor do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, em nome do plenário da Câmara Municipal e congratular os Professores Ídio Zucchi, Inspetor Regional de São José do Rio Preto, 11ª IREP (Inspetoria Regional do Ensino Profissional, do Departamento do Ensino Técnico), e Clóvis Sanfelice, Diretor do Ginásio Industrial Philadelpho Gouvêa Netto, pela indicação de Chafic Balura.

O vereador do município, Rubens Bonvino, elaborou um requerimento número nº 142/74, em vinte e oito de março de 1974, registrado na Câmara Municipal, na sala de sessões “Dep. Bady Bassit” para aplausos pela minha nomeação, e para conscientizar os vereadores da câmara municipal para se sensibilizassem quanto à importância do Colégio Técnico em São José do Rio Preto. (BALURA, 2018)

Na gestão de Chafic Balura, como Diretor do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, e na gestão de Clóvis Sanfelice, como Diretor do Ginásio Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto”, foram realizadas palestras sobre o Ensino Técnico para o município e região.

O Colégio Técnico Industrial era desconhecido para comunidade, se pegasse um táxi, em qualquer local da cidade, e perguntasse: “Me leve no Colégio Técnico”, não sabiam onde ficava, porque o Colégio Técnico era completamente desconhecido. Na época, o ensino profissional era para os pobres, [...] o filho do pobre tinha que estudar onde tinha jeito: no Ginásio Industrial. Quando cheguei ao Colégio, eu e o professor Clóvis falamos: “A primeira coisa que vamos fazer, é tornar o Colégio Técnico conhecido na comunidade”. Começamos o nosso trabalho de divulgação, envolvemos todo o corpo docente e administrativo, tínhamos um projetor de slides, preparamos vários slides sobre o Colégio e o Ginásio, íamos de escola em escola da rede estadual, informando aos alunos o que era o Colégio Técnico e seus objetivos. Fizemos esse trabalho de divulgação durante o ano de 1974. (BALURA, 2018)

Em benefício aos discentes e docentes, o Diretor Chafic Balura precisava reivindicar mais salas de aula, uma vez que o número de salas de aulas existentes não era suficiente, não supria a demanda de alunos. Para resolver esse problema, buscou o apoio da imprensa, divulgando o Ensino Técnico para o município e região nos meios de comunicação em massa.

Mantínhamos um relacionamento muito grande com a imprensa, devido às amizades que tínhamos com a Folha de Rio Preto, o Diário da Região, O Correio Araraquarense, enfim, todos os jornais da cidade, além das emissoras de rádio. Vivíamos dando entrevistas e informações, escrevíamos, dávamos informações sobre o Colégio de tudo que se fazia dentro da escola, tínhamos um relacionamento muito próximo com a mídia. Tivemos o apoio da imprensa que nos deram abertura para divulgar, mostrar e falar como era o trabalho do Colégio. Contamos especialmente com o apoio do irmão da secretária do Colégio, Tamem Jamil Cury, José Barbar Cury que era chefe de gabinete do prefeito municipal, Wilson Romano Calil, quem também nos apoiou muito. (BALURA, 2018)

Com a finalidade de buscar parcerias para solucionar o problema de falta de salas de aula, a direção do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto recebeu os representantes da prefeitura do município para uma visita e reunião, ocorrida no prédio escolar, situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5544, Vila São José, cujas marcas e vestígios são apresentados em recortes jornalísticos do acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Convidamos o prefeito municipal Wilson Romano Calil para conhecer a escola. Eu me lembro como se fosse hoje, ele chegou às oito horas, com seus dois assessores que nos disseram: “Olha, o doutor Wilson tem um encontro marcado daqui a pouco, só vai entrar e conhecer o Colégio, porque tem horário”. Mas fizemos uma exposição de tudo que tínhamos no Colégio, ele saiu juntamente conosco, era quase meia noite. Empolgou-se vendo o Colégio Técnico Industrial com os equipamentos que já tínhamos, e reafirmou o apoio da Câmara e da Prefeitura Municipal. (BALURA, 2018)

A Figura 1 refere-se à reunião da direção do Colégio Técnico Industrial com os representantes da prefeitura e da câmara municipal na segunda quinzena de março de 1974. Têm-se, portanto, as personalidades rio-pretenses que se empenharam para melhoria do Ensino Técnico. Nessa figura, da esquerda para direita, Néelson de Carvalho Seixas, Vereador rio-pretense no período de 1972 a 1975; Wilson Romano Calil, Prefeito de São José do Rio Preto no período de 1973 a 1976; Eribelto Manoel Reino, representante da Câmara Municipal e Professor da área de Contabilidade da unidade escolar no período de 1973 a 1975; Chafic Balura, Diretor do Colégio; Clóvis Sanfelice, Diretor do Ginásio; Neiva Maria Ortega Marques, Monitora do Centro de Treinamento de Mão de Obra, o qual funcionava em um dos galpões do prédio do Colégio; e Arnaldo Cecconi, Professor e Coordenador da área de Mecânica do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto.



Figura 1 – Reunião da Direção do Colégio Técnico Industrial com os representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal, março de 1974.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

Os primeiros resultados de busca de parcerias pelo Diretor Balura surgem com a matéria jornalística “Câmara lutar pela construção do Colégio Técnico Industrial”, de publicação da Folha de Rio Preto, no dia 31 de março de 1974, comprovando a colaboração da Câmara em defesa do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto.

Em 10 de abril de 1974, o presidente da Câmara de São José do Rio Preto, Néelson de Carvalho Seixas, encaminhou o ofício nº 374/74 ao Diretor do Colégio Técnico Industrial, Chafic Balura, para comunicá-lo sobre a aprovação do Requerimento nº 142/74, de autoria do Vereador Rubens Bonvino, e para prestar cumprimentos pela gestão “profícua e brilhante” como é mencionado no ofício nº 374/74.

Outras reuniões foram realizadas em busca de melhorias, haja vista a árdua luta da comunidade escolar, uma vez que solicitava um prédio próprio desde a criação da Escola Artesanal em 1956; sendo assim, o Professor Chafic Balura, com aptidão em comunicação interpessoal, agilidade e dinamismo na resolução de problemas, ofereceu suporte e favorecimento aos anseios da comunidade escolar, investindo nas relações sociais, com apoio dos meios de comunicação. Com isso, a prefeitura do município se mobilizou e fez parceria com a Secretaria da Educação para melhor condições no atendimento da demanda escolar. Segundo o Diretor Chafic Balura,

Depois do trabalho de divulgação, foi feita a inscrição para os exames de seleção, tínhamos mais de quinhentos alunos inscritos, foi a maior inscrição da cidade, todo mundo queria estudar no Colégio Técnico. Chegamos ao prefeito do município, Wilson Romano Calil, falamos sobre a nossa situação: “Só temos condição de atender três classes e temos quinhentos inscritos”, ele passou a mão no telefone e ligou para a Secretaria da Educação, e nos disse que iríamos atender todos os alunos. Eu disse que não tínhamos lugar, mas ele mandou um engenheiro no prédio escolar, situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, e como era um prédio muito grande, o engenheiro dividiu em classes, fizemos até um mini auditório. Ele mandou uma verba de “trinta milhões” e assumiu o compromisso com a Secretaria da Educação da seguinte forma: “Dou as condições e vocês dão mobiliários e os equipamentos”. A Secretária da Educação topou, de um ano para o outro, a escola que tinha antes cento e poucos alunos passou a ter quinhentos e poucos. (BALURA, 2018)

Chafic Balura (2018) destaca que, a partir dessa concepção, os representantes da Câmara e o Prefeito do município participaram de reuniões com a Direção do Colégio, com o intuito de atender às necessidades da clientela escolar.

Após as visitas, devido ao movimento que havíamos feito na comunidade, lutando para que pudéssemos ter um prédio próprio, imediatamente o prefeito mandou uma mensagem para a Câmara Municipal doando o terreno para o Colégio. Desse modo, conseguimos um terreno situado na avenida Brigadeiro Faria Lima, onde hoje está a Secretária da Fazenda, mas ao nosso entender, precisávamos de um lugar mais tranquilo, onde nossos alunos pudessem transitar normalmente, com isso, o prefeito nos disse para chamar o diretor do Departamento de Ensino Técnico para que pudesse escolher outro terreno junto conosco. O diretor escolheu “este aqui”, da avenida dos Estudantes, imediatamente, o presidente da Câmara, Olavo Talfic, uma pessoa maravilhosa, aprovou o terreno e o prefeito fez a doação. (BALURA, 2018)

Em 2 de maio de 1974, a Lei Municipal nº 1.804, sancionada pelo Prefeito Municipal Dr. Wilson Romano Calil, autorizou a doação da quadra do terreno de 10.519,37 m², no loteamento “Jardim Herculano”, situado na Avenida Dos Estudantes, para construção, por parte da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, do Edifício destinado ao Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto e ao Ginásio Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto”.

Por conseguinte, o vereador municipal, Rubens Bonvino, presidiu a comissão da caravana a São Paulo para apresentar o “lay-out” do projeto de construção do prédio escolar. A caravana a São Paulo era integrada pelo Vereador Rubens Bonvino; pelos Diretores do Colégio Técnico Industrial, Chafic Balura, e do Ginásio Industrial, Clóvis Sanfelice e pelo Professor da área de Edificações do Colégio Técnico Industrial, Geraldo Pecatielo. O objetivo da caravana era apresentação do “lay-out” para o projeto de construção do prédio escolar, conforme publicação abaixo do Jornal Folha de Rio Preto, de 15 de maio de 1974. (Figura 2)

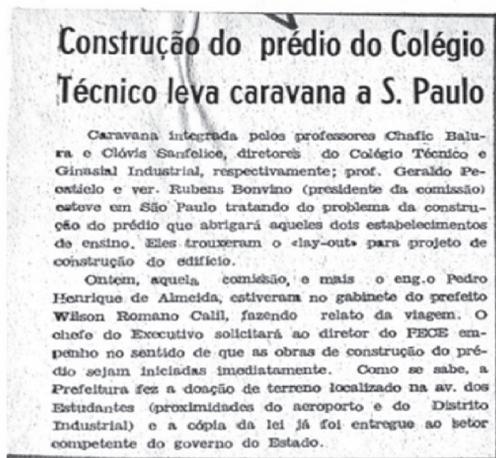


Figura 2 – Publicação na Folha de Rio Preto, em 15 de maio de 1974.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

Em continuidade aos fatos relatados, nos dias 20 a 21 de junho de 1974, na função de Diretor, Chafic Balura representou a Instituição no II Encontro de Diretores de Colégios Técnicos no Hotel Água de São Pedro, realizado na cidade de Água de São Pedro, Estado de São Paulo (Figura 3).



Figura 3 – II Encontro de Diretores de Colégios Técnicos no Hotel Água de São Pedro, cidade Água de São Pedro, São Paulo, em 1974.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

Na Figura 3, que refere-se ao II Encontro de Diretores de Colégios Técnicos, encontram-se, da esquerda para direita, o Professor Alberto Rezende, Inspetor da 9ª IREP de Ribeirão Preto/SP; o Professor Ídio Zucchi, Inspetor Regional de São José do Rio Preto, 11ª IREP (Inspetoria Regional do Ensino Profissional) do Departamento do Ensino Técnico; o Professor Jorge Clozel Netto, Diretor de Divisão – DETEC; o Professor Chafic Balura, Diretor do CTI – Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto; o Professor Carlos Cândido Maggiori, Diretor do Colégio Técnico Industrial de Bebedouro; o Professor Minori Utuni, Diretor do Colégio Técnico Industrial de Franca, São Paulo.

Na sequência dos fatos, como mencionado neste estudo, a Prefeitura Municipal havia cumprido com a promessa de doação do terreno da Avenida Dos Estudantes; entretanto, era necessário continuar o trabalho de reivindicação, já que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo não havia realizado a construção do edifício escolar conforme combinado.

É notório que os representantes da Prefeitura e da Câmara de Vereadores não mediram esforços para solucionar o problema de falta de espaços apropriados. Nesse sentido, fez-se relevante mobilizar a sociedade com novas matérias jornalísticas. (Figura 4)

FOLHA DE RIO PRETO

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 26-6-1974

4.500 m² para o Centro Interescolar

O prefeito Wilson Romano Calli, ao receber ontem membros da comissão que estiveram em São Paulo, cuidando do problema da construção do Centro Interescolar de Ensino Técnico, afirmou que a municipalidade fará a doação de mais 4.500 m² solicitados pelo FECE para a implantação daquele importante Centro, mesmo depois de já ter doado área superior a 10.000 m².

Como se recorda, para a construção do Centro Interescolar de Ensino Técnico, o FECE solicitou mais área, uma vez que o empreendimento é de vulto. Membros da comissão foram recebidos ontem pelo

prefeito e expuseram o assunto. O prefeito, de imediato, disse que promoverá a doação da área solicitada. E para tanto a Prefeitura terá que fazer desapropriação. O terreno já doado fica nas proximidades do aeroporto.

A comissão que esteve em São Paulo estava integrada do dr. Silvio Benito Martini, representando o Executivo; ver. Rubens Bonvino, representando a Câmara; professores Chafic Balura e Clóvis Sanfelice, diretores do Colégio Técnico e do Ginásio Industrial; e prof. Ídio Zucchi, Inspetor Regional do Ensino Técnico.

Figura 4 – Publicação na Folha de Rio Preto, em 26 de junho de 1974.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

A Figura 4 apresenta a matéria jornalística intitulada: “4500 m² para o Centro Interescolar”; publicada pela Folha de Rio Preto em 26 de junho de 1974. Mas outros jornais também publicaram: “Faltam salas para o material que chegou do ensino técnico” pela “A Notícia”, em 10 de outubro de 1974; “Mais salas de aulas para o Colégio Técnico”, publicada pela Folha de Rio Preto, em 8 de janeiro de 1975, e o material jornalístico intitulado “Mais salas de aulas para o Colégio Técnico”, publicado pelo Diário da Região, no dia 10 de janeiro de 1975.

Sabe-se que as matérias jornalísticas acima foram frutos do encaminhamento da gestão do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto com a Câmara Municipal e juntamente com o Prefeito do Município.

Ainda que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tenha concedido os mobiliários a pedido do Prefeito Municipal Wilson Romano Calil, outra reunião fora realizada em dezembro de 1974, pois era necessário reivindicar, novamente, a construção do edifício escolar. (Figura 5)



Figura 5 – Reunião da Direção do Colégio Técnico Industrial com representantes da Prefeitura e Câmara Municipal, em dezembro de 1974, para reivindicar a construção do edifício escolar.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

Na Figura 5, da esquerda para direita, têm-se, reunidos, em dezembro de 1974, um representante da Prefeitura do Município; o Professor e Coordenador da área de Mecânica, Arnaldo Cecconi; Wilson Romano Calil, Prefeito de São José do Rio Preto de 1973 a 1976 (com braços cruzados); Néelson de Carvalho Seixas (de terno), Vereador rio-

pretense de 1972 a 1975; Chafic Balura (de óculos escuros), Diretor do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto; Clemente Pesarini, Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos no período de 1973 a 1976; Rubens Bonvino, Vereador rio-pretense de 1973 a 1976, personalidade de grande importância, pois esteve junto com a equipe escolar na reivindicação do terreno para a construção do prédio próprio para Unidade Escolar; por último, um representante da Prefeitura de São José do Rio Preto.

Incansavelmente, a prefeitura municipal, sob a direção do Prefeito Dr. Wilson Romano Calil, enviou o Ofício nº 05/75, em 8 de janeiro de 1975, dirigido ao Coordenador do Ensino Técnico, Erasmo de Freitas Nuzzi, registrado no Cartório do 3º Ofício de São José do Rio Preto, em dez de janeiro de 1975, para solicitar o seu apoio e reafirmar o desejo de ver construído, em 1975, o prédio próprio do Colégio Técnico.

Nesse Ofício nº 05/75, o Prefeito Municipal, Dr. Wilson Romano Calil, traçou o histórico do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto e relatou que o Colégio Técnico ocupava um prédio cedido pela Prefeitura, mas que não atendia às necessidades da clientela. Relata que as gestões de Chafic Balura e de Clóvis Sanfelice promoveram contínuos encontros com a Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal e assessores municipais, com objetivo de informar a todos a respeito das vantagens do ensino profissionalizante e de suas implicações para o progresso e desenvolvimento da cidade no plano de industrialização. Além disso, expôs o problema da falta de espaço adequado e falta de salas de aulas suficientes, argumentou que o número de inscrições para exame de seleção havia aumentado de duzentos e quarenta alunos, em 1974, para quatrocentos e cinco inscritos em 1975, impossibilitando o atendimento a todos inscritos. Justificou que, se existissem mais salas de aulas, a clientela escolar dobraria, automaticamente, expandiria a demanda do ensino técnico. O Prefeito Wilson Romano Calil defendeu a necessidade de serem dadas ao Colégio Técnico todas as condições para o bom funcionamento, e registrou, no Ofício nº 05/75, as seguintes palavras: “o aluno de hoje procura profissão que assegure o seu futuro amanhã: e isto pode ser obtido através dos cursos profissionalizantes”.

Novas manifestações da Câmara Municipal foram realizadas, tanto que, em 13 de fevereiro de 1975, o presidente da Câmara do Município, Vereador Olavo Taufic, encaminhou o ofício nº 656/75, ao Diretor do Colégio Chafic Balura, a fim de comunicar a aprovação do Requerimento nº 1/75, de autoria de Vereador Rubens Bonvino, e para manifestar voto de aplauso pelo dinamismo e pelo extraordinário trabalho à frente do Ensino Técnico.

Em 8 de maio de 1975, o presidente da Câmara do Município, Vereador Olavo Taufic, encaminhou mais um ofício sob a numeração 1.205/75, registrado na 13ª sessão ordinária do corrente ano, ao Diretor do Colégio Chafic Balura, a fim de comunicar a aprovação do Requerimento nº 142/75, de autoria de Vereador Rubens Bonvino, e para

congratular o conceituado estabelecimento de Ensino Técnico pelo lançamento do Jornal Escolar “Canguru”, primeira edição, exemplar número 1.

Na primeira página do exemplar número 1, da primeira edição, do Jornal escolar “Canguru” do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, publicação de março/abril de 1975 (Figura 6), há textos sobre a história escolar, sobre a merenda escolar e agradecimentos ao Prefeito Municipal, Wilson Romano Calil.



Figura 6 – Publicação no Jornal Escolar Canguru de março/abril de 1975.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

Em 26 de junho de 1975, a matéria jornalística denominada “Prédio para CTI”, publicada pelo Diário da Região, relatou que o Professor Ubirajara Ramos, Coordenador do Ensino Técnico, em ofício ao Professor Ídio Zucchi, Delegado do Ensino Técnico, informou

que estava incluída no programa FECE a construção do prédio do Colégio Técnico, e solicitou providências junto à Prefeitura, no sentido de fornecer três cópias heliográficas do levantamento topográfico com curvas de nível, a fim de que fosse desenvolvido o projeto de locação. Percebe-se, assim, que a mídia jornalística acompanhava os assuntos de interesse do cotidiano do Colégio Técnico Industrial.

No ano de 1975, em pleno período de busca para conseguir verba para construção do prédio próprio, mudanças educacionais ocorreram com o Decreto Estadual nº 7.400/75 da rede física, determinando que os Ginásios Industriais fossem extintos; por conseguinte, houve a fusão do Ginásio Industrial com o Colégio Técnico Industrial São José do Rio Preto. Diante do exposto, o Colégio recebeu do Ginásio Industrial o patronímico: “Philadelpho Gouvêa Netto”.

Na sequência, em 27 de janeiro de 1976, o Colégio Técnico Industrial São José do Rio Preto passou a denominar Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” pela Resolução da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, S.E. 22 de 1976. Conseqüentemente, a Direção também mudou, encerrando a gestão de Chafic Balura, em 28 de fevereiro de 1976, e automaticamente, iniciou-se a nova gestão do Diretor Armando Francisco Poles, que assumiu em 4 de março de 1976. Segundo Chafic Balura,

Tivemos que encerrar nossa gestão, o professor Clóvis Sanfelice encerrou a direção do Ginásio Industrial; eu do Colégio Técnico Industrial devido ao Decreto nº 7.400/1975, da rede física. O professor Armando Francisco Poles, quem tínhamos amizade, foi o primeiro da lista de classificação para o cargo de direção, assumiu a direção do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, ele já tinha noção de ensino técnico e experiência com passagem e trabalho no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). (BALURA, 2018)

Desse modo, na presença do Diretor do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, Armando Francisco Poles, foi aprovada a planta baixa e a maquete para edificação do prédio escolar no primeiro semestre de 1976, conforme a fotografia da Figura 7, em que o Prefeito Municipal Wilson Romano Calil assinou a aprovação do projeto para construção, juntamente com o Vereador Municipal, representante da Câmara, José Barbar Cury.



Figura 7 – Aprovação da planta baixa e da maquete do prédio escolar em 1976. Da esquerda para direita, têm-se o Vereador José Barbar Cury, o Prefeito Municipal Wilson Romano Calil e o Diretor do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, Armando Francisco Poles.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

Após anos de luta, as obras de construção do edifício escolar iniciaram em 1976, na gestão do Governador do Estado Paulo Egydio Martins, com atribuição da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e segundo as normas e procedimentos para execução de edifícios escolares, padronizadas para escolas de primeiro grau. Chafic Balura informou que,

Naquela época, os prédios escolares eram construídos de acordo com a força política do município. Como o prefeito Wilson Romano Calil tinha uma amizade muito boa com o governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, conseguimos a verba destinada para a construção do prédio próprio. (BALURA, 2018)

No período de construção do edifício próprio do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, o Prefeito Municipal Wilson Romano Calil e o governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, visitaram as obras de construção em 1976, conforme fotografia da Figura 8.



Figura 8 – Visita do Prefeito Municipal, Wilson Romano Calil, e o governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, às obras de construção do edifício do Centro Estadual Interescolar Philadelpho Gouvêa Netto, em 1976.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

A gestão do Prefeito Municipal, Wilson Romano Calil, finalizou no final de 1976, quando a construção do prédio escolar fora concluída. O edifício contava com área ocupada de 4.848 m², área livre de 5.952 m², e terreno total de 10.800 m². Em janeiro de 1977, a comunidade escolar passara por novo desafio, precisava realizar a mudança do prédio da avenida Brigadeiro Faria Lima para o prédio da Avenida Dos Estudantes. Segundo Chafic Balura,

O prédio foi concluído durante a administração do prefeito municipal, Dr. Wilson Romano Calil em 1976, mas o governo do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, por problemas políticos da época, seguiu a inauguração do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, para agosto de 1977, com isso, o Dr. Wilson Romano Calil não esteve presente, pois sua administração terminara antes da inauguração, tanto é verdade que a mudança para o prédio próprio ocorreu antes, em janeiro, e não em seis de agosto, data da inauguração. (BALURA, 2018)

Nos dias anteriores à inauguração do edifício escolar do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, em 3 e 4 de agosto de 1977, os jornais publicaram

matérias sobre o programa de visita do Governador Paulo Egydio Martins à inauguração de obras do governo do Estado de São Paulo, realizadas em Rio Preto e Região.

No dia 6 de agosto de 1977, o governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, acompanhado de ilustre comitiva, inaugurou, entre outras obras, o prédio escolar do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”. A comitiva contava com a presença da equipe do governo – entre eles, o Secretário dos Transportes, o Secretário da Educação, o Chefe da Casa Civil, o Secretário do Turismo, o Presidente da CONESP (Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo), e outras autoridades do governo paulista. O governador do Estado de São Paulo realizou a cerimônia de descerramento da placa de inauguração do edifício escolar e discursou a todos presentes: autoridades estaduais, autoridades municipais, visitantes, direção, funcionários, professores e alunos do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”. (Figura 9)



Figura 9 – Cerimônia de descerramento da placa de inauguração do edifício escolar pelo Governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, em 6 de agosto de 1977.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

Com isso, finalizam-se os relatos sobre os acontecimentos históricos escolares ocorridos na década de 70: de 6 de novembro de 1970, quando a Unidade Escolar era denominada Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, até 6 de agosto de 1977, data da inauguração do edifício escolar, período em que a instituição era denominada Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” desde 27 de janeiro de 1976.

É necessário destacar que, ao discorrer-se sobre os fatos a partir das fotografias e das publicações jornalísticas – suportes materiais da memória – ressaltam-se as narrativas, suportes imateriais da memória, que expressam os anseios e as necessidades da comunidade escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1970, pôde-se contar com o colaboração da imprensa e o apoio da Câmara Municipal, que caminharam juntas com a instituição, uma vez que reconheceram o valor do Ensino Técnico, o compromisso e seriedade da equipe gestora, e a importância da profissionalização para os estudantes.

Cabe ressaltar que narrar fatos requer do historiador um estudo árduo, uma investigação minuciosa que precisa se preocupar com a ordem cronológica, montando, assim, um “quebra-cabeça” de documentos textuais, documentos iconográficos, e relatos orais. Para Meihy (2005, p.19), a história oral garante o sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e sentem-se parte do contexto em que vivem.

Em função disso, o estudo exposto articula a cultura, os sujeitos, os espaços e o tempo escolares, à vista de ampliar o acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto, propiciando, assim, a catalogação e o registro de fichas iconográficas das fotografias e das publicações jornalísticas, realizadas na década de 70, a fim de fomentar os estudos e pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional.

6. REFERÊNCIAS

BALURA, Chafic. **Entrevista concedida à professora Jurema Rodrigues**, em São José do Rio Preto/SP, em 10 de março de 2018. Disponível em:

<http://www.memorias.cpsctec.com.br/historiaoraldocVer.php?cma=91&vol=3>

Acesso em: 01 fev. 2021.

BONVINO, Rubens. Câmara Municipal de São José do Rio Preto/SP. **Requerimento nº 1/75 do vereador**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

BONVINO, Rubens. Câmara Municipal de São José do Rio Preto/SP. **Requerimento nº 142/75 do vereador**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

CALIL, Wilson Romano. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP. **Lei nº 1804/74**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho.

CALIL, Wilson Romano. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP. **Ofício nº 05/75**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR PHILADELPHO GOUVÊA NETTO. **Fotografia da Cerimônia de descerramento e inauguração do edifício, agosto de 1977**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR PHILADELPHO GOUVÊA NETTO. **Fotografia da Reunião da aprovação da planta baixa do edifício escolar na Prefeitura Municipal, 1976**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR PHILADELPHO GOUVÊA NETTO. **Fotografia da Visita do prefeito Wilson Romano Calil e o governador Paulo Egydio Martins, às obras de construção do edifício escolar, 1976**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Fotografia do II Encontro de Diretores de Colégios Técnicos no Hotel Água de São Pedro, Água de São Pedro, SP, 1974**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Fotografia da Reunião de Chafic Balura com os representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal, dezembro de 1974**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Fotografia da Reunião de Chafic Balura com os representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal, março de 1974**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

FOLHA DE RIO PRETO. Matéria jornalística. **Câmara lutará pela construção do Colégio Técnico Industrial, março de 1974**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

FOLHA DE RIO PRETO. Matéria jornalística. **Construção do prédio do Colégio Técnico leva caravana a S. Paulo, maio de 1974**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

FOLHA DE RIO PRETO. Matéria jornalística. **Mais salas de aulas para o Colégio Técnico**, janeiro de 1975. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

FOLHA DE RIO PRETO. Matéria jornalística. **4500 m² para o Centro Interescolar, junho de 1974**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

JORNAL A NOTÍCIA. Matéria jornalística. **Faltam salas para o material que chegou do ensino técnico, outubro de 1974**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO. Matéria jornalística . **Prédio para CTI, junho de 1975**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

JORNAL ESCOLAR. **Canguru**, 1ª edição, exemplar número 1. Publicação de março/abril de 1975. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2018.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista.

MEIHY, José Carlos S.B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **História e Memória: algumas observações**. 2005.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. (org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.

SEIXAS, Néelson de Carvalho. Câmara Municipal de São José do Rio Preto/SP. **Ofício nº 374/74**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho, em 2018.

TAUFIC, Olavo. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP. **Ofício nº 656/75**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho, em 2018.

TAUFIC, Olavo. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP. **Ofício nº 1205/75**. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho, em 2018.

NARRATIVA SOBRE A HISTORIOGRAFIA E AS PRÁTICAS DE REGISTROS DE ARTEFATOS NO CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC PROFESSOR MATHEUS LEITE DE ABREU

Sueli Mara Oliani Oliveira Silva. Paulo Antônio Sacchi
Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma narrativa que busca discorrer sobre a historiografia e as práticas de registros dos artefatos que compõem o acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual (Etec) Professor Matheus Leite de Abreu, em Mirassol/SP.

A partir de 2014, a produção historiográfica da escola vem sendo desenvolvida pela Professora Sueli Mara Oliani Oliveira Silva, por meio de projetos anuais de horas-atividade específicas, com o objetivo de proteger, promover e integrar estudos e pesquisas voltados à reconstrução da memória do patrimônio histórico educativo e do patrimônio cultural da ciência e tecnologia dessa escola técnica agrícola.

Sob essa perspectiva, o Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu foi criado, em 2015, durante a comemoração do cinquentenário da inauguração da escola (1965 a 2015). Em seu acervo, encontram-se, devidamente conservados, 130 artefatos que foram empregados, por muitos anos, nas práticas escolares desenvolvidas pelo curso mais antigo da instituição: o Técnico em Agropecuária.

Dentre esses artefatos utilizados para as práticas escolares do curso em questão, 26 foram selecionados para a composição do projeto elaborado para o ano de 2018, denominado “Práticas de registro dos artefatos para a historiografia e difusão do acervo do Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu”, relacionado à meta: “8.4.1 – Capacitações de consolidar a catalogação de 20% do acervo do Centro de Memória da Educação Profissional do Centro Paula Souza”, dentro do Plano de Metas da Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec) do Centro Paula Souza.

Os métodos utilizados para narrar a história desses artefatos contaram com pesquisas em fontes documentais da escola; pesquisas em livros e sites especializados; entrevistas de

história oral com os professores mais antigos em exercício: Leônidas Márcio Teixeira, desde 1994; Osmar Scrivante Júnior, desde 1981; e Paulo Antônio Sacchi, desde 1980; para a confecção das fichas de registro do objeto, a fim de produzir um catálogo digital e impresso.

Assim, a história presente em cada objeto estudado neste trabalho contribui para o enriquecimento da coleção de artefatos localizados no acervo do centro de memória, como, também, valoriza o patrimônio cultural histórico-educativo como fonte de pesquisa e ampliação do acesso à cultura e visibilidade da instituição.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRIAÇÃO DOS CENTROS DE MEMÓRIA NO CENTRO PAULA SOUZA

A história da educação das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza ganha relevância a partir do final da década de 1990, com a criação dos Centros de Memória. De acordo com Moraes; Zaia (2013, p. 48), entre 1998 e 2002, foi desenvolvido o projeto de historiografia “Pesquisa sobre o ensino público do Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais ou Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais mais antigas do Estado de São Paulo”, em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), sob a coordenação das professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes (FEUSP) e Júlia Falivene Alves (Cetec), com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Esse projeto visou promover o encontro entre pesquisa e atividade pedagógica, por meio da integração dos diferentes agentes das práticas escolares na produção do conhecimento histórico (MORAES e ZAIA, 2013, p.48). Em sua implementação, foram instalados Centros de Memória em oito Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza: Etec Carlos de Campos e Etec Getúlio Vargas, em São Paulo; Etec João Belarmino, em Amparo; Etec Bento Quirino, em Campinas; Etec Júlio Cardoso, em Franca; Etec Fernando Prestes, em Sorocaba; Etec Cônego José Bento, em Jacaré; e Etec Aristóteles Ferreira, em Santos.

Entre as ações desenvolvidas, estava presente a organização, em cada instituição, do arquivo permanente/histórico, capacitar professores e alunos das escolas técnicas de conservação preventiva e acesso à informação e promover encontros com as escolas envolvidas para a socialização das experiências. Dessa forma, constituiu-se em seus acervos documentais, banco de dados informatizados, espaço para exposição de fotos e objetos museológicos, sala de consulta e pesquisa, viabilizando o acesso do público em geral e de pesquisadores, em particular, aos seus documentos textuais, iconográficos, museológicos, às entrevistas/depoimentos de seus ex-alunos, ex-professores e funcionários. (MORAES; ZAIA, 2013, p.50)

Uma vez constituídos, os Centros de Memória passaram a integrar a vida escolar, a fazer parte do plano pedagógico de cada escola técnica. Em 2003, para contribuir com a manutenção dos estudos e pesquisas em algumas unidades do Centro Paula Souza, foram propostos projetos com horas-atividade específicas e realizados por professores que atuam nos Centros de Memória de Amparo, Campinas, Franca, Jacareí, Santos, São Paulo e Sorocaba. (CENTRO PAULA SOUZA, 2018)

Na Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em Mirassol, esse trabalho começou a ser desenvolvido, sob a responsabilidade da professora e curadora Sueli Mara Oliani Oliveira Silva que, em 2015, implantou o Centro de Memória na instituição.

Em 2018, o Centro Paula Souza conta com dezoito Centros de Memória (Quadro 1), que participam do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e História da Educação Profissional (GEPEMHEP), criado em 2008 (CARVALHO, 2011).

Quadro 1 – Escolas Técnicas Estaduais que possuem Centros de Memória, cidades onde estão instalados, e o ano de fundação.

Escola Técnica Estadual	Cidade	Ano da fundação
Etec Getúlio Vargas	São Paulo	2000
Etec da Carlos de Campos	São Paulo	2000
Etec João Belarmino	Amparo	2000
Etec Bento Quirino	Campinas	2000
Etec Dr. Júlio Cardoso	Franca	2000
Etec Cônego José Bento	Jacareí	2000
Etec Fernando Prestes	Sorocaba	2000
Etec Dona Escolástica Rosa	Santos	2000
Etec Professor Alcídio de Souza Prado	Orlândia	2008
Etec José Rocha Mendes	São Paulo	2011
Etec Philadelpho Gouvêa Netto	São José do Rio Preto	2012
Etec João Gomes de Araújo	Pindamonhangaba	2013
Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza	São Paulo	2014
Etec Pedro Ferreira Alves	Mogi Mirim	2015
Etec Trajano Camargo	Limeira	2015
Etec Professor Matheus Leite de Abreu	Mirassol	2015
Etec João Jorge Geraissate	Penápolis	2016
Etec Sylvio de Mattos Carvalho	Matão	2017

Fonte: Elaborado pelos autores, em 2018.

3. CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC PROFESSOR MATHEUS LEITE DE ABREU: PRÁTICAS DE REGISTROS DE ARTEFATOS

A pesquisa sobre a história da educação na Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu se inicia em 2014, e permanece atuante até o presente, sob a responsabilidade da Professora Sueli Mara Oliani Oliveira Silva que, mediante a atribuição de projetos com horas-atividade específicas, vem realizando estudos e pesquisas sobre a historiografia da escola, com o objetivo de proteger e promover a reconstrução da memória e do patrimônio cultural histórico educativo e da ciência e tecnologia da escola.

Os projetos realizados pela professora na instituição foram respectivamente: “Resgatando a história da Etec Professor Matheus Leite de Abreu: Escola de Iniciação Agrícola de Mirassol e Colégio Técnico Agrícola de Mirassol (1965 a 1975)”, em 2014, e “Trajetória do Curso Técnico em Agropecuária de 1976 a 1985 no Acervo do Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu”, em 2016. Para realizar esses projetos definiu-se um recorte temporal de 1965 a 1985, buscando diferentes sujeitos para identificar as práticas escolares na produção do conhecimento histórico, referente à trajetória do curso mais antigo da instituição: o Técnico em Agropecuária.

Nesses estudos, foi possível perceber o cotidiano da escola na época, as transformações curriculares do curso, o perfil dos discentes, o quadro docente com as respectivas disciplinas lecionadas, o quadro de funcionários e o registro de fotos, resultando em duas produções historiográficas impressas e gravadas em mídias digitais, disponíveis para a consulta de toda a comunidade escolar no acervo do Centro de Memória da escola.

No ano de 2015, foi o criado o Centro de Memória durante a comemoração ao cinquentenário da inauguração da escola (1965 a 2015), por meio do projeto “Estudo dos objetos científicos e tecnológicos do Curso Técnico em Agropecuária no acervo do Centro de Memória da Etec Prof Matheus Leite de Abreu”.

Para a composição desse acervo foi realizada uma busca nas dependências da escola, por objetos que fizeram parte das práticas escolares e pedagógicas do referido curso, que contou com a colaboração de professores, funcionários e alunos.

Foram encontrados e estudados os seguintes objetos: uma Carroça, um Trator “Cinquentinha”, uma Bigorna, uma Furadeira de Bancada, uma Morsa de Cano, uma Serra Circular para Madeira, quatro Livros, uma Caixa de Alumínio com aparelhos odontológicos, um Armário de uso odontológico, um Armário para enfermaria, uma Chocadeira elétrica artesanal, um Cilindro para massa, um Cilindro para moagem de cana, um Enxó, um Extrator de grampos, uma Bandeja e uma Tampa para esterilização de materiais, uma Morsa de cano, vinte Painéis Fotográficos com 632 fotografias, um Planímetro, três

Seringas dosadoras, quatro Teodolitos Ótico Mecânico, dois Trançadores, um Triturador de grãos, sessenta e seis Troféus, totalizando 118 dezoito artefatos.

Para o ano de 2017, foi elaborado o projeto “Catalogação e dinamização do acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu”. O projeto proporcionou o registro da história e a catalogação dos objetos científicos e tecnológicos do curso Técnico em Agropecuária, que foram diversificados em onze livros, três painéis fotográficos com trinta e uma fotografias cada; instrumentos odontológicos: Fórceps 150, Fórceps 18R, Fórceps 18L, Porta Amálgama e duas seringas anestésicas; armário odontológico e enfermaria; bandeja com tampa de amálgama para esterilização; carro de madeira (carroça); enxó; extrator de grampo; morsa de cano; chocadeira elétrica artesanal; duas seringas e uma pistola dosadora e o teodolito ótico mecânico, artefatos que compõem o acervo histórico do Centro de Memória.

O processo metodológico para o inventário e a catalogação desses artefatos seguiu as orientações propostas pelo GEPEMHEP do Centro Paula Souza: pesquisa da história de cada objeto por meio das fontes documentais primárias e secundárias, da história oral, sites especializados; elaboração da ficha de registro do objeto; etiqueta de identificação; registro no livro tomo; pesquisa no Fundo Etec Professor Matheus Leite de Abreu, a partir do organograma com as denominações que a escola recebeu, subgrupos com os nomes dos cursos que a escola ofereceu; as séries com as siglas representando os departamentos administrativos da escola para localização dos documentos inventariados; organização do catálogo por meio de máscara padrão com fotos e dados característicos de três objetos por lâmina selecionados de acordo com a área de estudo.

Em continuação ao trabalho de catalogação do acervo do Centro de Memória da escola, foi elaborado, para o ano de 2018, o projeto: “Práticas de registro dos artefatos para a historiografia e difusão do acervo do Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu”. Em seu acervo, já se encontram registrados 130 artefatos, dentre esses, 26 objetos (Figura 1) foram selecionados para a composição desse estudo.

A metodologia utilizada para a realização das práticas preservacionistas segue as mesmas orientações propostas pelo GEPEMHEP do Centro Paula Souza (CARVALHO, 2017), que conta com pesquisas para escrita da história dos objetos selecionados; etiqueta de identificação (Figuras 2 e 3); registro no livro tomo (Figura 4); confecção da ficha de registro; catálogo digital (Figura 5) e impresso.

Nas entrevistas de história oral, o Professor Leônidas Márcio Teixeira conta a história de quatro painéis fotográficos e da placa de madeira entalhada com o nome da instituição; o Professor Osmar Scrivante Júnior relata sobre o aparador de grama, arreio para aparelhar cavalos, balança mecânica antropométrica, chocadeira artesanal elétrica, furadeira de bancada, máquina de engenho para moagem de cana, serrote traçador,

retroprojektor, dois instrumentos odontológicos: balança para amálgama e mercúrio e pinça, e quatro troféus de competições escolares; e o Professor Paulo Antônio Sacchi descreve sobre os seis objetos que compõem os teodolitos húngaros da marca MOM Budapest e o alceador de ramos.



Figura 1 – Artefatos pesquisados para produção de fichas de registro de objeto.

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

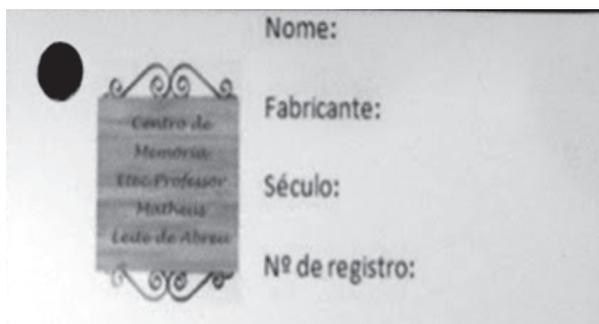


Figura 2 – Etiqueta de identificação dos artefatos.

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

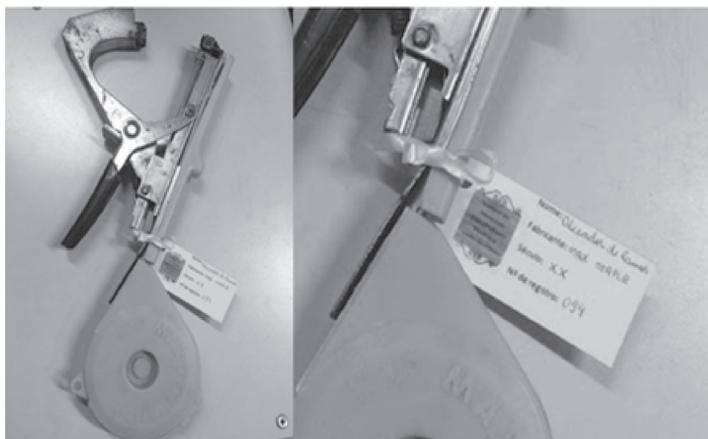


Figura 3 – Alceador de ramos com a etiqueta de identificação.

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

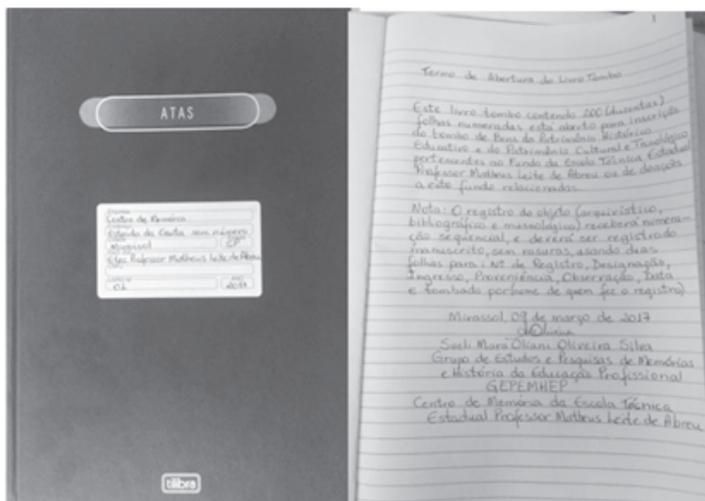


Figura 4 – Livro tombos do Centro de memória.

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018



Nome: Alceador de ramos

Numero: 0094 - 2018

Numero de registro: 0094

Fabricante: MAX STAPLE 604C 604E - Japan

Localização: Centro de Memória da Escola
Técnica Estadual Professor Matheus Leite de
Abreu

Dimensões: 2,4 X 33,4 X 16,0 cm

Nome: Aparador de Grama

Número: 0095 - 2018

Numero de registro: 0095

Fabricante: General Eletnc

Localização: Centro de Memória da Escola
Técnica Estadual Professor Matheus Leite de
Abreu

Dimensões: 110 X 22 X 22 cm



Nome: Furadeira de Bancada

Numero: 0099 - 2018

Numero de registro: 0099

Fabricante: HELMO - FUNDEMAC - Fundação de
Máquinas S.A.

Localização: Centro de Memória da Escola
Técnica Estadual Professor Matheus Leite de
Abreu

Dimensões: 100 X 55 X 24 cm.



Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu

Figura 5 – Exemplo de lâmina para o catálogo digital: Alceador de ramos, Aparador de grama e Furadeira de bancada.

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4. AS HISTÓRIAS DOS ARTEFATOS PARA FICHA DE REGISTRO DE OBJETO

A história dos artefatos que fazem parte do patrimônio histórico educativo da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em Mirassol, contou com a pesquisa em sites especializados, em fontes documentais da escola, livros e entrevistas de história oral. A origem e evolução de cada artefato pesquisado foram inseridas na ficha de registro dos objetos que compõem o acervo do Centro de Memória da instituição.

4.1. Alceador de ramos

O alceador de ramos, da marca MAX TAPENER HT – B, é um instrumento que tem a finalidade de prender o broto da planta, para que as plantas subam ou desçam em busca da luz solar. Constituído de recipiente para fita adesiva plástica que é encaminhada para uma ponta do aparelho, com o objetivo de fixar as plantas e galhos. Foi adquirido pela escola, na década de 1980, por ocasião da implementação de um projeto de uva Itália, com mais de cinquenta pés, sob a responsabilidade da Professora Inês Bernardi Cezarino¹, que fazia o tutoramento, condução dos brotos e podas por toda a parreira nas aulas da área da Agricultura. Após o fim do projeto em 1988, foi utilizado pelo Professor Paulo Antônio Sacchi, no tutoramento de tomates em estufas. A partir de 2015, passa a fazer parte do acervo do Centro de Memória, sendo inventariado pelo número 94 no livro tomo dos objetos.



Figura 6 – Alceador de ramos

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

¹ Engenheira Agrônoma e Professora da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, Mirassol, no período de 1979 a 2007.

4.2. Aparador de grama

O Aparador de grama da marca General Electric, modelo B 350 – 22.7582.32, equipamento usado para cortar ou aparar a grama deixando-a com um corte harmônico, foi adquirido pela escola na década de 1980. Muito utilizado pelo funcionário Adelinio Cassini² para fazer a manutenção da praça e do campo de futebol da escola, até quando foi desativado em 1993, ano que o funcionário se aposenta. Depois, o aparador de grama ficou conservado na ferramentaria da escola. A partir de 2018 passa a integrar o acervo do Centro de Memória, sendo inventariado no livro tomo com o número 095.



Figura 7 – Aparador de grama

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.3. Arreio para aparelhar cavalos

Arreio é a denominação para um conjunto de peças que compõem toda a vestimenta de equinos permitindo sua montaria. Esse equipamento é aparelhado sobre

² Funcionário da área agrícola da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, Mirassol, no período de 21 de maio de 1968 a 19 de agosto de 1993.

a região dorso-lombar do cavalo, possibilitando um assento mais seguro para o homem. O arreio pertencente à escola é confeccionado em couro, armação de ferro e ferragens de latão. Nos registros escolares não foi possível encontrar o ano de sua fabricação e o nome de seu fabricante. Segundo o Professor Scrivante:

[...] o arreio fazia parte da arriada do cavalo, ele era utilizado pelo funcionário Waldemar, responsável pelo setor de bovinocultura da escola, para buscar o gado no pasto, facilitando o seu manejo no dia a dia [...], seu ano de aquisição na escola foi anterior a década de 1980 [...]. (SCRIVANTE, 2018)

O arreio ficou sob a responsabilidade do funcionário Waldemar Rodrigues dos Santos³, desde o início de sua contratação, em 1974, até o ano de sua aposentadoria em 2003. De 2003 a 2017 ficou armazenado na ferramentaria da escola. A partir de 2018, passa a fazer parte do acervo do Centro de Memória, sendo inventariado com o número 096 no livro tombo de registro dos objetos.



Figura 8 – Arreio para aparelhar cavalos

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

³ Funcionário da área agrícola da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, Mirassol, no período de 19 de agosto de 1974 a 26 de fevereiro de 2003.

4.4. Balança mecânica antropométrica

A balança mecânica antropométrica da marca Filizola foi adquirida no início da década de 1980 e foi inventariada com o número 097 no livro tomo dos objetos. Esse equipamento ficava no local da antiga enfermaria da escola, que funcionou no período de 1981 até 1997, quando foi desativada.

A balança era utilizada no início de cada ano letivo, com o objetivo de avaliar o peso e a altura de cada aluno, para registro nas fichas individuais das aulas de Educação Física. Além dessa prática, os alunos passavam por uma pequena avaliação, como aferir a pressão arterial, para demonstrar se estavam aptos a realizar as aulas práticas da referida disciplina.



Figura 9 – Balança mecânica antropométrica

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.5. Chocadeira artesanal para incubação de ovos

Uma chocadeira, ou uma incubadora de ovos, tem como objetivo principal proporcionar calor e umidade, permitindo chocar ovos de aves ou répteis. A chocadeira artesanal para incubação de ovos de codorna foi doada pelo Professor Darcy Amâncio no final da década de 1980 ou início da década de 1990, e começa a fazer parte do acervo do Centro de Memória a partir de 2015, inventariada com o número 098. Segundo Scrivante:

[...] essa chocadeira, é uma chocadeira pequena em relação às outras da época. Essa chocadeira foi uma doação que nós recebemos aqui na escola, no final da década de 80, início da década de 90, ela foi doada pelo professor Darcy Amancio, ele que fez essa chocadeira artesanal, não foi industrializada, ele era um professor de ciências, ele fez e doou pra nós. Aqui na escola nós tínhamos criações de codorna e essa chocadeira era para chocar os ovos de codorna pra fazer a reposição do plantel do projeto de desenvolvimento da codorna. (SCRIVANTE, 2018)



Figura 10 – Chocadeira artesanal para incubação de ovos
Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.6. Furadeira de bancada

A furadeira de bancada é utilizada para uso profissional em oficinas de marcenaria e carpintaria. Esse equipamento tem, em sua estrutura, uma bancada para que madeiras, concretos e metais sejam perfurados. A furadeira de bancada da marca HELMO – FUNDEMAC – Fundação & Máquinas S.A. foi adquirida na época em que a escola funcionava como Colégio Técnico Agrícola de Mirassol (1968 a 1976), subordinada ao Departamento do Ensino Agrícola vinculado à Secretaria da Agricultura. Nesse período houve investimentos para a montagem de muitos setores na escola, como uma pequena oficina que funcionava em um barracão do lado da casa da zeladoria. Essa oficina tinha alguns instrumentos, como a furadeira de bancada, que eram destinados para fazer a manutenção de enxadas, rastelos, foices, entre outros, utilizados no campo.

A furadeira de bancada passa a fazer parte do acervo do Centro de Memória a partir de 2015, sendo inventariada com o número 099 no livro tomo dos objetos.



Figura 11 – Furadeira de bancada

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.7. Instrumentos odontológicos: balança para amálgama e mercúrio e a pinça

Antigamente as escolas agrícolas contavam com gabinete dentário para realizar tratamento dentário aos alunos internos. Na escola, esse gabinete dentário funcionou no período de 1981 a 1985, onde trabalhavam os Dentistas: Otávio Paula Cunha Neto⁴ e Emilio Brandimarte⁵. Os dois instrumentos do gabinete dentário: a balança para amálgama e mercúrio e a pinça, foram inventariados com os números 100 e 101 respectivamente, no livro tomo dos objetos, e fazem parte do acervo memorial a partir de 2015.

4 Cirurgião Dentista que trabalhou na Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, Mirassol, no período de setembro de 1981 a 19 de setembro de 1982.

5 Cirurgião Dentista que trabalhou na Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, Mirassol, no período 1983 a 1985.



Figura 12 – Instrumentos odontológicos, balança e pinça
Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.8. Máquina de engenho para moagem de cana

A máquina de engenho para a moagem da cana faz parte do acervo a partir de 2015, sendo registrada com o número 102 no livro tomo dos objetos. Foi utilizada pela escola nas décadas de 1970 e 1980, no projeto de cana-de-açúcar, com o fim do projeto em 1981, ficou armazenada na ferramentaria da escola.

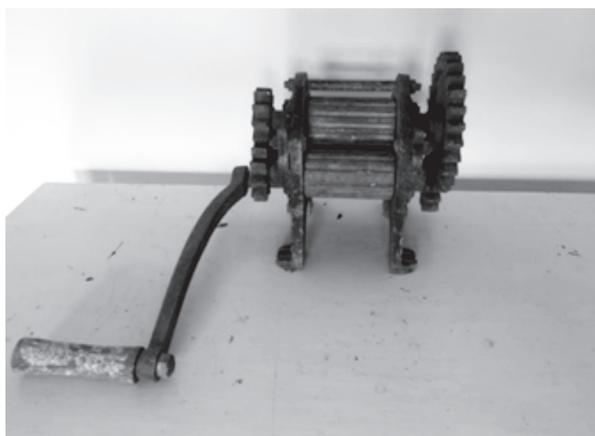


Figura 13 – Máquina de engenho para moagem de cana
Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.9. Painéis fotográficos

A história dos quatro painéis fotográficos foi relatada pelo Professor Leônidas Márcio Teixeira; neles, encontram-se 99 fotografias distribuídas sobre suporte de madeira, montados pela funcionária Denirce Aparecida Masson⁶ em 2004.

Nesses painéis, são apresentadas imagens de uma das primeiras turmas de formandos do curso Técnico em Agropecuária sob a Pedagogia da Alternância⁷, no ano 2000, com a solenidade de formatura na Casa de Cultura de Mirassol e a missa em ação de graças na Igreja Matriz de Mirassol. Retratam a antiga entrada da escola, demonstrando o cotidiano dos alunos nas aulas práticas agrícolas: ordenha do gado, no manejo da horta e das culturas de milho, café e goiaba, na década de 1990.

4.10. Placa de madeira da entrada da escola

A placa de madeira com o nome entalhado da escola ficava situada no antigo “mata-burro” na entrada da fazenda-escola. A placa foi esculpida em 2012, a pedido do então Diretor da época, Leônidas Marcio Teixeira, para facilitar a identificação da entrada da escola pela estrada da Grota da cidade:

[...] então, a escola, assim que eu assumi, eu achava que ela precisava de uma entrada mais imponente que chamasse mais atenção, porque muitas vezes as pessoas se perdiam nas entradas que tem na parte debaixo da grota [...] pra ficar mais fácil, foi mandado entalhar essa placa de identificação da escola e também foi feita uma nova entrada de eucalipto. [...] Ficou muito bonito e acho que deixava a marca registrada da escola, é uma placa mais rústica que retrata bem o setor agropecuário [...]. Em seu verso consta um agradecimento “Senhor a ti eu consagro a minha vida, em nome de Jesus, me guarde todo o mal”, retratando bem a religiosidade de nossos alunos e da escola numa maneira geral [...].

6 Funcionária da Diretoria Acadêmica da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, Mirassol, desde 1997, licenciada em Pedagogia.

7 Curso Técnico em Agropecuária sob a Pedagogia da Alternância, que funcionou no período de 1998 a 2014 na unidade, onde os alunos se revezavam em sessão escola e sessão família.

Em 2017, a placa acabou se desprendendo do suporte na entrada da escola, e passa a fazer parte do acervo memorial, sendo registrada com o número 130 no livro tomo dos objetos.

4.11. Retroprojektor

O retroprojektor 66–3M é um equipamento capaz de projetar imagens impressas em películas de plástico conhecidas como transparências ou acetatos sobre uma tela, ou parede. Essa película transparente é colocada entre uma fonte intensa de luz e uma lente convergente para a projeção da imagem. O retroprojektor da escola foi adquirido no início dos anos de 1980 e era utilizado por professores para ilustrarem as aulas teóricas, tanto da parte do ensino comum, como o do técnico.

Passa a fazer parte do acervo do Centro de Memória a partir de 2017, quando foi inventariado com o número 128.



Figura 14 – Retroprojektor

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.12. Serrote traçador gurpião

O serrote traçador gurpião é uma ferramenta de corte com uma lâmina larga e dentes afiados, usado normalmente para serrar madeira. Em cada ponta do instrumento

há uma argola em que, normalmente, coloca-se um cabo de madeira para o trabalhador segurar, assim, é necessária a participação de duas pessoas em seu manuseio.

No serrote inventariado com o número 129 e que pertence ao Centro de Memória da escola desde 2017, não foi encontrado o nome de seu fabricante. De acordo com Scrivante, o serrote foi adquirido, provavelmente, no início da década de 1980, e fazia parte dos equipamentos recebidos pelo Departamento do Ensino Agrícola vinculado à Secretaria da Agricultura:

[...] quando a gente chegou aqui no ano de 1981, esses trançadores já estavam dentro da escola [...] eles eram utilizados na época quando as árvores da mata próxima à escola caíam, a gente aproveitava a madeira, não tínhamos motosserra, era tudo cortado com os trançadores, inclusive, toda a parte do madeiramento dos aviários da escola da época foram construídos com essas madeiras cortadas com os trançadores e a serra circular [...]. (SCRIVANTE, 2018)

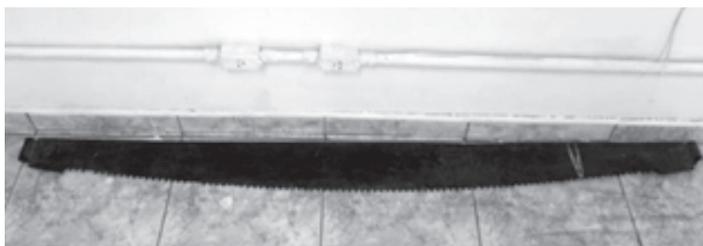


Figura 15 – Serrote traçador gurião

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.13. Teodolito Ótico Mecânico

O conjunto de equipamentos que compõem o Teodolito Ótico Mecânico da marca MOM Budapest foi adquirido pela escola na década de 1980. Composto por um teodolito de medição Te-B43; um nível de precisão K126 C; dois pontos de visada: um para ré e o outro para vante; três tripés para a sustentação dos equipamentos e duas caixas para armazenamento. Este equipamento funcionava com sistema elétrico movido por baterias não recarregáveis e possuía tecnologia mais avançada que os Teodolitos da marca Vasconcellos. Mas, foram pouco utilizados nas aulas práticas de Topografia pela dificuldade na instalação dos tripés com o nível de precisão, e pelo uso de baterias que precisavam ser substituídas constantemente para o seu manuseio.

Passam a pertencer ao acervo memorial no ano de 2015, sendo inventariados no livro tomo dos objetos com os números que vão dos 122 aos 127.



Figura 16 – Teodolito Óptico Mecânico

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

4.14. Troféus

No acervo do Centro de Memória, encontram-se inventariados sessenta e sete troféus, dentre eles, quatro foram selecionados para a composição desse estudo, que receberam a sequência numeral de 016 a 019. Grande parte dos troféus que a escola ganhou foi na década de 1990, quando participou ativamente dos campeonatos escolares no município de Mirassol. De acordo com Scrivante:

[...] aqui em Mirassol, antigamente, todo o ano tinha os campeonatos escolares que eram campeonatos entre as escolas do município [...] a escola nossa teve uma participação nessa década de 90, uma participação muito ativa [...] em várias modalidades ganhando várias premiações, esporte de bola, esporte de xadrez, vai ter esporte de baralho, então tem vários tipos de coisas, e os troféus maiores são de alguma modalidade específica e outros maiores são grandões mesmo, são de campeões do ano que a escola tinha conquistado o maior número de pontuação, digamos assim, ela era a escola campeã da cidade [...]. (SCRIVANTE, 2018)



Figura 17 – Troféu

Fonte: Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2018.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz parte, da ciência histórica, revisitar o passado e o compreender em suas nuances e peculiaridades de cada época estudada. É como o desenrolar de um emaranhado de fios, onde cada fio corresponde aqui, a um objeto estudado: qual a marca ou origem, como foi usado, por quem, por quanto tempo, quais foram os ganhos com seu uso para as práticas escolares; como cada um dos professores, em cada época, o utilizaram ou fizeram dele parte do aprendizado de cada aluno. Assim cada objeto ficou marcado pela sua própria história.

Os objetos antigos utilizados pela escola conservam neles uma fonte riquíssima para o estudo da história da instituição. É também uma referência da evolução tecnologia aplicada à época no campo, e nas salas de aula até os dias atuais. Além de seus usos e costumes.

Faz-se sempre necessário a revisita ao passado, prosseguindo com os estudos, cada vez mais aprofundados, procurando entender os objetos e as práticas escolares e pedagógicas. E, para isso, é necessário avançar com os estudos das práticas escolares, estudo do currículo, corpo docente, discente, quadro de funcionários a partir de 1986 até os dias atuais – como, também, ampliar o registro do catálogo dos objetos que compõem o acervo, uma vez que parte desse acervo foi inventariada nos projetos elaborados em 2015, 2017 e 2018.

Assim, a história presente em cada objeto estudado neste trabalho contribui para o enriquecimento da coleção de artefatos localizados no acervo do centro de memória, como, também, valoriza o patrimônio cultural histórico educativo como fonte de pesquisa e ampliação do acesso à cultura e visibilidade do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, a fim de salvaguardar e preservar esse patrimônio cultural da ciência e tecnologia institucional.

6. REFERÊNCIAS

APRENDER FÍSICA É FÁCIL. **Como funciona um retroprojektor**. 2007. Disponível em: <<http://facilaprenderfisica.blogspot.com.br/2007/02/como-funciona-um-retroprojektor-o.html>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. **Patrimônio cultural da Química e da Dietética no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP)**: Catálogo da pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização. Centro Paula Souza. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://issuu.com/gepemhep/docs/catalogo>. Acesso em: 21 jun. 2018

CENTRO PAULA SOUZA. MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. **Histórico**. 2018a. Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/memorias/historico2.html>. Acesso em: 24 mai.2018.

CENTRO PAULA SOUZA. MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. **GEPEMHEP**. 2018b. Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/gepemhep.pdf>. Acesso em: 24 mai.2018

COISAS DA ROÇA. **Traçador gurpião, antecessor da serra elétrica**. Disponível em: <<https://www.coisasdaroca.com/coisas-antigas-da-roca/tracador-gurpiao.html>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar. Arquivos escolares e pesquisa histórica: novas fontes para o estudo do ensino técnico no Estado de São Paulo. **Arquivos e História do Ensino Técnico no Brasil**. Belo Horizonte. 2013, p. 48 a 50

PORTAL DE EQUINOS MARCHADORES. **Selas – como escolher a mais adequada.**
Disponível em: <<http://www.mundoequino.com.br/selas.html>>. Acesso em:
03 mai. 2018.

SACCHI, Paulo Antônio. **Entrevista concedida à professora Sueli Mara Oliani Oliveira Silva**, na Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 23 de maio de 2018.

SCRIVANTE, Osmar Júnior. **Entrevista concedida à professora Sueli Mara Oliani Oliveira Silva**, na Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 10 de maio de 2018.

TEIXEIRA, Márcio Leônidas. **Entrevista concedida à professora Sueli Mara Oliani Oliveira Silva**, na Etec Professor Matheus Leite de Abreu em 24 de maio de 2018.

AS MODIFICAÇÕES NO CURRÍCULO DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM NA DÉCADA DE 1990

Aparecida Helena Costa¹. Shirley da Rocha Afonso²

1. Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso. 2. Unidade do Ensino Médio e Técnico

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das cidades ocorre mediante a articulação de uma série de fatores. Os fatores econômicos, sociais e ambientais caracterizam um contexto de desenvolvimento sustentado, porém, em países em ascensão econômica, como o Brasil, esses três fatores não ocorrem na mesma proporção. Geralmente, é o crescimento econômico de algumas regiões ou cidades que alavancam o aumento populacional e o aumento da renda, que demandam toda uma infraestrutura para que o desenvolvimento realmente ocorra.

A cidade de Franca, no interior de São Paulo, obteve um grande crescimento econômico na década de 1960, com a consolidação da produção calçadista destinada à exportação. Produzir calçados é uma atividade industrial que utiliza muita mão de obra. Nesse contexto, demandou a criação de diversas atividades para atender tal demanda em função do crescimento da cidade.

A Escola Técnica Estadual (Etec) Dr. Júlio Cardoso, também conhecida como Escola Industrial, desde 1924, vem oferecendo educação gratuita de acordo com a demanda local. A preocupação com a saúde foi na década de 1970, o que propiciou a criação do primeiro curso Técnico em Enfermagem da cidade. A princípio, o curso técnico, que possuía uma modalidade de três anos, passou a ter na década de 1990, modalidades diferentes para atender às necessidades da área. Desse modo, surgiram os cursos de Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem, Habilitação Parcial em Auxiliar de Enfermagem, Habilitação Parcial de Visitador Sanitário e Habilitação Profissional Plena de Técnico em Enfermagem.

A pesquisa justifica-se e suscita uma ampliação do campo de estudo para outras questões dos fatos, que ocorreram no período em estudo, porém, se limitou a avaliar as

modificações das grades curriculares escolares em cada período no curso de Enfermagem, que foram muitas para adequação às necessidades dos períodos em análise.

O objetivo do presente trabalho é demonstrar as variações nas matrizes curriculares do curso de Enfermagem, na década de 1990. A metodologia de pesquisa empregada foi a documental que, por meio da análise das grades curriculares do curso de Enfermagem, localizadas na secretaria acadêmica, pôde-se verificar quais cursos eram ofertados e como eram as matrizes curriculares, possibilitando uma análise sobre os cursos. Também foram pesquisadas as atas que constavam o Conselho Final do Semestre, o Registro e Controle do Rendimento Escola e as grades curriculares. As comparações foram realizadas dentro de cada formação e sempre se referiram à grade presente, no período em análise, e mencionadas as disciplinas que sofreram alteração em relação a grade anterior.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A cidade Franca no interior paulista foi emancipada em 1824; nesse período, já possuía uma forte característica para o comércio, em função de ser um local onde passavam viajantes com destino à Minas Gerais e a Goiás – desse modo, o comércio era intenso para a época, como destaca Braga Filho (2000). A ascensão do setor de serviços propiciou a urbanização e a infraestrutura que fomentaram o desenvolvimento local. Para Bresser-Pereira (2006),

O desenvolvimento econômico é o resultado de uma estratégia nacional, que, em cada momento histórico, procura combinar escassos recursos disponíveis e instituições, motivando e orientando os agentes econômicos a investir e inovar. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 208)

Como o comércio, a produção pecuária e a agrícola também se desenvolveram. O café foi o produto de desenvolvimento da região até a crise de 1929, quando, para escoar a produção, havia uma ferrovia que transportava a mercadoria até o porto de Santos, essa ferrovia foi propulsora do desenvolvimento econômico.

Em 1924, em meio à educação elitista, é construída a Escola Industrial Dr. Júlio Cardoso, que recebeu o nome de um juiz de paz e vereador na cidade, da época. Ao se tornar deputado, criou uma lei para a construção de duas primeiras escolas profissionalizantes no interior do Estado de São Paulo.

A ETE Dr. Júlio Cardoso (conhecida até hoje como Escola Industrial) foi criada pela lei nº 1635, de 31/12/1918, mas sua instalação se deu apenas em 25/04/1924, na presença do então governador do estado de São Paulo, Dr. Washington Luiz, dia declarado feriado municipal em Franca. (RODRIGUES; COSTA; MONTEIRO, 2002, p.133)

A indústria calçadista iniciou na década de 1920, com a oferta de couro na região e a ação de empreendedores locais. Na década de 1960, havia um polo consolidado da indústria calçadista que exportava até o porto de Santos a produção através da rede ferroviária. Para acompanhar o desenvolvimento local, a Escola Industrial oferecia cursos de Marcenaria, Fundição, Entalhe em Couro e Madeira e o curso de Sapataria. Em 1971, passou a oferecer o curso de Eletrotécnica, e em 1974, o curso de Enfermagem.

A Etec Dr. Júlio Cardoso, como atualmente é conhecida, passou por diversos nomes. Da década de 1970 até 1990, ocorreram alterações de nomenclatura de acordo com as mudanças nas políticas públicas de educação. Segundo Rodrigues, Costa e Monteiro (2002),

De 1976 a 1979, o Ginásio e o Colégio Técnico Industrial (criado em julho de 1970, pelo decreto 62.499), que coexistiam em no mesmo edifício, tornam-se o Centro Interescolar; em 1979, a “Júlio Cardoso” assumiu nova denominação: Escola Estadual de 2º grau. [...] 1986, modifica mais uma vez o nome da escola que passa a ser chamada de ETESG Dr. Júlio Cardoso. A partir de 1994, pelo decreto nº 37.735/93 a instituição é transferida para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e recebe nova denominação: Escola Técnica Estadual ETE Dr, Júlio Cardoso. (RODRIGUES; COSTA; MONTEIRO, 2002, p.135)

As mudanças ocorreram não apenas nos nomes da escola técnica Dr. Júlio Cardoso, mas também, nas matrizes curriculares. A Educação Profissional envolve uma série de fatores, que são responsáveis pela formação do aluno de acordo com as necessidades do mercado. Segundo o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS, 2017), matrizes curriculares são:

Documento legal em forma de quadro representativo da disposição dos componentes curriculares (incluindo trabalhos de conclusão de curso e estágio) e respectivas cargas horárias (teóricas e práticas) de uma habilitação profissional técnica de nível médio, na estrutura de módulos ou séries, com terminalidade definida

temporalmente (que pode ou não coincidir com a ordenação do semestre ou do ano letivo) e de acordo com a possibilidade de certificação intermediária (para qualificações profissionais técnicas de nível médio) e de certificação final (para habilitações profissionais técnicas de nível médio). (CEETEPS, 2017)

Devido às constantes mudanças no mercado, a Educação Profissional também seguiu esse contexto e propiciou aos alunos o conhecimento teórico e prático necessário para a sua formação. Demai e Prata (2017, p. 256) destacam que, “todo currículo, além de uma ideologia, subjaz uma metodologia, ou seja, um conjunto de procedimentos executados para o planejamento curricular e para a sua implantação, de acordo com diretrizes legais”.

3. O CURSO DE ENFERMAGEM NA ETEC DR. JÚLIO CARDOSO

A Etec Dr. Júlio Cardoso iniciou atividades na área da Saúde com o curso Técnico em Enfermagem, em 1974; foi o primeiro curso técnico na cidade nessa área, e os alunos que se formam saem do curso possuindo um alto índice de empregabilidade. Para Demai e Prata (2017),

O currículo deve ser analisado, planejado, desenvolvido e avaliado em uma perspectiva multicultural e interdisciplinar, evitando-se a fragmentação e a descontextualização de conhecimento, a criação aleatória de componentes curriculares, a avaliação puramente somativa, classificatória e meritocrática – e, por conseguinte, a exclusão e a ineficácia da educação escolar. (DEMAI; PRATA, 2017, p. 256)

O currículo é uma resposta para a boa aceitação dos alunos no mercado de trabalho, juntamente com toda a comunidade escolar que, com dedicação e trabalho, propicia ao aluno mais que teoria e prática, ensinam cidadania, ética, dedicação. A seguir, um quadro avaliativo do perfil do aluno (Quadro 1), utilizado em 1997, para trabalhar ações conjuntas às competências comportamentais.

Quadro 1 – Justificativas sobre o comportamento dos alunos. Franca, 1997.

Em 1997, sobre justificativas de avaliações		Relativo a disciplina havia:	
1	Displicente/ não traz material	A	Agressivo
2	Não estudou	B	Desanimado
3	Adoeceu/ perdeu aulas e provas	C	Brincalhão
4	Cansaço	D	Mal-educado
5	Não fez prova	E	Líder negativo
6	Não faz trabalhos	F	Afrontoso
7	Dificuldade de aprendizagem	G	Caso especial
8	Colou	H	Pouco pontual
9	Caso especial	I	Dispersivo
10	Desinteressado	J	Conversador

Fonte: Secretaria Acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018a)

No ano de 1994, todos os dezessete alunos do terceiro (termo), que se refere ao terceiro semestre, tratado como módulo do curso Auxiliar de Enfermagem, foram deixados de recuperação para repor faltas, conforme registro e controle do rendimento na ata do Conselho final de 1994 do referido curso: “[...] todos de recuperação para reposição de faltas”. (ESCOLA TÉCNICA DR. JÚLIO CARDOSO, em 2018b)

Na área da Enfermagem o rigor no ensino é algo necessário, pois o erro pode incorrer em risco de morte, e os profissionais devem estar aptos a desenvolverem suas funções na empresa. Segundo Demai (2009),

É o profissional que, sob a supervisão de enfermeiro, executa atividades de assistência de enfermagem para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação de pacientes/clientes. Desenvolve ações de educação para autocuidado, de segurança no trabalho e de biossegurança nas ações de enfermagem. (DEMAI, 2009, p. 202)

Esse rigor é exigido para desenvolver as atribuições do Técnico em Enfermagem, de maneira que contribua com a recuperação do paciente quando está sob a custódia de um ambiente hospitalar.

4. AS MATRIZES CURRICULARES DE ENFERMAGEM NA DÉCADA DE 1990

Na década de noventa, diferente de seu início, em 1974, o curso de Enfermagem passou a oferecer, além da Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem, Habilitação Parcial em Auxiliar de Enfermagem, Habilitação Parcial de Visitador Sanitário e Habilitação Profissional Plena de Técnico em Enfermagem.

As matrizes curriculares são também o documento oficial que aprova a instauração de uma habilitação profissional técnica de nível médio em uma determinada Unidade Escolar, em determinado recorte temporal (semestre ou ano letivo), a partir de uma legislação (federal e estadual) e a responsabilização de um Diretor de Escola e de um Supervisor Educacional. (CEETEPS, 2018)

As matrizes curriculares eram elaboradas de acordo com a legislação vigente na área de Enfermagem e, desse modo, eram enviadas para homologação junto à Supervisão Educacional (Quadro 2).

Quadro 2 – Cargas horárias médias dos cursos de Enfermagem ao final da década de 1990.

Curso	Número de horas
Habilitação Parcial em Auxiliar de Enfermagem	1200
Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem	980
Habilitação Parcial de Visitador Sanitário	3284
Habilitação Profissional Plena de Técnico em Enfermagem	4520

Fonte: Secretaria Acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018c)

4.1. Habilitação Parcial em Auxiliar de Enfermagem

O curso em que se obtinha a Habilitação Profissional Parcial em Auxiliar de Enfermagem possuía, em média, 1305 aulas, no período em análise. A princípio, o curso era realizado em 3 semestres e, a partir de 1998, em dois semestres. Em cada homologação, sempre havia alguma alteração na carga horária exigida pelo curso, dentro dos preceitos da legislação na área de Enfermagem.

Nas homologações de 1986 até 1999, nos cabeçalhos das matrizes curriculares pesquisadas, em posse da Secretaria Acadêmica da Etec. Dr. Júlio Cardoso, em 2018, observou-se que trazem a descrição “CEETEPS – Centro Estadual de Educação Paula Souza VINCULADO E ASSOCIADO A UNESP”. (Tabela 1)

Tabela 1 – Datas de homologações e cargas horárias da Habilitação Profissional Parcial em Auxiliar de Enfermagem, entre as décadas de 1980 a 2000, em Franca.

Data de homologação	Carga Horária total do curso	Período
06/01/1986	1350	diurno
05/02/1996	1314	diurno
04/11/1996	1314	diurno
09/06/1997	1332	diurno
11/09/1997	1332	diurno
13/11/1998	1380	diurno
13/11/1998	1430	diurno
13/11/1998	1200	diurno
16/06/1999	1200	diurno
29/10/1999	1200	diurno
29/02/2000	1200	diurno

Fonte: Secretaria Acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018c)

O curso de Auxiliar de Enfermagem, homologado por Vicente de Paula Silveira, em 06 de janeiro de 1986, para o 1º turno da manhã, o 3º turno da tarde e o 5º turno da noite e, com três módulos de seis meses, apresentado no Quadro 3. Essa matriz curricular, homologada em janeiro de 1986, esteve em vigor até o primeiro semestre de 1995, quando a escola passa a oferecer o curso de Qualificação Profissional III – Auxiliar de Enfermagem.

Quadro 3 – Matriz curricular do curso Habilitação Parcial em Auxiliar de Enfermagem de 1986 a 1987, de matéria de conteúdo específico. Franca.

	Matéria e conteúdo específico	Carga Horária						Total
		1986		1987		1987		
		1º sem		2º sem		3º sem		
		teo	est	teo	est	teo	Est	
MÍNIMOS PROFISSIONALIZANTES Res. SE Nº 07/77 e Delib. CEE Nº 25/77	I - Introdução à Enfermagem							
	- Anatomia e Fisiologia Humanas	36						36
	- Microbiologia e Parasitologia	18						18
	- Nutrição e Dietética	18						18
	- Técnicas Básicas de Enfermagem	72	270					342
	II - Ética Profissional	36						36
	III - Enfermagem Médica							
	- Enfermagem em Clínica Médica			36	90			126
	IV - Enfermagem Cirúrgica							
	- Enfermagem em Clínica Cirúrgica			36	90			126
	- Enfermagem em Centro Cirúrgico			36	90			126
	- Enfermagem em Pronto Socorro de Urgência			18	54			72
	V - Enfermagem Materno Infantil					18	90	108
- Enfermagem Obstétrica					18	108	126	
- Enfermagem Pediátrica					18	108	126	
Delib. CEE Nº 18/72	VI - Enfermagem em Saúde Pública					18	72	90
	TOTAL	180	270	126	324	72	378	1350

Fonte: Secretaria acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018c)

Esse curso de Auxiliar de Enfermagem foi autorizado pela Resolução da Secretaria Estadual nº 269, publicada no DOE de 16/10/86, com 3 (n = três) módulos de 18 semanas e 1314 horas. Enquanto o curso Qualificação profissional III – Auxiliar de Enfermagem, segundo o Decreto nº 37.735, era destinado a Habilitação Parcial de Técnico, conforme destaca a Deliberação CEE Nº 23/83.

Encontrou-se na secretaria acadêmica uma matriz curricular que foi homologada, em 05 de fevereiro de 1996, para a Habilitação Parcial em Auxiliar de Enfermagem, Qualificação Profissional III, referente ao segundo semestre de 1995, e os dois semestres de 1996, para o turno diurno.

Em 04 de novembro de 1996, no segundo semestre, uma nova matriz curricular foi homologada com alteração na distribuição da carga horária total do curso. A homologação da matriz curricular de 09 de junho de 1997 é referente ao primeiro e segundo semestre de 1997 e primeiro semestre de 1998, com um aumento de carga horária de aulas de 1314 horas para 1332 horas. Uma inovação nesse currículo foi a inserção da disciplina de Informática, com 36 aulas. Esta disciplina reflete as mudanças mercadológicas que ocorrem e que a instituição acompanhou prontamente.

Em 11 de setembro de 1997, foi assinada uma homologação que manteve a matriz curricular com alteração no semestre, que seria o segundo de 1997, e primeiro e segundo semestre de 1998.

Encontraram-se também três matrizes que foram homologadas em 13 de novembro de 1998, e que estão numeradas na lateral como folhas 110, 111 e 112 com 1200, 1430 e 1380 horas respectivamente.

Em 16 de junho de 1999, foram assinadas duas homologações, ambas com carga de 1200 horas, para o cumprimento no segundo semestre de 1998 e nos dois semestres de 1999. Tais matrizes traziam no corpo da planilha a escolaridade exigida para fazer o curso, que era de 17 anos completos e conclusão do ensino fundamental. (Quadro 4)

No verso da homologação havia um texto escrito: “Qualificação: 1º ciclo: Recepcionista para a Área da Saúde; 1º+2º ciclos: Auxiliar de Enfermagem; Obs: No primeiro ciclo os alunos terão 30 horas aula semanais na unidade escolar e laboratório de enfermagem. O segundo ciclo refere-se ao Estágio Supervisionado, realizado em hospitais e instituições de Saúde. Não haverá aulas na unidade escolar. Esse Estágio supervisionado faz parte do mínimo profissionalizante”.

Quadro 4 – Matriz curricular do curso Auxiliar em Enfermagem, no 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

LEGISLAÇÃO		MATERÍAS/COMPONENTES CURRICULARES	MÓDULO: 20 SEMANAS			
LEI FEDERAL 9394/96	Disc. Instrum RES. CFE.07/77 DEL. CEE25/77		1998	1999	TOTAL	CH. TOTAL
			Teo	EST		
			1º	2º		
		Anatomia e Fisiologia Humana	3		3	60
		Microbiologia e Parasitologia	2		2	40
		Nutrição e Dietética	2		2	40
	PARECER CFE 3814/76 RESOLUÇÃO CFE 07/77 RESOLUÇÃO CEE 25/77	Ética Profissional	2		2	40
		Introdução à Enfermagem			0	0
		Introdução à Enfermagem	5	6	11	220
		Noções de Farmacologia	2		2	40
		Enfermagem Médica	3	6	9	180
		Enfermagem Cirúrgica	3	6	9	180
		Enfermagem Materno Infantil			0	0
		Enfermagem Obstétrica e Ginecológica	2	3	5	100
		Enfermagem Pediátrica	2	3	5	100
		TOTAL DE HORAS MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE	26	24	50	1000
	disciplinas optativas item III Art 6º Decreto 2208/97					
		Enfermagem em Saúde pública	2	3	5	100
		Enfermagem Neuro Psiquiátrica	2	3	5	100
		CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	4	6	10	200
		CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	30	30	40	1200
		CARGA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO				600
		CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				1200

Fonte: Secretaria Acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018c)

Notou-se que o curso de Auxiliar de Enfermagem veio para atender ao mercado que já possuía o Ensino Fundamental e Médio e que necessitava de uma especialização mais rápida. Este era o curso de menor duração oferecido na área da saúde pela escola Dr. Júlio Cardoso.

4.2. Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem

O curso que conferia Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem apresentou, nas homologações, um aumento na escolaridade para ingressar no curso, exigindo a conclusão o 1º ano do Ensino Médio ou Ensino Médio completo, idade mínima de 16 anos e as qualificações do curso eram: 1º semestre – Recepcionista para a Área da Saúde; 2º semestre – Auxiliar de Enfermagem; 3º semestre – sem qualificação e 4º semestre – Técnico em Enfermagem.

A matriz curricular referente aos anos de 1998 e 1999 compõe 2180 aulas e as duas primeiras homologações são iguais em conteúdo (Tabela 2) – porém, a matriz curricular de 16 de junho de 1999 exige 17 anos para ingressar no curso e indicação de aproveitamento de estudos, com matrícula no 3º ciclo, a qualificação de Auxiliar de Enfermagem. (Figura 1)

Tabela 2 – Datas de homologações e cargas horárias da Habilitação Profissional Técnico em Enfermagem, entre 1998 e 2000, Franca.

Data de homologação	Carga Horária total do curso	Período
13/11/1998	2180	Noturno
16/06/1999	2180	Noturno
16/06/1999	980	Manhã
08/03/2000	980	manhã e noturno

Fonte: Secretaria Acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018c)

4.3. Habilitação Parcial de Visitador Sanitário

O curso que conferia Habilitação Parcial de Visitador Sanitário tinha duração de 3 anos e com módulos de 36 semanas; nessa matriz curricular, o curso era integrado ao Ensino Médio, e as disciplinas eram divididas entre núcleo comum e profissionalizante, com média de 112 horas de ensino religioso.

Nessa modalidade de curso, a matriz curricular de 09 de junho de 1997 apresentava as disciplinas de núcleo comum que se concentravam em maior volume nos primeiros e segundos anos. As disciplinas da parte profissionalizante distribuíam-se em todos os módulos, porém, com maior concentração no terceiro ano.

A matriz curricular homologada em 19 de junho de 1997 mantém o volume de carga horária, mas apresenta alterações em quantidade de aulas. Em 13 de novembro de 1998, foram assinadas duas homologações, a folha com carimbo lateral número 138 passa a constar carga horária de 3400 aulas e correspondia aos anos de 1997, 1998 e 1999; a folha 139 correspondente aos anos de 1996, 1997 e 1998, possuía 3284 horas, a que são acrescidas mais 116 aulas, indicadas na Tabela 3.

LEGISSLAÇÃO		MATÉRIAS/COMPONENTES CURRICULARES	PERÍODO: Noturno				Nº de Semestre : 04		
			MÓDULO: 20 semanas						
Lei Federal 9394/96	C O N T E U D O	Disciplinas Instrumentais Resol. CFE07/77 Del. CEE 25/77	1998	1998	1999	1999	TOTAL	C.H. TOTAL	
			T	EST	T	EST			
		Anatomia e Fisiologia Humanas	3				3	60	
		Microbiologia e Parasitologia	2				2	40	
		Higiene e Profilaxia			2		2	40	
		Nutrição e Dietética	2				2	40	
Decreto 2208/97	S P R O F	PSICOLOGIA E ÉTICA PROFISSIONAL	2				2	40	
		Ética Profissional			2		2	40	
		INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM							
		Introdução à Enfermagem	5	6			11	220	
Parecer CNE nº 05/97	I S O F	Noções de Farmacologia	3	6	2	4	15	300	
		ENFERMAGEM MÉDICA	3	6	2	4	15	300	
		ENFERMAGEM CIRÚRGICA	2	3	2	2	9	180	
		ENFERMAGEM MATERNO INFANTIL	2	3	2	2	9	180	
Indicação CEE nº 01/97	A L	ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E GINECOLÓGICA	2	3	2	2	9	180	
		ENFERMAGEM PEDIÁTRICA	2	3	2	2	9	180	
		ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA	2	3	2	4	11	220	
		ENFERMAGEM NEURO PSQUIÁTRICA	2	3			5	100	
		NOÇÕES ADM.EM UNID DE ENFERM.			3	4	7	140	
CARGA HORÁRIA DO MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE			30	30	19	20	99	1980	
Z A N T E S	Disciplinas Optativas Item III T Art.6º Decreto 2208/97	Informática			2		2	40	
		Ética e Cidadania			2		2	40	
		Tecnologia e Meio Ambiente			2		2	40	
		Gestão e Qualidade			2		2	40	
		Higiene e Segurança do Trabalho			2		2	40	
		CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS			6	4	10	200	
CARGA HORÁRIA TOTAL			30	30	25	24	109	2180	
CARGA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO								1000	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO								2180	

Escolaridade : ter concluído o 1º ano do Ensino Médio ou ter concluído o Curso de Ensino Médio

Idade mínima : 18 anos completos

Qualificações :

1º Semestre - Recepcionista para Área da Saúde

2º Semestre - Auxiliar de Enfermagem

3º Semestre - Não há qualificação

4º Semestre - Técnico em Enfermagem

Franca, 10 de dezembro de 1997.

Magda Barboza dos S. Rodrigues
Magda Barboza dos S. Rodrigues
RG. 11.202.452-X
Diretor de Escola

PELA HOMOLOGAÇÃO

Ribeirão Preto, 23/01/98
Ruy Cláudio Cavicchia
Ruy Cláudio Cavicchia
RG. 3.198.632-1
Supervisor Escolar

HOMOLOGO

São Paulo, 13/11/98
Marilene Maria Maciel
Marilene Maria Maciel
Grupo de Supervisão Escolar
Registro nº 2087

Figura 1 – Matriz curricular da Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem
Fonte: Secretaria Acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018c)

Tabela 3 – Datas de homologações e cargas horárias da Habilitação Parcial de Visitador Sanitário, Franca.

Data de homologação	Carga Horária total do curso	Período
09/06/1997	3168	Noturno
19/06/1997	3168	Noturno
13/11/1998	3400	Noturno
13/11/1998	3284	Noturno

Fonte: Secretaria Acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018c)

4.4. Habilitação Profissional Plena de Técnico em Enfermagem

O curso na área de Enfermagem que conferia Habilitação Profissional Plena de Técnico em Enfermagem ocorria em quatro anos, tendo a primeira grade curricular para o curso no período diurno e noturno, e todas as demais dedicadas ao período noturno, em que o aluno faria o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

A Figura 2 destaca o cotidiano das aulas práticas no laboratório da escola técnica. Essa fotografia mostra que nas paredes estão cartazes com imagens de partes do corpo humano, em detalhes, algumas dessas imagens se encontram sob a guarda do Centro de Memória, enquanto que a maca e os bonecos são partes atuais desse laboratório de Enfermagem. Matos (2012) destaca que,

[...] a matéria do jornal Diário da Franca considerava que o curso de Técnico em Enfermagem era uma grande conquista para o meio estudantil da cidade e que mantinha convênio com os hospitais locais: Hospital Regional, Santa Casa, Fundação Espírita “Alan Kardec” e Pronto Socorro Municipal. (MATOS, 2012, p.25)



Figura 2 – Aula prática no laboratório de Enfermagem, s/d

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

Os convênios com hospitais e prontos-socorros favoreciam o cumprimento da carga horária que o aluno precisava cumprir de estágio durante o curso, estágios supervisionados pelas professoras do curso de Enfermagem da escola técnica. Desse modo, também fomentava a inserção do aluno no mercado de trabalho.

A matriz homologada de 29 de março de 1995 vigorava entre os anos de 1994 e 1997 com o volume de 4752 aulas (Figura 3), divididas em 2196 aulas da parte comum e 2556 aulas da parte diversificada (Tabela 4). O verso da folha contém as seguintes observações: "1. Esta grade será implantada em todas as séries. 2.* o asterisco ao lado da carga horária de alguns componentes curriculares indica que a promoção decorre apenas das apurações da assiduidade. 3.(**) dois asteriscos na frente dos componentes curriculares História e Geografia indicam que eles integram OSPB. 4.Os componentes Educação Artística e Educação Moral e Cívica serão tratados como disciplina, mas a promoção do aluno decorrerá apenas da assiduidade."

Em 02 de outubro de 1996, foram homologadas duas matrizes iguais, separadas apenas pelos anos de cumprimento do curso. A primeira correspondia a 1995 a 1998 e outra, de 1996 a 1999. Em 19 de junho de 1997, a matriz curricular que passou a vigorar nos anos de 1996 a 1999 aumentou sua carga horária para 4212 aulas. Em uma mesma data de homologação, em 13 de novembro de 1998, foram assinadas três matrizes curriculares: de 1995 até 1998 com 4144 aulas, 1996 até 1999 com 4444 aulas e de 1997 até 2000 com 4520 aulas.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO												
MUNICÍPIO: FRANCA - S.P.S. - FRANCA - DRE: 188 - 00000												
CURSO: HABILITAÇÃO PROFISSIONAL PLENA DE ENFERMAGEM												
ANO: 1994 a 1997												
CURSO: DIURNO E NOTURNO												
MÓDULO: 36 SEMANAS												
MATERIAS CURRICULARES	COMPONENTES CURRICULARES	SÉRIAS	ANOS/SÉRIES				CARGA HORÁRIA					
			1ª	2ª	3ª	4ª						
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	DESC.	3	2	2	2	9	324				
ESTUDOS SOCIAIS	HISTÓRIA (**)	DESC.	3	4	-	-	7	252				
	GEOGRAFIA (**)	DESC.	3	4	-	-	7	252				
CIÊNCIAS	FÍSICA	DESC.	2	-	-	-	2	72				
	QUÍMICA	DESC.	2	-	-	-	2	72				
	BIOLOGIA E PROGRAMAS DE SAÚDE	DESC.	2	2	2	-	6	216				
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	DESC.	3	2	2	2	9	324				
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA: Inglês		DESC.	3	2	-	-	5	180				
ART. 79-LEI 5692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA	ATIV.	3	3	3	-	12	432				
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	DESC.	2	-	-	-	2	72				
COMUM - TOTAL DA CARGA HORÁRIA							26	29	9	7	63	2196
PARTE DIVERSIFICADA												
	Higiene e Profilaxia.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Anatomia e Fisiologia Humana.....	D	3	-	-	-	3	108				
	Microbiologia e Parasitologia.....	D	3	-	-	-	3	108				
	Nutrição e Dietética.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem Psiquiátrica.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde Coletiva.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem Médica.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Urgências.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Idoso.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Adolescente.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Trabalhador.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde do Homem.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da População.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Comunidade.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Família.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Criança.....	D	2	-	-	-	2	72				
	Enfermagem em Saúde da Mulher.....	D	2	-	-							

Tabela 4 – Datas de homologações e cargas horárias na Habilitação Profissional Plena de Técnico em Enfermagem, entre 1995 e 1998, Franca.

Data de homologação	Carga Horária total do curso	Período
29/03/1995	4752	Diurno e noturno
02/10/1996	4032	Noturno
02/10/1996	4032	Noturno
09/06/1997	4176	Noturno
19/06/1997	4212	Noturno
13/11/1998	4144	Noturno
13/11/1998	4444	Noturno
13/11/1998	4520	Noturno

Fonte: Secretaria Acadêmica (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO, 2018c)

As mudanças nas matrizes curriculares de todos os cursos, possivelmente, ocorreram como forma de sanar necessidades do momento social, considerando que cada curso se encontrava diante de um contexto mercadológico, e que foram se modificando e adequados para atender a essas necessidades.

5. HISTÓRIA ORAL E RELATOS DA PROFESSORA ISABEL CANGEMI GREGORUTTI

O cotidiano escolar é formado pela ação e reação das pessoas ao meio, seguindo regras pré-estabelecidas que são pontuadas de acordo com normas e costumes locais. Desse modo, se faz necessário, na composição de referenciais teóricos e históricos, o relato daqueles que, em algum período, fizeram parte do contexto escolar. Para Neves (1995),

[...] O substrato da marca de um tempo é definido pelas ações humanas e pelos valores e imaginário que conformam esse tempo. Portanto, ao buscar identificar, analisar e interpretar os valores e ações humanas de um outro tempo, o historiador, e demais profissionais que elegem a História como área de conhecimento, empreendem um movimento através do qual, como já assinalado,

relacionam-se diferentes temporalidades. Tal movimento próprio ao estudo da inter-relação de tempos e não somente da simultaneidade social constituiu característica primordial do ofício de construção do saber histórico. (NEVES, 1995, p.1 *apud* DELGADO, 2003, p.12)

A enfermeira Isabel Aparecida Cangemi Gregorutti (2018) é formada pela Universidade Federal de São Carlos, em 1982, ingressou como professora na Etec Dr. Júlio Cardoso, em 1986 e, desde então, ministra aulas no curso de Enfermagem. São 32 anos de atividades nessa escola e, durante entrevista, informou-nos de que, na década de 1990, as turmas eram compostas com 40 alunos e ocorriam nos horários de manhã e noite, e que os professores tinham expectativas muito boas sobre os alunos e desenvolviam aulas teóricas, em salas comuns, e aulas práticas, no laboratório de Enfermagem; os estágios eram e ainda são ministrados em ambiente real, ou seja, em hospitais, e os alunos eram acompanhadas pelo professor responsável pela disciplina de estágio; a disciplina da escola era rígida em relação aos alunos, e que a punição ao aluno que infringisse as normas era ir à diretoria e, algumas vezes, suspensão.

Gregorutti (2018) também nos contou que os critérios de avaliação se faziam através da obtenção de notas, com aplicação de avaliações teóricas com questões abertas e de múltipla escolha. As avaliações orais eram realizadas durante as aulas práticas e no campo de estágio. Não havia progressões na segunda época. O limite de faltas era de vinte e cinco por cento. A participação dos pais na vida escolar era constante nas reuniões, e os alunos tinham o uniforme de uso obrigatório. A escola não oferecia material aos alunos e a razão da desistência de parte dos alunos era por não ter dinheiro para comprar materiais como:

[...] o material usado era principalmente o uniforme, cobrado nos estágios com o material de bolso, termômetro, tesoura, canetas, garrote, cadernetas e luvas de procedimentos. (GREGORUTTI, 2018)

Havia atividades culturais e esportivas, e os troféus e fotografias que se encontram no acervo do Centro de Memória da Etec Doutor Júlio Cardoso evidenciam a participação ativa da escola em diversos eventos e torneios. As relações entre alunos e professores eram bem amigáveis e tranquilas, pois os alunos eram bem respeitosos; do mesmo modo, muitos relacionamentos afetivos entre os alunos contribuíram para a união de casais e formação de famílias. Quanto à formação acadêmica e técnica, Gregorutti (2018) nos relata que havia a participação ativa dos alunos em classe, realizavam visitas técnicas em hospitais da região, e havia contratação imediata dos alunos – e que muitos alunos voltavam para fazer outros cursos na escola, alguns se tornando professores da escola técnica.

Quanto às mudanças nas matrizes curriculares, estas ocorreram para atender às necessidades mercadológicas, diante das exigências das leis e das necessidades de profissionais na área da saúde.

Para a Coordenação dos cursos de Enfermagem, tais mudanças foram tranquilas em cada homologação de alteração de matriz curricular; cada profissional em sua área de atuação como direção, diretoria acadêmica e de serviços se concentravam em suas competências profissionais de contratação de profissionais, atribuição e andamento das aulas. Deste modo, por mais que houvesse alterações, para a coordenação, trabalhar a matriz curricular ficava tranquilo porque já havia um preparo anterior que necessitava de continuidade para finalização do processo.

Na figura 5, evidencia-se a Semana de Saúde de 1997 com uma das atividades do curso de Enfermagem destinada ao atendimento e orientação da comunidade. O evento foi realizado pela escola técnica com apresentação de palestras e em praça pública; a seta amarela, nesta figura, indica a entrevistada Isabel Aparecida Cangemi Gregorutti.



Figura 5 – Atividade do curso de Enfermagem, realizada pela escola em praça pública, com a professora Isabel C. Gregorutti, em 1997.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar as matrizes curriculares dos cursos de Enfermagem, desde a implantação e funcionamento na Etec Dr. Júlio Cardoso, foi possível observar as alterações de cargas horárias, evidenciando que, a cada período, o mercado influenciava qual saber deveria ser enfatizado ou não. Essas mudanças curriculares repercutiam na forma e como a escola e os professores conduziam suas aulas e preparavam os futuros profissionais da área de Saúde.

A partir do levantamento das matrizes curriculares dos cursos de Enfermagem na Escola Técnica de Franca, pôde-se afirmar que a educação profissionalizante está sempre em consonância com as mudanças mercadológicas, e que essas mudanças foram e são necessárias para propiciar ao aluno a formação que vai satisfazer as necessidades do mercado de trabalho.

O desenvolvimento das cidades exige que vários setores se desenvolvam para melhor atender às novas necessidades – quando ocorre uma junção de interesses em comum, associados à competência de organização, as mudanças ocorrem, a tecnologia avança e, diante de um ambiente organizado, pode haver uma diversidade de disciplinas e os profissionais saberão conduzi-las com competência.

7. REFERÊNCIAS

BRAGA FILHO, Hélio. **Globalização em Franca**: reorganização industrial e a economia informal. 266 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial). Centro Universitário Uni-FACEF): São Paulo, 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento econômico e o empresário. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, 1964. Disponível em: <bresserpereira.org.br>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Paula Souza. **Missão, Concepções e Práticas do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (GFAC)**: uma síntese do laboratório de currículo do Centro Paula Souza. 2017. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Paula Souza. **Habilitação Profissional Plena de Técnico em Enfermagem**. Grade Curricular. São Paulo, 1995. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**. Santa Catarina. dossiê. n. 6, 2003. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO,%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CEESP. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. **Deliberação CEE N° 23/83**. Estabelece normas gerais para o Ensino Supletivo no Sistema de ensino do Estado de São Paulo e revoga a Deliberação CEE 19/82, bem como as disposições em contrário. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/delcee23_1983.htm#:~:text=DELIBERA%C3%87%C3%83O%20CEE%20N%C2%B0%2023%2F83&text=Artigo%201.,normas%20fixadas%20na%20presente%20delibera%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 27 jun. 2018.

DEMAI, Fernanda Mello. **Livro das competências profissionais**: a síntese dos 90 cursos técnicos e das 115 qualificações oferecidas pelo Centro Paula Souza. São Paulo: Centro Paula Souza, 2009.

DEMAI, Fernanda Mello. PRATA, Marcio. Desenvolvimento curricular e história: o caso do Técnico em Informática (Processamento de Dados). In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes (org.). **Coleções, Acervos e Centros de Memória**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017, p. 255-273.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO. Secretaria Acadêmica. **Justificativas sobre o comportamento dos alunos, Franca, 1997**, em 2018a.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO. Secretaria Acadêmica. **Ata do Conselho final em 1994**, em 2018b.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JÚLIO CARDOSO. Secretaria Acadêmica. **Matrizes curriculares, datas de homologações e cargas horárias de cursos da área de Enfermagem, entre as décadas de 1980 a 2000**, Franca, em 2018c.

GREGORUTTI, Isabel Aparecida Cangemi. **Entrevista concedida à Aparecida Helena Costa**, em 21 de junho de 2018, em Franca.

MATOS, Lucimar Ranuzzi da Silva Cardoso. **A mulher e a Escola Industrial de Franca.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Unesp: Franca, 2012. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2018.

RODRIGUES, Magda Barbosa dos Santos; COSTA, Maria Alamar Gonçalves; MONTEIRO, Maria Medianeira Nover Achutti. Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso – Franca. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. **Contribuição para a pesquisa do ensino técnico em São Paulo:** inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002, p.131-145.

PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA, CULTURA ESCOLAR E PATRIMÔNIO EDUCATIVO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA OS ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Sueli Soares dos Santos Batista^{1,2}. Thayssa Martins Morais Ribeiro²

1.Faculdade de Tecnologia de Jundiá. 2.Unidade de Pós-Graduação,
Extensão e Pesquisa

1. INTRODUÇÃO

A patrimonialização da cultura tem na ampliação do conceito de patrimônio um vasto campo de discussão, de pesquisa e de intervenções que visam conhecer, registrar, inventariar e preservar os bens culturais. A ampliação do conceito de patrimônio e a patrimonialização crescente da cultura tem provocado a apropriação dos diferentes segmentos sociais e instituições quanto às concepções de patrimônio adaptando-as às suas necessidades específicas. (PAES, 2010)

Lugares de memória não são portanto somente aqueles em que, de maneira celebrativa e oficial, anuncia-se a importância de determinados espaços para a historicidade e a tradição de um povo e de uma cultura específica. Os lugares de memória são marcados pelas dimensões territoriais, discursivas e políticas, dimensões essas às quais sujeitos se sujeitam mas também as redimensionam e recriam. (NORA, 1993)

A memória institucional construída pelos próprios atores passa a ser relevante para que as diferentes instituições enquanto lugares de memória possam compreender a complexidade das relações, práticas e saberes que ali se produzem e se reproduzem ao longo do tempo (RIBEIRO, 2013). É o caso da escola que se torna objeto de estudo para se compreender as mudanças e permanências de sua prática social como uma dimensão própria e única da cultura.

A cultura escolar na segunda metade do século XX, em decorrência também dos estudos da Nova História Cultural, da microhistória, da história das mentalidades e do cotidiano construiu seu estatuto epistemológico e abordagens metodológicas diversas valorizando uma dimensão própria da instituição escolar em que seus autores atravessados por discursos e práticas constroem experiências de produção e reprodução de saberes, práticas e relações de poder. (JULIA, 2001; VIÑAO FRAGO, 2004)

A cultura escolar enquanto um dos aspectos das dimensões do patrimônio histórico e cultural constitui-se, então, como objeto dos estudos sobre patrimônio educativo. Investigadores da História da Educação têm na patrimonialização da cultura escolar um vasto campo de estudo à medida que se alarga a concepção de fontes válidas para a escrita da história.

Assim, o tema do patrimônio tem mobilizado o interesse de inúmeros investigadores em História da Educação, especialmente a partir da renovação do campo historiográfico ocorrida nas últimas décadas, e com o alargamento de fontes consideradas “válidas” para a pesquisa e escrita da história, não só pela relevância dada à produção de registros do cotidiano e dos diferentes sujeitos históricos, mas porque entram em cena como fonte histórica as narrativas, as imagens, os objetos comuns, as marcas e os registros dos diferentes modos de se expressar e viver. (MENEZES, 2005; ESCOLANO, 2007; MOGARRO, 2005)

Mas as singularidades da cultura escolar com a sua multiplicidade de tipos de fontes e a profusão de narrativas decorrentes das mais diversas experiências escolares e institucionais precisam ser compreendidas em sua complexidade, ou seja, na relação que estas singularidades têm com os programas oficiais que constroem discursos sobre as finalidades educativas e aos quais as instituições e as comunidades escolares e se inserem de maneira contraditória.

Trata-se de questionar o porquê dos estudos sobre patrimônio educativo, para quem se dirigem e quem são os seus interlocutores? No caso da história e da memória da educação profissional parte-se da hipótese de que os estudos sobre o patrimônio educativo das escolas técnicas e tecnológicas podem ser importante elemento para se compreender como essas escolas se apropriaram e mesmo reelaboraram à sua maneira, dentro dos limites e possibilidades histórico-culturais e econômicos, as diretrizes curriculares, os processos de avaliação pedagógica e institucional propostos à profissionalização em determinadas concepções dominantes das relações entre o mundo da escola e o mundo do trabalho.

Partindo de estudos bibliográficos sobre memória, história e patrimônio cultural, o presente trabalho busca levantar questões e abordagens relativas à patrimonialização da cultura escolar no sentido de tornar as pesquisas sobre patrimônio educativo não só um dos aspectos dos estudos de história da educação, mas uma forma de se contribuir para a compreensão do contraponto entre discursos e práticas hegemônicas no campo educacional face à experiência de instituições e comunidades escolares específicas. Neste sentido, este artigo se insere no eixo temático “Organização, preservação e difusão da memória em instituições de educação profissional”.

Buscando responder a esses questionamentos e ao objetivo anunciado, também o presente estudo se ateve em pesquisas sobre o patrimônio educativo da Educação Profissional a partir de experiências singulares de unidades do Centro Estadual de Educação Tecnologia Paula Souza (CEETEPS). Essas pesquisas aparecem neste estudo a partir de uma leitura à luz dos questionamentos aqui propostos de publicações do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) vinculado à Unidade de Ensino Médio e Técnico do CEETEPS.

Esse grupo de pesquisa tem realizado eventos e publicado livros que são listados no Quadro 1:

Quadro 1 – Eventos e publicações do GEPEMHEP (2010 – 2018)

Ano	Evento	Publicação (livros)
2010	Jornada de Saberes e Sabores	
2010	II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional	
2011		Cultura, Saberes e Práticas
2012	III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional	
2013	Jornada Internacional – Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional	Patrimônio, Currículos e Processos Formativos
2014	IV Encontro de Memórias e História da Educação Profissional	
2016	V Encontro de Memórias e História da Educação Profissional	
2015	IV Simpósio Iberoamericano: História, Educação, Patrimônio Educativo	Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico da Educação Profissional
2017	Jornada do Patrimônio Cultural e Tecnológico da Educação Profissional: narrativas de currículos, da arquitetura escolar aos seus artefatos.	Coleções, Acervos e Centros de Memória
2018	VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional	

Fonte: Adaptado do GEPEMHEP, em 2018.

2. DO PROJETO HISTORIOGRAFIA AO SURGIMENTO DO GEPEMHEP: CONCEPÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS EM CONSTRUÇÃO E DEBATE

Duas publicações do GEPEMHEP de 2011 e 2013 se constituem no *corpus* documental deste trabalho. Os livros organizados pela Profa. Dra. Maria Lucia Mendes de Carvalho marcam o início de uma trajetória bem sucedida de publicações institucionais em que se evidencia a importância do trabalho realizado pelo GEPEMHEP a partir de 2008. O primeiro livro a ser analisado na perspectiva dos questionamentos aqui propostos é o intitulado “Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional”, publicado em 2011, que resultou das pesquisas apresentadas no II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional.



Figura 1 – Capa do livro Cultura, Saberes e Práticas
Fonte: GEPEMHEP, em 2018.

O livro conta com prefácio da Profa. Júlia Falivene Alves, Coordenadora junto com a Profa. Dra. Carmen Silvia Vidigal Moraes, entre os anos de 1998 e 2002, de projeto

financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), para que se pudesse construir um projeto piloto para implantação de centros de memória em unidades do CEETEPS. Este projeto resultou de uma parceria entre o CEETEPS e o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME-FEUSP). O título do projeto foi “Pesquisa sobre o Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo: Memória Institucional e Transformações Histórico-Espaciais” e ficou conhecido institucionalmente como “Projeto Historiografia”. Oito escolas participaram do projeto, a saber: as Escolas Técnicas Estaduais (Etec) Escolástica Rosa em parceria com a Aristóteles Ferreira (Santos), Carlos de Campos (São Paulo), João Belarmino (Amparo), Getúlio Vargas (São Paulo), Bento Quirino (Campinas), Cônego José Bento (Jacareí), Dr. Júlio Cardoso (Franca) e Fernando Prestes. (Sorocaba)

O prefácio da Profa. Júlia Falivene Alves celebra a realização desse projeto e seus desdobramentos, a partir de que, passados 15 anos da experiência inicial da organização dos centros de memória dessas escolas, percebeu-se um avanço quanto a

[...] ter registros documentais das escolas adequadamente localizados e armazenados”, “[...] recuperados, avaliados, classificados, registrados e devidamente arquivados e cuidados”, no sentido de se “[...] constituir acervos valiosos e disponíveis aos pesquisadores que desejam reconstituir caminhos e identidades que se construíram no decorrer da história da educação profissional. (ALVES, 2011, p. 7)

Como representação e concretização da continuidade dos trabalhos iniciados no final dos anos 1990, o prefácio celebra essa trajetória fundamental capaz de agregar outras instituições que fizeram representar no II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional. Além dos textos referentes às palestras de abertura e de encerramento, dezesseis artigos foram publicados no livro, sendo oito de pesquisadores de outras instituições como SENAC do Rio Grande do Sul (RS); CEFET de Minas Gerais (MG) e Rio de Janeiro (RJ); da PUC de MG, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS); do Instituto Federal de Santa Catarina; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MG; da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo.

A Profa. Dra. Maria Lucia Mendes de Carvalho na apresentação do livro já apresenta e destaca a preocupação presente no II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, e que a publicação do livro registra com estudos relacionados “[...] às políticas de educação profissional para organização institucional e elaboração de currículos de cursos técnicos e tecnológicos”. (CARVALHO, 2011, p. 12)

É importante destacar aqui os artigos resultados das palestras de abertura e encerramento que demonstram a preocupação em fazer uma abordagem epistemológica da trajetória da Educação Profissional e também uma preocupação de caráter metodológico. A preocupação epistemológica central pode ser identificada pelo texto da palestra de abertura da Profa. Dra. Marise Nogueira Ramos, tratando da noção de competências na relação entre trabalho e educação. O artigo apresenta a pedagogia das competências como expressão da cultura pós-moderna nas relações de trabalho, colocando questionamentos que levam à problematização dos fundamentos e concepções norteadoras da Educação Profissional sobretudo a partir dos anos 1990 no Brasil, algo que se torna evidente na análise das reformas educacionais a partir dessa década. Ramos (2011, p.32) evoca a construção de “[...] perspectivas educativas politicamente críticas, eticamente emancipatórias e cientificamente historicizadas”.

Se o capítulo que abre o livro aborda a questão de uma formação profissional que seja capaz de se contrapor a ideias uniformizantes e não problematizadas que se colocam como novas soluções para problemas antigos, o capítulo que fecha o livro sinaliza para uma discussão de caráter metodológico, priorizando os estudos de História Oral para a História das Instituições Escolares, mas sem descurar da perspectiva político institucional, da qual depende todo empenho dos pesquisadores a ela vinculados.

Se o artigo de Ramos (2011) coloca desafios quanto à produção de um pensamento sobre as políticas educacionais traduzidas em diretrizes curriculares pautadas pela pedagogia das competências, o artigo final intitulado “Por uma história da educação profissional: contribuições e desafios de pesquisas em história oral”, da Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro se insere como paralelo e articulado aos desafios para o conhecimento e a apropriação teórico-metodológica da História Oral na produção desse pensamento.

Entendemos que, para além do registro de uma história de uma instituição, quando desenvolvemos trabalhos nesta área estamos criando novas versões documentais e preservando o patrimônio imaterial de toda uma comunidade – seja ela definida pelo fazer de uma profissão, ou pela convivência em um determinado local de trabalho (RIBEIRO, 2013). Percebe-se a importância da “experiência falada”, experiência esta que tem se perdido, não perdidos os modos e códigos da língua portuguesa, mas tem se deixado de dialogar experiências. Não se pode esquecer que, mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o indescritível, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificantes” – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita.

É através da oralidade e de seu registro que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão

eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional. (JOUTARD, 2000)

O artigo de Ribeiro (2011, p. 323) aponta para desafios não só metodológicos, mas teórico-metodológicos, ao associar a História Oral a determinadas correntes historiográficas e também a desafios institucionais vivenciados pelos pesquisadores e permanentemente a serem superados por um compromisso da instituição com “[...] os profissionais que estão dispostos a produzir conhecimentos sobre ela”. Compromisso esse perceptível em:

[...] programas institucionais não apenas de criação de centros de informação e memória, mas de manutenção destes. Entendendo manutenção como toda atividade relacionada ao bom funcionamento de um centro. Ou seja, disponibilização de equipamentos, permanente organização do acervo, treinamento de profissionais para nele trabalhar, dentre outros. Ou mesmo propiciar aos docentes que têm interesse pela historiografia da educação profissional uma capacitação e um número de horas condizente ao trabalho a ser realizado, sustentando a manutenção de grupos de estudos e pesquisas em historiografia da educação profissional no estágio atual. Caso a instituição entenda que seus quadros não são suficientes para manter tal organização podem ser testadas parcerias e convênios com outras instituições como universidades, museus, arquivos entre outras. (RIBEIRO, 2011, p. 323)

Compreende-se que o texto de Ribeiro (2011) mostra uma trajetória que, já iniciada pelo GEPEMHEP, haveria de ser constantemente construída com pressupostos e problematizações a médio e a longo prazos no processo, não só de constituição de centros de memória, mas na formação docente para os estudos em Educação Profissional e Tecnológica:

O estudo da história das instituições envolve o domínio de questões teórico-metodológicas e historiográficas, a construção de problemáticas específicas e complexas. Exige certo domínio da historiografia e conhecimento de conceitos que são polissêmicos. (RIBEIRO, 2011, p. 323)

A formação destes docentes pesquisadores implica, como ressalta Ribeiro (2011), em produzir uma reflexão sobre a instituição, sobre a sua história, suas concepções e fa-

zeros. O trabalho coletivo em torno da história e da memória institucional coloca para a instituição escolar desafios de ordem teórico-metodológica e político-institucional dos quais não se pode furtar.

Ao final do texto da apresentação, escrito por Carvalho (2011, p.14) destaca-se a relevância do livro para trazer as vozes de pesquisadores e docentes que contribuíram para esclarecer, no tempo presente “[...] a relação com o passado da Educação Profissional”. Pelo que se pode perceber pela natureza dos textos que abrem e fecham a coletânea, as vozes destes pesquisadores e docentes trazem potencialidades de reflexão, avaliação e crítica para a História da Educação Profissional em seu movimento permanente de construção e reconstrução de identidades e de contrapontos frente à continuidade ou descontinuidade de políticas educacionais, de avaliações no momento presente quanto às concepções e práticas pedagógicas e curriculares.

A partir dos objetivos deste estudo e considerando a leitura dos capítulos publicados no livro “Cultura, Saberes e Práticas”, observamos quatro tendências nas abordagens teórico-metodológicas, a saber:

- Estudos conceituais e históricos das políticas educacionais, das políticas institucionais específicas e diretrizes curriculares à luz de teorias críticas (a partir de autores que discutem as relações entre educação e trabalho frente a contradições sociais). São citados autores como Demerval Saviani, Luiz Antonio Cunha, Sílvia Manfredi, Ricardo Antunes, Celso Suckow da Fonseca, Marise Nogueira Ramos, Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigotto entre outros. Mas a autora mais referenciada nessa perspectiva é Carmen Sylvia Vidigal Moraes nos seus estudos sobre Educação Profissional no Estado de São Paulo;
- Estudos conceituais e históricos das políticas educacionais, das políticas institucionais específicas e diretrizes curriculares à luz de teorias críticas considerando a perspectiva da comunidade escolar a partir da memória de seus atores, caracterizando-se por estudos de história oral;
- Estudos sobre concepções e práticas de elaboração de currículos e trajetórias de sujeitos ligadas a essas práticas a partir de documentos institucionais;
- História das unidades escolares associada aos estudos de políticas e diretrizes curriculares a partir da legislação estadual e/ou federal;
- História das unidades escolares e de seus atores associada aos estudos de cultura escolar utilizando acervos escolares e documentação dos Centros de Memória. São mencionados autores como Dominique Julia, Jacques Le Goff, Peter Burke, Antonio Vinão Frago, Pierre Nora, entre outros.

É interessante que apenas em um dos capítulos é citado um autor que trata especificamente da análise das políticas públicas (VILLANUEVA, 1996 *apud* DELGADO; VALLE, 2011). Os capítulos dedicados às diretrizes curriculares mencionam estudos sobre a organização curricular da Educação Profissional em diferentes recortes institucionais e cronológicos sem contudo mencionar autores ligados às chamadas teorias do currículo como Antonio Flávio Barbosa Moreira e Tadeu Tomaz da Silva. Isso significa que os trabalhos tratam de políticas educacionais para a formação profissional e seus respectivos contornos curriculares a partir de referenciais teóricos centrados, sobretudo, no que chamamos, nos limites deste artigo, de teorias críticas ou estudos em cultura escolar. Há trabalhos também que partem dessas duas abordagens conjuntamente sem apresentar ou discutir as contradições entre elas, buscando articulá-las a partir do objeto de estudo, a História e a Memória da Educação Profissional.

3. PATRIMONIALIZAÇÃO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A patrimonialização é o movimento não só acadêmico mas político-institucional em diferentes instâncias de poder, na gestão pública e privada da cultura (e também da Educação), que se caracteriza pela busca da compreensão do passado plurifacetado de um patrimônio institucional, a partir dos vestígios materiais.

Como afirma Felgueiras (2005), esse passado é:

[..] produzido por diferentes atores sociais, exigindo um trabalho de elaboração de procura e elaboração de fontes não só nos arquivos, mas também junto de pessoas despertando recordações [...]. Assim é que a recolha e a socialização de memórias num grupo social é um meio importante de valorizar [...] as informações recolhidas e os significados que os atores que lhe atribuem, como parte de um patrimônio imaterial, indispensável à compreensão não só dos artefatos, mas também da própria sociedade que os produziu. (FELGUEIRAS, 2005, p. 90)

A configuração teórico-metodológica do que tem se convencionado chamar de patrimônio histórico educativo se insere nesse esforço de patrimonialização da cultura, no caso específico da educação, na patrimonialização da cultura escolar. Uma

sociedade em que os suportes tecnológicos de registro de informação e de experiências são marcados pela dimensão digital e virtual, sente-se a crescente necessidade de deixar marcar para as gerações futuras, transmitindo cultura e informações. A construção desse processo de patrimonialização se dirige ao passado e ao presente na expectativa de eternizar o que se considera “histórico”. Nesse sentido não se trata apenas de resgatar o passado mas de construir e organizar cotidianamente lugares, conteúdos e suportes materiais para a memória. Benjamin (2012), em sua obra, relaciona o tempo ao sujeito nas suas realidades múltiplas, e faz alusão ao tempo sem experiência, um presente abstrato. Já pensava na linearidade de um tempo progressivo entendido como progresso, como sucessão vazia, aproximando a ideia sobre não termos tempo de viver o que é preciso. Desfez-se a tradição e, como consequência, surgem os conceitos perda de experiência e pobreza da experiência do mundo moderno.

Como afirma Benjamin (2012):

Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. (BENJAMIN, 2012, p. 23)

A experiência atrelada à memória e a capacidade de narrar passa a contribuir para a constituição da identidade num contexto de distanciamento da tradição e das relações de pertencimento por elas legitimadas. Le Goff (2003, p. 46-47) defende que “[...] a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. O sentido político e coletivo da memória aparece, assim, com clareza tanto na perspectiva de Benjamin (2012) quanto na de Le Gof (2003).

Em 2013 foi lançado, agora em decorrência do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, ocorrido em 11 e 12 de setembro de 2012, o livro intitulado “Patrimônio, Currículos e Processos Formativos”, também organizado pela Profa. Maria Lucia Mendes de Carvalho (Figura 2):

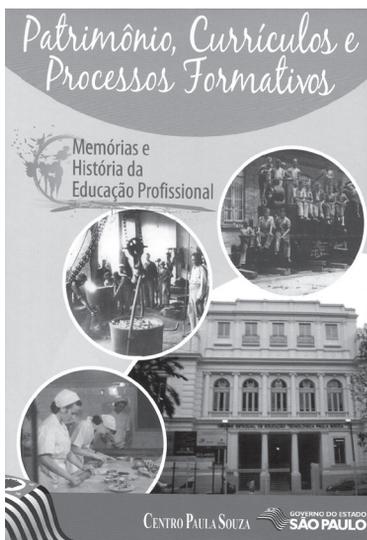


Figura 2 – Capa do livro *Patrimônio, Currículos e Processos Formativos*
Fonte: GEPEMHEP, em 2018

A transcrição do discurso de abertura solene, também feito pela professora coordenadora do GEPEMHEP, não é mencionada no texto de apresentação da obra, mas se refere fundamentalmente a professores e a gestores da Educação Profissional que foram homenageados no evento, lembrando que esses atores também colaboraram em entrevistas de História Oral em projetos de pesquisa específicos. A abordagem teórico-metodológica da História Oral coloca-se paralela à abordagem do patrimônio histórico educativo não simplesmente como fonte de informação para a devida organização de acervos escolares e identificação da natureza e procedência de objetos e documentos. O relato oral se torna, portanto, também uma fonte documental.

A palavra “patrimônio” aparece nesta segunda obra dentro da trajetória do GEPEMHEP não de forma aleatória ou para fins meramente retóricos. A preocupação com os conceitos relacionados aos estudos sobre patrimônio aparece de maneira contundente, anunciada e justificada, por exemplo pela palestra de abertura publicada como primeiro capítulo do livro. Este capítulo intitulado “Patrimônio Histórico educativo: experiências de preservação em acervos escolares” coloca em pauta a especificidade do que designamos aqui de patrimonialização da educação e da cultura escolar que é enfatizada na perspectiva da cultura material escolar.

No início do texto, a professora convidada Dra. Maria Cristina Menezes celebra a realização das primeiras edições dos “Encontros de Memórias e História da Educação

Profissional” e o próprio grupo GEPEMHEP, criado em 2008, enquadrando essas experiências no escopo da “organização de espaços de interlocução e reflexão, iniciativas advindas de grupos de trabalho e investigação nas diversas esferas educacionais” (MENEZES, 2013, p.23) contribuindo com a “fertilização do debate sobre a preservação, a guarda e a difusão do patrimônio histórico educativo” (MENEZES, 2013, p. 23)

A fertilização desse debate relacionado ao patrimônio histórico educativo é apresentada pela Profa. Maria Cristina Menezes também no sentido de narrar a sua trajetória de pesquisa e do grupo CIVILIS da Unicamp, ao qual aparece vinculada, destacando a descoberta, a valorização, a guarda, a preservação e a pesquisa de acervos e arquivos escolares.

No texto são colocados questionamentos que refletem, em grande parte, a preocupação revelada também na apresentação do livro escrita pela Profa. Maria Lucia Mendes de Carvalho:

Como conservar o acervo na instituição, manter a conservação, a guarda segura e informada, com inventários e instrumentos de busca explicativos que possibilitem o acesso de usuários? Como disponibilizar? Transformar em público um patrimônio que é social, com a necessária segurança do acervo? Como investir nos novos processos da informática e ampliá-los nas instituições para que possam ser utilizados a favor do patrimônio facilitando a busca, a consulta e possibilitando a máxima difusão e a mínima manipulação dos itens documentais, tanto escritos, quanto iconográficos, além do museológico composto pelos materiais de ensino e mobiliário? (MENEZES, 2013, p.35-36)

Assim vai se delineando um pressuposto central da organização da obra e das ações futuras dos docentes vinculados ao GEPEMHEP, que é a perspectiva do patrimônio histórico educativo na construção das instituições escolares enquanto lugares de memória, colocando-se no centro desta construção o suporte documental. O suporte documental passa a ter essa centralidade porque é nele que ficam e se pode descobrir e analisar as marcas das “práticas cotidianas de administradores, bibliotecários, professores e alunos”. Portanto, o que se entende, ainda que maneira indutiva, é que patrimônio histórico educativo se debruça sobre a cultura material escolar organizada para fins de pesquisa historiográfica. A pesquisa historiográfica é abordada como uma aventura marcada pelo “prazer do rastro descoberto, o retornar às fontes, a dúvida suscitada, a impotência de não saber o que fazer” (MENEZES, 2013, p. 32).

Tomando como referencial teórico o pensamento de Pierre Nora (1993), o capítulo de Menezes (2015) aponta caminhos para descobrir o que fazer nessa aventura historiográfica. Ainda que considerando a interdisciplinaridade deste caminho, a autora destaca a necessidade dos conhecimentos em uma área específica, a Arquivologia, que trabalha com a gestão documental e a difusão de informações decorrentes desta gestão.

Na apresentação do livro escrito pela Profa. Maria Lucia Mendes de Carvalho, é destacada também essa preocupação em relacionar patrimônio, trabalho e educação a partir da contribuição dos “[...] arquivos escolares, se transformados em arquivos permanentes com documentos e peças museológicas, recuperados, classificados, ordenados e acondicionados, de acordo com a arquivologia”. (CARVALHO, 2013, p. 14)

Os diferentes artigos, no total de 18, ao final, apresentam, quando é o caso, o destaque para as fontes documentais escritas e as fontes orais. Os capítulos que foram produzidos a partir de pesquisa documental, num total de oito, não necessariamente se utilizaram de acervos escolares organizados ou centros de memória nas unidades pesquisadas. Talvez a ênfase que passa a ser dada na organização arquivística da cultura (material) escolar se dê pela constatação de que, passado o primeiro momento do chamado “Projeto Historiografia” de 1998 a 2002, a manutenção dos Centros de Memória, a abertura e continuidade de novos revelaram-se um problema não só institucional mas formativo, algo que se torna um desafio perante o envolvimento dos professores responsáveis por essa iniciativa nas unidades do CEETEPS.

Percebe-se que a celebração do “Projeto Historiografia” (1998 – 2002) e do surgimento e avanços realizados pelos pesquisadores vinculados ao GEPEMHEP se transmutam nessa segunda obra num esforço coletivo de melhor delimitar os contornos epistemológicos e institucionais do que está se entendendo e construindo como Memórias e História da Educação Profissional.

À ênfase em conceitos e abordagens com enfoque em patrimônio histórico educativo e cultura (material) escolar é acrescentada, por Carvalho (2013), a preocupação com a “educação patrimonial”, anunciada em um dos eixos temáticos do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional. O que se percebe entre o primeiro livro de 2011 e este de 2013 é que há uma diretriz teórico-metodológica para os estudos sobre a Memória e História da Educação Profissional que, logicamente, por exigir um processo de formação docente e arranjos institucionais, aparece temporalmente adiantada em relação ao que é produzido nas unidades escolares.

Esse trabalho em processo fica claro na descrição do eixo temático que recebeu o título de “Instituições escolares técnicas e tecnológicas: patrimônio material e imaterial, educação patrimonial e memória” na organização do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional. Para este eixo temático estavam previstos trabalhos com o seguinte escopo:

[...] trabalhos sobre a importância da preservação e conservação do patrimônio industrial material e imaterial, nas instituições escolares de educação profissional para estudos e pesquisas cultural, histórica e tecnológica, que possibilitam uma reflexão sobre as práticas escolares e pedagógicas na educação profissional. Como patrimônio material poderemos considerar o mobiliário, os equipamentos, os materiais didáticos, as vidrarias, as fotografias, os vídeos, os objetos de artes, entre outros materiais escolares empregados em laboratórios ou em salas de aula dos diversos componentes curriculares. Enquanto que o patrimônio imaterial encontra-se nas danças, na culinária, nas memórias sobre estes e outros bens. Os professores, estudantes de pós-graduação e pesquisadores, que realizam pesquisas em arquivos escolares, poderão demonstrar a relação entre os cursos profissionalizantes oferecidos nas unidades escolares, ao longo do tempo e em diferentes espaços, com o desenvolvimento tecnológico do nosso país [...]. A área carece de estudos e a literatura nacional sobre o assunto pode ser ainda muito ampliada por professores, com produções no âmbito da educação; e no âmbito patrimonial, por especialistas nas diversas áreas que tangem o patrimônio histórico-cultural. O número de projetos e experiências com educação patrimonial, conforme consta, é ainda pouco expressivo, principalmente quando se trata de uma área específica, como a área de arquivos. Para Benito Escolano (2010) a nova história cultural, por meio da etnografia e da microhistória, vem configurando um novo campo historiográfico que são os estudos das materialidades da escola. Este encontro de profissionais de diferentes áreas do conhecimento propiciará discutir as interfaces entre a ciência e a técnica para a preservação da memória e o aprimoramento da educação patrimonial profissional e tecnológica. (GEPEMHEP, 2018)

Não cabe nos limites deste estudo resgatar todos os eixos temáticos dos dois eventos, em especial deste terceiro, nem buscar quantificar e relacionar os capítulos dos livros aos eixos, porque essa não foi uma diretriz perceptível na organização do livro. De todo modo, é importante considerar que, na organização do segundo livro, a articulação entre memória e história da educação na perspectiva dos estudos sobre patrimônio, educação e trabalho estava em construção, tateando-se entre os conceitos de patrimônio material e imaterial, educação patrimonial e mesmo patrimônio industrial, para tentar um contorno mais preciso do que se configurará como “patrimônio histórico educativo”.

Os capítulos dos livros cujos autores são fundamentalmente do CEETEPS, 15 num total de 18, não trabalham com abordagens que enfatizam o conceito de patrimônio histórico educativo. Além disso, apenas um desses capítulos se debruça sobre concepções e

práticas de educação patrimonial efetivamente. Mas, do ponto de vista epistemológico, percebe-se a ênfase nos “estudos das materialidades da escola” num sentido amplo mas já citando a obra de Benito Escolano.

Embora a proposição de eixos temáticos para a organização e realização do evento esteja presente nas duas edições, os livros não parecem ter sido organizados nessa perspectiva. De qualquer forma é importante relacionar os eixos temáticos dos dois eventos, que resultaram em eventos com ênfases diferentes e, conseqüentemente, livros com escopos teórico-metodológicos distintos. No Quadro 2, a partir dos dados do GEPEMHEP, é possível visualizar essas ênfases nos eixos temáticos:

Quadro 2 – Eixos temáticos dos eventos de 2011 e 2013

Eixos temáticos do II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional	Eixos temáticos do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional
<p>1. Currículos e as disciplinas de cursos oferecidos em escolas técnicas e tecnológicas.</p> <p>2. Cultura, saberes e práticas escolares e pedagógicas nas escolas técnicas e tecnológicas.</p> <p>3. As escolas técnicas e tecnológicas e suas relações com o trabalho, as ciências, as artes e as tecnologias no processo histórico de transformação da sociedade.</p> <p>4. O público da escola: perfil; práticas escolares e hábitos culturais; apropriação dos espaços e modalidades de ensino nas Escolas técnicas e tecnológicas.</p> <p>5. Políticas de educação e saúde no ensino profissional.</p>	<p>1. Instituições escolares técnicas e tecnológicas: patrimônio material e imaterial, educação patrimonial e memória.</p> <p>2. Instituições escolares técnicas e tecnológicas: memórias e desenvolvimento local.</p> <p>3. Cultura escolar e história oral na educação técnica e tecnológica: memórias e identidades.</p> <p>4. Currículos, memória e formação de profissionais técnicos e tecnológicos.</p> <p>5. Políticas públicas: memórias e história na educação profissional e tecnológica.</p>

Fonte: GEPEMHEP, em 2018.

No livro de 2013, quanto ao aspecto estritamente metodológico, as pesquisas apresentadas, quando baseadas em documentos institucionais, não o fizeram necessariamente a partir de acervos escolares organizados em arquivos, além de aparecer uma utilização considerável das entrevistas de história oral, como mencionamos já na transcrição do discurso de abertura e na apresentação.

Para analisar o livro como um todo a partir da problematização e objetivos do nosso estudo, procuramos nos atentar aos capítulos considerando as tendências teórico-metodológicas identificadas no primeiro livro. A tendência a qual chamamos de “Estudos conceituais e históricos das políticas educacionais, das políticas institucionais específicas e diretrizes curriculares à luz de teorias críticas a partir de autores que discutem as relações entre educação e trabalho e contradições sociais” aparece com menos ênfase.

Os estudos sobre Memórias e História da Educação Profissional, utilizando fontes primárias ou não, não prescindem de estudos históricos e epistemológicos relacionados a ela. Esse é um aspecto a se observar quando partimos do pressuposto de que compreender a cultura (material) escolar implica compreendê-la num contexto amplo de relações que, em parte, determina o cotidiano escolar e que, em parte, se estabelece para resistir a ele e lhe dar novos contornos. Essas relações podem ser entendidas a partir de estudos que analisam as políticas educacionais que dialogam com as políticas institucionais, como está proposto no quinto eixo do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, mas cuja abordagem aparece de maneira difusa no livro de 2013, resultado deste evento.

Novamente, percebe-se que os estudos sobre a análise das políticas educacionais quando aparecem se dão dentro da abordagem das relações entre trabalho e educação e não necessariamente do processo de complementação, implementação e avaliação dessas políticas. Essa é uma escolha teórico-metodológica que se traduz também nos quatro estudos que tratam especificamente do currículo. Apenas um dos autores menciona, ainda que rapidamente, estudos sobre teorias do currículo, sendo enfatizada, na maioria deles, as fontes primárias organizadas em acervos escolares ou não, legislação específica e fontes orais. A escolha teórico-metodológica na abordagem do currículo mostra a progressiva consolidação dos estudos sobre cultura escolar no enfoque que alguns autores dão para a história das disciplinas.

Um dos artigos, ao final, lista num item designado “leituras sugeridas” autores que trabalham com as teorias dos currículos. É possível concluir que, apesar da maneira difusa com que aparecem os conceitos de patrimônio histórico educativo, a ênfase em fontes primárias e em história oral não necessariamente articuladas a estudos mais amplos das teorias dos currículos e das políticas educacionais indica a escolha teórico-metodológica dos estudos realizados e publicados nas duas obras

analisadas. Sendo que essa escolha teórico-metodológica fica mais evidente no segundo livro e que não se pode compreendê-la somente pelas leituras dos capítulos mas também compreendendo o processo de formação e inserção desses docentes no GEPEMHEP, nos Encontros e nas publicações em tela.

Embora toda a complexidade dessa construção, que se dá coletivamente e que a organização dos livros expressa de alguma forma, esteja aqui restrita à problematização eleita para o desenvolvimento do presente estudo, é importante ressaltar que tendências e aspectos relevantes puderam ser percebidos. Se a abordagem da cultura escolar poderia ser mais cotejada com as políticas educacionais como um todo, é inegável que os estudos apresentados, a organização dos livros, os capítulos resultantes das palestras de abertura e/ou de encerramento dos eventos demonstram que as pesquisas nas unidades do CEETEPS procuram não só estar articuladas com a política institucional, mas se colocam diante dela, mostrando a importância do trabalho realizado e propondo caminhos futuros.

4. UMA HISTÓRIA E UMA PESQUISA EM ABERTO

O livro publicado em 2011 apresenta um forte acento nos estudos e discussões sobre as políticas públicas para Educação Profissional, como aparece no texto de Ramos (2011), resultado de sua palestra de abertura, bem como na ênfase dada em diversos outros capítulos que constroem seu referencial teórico a partir das reflexões e estudos sobre trabalho e educação. Por outro lado, o capítulo escrito por Suzana Lopes Salgado Ribeiro no livro publicado em 2011, resultado da palestra de encerramento, traz elementos importantes para algo que já havia sendo desenvolvido nos projetos de implementação e manutenção dos centros de memória, considerando a abordagem teórico-metodológica da cultura escolar e da história oral.

Digamos que, no livro publicado em 2013, sem deixar de tratar dos estudos mais abrangentes e que procuram compreender a cultura material escolar articulada aos estudos das políticas educacionais, a tendência que se consolida é aquela que lança luzes na materialidade dessa cultura escolar, apoiada em pesquisa documental, organização, conservação e difusão de acervos escolares, sendo apresentado, de maneira difusa e em construção, o que é proclamado na palestra de abertura da Profa. Maria Cristina Menezes: a centralidade das concepções e práticas associadas ao patrimônio histórico educativo.

Como já ressaltamos, acirra-se, na passagem que se dá entre os livros de 2011 e 2013, o esforço de constituição de lugares de memória a partir de uma perspectiva da patrimonialização. Desse modo, no livro de 2013, busca-se um compromisso maior com a

política institucional, de alguma maneira convocando essa política institucional para fomentar as condições necessárias para que seja possível de se constituir o patrimônio educativo da educação profissional dentro das unidades do CEETEPS. Às instituições, cabe o apoio às equipes interdisciplinares, a responsabilidade da guarda, a concessão de espaços adequados e condições de continuidade da formação e no trabalho dos docentes envolvidos na organização, manutenção e difusão dos acervos. O esforço dos pesquisadores, na continuidade e na publicação de seus estudos, é na direção de buscar envolver as instituições escolares, contribuindo para que os estudos relacionados à Memória e à História da Educação entrem nas suas pautas. Por isso, os estudos vão ganhando contornos acadêmicos com abordagens teórico-metodologias específicas, mas se configuram como resultado também de estratégias político-institucionais. A questão que fica neste aspecto e que pode gerar novas pesquisas é em que sentido os estudos constituídos também nessa perspectiva são capazes de, a partir de uma consolidação de suas abordagens teórico-metodológicas, gerar reflexões e novas perspectivas para a própria instituição.

A política institucional se vê também afetada pelos estudos e ações de docentes organizados em um grupo de pesquisa surgido de 2008 cujo alcance evidentemente vai muito além de acrescentar “[...] com muita qualidade, textos de memória e história ao acervo documental do Centro Paula Souza (ALVES, 2011). A partir dos estudos sobre Memórias e História da Educação, com o objetivo de “[...] compreender a trajetória, impasses e perspectivas da Educação Profissional no Brasil” (CARVALHO, 2013) percebe-se um esforço coletivo de reflexão e de avaliação dessa trajetória. A trajetória da Educação Profissional no Brasil, conforme atestam os autores citados aqui englobados numa categoria que designamos como “teorias críticas”, demonstram, em seus estudos sobre as políticas educacionais e institucionais, o distanciamento da Educação Profissional de uma perspectiva mais ampla quanto às relações problemáticas entre educação, trabalho e educação. Em busca da construção de identidades, de lugares de memória, de registro de experiências de pertencimento novas institucionalidades e novas formas de compreender a instituição são construídas.

Num contexto em que as políticas educacionais e mesmo as instituições escolares no Brasil, historicamente, reservam para a Educação Profissional a tarefa de “servir ao desenvolvimento nacional” atendendo aos “[...] diferentes processos de produções e de oferta de serviços” (ARAÚJO, 2013), refletir sobre esse processo pode significar se apropriar de referenciais teóricos específicos e também construir uma outra historicidade, que passa, necessariamente, pelas identidades, memórias e singularidades e pela capacidade de narrar, registrar e problematizar experiências individuais e coletivas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os estudos realizados a partir de acervos escolares, arquivos pessoais e trajetórias de instituições escolares técnicas e tecnológicas específicas podem e devem ser confrontados com os estudos sobre as políticas educacionais e diretrizes curriculares para formação profissional, que também perpassam a produção, a preservação, o conhecimento, a difusão e o estudo das fontes documentais e experiências escolares engendradas em diferentes contextos.

As tendências e problematizações apresentadas e discutidas nos limites deste estudo podem ser retomadas e reconfiguradas considerando-se especificidades e singularidades que aparecem nos livros tais como a ênfase em estudos sobre os cursos ferroviários, sobre arte e formação profissional e outras temáticas que aparecem à medida que os pesquisadores continuam ou não no GEPEMHEP e nos esforços coletivos de formação e produção acadêmica, o que significa dizer na política institucional para os estudos de Memórias e História da Educação Profissional.

Ao mesmo tempo, percebe-se a entrada de abordagens e temas que abrem para outras possibilidades que merecem estudos específicos, tais como os de Educação Comparada entre as políticas para a Educação Profissional em diferentes países, como é o caso do trabalho de Delgado e Valle (2013). Não é por acaso que o terceiro livro publicado pelo GEPEMHEP será o resultado de uma jornada internacional Brasil-Argentina. Também não é casual que a temática geral do VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, em 2018, é “Concepções, Rupturas e Permanências” tendo como eixos temáticos “Organização, preservação e difusão da memória em instituições de educação profissional”, “Os lugares dos acervos (arquivísticos, bibliográficos e museológicos) da educação profissional no espaço escolar” e “Arquivos, Informação e Gestão de Documentos nas escolas e em seus Centros de Memória para estudos e pesquisas sobre a história da educação profissional, a história institucional e a história local”. A expectativa é que o presente estudo contribua para esse momento de reflexão sobre “concepções, rupturas e permanências” intrínsecas à trajetória do GEPEMHEP quanto ao que diz respeito à produção científica e à sua inserção institucional ao longo desses dez anos de existência, bem como sua consolidação como lugar de produção, apropriação e construção de memórias e história da educação profissional e tecnológica.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES, Julia Falivene. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. (org.) **Cultura, Saberes e Práticas: memórias e história da educação profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2011.
- ARAÚJO, Almério M. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Patrimônio, Processos e Currículos: memórias e história da educação profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e historia da cultura** (Textos escolhidos, vol. I). São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Apresentação. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. (org.) **Cultura, saberes e práticas: memorias e história da educação profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2011
- CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Discurso sobre abertura solene. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Patrimônio, Processos e Currículos: memórias e história da educação profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2013.
- DELGADO, Paulo Sergio G.; VALLE, Ione Ribeiro. Reformas educacionais e acesso ao ensino superior: os casos de Cabo Verde e do Brasil. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Patrimônio, Processos e Currículos: memórias e história da educação profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2013.
- ESCOLANO, A. (ed.). **La cultura material de la escuela**. En el centenario de la JAE, 1907 – 2007. Berlanga, CEINCE, 2007.
- FELGUEIRAS, Margarida L. Materialidade da cultura escolar. Dossiê Cultura escolar e cultural material escolar: entre arquivos e museus. **Revista Pro-posições**. Campinas, v. 16, n.1 (46), jan./abr. 2005, p. 87-102.
- FRAGO, António Vinão. Relatos e Relações Autobiográficas de Professores e Mestres. In: MENEZES, Maria Cristina. **Educação, Memória, História: Possibilidades**, Leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 333-373.

GEPEMHEP. **Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional**. Disponível em: <http://www.memórias.cpsctec.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2018

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. 204p.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, N° 1, jan./ jun. 2001, p. 9-44

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Digital Source, 2003. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras. Campinas**, São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

MENEZES, Maria Cristina. Patrimônio Histórico Educativo: experiências de preservação em acervos escolares paulistas. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes (org.). **Patrimônio, Processos e Currículos: memórias e história da educação profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2013.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, N° 10, jul./dez. 2005, p. 75-100.

NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História: Programa de Pós Graduação de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, N° 10, p.7- 28, dez. 1993.

PAES, Maria Teresa Duarte. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/19.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018

RAMOS, Marise N. A noção de competências na relação trabalho e educação: superando mitos e traçando horizontes. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. (org.) **Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2011

RIBEIRO, Suzana L. S. Memória Institucional: o trabalho como elo de identidade e pertencimento. **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura da Fatec Jundiaí**. Jundiaí, 13ª. edição, out. 2013, p. 16-23. Disponível em: www.revista-fatecjd.com.br. Acesso em 10 jul. 2018.

RIBEIRO, Suzana Lopes S. Por uma história da educação profissional: contribuições e desafios de pesquisa em história oral. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. (org.) **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da educação profissional. São Paulo, Centro Paula Souza, 2011

VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. **La Hechura das Políticas Pöblicas**. México, Porrúa Editores, 1996.

O PROJETO DE MEMÓRIAS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, SUAS CONCEPÇÕES, FASES E O RESGATE DA HISTÓRIA ORAL DA FATEC OURINHOS

Eunice Corrêa Sanches Belloti
Faculdade de Tecnologia de Ourinhos

1. INTRODUÇÃO

O ser humano não é de uma natureza simples, e sim múltipla, certa, mas ambígua, não é temporal e nem eterno, mas a esse ser humano é dado o poder de assumir qualquer natureza que deseje, de acordo com Figueiredo. (1992)

Um dos desejos do ser humano é a aprendizagem. Para aprender ele deve ter um espaço de confiança que favoreça a criatividade, a curiosidade, a descoberta. É uma relação entre receber e dar, suportar a troca com o meio e com outros seres humanos. A aprendizagem é a modificação estável das linhas de conduta, que são todas as modificações do ser humano.

Bleger (1991) esclarece que aprender não é senão aprender a indagar. Não há investigação possível sem ansiedade, provocada pelo desconhecido, pelo novo, que um curso superior representa na vida dos seres humanos.

Na ciência chamada Psicologia, a Psicologia da Aprendizagem busca estudar, explicar e compreender os processos de mudança comportamental que se produzem nas pessoas como consequência de sua participação em atividades escolares, principalmente no Ensino Superior.

Especificamente sobre a aprendizagem não se encontra nenhum texto específico escrito por Freud, o criador da Psicanálise, uma vertente da Psicologia, visto que suas preocupações eram as de um clínico, contudo sua posição frente ao conhecimento, pensava no ser humano como um ser “desejante de saber”. É possível questionar na abordagem freudiana a buscar respostas para o seguinte questionamento: o que se busca quando se quer aprender algo?

Kupfer (1989) esclarece que somente a partir desse questionamento é que se pode refletir sobre o que é o processo de aprendizagem, pois esse processo leva o ser humano a buscar a razão e o desejo que o motiva para o conhecimento.

Os seres humanos buscam, na vida, a felicidade e o acoplamento entre as fantasias imaginárias e o real é que constitui a felicidade. Ela é algo que sempre foi jamais algo que é. (MARCONDES FILHO, 2003)

O ser humano, jovem, acredita que um curso universitário faz parte do alcance da felicidade em sua vida; para isso, busca informações do mundo universitário, pois esse contato representa o contato com o novo, com o desconhecido, com o mundo adulto, salienta Levenfus (2005).

Uma das alternativas de escolha são os cursos superiores, de preferência públicos e de renome.

As Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo) são instituições públicas de Ensino Superior pertencentes ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. É uma das quatro instituições estaduais de Educação Superior mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo no Brasil, junto com a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp).

As Fatecs são importantes instituições brasileiras de Ensino Superior, sendo pioneiras na graduação de tecnólogos. Elas estão localizadas em diversas cidades paulistas, com campus na capital e várias outras unidades na Grande São Paulo, interior e litoral, oferecem cursos superiores de graduação em praticamente todas as áreas do conhecimento, reconhecidos, estruturados e desenvolvidos para atender aos segmentos atuais e aos emergentes da atividade industrial e do setor de serviços, tendo em vista a evolução tecnológica. (FAT, 2013)

Pelo Decreto-Lei de 06 de outubro de 1969, foi criada a instituição, na gestão do Governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré (1967 – 1971), como resultado de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade da implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois e três anos, que tinha por objetivo a formação de técnicos de nível superior para atender à crescente demanda de profissionais de nível universitário. Em 1970, começou a operar com o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET), com três cursos na área de Construção Civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). Era o início das Faculdades de Tecnologia do Estado. As duas primeiras foram instaladas nos municípios de Sorocaba e de São Paulo.

Conforme Carvalho (2013, p. 11), desde a sua fundação, a sede administrativa do Centro Paula Souza passa a funcionar no prédio da antiga Escola Politécnica, na capital. A

partir de 1982, começa a incorporar escolas de Educação Profissional de São Paulo, fundada no Brás, em 1911, “o que a torna uma instituição centenária, com prédios arquitetônicos que trazem vestígios de lugares de memórias, sendo que muitas de suas escolas dispõem de mobiliários, fotografias, e de arquivos escolares”, que permitem encontrar indícios da cultura, da prática escolar e pedagógica e que “foram desenvolvidas no passado, que se desenvolvem no presente e possibilitam prospectar o futuro da instituição”.

Com cursos de graduação tecnológica oferecidos, a instituição tem cerca de 70 mil alunos, apresentando grades curriculares que contemplam os ensinamentos dos vários saberes. A Faculdade de Tecnologia de Ourinhos é uma das unidades dessa instituição pública do Governo do Estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 1991, com o curso de Processamento de Dados.

Atualmente, a Fatec Ourinhos oferece quatro cursos superiores de Tecnologia, devidamente autorizados e reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo, são eles: Agronegócio, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Jogos Digitais e Segurança da Informação. Nesses cursos frequentam aproximadamente mil alunos, que se deslocam de várias regiões do estado e do país, buscando um ensino reconhecido por sua qualidade e pelo destaque que seus alunos egressos têm nas organizações que os empregam. Esses alunos, como todos os seres humanos, acreditam que o curso universitário os levará ao alcance da felicidade, mesmo com toda sua complexidade e seus desafios, conforme afirma Marcondes Filho (2003).

Esse ensino, com uma educação de qualidade busca, preparar os alunos para que sejam profissionais capazes e competentes – pois o processo educativo oferece condições para que os alunos a vivam na sociedade como membros questionadores, que sejam indivíduos pensantes, imparciais e criativos, conforme salienta Lipman (2001), e alavanca o docente para um preparo mais aguçado em sua formação.

De acordo com Carvalho (2011):

A história da educação brasileira ganha relevância a partir da década de 1980, quando grupos de pesquisas são criados nas universidades e eventos promovidos para debater questões sobre: o ensino de história da educação, a historiografia e memória da educação, a história das instituições, as legislações educacionais, os currículos escolares, a cultura escolar, as práticas pedagógicas, a profissão docente, entre outras. Durante esses eventos de intercâmbio de ideias e apresentação de pesquisas realizadas no campo da história da educação brasileira poucos trabalhos se referem à educação profissional. (CARVALHO, 2011, p. 11)

Carvalho informa que, em 2008, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GPEMHEP) é criado na Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza. Este grupo “tem por finalidade levantar, analisar e divulgar informações de estudos e pesquisas sobre as origens de escolas técnicas nos municípios, dos currículos de cursos técnicos e tecnológicos”, envolvendo as práticas das escolas, as práticas pedagógicas, as práticas das culturas escolares, nas políticas da educação, da saúde no ensino profissional.

Alves (2011) escreve:

Foi então que, em 2008, constituiu-se o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História de Educação Profissional, sob a responsabilidade da Prof.^a Maria Lucia Mendes de Carvalho. Ela reuniu colegas de escolas que tinham Centros de Memória, de escolas que não tinham e de outras instituições, motivou-os a elaborarem pesquisas ou apresentarem as que já haviam realizado e, com os materiais daí resultantes organizou dois Encontros de Memórias e História da Educação Profissional. Desse último, de 2010, é que nasceu a ideia, agora concretizada, da edição do livro *Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional*. (ALVES, 2011 *apud* CARVALHO, 2011, p. 7)

O GPEMHEP é certificado pelo CNPq, composto por vários professores de Etec e Fatecs, que têm interesse e são curadores em Centros de Memória e realizam pesquisas sobre as Memórias nas instituições do CEETEPS, estudam, pesquisam e produzem materiais científicos em suas unidades de trabalho. Esses professores que atuam no grupo desenvolvem seus projetos de Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica, participando de encontros e jornadas, apresentando os resultados de estudos e pesquisas que realizam em suas unidades escolares com o apoio institucional, de seus coordenadores e de seus diretores. Além dos eventos para a promoção de pesquisas e desenvolvimento de projetos, o Centro Paula Souza oferece cursos de capacitações relacionados ao patrimônio histórico educativo e ao patrimônio cultural e tecnológico, que são denominados pelo grupo de Clubes de Memórias, e são oferecidos regularmente, algumas vezes ao ano, discutindo categorias de investigação, e realizando rodas de conversa, enaltecendo as práticas de comunicação entre seus participantes, das mais variadas regiões do estado de São Paulo. Menezes (2015, p. 10) informa:

Outro dado importante, que se articula ao exposto acima, são os Clubes de Memórias, instância que aparece no site do GPEMHEP

e instiga não apenas pelo nome, um tanto provocativo, mas pela apresentação e função tal como se informa no site do Grupo. Ao considerar esta instância, no âmbito dos encontros e jornadas bianuais em que são difundidos resultados de estudos e pesquisas, das unidades escolares ou nas faculdades de tecnologia do Centro Paula Souza, realizadas pelos professores que atuam no GEPEMHEP, ou que desenvolvem projetos de memórias e história da educação profissional e tecnológica com vistas à pesquisa e desenvolvimento de projetos, os Clubes, partícipes neste movimento, oferecem cursos de capacitação relacionados ao patrimônio histórico educativo e ao patrimônio cultural e tecnológico, os quais, segundo ainda como consta no site, visam discutir categorias de investigação e realizar rodas de conversa como práticas de comunicação entre os docentes de diferentes regiões do estado de São Paulo. Em seu artigo “Educação para a sensibilização e a preservação do patrimônio em bibliotecas e acervos escolares do Centro Paula Souza”, sobre as práticas advindas desses encontros, a professora Maria Lucia Mendes de Carvalho acrescenta ‘Esses estudos e pesquisas possibilitam desenvolver ações educativas envolvendo docentes, bibliotecários e estudantes para criarem novas práticas de educação patrimonial [...] em diferentes locais onde estão inseridas as escolas técnicas e as faculdades de tecnologia no estado de São Paulo.’ (p. 65) Neste caso, torna-se muito condizente com tal prática a realização de encontros como esta Jornada, sobre a qual se assevera neste momento, constituindo-se em fórum privilegiado para que os professores/investigadores possam apresentar o resultado dos trabalhos desenvolvidos nos locais de ofício, ou seja, nas instituições de trabalho e pesquisa, que já tiveram a oportunidade de discutir nos Clubes e, em momento posterior, com parceiros de outras regiões nacionais e também em nível internacional. (MENEZES, 2015 *apud* CARVALHO, 2015, p. 10)

Um site foi criado pelo Centro Paula Souza, um dos *links* desse site de memórias apresenta as quatro linhas de pesquisas que o GEPEMHEP oferece: Cultura, saberes e práticas escolares e pedagógicas na educação profissional e tecnológica; Currículos e história das disciplinas de cursos que são ou foram oferecidos na educação profissional e tecnológica; Instituições escolares técnica e tecnológica, enfatizando o público da escola, as modalidades de ensino e as apropriações dos espaços, e Memórias e história da educação profissional e tecnológica no campo da alimentação e nutrição. Cada professor participante do grupo escolhe uma das linhas de pesquisa de seu interesse. De acordo com o site do Centro Paula Souza (2018), voltado ao projeto institucional de memórias, GEPEMHEP:

Os arquivos escolares contêm fontes documentais que podem contribuir com estudos e pesquisas para a produção de conhecimentos técnicos e tecnológicos, mas se forem transformados em acervos permanentes e disponibilizados ao público interno e às instituições de pesquisa. Essas fontes documentais e as museológicas, que fazem ou fizeram parte das práticas em educação profissional e estão disponíveis nas escolas técnicas e tecnológicas, como: equipamentos, móveis e utensílios de laboratórios (de química, de eletrônica, de mecânica, de construção civil, de informática, entre outros, produzidos pelas indústrias em diferentes épocas) são patrimônios materiais que podem ser empregados nas práticas escolares para avaliar a evolução tecnológica e possibilitar: discussões para entender o avanço ou retrocesso tecnológico; pesquisas para refletir e estimular a criatividade de professores e estudantes, e gerar projetos de pesquisas para o desenvolvimento local. (CENTRO PAULA SOUZA, 2018)

Baseado nesse cenário, com o envolvimento da autora desse artigo, na docência do Ensino Superior Profissional Tecnológico desde 1994, e a oportunidade criada pelo CEETEPS em participar do Grupo de Memórias e História da Educação Profissional desde 2012, cresceu o desejo de aperfeiçoamento mais sistematizado, de rigor científico em História Oral e Memória, para complementar todo o acervo histórico e memorial da instituição que se encontrava no âmbito da oralidade e necessitava de um resgate documental e analítico.

2. METODOLOGIA

Para contribuir com essa busca da Historiografia e do Patrimônio da Educação Profissional e Tecnológica que ocorre na Fatec Ourinhos, fez-se necessário um estudo mais aprofundado, científico e sistematizado, organizando-se para tal um projeto de HAE (Horas de Atividades Específicas), denominado “Projeto de Memórias da Fatec Ourinhos”.

Também se vincula às metodologias das aulas da disciplina “Comportamento e Cognição”, do 5º semestre do curso de Jogos Digitais, da instituição, atividades desenvolvidas pelos alunos, no referido projeto, favorecendo a coleta de dados juntamente com a autora dele.

Como objetivo, o projeto visa: resgatar a História Oral da Fatec Ourinhos, com o intuito de documentá-la; desenvolver a historiografia da Fatec Ourinhos; registrar as versões históricas sobre a Fatec Ourinhos, seu surgimento no cenário educacional; evidenciar a instituição como parte do patrimônio histórico, educativo, cultural e tecnológico de uma sociedade, compreendendo os aspectos de contexto político e administrativos de sua criação; contextualizar as características e as estruturas singulares da Fatec Ourinhos; coletar depoimentos orais, com pessoas ligadas a história da instituição, com a finalidade de criar fontes para pesquisas futuras; criar um repositório on-line, para proporcionar acesso ao acervo digital da História Oral da Fatec Ourinhos, em conjunto com os alunos do curso de Jogos Digitais, da instituição em evidência; analisar e dialogar o objeto histórico também sob o prisma da memória e suas relações com a subjetividade.

Com a colaboração e incentivo da direção da Fatec Ourinhos no referido projeto – iniciou-se no 1º semestre de 2012 (Fase I) e no 1º semestre de 2018 – encontra-se na Fase XI.

A metodologia é embasada no estudo sistemático das fontes bibliográficas, em História Oral, Historiografia, Memória e Subjetividade, tanto como um estudo de campo de caráter descritivo, que documenta os relatos oralizados coletados de formas diversas (entrevistas, relatos e narrativas), que são analisados sob a luz das teorias científicas propostas.

Sendo a pesquisa descritiva destinada a realizar o registro, o estudo, a análise e a interpretação dos fenômenos ou sistemas técnicos sem a interferência do pesquisador. São exemplos de pesquisa descritiva as pesquisas mercadológicas e de opinião. (BARROS; LEHFELD, 2007)

A pesquisa descritiva visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Ao ser entendida como um estudo de caso, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em um sistema de produção ou produto. (PEROVANO, 2014)

O estudo de caso descritivo procura apenas apresentar um quadro detalhado de um fenômeno para facilitar a sua compreensão, pois não há a tentativa de testar ou construir modelos teóricos.

Com relação à subjetividade explicitada, é importante considerar que o olhar do sujeito constituído por esse tipo de pesquisa oferece construções de sentido do mundo. Ela apresenta a possibilidade de identificar o modo como uma realidade é construída. Para Burke (1992, p.11), “a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída”.

Com o diálogo de fontes de várias naturezas a História Oral, exercita a diversidade de interpretações, focando-se em narrativas criadas a partir da oralidade dos entrevistados durante a pesquisa. Para Garnica (2013):

Narrativas orais são fontes historiográficas. Para servir a pesquisas, narrativas orais usualmente são registradas por escrito devido à durabilidade do suporte e à facilidade de manuseio. Narrativas orais tornadas narrativas escritas são fontes historiográficas. A História Oral é um modo de produzir narrativas orais e com essa finalidade tem sido mobilizada por inúmeros agentes, dentro e fora da academia, sendo praticada, por exemplo, tanto por “pessoas comuns” como por historiadores “de ofício” e pesquisadores dos mais distintos campos. (GARNICA, 2013, p. 54)

Os procedimentos adotados durante a pesquisa obedecem a um critério metodológico específico dentro da História Oral, problematizando as entrevistas, seus roteiros, a seleção de depoentes, a realização e os registros delas, buscando a conservação, organização e utilização das fontes históricas.

Os depoentes são, no decorrer das várias fases do projeto, diretores, ex-diretores, professores, ex-professores, funcionários, ex-funcionários, alunos, ex-alunos e quaisquer outras pessoas ligadas à instituição.

Esses procedimentos são de importância ímpar para conhecer o arquivo já existente e coletar informações relevantes sobre fatos que não tenham sido registrados anteriormente. Os depoimentos gravados, em áudio e vídeo, passam por um processo de transcrição, em que ocorre o primeiro registro escrito dos depoimentos orais. Também são submetidos, esses depoimentos, ao processo de textualização, que é a transcrição, feita pelo pesquisador.

A metodologia da História Oral é adotada para conduzir as entrevistas e registrar os depoimentos, esclarecendo as trajetórias individuais, dos depoentes, gerando documentos que são objetos de estudo, em que se ouve a voz do outro, que caminha para a construção de uma subjetividade e estabelece um debate entre o qualitativo e o quantitativo. (ANDRÉ, 1995)

Como recorte temporal, da história da Fatec Ourinhos, para facilitar a compreensão da vivência histórico-administrativa da instituição, é oportuno elencar três momentos de sua etapa.

O primeiro momento, de acordo com Belloti (2015), refere-se à criação e implantação da Extensão de Campus da Fatec São Paulo em Ourinhos, (de agosto de

1991 a 1997). O segundo momento dá-se da emancipação até o término da direção do Prof. Me. Paulo Henriques Chixaro, (de 1997, até maio de 2006). Por fim, o terceiro momento caracteriza-se pela direção da Profa. Dra. Lia Cupertino Duarte Albino, (de 2006 até os dias atuais). Esses três momentos apresentam temporalidades múltiplas, compreendidas com suas especificidades, imbuídas de relações de continuidades e descontinuidades. (ARIÈS, 1986)

Este projeto busca analisar e dialogar com fontes de várias naturezas, além das orais, exercitando as várias pluralidades de interpretação.

A Tabela 1 mostra as atividades desenvolvidas, as entrevistas que foram feitas com o intuito de coletar depoimentos orais, com pessoas ligadas a história da instituição, foram gravadas em vídeos, transcritas e transcriadas, resgatando a memória da Fatec Ourinhos e perpetuando sua fantástica história. A história, ou mais propriamente a historiografia, segundo Bloch (2001), é o estudo dos homens no tempo e no espaço, vivendo em comunidade, não é um estudo do passado, mas uma ciência nutrida do diálogo entre o presente e o passado, em que há sempre mudanças e permanências, isso traz um movimento que não é linear e nem contínuo e muito menos controlável, ambas as áreas trabalham com o estudo dos significados que alguém produziu para algo vivido. Portanto a história se alimenta da memória.

Os que se interessam pelo contemporâneo concebem a pesquisa histórica como um meio de ação política, segundo Prost (2012), fato esse de grande importância para a descrição do percurso da Educação Profissional nas Fatecs.

Halbwachs (2006, p.30) estabelece uma espécie de clivagem entre a memória coletiva e a história escrita. Para ele, a memória remete a um grupo; o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.

Para Burke (2000), os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória, como fonte histórica e como fenômeno histórico e se transformam com o passar do tempo. A história e a memória passam a revelar-se cada vez mais complexas, relembram o tempo passado e escrever sobre ele não se apresenta como atividade inocente; aprende-se a considerar fenômenos conscientes ou inconscientes, como a interpretação e a distorção.

Tabela 1 – Períodos de desenvolvimento do Projeto de Memórias da Fatec Ourinhos

PERÍODOS	FASES	NÚMEROS DE HAEs	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
1º sem 2013	I	06	Entrevistas e levantamento documental pela autora do projeto e pelos alunos envolvidos, uso de instrumentos desse levantamento e catalogação.
2º sem 2013	II	06	Entrevistas e produção de bancos de dados e digitalização de conjunto pré-selecionado de material documental, que são reunidos em ambiente virtual.
1º sem 2014	III	08	Entrevistas e organização de materiais reunidos no levantamento documental, inventários e pesquisas bibliográficas.
2º sem 2014	IV	06	Entrevistas e levantamento documental pela autora do projeto e pelos alunos envolvidos, uso de instrumentos desse levantamento e catalogação.
1º sem 2015	V	05	Organização de entrevistas e pesquisa sobre as esculturas da Fatec Ourinhos.
2º sem 2015	VI	06	Entrevistas e produção de bancos de dados e digitalização de conjunto pré-selecionado de material documental, que são reunidos em ambiente virtual.
1º sem 2016	VII	07	Entrevistas e levantamento documental pela autora do projeto e pelos alunos envolvidos, uso de instrumentos desse levantamento e catalogação.
2º sem 2016	VIII	06	Entrevistas e levantamento do histórico dos 25 anos da Fatec Ourinhos.
1º sem 2017	IX	15	Levantamento de documentação específica, do Projeto Pedagógico da Fatec Ourinhos e do Currículo da instituição, que foram catalogadas e digitalizadas.
2º sem 2017	X	08	Coleta de depoimentos de 09 (nove) professores da Fatec Ourinhos, que são ex-alunos da instituição, esses depoimentos foram filmados, gravados e transcritos, sendo fonte de história oral e imensurável valor.
1º sem 2018	XI	06	Levantamento fotográfico atual da Fatec Ourinhos.

Fonte: Elaborada pela autora, em 2018.

A memória é a presença do passado, é a construção psíquica e intelectual que acarreta uma representação. A história e a memória carregam um duplo significado,

história evidencia a experiência coletiva das pessoas e sua elaboração intelectual, enquanto memória significa o registro, o armazenamento dos fatos, que devem ser preservados em função da aceleração do tempo e na contemporaneidade (LE GOFF, 1984).

Nora (1993) esclarece que a memória é a vida. Ela está em permanente evolução, aberta à dialética, da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, de seus usos, manipulações e revitalizações.

Lembrar é repensar, não é reviver, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho, diz Bosi (1994).

Também Hobsbawn (1998) coloca que a memória pessoal, que é seletiva, é um meio escorregadio de preservar fatos, o que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos está em contraste com o que os seus superiores acreditam que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como tendo acontecido e na medida em que convertem a memória em mito.

A memória altera as investigações, os objetos, as abordagens e a própria escrita da história e, ao usar a subjetividade no conhecimento, utiliza as sensibilidades, as privacidades e o cotidiano no centro da trama histórica, construindo e desconstruindo referenciais. (D'ALESSIO, 1998)

A memória sofre flutuações, mas é um fenômeno construído, afirma Pollak (1992), seus modos de construção podem ser conscientes e inconscientes. As lembranças são as leituras que os sujeitos fazem do passado com as ferramentas emprestadas do presente.

Rodrigues (2004) afirma que o filósofo Gilles Deleuze aprecia especificamente a noção psicanalítica de sujeito: ele vincula o inconsciente à memória, que se refere a pessoas e objetos – para ele, os meios não são mais que âmbitos capazes de conservação, identificação, de autenticação, quando essa memória é ativada, trazendo a possibilidade de intervenção naquilo que está acomodado, podendo redimensionar a vida das pessoas, quer consciente ou inconscientemente.

Para Freud (1915), uma das características do inconsciente é a atemporalidade, os processos do inconsciente não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo e nem com qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se ao trabalho do sistema consciente, que nem sempre se recorda tão facilmente. (GARCEZ; COHEN, 2011)

Assim, como a História Oral pode ser conhecida e faz parte de relatos importantes, pois sublinha a presença do sujeito na história, vai-se representando o passado, pois a memória não é um forte confiável, ela requer, segundo Rodrigues (2004), relações com os sujeitos e com os fatos que recordem, esquecem e silenciam,

fazendo necessárias as intervenções, as investigações e os levantamentos dos fatos que acontecem no decorrer da história.

Burke (1992) esclarece que os historiadores apresentam novas questões à realidade do passado, com intenções de escolher novos tipos de fontes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo que leva à aprendizagem, à descoberta, à modificação de atitudes permite o viver. Viver os momentos de vida estudantil no ensino superior favorece a evolução dos sentimentos e emoções, assim como as memórias devem ser preservadas e elaboradas nesse rico período de vida.

Cabe também à instituição a preservação da memória, com a presença dos registros do passado, do presente, pois memória é vida.

O Projeto de Memórias do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, desenvolvido na Fatec Ourinhos, resgata pela História Oral, as concepções e fases de vida da instituição e permite o registro de seus acontecimentos, narrativas e percursos, que se perpetuarão para o futuro.

Diante das constatações apresentadas, que resgam os já citados acervos teóricos, busca-se associá-los aos estudos direcionados à Fatec Ourinhos, a fim de sistematizá-los e analisá-los e, conseqüentemente, deixar perenizado, na escrita, sua história resgatada pela memória e suas eventualidades.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, Julia Falivene. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.) **Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011, p. 7-10.

ANDRÉ, M.E.D.A de. Fundamentos da Pesquisa Etnográfica. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

ARIÈS, P. Uma nova educação do olhar. In: DUBY, G; LE GOFF, J; LA DURIE, E.R. **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986.

BARROS, A.S.J.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

BELLOTI, Eunice Corrêa Sanches. Aspectos de Subjetivação e Memória na Criação da Extensão de Campus da Fatec-SP – em Ourinhos. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. (org.). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015.

BLEGER, J. **Temas de Psicologia: Entrevistas e Grupos**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História – Novas perspectivas**. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org). **Patrimônio, currículos e processos formativos: memórias e história da educação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. (org.). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015.

CENTRO PAULA SOUZA. **GEPEMHEP**. Grupo de Estudos e Pesquisa em Memórias e História da Educação Profissional. 2018. Disponível em:
< <https://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/gepemhep.pdf>>
Acesso em: 12 jun.2018.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. **Reflexões sobre o Saber Histórico**: entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Ed UNESP, 1998.

FAT. Fundação de Apoio à Tecnologia. **Relatório Socioeconômico**. São Paulo: CEETEPS, 2013.

FIGUEIREDO, L. C. M. **A Intervenção do Psicológico**: Quatro Séculos de Subjetivação 1500 – 1900. São Paulo: Escuta 1992.

FREUD, S. A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre Metapsicologia e outros trabalhos, 1915. **ESB**.Vol XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GARCEZ, Marcia Müller; COHEN, Ruth Helena Pinto. **Pesquisa-Intervenção e Psicanálise**. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2982>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

GARNICA, A.V.M. **Sobre Historiografia**: fragmentos para compor um discurso. REMATEC, Natal (RN), Ano 8, n. 12, p. 51-65, jan.- jun. 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUPFER, M.C. **Freud e a Educação**: O Mestre do Impossível. São Paulo: Scipione, 1989.

LE GOFF, Jacques (org). **Memória-História** (Enciclopédia Einaudi). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LEVENFUS, R.S. **Interesses e Profissões**: Suporte Informativo ao Orientador Vocacional. São Paulo: Vetor, 2005.

LIPMAN, Matthew. **O Pensar na Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCONDES FILHO, C. **A Produção de Loucura**. São Paulo: Paulus, 2003.

MENEZES, Maria Cristina. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. (org.). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015, p. 9-11.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, dez.1993, p.7-28.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica Para a Segurança Pública e Defesa Social**. São Paulo: Juruá, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V. 5, n. 10. 1992, p. 200-212.

PROST, Antonie. **Doze Lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. O Homem Sem Qualidades. História Oral, Memória e Modos de Subjetivação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 2, n. 2, 2º sem. 2004.

PROJETO “DEZ ANOS DA FATEC FRANCA”: ORGANIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Liene Cunha Viana

Faculdade de Tecnologia Dr. Thomaz Novelino

1. INTRODUÇÃO

Em outubro de 2018, a Faculdade de Tecnologia Dr. Thomaz Novelino (Fatec Franca) completará dez anos de implantação. Apesar da “pouca idade”, quando comparada com algumas instituições de Educação Profissional centenárias que fazem parte do Centro Paula Souza, a unidade já acumula uma grande quantidade de material institucional documental e fotográfico, além de objetos (como máquinas e trabalhos de alunos) produzidos ao longo dessa década. Acrescentam-se, a esse material, as memórias de professores, funcionários e alunos que, transformadas em narrativas, podem reconstituir os passos da instituição e, de outra forma, correm o risco de se perderem na memória dos sujeitos envolvidos. Além da grande quantidade de alunos que já se formou, há também funcionários e professores que passaram pela instituição em seus primeiros anos e que a deixaram por um ou outro motivo. Dessa maneira, acredita-se na necessidade de recuperação, organização, conservação e divulgação de todo esse material que, caso contrário, torna-se cada vez menos acessível, com o passar do tempo, correndo mesmo o risco de se perder.

Assim, dentro do eixo temático “Organização, preservação e difusão da memória em instituições da educação profissional”, este trabalho apresenta o chamado “Projeto Dez Anos”, ligado às comemorações pelo aniversário da instituição e desenvolvido por esta pesquisadora com a finalidade de divulgar parte dos estudos que tem realizado sobre a história e as memórias da faculdade.

A metodologia do trabalho se constitui de pesquisa documental, entrevistas de história oral, além de levantamento e organização de fotografias. Apesar de ter ocorrido documentação fotográfica de alguns eventos (por Professores, Auxiliares Docentes ou pelo Assistente Técnico Administrativo – ATA), a instituição não possui esses arquivos, e muito menos um local único e organizado para reuni-los, sendo necessário buscar esse

material em computadores da instituição e em particulares, em redes sociais, assim como na posse de pessoas diversas.

2. CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA FATEC FRANCA

A Fatec Franca foi criada pelo Decreto nº 39.268, de 23 de setembro de 1994 (CENTRO PAULA SOUZA, 2006)¹. Por motivos políticos, entretanto, não chegou a ser implantada naquela data. A implantação da unidade demorou mais de 15 anos (desde o início da década de 90 e criação em 1994), segundo um político local, porque “problemas em relação à demanda de cursos para época acabaram fazendo esse processo *esfriar*. Os governadores que se sucederam [a Fleury Filho] acreditavam que as Fatecs tinham de ser instaladas onde não havia nenhuma outra faculdade pública”. (ALESP, 2008)

Uma reunião, no dia 14 de junho de 2007, entre a Superintendente do Centro Paula Souza, a Profa. Laura Laganá, e mais de 30 lideranças locais marcou o início do processo de implantação da unidade.

Discutiram-se, então, os cursos que a Fatec Franca ofereceria, optando-se pela formação na área de Calçados, consenso baseado no perfil coureiro-calçadista da economia da cidade. Ainda de acordo com essa reunião, a unidade teria também graduações voltadas para as áreas do Meio Ambiente e do Agronegócio e, até o segundo semestre de 2008, seriam abertas pelo menos 160 vagas (no mínimo 960 alunos seriam atendidos em quatro anos). (ALESP, 2007b)

A Fatec-Franca ainda aguarda autorização do governador José Serra (PSDB) para ser implantada. O resultado do debate será enviado por Laganá ao secretário estadual de Desenvolvimento e vice-governador, Alberto Goldman, que juntamente, com Serra, analisará quando a unidade passará a funcionar. ‘Ao Paula Souza cabe a análise técnica e não a autorização; no entanto, dentro de um planejamento viável, é possível que o campus seja instalado até agosto de 2008’, disse Laganá. (ALESP, 2007)

Em seguida, a Superintendente Laura Laganá reuniu-se com o então Governador José Serra e seu Vice Alberto Goldmann, decidindo-se que a nova unidade começaria a funcionar até agosto do ano seguinte - 2008. (ALESP, 2007a)

¹ Decreto de Criação – A Fatec Franca foi criada por Decreto 39.268 de 23/09/1994, publicado no D.O.E. de 24/09/1994 – Seção I - Página 001 (FATEC FRANCA, s.d.).

No dia 31 de julho de 2007, em visita à cidade, o então Governador José Serra tornou pública a implantação da Fatec na cidade (o que, segundo ele, ainda não se fizera por “motivações políticas”). (ALESP, 2007a)

Logo no início, a faculdade recebeu nova denominação – Faculdade de Tecnologia “Dr. Thomaz Novelino”². O médico Thomaz Novelino (1901 – 2000), apesar de não ter nascido em Franca, viveu e trabalhou na cidade, foi o idealizador da fundação espírita Pestalozzi, destinada a trabalho assistencial e educacional. Nascido em Delfinópolis/MG, órfão aos 7 anos de idade, foi internado pelo tio, seu tutor, no orfanato “Anália Franco”, em São Paulo, por 15 anos (Figuras 1 e 2). Saindo do orfanato, fez colegial em Sacramento/MG e faculdade de medicina no Rio de Janeiro. Seu nome foi escolhido para a Fatec de Franca devido ao seu destaque na educação do município. (DESMANIPULADOR, s.d.)



Figura 1 – Dr. Thomaz Novelino em formatura.
Fonte: DESMANIPULADOR, s.d.



Figura 2 – Dr. Thomaz Novelino em frente à Escola Pestalozzi, em Franca.
Fonte: DESMANIPULADOR, s.d.

² Lei nº 13.475 de 30/03/2009 (Projeto de lei nº 276, de 2008, do Deputado Roberto Engler – PSDB), publicada no D.O.E. de 31/03/2009 – Seção I – Página 001.

3. A FASE “HEROICA”

Esta pesquisa se iniciou em 2013, quando entrevistamos o Prof. Paulo César Rioli Duarte de Souza, na época, Diretor da Fatec Sertãozinho (dezembro de 2007 a agosto de 2009) e primeiro Diretor da Fatec Dr Thomaz Novelino³. Nessa entrevista, o professor relatou como se deu a implantação da Fatec em Franca tantos anos depois da criação da Faculdade. O Coordenador da Unidade de Ensino Superior (CESU) chamou-o no início do segundo semestre de 2008 e pediu que viesse a Franca implantar a nova unidade, o que realizou entre junho a outubro de 2008. (SOUZA, s.d.; BITTAR, 2014)

O prédio utilizado pela faculdade seria no centro de Franca, o antigo campus da Unesp (cuja mudança ainda não saíra por completo do prédio). Para o início dos trabalhos, o Diretor recebeu inicialmente uma salinha com uma linha telefônica, na entrada da Rua Major Claudiano (primeira sala à direita, entrando-se pela porta da rua Major Claudiano, retratada na Figura 3.



Figura 3 – Vista da Entrada do Prédio do Colégio de Lourdes/Unesp – Fatec Franca
Fonte: JORNAL COMÉRCIO DE FRANCA ONLINE, 2008.

As inscrições para os primeiros concursos foram realizadas pela Escola Técnica Estadual (Etec) Dr. Júlio Cardoso, e as duas primeiras bancas ocorreram em outras uni-

³ A transcrição dessa entrevista foi publicada pelo Centro Paula Souza em 2014. Consultar: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/documentos/FalaEscritaCPSBPB.pdf> Acesso em: 18 dez. 2020.

dades da Fatec – a primeira, desta pesquisadora (Comunicação Empresarial) ocorreu em Taquaritinga e, a segunda, do professor Dalto Carvalho (Administração), em Sertãozinho.

Em sua entrevista, o Prof. Paulo César relatou que, ao chegar à cidade, foi muito mal-recebido pelo Prefeito que, depois de deixá-lo esperando por muito tempo, disse-lhe que, se ele queria dinheiro, não o teria. Além disso, havia outros problemas, como falta de impressora (a primeira veio da casa do Diretor), entre outros equipamentos básicos e, claro, funcionários para auxiliar o Diretor. (BITTAR, 2014)

Sobre esse período, recordo-me da “crise” provocada por esses primeiros concursos. Como a faculdade precisava começar a funcionar ainda em outubro de 2008, os concursos foram acelerados, com pouco tempo entre as fases de publicação no Diário Oficial do deferimento ou indeferimento de candidatos e a realização das bancas. Minha inscrição foi indeferida, sob a alegação de que o tempo de experiência seria insuficiente. Entretanto, ocorreu um erro na contagem. Quando cheguei à “salinha da Fatec” com um recurso, o Prof. Paulo César ficou apavorado – a banca seria realizada dali a dois dias, e não haveria tempo suficiente para mandar a documentação para São Paulo para o recurso ser analisado pelo Centro Paula Souza. O Diretor olhou a documentação do recurso e, ao constatar que era procedente, colocou as mãos na cabeça e disse: “Você vai acabar com meu concurso!”

Ligou para São Paulo relatando o fato e pedindo autorização para ele mesmo deferir o recurso e só então lhes enviar os documentos por malote. Entretanto, nesse ínterim, o telefone fixo cedido pela Unesp não parava de tocar. Eram pessoas interessadas nos outros concursos, cujos editais já estavam sendo publicados, ou no vestibular, cujas inscrições também estavam abertas. O Diretor utilizou seu próprio celular para fazer uma longa ligação para o Centro Paula Souza até conseguir a liberação para que ele mesmo deferisse o recurso. Diante da insistência do telefone fixo, perguntei se eu podia ajudá-lo atendendo às ligações. Dessa forma, minha participação no Centro Paula Souza se iniciou com a frase: “Fatec Franca, boa tarde!”

Quando o problema estava resolvido e me despedia para ir embora, chegou o Prof. Dalto Carvalho esbravejando que sua inscrição também fora indeferida, pelo mesmo motivo – sendo que o professor possuía “30 anos de experiência como professor”. Voltei para “minha mesa” e continuei a atender o telefone enquanto o Prof. Paulo César ligava novamente para São Paulo pelo celular...

Nossos concursos foram realizados em Sertãozinho (professor Dalto) e Taquaritinga (professora Liene). Os concursos seguintes já foram realizados em Franca.

No primeiro vestibular, as 40 vagas destinadas ao curso noturno foram rapidamente preenchidas. Já a turma do período vespertino teve apenas 25 alunos inscri-

tos. Assim, foram chamados os primeiros lugares na lista de espera, para completar o quadro de vagas remanescentes. De acordo com o Diretor, Paulo César Rioli, as aulas teóricas seriam ministradas no prédio da Unesp e as práticas, no Senai⁴. Quando as aulas iniciaram (Figura 4), tinham sido contratados apenas cinco professores: a Profa. Natalie Ferreira (Moda), o Prof. Alessandro Carloni (Tecnologia da Produção), o Prof. Daniel Pires (Informática), além do Prof. Dalto e eu. (GCN, 2008)

A aula inaugural da Faculdade de Tecnologia de Franca foi realizada em uma segunda-feira, 22 de setembro de 2008, uma semana após o início das atividades da unidade, com duas turmas do curso de Gestão em Produção de Calçados (ALESP, 2008a). Essa aula foi proferida pelo Coordenador do CESU, professor Ângelo Cortelazzo, com a presença do Diretor-interino da Fatec Franca e Diretor da Fatec de Sertãozinho, Prof. Paulo César Rioli Duarte de Souza, da Secretária Municipal de Educação, Leila Haddad, e a Diretora da Fatec de Jaboticabal, Profa. Isabel Cristina Buttignon⁵, além de deputados locais (ALESP, 2008). Participaram também dessa aula inaugural esta pesquisadora e o Prof. Dalto Carvalho – apenas esses dois concursos estavam terminados então.



Figura 4 – Primeira aula do curso de Gestão da Produção Industrial, proferida pelo Prof. Dr. Paulo César Rioli

Fonte: JORNAL COMÉRCIO DE FRANCA ONLINE, 2008.

4 As negociações para a realização do contrato com o Senai, entretanto, arrastaram-se até que a Fatec construiu seus laboratórios próprios, sem nunca ter utilizado os laboratórios daquela instituição.

5 Já a partir de novembro, Paulo Rioli se afastaria da Direção da Fatec Franca para continuar como Diretor da Fatec Sertãozinho, cedendo lugar à Profa. Isabel Buttignon, que permaneceu no cargo até julho de 2017, quando ocorreram eleições e assumiu o Prof. Carlos Alberto Lucas.

As fotografias dessa aula inaugural se perderam, uma vez que não há registro delas nos jornais locais. Os únicos funcionários que a Fatec Franca tinha naquele momento compareceram à aula – o Diretor, Mariângela, o Prof. Daltro e eu. Nenhum de nós fotografou o evento.

Antes da aula inaugural, chegou à Fatec a funcionária cedida pela prefeitura – Mariângela Braga Ferro, ainda hoje trabalhando na unidade. Mariângela auxiliou muito o Prof. Paulo César porque, por ser da cidade, conhecia pessoas e estabelecimentos dos quais o Diretor precisava. Para a aula inaugural, realizada no anfiteatro do prédio, comprou flores, refrigerantes e salgadinhos (pagos pelo Diretor, que ainda não sabia se seria ressarcido). (BITTAR, 2014)

As primeiras semanas de aulas foram igualmente “heroicas” – como não estava trabalhando, pude adiantar muitas aulas, até chegarem os professores dos outros cursos, que tiveram que lecionar em dezembro e janeiro para cumprir a carga horária do curso. As aulas ocorriam em dois turnos – à tarde e à noite. A sala cedida pela Unesp era pequena, e a turma do noturno, que era grande, ficava mal acomodada.

4. O PRIMEIRO CAMPUS DA FATEC DE FRANCA

Provisoriamente, como se afirmou anteriormente, no seu início, a Fatec Dr. Thomaz Novelino utilizou o campus da Universidade Estadual Paulista para suas aulas, mas já com previsão de ocupar o antigo prédio do Centro de Formação de Magistério (CEFAM), na Vila Imperador, que se tornaria sede definitiva da instituição já no início do ano seguinte. (ALESP, 2008)

Anteriormente, esse prédio da Unesp fora ocupado pelo “Colégio de Lourdes” (Figuras 5 e 6), antiga escola religiosa feminina. Fundada pela Madre Maria Teodora Voiron, o colégio funcionou no prédio até 1970, quando encerrou suas atividades. Nessa data, o prédio, que ocupa todo um quarteirão no centro da cidade, próximo à catedral (Rua Major Claudiano, 1488), passou a abrigar os cursos da Unesp.

Quando do início do funcionamento da Fatec em Franca, o campus novo da Unesp já estava quase totalmente pronto, e quase todos os departamentos da universidade já tinham mudado para o local. Dessa forma, puderam ceder ao Centro Paula Souza inicialmente a supracitada pequena sala na entrada da Rua Major Claudiano, apresentada na Figura 3 (BITTAR, 2014), na qual, com uma mesa e uma linha telefônica, o Diretor Dr. Paulo Rioli recebia pessoas, despachava a documentação para os concursos e inscrição dos novos alunos.



Figura 5 – Vista frontal do prédio do Colégio de Lourdes (Rua Major Claudiano, 1488)
Fonte: MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE FRANCA, s.d.



Figura 6 – Capela do antigo Colégio de Lourdes, em Franca
Fonte: JORNAL NOVACIDADE, 2015.

Logo a Fatec recebeu também uma sala grande no térreo do edifício, onde passaram a funcionar secretaria, diretoria, biblioteca e sala dos professores; as aulas eram ministradas em uma pequena sala do primeiro andar. Foram cedidos ainda equipamentos como um balcão (que ainda se encontra na secretaria acadêmica da Fatec (Figura 7), mesas e cadeiras. Então, o Centro Paula Souza começou a mandar móveis e montou-se o laboratório de informática, em outra sala do prédio.



Figura 7 – Balcão herdado da Unesp e levado na mudança para o prédio do Jardim Imperador, atualmente localizado na Secretaria Acadêmica.

Fotografia: da autora, em 2016.

Em 2011, a Fatec Franca, já com dois cursos (abriu também uma turma matutina de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, em agosto de 2010), finalmente transferiu-se para o prédio do CEFAM (R. Irênio Greco, 4580 – Parque São Jorge). Nesse prédio, cuja construção se iniciou nos primeiros meses de 1991 (MIS, s.d.), anteriormente funcionou o CEFAM, de 1992 até 2004 (PETRUCI, 1994) e depois a Diretoria de Ensino do Município. (Figura 8)



Figura 8 – Entrada Principal da Fatec Franca, prédio antigo do CEFAM

Fonte: JORNAL COMÉRCIO DE FRANCA ONLINE, 2016.

Atualmente, o prédio passa por reformas para adequação ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), com a colocação de corrimão em escadas e hidrantes, entre outras intervenções. Em uma segunda etapa, será instalado um elevador para a acessibilidade ao segundo andar de pessoas com necessidades especiais de mobilidade.

Há alguns anos se arrasta um processo para a transferência do prédio da Prefeitura de Franca para o Centro Paula Souza, mas o Diretor Carlos Alberto Lucas está fazendo esforços para que esse trâmite seja concluído nos próximos meses.

A fachada do campus ganhou, no mês de maio deste ano, uma placa luminosa, construída pelos alunos do 4º GPI (curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial), em projeto desenvolvido com a coordenação do Prof. Alessandro Carloni.

5. A PRIMEIRA EQUIPE ADMINISTRATIVA

Com a posse da nova Diretora, Profa. Dra. Isabel Cristina Buttignon, foram transferidos, de outras unidades, o Secretário Adalberto Gomes, da Fatec de Jaú (ficando na unidade até o início de 2013) (BITTAR, 2014) e Marisa de Macedo Seixas (dezembro de 2008), que veio da Etec de Taquaritinga para ocupar a Diretoria de Serviços (esta consta, desde o final de 2011, também com a Secretária Maria Izabel Alves Pereira Luciano).

Ainda em 2008 veio Messias Flauzino Senne da Etec Batatais, permanecendo ainda na Fatec Franca.

A Diretoria Acadêmica, inicialmente a cargo de Adilson R. Petrucelli; a partir de 2010, foi ocupada por Andréa Machado Matias (de outubro de 2010 até abril de 2014) e, depois, por Fabiana Careta até hoje.

Esta última entrou na Fatec como professora assistente, apoio a alunos com deficiência. Quando de sua entrada na Diretoria Acadêmica, Regina Célia Silveira entrou no seu lugar (até a atualidade, como terceirizada).

Passaram pela Secretaria vários profissionais, como Paula Adriana Gomes Moraes, Leila Pimenta, Paulo Fernando Gonçalves e Alves, Stela Cândida de Sene Inácio, Luciana Vassalo Costa, Isaque Ribeiro dos Santos, Rodrigo César da Silva Batista, Vanderson Spinelli, Fabiana Goulart de Souza Barrado (estes dois últimos até a atualidade). Ainda outros profissionais atuaram na secretaria acadêmica, permanecendo por pouco tempo no cargo.

No cargo de Assistente Técnico Administrativo (ATA), inicialmente esteve Luís Fernando Peres Ribeiro; desde a posse do novo Diretor, o ATA é Guilherme Camargo Andrade. Como Responsável pela Tecnologia da Informação, inicialmente esteve Tiago S. Lopes, seguido por Edinéia Brandieri (até a atualidade).

Antes da chegada da Bibliotecária Fernanda Cristina Menezes Galo (em julho de 2010), que permanece até a atualidade na instituição, o acervo da Biblioteca foi organizado e gerido por mim, em horas-atividade.



Figura 9 – A ex-Diretora Dra. Isabel Buttignon (com flores), com os professores
Fonte: Diretoria Acadêmica da Fatec de Franca, 2017.

6. OS CURSOS DA FATEC FRANCA

Como se afirmou anteriormente, o curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial (GPI) iniciou em outubro de 2008, tendo sido autorizado pelo Parecer 480/09, Processo CEE 283/2008, DOE 17-12-09, Seção I, p. 24 e 25. A primeira Coordenadora foi a Profa. June Tabah até 2016, quando começou o mandato da Profa. Érica Aparecida Araújo. Atualmente, o curso funciona em dois turnos, matutino e noturno e está formando a 15ª turma. A Figura 10 apresenta um equipamento do referido curso.

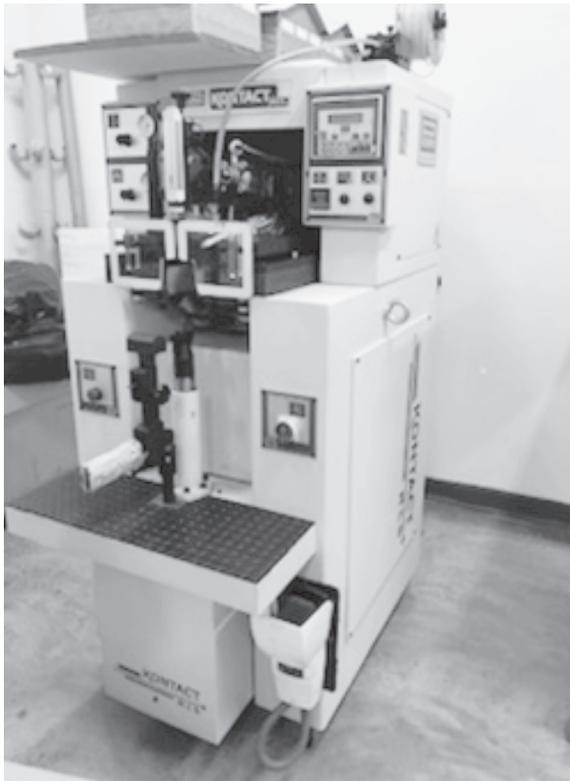


Figura 10 –Máquina do laboratório de produção do GPI (fábrica de produtos de couro)
Fotografia: da autora, em 2016.

O curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) iniciou no período matutino, em de agosto de 2010, com o Parecer CEE 417/2010 e a Portaria CEE/GP254/2010. O Parecer CD/CEETEPS 139/2011, DOE de 22/11/2011 ampliou 40 vagas no noturno para esse curso.

O primeiro Coordenador foi o Prof. Daniel Pires (o qual permaneceu à frente do curso até dezembro de 2011), seguido da Profa. Jaqueline Brigladori Pugliesi, de 2012 a 2015 e do Prof. Jorge Hattori, de 2016 até a atualidade. O curso possui duas turmas (matutina e noturna). Esta última, nos últimos vestibulares vem atingindo uma grande demanda, entre as maiores entre as Fatecs – 7,43 candidatos por vaga no vestibular para o primeiro semestre de 2018 e 5,6 no último concurso, para o segundo semestre de 2018. A Figura 11 apresenta um robô criado por alunos no curso de ADS.

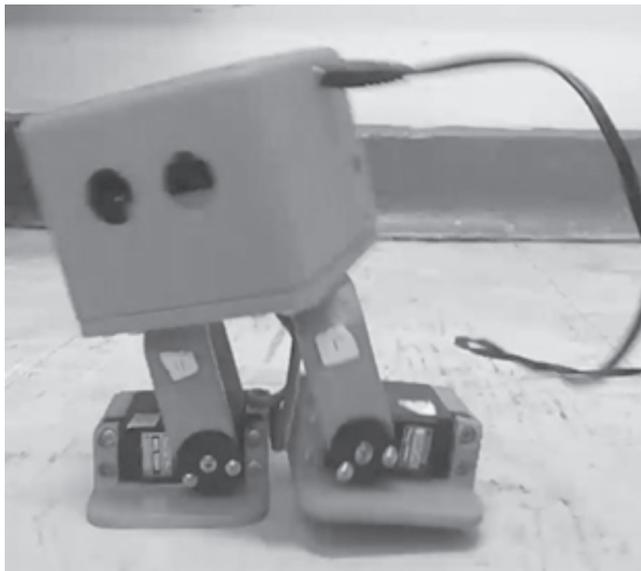


Figura 11 – Robô Bob, criado por alunos do curso de ADS, sob a orientação dos professores Traina e Ely.

Fonte: Arquivo pessoal Prof. Traina, março de 2018.

Entre os anos de 2010 e 2012 a Fatec Franca ofereceu, por meio da Unidade de Pós-Graduação, o curso de “Formação Pedagógica”. Com aulas aos sábados, voltado para os professores das Etecs e coordenado pelo professor Daltro Carvalho, passaram pelo programa 163 alunos de várias cidades da região. Foram contratados também alguns professores de fora para ministrar algumas disciplinas.

Em agosto de 2014, a unidade se tornou polo da Educação a Distância do Centro Paula Souza, com o curso de Tecnologia em Gestão Empresarial (GE). A orientação do polo ficou a cargo da Profa. Maria Rafaela Junqueira Bruno, desse ano, até julho de 2017, quando assumiu o cargo a Profa. Maria Luiza Cervi Uzun, permanecendo até a atualidade. Apesar da grande demanda pelo curso nos vestibulares, desde o segundo semestre de 2017 o Centro Paula Souza suspendeu o vestibular para o curso.

Tendo permanecido no cargo desde os primeiros meses da implantação até julho de 2017 a Diretora Isabel Buttignon, quando da ocorrência de eleições tomou posse o professor Carlos Alberto Lucas.

A partir do próximo mês de agosto, começarão na unidade as aulas do novo curso, de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (RH) noturno, sob a coordenação do

Prof. Fernando Dândaro. Em seu primeiro vestibular, a demanda do curso já foi de 6,65 candidatos por vaga, uma das maiores entre as Fatecs.

Atualmente, o número de professores são 34 determinados e um indeterminado a partir do segundo semestre de 2018. Além dos já citados cinco professores do concurso inicial, do diretor e do coordenador, os professores que estão atualmente na Fatec são: Ana Cláudia Salomão, Antônio Clementino Neto, Antônio Fernando Traina, Carlos Eduardo Roland, Cláudio Paiva, Ely Fernando do Prado, Érica Araújo, Érica Santos, Fabiano Prazeres (determinado), Fabrício Fernandes, Fausto Cintra, Flávia Herker, Francisco Breda, Marcelo Montanar, Márcia Faleiros, Maria Sílvia Barbosa, Mário Tsuchiya, Rosamel Riofano, Sérgio Ishikawa, Sílvia Viel, Sívlio Carvalho Neto, Tadeu de Melo Júnior, Téssia Maranhã.

Outros professores, indeterminados ou determinados, que já passaram pela unidade são: Marta Alves Pereira, Marina Gláucia Verzola Barbosa (determinadas, estão saindo em julho de 2018), Silvana Salomão, Avelino Pimenta, Reginaldo Gotardo, Vivian Carina Bianchini, Christina Venâncio Vagner, Natália, Luís Fernando Peres, Aline Correia de Souza, João Gabriel Ribeiro, Lumila Souza Giglioli, Juliana Cobre, Vanessa Cintra Alves, Cláudio Ari Ciacon (Tio), Tiago de Melo Rosa, Elvira Godiva Junqueira, Walter Vivente Ferreira, Rafael Longo Neves, Andréa Taveira Papacídoro, Luciano Bérghamo, Juliana Gléria Carneiro, Jhonny Luís Mercuri, Evandro Marcelo de Castro, Aline Cristina de Lima, Célia Maria Lopes, Markus Diego Sampaio da Silva Dias, Rodrigo Marques da Silva (Emergencial – Economia (turma 1)), Sofia Muniz Alves Gracioli.

Até junho deste ano, a Fatec Franca formou alunos nos três cursos: 67 pessoas no GPI manhã, GPI noite 276, ADS manhã 53, ADS noite 81, GE 13, perfazendo um total de 490 alunos. Atualmente, a Fatec Franca tem 814 alunos matriculados (268 de manhã, 475 à noite e 73 no EAD).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns empecilhos encontrados ao longo da pesquisa se referem principalmente à escassez de material fotográfico dos primeiros anos (os participantes da aula inaugural, seguida de coquetel, por exemplo, não possuem fotografias do evento) e, principalmente, à reticência de alguns entrevistados em revelar abertamente as dificuldades e outros detalhes (às vezes não tão nobres) do percurso de implantação da instituição. Assim, foi necessário, inicialmente, quebrar barreiras para que as pessoas compreendessem que memórias não se confundem com propaganda e que todo percurso institucional é feito de

bons momentos, mas também de dificuldades – as memórias desse percurso constituem a identidade da instituição.

Montou-se um arquivo com mais de 500 fotografias da instituição, recolhidas de fontes diversas (inclusive por meio de chamadas nas redes sociais). Os próximos passos deste trabalho serão a organização dessas imagens e a entrevista de alguns ex-alunos.

Os resultados da pesquisa serão utilizados na história institucional, a ser colocada no site da Fatec Dr. Thomaz Novelino e se transformarão em uma revista a ser lançada em outubro de 2018, como parte de uma semana de comemoração dos dez anos de implantação da Fatec Franca. Nessa semana festiva também haverá homenagens a pessoas que contribuíram para o sucesso da implantação (entre a criação e a implantação da unidade passaram-se cerca de 20 anos, durante os quais algumas lideranças locais tentaram tornar a faculdade realidade), pessoas e entidades que têm sido parceiras da instituição, show de talentos da Fatec, campeonato esportivo.

8. REFERÊNCIAS

ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Aula Inaugural Fatec Franca.** 24/09/2008. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=286105>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ALESPa. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Fatec de Franca inaugurada em 2008.** 01/08/2007. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=274694>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ALESPb. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Iniciado o processo de instalação da Fatec Franca.** 14/06/2007. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=300989>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CENTRO PAULA SOUZA. **Regimento CEETEPS.** Disponível em: https://www.fatecmm.edu.br/arquivos/Regimento_Ceeteps.pdf. 2006. Acesso em: 27 jul. 2018.

CENTRO PAULA SOUZA. **Inscrição para o vestibular Fatec começa na segunda-feira.** 30/09/2011. Disponível em: http://www.cps.sp.gov.br/noticias/2011/setembro/30_inscricao-para-o-vestibular-das-fatecs-comeca-na-segunda-feira.asp. Acesso: 27 jul. 2018.

COLÉGIO DE LOURDES. **Promocional Nossa Senhora de Lourdes** – Franca. Disponível em: <http://portal.sipeb.com.br/ceprol-ns-de-lourdes/Centro>. Acesso em: 27 jul. 2018.

DESMANIPULADOR. **Biografia de Tomas Novelino**, s.d. Disponível em: <http://desmanipulador.blogspot.com.br/2012/10/biografia-tomas-novelinoeducador.html>. Acesso em: 27 jul. 2018.

FATEC Franca. Disponível em: <http://www.fatecfranca.edu.br/index.php/a-fatec-franca>. Acesso em: 27 jul. 2018

JORNAL DA FRANCA. **Fatec Franca obtém nota 4 no ENADE e figura entre as melhores do Brasil**. Ano 2, n. 707, 22 de dezembro de 2015. <http://www.jornaldefranca.com.br/fatec-franca-obtem-nota-4-no-enade-e-figura-entre-as-melhores-do-brasil>. Acesso em: 27 jul.2018.

JORNAL COMÉRICO DE FRANCA ONLINE. GCN. Portal de informações do nordeste paulista e sul mineiro. **Aulas da Fatec Franca começam na segunda-feira**, de 19 de setembro de 2008. Disponível em: <http://gcn.net.br/noticias/34404/franca/2008/09/aulas-da-fatec-franca-c0me-ccedilam-segunda-feira-34404>. Acesso em: 27 jul. 2018.

JORNAL COMÉRICO DE FRANCA ONLINE. GCN. Portal de informações do nordeste paulista e sul mineiro. **Fatec Franca está com inscrições para processo seletivo**, de 19 de novembro de 2016. Disponível em: <http://gcn.net.br/noticias/338302/franca/2016/11/fatec-de-franca-esta-com-inscricoes-abertas-para-processo-seletivo>. Acesso em: 27 jul. 2018.

JORNAL NOVACIDADE. **Capela de Lourdes reinaugurada em Franca**. de 12 de fevereiro de 2015, de Orândia. Disponível em: http://www.novacidade.com/wnoticias/mostrar_noticia.php?id=6638. Acesso em: 27 jul. 2018.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE FRANCA. Disponível em: www.misfranca.com.br/?l=a-cervo&p=cefam. Acesso em: 27 jul. 2018.

PETRUCI, Maria das Graças Ribeiro Moreira. CEFAM - Uma proposta de formação e aperfeiçoamento de professores para o 1º grau. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, nº 6, p. 9-25, fev. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1994000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1994000100002>.

SOUZA, Paulo César Rioli de. Entrevista concedida a professora Dra. Liene Cunha V. Bittar. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de; RIBEIRO, Suzana Lopes. Salgado. **História oral na educação**: memórias e identidades. São Paulo: Centro Paula Souza, 2014. p. 34-50. Disponível em: https://issuu.com/gepemhep/docs/livro_etec_diagramado3_29.07__1_fal. Acesso em: 27 jul. 2018.

SOUZA, Paulo C. R. de. Curriculum Lattes. **Biblioteca Virtual da Fapesp**. Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/42943/paulo-cezar-rioli-duarte-de-souza/>. Acesso em: 27 jul. 2018.

TABAH, June. **Entrevista concedida a professora Liene Cunha V Bittar**, em 2017.

CENTRO DE MEMÓRIA DA FATEC GARÇA: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

Luci Mieko Hirota Simas. Nancy Aparecida Guanaes Bonini
Faculdade de Tecnologia Deputado Julio Julinho Marcondes de Moura

1. INTRODUÇÃO

O passar do tempo é inexorável e, ao fiar seu fio, tecituras vão se enlaçando e entrelaçando, vão se juntando, se emaranhando, vão se cruzando e entrecruzando e, nesse fiar ininterrupto, histórias e mais histórias vão se construindo. A história da Fatec Garça vem sendo contada em vivências, relatos orais, fotos, artigos de jornais, prontuários de alunos e outras fontes históricas que precisam ser resguardadas e preservadas. A história que vai ser contada neste trabalho foi tecida há pouco tempo, mas, se não for recolhida, organizada e guardada, não terá a garantia de que ela seja fidedigna àquela que já aconteceu e, sim, estar permeada por lacunas ou mesmo por preenchimento de dados e fatos que realmente não são fiéis à realidade. Os protagonistas desta história ainda estão vivos e podem garantir o resgate dessas memórias de forma mais autêntica, resguardando, assim, o processo de busca, de implantação, de funcionamento da Fatec Garça em toda a malha tecida pelo tempo em mais de quatorze anos de história.

Uma equipe formada de duas professoras e de dois funcionários da Instituição compreenderam que a ação do tempo na construção de histórias poderia ser resguardada, o mais fielmente possível, se esforços fossem envidados no sentido de guardá-las em um suporte diferente dos usuais. A equipe buscou na tecnologia digital e virtual o apoio para preservar seu patrimônio histórico elaborando o projeto “Centro de Memória Virtual da Fatec Garça” – CMVFG – que, aos poucos, vai ganhando corpo, forma e vai, também, construindo sua história.

2. FATEC GARÇA: MEMÓRIA DE UM SONHO REALIZADO

A Fatec Garça foi implantada no ano de 2004, mas antes de sua implantação muita coisa aconteceu, muito se falou sobre Garça ter uma faculdade pública do Centro

Paula Souza, haja vista já estarem instaladas, aqui, duas escolas técnicas: Etec “Monsenhor Antônio Magliano” e Etec “Deputado Paulo Ornellas Carvalho de Barros”. Ter duas escolas técnicas de nível médio, gratuitas era um grande e bom motivo para se pensar, seriamente, na instalação de uma escola de nível superior na cidade e, uma faculdade de tecnologia do Centro Paula Souza tinha a medida certa para vir para Garça. Ela atenderia àqueles que, por um motivo ou por outro, deixavam de estudar por não dispor das facilidades oferecidas por uma faculdade pública, gratuita, dentro de sua cidade ou próxima dela. Os jovens que podiam saíam da cidade, havia muitos, mas muitos que abandonavam o sonho de fazer um curso superior, de conseguir crescer na vida, era porque a vida não lhes acenava com possibilidades de futuro melhor.

O Prefeito Pedro Valentim Fernandes, nos idos da década de 1970, pensando em garantir estudo superior para os garcenses e munícipes da região, compôs um conselho deliberativo para trabalhar em prol dessa causa. Ele, até, cedia um prédio, na Avenida Rafael Paes de Barros, onde fica hoje a Biblioteca Pública, para lá instalar a faculdade. Pessoas envolvidas com educação como os professores Maria Aparecida Gomes Piola, Nilson Bataglia, Orlando Antunes Moreira e o Sr. Luiz Roberto Lopes de Souza envidaram muitos esforços no sentido de conseguir uma instituição pública de ensino superior para Garça, mas o tempo, tecendo seu fio, viu passar prefeitos, vereadores, civis, políticos, mudanças. Mas nada de faculdade!!! A ideia foi esmaecendo e sobrou apenas aquele limo esverdeado de desejo forte não satisfeito. Mas desejo forte fica latente, fica voltando sempre na cabeça e na alma...e era isto o que acontecia no coração inquieto do Prof. Nilson Bataglia.

Tempo passando: verões, invernos, primaveras, outonos. Tempo tecendo seu fio inexorável, até que uma notícia divulgada no Estadão de um domingo perdido nos idos de 2001 reacendeu a chama do sonho no coração inquieto. O Governador do Estado, sr. Geraldo Alckmin, pretendia abrir mais Faculdades de Tecnologia (Fatec), no Estado de São Paulo.

Naquela mesma manhã, o então Prefeito Municipal, Sr. José Alcides Faneco, recebeu uma visita inesperada que lhe acenava vigorosamente com uma folha do jornal Estadão.

Sonho sonhado junto cria força! Vontade cidadã e vontade política se juntaram e começaram a trabalhar. O que poderia ser feito agora, para se conseguir uma destas faculdades para Garça. Começou a movimentação. Contatos com os prefeitos das cidades vizinhas de Júlio Mesquita, Ubirajara, Lucianópolis, Alvinlândia, Gália, Duartina, Lupércio, Vera Cruz e Álvaro de Carvalho. Adesões sendo seladas. Apoio. Ofícios enviados ao Secretário, Sr. Rui Martins Altenfelder da Silva, da Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (Figura 1). Insistência. Contatos. Visitas ao Governador. Insistência sem fim. Uma faculdade em Garça, sonho distante, mas possível de ser concretizado. Insistência. Educação faz um povo!



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GÁLIA

PRAÇA CUSTÓDIO DE ARAÚJO RIBEIRO, Nº 785 - (014) 343-1511

CEP 17.480-000 - CAIXA POSTAL 08 - GÁLIA - SP

CNPJ Nº 44.818.389/0001-37

e-mail: galiapref@techno.com.br

Ofício nº 243/01-GP

Gália, 24 de Setembro de 2001.

Assunto : Criação de cursos

Exmo Senhor Secretário

Solicitamos a Vossa Excelência, que seja verificada a possibilidade de implantar uma Faculdade de Tecnologia - FATEC no Município de Garça com cursos nos ramos de Elétrica, Eletrônica e Telecomunicações.

Esclarecemos que aquele Município possui a Escola Técnica Estadual Monsenhor Antônio Magliano, pertencente ao centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que oferece à comunidade deste Município os cursos técnicos de : Eletrônica, Administração, Informática, Enfermagem e Qualificação Básica em Mecânica.

Salientamos que neste Município existem indústrias nos ramos de eletro-eletrônico e eletro-mecânico que necessitam de mão de obra especializada, e em nossa região não contamos com curso de nível superior nas áreas acima mencionadas, sendo que a instalação de uma FATEC teria abrangência também sobre outros municípios adjacentes à cidade de Garça.

Finalmente esclarecemos que nesta região não contamos com Faculdade Pública que venha atender às necessidades de nossa comunidade mais carente.

No aguardo de uma manifestação favorável antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente

Ernani Piovesan

Prefeito Municipal - R.G. 4.167.717

Exmo Sr.

Dr. Ruy Martins Altenfelder Silva

DD. Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

São Paulo/SP

Figura 1 – Uma carta encaminhada ao governo do estado pelo Prefeito de Gália, solicitando a implantação da Faculdade de Tecnologia em Garça, em 2001.

Fonte: Arquivo da Fatec Deputado Julio Julinho Marcondes de Moura, em 2018.

O sonho passou a projeto e demandou muito trabalho, muitos esforços. Mas quem poderia garantir que tanto esforço fosse culminar em uma faculdade para Garça? Muitos queriam a mesma coisa!!!

Quase dois anos de muito trabalho se passaram e, em meados do final de 2003, o Governador de São Paulo marcou uma visita a Garça para fazer a entrega oficial de viaturas à Polícia Militar e de ônibus para Educação para Garça e municípios vizinhos. Esta visita tem uma bela história a ser contada, mas duas narrativas se cruzarão aqui: a da época – a vista do governador, e outra que aconteceu na época, mas que repercutiu, até os dias atuais. Vamos à segunda narrativa:

Logo depois que as inscrições do vestibular /inverno de 2018 terminaram, a Profa. Luci Mieko Hirota Simas, que é Assistente Técnico Administrativo na Fatec Garça, recebeu Dona Jussara, que pedia esclarecimentos sobre o vestibular, pois seu filho havia se inscrito. Entre uma informação e outra, Dona Jussara relatou que ela estava com seus dois filhos que, na época, tinham cinco e sete anos, brincando em um palanque armado no Lago Artificial e percebeu algo diferente do usual naquela manhã e puxou os meninos para perto de si, quando percebeu uma movimentação maior de pessoas.

Estava em visita oficial a Garça o senhor Governador do Estado de São Paulo, Sr. Geraldo Alckmin. Muita gente ali estava reunida e mais e mais pessoas chegavam: políticos de Garça e região, comitiva do Sr. Governador, correligionários, convidados e o povo em geral. No palanque, cheio de gente importante, ela viu o Prefeito Faneco sussurrar alguma coisa no ouvido do Sr. Governador. O Governador ouviu o Prefeito, balançou a cabeça em assentimento e diante do microfone pediu ao Prefeito de Garça que se colocasse publicamente. Dona Jussara ouviu, então, o prefeito se pronunciar: “Governador, eu tenho três pedidos para fazer para o senhor e um sonho para realizar em nossa cidade”. O Prefeito revelou seus pedidos e sonhos e, no pronunciamento final do governador, Dona Jussara o ouviu dizer que o sonho do prefeito seria realizado: Garça teria uma faculdade de tecnologia. Teria uma Fatec. Ela, emocionada, viu os dois, prefeito e governador, juntos, levantarem os braços em sinal de celebração. O povo comemorou, enquanto alguns convidados se retiravam do recinto. Mas o que ela não viu, enquanto o povo ovacionava, foi o gesto de braços e polegares erguidos em sinal de vitória, que o prefeito Faneco fez ao professor Nilson Bataglia (Figura 2), que estava junto à multidão. Ela, também, não viu as lágrimas de alegria dele e o soluço sufocado no peito.



Figura 2 – Professor Nilson Bataglia e o Prefeito José Alcides Faneco, durante jantar comemorativo dos 10 anos da Fatec de Garça, no Jornal Comarca de Garça, em 07/02/2014.

Fonte: Acervo da Faculdade de Tecnologia Dep. Julio Julinho Marcondes de Moura, em 2018.

Dona Jussara reviveu o momento com emoção, e essa mesma emoção ela sentiu ao conversar com a Profa. Luci e dizer que, ao ouvir o Governador anunciar a implantação de uma Fatec em Garça, ela projetou o futuro de seus filhos e os viu estudando na recém-anunciada faculdade. O Decreto nº 48.433, de 07 de janeiro de 2004, criou a Faculdade de Tecnologia de Garça, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”. Após 15 anos do anúncio no palanque, seu sonho também está se realizando.

Todos os esforços demandados, em mais de um ano e meio, tinham valido a pena!!! Garça tinha agora uma escola pública de ensino superior que passou a funcionar em duas salas cedidas pela, então, Diretora da Etec “Monsenhor Antônio Magliano”, Profa. Luci Mieke Hirota Simas (a mesma que ouviu recentemente Dona Jussara) e a mesma que sempre apoiou seu Assistente Administrativo, Prof. Nilson Bataglia, um dos grandes responsáveis pela vinda de uma Fatec para a cidade de Garça.

Outra fase se iniciava com a Fatec oficialmente implantada. Ela demandava um Diretor. Então, juntou-se para construir a história da escola, o Prof. Dr. José Carlos Gomes de Oliveira, homem de grande visão e grande administrador. Com ele trouxe a primeira Diretora Acadêmica, Sra. Sílvia Tedesco Rodella, que muito fez pela instituição. Tecnologia em Informática para a Gestão de Negócios foi o seu primeiro curso e sua primeira coordenadora foi a Profa. Cláudia Maria Bernava Aguiar. O primeiro semestre letivo teve como docentes os professores José Augusto Ferraz de Campos (Matemática), Pedro Barbaroto

(Matemática Financeira), Igor Gonzaga de Oliveira (Informática I), Vania Cristina Pastrri Gu- tierres (Contabilidade), Cássia Regina Bassan de Moraes (Teoria da Administração), Clau- dia Maria Bernava Aguilari (Metodologia da Pesquisa Científica e Geografia Econômica) e Nancy Guanaes Bonini (Inglês e Comunicação Empresarial – Português). Mais professoras chegaram para o segundo semestre letivo: Renata Ueno, Isabela Nougues Wargafigt, Ângela Maria dos Santos Marchello, Regina Ferreira da Rocha, Lúcia Helena Fazzani de Castro Marino. Vieram, também, uma Bibliotecária, Cristiane Momesso, um Estagiário, Agnaldo Coelho da Silva e um Auxiliar Docente, Diego Henrique Pereira (Figura 3).



Figura 3 – Painel com fotos da equipe que iniciou os trabalhos na Fatec Garça em 2014: Diretor, Diretora Acadêmica, Coordenadora, professores e funcionários

Fonte: Acervo da Faculdade de Tecnologia Dep. Julio Julinho Marcondes de Moura, em 2018

Enquanto a Faculdade se estruturava, contratava pessoal, realizava seu vestibular e iniciava suas atividades, o Prefeito Faneco definia a área onde instalaria o seu campus: Km 01 da via de acesso a Garça – Avenida Presidente Vargas, 2231. A construção do bloco levou um ano. Em 2005, a Fatec se mudava para instalações próprias.

3. A HISTÓRIA CONTINUA E OS CLUBES DE MEMÓRIAS SUBSIDIAM A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA FATEC GARÇA

De 2004 até 2018 muita história foi tecida, acumulada e indevidamente guarda- da. Memória oral garante tantas informações? Garante a preservação da história? Diante

da falta de garantia de que as informações fossem preservadas, duas professoras e uma funcionária da Fatec Garça viram a necessidade de montar um projeto que contemplasse a questão. Ao tomarem conhecimento de que a Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec) do Centro Paula Souza, por meio de seu Programa de formação continuada para professores e administradores escolares, desenvolvia um trabalho de resgate e preservação da memória dos cursos técnicos e tecnológicos do ensino profissional paulista, a equipe garcense, em junho de 2013, decidiu iniciar sua participação nas capacitações do Clube de Memórias do Centro Paula Souza.

O primeiro encontro que elas assistiram – “História Oral na Educação: memórias e identidades”, mostrou que era possível se levar adiante a ideia de fazer o resgate da história de sua instituição. O mergulho nas metodologias de registro da fala escrita, por meio de entrevistas, levou a equipe a colher e registrar relatos de personagens vivos a respeito da história da instituição. Esta experiência culminou na participação delas no e-book “História Oral na Educação: Memórias e Identidades”, organizado pelas professoras Maria Lucia Mendes de Carvalho, da Cetec/Centro Paula Souza e Suzana Lopes Salgado Ribeiro, da empresa Fala Escrita. (CARVALHO; RIBEIRO, 2014) Nessa ocasião a Fatec Garça completava dez anos de existência. Para marcar e comemorar a data, as participantes criaram dez painéis com registro fotográfico dos eventos importantes, projetos sociais desenvolvidos e de todos os profissionais que participaram da construção da história da Fatec. Os Clubes de Memórias oportunizam uma aproximação e resgate da história ao contemplarem o estudo de diferentes experiências com registro de memórias, metodologias e técnicas de museologia, visitas técnicas a Centros de Memória, Arquivo do Estado, Simpósios Nacionais e Internacionais.

O “V Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Espaços, Objetos e Práticas”, realizado em outubro de 2016, foi decisivo para a equipe garcense vislumbrar a possibilidade de criar um Centro de Memória Virtual da Fatec Garça, haja vista a falta de espaço para se criar um Centro de Memória Físico. O “Clube de Memória XXVII – conservar, preservar e salvaguardar os Arquivos Escolares”, realizado em setembro de 2017, fortaleceu as expectativas para a implantação deste Centro de Memória Virtual.

A equipe de implantação deste Centro de Memória Virtual buscou mais pessoas interessadas no desenvolvimento do projeto e que se disponibilizassem a trabalhar nele. À equipe de três pessoas juntou-se mais uma (Figura 4). São quatro, agora, os integrantes da equipe que, em reuniões, procuram definir as tarefas, coletar informações, reunir documentos, livros, materiais, arquivos de alunos, registros e objetos, dando continuidade ao levantamento e a organização do acervo do Centro de Memória, que já está em andamento desde 2014. A equipe, juntamente com a atual Diretora, Profa. Dra. Cássia Regina Bassan de Moraes, estão empenhadas e em negociações, junto ao curso de

Biblioteconomia e Arquivologia da Unesp Campus Marília, buscando alunos estagiários que ajudem na catalogação e arquivo dos documentos.



Figura 4 – Equipe envolvida na implantação do Centro de Memória Virtual da Fatec Garça (Rafael de Carvalho Andriollo, Luci Mieko Hirota Simas, Nancy Aparecida Guanaes Bonini, e Maria Alda Barbosa Cabreira)

Fotografia: Laura Vasco Fontana, em 2018

O grupo de trabalho tem consciência de que a fase de coleta de materiais ainda demandará um certo tempo para a identificação e organização dos itens coletados, dentro e fora da instituição, nesses quatorze anos de vida, porque muitos são os protagonistas da história da Fatec Garça. Muitos deles permanecem na instituição. Outros seguem o fio da vida e da história fora dos limites geográficos da escola, mas têm muitas histórias para contar. Histórias que precisam ser registradas e recuperadas.

A memória verbal oral é falha e, apesar de poder ser passada à frente, ela é impregnada da visão de quem a emite. Já a memória registrada permite recuperação da história, com mais rigor e segurança nos dados. Entrevistas com alunos, ex-alunos, pais de alunos e ex-alunos, funcionários e ex-funcionários ou mesmo pessoas relacionadas de alguma forma com a instituição serão colhidas para que haja também a recuperação de lembranças. Estas memórias transcritas e digitalizadas complementarão o acervo da História da Fatec Garça, e o Centro de Memória Virtual será hospedado em um link do site da fatecgarca.edu.br.

4. MEMÓRIA VIRTUAL: UM PROJETO NECESSÁRIO

Os responsáveis pelo Projeto de implantação de um Centro de Memória Virtual da Fatec de Garça (CMVFG) têm a preocupação com a manutenção do “ambiente” a ser implantado e que este se concretize e se mantenha em funcionamento de maneira eficiente e permanente. Por esta razão, buscam maneiras, métodos e estratégias para assim o instituir, participando assiduamente dos Clubes de Memórias, imprescindível programa de capacitação em serviço aos que pretendem implantar um Centro de Memória em sua Unidade de Ensino, conforme esclarece a coordenadora do projeto Maria Lucia Mendes de Carvalho.

[...] a consolidação do programa de “capacitação continuada em serviço”, a partir de 2009, propiciou a criação e organização dos Clubes de Memórias como ações educativas, que ampliaram a participação de professores em projetos de estudos e pesquisas sobre “Memórias e História da Educação Profissional” na Unidade de Ensino Médio e Técnico – Cetec, criando novos centros de memória; e a parceria com a Unidade de Pós-graduação que gerou o registro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP, no CNPq, em 2014; propiciando a participação de outras instituições nas jornadas e nos encontros de pesquisa promovidos pelo Centro Paula Souza, com publicações anuais. (MORAES; CARVALHO, 2018, p.8)

A equipe do CMVFG também busca outras informações estudando bibliografias que priorizam teoricamente o Projeto

[...] a importância atual do conhecimento técnico que o arquivista deve ter sobre o seu objeto de trabalho, para garantir que a atuação nas organizações seja efetivamente de gestão documental. Quase vinte anos depois dessa análise, encontramos no Brasil uma situação muito semelhante, com os arquivistas se debatendo em questões bastante complexas sobre a tecnologia utilizada da gestão documental, muitas vezes sem compreender exatamente de onde vem os documentos que arquivam. Se a gestão documental é considerada um processo sistêmico, então é importante compreender todas as etapas do processo, incluindo o momento em que ele se inicia: na produção documental. (VITORIANO, 2013, p.13)

Em sua tese, Vitoriano (2013, p. 15) relata que “os arquivistas perceberam a explosão documental ocorrida após a Segunda Guerra Mundial como resultado das mudanças administrativas forjadas nesse período”. A preocupação de se salvaguardar documentos remonta ao século XX, em processos que evoluem constantemente.

Quando vários autores relatam a preocupação de garantir a autenticidade e a fidedignidade dos documentos eletrônicos, parece ser este o grande desafio imposto, compreender que, mesmo num novo ambiente administrativo dominado pela virtualidade, estamos novamente diante de documentos, que cumprem funções e são registrados de alguma forma. Entendemos que é no binômio: preservação da autoridade funcional versus garantia da integridade dos suportes que esse processo terá êxito. (VITORIANO, 2013, p.15)

Os encontros semanais do grupo de pesquisa multidisciplinar da Fatec Garça têm avançado em seus diálogos e tornado mais próxima a efetivação do CMVFG. Os encontros propiciam reflexões diversas, principalmente a respeito dos recursos físicos, humanos e financeiros necessários para a implantação, dentro de parâmetros, de um Centro de Memória Virtual idealizado pelo grupo. A equipe também reflete acerca das rápidas mudanças tecnológicas e a adequação dos arquivos a essas novas tecnologias.

O resultado que esta grande mudança tecnológica produzirá nos arquivos e nos arquivistas das organizações privadas somente poderá ser completamente sentido em alguns anos, quando a maior parte dos documentos arquivados já não for encontrado em formatos convencionais e estiver tramitando em meio digital, da produção ao efetivo arquivamento. O grande desafio dos arquivistas parece ser identificar dentro das novas estruturas de tecnologia da informação os correspondentes dos antigos documentos produzidos em meio analógico e identificar aqueles que ainda devem permanecer como documentos em meio eletrônico, e os que se tornaram apenas etapas do processo, sem necessidade de registro documental para posterior comprovação. Nesses casos, teríamos uma redução de documentos tradicionais, pois a função passa a ser cumprida de maneira processual, em que várias operações estão interligadas e os dados e informações passam a fazer sentido dentro do processo analítico, reduzindo a necessidade de intervenção humana no meio do processo e, conseqüentemente, resumindo a produção documental àqueles documentos finais que registram a conclusão do processo. (VITORIANO, 2013, p. 87)

Todos os membros da equipe do CMVFG pesquisam, constantemente, diferentes sites de empresas, de instituições educativas, de repartições, órgãos particulares e públicos que hospedam Centros de Memória ou links que remetem à história e/ou memória destes. São inúmeros os caminhos que remetem a uma “viagem no tempo”, onde os acontecimentos ficam registrados e salvaguardados. Outros sites arquivam documentos administrativos, prontuários, materiais de rotina burocrática e necessários para comprovação social ou judicial.

Diversas são as indagações de quem tem a intenção de implantar um Centro de Memória em sua instituição: O que arquivar? Como arquivar? Onde? Quem será o responsável? Quantas pessoas serão necessárias para a operacionalização do Centro de Memória? Qual conteúdo? Quem serão os usuários? Muitas são as perguntas feitas à Profa. Dra. Maria Lucia Mendes de Carvalho nos encontros da Cetec Capacitações e que são ratificadas pelas estudiosas Maria Cristina Santos Borrego e Simone Modenesi, no depoimento: “Centros de Memória Institucionais: métodos, procedimentos, ferramentas e tecnologia”.

Diante de sistemas que permitem a gestão do conteúdo de forma integral, os Arquivos e Centros de Memórias sentiram o impacto da inovação tecnológica. Novas questões passaram a fazer parte da rotina dos profissionais dessas instituições: como conciliar a guarda e a preservação do acervo e a ampliação dos serviços de acesso à informação? Qual o investimento necessário? Qual ferramenta adotar? Quais habilidades o “novo” profissional da informação deve ter?. (BORREGO; MODENESI, 2013, p. 218)

A equipe da Fatec Garça, diante da diversidade de “arquivos”, considera que uma das metodologias que deve estar presente e que trará subsídios positivos à implantação de seu Centro de Memória Virtual diz respeito à elaboração de uma pesquisa que será disponibilizada, em um período determinado, junto aos usuários do site da faculdade. Para tanto, a equipe pretende instalar a pesquisa em um link no próprio site, que será respondida pelos interessados em preservar a Memória Institucional, com propostas e sugestões sobre possíveis abordagens neste centro de Memória Virtual em implantação, considerando-se

[...] que a memória de uma organização é a representação, ou o conjunto de representações, que o grupo faz dessa organização, a partir dos elementos disponíveis para isso. Por ser coletiva, no sentido de construção social que Maurice Halbwachs (1990, p.53), nos dá a memória contribui para “evocar as lembranças impessoais, na medida

em que elas interessam ao grupo”. Esse conceito de Memória traz em si a mesma possibilidade de que o documento possa ser utilizado como artefato da cultura organizacional, que os teóricos da psicologia organizacional demonstram. (VITORIANO, 2013, p. 99)

Em outro encontro local, a equipe do CMVFG discutiu a respeito de cinco itens fundamentais para o desenvolvimento do presente projeto: espaço físico, espaço virtual, equipamentos, recursos financeiros e humanos. Quanto ao espaço físico, a equipe considerou que mesmo sendo um Centro de Memória Virtual, há a necessidade de se ter um local (sala) onde o grupo possa se reunir e manter os equipamentos necessários para a manutenção, acompanhamento de atividades e “alimentação” do sistema, além de aproveitar os espaços geográficos dos saguões e biblioteca para exposições temporárias. Quanto a equipamentos, a equipe concluiu que, para a operacionalização do CMVFG, considerando o citado por Borrego e Modenesi, o integrante da equipe de implantação do CMVFG, que é um Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, fará um breve levantamento de equipamentos, com maior capacidade de armazenamento, visto a complexidade e diversidade do que se pretende arquivar.

O gerenciamento de documentos eletrônicos surgiu nos anos 1990, com a disponibilização de documentos digitalizados. Ainda que não integrados com os já avançados bancos de dados relacionais, essas ferramentas possibilitaram a publicação do conteúdo do acervo – com a digitalização de fotografias e outros documentos históricos, a consulta poderia ser feita remotamente, sem o risco de dano ou alteração dos originais. (BORREGO; MODENESI, 2013, p. 217)

Toda aquisição de equipamentos no setor público segue normas próprias de compra que têm a ver com tomada de preço, orçamento ou aquisição através de pregão eletrônico entre outras. Diante disto, a equipe, em contato com a Direção da instituição, após a apresentação da necessidade da compra de equipamentos para o desenvolvimento do projeto, propôs que estes sejam contemplados no próximo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI –, dada a relevância do Projeto para a Instituição, o que não inviabiliza que recursos financeiros para aquisição de equipamentos e sustentabilidade do CMVFG sejam procurados junto a órgãos de fomento à pesquisa.

Quanto a recursos humanos especializados, previu-se a contratação de estagiários entre alunos do curso de Biblioteconomia e Arquivologia da UNESP – campus Marília e alunos dos Cursos de Tecnologia oferecidos pela Fatec de Garça. A criação de

um grupo de iniciação científica também está prevista neste projeto, envolvendo alunos e demais interessados.

Projeto implantado implica em atribuições diárias do Centro de Memória, tais como: captação e tratamento específicos e distintos à diferentes tipos de documentos e informações, compartilhamento destes no site e disponibilização aos usuários internos e/ou externos.

Via de regra, além de conduzir a organização do acervo, o Centro de Memória também é responsável pela manutenção dos recursos de infraestrutura, pela qualificação dos recursos humanos, pelo atendimento aos usuários e pela disponibilização dos serviços e da informação via ferramentas tecnológicas. Portanto, pesquisadores, historiadores, arquivistas e administradores de Centros de Memória se deparam com uma série de atribuições cotidianas que exigem permanentemente os seguintes procedimentos: encaminhar a captação e o tratamento técnico sistemático de diferentes tipos de documentos e informações; disponibilizar acervos aos gestores e públicos de relacionamento, mediante adoção prévia de critérios específicos; propor e validar políticas de gestão da memória da organização, por meio do desenvolvimento de um programa permanente de preservação, organização e divulgação de documentos e informações relativos à trajetória da empresa, para o público interno e/ou externo; dar suporte aos gestores no desenvolvimento de projetos relacionados à memória (não necessariamente referentes ao passado remoto); fornecer subsídios para o desenvolvimento de produtos da informação e canais de disseminação (portais, publicações, exposições, bases de dados, entre outros); propor e desenvolver produtos da informação e de divulgação. (BORREGO; MODENESI, 2013, p. 14)

Um dos itens ou temas que o CMVFG contemplará será o da Memória Falada Escrita, dando continuidade à proposta do Clube de Memórias que culminou com a publicação do e-book *História Oral na Educação Profissional: Memórias e Identidades*, que contempla as entrevistas com os atores da implantação da Fatec Garça, disponibilizado e pouco visualizado.

A disponibilização do acervo para o maior número de clientes-usuários passou a ser um item da política de Centros de Memória e, nesse sentido, a Tecnologia da Informação fornece sua maior contribuição. Os processos de trabalho, a metodologia e o tratamento arquivístico são percebidos pelo usuário no momento em que ele consulta o site ou portal do Centro de Memória, localiza a informação e/ou documento desejado. O “consumo” da informação coloca o Centro da Memória como organismo fundamental de disseminação do conhecimento da organização. (BORREGO; MODENESI, 2013, p. 219)

O Centro de Memória Virtual da Fatec Garça objetiva disponibilizar ao maior número de usuários a visualização, remetendo-os à uma “viagem no tempo” e contribuir com a construção de sua história viva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CMVFG objetiva organizar todo um repertório de fontes documentais, objetos museológicos em plataformas virtuais, para que haja preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural de uma escola de ensino tecnológico, entranhada no interior do Estado de São Paulo. À toda a documentação produzida por esta escola, podem se somar outras fontes que a ela se relacionam, resultando em um Patrimônio Arquivístico.

Nessa perspectiva, esta equipe de trabalho envidou esforços para contemplar a história da implantação de sua Fatec e os esforços que estão sendo feitos no sentido de continuar a implantação de seu Centro de Memória, agora na versão Virtual, haja vista ter sido iniciado com uma coleção de painéis que contemplaram os seus dez anos de existência. Estes painéis estão expostos no saguão de entrada da Fatec Garça e promovem o contato de quem os observa com questões referentes à preservação da memória institucional e ao desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio histórico-cultural.

6. REFERÊNCIAS

BONINI, Nancy Aparecida Guanaes; CABREIRA, Maria Alda Barbosa; SIMAS, Luci Mieko Hirota. Entrevista com José Carlos Gomes de Oliveira em 29/07/2013. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (org.). **História oral na educação: memórias e identidades**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2014. p. 64-71. Disponível em: < <http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/FalaEscritaCPSBPB.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2017.

BORREGO, Maria Cristina Santos; MODENESI, Simone. Centros de Memória Institucionais: métodos, procedimentos, ferramentas e tecnologia; **Cadernos de História**, Belo Horizonte/MG, v. 14, n. 20, 1º sem. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Downloads/5296-20516-1-SM%20(1).pdf. Acesso em: 22 jun. 2018.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). Caderno de Resumos: Coleções, acervos e centros de memória: memórias e história da educação profissional. In: Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Coleções, Acervos e Centros de Memória, 4, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Centro Paula Souza, 2014.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal de; CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. A preservação da memória educacional no Brasil: a contribuição das instituições de ensino e o desenvolvimento de políticas públicas. **XIII Congreso Iberoamericano Historia de la Educación Latinoamericana Política, espacio público y disputas en la historia de la educación en América Latina**. Montevideo. Uruguai. 2018. Disponível em: <<http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/artigos/CarmenSVMoraesMLuciaMCarvalhoCIHELA2018.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (org.). **História oral na educação: memórias e identidades**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2014. Disponível em: < <http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/FalaEscritaCPSBPB.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2017.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Decreto nº 48.433 de 07 de janeiro de 2004**. Cria a Faculdade de Tecnologia de Garça, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48433-07.01.2004.html>. Acesso em: 3 fev. 2021.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. **Obrigação, controle e memória**: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. 356 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de História - 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22082012-090854/pt-br.php>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

RESGATE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA ORGANIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA DA FATEC GARÇA

Maria Alda Barbosa Cabreira. Rafael de Carvalho Andriollo
Faculdade de Tecnologia Deputado Júlio Julinho Marcondes de Moura

1. INTRODUÇÃO

A implantação da Educação Profissional Tecnológica no Brasil é uma realidade, o que demanda um investimento maior nos aspectos que a permeiam, como estudos e pesquisas, sobre os quais nortearão a fundamentação teórico-metodológica dos processos que implicam na aquisição do conhecimento, focada em ciência e tecnologia, mas também nos elementos culturais, como a valorização, organização, preservação e conservação do patrimônio histórico, educativo e cultural para construção e disseminação da história e da reconstrução da memória, em instituições de Educação Profissional pública, como a Fatec Garça.

Para tanto, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) buscou apoio para o debate teórico-metodológico e as práticas em instituições, como a Faculdade de Educação da USP, que já tinha familiaridade com as questões e, também, já havia construído seu Centro de Memória. De acordo com Moraes, Zaia e Vendrameto (2005),

Nas últimas duas décadas, o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) tem procurado contribuir para o debate que, no âmbito das relações entre história e historiografia, propõe a problematização e o alargamento da concepção de fontes para a história da educação. (MORAIS; ZAIA; VENDRAMETO, 2005, p. 2)

A valorização desses aspectos reflete a busca pela implementação e operacionalização de ações, programas, projetos, cursos de capacitação que respaldem políticas

públicas voltadas à Educação Profissional Tecnológica, com foco no Estado de São Paulo, por meio das Faculdades de Tecnologia (Fatec), em parceria com as instituições que já conhecem e já operam na realização do trabalho de formação e construção dos Centros de Memória.

Aspectos esses que remetem a contemplar, na formação dos alunos, questões que envolvam a concepção e a valorização do patrimônio histórico, educativo e cultural, focados na ciência e tecnologia, para superar as deficiências existentes, promovendo, assim, as mudanças e transformações para que adquiram as condições operacionais e funcionais, qualidades estas, que possam contribuir para a inserção no mercado de trabalho e também para a construção da identidade e da cidadania, como melhoria na qualidade de vida.

Para Morais, Zaia e Vendrameto (2005),

A partir dessas preocupações e em face da situação precária dos acervos documentais das escolas técnicas oficiais do Estado de São Paulo, foram reunidos esforços no sentido do envolvimento dessas instituições e de sua administração com a questão da construção e preservação da memória institucional. Entre 1998 e 2002, realizou-se, em cooperação com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, projeto comum visando promover o encontro entre pesquisa e atividade pedagógica, através da integração dos diferentes agentes das práticas escolares na produção do conhecimento histórico. Com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo/FAPESP, o projeto consistiu na instalação de Centros de Memória em oito escolas técnicas participantes – com acervo documental organizado, banco de dados informatizados, espaço para exposição de fotos e de objetos museológicos, salas de trabalho, consulta e pesquisa – e a viabilização de acesso público aos seus documentos textuais, iconográficos, museológicos, as entrevistas/depoimentos de ex-alunos, ex-professores e funcionários. O trabalho de organização das fontes provenientes dos diferentes conjuntos documentais das escolas técnicas, realizado com o envolvimento de alunos, professores, funcionários e população local, viabilizou o contato desses agentes sociais com questões referentes à preservação da memória institucional e o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio histórico e cultural, entendidas como fundamentais para a constituição e o exercício da cidadania. A partir dessas referências, suscitou a realização de estudos e

produção de conhecimentos – sobre a história das instituições, da educação em geral, do ensino técnico, da constituição das profissões e das mudanças no mundo do trabalho no decorrer do tempo –, os quais subsidiaram as atividades de ensino e promoveram o enriquecimento curricular das instituições. (MORAIS; ZAIA; VENDRAMENTO, 2005, p. 2)

As questões postas levam à reflexão sobre a relevância da contribuição das Instituições de Ensino Público Tecnológico e a implementação de políticas públicas para preservação do patrimônio público e da memória educacional. Essas questões passam pela diversidade dos acervos existentes nas Unidades de Ensino, apesar da situação precária de conservação em que muitos dos documentos se encontram e da “eliminação indiscriminada dos documentos”, o que demanda a premente necessidade da descoberta, recuperação e conservação dos mesmos para a formação dos arquivos escolares e o acesso à pesquisa nessas fontes históricas da Educação Profissional pública.

O Brasil, um país em desenvolvimento, seus representantes políticos, econômicos e a sociedade devem estar atentos às mudanças que por circunstâncias históricas atendem muitas vezes às exigências determinadas pelo processo produtivo vigente, mudanças essas que devem ser analisadas no processo educativo de aprendizagem como um todo, devendo contemplar a Educação Profissional Tecnológica, não só preocupada em formar um tecnólogo, mas também trabalhar as questões culturais para que os alunos tenham uma formação mais sólida, permitindo articular ciência, tecnologia e cultura.

Nesse contexto, encontra-se o ensino profissionalizante oferecido nas Fatecs, o que revela a preocupação permanente dos gestores, dos educadores e dos que se encontram à frente das políticas públicas educacionais, o que reflete a necessidade de se pensar a educação profissionalizante como um todo, na busca de qualificação para os trabalhadores, em que muitos ainda não tiveram essa oportunidade.

Conceber essas questões permite pensar sobre a formação profissional realizada nas Fatecs, no contexto da ciência e das tecnologias, para o alcance da melhoria no processo produtivo, atendendo às novas competências produtivas determinadas pela modernização e competitividade das empresas e da economia, para a integração ao mercado internacional, globalizado, devendo focar sempre na qualificação da escolarização do trabalhador.

Deitos e Lara (2016) pontuam que

[...] para atender às novas exigências e às competências produtivas e tecnológicas demandadas pela modernização e competitividade das empresas e da economia brasileira à sua integração ao mercado globalizado, impulsionada pelo chamado novo desenvolvimentismo. (BRESSER-PEREIRA, 2011; MERCADANTE-OLIVA, 2010 *apud* DEITOS; LARA, 2016, p. 168)

Percebe-se, portanto, a necessidade premente de investimentos em ciência e tecnologia para poder melhorar a escolarização, superando as insuficientes condições operacionais e funcionais para que os trabalhadores possam se qualificar e galgar melhores condições de trabalho e de vida.

Para tanto, o Brasil e o Estado de São Paulo devem continuar atentos à educação, em questão a profissional, como elemento fundamental, referência e diferencial maior, para que se aprenda a fazer o melhor, em época de crise ou não, para enfrentar a competição com os países que estimulam o investimento, e a educação sempre concebida como um instrumento da formação profissional no desenvolvimento das políticas públicas, com o objetivo de alavancar o processo produtivo e alcançar o patamar de evolução juntos ao mundo contemporânea.

Nesse contexto, encontra-se a Faculdade de Tecnologia de Garça, tendo o Centro Paula Souza como mantenedor, uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo responsável pela Educação Profissional pública nos níveis técnico, tecnológico e pós-graduação, vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, oferecendo cursos Superiores de Tecnologia ministrados nas 66 Fatecs, com cerca de mais de 50 mil alunos matriculados nos 51 cursos de graduação tecnológica.

A cidade de Garça já contava com duas escolas técnicas do Centro Paula Souza, o que motivou a busca pela implantação de uma Instituição de Ensino Superior Tecnológica. Porém o número de habitantes do município não era suficiente, o que motivou a busca pelas cidades vizinhas, as quais também contavam com a necessidade de uma faculdade pública e, através de ofícios, solicitaram a implantação da unidade, conforme Figura 1.



Figura 1 – Painel das cartas de apoio das Prefeituras para criação da Fatec de Garça
Fotografia: Rafael C. Andriollo, em 2018

2. MEMÓRIA DA FATEC GARÇA

A memória da Fatec Garça revela que sua história, apesar de jovem, mas com a participação dos sujeitos envolvidos: educadores, educandos, funcionários, as pessoas que congregam Garça e Região, o Centro Paula Souza e o Governo do Estado, os quais respaldam seu desenvolvimento educacional, lutando juntos para que os alunos possam

vislumbrar sua inserção no mercado de trabalho e para que possam continuar sua formação acadêmica nos cursos de Mestrado e Doutorado e tenham cada vez a oportunidade de boa inserção no mercado.

Resgatar a história da Fatec Garça implica em buscar os fundamentos teórico – metodológicos para encontrar os caminhos para realização do levantamento dos objetos materiais e imateriais, pertencentes aos sujeitos em seu percurso que, apesar da Instituição ter apenas 14 anos de “vida”, sua história dialoga com a memória que, por meio dos diferentes documentos e fontes de informações, aproximam os que estão e também os egressos, enquanto testemunhos que se reconhecem e contribuem para sua construção/reconstrução, e o cultivo e valorização do patrimônio e da identidade com a Instituição.

Partindo do pressuposto que todos os povos têm história, logo se constituem nos sujeitos que participam de sua construção, e a memória torna-se imprescindível para o resgate, preservação e socialização desse patrimônio que perpassa toda a vida, fortalecendo a identidade cultural da população. A Fatec Garça comunga desse pressuposto, resgatando a memória para escrever e documentar sua história. Para Le Goff (2008), “a memória é uma representação do passado, sendo histórica e social”.

Nesse contexto, na Faculdade de Tecnologia de Garça, em 2013, já se vislumbrava a necessidade de documentar os fatos históricos ocorridos nos 10 anos de sua existência, como Instituição Tecnológica de Ensino Superior Profissional. Para Nora (1993 *apud* SILVA, 2017, p. 28), “uma memória que é viva e que é carregada por grupos vivos e por ser viva está sempre em evolução, uma hora prevalecendo as lembranças em outras o esquecimento”.

Esta concepção já permeava o Centro Paula Souza, refletida no trabalho realizado a partir de 2008, com a criação do Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão, e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional, os quais têm envolvido professores, alunos dos cursos de pós-graduação e pesquisadores, estendendo, em 2018, aos bibliotecários e funcionários de Secretaria Acadêmica e Diretoria de Serviços para, juntos, discutirem e refletirem sobre a continuidade do trabalho de organização de arquivos escolares correntes, intermediários e permanentes, objetivando o intercâmbio científico e tecnológico entre as instituições de ensino e pesquisa. Para a Dra. Maria João Mogarro (2017), do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa,

[...] A memória ocupa um lugar central neste projeto. Em 2008, o grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP foi constituído no decurso do I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional,

evento alimentado por um trabalho anterior e persistente de historiografia e atividades em centros de memória de várias escolas tecnológicas. Desde então, os Clubes de Memória e os encontros e jornadas sobre memórias e história da educação profissional e tecnológica têm assegurada a formação continuada dos professores e o seu envolvimento em publicações e em organização dos eventos. Os projetos de história oral têm assumido uma visibilidade crescente, com publicações e fixação dos testemunhos orais de professores sobre a sua experiência docente. Assim, o Centro Paula Souza promove “a preservação, sensibilização e difusão do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural e tecnológico”, contribuindo para a formação das gerações futuras e para a gestão institucional no que respeita ao planejamento estratégico e organizacional. Em simultâneo, possibilita a criação de informação, a produção de conhecimento e a inovação tecnológica. Maria Lúcia Mendes Carvalho sistematiza este esforço continuado pela preservação e valorização da memória da história do Centro Paula Souza e das suas escolas, dando também conta das práticas pedagógicas e técnicas desenvolvidas para a organização, tratamento e investigação do rico patrimônio histórico e educativo que possuem. Os seus estudos e atividades trazem uma nova luz sobre a ciência, a técnica e a tecnologia subjacentes ao ensino técnico-profissional. (MOGARRO, 2017, p. 11 *apud* CARVALHO, 2017)

Em junho de 2013, duas professoras e uma funcionária da Fatec Garça, ao perceberem que a Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec) realizava um trabalho sobre o resgate da memória dos cursos técnicos e tecnológicos do Ensino Profissional Paulista, formaram um grupo e se inscreveram no primeiro curso de capacitação “História Oral na Educação: memórias e identidades”, com o objetivo de se fundamentarem em teoria e prática para o resgate da história da Instituição, a qual pertencem.

Os conteúdos e as metodologias trabalhados no curso oportunizaram a escrita, a qual permite a recuperação da história, e as entrevistas orais com pessoas envolvidas no processo, que, apesar de algumas vezes apresentarem falhas, pois carregam tendências dos emissores, juntos, propiciaram a participação da equipe fatecana em um *e-book* organizado pelas professoras Maria Lucia Mendes de Carvalho, da Cetec, e Suzana Lopes Salgado Ribeiro da Fala Escrita/Unitau.

A Fatec Garça iniciou suas atividades acadêmicas há 14 anos, em 01 de março de 2004, uma antiga reivindicação de diversos profissionais da cidade, pois, até então, não havia faculdade de ensino público instalada para atender os moradores. Iniciou

suas atividades acadêmicas com o Curso Superior em Tecnologia de Informática com Ênfase em Gestão de Negócios, chamando a atenção não somente de alunos que estavam concluindo o Ensino Médio, como também de profissionais que já estavam consolidados no mercado de trabalho, outros que já haviam concluído e queriam o aperfeiçoamento e melhoria de vida.

Durante o ano de 2004, ficou instalada no prédio da Escola Técnica Estadual (Etec) Monsenhor Antônio Magliano (Figura 2), também pertencente ao Centro Paula Souza. Desde então, a preocupação dos seus docentes é notável, com a atualização profissional e, ao longo de sua trajetória, é possível visualizar a quantidade de professores que possuem níveis de formação em Mestrado e Doutorado, excelência essa que cada vez mais é alcançada e se torna evidente a relevância para a Instituição num todo.

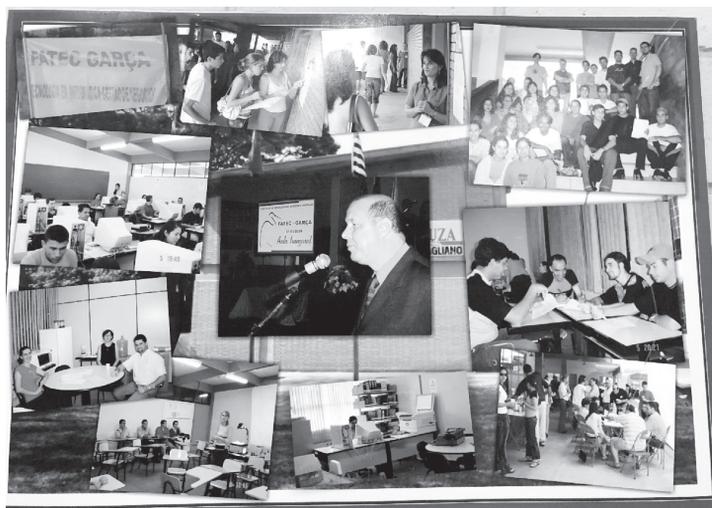


Figura 2 – Fatec Garça instalada no prédio da Etec Monsenhor Antonio Magliano, em 2004.

Fotografia: Rafael C. Andriollo, em 2018.

A partir de 2005, a Fatec Garça obteve a construção de seu próprio *campus* (Figura 3), instalado nas proximidades das Rodovias de Acesso à cidade, permitindo fácil acesso à Instituição e aos cidadãos provenientes de toda a região, visando atender às necessidades das empresas de Garça, estas, na grande maioria, do setor de produção eletroeletrônica – logo foi instalado, na unidade, o curso de Produção, curso que chamou tanta atenção quanto o anterior, devido às oportunidades que trariam a seus alunos dentro do município.

A Fatec de Garça está localizada próxima à rodovia Com. João Ribeiro de Barros, distando 70 km da cidade de Bauru, 33 Km de Marília e 415 Km de São Paulo, o que contribui para a fácil locomoção dos alunos e professores. Conforme indica a Figura 4, o prédio foi construído em área ampla, formado por três blocos: 1) área administrativa, 2) os laboratórios e no 3) as salas de aula. Dispõe de uma cantina e uma guarita de segurança.

Com a instalação do prédio próprio e sua infraestrutura material e humana, a Instituição como um todo prioriza um ensino profissionalizante de qualidade, cuja missão é formar profissionais competentes e éticos, capazes de enfrentar desafios e proporem soluções, para a busca do desenvolvimento tecnológico, social e econômico, por meio de uma educação que propicie aos mesmos uma aprendizagem com relevância social, para que sejam capazes de terem uma visão de mundo diferenciada, refletida nas ações e atitudes, as quais possam ser desenvolvidas no trabalho e na vida. A inauguração da Fatec contou com a presença de autoridades da Região, do Governador Geraldo Alckmin e da população garcense, conforme indica a Figura 5.

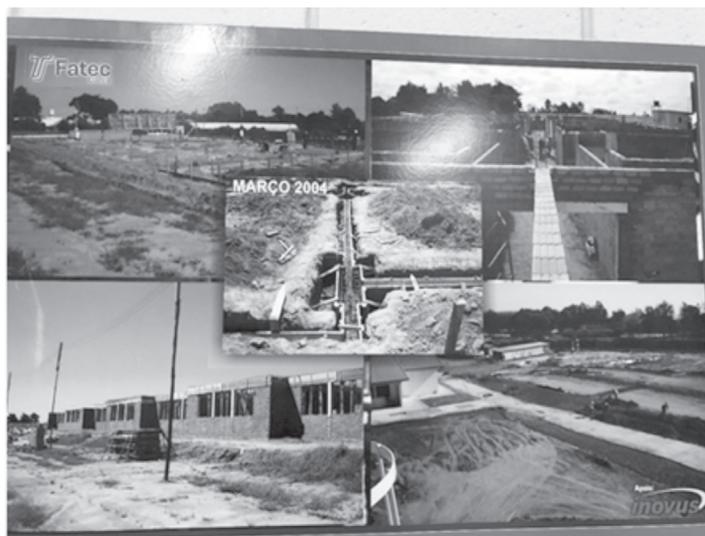


Figura 3 – Construção do campus da Unidade
Fotografia: Rafael Andriollo, em 2018.

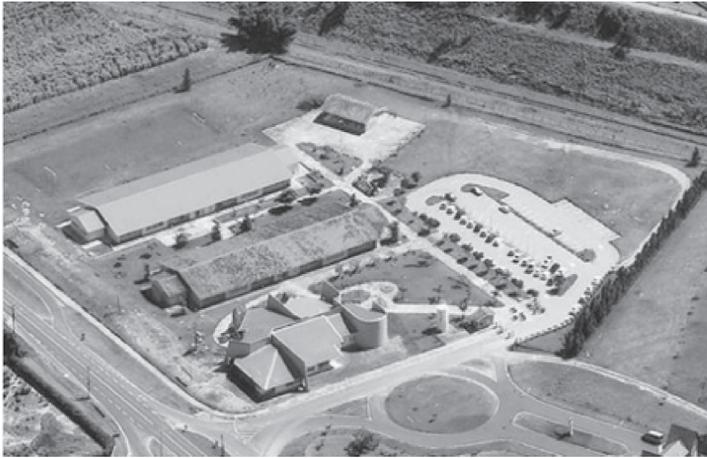


Figura 4 – Vista aérea das instalações da Fatec Garça, em 2008.
Fonte: Fatec Garça, em 2018.



Figura 5 – Inauguração do prédio da Fatec Garça, em 2005.
Fotografia: Rafael Andriollo, em 2018.

No ano de 2010, a faculdade passa por uma reformulação; foram fundados três novos curso – esses substituiriam os cursos que estavam sendo ministrados. O Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas veio atender às necessidades das empresas de desenvolvimento de *software* que estavam em crescimento no município e em cidades vizinhas como Marília, a 35 km de distância do campus. Abrangendo áreas como matemá-

tica, cálculo, estatística, contabilidade e administração, além da área de desenvolvimento de *software*, banco de dados, sistemas *web* e outros campos da informática, em três anos de curso é capacitado para levantar requisitos e desenvolver *softwares* para empresas, entender o funcionamento dessas instituições, avaliar falhas através de auditoria e prestar toda manutenção e consultoria necessária.

O curso de Gestão Empresarial capacita os alunos para noções de Administração, Economia, Contabilidade, Logística, Direito, Marketing, e orienta ao aluno a trabalhar com liderança, motivar seus colegas de trabalho, traçar objetivos das empresas e estratégias de mercado, buscando a eficiência e excelência empresarial, atendendo alunos com esse perfil em toda a região de Garça, pois é possível ver a atenção que cidades vizinhas tem para com esse curso.

O curso de Mecatrônica Industrial propõe a integração das áreas de Mecânica, Eletrônica, Automação, Informática, Programação para Sistemas de Automação, além de abranger Cálculo, Álgebra, Estatística, Física, Mecânica, Termometria, capacitando o aluno para entender todos os processos dentro de uma empresa, como os processos de fabricação mecânica, operação de tais máquinas, programação delas, projeção de peças 2D ou 3D através de *software*, programação de microprocessador, criação de projetos de robótica e integração de todos esses processos, fazendo com que o profissional seja capaz de planejar e executar todo tipo de processo industrial e seus projetos, sejam eles realizados por máquinas mecânicas ou por robôs.

Após seus 14 anos de existência, diversas turmas foram formadas na Fatec de Garça, e diversos docentes passaram pela instituição, e é notável a quantidade de projetos desenvolvidos por todos, sejam esses: feiras de exposição, apresentações em grandes eventos pelo estado, aprovação de projetos em órgãos de fomento, organização de semanas de tecnologia e parcerias com empresas da região. Empresas da cidade hoje veem a Fatec Garça como parceira de geração de mão de obra qualificada, com colaboradores constituindo mais de 70% de seu corpo técnico, entre eles funcionários e estagiários.

Todos esses projetos e parcerias geram documentação, fotografias, publicações em jornais e demais meios de divulgação, constituindo a história da instituição e, também, da cidade, nos mostrando a importância da sua preservação e disponibilização para toda a comunidade, visando aperfeiçoamento e levantamento de pontos positivos em ações passadas. Nota-se também a excelência de tais produções e a importância da Fatec Garça como ferramenta de melhoria de carreira, pois, atualmente, diversos ex-alunos conseguiram seus títulos de Mestrado, Doutorado, alguns voltaram à Unidade de Ensino como corpo administrativo ou docente, capacitando novas pessoas e passando seu exemplo como inspiração a novos alunos.

As atividades desenvolvidas nos painéis foram resgatadas para mostrar a história e a memória dos 10 anos de existência da Fatec Garça (Figura 6). Foram organizadas e apresentadas em evento que contou a participação de todos os envolvidos direta e indiretamente.



Figura 6 – Painel dos 10 anos da Fatec Garça
Fotografia: Rafael C. Andriollo, em 2018.

As Figuras 7 e 8 resgatam parcela da história da Instituição iniciada em 2004, e o trabalho da equipe que se formou a partir de 2013, e ampliada, em 2018.



Figura 7 – Atividades e eventos realizados no campus da unidade
Fotografia: Rafael C. Andriollo, em 2018.



Figura 8 – Eventos realizados pela Fatec

Fotografia: Rafael C. Andriollo, em 2018.

3. CENTRO DE MEMÓRIA: PATRIMÔNIO CULTURAL DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Tendo em vista a quantidade de informações geradas por uma instituição de ensino ao longo dos anos, e sua importância como patrimônio cultural para a instituição, para a cidade e até mesmo para a nação, torna-se necessário o armazenamento adequado desses dados para que se torne informação relevante a toda a comunidade. Knauss (2008, p. 304 *apud* GRANATO e LOURENÇO, 2018) relata que “o patrimônio cultural não se define como dado, mas como construção social e histórica e que se oferece à interpretação histórica”.

Conforme o século XXI avança e a tecnologia é disseminada em diversos segmentos do cotidiano, o armazenamento dos dados das instituições se torna cada vez mais necessário e com a possibilidade de ser feito de forma informatizada. Granato e Lourenço (2018) acrescentam que o Centro de Patrimônio da Unesco já singularizou o patrimônio da Astronomia para alertar a importância da preservação do patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia – fato esse que comprova como a preservação de documentos em todas as esferas da atividade humana é importante para a vida futura.

Quando se fala em documentos para a formação de memória, não se refere somente a papel impresso, mas também em tudo quanto é tipo de documento produzido pela instituição que tenha caráter informativo. O manual de arranjo e descrição de arquivos, elaborado pela Associação dos Arquivistas Holandeses, citado por Bonato (2005), define arquivo como:

Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (BONATO, 2005, p.3)

Fontanelli (2005, p. 15) acrescenta que “o trabalho com a memória institucional utiliza documentos variados, que não podem ser caracterizados apenas como documentos de arquivo. Tais documentos se encontram muitas vezes guardados em gaveteiros e pastas dentro das instituições, esses colocados em locais escuros e sem ventilação, esquecidos por todos e recebendo o nome de arquivo morto. Bonato (2005) diz que:

Em algumas escolas, o espaço destinado à documentação acumulada é identificado como arquivo morto. Até hoje, essa é uma velha e incorreta denominação para a documentação de caráter permanente, sugerindo a existência de uma documentação sem utilidade e descartável. (BONATO, 2005, p.14)

Com o levantamento dessas informações e criação de um Centro de Memória, tal característica de arquivo morto seria perdida, e os arquivos se tornariam disponíveis e movimentados. A criação do Centro de Memória se torna algo imprescindível para o devido cuidado de toda a documentação, criação da cultura de preservar, organizar e disponibilizar a todos a informação gerida por elas. Souza (2016) confirma que

O crescente interesse pelas memórias individuais e coletivas vem desencadeando nas últimas décadas um acentuado desenvolvimento de ações direcionadas para a criação de instituições como arquivos e bibliotecas, voltadas para a custódia e organização da documentação. (SOUZA, 2016, p. 3)

É também ratificado por Souza (2016) que a instrumentalização dos arquivos escolares e a organização de Centros de Memórias nos proporciona acesso a informações singulares para compreender a história da educação da classe trabalhadora e qual sua relação com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Levando em consideração a importância do armazenamento dessas informações de forma que não sofram o efeito do tempo, deve-se pensar na adoção do uso da informática como forma de salvaguarda, devido a esse armazenamento não sofrer de deterioração.

Atualmente, as informações podem ser apresentadas em suportes diversos e o uso da tecnologia em prol de um dos objetivos da biblioteca – organização, disseminação e acesso à informação – trouxe mudanças profundas nos trabalhos desenvolvidos. (FONTANELLI, 2005, p. 58)

Diante da relevância do que foi construído sobre o resgate e preservação das memórias pelo Centro, e a ampliação dos participantes para os demais setores da Instituição, a equipe formada na Fatec Garça encontra-se constituída no momento por quatro membros.

Constata-se, assim, que, com essa expansão, será possível aprofundar o conhecimento teórico-prático e socializar, nos diferentes setores, para, em equipe, continuar o trabalho e realizar a catalogação dos documentos, digitalização de acervos de notícias e a junção com arquivos provenientes de alunos, ex-alunos e docentes. As questões pontuadas demandam a necessidade da criação de um Centro de Memória da Fatec Garça, onde ficará disposta toda a documentação, permitindo o acesso à comunidade de forma fácil, e o armazenamento da história da Instituição, história essa, que já completou 14 anos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que, para instalação de um Centro de Memória, faz-se necessária a construção de um espaço – já que a Instituição ainda não dispõe, então a equipe optou pela implantação de um Centro Virtual, utilizando-se das tecnologias disponíveis, como o site que foi implantado em 2017. Com a ampliação do grupo, o último membro com formação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas irá alimentar o Centro Virtual, o que será de vital importância para o resgate da memória e a continuidade do projeto.

A memória tem um papel relevante no resgate, na preservação e na socialização da história, patrimônio esse que perpassa toda a vida, fortalecendo a identidade cultural da população. A Fatec Garça comunga desse pressuposto, construindo/reconstruindo sua história e resgatando a memória.

5. REFERÊNCIAS

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação** n. 10, jul./dez. 2005, p. 193-220. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652/20183>>.

Acesso em: 06 jun. 2018.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros; Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 165-188, jan.- mar., 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0165.pdf>>.

Acesso em: 06 jun. 2018.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de Memória e Ciência da Informação: uma interação necessária**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo / Silvana Aparecida Fontanelli – São Paulo: S.A. Fontanelli, 2005, 105p. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>>.

Acesso em: 07 jun. 2018.

GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta Catarina. Preservação do patrimônio cultural da ciência e tecnologia: uma parceria luso-brasileira entre o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Portugal) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil), **Revista Ciência da Informação**, v. 42, n.3, p. 435-453, 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/1373/1551>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: 3ª Reimpressão Editora da UNICAMP, 2008. 541p.

MOGARRO, Maria João. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Coleções, Acervos e Centros de Memória**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017, p. 9-17.

MORAES Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa; VENDRAMETO, Maria Cristina. Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. **Pro-Posições**, vol. 16, n. 1 (46), jan./abr.2005.

SILVA, Suely Ramos da. Os “restinhos de memória nos porões escolares: a salvaguarda e os limites da hibernação. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Coleções, Acervos e Centros de Memória**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017, p.27-38.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. Inventariar fundos e descrever documentos: preservação da cultura material da escola do trabalho de Niterói, RJ. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.12, n. especial, p. 167-185, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/610/521>>. Acesso em 07 jun. 2018.

A IMPLANTAÇÃO DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – *CAMPUS* SÃO PAULO, COMO AÇÃO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Alba Fernanda Oliveira Brito. Fernanda Ferreira Boschini
Instituto Federal de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

O *campus* São Paulo, como parte integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), instituição oriunda da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, fundada em 1909, constitui-se como um *lugar de memória* educativa e de identidade social individual e coletiva, cuja perspectiva interdisciplinar contribui, de forma significativa, para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tripé fundamental que estrutura a proposta político – pedagógica dos Institutos Federais.

Ao longo de sua trajetória, demarcada por diferentes contextos históricos, políticos, econômicos e sociais, a instituição acumulou um grande acervo ao produzir em diferentes suportes documentais os registros resultantes das atividades de ensino desenvolvidas diariamente pelos sujeitos dela participantes (técnico-administrativos, docentes e discentes). Com o propósito de atender aos dispositivos legais sobre a política de arquivos públicos e visando a promoção, racionalização e padronização dos procedimentos gerais referentes à gestão documental, o *campus* São Paulo do IFSP disponibiliza para a comunidade interna e externa a Coordenadoria de Documentação e Memória (CDM-SPO).

A CDM-SPO, instância vinculada ao Gabinete da Diretoria Geral do *campus* São Paulo, criada em 2016, tem sob sua responsabilidade um acervo que testifica os caminhos percorridos pelo IFSP em suas atividades cotidianas voltadas à educação profissional ao longo do século XX.

A organização do acervo tem como objetivo a guarda, a conservação e a preservação da memória histórica e cultural do IFSP, permitindo que sua história seja

conhecida e disseminada pela comunidade a qual se insere. A fim de que a memória histórica institucional e do *campus* cumpra sua função social, a CDM-SPO pode ser compreendida como um instrumento otimizador das informações, ao demonstrar a busca da legalidade e da publicidade a qual preconiza no que diz respeito ao acesso aos documentos públicos.

Para atender aos objetivos propostos, verificou-se a necessidade de uma política de preservação do patrimônio cultural e documental do *campus* São Paulo, com a introdução do conceito de gestão de documentos que regem a administração pública, o que pressupõe a adoção de atos normativos e procedimentos técnicos visando disciplinar as atividades relativas aos processos administrativos e arquivísticos.

É nesse contexto regulamentar que o IFSP *campus* São Paulo se insere. Por isso, a conservação e a preservação das informações do acervo educacional se tornam o compromisso daqueles que estão envolvidos na tarefa de promover a gestão documental e a construção de sua história e de sua memória, não somente por necessidade própria, mas também para atender às demandas da sociedade relacionadas ao acervo ao qual possuímos a guarda.

2. FUNDAMENTOS LEGAIS DA GESTÃO DOCUMENTAL DO IFSP-SPO

O conceito de gestão de documentos surgiu no século XX, em meio ao avanço da ciência, da tecnologia e dos novos conceitos de administração pública. No Brasil, a Constituição de 1988, art. 216, § 2º afirma que: “[...] compete à administração pública, na forma da lei, a gestão de sua documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. (BRASIL, 1988)

Nesse sentido, a Constituição Federal propiciou condições para a aprovação da Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, denominada de Lei Nacional de Arquivos e estabeleceu no art. 1º que: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.”

Constata-se, então, a necessidade de proteção do acervo documental, por meio de medidas legais, no que tange à conservação dos documentos e à preservação da informação como elementos não somente da construção da história e da memória, institucional, mas também do acesso às evidências que conduzem os processos políticos na administração pública de forma mais eficaz.

E segue no art. 2º a definição da política nacional de arquivos públicos e privados:

art.2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte de informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991)

A introdução do conceito de gestão de documentos na administração pública pressupõe a adoção de atos normativos e procedimentos técnicos visando disciplinar as atividades relativas aos processos administrativos de caráter público e entidades privadas. Neste sentido, o artigo 3º da Lei 8.159 de 08/01/1991 define gestão de documentos como o: “[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991).

Em 18 de novembro de 2011, foi sancionada a Lei 12.527, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII art. 5º, no inciso II do § 3º art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, cujos procedimentos deverão ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como aos órgãos de sua vinculação, conforme art. 1º Parágrafo Único, “II – as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. É diante desse contexto regulamentar da Administração Pública que o *campus* São Paulo, como parte constituída do IFSP, se insere. O art. 25 da Lei nº 12.527/2011 expõe a necessidade de proteção e preservação do acervo documental, complementando a informação do Art. 1º, no que diz respeito às penalidades para o não cumprimento da lei: “Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social”. (BRASIL, 2011)

A CDM-SPO tem diante de si o amparo legal que normatiza as atividades arquivísticas, como: CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos, SINAR - Sistema Nacional de Arquivos), PCD (Plano de Classificação de Documentos), CPAD (Comissão Permanente de Avaliação de Documentos), Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, Diretrizes da Gestão Documental – IFSP e o Manual de Gestão Documental – IFSP, além dos preceitos que regem a Constituição Federal, no artigo 216, ao tratar sobre o conceito de Patrimônio Cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Sendo assim, a busca pela melhoria nos procedimentos relativos ao uso e manuseio dos documentos públicos se torna o compromisso daqueles que estão envolvidos na tarefa de promover a gestão documental, garantindo a integridade das informações contidas nos documentos, ao atestar o valor que um documento possui perante a lei para comprovar um fato ou constituir um direito.

3. A CDM-SPO E A CULTURA MATERIAL ESCOLAR

A CDM-SPO tem em seu acervo diversos gêneros documentais que mostram o cotidiano da instituição e do *campus* São Paulo ao longo de sua trajetória secular, em diversos suportes documentais (textuais, audiovisuais, bibliográficos, cartográficos, eletrônicos, filmográficos, iconográficos, microográficos), além de diversos artefatos de artes decorativas.

A escola produz uma grande quantidade de documentos, em variados suportes e que se destinam aos registros das atividades escolares. Entende-se aqui, como registros escolares, aqueles que foram escritos à mão ou em meio digital das atividades desenvolvidas no cotidiano escolar, no âmbito da administração geral e pedagógica, cuja produção se dá de forma orgânica.

Pode-se dizer, ainda, que esses suportes são bem específicos (atas, livros de matrículas, avaliações, boletins e históricos escolares, fotografias, fitas de vídeos, jornais, diários de classe, relatórios de professores, notas fiscais, agendas escolares, planos de aulas, matrizes curriculares, planejamento de ensino, projetos de cursos, regulamentos, circulares) dentre outros, visto que a escola é um espaço singular.

Os registros relatados e retratados são oriundos dos fatos que ocorrem do início ao término do ano letivo e evidenciam as vivências no interior da escola. São resultados das atividades práticas pedagógicas e que, posteriormente, se acumulam de forma desordenada nos conhecidos “arquivos escolares”, quando não ocorre uma gestão documental adequada dentro dos princípios que regem as atividades de arquivos.

Para Vidal (2005), a grande quantidade dos materiais disponíveis nos arquivos escolares, muitas vezes denominados de “arquivo morto”, são verdadeiros celeiros para a pesquisa acadêmica, quando a temática envolve a história da educação. A autora ainda afirma que os “arquivos mortos” podem ser transformados em “arquivos históricos ou de memórias”, se estes não se limitarem ao cotidiano das secretarias escolares ou das normas legais, pois:

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere). (VIDAL, 2005, p.24)

Portanto, são nesses espaços repletos de documentos escolares produzidos internamente pela instituição, como também aqueles produzidos externamente pelos órgãos oficiais governamentais (legislação de ensino, relatórios técnicos e estatísticos, diários oficiais), objetos de uso de professores e alunos que dão vida às atividades pedagógicas desenvolvidas no interior da sala de aula por meio de livros didáticos, apostilas, artigos de revistas, jornais, fotografias, equipamentos de laboratórios, mobiliários, fazem com que o arquivo se torne de fato, um campo fértil para o novo terreno da pesquisa em história da educação, sobre a cultura escolar e, especificamente, sobre cultura material escolar.

Em suas abordagens sobre os arquivos e a educação, Mogarro (2005) sugere uma reflexão sobre o lugar dos arquivos escolares, os tipos de documentos, a sua natureza e as possibilidades potenciais das fontes documentais desse universo para a investigação no campo da História da Educação e das instituições escolares. Para a autora: “Os arquivos são constituídos por documentos, geralmente em suporte de papel, produzidos pelos sujeitos da escola e da própria instituição em suas atividades cotidianas”. (MOGARRO, 2005, p. 78)

Os arquivos escolares possuem diversos gêneros documentais, sendo, em sua maioria, o textual. No caso do IFSP-SPO não foi e não é diferente, principalmente por estar inserida na categoria de instituição pública, notadamente burocrática e que, até o fim do século XX, produzia uma grande quantidade de papéis de escrituração escolar, regulamentados por órgãos superiores exteriores à escola.

A produção diária de registros dos fatos ocorridos internamente, em diferentes suportes, sobre assuntos diversos em documentos oficiais e não oficiais, primava pela informação sobre a vida escolar de cada aluno durante o período do curso e dos processos administrativos referentes à gestão escolar.

No entanto, algumas situações vividas no cotidiano escolar são escritas em documentos ditos como não oficiais, mas que também deixam as marcas da experiência do vivido. Na cultura escolar, a escrituração é o mecanismo que garante o bom funcionamento dos processos pedagógicos institucionalizados legalmente, dando autenticidade e legitimidade tanto à instituição quanto à vida escolar dos alunos e a produção de documentos que se caracterizam pela forma de como os atos administrativos são expressos.

A instituição escolar, seja ela pública ou privada, possui documentos que mostram e comprovam as atividades realizadas nesse específico contexto. Produzidos internamente, em geral, os gêneros documentais textuais mostram a estrutura organizacional e pedagógica da instituição. Agregados aos documentos externos que normatizaram e ainda normatizam as atividades de ensino de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, as informações contidas nesses documentos dão conta da natureza e finalidade das instituições escolares ao longo do tempo. Além destes, há outros gêneros documentais que fazem parte do cotidiano escolar que se encontram representados nos materiais didáticos-pedagógicos utilizados nas salas de aulas, laboratórios e oficinas, mobiliário, objetos de decoração e a própria arquitetura do prédio escolar em toda a sua singularidade.

Essa diversidade de materiais escolares encontrou abrigo no seio da pesquisa em História da Educação. Os estudos têm mostrado o quanto tem sido promissor, nas três últimas décadas, o interesse pelos fatos ocorridos no interior da escola por parte dos pesquisadores acadêmicos em História da Educação. Tais interesses têm possibilitado um novo pensar sobre o que, de fato, é a escola e também têm permitido um olhar deslocado em direções não tradicionais na busca por novas fontes e objetos de pesquisa. Diante disso, verificou-se também um aumento expressivo nas pesquisas acadêmicas em temas relacionados à cultura escolar e cultura material escolar.

Souza (2007, p.179), em suas pesquisas sobre a cultura material escolar, nos traz a lume uma reflexão acerca da trajetória inscrita nos objetos da cultura material escolar. Para a autora, quando determinado objeto do universo escolar passa a ser investigado, é possível identificar os contextos sociais, culturais de usos e valores diversificados que o envolvem. Porém, sob o olhar atento do pesquisador, o objeto pode adquirir novos significados, além daqueles visíveis em sua própria materialidade e podem tornar-se uma rica fonte de informação.

O universo escolar tem sido visto como um vasto celeiro de possibilidades de investigações, emergindo das salas de aulas, dos arquivos escolares entulhados de documentos, das práticas docentes dentro e fora da sala de aula, dos “objetos escolares, da arquitetura dos edifícios escolares, dos recursos didáticos, impressos entre outros” conforme menciona Souza. (2007, p.180)

A CDM-SPO, dentro da estrutura organizacional do IFSP – *campus* São Paulo, é o espaço da cultura material escolar. Ainda que em suas primeiras ações a Coordenadoria foi vista internamente por muitos servidores como um “novo arquivo escolar”, diante da diversidade de gêneros documentais em suporte de papel guardados em caixas-arquivos a serem organizados, foi premente um trabalho de conscientização junto à Direção do *campus* São Paulo sobre o papel da CDM-SPO e o lugar que esta deveria ocupar dentro do *campus*.

4. O LUGAR DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NO IFSP-SPO

Inserida no organograma institucional do IFSP – *campus* São Paulo, a CDM-SPO está vinculada ao Gabinete da Direção Geral. Esta inserção demonstra a responsabilidade da coordenadoria junto aos serviços prestados pelo *campus* e, em especial, no que diz respeito à gestão documental, à preservação da história e da memória institucional.

Ao apresentarmos o projeto da Coordenadoria de Documentação e Memória do *campus* São Paulo, (CDM-SPO), buscávamos não somente uma gestão documental adequada, mas uma compreensão da história e da dinâmica institucional que fora registrada em seu cotidiano ao longo do século XX. Essa compreensão histórica do que a instituição foi no passado e do que é atualmente deveria ultrapassar a ideia de um “novo arquivo escolar” ou mesmo da extinção definitiva do “antigo arquivo morto”.

Para tanto, houve a necessidade de estabelecermos metas para que as atividades da coordenadoria pudessem fazer parte do cotidiano escolar, a fim de alcançarmos os objetivos propostos previstos no organograma do IFSP-SPO, que são:

- Atender os dispositivos legais sobre a política de arquivos públicos visando a promoção, racionalização e padronização dos procedimentos gerais referentes à gestão documental;
- Preservar a história e a memória da instituição por meio de documentos e objetos que possam demonstrar a importância das atividades de ensi-

no exercidas internamente, as quais contribuíram de forma significativa para disponibilizar ao Brasil e ao mundo cidadãos capacitados nas diversas áreas do conhecimento técnico-científico ao longo de sua trajetória;

- Reunir os documentos e objetos do tempo presente para que a memória histórica e cultural não se perca e cumpra sua função social;
- Permitir que a história da instituição seja conhecida e disseminada pela comunidade na qual se insere, por meio da produção do conhecimento histórico;
- Garantir os direitos dos cidadãos e o pleno acesso à informação de maneira mais eficiente e com maior celeridade em suas ações cotidianas.

A CDM-SPO deveria ser um espaço de gestão documental sustentável, mas, acima de tudo, deveria ser um espaço de produção do conhecimento voltada à história e à memória da Educação Profissional Técnica e Tecnológica. Assim, a possibilidade de um arquivo documental dentro de um Centro de Memória do IFSP se tornava cada vez mais proeminente. Fazia-se necessário trazer o arquivo escolar para o centro de nossas memórias individuais e coletivas, das experiências do vivido, de um presente que é fruto do passado e que contribui para projetar o futuro.

Hobsbaun (1995) afirma que:

[...] A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. (HOBSBAUN, 1995, p. 13)

E, diante da receptividade da comunidade interna em participar deste momento de construção histórica, o desafio se tornou maior para a equipe da CDM-SPO que, naquele momento, contava apenas com três (03) servidores e com a colaboração de um professor de História, cursando o Doutorado, e que tinha o IFSP como possibilidade de busca de fontes para o seu objeto de pesquisa.

Visando a um plano mais desafiador a longo prazo e em paralelo, a reforma do novo espaço físico cedido pela Direção Geral do *campus* São Paulo, as atividades iniciais

da CDM-SPO priorizaram a busca pelos materiais (objetos decorativos, didáticos-pedagógicos, fotografias, mobiliários) dentre outros, espalhados pelos diversos setores da instituição, além daquele já conhecido por todos os servidores, o “antigo arquivo morto”. Coube ainda à CDM-SPO entrar em contato com ex-servidores (docentes e técnicos-administrativos) e discentes (ex-alunos) para informar sobre o projeto de construção do novo espaço voltado à memória institucional, a fim de que esses sujeitos pudessem ser inseridos neste processo histórico de grande importância para a instituição.

O mapeamento dos materiais foi essencial para nos dar uma ideia do quanto de trabalho nos aguardava e quais as possibilidades de contribuição histórica destas ricas fontes para dar conhecimento ao público da história de Ensino Técnico Profissional e Tecnológico, de uma instituição federal de ensino na capital paulista.

Cabe ainda ressaltar que a junção de objetos de artes decorativas produzidos pelos professores e alunos e alguns equipamentos didáticos-pedagógicos datados entre as décadas de 1910 e 1970 nos permitiram apresentar, durante a Semana de Educação, Ciência Tecnologia (SEDCITEC) no ano de 2017, uma pequena mostra daquilo que estaria por vir, conforme Figura 1.

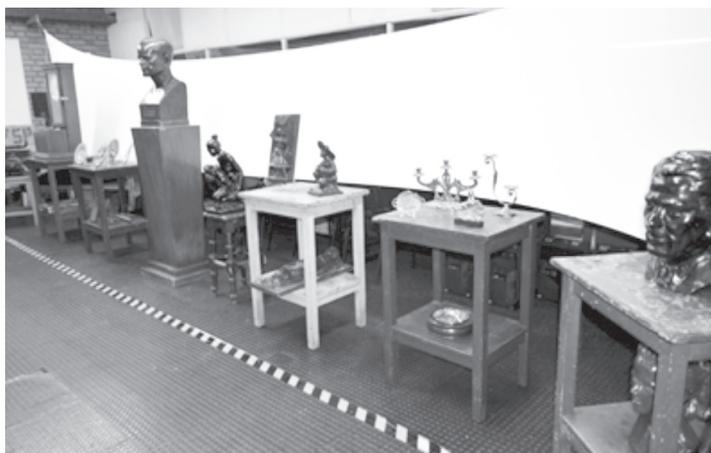


Figura 1 – Mostra – SEDCITEC 2017
Fonte: Acervo CDM-SPO, em 2018

Essa pequena atividade expositiva, apresentada de forma bem simples, trouxe à baila um passado da instituição até então desconhecido por muitos servidores e alunos, simbolizado em artefatos resultantes das aulas práticas de entalhação, modelação e fundição, ocorridas nas oficinas de mecânica do Curso de Artes Decorativas. Os artefatos

contavam uma parte da história da instituição em suas atividades voltadas ao ensino da Educação Profissional, em um determinado contexto político, histórico, econômico e social do país, no início do século XX, quando a instituição ainda era denominada de Escola de Aprendizes Artífices.

A partir deste momento, as atividades iniciais da CDM-SPO ganham um “status” maior perante à comunidade e passam a ocupar um lugar de responsabilidade pela gestão documental, pela sensibilização e participação dos sujeitos no processo de construção historiográfica e memorial do IFSP, pela produção do conhecimento, pelo acesso e pela publicização das informações.

5. DESAFIOS DA GESTÃO DOCUMENTAL

Sob a perspectiva de Certeau (2010, p. 81), ao afirmar que: “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra forma”, pode-se dizer que este tem sido o desafio da CDM-SPO com os documentos históricos escolares ali armazenados há mais de um século, como indica a Figura 2.



Figura 2 – Organização Caixas-Arquivo no IFSP-SPO
Fonte: Acervo CDM-SPO, em 2018

5.1. GÊNEROS DOCUMENTAIS

Para uma melhor compreensão do trabalho que vem sendo desenvolvido pela CDM-SPO, apresentamos alguns exemplos dos gêneros documentais até então coletados e que seguirão para a etapa de identificação, organização, descarte apropriado e guarda permanente. Dentre os gêneros documentais textuais destacam-se os “Manuais”. Tais documentos foram registrados em suportes de papel de boa qualidade. Apesar das mudanças constantes dos locais físicos do acervo, das intempéries naturais do tempo, da falta de higienização e de guarda apropriada, podemos afirmar a sua maioria está em bom estado de conservação. Os manuais se caracterizam pelas orientações institucionais no que diz respeito às normas e condutas por parte dos servidores e dos discentes no cotidiano escolar em suas diferentes práticas pedagógicas.

- a) Manual do Vestibular – Em formato de livreto, cores variadas, foi elaborado pela CEC (Coordenadoria de Exames e Classificação) em seus primórdios. Os conteúdos desses documentos referem-se à história da instituição, instruções para inscrição do “Vestibulinho da Federal”, as opções de cursos e modalidades de ensino oferecidos anualmente pela instituição e a localização do prédio.
- b) Manual do Aluno – Em formato brochura, o livreto foi elaborado com a finalidade de estabelecer procedimentos que permitiam ao aluno conhecer melhor a estrutura organizacional da Escola e, conseqüentemente, facilitar a participação ativa do corpo discente nas atividades práticas pedagógicas oferecidas na instituição. Trata-se de um documento orientador e normativo em que os alunos obtinham informações não somente sobre seus deveres escolares, mas também sobre seus direitos, coerentes com a filosofia adotada pela instituição no processo de democratização do ensino.
- c) Manual do Coordenador – Em formato brochura, o documento continha as instruções normativas sobre as atividades desenvolvidas pelo Coordenador de Curso, sendo este o interlocutor entre os docentes, discentes e a direção da instituição.
- d) Manual do Professor – Em formato espiral, elaborado pela equipe pedagógica, auxiliava ao professor no bom desempenho do exercício do magistério e no preenchimento de documentos de vida escolar do aluno, em especial, o diário de classe que, bimestralmente, deveria ser preenchido e entregue junto à secretaria de registros escolares.

- e) Apostilas – Em formato brochura, graficamente desenhada, em papel especial, as apostilas eram elaboradas por professores das disciplinas técnicas ou de cultura geral. Adquiridas quase que obrigatoriamente pelos alunos ao longo do bimestre letivo, estas serviam como atividades práticas de exercícios em sala de aula ou como atividade extraclasse.
- f) Boletins de Serviço – Em formato brochura, foram elaborados pela equipe do Departamento de Recursos Humanos (DRH) e demonstravam as atividades da administração geral e pedagógica da instituição, concernentes com as normas emanadas pelos órgãos superiores à instituição. Os conteúdos destes boletins referem-se às normativas legais de designação, dispensa de atividades de servidores docentes, técnicos-administrativos, gastos e decisões dos conselhos representativos.

O gênero iconográfico é constituído de grande quantidade de imagens estáticas que retratam os fatos ocorridos no interior da instituição. As imagens fotográficas, diapositivos (slides), desenhos e gravuras dão conta dos aspectos do cotidiano escolar, cujas atividades envolvem professores e alunos em salas de aulas em eventos internos e externos. Inserida em um contexto pedagógico, a iconografia da instituição destaca eventos esportivos, culturais, aulas práticas nas oficinas e laboratórios, exposições pedagógicas internas e externas, visitas técnicas, palestras, congressos, simpósios, comemorações e confraternizações natalinas e visitas de ilustres.

O acervo iconográfico conta com aproximadamente 4000 imagens, algumas digitalizadas de modo simplificado, sem nenhuma informação ou legenda. Armazenadas em álbuns fotográficos e até mesmo soltas, parte desse montante de imagens foram adquiridas por meio de doações de servidores ativos e inativos, discentes e egressos, além daquelas produzidas pelos setores de comunicação social. Além disso, há um vasto material audiovisual para fins educativos. Sua produção foi voltada para audiovisuais sincronizados, vídeos, retrotransparência, fitas gravadas, reportagens fotográficas, videocassete.

Os documentos microfilmados referem-se exclusivamente às atividades de escrituração escolar, com destaque para as fichas de matrícula, matrizes curriculares, notas e históricos escolares da Escola de Aprendizes Artífices. Os rolos estão armazenados em pequenas caixas, etiquetadas e numeradas, cuja microfilmagem dos documentos foi executada por uma empresa contratada, especialista no ramo de microfilmes. A ideia de microfilmar os registros de escrituração escolar se deu por volta da década de 1980, com o surgimento das novas tecnologias e também pela percepção da própria instituição, ao se deparar com uma grande massa documental acumulada na Coordenadoria de Registros Escolares (CRE) e no arquivo escolar.

O acervo tridimensional ou artefatos estão distribuídos em peças de artes decorativas, artefatos religiosos, mobiliário, ferramentas industriais, fundidos em bronze, ferro e alumínio, entalhados em madeira ou modelados em gesso, além dos materiais pedagógicos. Esses artefatos remontam aos primórdios da instituição e, conforme estabelecia o decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, a instituição deveria promover anualmente uma exposição dos objetos produzidos nas oficinas, com vistas à aprovação do aluno no ano letivo e também para a captação de recursos com a venda de artefatos.

Entende-se que a CDM-SPO tem um longo período a percorrer no que diz respeito a uma gestão documental sustentável, diante da massa documental acumulada pela instituição. A identificação, a leitura dos registros que dão conta da história da instituição, a organização e o descarte apropriado, dentro dos princípios arquivísticos, permitirão uma compreensão adequada dos caminhos históricos percorridos pela instituição em sua jornada centenária.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, ao longo de sua trajetória, a instituição produziu grande volume de documentos que registraram suas atividades educacionais, valorizando o uso e o manuseio dos documentos escolares durante as atividades cotidianas por outros sujeitos exteriores à sala de aula. Ainda assim, não se atentou para os cuidados de guarda e de preservação desses documentos, sujeitando-os às intempéries do tempo e do espaço.

Percebe-se que a dinâmica interna da instituição também se fez presente no registro de suas atividades práticas pedagógicas em gêneros e suportes documentais específicos. Os documentos escolares foram assumidos como ferramentas de apoio às atividades pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar, amparados pelas normas internas e procedimentos legais exteriores à escola, os quais regem o ensino da Educação Técnica e Tecnológica.

A ausência de diretrizes e políticas arquivísticas que permeou todo o ciclo dos registros escolares permitiu o acúmulo desordenado de massa documental que, conseqüentemente, causou a ocupação de salas inadequadas para o armazenamento dos documentos por longo período, os quais foram submetidos à precária estrutura física (ventilação, iluminação, higienização), além da falta de resistência estrutural e segurança para a proteção, guarda e preservação dos documentos.

A partir da criação da CDM-SPO no *campus* São Paulo em 2016, surge uma agenda de possibilidades para a historiografia da instituição a partir de suas materialidades, dos seus sujeitos e de suas relações sociais escritas em diferentes suportes documentais, ao longo de mais de um século e que contam a história do projeto de ensino da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica de uma instituição federal de ensino iniciada no ensino do século XX e que perdura até os dias atuais.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. **Artigo 216.** 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp#:~:text=CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20FEDERATIVA%20DO%20BRASIL&text=V%20%2D%20os%20conjuntos%20urbanos%20e,%2C%20paleontol%C3%B3gico%2C%20ecol%C3%B3gico%20e%20cient%C3%ADfico. Acesso em: 9 fev. 2021.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. IFSP/SPO. **Histórico.** Disponível em: <http://spo.ifsp.edu.br/index.php/institucional/histórico>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 08.mar.2017.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 08 mar. 2017.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano** – artes de fazer. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista brasileira de história da educação** n° 10 jul./dez. 2005, p. 75-99.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

VIDAL, Diana G. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras - fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n2 [17] maio/ago. 2008.

SOBRE OS AUTORES

Alba Fernanda Oliveira Brito é Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) no programa Educação: História, Política e Sociedade. Possui especialização em Registros Acadêmicos pela Universidade Federal do Paraná (1998). Possui graduação em Licenciatura em Estudos Sociais e Licenciatura plena pelas Faculdades Integradas Alcantara Machado (1991). Tem experiência na área de Educação, ministrando aulas de Geografia e atuando em atividades pedagógicas voltadas para o ensino profissional. Ocupa atualmente o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Coordenadora de Documentação e Memória do IFSP *Campus* São Paulo desde 2015. É membro dos Grupos de Pesquisas: História das Instituições e dos Intelectuais da Educação no Brasil da PUC-SP e do Núcleo de Pesquisa em História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (NUPHMEPT) do IFSP.

Alexandre Pompeo é graduado em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara, onde foi bolsista pelo CNPq na área de Processamento de Línguas Naturais (Linguística Computacional). É pós-graduado no uso de Mídias na Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei, em Minas Gerais e está concluindo o curso de Pedagogia pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Atualmente é docente de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna (Inglês) na Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em Matão (SP) e possui experiência na área de Comunicação, com trabalhos de redação em mídia impressa, além de rádio e televisão.

Américo Baptista Villela é Mestre em História da Educação pela Faculdade de Educação (2011). Graduado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (1991), ambos na Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é historiador lotado no Museu da Cidade, órgão da Prefeitura Municipal de Campinas e Professor da Etec Bento Quirino, atuando principalmente nos seguintes temas: Museus, Educação, História e Campinas. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza, desde 2008.

Analder Magalhães Honório é Tecnólogo em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia (Fatec) Taquaritinga (2008). Licenciado em Informática pela Fatec Americana

na (2010), com especialização em Educação Especial e Inclusiva pelo Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto (2010) e Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Claretiano de Batatais (2014). Ingressou no Centro Paula Souza em 2008, quando passou a lecionar disciplinas do curso Técnico em Informática na Etec Sylvio de Mattos Carvalho onde leciona até hoje. Durante os anos de 2012 e 2013 foi Coordenador de cursos Técnico em Informática e Técnico Informática para Internet. Diretor de Serviços da área Acadêmica, entre 2013 e janeiro de 2017, quando assumiu na Diretoria de Serviços da área Administrativa. Pesquisador da História Institucional da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) desde 2012.

Aparecida Helena Costa é Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Uni-facef. Graduada em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Uni-facef, em Licenciatura em Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul, e em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade UNIVESP. É professora e coordenadora do Ensino Médio e Novotec do Centro Paula Souza na Etec Dr. Júlio Cardoso, de Franca. Desenvolve projetos no Centro de Memória e participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP).

Camila Araújo Gonçalves é Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na linha de Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônio. Desenvolveu sua pesquisa sobre a produção dos alunos de Marcenaria e Entalhação da Escola de Artes e Ofícios de Amparo e discutiu a transição do ensino artístico para o ensino profissional. Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) (2007-2010). Desenvolveu trabalho de monografia sobre os entalhes da Catedral Metropolitana de Campinas e seu artífice Vitoriano dos Anjos Figueiroa. Participação no Projeto de Extensão relacionado a implantação de Centro de Memória da Catedral Metropolitana de Campinas pela PUC-Campinas. Com estágio na área de Arquivística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tem experiência na área de História, com ênfase na área de História Contemporânea, Cultura Visual, História Intelectual e Preservação do Patrimônio.

Camila Polido Bais Hagio é Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2014), pós-graduação em Aperfeiçoamento em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Campinas (2008) e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP/Bauru (2005). Professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, desde 2005. Atualmente é professora da

Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas nos cursos Técnicos de Edificações e de Design de Interiores. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza).

Carlos Alberto Diniz possui Pós-Doutorado em Educação (2020). É Doutor em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciência da UNESP/Campus Marília (2017) e Mestre em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus Araraquara (2014). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário UNISEB (2010) e Tecnólogo em Processamento de Dados pela Fatec de Taquaritinga (2002). Professor da Etec Sylvio de Mattos Carvalho do Centro Paula Souza desde 2003, onde desempenhou a função de Coordenador de Curso das Habilitações Profissionais de Técnico em Eletrônica (2008-2012) e Técnico em Mecatrônica (2009-2012), e de Orientador de Estágio (2004-2012), exercendo a função de Diretor de Escola Técnica de 2012 a 2020. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Escolares (GEPCIE/UNESP/Campus Araraquara) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza).

Daniele Torres Loureiro é graduada em Administração Pública Universidade Federal de São João Del Rei (2019) e em Automação de Escritórios e Secretariado pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (1998). É pós-graduada em Planejamento e Implementação de Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense e em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Faculdade de Educação São Luís. Em 2012 e 2013 ministrou aulas no curso de pós-graduação em Administração e Organização de Eventos no Senac Sorocaba e foi professora auxiliar no curso de Secretariado da Universidade Paulista – UNIP. Em 2014 e 2015 foi membro do projeto Biblioteca Ativa na Etec Armando Pannunzio e responsável por desenvolver atividades de incentivo à leitura. Entre 2016 e 2017 foi aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED da UFSCar Sorocaba. Possui 8 anos de experiência como Secretária, e desde 2003, é professora em escolas técnicas do Centro Paula Souza. Atualmente também é proprietária do Era Pet's Banho e Tosa na cidade de Sorocaba e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza).

Eunice Corrêa Sanches Belloti é Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (2002) e Mestre em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho (1986). Formação de Psicólogo e

Licenciatura em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (1982). Atualmente presta serviço técnico especializado em Psicologia, com Consultório de Psicologia. Professora da Faculdade de Tecnologia São Paulo, desde 1994. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: Memória, História Oral, Informática, Psicanálise, Sociedade, Novas Tecnologias na Educação. Foi vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa em Memória e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza) e do Grupo de Psicanálise de Ourinhos (GEPO).

Fernanda Ferreira Boschini é Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional pelo Centro Paula Souza (2018). Graduação em Tecnologia em Turismo e Hospitalidade pelo Instituto Federal de São Paulo, IFSP (2007). Servidora Técnica Administrativa da Educação no Instituto Federal de São Paulo/Campus São Paulo. Docente Eventual em disciplinas da Pós-Graduação Lato Sensu em Educação no Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Atua em Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. Experiência na área de Educação, com ênfase nas relações entre Educação e Trabalho na Educação Profissional. Tem Pesquisas na área de Formação Docente para a Educação Profissional e Tecnológica e História e Memória da Educação Profissional.

Fernanda Mello Demai é Doutora com Pós-Doutorado em Terminologia pela Universidade de São Paulo. É Coordenadora de Projetos Pedagógicos na Unidade do Ensino Superior de Graduação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Área de Análise e Formulação de Currículos e Cursos). É professora, pesquisadora e autora com experiência profissional de mais de 20 anos em: Linguística e Terminologia; Língua Portuguesa; material didático; dicionários e glossários; Currículo e Memória e História da Educação Profissional e Tecnológica. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza).

Ivani Torres Braghetti é Licenciada em Educação Artística com Habilitação em Desenho pelas Faculdades Integradas Tereza D'Ávila, em Santo André/SP, com especialização em Decoração pela EPA (Escola Panamericana de Artes/SP), Técnica em Processamento de Dados pelo Colégio IESA em Santo André/SP. Professora do curso Técnico Design de Interiores na Etec Fernando Prestes, em Sorocaba, desde 2006. Entre 2009 e 2016 atuou como professora de Artes e Coordenadora do curso de Ensino Médio nas novas Etecs Prof. Elias Miguel Jr (Votorantim) e ETEC Armando Pannunzio (Sorocaba). Em 2017, ingressa no Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza).

Joana Célia de Oliveira Borini é Licenciada em Geografia pela UNESP/Franca (1979), Pedagoga pela Faculdade Soares de Oliveira de Barretos/SP. Pós-Graduação “Lato Sensu” em Metodologia do Ensino Superior (1993), Pós-Graduação “Lato Sensu” em Análise de Texto e a Interdisciplinaridade (1995). Coordenou oficinas pedagógicas como a Semana da Educação em diversas instituições educacionais (1991/1998), proferiu comunicações em Universidades: UNESP, UNIFRAN e Centro Paula Souza (1991/2018). Escreve artigos sobre a Educação Profissional participando de congressos nacionais e internacionais. É professora de Geografia na Etec Dr. Júlio Cardoso, desde 1994, desenvolvendo projetos no Centro de Memória da escola técnica, desde 2002. Membro Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza).

Julia Naomi Kanazawa é Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas. Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (2008). Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista (1990). Professora na Etec Cônego José Bento, em Jacareí, desenvolvendo projetos no Centro de Memória da escola, desde 2002. Professora Coordenadora de Projetos na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, desde 2020. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza). Integrante, como estudante de doutorado, do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação - MEMÓRIA, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em ensino-aprendizagem. Atua como pesquisadora nos seguintes temas: História e Memória da Educação Profissional e Imigração Japonesa.

Jurema Rodrigues é Licenciada em Letras pela FARFI/SJRP (1984), e Licenciada em Pedagogia pela Associação Cultural de Barretos (1990), com Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa pela USP/CENP (1991). Fez treinamento em Língua Portuguesa na UNESP (1993) e Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa pela UNESP/IBILCE (2005 a 2007). Especialização em Educação Básica no ISEB (2010) e Especialização em Educação Especial Inclusiva no ISEB (2011). Especialização em Língua Portuguesa/UNICAMP (2011). Professora na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1986 a 2011). Coordenadora Geral do CEFAM (1996 a 1997). Professora da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em São José do Rio Preto/SP, desde 1996. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza).

Lauriberto de Jesus Bertoni Junior é Mestre em Educação pela UFSCar, Especialista em Gestão de Instituições de Ensino e MBA em Planejamento e Gestão Estratégia pelo Grupo UNINTER. Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jaú, em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho, em Letras (Português) pelo Grupo Soed, Graduado em Ciências Naturais e Matemática pela Univesp, e Tecnólogo em Informática com Ênfase na Gestão da Produção Industrial pela Fatec Jahu. Diretor de escola de Ensino Fundamental pela Prefeitura Municipal de Bariri/SP.

Liene Cunha Viana Bittar é Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Professora da Fatec Franca, tem experiência na área de Letras (Literatura) e Comunicação Social, com ênfase em Comunicação Empresarial. Atua principalmente nos seguintes temas: Comunicação empresarial, Comunicação e expressão, Literatura portuguesa, Literatura e história, Estudos culturais, Análise literária, Educação a distância e Metodologia da pesquisa.

Luci Mieko Hirota Simas é Pedagoga pela Universidade de Marília (1988). Formada em Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas pela Fundação Educacional de Bauru, hoje UNESP (1982). Atua como Assistente Técnico Administrativo I da Fatec de Garça. Foi professora de Educação Básica no ensino público do Estado até maio de 2012. Na área técnica pedagógica, foi Coordenadora Pedagógica e Diretora da Etec Monsenhor Antonio Magliano, uma das Unidades de Ensino Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, por dois mandatos consecutivos (2008 – 2012). Membro do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Informacional da UNESP/Marília. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza).

Maria Alda Barbosa Cabreira. É Doutora em História pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho de Assis (2018). Mestre em Educação pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (2003). Possui graduações em Ciências Sociais e Estudos Sociais pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (1980). É Licenciada em Geografia pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa (1982). Tem graduação em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Tupã (1985), e em Pedagogia pela Universidade de Marília (1990). Atualmente é associado da Faculdade de Tecnologia de Garça e associado 1 do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Memória, Sociedade, Interdisciplinaridade, Tecnologia e Desempenho organizacional.

Maria Lucia Mendes de Carvalho. Tem Pós-doutorado em Museologia e Patrimônio pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (2017). Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (2013). Mestre em Engenharia Química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1989). Bacharel em Química pelo Instituto de Química da Universidade de São Paulo (1980), Engenheira Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (1980), e Licenciatura Plena pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (1981). Atuou em Centros de Pesquisas das Indústrias Químicas: Rhodia, Aquatec e Oxiteno, como pesquisadora e, posteriormente, gerente de pesquisa e desenvolvimento (1981 a 1995). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Paula Souza (2020). É Coordenadora de Projetos e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) no Centro Paula Souza. Tem experiência nas áreas de Ciência e Tecnologia dos Alimentos, de História da Alimentação e Nutrição, e História da Profissão Docente.

Maria Teresa Garbin Machado é Doutora em Educação Escolar, na área de História da Educação, pela Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara (2014), na linha de pesquisa Estudos históricos, antropológicos e filosóficos sobre escola e cultura. Mestre em Educação no Centro Universitário Moura Lacerda, em Ribeirão Preto/SP (2007). Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Barão de Mauá (1974) e graduação em Pedagogia e Licenciatura Plena pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava (1979). Professora aposentada da Secretaria da Educação do estado de São Paulo (Educação Básica II), e do Centro Paula Souza. Atualmente leciona Biologia na Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, em Orlândia, a qual atuou como Diretora de 2004 a 2012. Tem experiência na área de Biologia Geral e Pedagogia, principalmente nos seguintes temas: História da Educação Brasileira e Ensino Profissionalizante e Currículo por Competências. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza), desde 2008.

Maria Teresa Santos Cunha é graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Educação/História e Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professora Titular do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina/ UDESC e docente dos PPG/Educação e PPG/ História da UDESC. Bolsista Produtividade em Pesquisa/CNPq/ Nível 1-D. Associada da ANPEd (1989), ANPUH (1980), SBHE (2000), ALB (1999), ASPHE/RS (2004), Associação Brasileira de (Auto)Biografia/Biograph (2009).

Sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHG/SC) e sócia fundadora da Sociedade Brasileira de História da Educação. Membro do corpo editorial das seguintes publicações: Cadernos de História da Educação (UFU/MG) Rev. Estudos Feministas/REF (UFSC), História da Educação (UFPel/ASPHE/RS), Revista Àgora/ UFSC, Revista Conjectura/ UCS/RS, Revista Educação e Contemporaneidade (UNEB/BA). Consultora ad hoc da FAPESC/SC. FAPERJ/UERJ-RJ, FAPERGS/RS, CAPES, CNPq. FAPESPA/PA, Fundação ARAUCÁRIA/PR. Autora de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Cultura Escrita e História do Tempo Presente, atuando nas seguintes áreas: História da Leitura e da Cultura Escrita, História da Educação, Acervos Pessoais, Patrimônio Cultural. Foi Coordenadora Nacional do GT História da Educação/ANPEd/ out. 2009 - 2011. Integrante Titular do Conselho Interdisciplinar de Pesquisa e Editoração (CIPE) da Fundação Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura. /2011 a 2013 Participante da RIDPHE (RED IBEROAMERICANA PARA LA INVESTIGACIÓN Y LA DIFUSIÓN DEL PATRIMONIO HISTÓRICO-EDUCATIVO (RIDPHE) sob coordenação da Prof.^a Dra. Maria Cristina Menezes/UNICAMP

Marlene Aparecida Guiselini fez Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (atual UNESP). História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guaxupé (MG). Estudos Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino (MG). Foi professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Professora na Etec Trajano Camargo, em Limeira/SP, desde 1995. Pesquisadora sobre a história da escola Trajano Camargo, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza), desde 2008.

Nancy Aparecida Guanaes Bonini é Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui graduação em Letras Vernáculas e Inglês pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, graduação em Pedagogia pela Universidade de Marília. Desenvolveu atividades docentes e de capacitação de pessoal em serviço na educação pela Delegacia de Ensino de Garça, nas áreas de Alfabetização/Letramento/Língua Portuguesa e Língua Inglesa. É professora da Faculdade de Tecnologia de Garça (FATEC) desde a sua implantação em Garça em 2004. Foi responsável pela implantação do Curso de Tecnologia em Produção e posteriormente do curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial. Atualmente é Coordenadora do curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Alfabetização/Letramento, Leitura, Mediação de leitura, Literatura infanto-juvenil, Leitura e aprendizagem, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Implantou em 2007, coordena e trabalha com um projeto voltado à comunidade, da terceira idade: Escrever e Ler: Educação Básica) na FATEC-

-Garça. Participa do Grupo de Contadores de Histórias PIRLIMPIMPIM, Garça - SP, contando histórias semanalmente na Biblioteca pública Dr. Rafael Paes de Barros, com o objetivo de estimular a audição de histórias e incentivar o gosto pela leitura.

Paulo Eduardo da Silva tem Licenciatura plena em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985). É professor aposentado no ensino público da Secretaria de Educação de São Paulo. Professor da Etec José Rocha Mendes, em São Paulo/SP, desde 1995. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GPEMHEP/Centro Paula Souza), onde desenvolve pesquisas sobre História Institucional e da Educação Profissional no Estado de São Paulo.

Paulo Antonio Sacchi é Engenheiro Agrônomo pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia de Pinhal/SP, com diversificação em Zootecnia (1978). Licenciatura de graduação 2º grau, Esquema I pela Fatec São Paulo (1987). Pós-graduação em Gestão Escolar Faculdade de Tecnologia IBTA (2011). Trabalhou na Usina Água Limpa de Monte Aprázivel com experiência em Cana-de-açúcar (1979), no Banco do Brasil no setor de Carteira Agrícola, com financiamentos e planejamento em crédito rural (1980 a 1987). Professor na Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em Mirassol/SP, entre 1980 – 1988. Quando deixou a escola para administrar uma fazenda em Macaúbal/SP, onde se especializou em Seringueiras, Bovino de Corte e Administração de Fazenda. Em 1990, retorna para a escola agrícola, lecionando nas áreas de Zootecnia, Suinocultura, Avicultura, Piscicultura Topografia e Agricultura. Coordenador de implantação e Condução da Pedagogia da Alternância (1998 a 2014). Participou na edição do Livro “Retrato Falado da Alternância”. Coordenador do Ensino Técnico (2004 a 2009). Coordenador das classes descentralizadas na Escola Estadual Anísio José Moreira (2010 a 2013). Diretor da Etec Professor Matheus Leite de Abreu entre 2013 e 2015. Aposentou-se e atua como professor no Curso Técnico em Agropecuária, desenvolvendo projetos agrícolas e o projeto de Sementes Crioulas no Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon.

Rafael de Carvalho Andriollo é Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Fatec Garça (2013). Técnico em Informática e onde cursou o Ensino Médio pela Etec Monsenhor Antonio Magliano (2008-2010). Posteriormente, foi Estagiário de Informática na Etec Deputado Paulo Ornellas Carvalho de Barros (2012-2013). Atualmente é Auxiliar de Docente na instituição de ensino que se graduou desde 2014. É membro da equipe editorial da Revista Eletrônica e-F@tec e do Grupo de Extensão, de Pesquisa, de Iniciação Científica e Tecnológica da unidade.

Shirley da Rocha Afonso é Especializada em Planejamento, Implantação e Gestão em Educação à Distância pela Universidade Federal de Fluminense (2015), e em Enfermagem Gerontológica e Geriátrica, pela Universidade Federal de São Paulo (2008). Pós-graduada em Docência no Ensino Médio, Técnico e Superior na Área de Saúde, pela Faculdade de Pinhais (2009). Possui Graduação em Enfermagem pela Universidade Paulista (2006), Licenciatura no Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica pelo Instituto Federal de São (2019). Atuou como Enfermeira executora e Vice-presidente na Comissão de Controle de Infecção Hospitalar. Foi Coordenadora da Comissão Organizadora de Curativos e Supervisora da Comissão de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde. É Coordenadora de Projetos em Enfermagem na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza e Professora do Curso Técnico em Enfermagem em Etec. É membro associada da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e, seção São Paulo, Associação de Aprendizagem Baseada em Problemas e Metodologias Ativas de Aprendizagem (PAN-PBL). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração de Serviços de Saúde e Gerenciamento de Enfermagem (GEPAG) da EPE-UNIFESP e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GPEMHEP/Centro Paula Souza). Participa das reuniões do Laboratório de Pesquisa em História do Conhecimento em Enfermagem e Saúde (GEHCES) da UFSC. É integrante do Departamento Científico de Enfermagem Gerontológica, ABEn-SP. Compõe a Comissão Assessora de Educação Profissional de Técnico em Enfermagem (CAETE) da ABEn-SP. É membro do Centro de Preservação Histórica da ABEn-SP

Sueli Mara Oliani Oliveira é Licenciada em Educação Artística pela PUC/Campinas (1989) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Uberaba - Uniube (2009). Fez atualização no “Programa Gestão Escolar e Tecnologias” pela PUC/SP (2009). Pós-Graduada em Metodologia do Ensino de Artes “Lato Sensu” pela Barão de Mauá (2013). Professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1990 a 2018). Professora de Artes da Etec Professor Matheus Leite de Abreu (1994 a 1996, 1998 a 2019) e da Etec Philadelpho Gouvêa Netto (1999 a 2019). Coordenadora do Ensino Médio e Pedagógica na Etec Professor Matheus Leite de Abreu (2004 a 2012). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GPEMHEP/Centro Paula Souza).

Sueli Soares dos Santos Batista Tem Pós-doutorado pelo Departamento de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp (2012). Mestre (1997) e Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2002). É graduada em História pela USP (1992) e Filosofia pela Unicamp (2007). Coordena o Núcleo de Estudos em Tecnologia e Sociedade (NETS-Fatec Jundiaí) e o Grupo de Fun-

damentos da Educação Profissional e Tecnológica vinculado à pós-graduação. Participa do planejamento e das atividades do Programa de Extensão e Cultura (PEC) da Fatec Jundiá. Atualmente é professora e pesquisadora do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nas seguintes linhas de pesquisa: Avaliação de Políticas Educacionais, Conceitos e contextos socioculturais do trabalho e da tecnologia na interface com a educação, Educação Comparada, Memória e História da educação profissional e tecnológica. Planejamento Educacional e Gestão da Educação e Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Faz parte do Grupo de Trabalho de História da Infância e da Juventude da ANPUH-SP pesquisando as relações entre juventude, educação e trabalho. É professora pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional (Unicamp) e do Coletivo de Pesquisadores em Políticas Educacionais - COPPE (UNESP). Coordenou projeto de pesquisa sobre internacionalização da educação profissional e tecnológica financiado pela Fapesp (Processo 2018/03106-8).

Thayssa Martins Morais Ribeiro é Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica. Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alfenas (2013). Possui curso livre em Licenciamento Ambiental, estágio na multinacional Ipanema Agrícola S/A. Aprimoramento docente pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID/Unifal. Trabalhou com Desenvolvimento de TCC no curso técnico em enfermagem na Etec de Campo Limpo Paulista e em Ações de Defesa e Proteção do Meio Ambiente na Etec Rosa Perrone Scavone, também docente em Biologia Geral e apresenta experiência em microbiologia e parasitologia aplicada, por meio da iniciação científica Unifal.



TEATRO DE SÃO PAULO

Centro Paula Souza

Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia

04313-000 • São Paulo • SP

www.cps.sp.gov.br



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**